



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE ITATIBA**
ESTADO DE SÃO PAULO

Protocolo: PED - 2356/2024 Vol.1 Data: 29/03/2024 10:31
 Assunto: Providências/Providências
 Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA
 Descrição: ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO -
 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
 LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARES DE
 GESTÃO PÚBLICA.

AUDESP

Data: 17/07/2024

AUTUADO COM 03 FOLHAS

SETOR DE EXPEDIENTE, PROTOCOLO E ARQUIVO

Pregão Eletrônico 53/2024

Observação:

Edital 65/2024 - Data: 28 de junho de 2024

Início da fase de lances: 09h10min

MOVIMENTO

DESTINO	DATA		DESTINO	DATA	
	ENTRADA	SAÍDA		ENTRADA	SAÍDA
Dep Tecnologia	25/03/24		Suo	23/5/24	
Seli	26/3/24		Gabinete	24/5/24	
T4 I	04/04/24		SNF	28.5.24	
Seli	24/4/24				
T1	07/05/24				
Seli	09/5/24				
PCA	09/5/24				
SG	13/05/24				
EC	14/5/24				



Assunto: Abertura de Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa para Licenciamento de uso de softwares de Gestão Pública.

À
Secretaria Municipal de Administração,

Solicita-se a abertura de processo administrativo para a tramitação e abertura de pregão eletrônico, para o ano de 2024, no que se refere a Contratação de Empresa para Licenciamento de uso de Softwares de Gestão pública., no que se refere:

- Administração Orçamentária e Financeira; *Trabalho*
 - Administração de Recursos Humanos; ✓
 - Ponto Eletrônico; ✓
 - Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho ✓
 - Aquisições Públicas, Estoque, Patrimônio e Gestão de Suprimentos; ✓
 - Pregão Eletrônico; ✓
 - Administração de Frotas; ✓
 - Administração de Cemitérios; ✓
 - Portal de Acesso à Informação; ✓
 - Apoio na Tomada de Decisões; ✓
 - Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos. ✓
- Câmara Municipal de Itatiba (SIATIC)
- Administração Orçamentária e Financeira. ✓



Atenciosamente,

Prefeitura do Município de Itatiba
Secretaria de Govern

Itatiba, 25 de março de 2024

Douglas Emerson Corcelli
Secretário Adjunto de Governo de Tecnologia da Informação



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Números das requisições: 351/2024, 354/2024, 359/2024 e 360/2024.

II - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares de gestão pública para as seguintes áreas:

Prefeitura Municipal de Itatiba

- Administração Tributária;
- Administração Orçamentária e Financeira;
- Administração de Recursos Humanos;
- Ponto Eletrônico;
- Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho *OK 2.05.26*
- Aquisições Públicas, Estoque, Patrimônio e Gestão de Suprimentos; *OK 2.05.26*
- Pregão Eletrônico;
- Administração de Frotas; *OK 2.05.26*
- Administração de Cemitérios;
- Portal de Acesso à Informação;
- Apoio na Tomada de Decisões;
- Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos.

Câmara Municipal de Itatiba (SIAFIC)

- Administração Orçamentária e Financeira.

Data Center
O atual cenário obriga os órgãos públicos a instrumentalizar a área administrativa com ferramentas da Tecnologia da Informação, de modo a permitir maior controle dos processos e dos custos, registros hábeis de dados com geração de informações gerenciais rápidas e confiáveis para tomada de decisões. Busca também a redução de retrabalho e maior eficiência, eficácia e efetividade administrativa.

Uma das principais dificuldades encontradas na gestão e realização dos programas de governo consistem na ausência e/ou deficiência de normatização dos processos de trabalho, na ausência de sistemas de gestão e/ou deficiência operacional dos sistemas existentes no que se refere à integração dos processos de trabalho. Os atuais recursos de tecnologia da informação ofertados no mercado têm possibilitado



uma nova forma de administração alicerçada na gestão por processos, contemplando funcionalidades diversas, favorecendo uma gestão focada nos processos organizacionais e permitindo racionalizar a utilização dos recursos institucionais, além de permitir um maior controle por parte dos órgãos fiscalizadores das várias esferas. O uso de um Sistema Integrado de Informação e Gestão é essencial para garantir o adequado controle e a maior fidedignidade das informações relacionadas à administração da Prefeitura Municipal, provendo agilidade e eficiência na execução das atividades gerenciais, além de proporcionar a implantação de melhores práticas de mercado em processos críticos relacionados à atividade final do Município e atender às demandas estabelecidas pelo órgão. Acrescenta-se também as disposições da nova Contabilidade Pública focada no Patrimônio Público obrigando todos os órgãos públicos a instrumentarem suas rotinas com o uso de ferramentas integradas de forma a otimizar e facilitar maior controle das contas públicas.

A escolha do modelo de entrega ser em tecnologia de nuvem é vantajoso ao município pois não demanda da necessidade de outros investimentos em estrutura de sustentação de ambiente, como sistemas gerenciadores de bancos de dados e servidores físicos por exemplo, bem como contempla o crescimento e evolução tecnológica. A tecnologia em nuvem também está alinhada com as com as melhores práticas e indicadores informados anualmente do questionário TCE/SP - Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), no que refere a principalmente a Política de Backup e Plano de Continuidade de Negócios. Outra vantagem é que o sistema permanece disponível aos contribuintes mesmo quando há manutenção ou indisponibilidade de serviços na Prefeitura de Itatiba.

III – SETOR REQUISITANTE E RESPONSÁVEL

O uso de softwares de gestão pública é um recurso utilizado de forma global por todas as Secretarias Municipais. O custeio do serviço será rateado entre as Secretarias Municipais de Governo, Finanças e Administração, de acordo com os módulos específicos a cada órgão.

Por se tratar de um recurso e serviço tecnológico, a gestão do contrato bem como, toda a gestão técnica do serviço será realizado pelo Departamento de Tecnologia, através da Secretaria de Governo, de acordo com o que rege o Decreto Municipal 7.102/2018 que - "Regulamenta o uso apropriado dos recursos de Tecnologia da Informação no âmbito da Prefeitura do Município de Itatiba."



IV - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A proposta de contratação, busca o licenciamento de software de Gestão Pública de acordo com as demandas municipais, que envolve: implantação, migração dos dados dos atuais sistemas, bem como todo o treinamento e capacitação necessárias os servidores municipais. Por se tratar de um serviço essencial, a contratação será realizada de forma continuada, com pagamentos mensais e aferições do serviço no mesmo período para a comprovação da efetividade da prestação.

Os requisitos foram definidos de acordo com a demanda municipal, alinhado com as obrigações legais e as experiências observadas no pregão 112/2019. A exigência de compatibilidade de funcionalidades de 70% a 80%, de acordo com os módulos permite uma ampla concorrência entre as soluções de mercado, sempre prejudicar a efetividade do certame.

V. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os requisitos foram definidos de acordo com a demanda real do município, alinhado com as obrigações legais e as experiências observadas no pregão 112/2019, que gerou o contrato dos sistemas utilizados atualmente. O contrato será de 12 meses, prorrogável no interesse de ambas as partes e comprovada a vantajosidade econômica.

VI. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento dos requisitos funcionais para o software de gestão analisou soluções disponíveis no mercado, de acordo com os seguintes critérios:

- Experiências observadas no pregão 112/2019;
- Análise de ferramentas disponibilização de mercado, utilizados em outros municípios;
- Alinhamento com as exigências legais das várias esferas;
- Compatibilidade e facilidade na interação com as exigências dos órgãos fiscalizadores – TCE/SP.

VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Quanto ao levantamento de preços, informamos de acordo com artigo 23-IV da Lei Federal 14.133/2021, que foi solicitado a diversos possíveis fornecedores que prestam serviço de fornecimento de software de gestão municipal similar ao ora contratado, os orçamentos nas folhas seguintes nesse processo, foram considerados para a definição da estimativa de preços, de acordo com os fornecedores que responderam a estimativa de preços solicitadas.

VIII. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação será realizada de forma continuada, com pagamentos mensais, com a aferições no mesmo período para a comprovação da efetividade da prestação. Trata-se do modelo mais viável para a o licenciamento de soluções em software.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há processos correlatos.

X. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Trata-se da continuidade dos serviços em software já utilizados na gestão municipal, portanto já previsto no planejamento anual.

XI – PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não, há necessidade.

XII - RESULTADOS PRETENDIDOS

A necessidade da contratação considera, em sua motivação, permitir que os objetivos estratégicos para a Gestão Municipal sejam atingidos com a maior eficiência possível.

Dentre os principais objetivos:

- Viabilizar a produção de informações e conhecimentos necessários à elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas na administração municipal, bem como gerar informação de qualidade para a tomada de decisão de forma assertivo por parte dos gestores municipais;



- Disponibilizar soluções para gerenciamento das atividades que automatizem o fluxo de atendimentos e procedimentos operacionais, gerenciais e estratégicos no âmbito da gestão pública municipal, gerando mais efetividade nos processos públicos e economia de recursos;
- Disponibilizar dados para a geração de estatísticas e indicadores estratégicos de forma assertiva e com maior celeridade;
- Gerar indicadores que possibilitem a análise de dados mais refinada com o fim de estabelecer políticas nas diversas áreas da administração pública, voltadas a políticas e ações preventivas, mitigando os riscos de ações corretivas e de contingência;
- Disponibilizar camada para integração com os órgãos que possuem interfaces com a administração municipal, como por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado, a Secretaria de Segurança do Estado, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, dentre outros órgãos;
- Eficácia, eficiência, economicidade, isonomia, padronização e produtividade;

XIII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A Solução está sendo contratada para a disponibilização em nuvem, com armazenamento em Datacenter, que são ambientes que prezam pela eficiência energética e são regulamentados por leis e políticas ambientais.

A contratação de soluções em software, como módulos integrados permite uma operação eficiente dos processos administrativos, minimizando o máximo a necessidade impressão em papel, que envolve consumo de papel, toner e energia elétrica e o não transporte físico de documentos.



XIV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidência que a contratação da solução licenciamento de uso de softwares de gestão pública se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

Itatiba, 22 de março de 2024.

Rodrigo Canal

Departamento de Tecnologia

Douglas Emerson Corcelli

Secretário Adjunto de Governo de Tecnologia da Informação



JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO EM LOTE ÚNICO

Considerando que a interlocução com um único fornecedor simplifica e agiliza os trabalhos de diagnóstico e correção de problemas, assegurando economia à Municipalidade, por não ter seus trabalhos interrompidos por longos períodos de tempo à espera de soluções isoladas, como no caso de contratação de fornecedores de partes da solução. E que fornecedores diferentes adicionam uma camada adicional de sistema para interoperação de dados, gerando um custo adicional de serviços a ambos os fornecedores, que será repassada a municipalidade.

Considerando que os recursos de tecnologia de informação, como no caso, os softwares de gestão, possuem uma melhor eficiência quando há total interoperabilidade de dados entre os seus diversos módulos, de forma automatizada, sem necessidade de intervenção humana.

Considerando, o Município deve atender, desde de 1º de janeiro de 2023, a todas as exigências do Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2021, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC.

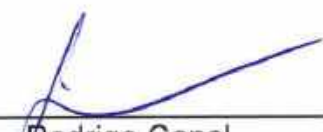
Considerando que questionário anual IEG-M/TCESP – Índice de Efetividade da Gestão Municipal, no que se refere a Governança de TI(i-GOV TI), questões 8.2, 8.2.1 e 8.2.2, aumentam a pontuação do Município de acordo com uma maior integração entre os módulos de Gestão Administrativa, portanto em consonância com uma gestão mais eficiente.




Portanto conclui-se que a contratação em lote único, para o certamente, trata-se da proposta mais vantajosa tanto economicamente, como tecnicamente.

Atenciosamente,

Itatiba, 25 de março de 2024



Rodrigo Canal
Departamento de Tecnologia



Douglas Emerson Corcelli
Secretário Adjunto de Governo de Tecnologia da Informação

Nº QUESITO	QUESITOS	PONTUAÇÕES
		<input checked="" type="checkbox"/> Compras, licitações e contratos <input checked="" type="checkbox"/> Certidões e alvarás <input checked="" type="checkbox"/> Saneamento <input checked="" type="checkbox"/> Cemitérios
8.2	Informe quais sistemas encontram-se integrados ao Sistema de Contabilidade do município:	<input checked="" type="checkbox"/> Gestão de tributos (arrecadação) <input checked="" type="checkbox"/> Dívida Ativa <input checked="" type="checkbox"/> Precatórios <input checked="" type="checkbox"/> Gestão patrimonial (bens e equipamentos) <input checked="" type="checkbox"/> Gestão de negócios (Business Intelligence) <input checked="" type="checkbox"/> Planejamento <input checked="" type="checkbox"/> Recursos humanos / Departamento pessoal <input checked="" type="checkbox"/> Almoxarifado <input checked="" type="checkbox"/> Controle de frotas <input checked="" type="checkbox"/> Controle Interno <input checked="" type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Ensino (educação) <input checked="" type="checkbox"/> Compras, licitações e contratos <input checked="" type="checkbox"/> Certidões e alvarás <input checked="" type="checkbox"/> Saneamento <input checked="" type="checkbox"/> Cemitérios
8.2.1	Informe o nível de integração entre o Sistema da Dívida Ativa e o de Contabilidade:	Totalmente integrado (Inscrição / Atualização e Baixa) – 50 Somente as Inscrições /Atualizações estão integrados – 10 Somente as Baixas estão integradas – 10
8.2.2	Informe o nível de integração entre o Sistema de Precatórios e o de Contabilidade:	Totalmente integrado (Provisão e Baixa) – 30 Somente as Provisões estão integradas – 05 Somente as Baixas estão integradas – 05



Prefeitura do Município de Itatiba
005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS 354 / 2024	Unidade Administrativa Requisitante 002.005.000.000.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI	Usuário RC RCANAL
--------------------------------	---	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0463-9 - Serviço	UN	1,000	29.000,0000	29.000,00
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo: PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados. SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas. TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>					
2	2.05.26.0464-7 - Serviço	MES	12,000	21.500,0000	258.000,00
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS Sistema integrado que auxilia à gestão de Recursos Humanos, no que se refere os grupos de funcionalidades, referente ao cadastro de pessoal, contagem de tempo de serviço, férias, licença prêmio, portal de serviços web, atos administrativos, frequência, vale transporte, folha de pagamento, e-social, prestação de contas AudeSP (tce-sp), avaliação de desempenho.</p>					
3	2.05.26.0485-5 - Serviço	UN	1,000	7.333,3300	7.333,33
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo: PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados. SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas. TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários</p>					



Prefeitura do Município de Itatiba
005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS	Unidade Administrativa Requisitante	Usuário RC
354 / 2024	002.005.000.000.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI	RCANAL

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

4	2.05.26.0466-3 - Serviço	MES	12,000	5.333,3300	63.999,96
---	--------------------------	-----	--------	------------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO

Sistema integrado que auxilia à gestão de Ponto eletrônico dos servidores da Prefeitura de Itatiba, através dos grupos de funcionalidades: Registro e gestão eletrônica de ponto.

5	2.05.26.0467-1 - Serviço	UN	1,000	7.333,3300	7.333,33
---	--------------------------	----	-------	------------	----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO
 A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

6	2.05.26.0468-0 - Serviço	MES	12,000	5.333,3300	63.999,96
---	--------------------------	-----	--------	------------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

Sistema integrado que auxilia à gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho, contendo os grupos de módulos: medicina do trabalho, segurança do trabalho, previdenciária, e-social, assistência social

7	2.05.26.0469-8 - Serviço	UN	1,000	28.333,3300	28.333,33
---	--------------------------	----	-------	-------------	-----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO
 Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO



Prefeitura do Município de Itatiba
005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS 354/ 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.005.000.000.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI	Usuário RC RCANAL
DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO		
<p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários</p> <p>Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>		
8	2.05.26.0470-1 - Serviço	<p align="center">MES 12,000 21.000,0000 252.000,00</p> <p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO Sistema integrado que auxilia à gestão de Públicas, Estoque, Almoarifado, Patrimônio, contendo o grupo de módulos gestão de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, banco de preços, aquisições por licitações e compras, cotação de preços, registro de preços, estoque / almoxarifado, contratos, patrimônio, prestação de contas</p>
9	2.05.26.0473-6 - Serviço	<p align="center">UN 1,000 6.000,0000 6.000,00</p> <p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo: PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados. SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas. TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários</p> <p>Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>
10	2.05.26.0474-4 - Serviço	<p align="center">MES 12,000 4.333,3300 51.999,96</p> <p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS O Sistema de Administração de Frotas, em plataforma web e integrado aos demais sistemas e módulos, deverá oferecer os instrumentos necessários para administração de toda a frota de veículos, máquinas e equipamentos. Controlar os agendamentos para as viagens, motoristas, abastecimentos, manutenções e serviços.</p>
11	2.05.26.0475-2 - Serviço	<p align="center">MES 1,000 4.667,6700 4.667,67</p> <p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos</p>



Prefeitura do Município de Itatiba
005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS 354/ 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.005.000.000.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI	Usuário RC RCANAL
-------------------------------	---	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

12	2.05.26.0476-0 - Serviço	MES	12,000	3.333,3300	39.999,96
----	--------------------------	-----	--------	------------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS

O sistema com o objetivo de controlar todas as informações referentes a falecimento e outros fatos ocorridos nesta área pública, com o intuito de fornecer relatórios gerências e estatísticos além de propiciar a seus operadores uma fácil visualização e consulta a dados atuais e históricos, mantendo a integridade de tais dados.

13	2.05.26.0481-7 - Serviço	UN	1,000	21.000,0000	21.000,00
----	--------------------------	----	-------	-------------	-----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS

A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

14	2.05.26.0482-5 - Serviço	MES	12,000	13.333,0000	159.996,00
----	--------------------------	-----	--------	-------------	------------

LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS

Sistema, com objetivo de controlar as informações sobre as solicitações dos cidadãos à administração e permitir a geração de ordens de serviço para o controle operacional dos serviços executados através da internet. Oferece segurança, facilidade, agilidade e qualidade no atendimento tanto externo quanto interno através dos módulos: SAC (Serviços de Atendimento ao Cidadão), Ouvidoria, Protocolo, Gestão de Atividades e Portal do Cidadão. Os módulos WEB permitem a integração de todos os setores do município através de um único sistema, mesmo que os setores estejam separados geograficamente. Além disso, facilita os acessos dos munícipes de



Prefeitura do Município de Itatiba
005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS 354/ 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.005.000.000.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI	Usuário RC RCANAL
-------------------------------	---	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

qualquer lugar que desejarem, permitindo assim, facilidades de comunicação e um melhor atendimento à população.

15	2.05.26.0483-3 - Serviço	MES	4,800	16.000,0000	76.800,00
----	--------------------------	-----	-------	-------------	-----------

SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER)

A solução ofertada deverá ser fornecida on-cloud (em ambiente nuvem). Os sistemas on-cloud obrigatoriamente devem estar hospedados em território nacional a fim de atender aos requisitos do que diz a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ter um SLA mínimo de 99,95% de disponibilidade a fim de manter a estabilidade esperada.

Todas as operações de backup e de retenção de dados ficará sob responsabilidade da empresa contratada, e deve ter a retenção mínima dos 30 últimos dias, o último dia de cada mês dos últimos 12 meses e 1 posição do último dia dos últimos 2 anos, e deve ter o tempo de recuperação menor ou igual a 4 horas.

Não serão aceitos custos e valores extras, ou valores a cobrar conforme o uso. Os custos para o sistema on-cloud devem ser fixos para o ano, observando-se apenas as correções previstas em contrato.

O ambiente ofertado em nuvem deve prever escalabilidade adequada de forma a atender de forma satisfatória a performance esperada na usabilidade do sistema, seja ela de qualquer natureza for, como por exemplo, mas não somente, throughput de rede, performance e escalabilidade de discos e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário.

Cabe a CONTRATANTE julgar a relatividade da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performance necessários.

Custeio referente a 40% do custo de hospedagem das soluções em Nuvem, por 12 meses.

Estimativa de Custo Total 1.070.463,50

Dotação

Elemento da Despesa

Local Entrega: AV : LUCIANO CONSOLINE

Bairro: JD LUCCA

Observações Gerais

Estimativa de Custo Realizada na

Fonte de Recursos/Convênio

Justificativa da Compra

Depto. Requiritante
22/03/2024

Secretário
22/03/2024

Autorização do Responsável
____/____/2024

Francisco de Jesus
 Francisco de Jesus
 Secretário de Administração
 Prefeitura Municipal de Itatiba



Prefeitura do Município de Itatiba

010 - SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI

002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE

SERVIÇOS

Número RS 693 / 2024	Unidade Administrativa Requisitante 002.010.000.000.000 SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI	Usuário RC NBISPO
--------------------------------	--	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0490-6 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo: PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados. SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas. TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas. TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.	UN	1,000	10.633,3300	10.633,33
2	2.05.26.0491-4 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL Sistema integrado que auxilia à gestão administrativa orçamentária e financeira, contendo o grupo de funcionalidades relacionadas a: controles gerais, plano plurianual, elaboração e programação orçamentária, execução orçamentária e financeira, contabilidade, lei de responsabilidade fiscal.	UN	12,000	7.900,0000	94.800,00

Estimativa de Custo Total 105.433,33

Dotação

Elemento da Despesa

Local Entrega: AV : LUCIANO CONSOLINE

Bairro: JD LUCCA

Observações Gerais

Estimativa de Custo Realizada na

Fonte de Recursos/Convênio

Justificativa da Compra

**Prefeitura do Município de Itatiba**

010 - SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI

002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE**SERVIÇOS**

Número RS 693 / 2024	Unidade Administrativa Requirante 002.010.000.000.000 SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI	Usuário RC NBISPO
--------------------------------	--	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Ciente e de
Acordo
[Handwritten Signature]

Obs: importante o Gestor do Sinfic estar ciente.

Depto. Requirante 09/05/2024	<i>Kátia C. Baptista</i> Secretário 09/05/2024	Autorização do Responsável ____/____/2024
--	---	---



Prefeitura do Município de Itatiba

010 - SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI

002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Número RS 351 / 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.010.000.000.000 SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI	Usuário RC RCANAL
--------------------------------	--	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0459-0 - Serviço	UN	1,000	57.000,0000	57.000,00
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários. Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>					
2	2.05.26.0460-4 - Serviço	MES	12,000	42.333,3300	507.999,96
<p>LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA Sistema integrado que auxilia à gestão administrativa tributária municipal contendo o grupo de funcionalidades referentes a: cadastro único de contribuinte, cadastro único de endereços, gestão imobiliário, gestão mobiliária, auto de infração, parâmetros e configurações, tesouraria, dívida ativa, preços públicos, serviços on-line, protesto, petição eletrônico.</p>					
3	2.05.26.0461-2 - Serviço	UN	1,000	36.300,0000	36.300,00
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários.</p>					

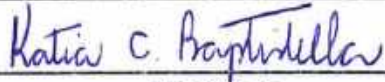


Prefeitura do Município de Itatiba

010 - SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI

002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Número RS 351 / 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.010.000.000.000 SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI	Usuário RC RCANAL
DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO		
<p>Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>		
4	2.05.26.0462-0 - Serviço	MES 12,000 26.900,0000 322.800,00
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Sistema integrado que auxilia à gestão administrativa orçamentária e financeira, contendo o grupo de funcionalidades relacionadas a: controles gerais, plano plurianual, elaboração e programação orçamentária, execução orçamentária e financeira, contabilidade, lei de responsabilidade fiscal.</p>		
5	2.05.26.0483-3 - Serviço	MES 4,800 16.000,0000 76.800,00
<p>SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER) A solução ofertada deverá ser fornecida on-cloud (em ambiente nuvem). Os sistemas on-cloud obrigatoriamente devem estar hospedados em território nacional a fim de atender aos requisitos do que diz a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ter um SLA mínimo de 99,95% de disponibilidade a fim de manter a estabilidade esperada. Todas as operações de backup e de retenção de dados ficará sob responsabilidade da empresa contratada, e deve ter a retenção mínima dos 30 últimos dias, o último dia de cada mês dos últimos 12 meses e 1 posição do último dia dos últimos 2 anos, e deve ter o tempo de recuperação menor ou igual a 4 horas. Não serão aceitos custos e valores extras, ou valores a cobrar conforme o uso. Os custos para o sistema on-cloud devem ser fixos para o ano, observando-se apenas as correções previstas em contrato. O ambiente ofertado em nuvem deve prever escalabilidade adequada de forma a atender de forma satisfatória a performance esperada na usabilidade do sistema, seja ela de qualquer natureza for, como por exemplo, mas não somente, throughput de rede, performance e escalabilidade de discos e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário. Cabe a CONTRATANTE julgar a relatividade da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performance necessários. Custeio referente a 40% do custo de hospedagem das soluções em Nuvem, por 12 meses.</p>		
Estimativa de Custo Total		1.000.899,96
Dotação	Elemento da Despesa	
Local Entrega: AV : LUCIANO CONSOLINE	Bairro: JD LUCCA	
Observações Gerais		
Estimativa de Custo Realizada na		
Fonte de Recursos/Convênio		
Justificativa da Compra		
Depto. Requiritante 21/03/2024	 Secretário 21/03/2024	Autorização do Responsável ____/____/2024



Prefeitura do Município de Itatiba

002 - SECRETARIA DE GOVERNO - PMI

002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE

SERVIÇOS

Número RS 359 / 2024	Unidade Administrativa Requisitante 002.002.000.000.000 SECRETARIA DE GOVERNO - PMI	Usuário RC RCANAL
--------------------------------	---	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0471-0 - Serviço	UN	1,000	7.333,3300	7.333,33
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO Sistema integrado que auxilia à gestão de Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio, contendo o grupo de módulos gestão de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, banco de preços, aquisições por licitações e compras, cotação de preços, registro de preços, estoque / almoxarifado, contratos, patrimônio, prestação de contas A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo: PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados. SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas. TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>					
2	2.05.26.0472-8 - Serviço	MES	12,000	5.333,3300	63.999,96
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO Sistema integrado que auxilia à gestão de Pregão Eletrônico com funcionamento integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.</p>					
3	2.05.26.0477-9 - Serviço	UN	1,000	4.333,3300	4.333,33
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias e será dividido em 3 etapas, sendo: PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados. SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas. TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p>					



Prefeitura do Município de Itatiba

002 - SECRETARIA DE GOVERNO - PMI

002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Número RS 359 / 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.002.000.000.000 SECRETARIA DE GOVERNO - PMI	Usuário RC RCANAL
--------------------------------	---	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
------	-----------	---------	------------	----------------	----------------

1	2.05.26.0471-0 - Serviço	UN	1,000	7.333,3300	7.333,33
---	--------------------------	----	-------	------------	----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO
 Sistema integrado que auxilia à gestão de Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio, contendo o grupo de módulos gestão de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, banco de preços, aquisições por licitações e compras, cotação de preços, registro de preços, estoque / almoxarifado, contratos, patrimônio, prestação de contas
 A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
 Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
 Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
 Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
 Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
 Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
 O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

- PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)**
Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
- SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)**
Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
- TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)**
Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO
 A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
 Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários
Migração e Conversão:
 Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
 Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
 Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

2	2.05.26.0472-8 - Serviço	MES	12,000	5.333,3300	63.999,96
---	--------------------------	-----	--------	------------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO
 Sistema integrado que auxilia à gestão de Pregão Eletrônico com funcionamento integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.

3	2.05.26.0477-9 - Serviço	UN	1,000	4.333,3300	4.333,33
---	--------------------------	----	-------	------------	----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO
 A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
 Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
 Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
 Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
 Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
 Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
 O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Entrada em produção dos sistemas.



Prefeitura do Município de Itatiba
002 - SECRETARIA DE GOVERNO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

**REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS**

Número RS 359 / 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.002.000.000.000 SECRETARIA DE GOVERNO - PMI	Usuário RC RCANAL
--------------------------------	---	-----------------------------

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

escalabilidade de discos e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário. Cabe a CONTRATANTE julgar a relatividade da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performance necessários.
Custeio referente a 20% do custo de hospedagem das soluções em Nuvem, por 12 meses.

Estimativa de Custo Total 181.933,29

Dotação**Elemento da Despesa****Local Entrega:** AV : LUCIANO CONSOLINE**Bairro:** JD LUCCA**Observações Gerais****Estimativa de Custo Realizada na****Fonte de Recursos/Convênio****Justificativa da Compra**

Depto. Requiritante
22/03/2024

Secretário
22/03/2024

Autorização do Responsável
___/___/2024

Porto Feliz, 08 de março de 2024.

À
Prefeitura Municipal de Itatiba

Cotação de Preços

Apresentamos nossos preços para a licença de uso de programas de informática (softwares) abrangendo conversão de banco de dados, instalação, manutenção e treinamento do sistema abaixo pelo período de 12 (doze) meses.

Valor da Proposta

Prefeitura Municipal de Itatiba

Item	Unidade/ Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Tributária	1 unidade	R\$ 88.000,00	R\$ 88.000,00
Licenciamento do Sistema de Administração Tributária	12 meses	R\$ 44.000,00	R\$ 528.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade	R\$ 56.400,00	R\$ 56.400,00
Licenciamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses	R\$ 28.200,00	R\$ 338.400,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Recursos Humanos	1 unidade	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
Licenciamento do Sistema de Administração de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 22.500,00	R\$ 270.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Ponto Eletrônico	1 unidade	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Licenciamento do Sistema de Ponto Eletrônico	12 meses	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	1 unidade	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Licenciamento do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	12 meses	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	1 unidade	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00
Licenciamento do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	12 meses	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Pregão Eletrônico	1 unidade	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Licenciamento do Sistema de Pregão Eletrônico	12 meses	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00

36.729.529/0001-93





Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Frotas	1 unidade	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Licenciamento do Sistema de Administração de Frotas	12 meses	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Cemitérios	1 unidade	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
Licenciamento do Sistema de Administração de Cemitérios	12 meses	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
Implantação e Treinamento do Portal de Acesso à Informação	1 unidade	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Licenciamento do Portal de Acesso à Informação	12 meses	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões	1 unidade	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Licenciamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões	12 meses	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	1 unidade	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
Licenciamento do Sistema do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	12 meses	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00
Serviços de Disponibilização dos Sistemas em Nuvem (Datacenter)	12 meses	R\$ 17.000,00	R\$ 204.000,00
Suporte Técnico Presencial – 1 (um) técnico	12 meses	R\$ 16.500,00	R\$ 198.000,00
Horas técnicas para manutenção nos sistemas.	500 horas	R\$ 310,00	R\$ 155.000,00
Valor Total para a Prefeitura Municipal de Itatiba		R\$ 2.854.800,00	

Câmara Municipal de Itatiba

Item	Unidade/Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade	R\$ 16.400,00	R\$ 16.400,00
Licenciamento de Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses	R\$ 8.200,00	R\$ 98.400,00
Valor Total para a Câmara Municipal de Itatiba		R\$ 114.800,00	
Total Geral		R\$ 2.969.600,00	

Forma de Pagamento

- **Implantação do Sistema e Treinamento** – Pagamento imediato depois de concluída esta etapa.

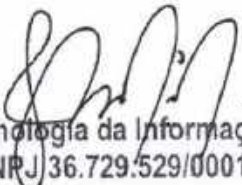


- **Manutenção e Assessoria** – Pagamento mensal efetuado após faturamento.

Validade da Proposta

Esta proposta tem validade por 60 (sessenta) dias a contar desta data.

Atenciosamente



4R Tecnologia da Informação Ltda.
CNPJ 36.729.529/0001-98

Araçatuba/SP, 21 de março de 2024.

Orçamento Nº. 032/2024 – SVJ

À

Prefeitura Municipal de Itatiba
At. Sr. Douglas Corcelli
Secretaria De Governo
Departamento De Tecnologia

A **MV&P Tecnologia em Informática Ltda.**, inscrita no CNPJ 03.012.197/0001-77, sediada na Avenida Brasília, 2121 | Edifício New York Tower | Sala 315, Bairro: Jardim Nova York, Araçatuba/SP, fone (18) 2102-6000 e fax (18) 2102-6016, apresenta orçamento para contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares de gestão pública, conforme segue.

Reservamos o direito de realizar as customizações necessárias ao atendimento do objeto.

Na oportunidade tomamos a liberdade de registrar algumas informações sobre o **Grupo Assessor** ao qual pertencemos.

O Grupo Assessor é formado por um grupo de empresas especialistas em tecnologia da informação, serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento e outros, voltados à Administração Pública.

Na área de tecnologia da informação, a solução é composta por serviços e softwares integrados que permitem a gestão de diversos aspectos da administração pública. A solução é altamente parametrizada e adere às particularidades que cada administração exige. Possui ferramentas que possibilitam adequações das suas características, o que propicia sua implantação nas mais diversas situações e ambientes.

Toda a solução é modular, trabalhando de forma independente ou integrada, ela foi assim desenvolvida para ser implantada em condições adversas. Podemos ter módulos sendo implantado de forma separada, e posteriormente serem integrados à solução, na medida em que as infraestruturas sejam disponibilizadas, bem como os processos de trabalho devidamente definidos, possibilitando investimentos escalonados e implantação imediata em locais que ainda não receberam os totais recursos de infraestrutura de comunicação e adequação nos processos de trabalho.

A tecnologia que utilizamos atualmente foi o resultado da experiência de muitos anos atuando na esfera da tecnologia aplicada a administração pública, aliada à pesquisa de ferramentas e técnicas de desenvolvimento de software com alto nível de aceitação e resultados. Isso nos tornou uma empresa que pode oferecer soluções de baixo risco e alto retorno, e os resultados podem ser verificados no tempo de implantação e na satisfação dos clientes que utilizam a solução do Grupo Assessor.

O estabelecimento de diretrizes básicas possibilita que se faça um trabalho com eficácia e profissionalismo, norteados pela busca da excelência. Algumas das mais importantes diretrizes do projeto são:

- **Criar um ambiente tecnológico que objetiva a eficiência dos processos de trabalho, gerando resultados mensuráveis e administráveis;**
- **Dar a condição de implantação rápida, mesmo em condições adversas, onde os benefícios da infraestrutura ainda não foram totalmente implantados ou os processos de trabalhos precisam de novas práticas**
- **Disponibilizar as melhores tecnologias acessíveis aos usuários em todos os níveis da hierarquia administrativa;**
- **Possibilitar a gestão integral sobre as atividades do governo através de ações de pesquisa e busca de informações essenciais de forma rápida e eficiente, dando aos gestores condições de tomar decisões baseadas em dados confiáveis, precisos e imediatamente disponíveis.**

O Grupo Assessor tem mais de 30 anos de atuação no mercado nacional e internacional. A MV&P Tecnologia em Informática Ltda. é uma empresa pertencente ao grupo e conta hoje com mais de 200 colaboradores e com abrangência em todo território nacional, oferecendo produtos e serviços especializados em tecnologia da informação e modernização de gestão, sempre utilizando de soluções integradas e com tecnologia de ponta; visando atender as exigências fixadas na Legislação vigente, simplificando e dando transparência no acompanhamento realizada pelos órgãos fiscalizadores e pela sociedade, levando benefícios aos cidadãos, desenvolvimento local e regional e segurança aos administradores públicos.

Qualificação Técnica:

Todos os profissionais que formam o quadro de colaboradores técnicos da MV&P são, em sua grande maioria, detentores de títulos de graduação em nível superior nas áreas ligadas a Tecnologia da Informação e/ou Administração Pública; os coordenadores de equipe são Pós-Graduados, garantindo assim o respaldo tecnológico para a elaboração de projetos e apresentação de soluções para a área de engenharia de softwares ligados a Gestão Pública. Destacamos como prova de nossa proficiência a busca constante de inovação e excelência através da certificação de nossos profissionais e processos. Atuamos hoje dentro das melhores práticas de governança, através de rígidos controles de qualidade empregados em nossos processos de trabalho e produção, o que garante hoje como resultado, altos níveis de satisfação de nossos clientes, medidos em pesquisas de qualidade empregadas de forma regular.

Investimento:

Prefeitura Municipal de Itatiba

Item	Unidade/ Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Tributária	1 unidade	R\$ 43.000,00	R\$ 43.000,00
Licenciamento do Sistema de Administração Tributária	12 meses	R\$ 43.000,00	R\$ 516.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
Licenciamento de Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses	R\$ 27.500,00	R\$ 330.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Recursos Humanos	1 unidade	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Ponto Eletrônico	1 unidade	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Ponto Eletrônico	12 meses	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	1 unidade	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	12 meses	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	1 unidade	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	12 meses	R\$ 21.000,00	R\$ 252.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Pregão Eletrônico	1 unidade	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Pregão Eletrônico	12 meses	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Frotas	1 unidade	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Frotas	12 meses	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00

Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Cemitérios	1 unidade	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Cemitérios	12 meses	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
Implantação e Treinamento do Portal de Acesso à Informação	1 unidade	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Licenciamento do Portal de Acesso à Informação	12 meses	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões	1 unidade	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
Licenciamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões	12 meses	R\$ 2.200,00	R\$ 26.400,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	1 unidade	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00
Licenciamento do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	12 meses	R\$ 13.000,00	R\$ 156.000,00
Serviços de Disponibilização dos Sistemas em Nuvem (Datacenter)	12 meses	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
Suporte Técnico Presencial – 1 (um) técnico	12 meses	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
Horas técnicas para manutenção nos sistemas.	500 horas	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
Valor Total para a Prefeitura Municipal de Itatiba		R\$ 2.540.100,00	

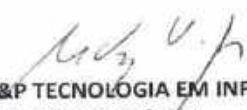
Câmara Municipal de Itatiba

Item	Unidade/ Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
Licenciamento de Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
Valor Total para a Câmara Municipal de Itatiba		R\$ 104.000,00	
Total Geral		R\$ 2.644.100,00	

Validade da Proposta:

60 (Sessenta) dias contados da data de seu recebimento.

No aguardo de uma manifestação positiva desse destacado município, renovamos nossos protestos de alta estima e consideração.


MV&P TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.
Sidney Vicentini Júnior
Gestor de Negócios



Prefeitura Municipal de Itatiba

Proposta para Informatização da Administração Pública

março/24

Rua Aurora, 446 | CEP. 14050-100 | Ribeirão Preto/SP

(16) 2111-9898 smarapd.com.br smarapd

[Handwritten signature]

Ribeirão Preto, 11 de março de 2024
Proposta N.º S 38309/24.

Prefeitura Municipal de Itatiba

Prezados Senhores:

Temos o prazer de apresentar a V.sas., nossa proposta para modernização gestão, através da solução integrada **SMARAPD-GP (Gestão Pública)**.

Destacamos que estamos constantemente em busca de novas implementações no software apresentado, até por conta da constante evolução do setor de informática, sendo que a cada dia novas tecnologias são apresentadas, trazendo mais eficiência, facilidade no manuseio dos aplicativos, entre outras possibilidades, o que não é diferente na nossa empresa.

Várias melhorias já foram realizadas, como as relativas ao atendimento ao cliente; instalação, implantação, treinamento e manutenção dos sistemas; processos internos relativos à rapidez e qualidade de resolução de questões levantadas por nossos clientes através de O.S., entre outras. Isso tudo, única e exclusivamente para melhor atender nossos clientes.

Vale ressaltar também, que mantemos nossos especialistas sempre em contato com os principais órgãos reguladores das ações das áreas governamentais, nas 3 (três) esferas de governo: federal, estadual e municipal, para atualizações frequentes das leis que determinam o perfeito funcionamento da Administração Pública.

Certos de vossa costumeira atenção renovamos nossos protestos de respeito e consideração.

SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
CNPJ 50.735.505/0001-72
Rua Aurora, 446 – Vila Tibério
Ribeirão Preto / SP – CEP 14050-100
Telefone: (016) 2137-9898
E-mail: comercial@smarapd.com.br

Cordialmente,



SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
FRANK MARLON MERLI DE MORAES
Diretor UN ERP Público

PROPOSTA COMERCIAL

1. OBJETO

Fornecimento da solução integrada SMARAPD-GP (Gestão Pública) através do regime de licenciamento de uso.

2. CARACTERÍSTICAS DO SOFTWARE

O software, ora proposto, é integrado através de sistemas para atendimento às diversas áreas da Administração Municipal, e todas suas rotinas operam em ambiente web, sob sistemas operacionais *MS-Windows* ou *Linux*. São executadas através dos navegadores *MS Internet Explorer*, *Google Chrome*, *Mozilla Firefox*. Os servidores de banco de dados e aplicações web, respectivamente são o *MS-SQL Server 2008* ou superior e *IIS 7* ou superior.

3. LICENÇA DE DIREITOS DE USO

3.1. VALORES DA PROPOSTA

Prefeitura Municipal de Itatiba

Item	Unidade/ Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Tributária	1 unidade	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Licenciamento do Sistema de Administração Tributária	12 meses	R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Licenciamento de Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Recursos Humanos	1 unidade	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Recursos Humanos	12 meses	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Ponto Eletrônico	1 unidade	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Ponto Eletrônico	12 meses	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	1 unidade	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00

Licenciamento de Sistema do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	12 meses	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	1 unidade	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	12 meses	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Pregão Eletrônico	1 unidade	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Pregão Eletrônico	12 meses	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Frotas	1 unidade	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Frotas	12 meses	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Cemitérios	1 unidade	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Cemitérios	12 meses	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
Implantação e Treinamento do Portal de Acesso à Informação	1 unidade	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Licenciamento do Portal de Acesso à Informação	12 meses	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões	1 unidade	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Licenciamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões	12 meses	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
Implantação e Treinamento do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	1 unidade	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Licenciamento do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	12 meses	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
Serviços de Disponibilização dos Sistemas em Nuvem (Datacenter)	12 meses	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00
Suporte Técnico Presencial - 1 (um) técnico	12 meses	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00
Horas técnicas para manutenção nos sistemas.	500 horas	R\$ 280,00	R\$ 140.000,00
Valor Total para a Prefeitura Municipal de Itatiba			R\$ 2.380.000,00

Câmara Municipal de Itatiba

Item	Unidade/ Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00
Licenciamento de Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
Valor Total para a Câmara Municipal de Itatiba		R\$ 97.500,00	
Total Geral		R\$ 2.477.500,00	

3.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A mensalidade será faturada posterior a instalação e progressivamente, conforme a implantação dos sistemas. O pagamento mensal deverá ser efetuado até 5 (cinco) dias da emissão fatura.

A implantação e treinamento será faturada proporcionalmente a execução de cada sistema e o pagamento se dará em 5 (cinco) dias após a emissão da fatura.

Para os pagamentos efetuados com atraso, a SMARAPD cobrará, a título de juros de mora, variação com base no IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas) (ou outro que venha substituí-lo), entre o dia do vencimento e o dia do pagamento. O valor referente aos juros de mora como acima referenciado, será faturado juntamente com os valores devidos no próximo faturamento.

3.3. DOS REAJUSTES

Os preços serão reajustados, em qualquer época de vigência do contrato, atendida a menor periodicidade, que venha a ser admitida em lei, mediante a aplicação da variação do IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas).

Na impossibilidade de aplicação de tal índice, será utilizado qualquer outro que o venha substituir, ou que expresse oficialmente a inflação existente no país.

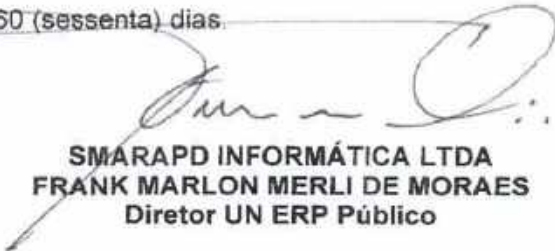
4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 180 (cento e oitenta) dias.

4.2. VALIDADE DA PROPOSTA

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.


SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
FRANK MARLON MERLI DE MORAES
Diretor UN ERP Público

Termo de Referência

ANEXO I.A

CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS

1. CARACTERIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SOLUÇÃO INTEGRADA

- 1.1. A solução ofertada deverá ser fornecida on-cloud (em ambiente nuvem).
- 1.2. Os sistemas on-cloud obrigatoriamente devem estar hospedados em território nacional a fim de atender aos requisitos to que diz a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ter um SLA mínimo de 99,95% de disponibilidade a fim de manter a estabilidade esperada.
- 1.2.1. Todas as operações de backup e de retenção de dados ficará sob responsabilidade da empresa contratada, e deve ter a retenção mínima dos 30 últimos dias, o último dia de cada mês dos últimos 12 meses e 1 posição do último dia dos últimos 2 anos, e deve ter o tempo de recuperação menor ou igual a 4 horas.
- 1.2.2. Não serão aceitos custos e valores extras ou valores a cobrar conforme o uso. Os custos para o sistema on-cloud devem ser fixos para o ano, observando-se apenas as correções previstas em contrato.
- 1.2.3. O ambiente ofertado em nuvem deve prever escalabilidade adequada de forma a atender de forma satisfatória a performance esperada na usabilidade do sistema, seja ela de qualquer natureza for, como por exemplo, mas não somente, throughput de rede, performance e escalabilidade de discos e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário.
- 1.2.4. Cabe a CONTRATANTE zagar a relatividade da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performance necessários.
- 1.3. O sistema deverá ser executado através de navegador web e ser plenamente compatível com os 3 browsers mais usados globalmente em suas últimas versões estáveis, sem a necessidade de instalação de plugins ou softwares adicionais, a lista pública dos browsers mais popularmente usados está disponível no site <https://gs.statcounter.com/browser-market-share>, atualmente Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox.
- 1.4. A arquitetura do sistema proposto deverá ser estruturada por micro serviços, utilizando-se de APIs HTTP e HTTPS para a integração com qualquer módulo do próprio sistema ou qualquer sistema de terceiros, possibilitando escalabilidade horizontal e ganhos de flexibilidade e desempenho das aplicações;
- 1.5. A autenticação no sistema deverá permitir no mínimo 2 modalidades de escolha sendo:
 - 1.5.1. Método convencional (usuário e senha);

1.5.2. Por autenticidade digital A1 e-cpf.

- 1.6. O sistema deverá mostrar as informações de endereço IP e data/hora, do último acesso que o usuário realizou.
- 1.7. O sistema deverá ter o recurso de Single Sign-On, possibilitando que o usuário acesse todos os módulos disponíveis na solução, sem ter que se logar novamente. Todas as permissões para cada módulo deverão ser validadas no acesso;
- 1.8. O sistema deverá disponibilizar de recurso parametrizado para solicitar/forçar o nível de senha do usuário, devendo este ter no mínimo 5 possibilidades de escolha;
- 1.9. Possuir mecanismo de time-out para logoff de usuários após determinado tempo de inatividade, a ser controlado por parametrização customizável;
- 1.10. Permitir recurso de bloqueio de acesso para o caso de tentativas fracassadas de login, de forma parametrizável;
- 1.11. O sistema não deverá permitir a eliminação de transação já concretizada. Caso seja necessária uma retificação de qualquer informação, esta deverá ser estornada para que fique registrada permanentemente.
- 1.12. Possibilitar que o administrador do sistema configure qual será o sistema padrão ("default") para cada usuário;
- 1.13. Dar autonomia ao administrador do sistema para que ele consiga bloquear qualquer usuário no sistema, desde que tenha as devidas permissões para isso;
- 1.14. Permitir que os usuários possam realizar a recuperação de senha através do e-mail que consta em seu cadastro;
- 1.15. O acesso aos dados deve poder também ser limitado para um determinado setor do organograma, de forma que usuários de setores que descentralizam o controle de recursos não visualizem ou possam alterar dados de outros setores.
- 1.16. Deverá disponibilizar documentação on-line sobre o modo de operação das tarefas e funcionalidades, com possibilidade de visualização em tela ou download do arquivo;
- 1.17. Para os processos de negócio onde o fluxo das ações deve ser seguido, deverá haver assistentes automáticos (wizards) que tem por objetivo guiar e auxiliar o operador do sistema. As etapas de cada passagem deverão ser visualizadas através de identificação (breadcrumbs);

1.5.1. Método convencional (usuário e senha);

- 1.18. Possibilitar que todos os usuários do sistema possam realizar a mudança de tema (cor) do sistema como um todo;
- 1.19. Cada usuário deve possuir privilégios de salvar algumas configurações da tabela/grid em que trabalha, possibilitando que ele salve quantas quiser.
- 1.20. Oferecer mecanismo de favoritar as funcionalidades no próprio sistema, dando agilidade ao operador do sistema;
- 1.21. Possuir funcionalidade de gerenciamento SMTP, possibilitando que o envio de e-mails pelo sistema seja configurado por sistema/módulo. Deverá suportar os protocolos SSL e TLS para os serviços de envio de e-mail, e estar conforme e perfeitamente compatível com os sistemas de colaboração Google Workspace e Microsoft 365.
- 1.22. As pesquisas deverão ser por todos os campos que são apresentados na lista, podendo informar um ou mais campos, por valor ou por faixa, de acordo com o tipo de dado, consulta com xatidão, o início ou qualquer parte do valor informado, seleção de registros não coincidentes com os valores pesquisados e ordenação do resultado dos registros por qualquer campo disponível na itagem;
- 1.23. As transações devem ficar registrados permanentemente, de acordo com a necessidade do usuário, processo este, que pode ser habilitado ou desabilitado pelo administrador do sistema, com a indicação do usuário, data, hora exata, endereço IP, informação da situação antes e depois, para eventuais necessidades de auditoria posterior;
- 1.24. As regras de integridade dos Dados devem estar parcialmente alojadas no Servidor de Banco de Dados, de tal forma que um usuário que acesse o Banco de Dados por outras vias não o torne inconsistente;
- 1.25. As funcionalidades deverão ser acessíveis somente aos usuários autorizados especificamente a cada uma delas. A solução integrada deve contar com um catálogo de perfis de acesso, podendo ser agrupados, e esses deverão ser associados aos usuários. Para cada funcionalidade autorizada, o administrador de segurança poderá alterar o perfil de acesso, modificando as ações que estão disponíveis para cada funcionalidade. Exemplo: Consulta, inclusão;
- 1.26. Os menus de acesso às funcionalidades do sistema devem aparecer apenas quando o usuário tem acesso, impossibilitando o clique/apresentação deste quando o usuário não possuir acesso liberado, podendo atribuí-los a grupos ou usuários específicos;
- 1.27. Prover controle de restrição de acesso às funcionalidades da solução integrada, através do uso de dupla abordagem de autorização, utilizando o conceito de usuário autorizador e senha em qualquer função, selecionado a critério do usuário;
- 1.28. Os relatórios deverão permitir a inclusão do brasão da Contratante;
- 1.29. Possibilitar a inclusão nos relatórios em que se faça necessário, de campo destinado à assinatura do responsável pela exatidão das informações, de forma parametrizada;
- 1.30. Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam gravados em disco, em formatos como HTML, PDF, RTF, XML, XLS, TXT que permitam serem visualizados posteriormente ou impressos, além de permitir a seleção e configuração da impressora local ou de rede disponível;
- 1.31. Permitir que os relatórios possam ser salvos em disco, em formato PDF assinados com certificados digitais, evitando que possam ser efetuadas alterações em seu conteúdo, garantindo assim a integridade da informação;
- 1.32. Permitir o envio de relatórios por e-mail a partir da tela de seleção do relatório;
- 1.33. Permitir que o usuário defina os critérios de seleção e classificação das informações constantes de cada relatório, e que essas opções de filtro e classificação fiquem gravadas na tela de chamada do relatório, para posteriores consultas, enquanto não seja feito novo login;
- 1.34. O sistema, para fins de recursos de integração, deverá suportar de forma nativa os padrões abertos de conectividade: REST, WSDL, SOAP;
- 1.35. Deverá possuir APIs para integração, que deverão estar documentadas em catálogos de ativos, para possibilitar o consumo destes artefatos funcionais;
- 1.36. As operações de maior processamento, como relatórios analíticos, devem suportar execução síncrona e assíncrona, devendo inclusive ser parametrizável sua escolha de execução.

2. REQUISITOS GERAIS EXIGIDOS PARA O SISTEMA

- 2.1. Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
- 2.2. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
- 2.2.3. O volume de dados que deverá ser convertido é de 1.5 TB.
- 2.3. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

3. METODOLOGIA

A Contratada deverá:

- 3.1. Apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverão ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
- 3.2. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
- 3.3. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que diccionem as atividades de configuração.
- 3.4. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
- 3.5. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
- 3.6. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
- 3.7. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
- 3.8. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA SER DEFINIDA)
Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA SER DEFINIDA)
Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA SER DEFINIDA)
Entrada em produção dos sistemas.

4. TREINAMENTO

- 4.1. A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
- 4.2. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários ou quantidade a ser acordada entre a Contratada e a Contratante.
- 4.3. Estima-se em 150 a quantidade de servidores que deverão ser treinados.

4.4. As quantidades apresentadas contemplam todos os órgãos inclusos no presente Termo de Referência.

5. DA PRESTAÇÃO DO OBJETO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. A solução integrada deverá ser instalada pela CONTRATADA, após a assinatura do Contrato, observado o prazo de instalação informado na proposta, sendo certo que todas as despesas necessárias correrão exclusivamente por conta da contratada, não podendo ser superior a 90 dias, contados da emissão da ordem de serviço.
- 5.2. Todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do Contrato correrão exclusivamente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas com os programas em si, os serviços de instalação, funcionamento, conversão total de dados, apresentação, treinamento de pessoal, além dos deslocamentos, diárias, estadias, e custo com pessoal para atendimentos técnicos "in-loco", quando requisitado pela prefeitura.
- 5.2.1. Por questão de segurança e para facilitar a participação dos usuários, a prefeitura disponibilizará à contratada local e estrutura necessária para realização dos treinamentos, sendo disponibilizados computadores, mesas e cadeiras para acomodação dos usuários. Demais equipamentos, como projetor multimídia, tela de projeção, equipamentos de áudio e vídeo, e materiais didáticos, ficarão a cargo da contratada.
- 5.3. A CONTRATADA deverá possuir um sistema WEB, disponível através da rede mundial de computadores (internet), para abertura de chamados técnicos, de qualquer natureza, que possibilite o acompanhamento do status do referido chamado através do número de protocolo.
- 5.4. Imediatamente após a emissão da ordem de serviço, a contratada deverá dar início aos trabalhos de implantação da solução integrada e conversão dos dados contidos atualmente em uso pela prefeitura. O prazo máximo para que a solução integrada esteja totalmente implantado e plenamente operante em todas suas funções, e, com todos os dados convertidos, não poderá ser superior a 90 dias, contados da emissão da ordem de serviço.
- 5.5. Depois de implantado a solução integrada e convertido os dados, a empresa contratada deverá realizar a apresentação oficial da nova solução aos usuários e técnicos da prefeitura, visando apurar o efetivo atendimento de todas as condições exigidas pelo edital, e, o funcionamento pleno para todas as áreas licitadas.
- 5.5.1. Constatadas irregularidades no funcionamento da solução integrada, a prefeitura poderá determinar a contratada a correção da falha, devendo a nova solução ser adequada inteiramente ao exigido pelo edital, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.5.2. O período de implantação, conversão de dados, apresentação da solução integrada e correção de eventuais falhas não será computado para efeito de pagamento, não sendo devido,

portanto, o pagamento da manutenção mensal até a efetiva entrada em funcionamento da nova solução contratada.

§ 6. São obrigações da contratada, além daquelas implícitas nas cláusulas do edital, anexos e Contrato:

§ 6.1. Implantar a nova solução integrada licitada, objeto desse contrato, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado e nos prazos estipulados.

§ 6.2. Corrigir eventuais problemas de funcionamento da solução integrada.

§ 6.3. Prestar manutenção a solução integrada.

§ 6.4. O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições expressadas no edital, anexos e Contrato.

§ 6.5. Manter sigilo absoluto das informações processadas.

§ 7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser refeito/corrigido às custas da contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

§ 8. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais.

§ 9. A CONTRATADA não poderá transferir, subcontratar ou ceder suas obrigações ou realizar usação, cisão ou incorporação, sem autorização da CONTRATANTE.

§ 10. Os sistemas deverão ser hospedados em Nuvem (Cloud) garantindo recursos tecnológicos necessários para o funcionamento e segurança. Os serviços de disponibilização dos sistemas em Datacenter poderão ser subcontratados, sem necessidade de anuência da Prefeitura.

§ 11. Manter o sigilo e a segurança de todas as informações que estarão sob sua guarda ou tratadas através dos sistemas, cumprindo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/2018.

L ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

§ 1. Encerrada a etapa de lances e habilitação, a solução de sistemas proposta pela empresa classificada em primeiro lugar, será avaliada por meio de provas de conceito, para verificação da aderência aos sistemas que se pretende contratar.

§ 2. A verificação da aderência será efetuada após cinco dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro, e será efetuada pelo Pregoeiro e uma comissão constituída por profissionais da Prefeitura e dos órgãos participantes do processo, nas dependências da Prefeitura, que disponibilizará sala apropriada e projetor.

6.2.1. Os servidores públicos envolvidos nas atividades de suas respectivas secretarias, farão o acompanhamento das Provas de Conceito, apresentadas e serão os responsáveis pela avaliação.

6.3. Serão avaliados objetivamente os requisitos descritos no item 1, do Anexo 1-A (Caracterização Tecnológica dos Sistemas Integrados) e item 1 do Anexo 1-B (Funcionalidades dos Sistemas Integrados), ambos do Termo de Referência.

6.4. A licitante deverá atender a integralidade das características descritas no item 1-A (Caracterização Tecnológica dos Sistemas Integrados), já que tais características são essenciais para que a Prefeitura não tenha necessidade de reestruturações e adequações em sua estrutura tecnológica.

6.5. Para aprovação das funcionalidades dos sistemas (item 1 – Anexo 1-B), a licitante deverá atender a ao menos 70% dos itens de cada sistema de gestão administrativa, relacionados abaixo, percentual esse considerado mínimo e essencial para verificação das condições de capacidade do licitante para prestação dos serviços e funcionamento do sistema.

- Administração Tributária;
- Administração Orçamentária e Financeira;
- Administração de Recursos Humanos;
- Ponto Eletrônico;
- Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho
- Aquisições Públicas, Estoque, Patrimônio e Gestão de Suprimentos;
- Pregão Eletrônico;
- Administração de Frotas;
- Administração de Cemitérios;
- Portal de Acesso à Informação;
- Apoio na Tomada de Decisões;
- Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos.

Câmara Municipal de Itatiba (SIAFIC)

- Administração Orçamentária e Financeira.

6.6. A licitante deverá realizar a apresentação em equipamento próprio, tais como microcomputador, impressora, etc., devidamente configurados para permitir o funcionamento dos sistemas a serem apresentados. Os equipamentos serão operados por profissionais da empresa licitante, que deverão se apresentar, no prazo e horário, definidos pelo Pregoeiro.

6.7. Os sistemas deverão ser demonstrados na Web, sem a necessidade de emulação.

6.8. A equipe técnica apresentará o resultado da avaliação, expresso por ATENDIDO ou NÃO ATENDIDO.

6.9. Caso o resultado seja "NÃO ATENDIDO", a Prefeitura convocará a empresa segunda colocada, para que, caso cumpra todas as exigências de habilitação, realize a Prova de Conceito, e assim sucessivamente, até a apuração de uma empresa que atenda às exigências estabelecidas.

6.9. Caso o resultado seja "NÃO ATENDIDO", a Prefeitura convocará a empresa segunda colocada, para que, caso cumpradas as exigências de habilitação, realize a Prova de Conceito, e assim sucessivamente, até a apuração de uma empresa que atenda às exigências estabelecidas.

ANEXO I.B

1 - FUNCIONALIDADES DOS SISTEMAS INTEGRADOS

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CADASTRO ÚNICO DE CONTRIBUINTE

1. Permitir o cadastro de pessoas (Física e Jurídica) de forma a constituir um cadastro único para contribuintes que deverá ser compartilhado para os setores da prefeitura.
2. Permitir a consulta e localização de todos os relacionamentos a qual o contribuinte é responsável (Imóvel, Empresa, Parcelamentos de débito, Certidões, Processos de Execuções fiscais, Alvarás, Etc.).
3. Permitir pesquisar os débitos atualizados e emitir documento com demonstrativo dos débitos para pagamento, no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, referente a todos os relacionamentos que o contribuinte é responsável.
4. Conter rotina que permita a unificação dos cadastros de Contribuintes possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados. Todos os vínculos existentes para os contribuintes excluídos devem ser migrados para o cadastro que ficou ativo.
5. Conter rotina para registrar todas as alterações dos cadastros, que deverá possuir no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual e permitir a consulta desses dados por usuário habilitado.
6. Conter rotina que permita a criação de registro espelho de cadastros excluídos, quando essa exclusão for necessária.
7. Possuir registro de históricos de ocorrências registrando data, usuário e o histórico e número do processo administrativo.
8. Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.
9. Conter rotina específica de crítica de CNPJ e CPF que permita a identificação e apresentação de outros contribuintes idênticos.
10. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
11. Permitir ao gestor incluir novas características ao cadastro de contribuintes, para fins de armazenamento de informações extras. Os tipos que devem ser aceitos são Textos, Datas, Decimais, Inteiros e Tabelas (onde o gestor configura quais serão os possíveis valores para seleção).

CADASTRO ÚNICO DE ENDEREÇOS

12. Permitir o cadastro de endereços de forma a constituir um cadastro único que deverá ser compartilhado para todos os setores da prefeitura.
13. Conter rotina que permita a unificação dos cadastros de endereços possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados.
14. Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.

IMOBILIÁRIO

15. Conter o Cadastro Técnico Imobiliário para registro dos lotes urbanos do município onde serão vinculados os detalhes descritos nos itens abaixo.
16. Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.
17. Permitir informar todos os proprietários, compromissários e possuidores (Principal e Outros), o período de início e fim de cada registro, a fim de manter o histórico das transações. Esses cadastros deverão constar no Cadastro Único de Contribuintes.
18. Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços do imóvel e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro imobiliário.
19. Permitir o cadastro das testadas adicionais, contendo tamanho em metros e o Logradouro para qual está direcionada.
20. Permitir o cadastro de Áreas Constituídas adicionais informando minimamente o tipo de área, metragem e ano de construção. O sistema também deve permitir parametrização para que um usuário gestor do sistema crie características diversas para a área construída (Ex: acabamento, revestimento, tipo de piso, etc) para fins de uso em cálculos de taxas e impostos.
21. Conter cadastro de empreendimentos imobiliários e permitir sua associação no cadastro imobiliário.
22. Conter cadastro de Imobiliárias e permitir sua associação no Cadastro Imobiliário.
23. Conter cadastro de Tipos de Entrega e permitir sua associação com o Cadastro Técnico Imobiliário com a finalidade de permitir filtros para emissão e entrega dos carnês de IPTU e outras correspondências de cobrança.
24. O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro imobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro imobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.
25. Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro imobiliário.
26. Manter registros históricos dos lançamentos por exercício de IPTU, constando os dados referentes aos valores venais lançados, os valores de metro quadrado de terreno e construção e todos os fatores utilizados para a apuração do lançamento.
27. Conter Cadastro das Confrontações do imóvel podendo informar a metragem, lado e a identificação do confrontante a qual que faz divisa.
28. Conter o Cadastro dos Projetos de construções para o imóvel e possibilitando o lançamento do ISS de construção.
29. Conter Cadastro que permita registrar as isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do imóvel, contendo o tipo de isenção e prazo de duração.
30. Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro imobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.
31. Permitir que o usuário possa incluir uma restrição temporária que impeça o lançamento de parcelamentos para este cadastro durante um período pré-determinado.

32. Conter rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.
33. Conter rotina para o desmembramento de um registro do cadastro imobiliário e a geração de vários outros registros com as mesmas características para posterior alteração.
34. Conter rotina que permita fazer o agrupamento de vários cadastros imobiliários em um único registro, tornando os registros origens em cadastros inativos, registrando os históricos das ocorrências.
35. Disponibilizar consulta em tela das ocorrências de desmembramento e agrupamentos para os usuários do setor de cadastro.
36. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
37. Conter Cadastro Técnico de Logradouros oficiais do município, contendo minimamente as informações de Oficializado / Denominado; Tipo de Logradouro; Nome do Logradouro; Bairro; Descrição de nome anterior; Legislação de Origem; Faixa de Numeração. Conter rotina que permita ao usuário incluir históricos manual das alterações contendo data de registro, dados do processo que originou este histórico e um campo de digitação livre para descrição do histórico. Permitir dentro do cadastro de logradouros oficiais que o usuário possa consultar este histórico. Disponibilizar também um local onde o usuário possa verificar quais são as faces de quadras vinculadas ao logradouro.
38. Conter Cadastro de Faces das Quadras para associá-las ao cadastro imobiliário, contendo os equipamentos urbanos disponíveis e o valor da Planta Genérica de Valores, para o cálculo dos valores venais. Disponibilizar também um histórico de averbação manual para o cadastro de face de quadra para fins de anotações diversas que o usuário tiver a necessidade de lançar.
39. Conter Cadastro de Loteamentos e permitir que seja associado ao imóvel.
40. Conter Cadastro de Características de terreno e de edificações de forma que o usuário gestor possa criar campos customizados no cadastro a fim de não limitar as informações que a prefeitura deseja informar.
41. Permitir visualizar as empresas relacionadas ao imóvel.
42. Conter rotina para a simulação do cálculo e lançamento dos valores venais e IPTU do exercício atual e até de exercícios anteriores. Permitindo que o usuário realize um filtro e selecione quais imóveis ele deseja realizar os lançamentos. O cálculo automaticamente deve considerar possíveis isenções ou imunidades cadastradas para os cadastros imobiliários selecionados. Permitir também que sejam parametrizados os cálculos para que o sistema realize o lançamento recalculando o lançamento anterior ou criando novo lançamento.
43. Emissão de Carnê de segunda via de IPTU, no formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/Pix para Ficha de Compensação ou ficha de arrecadação e deverá conter obrigatoriamente uma lâmina de Notificação com o descritivo dos dados do lançamento.
44. Conter rotina para exportar os lançamentos de IPTU em formato texto para emissão das carnês em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados de acordo com filtros de campos do cadastro imobiliário.
45. Emissão de Ficha de Lançamento contendo os dados do imóvel, características e fatores utilizados para o lançamento do IPTU do Exercício.
46. Conter rotina para o cadastro e lançamento de ITBI, o sistema deve permitir a inclusão de mais de um adquirente, transmitente, anuente e usufrutuário. Em relação ao cálculo, o sistema deve realizar o cálculo automaticamente sobre o maior valor entre venal, de compra ou de avaliação da prefeitura.

O lançamento do ITBI também deve permitir a inclusão de vários imóveis para lançamento de única

- guia para todas as transações efetuadas. Também deve permitir o lançamento de ITBI complementar para casos em que se faça necessário um complemento via arbitramento.
47. Emissão de Documento de arrecadação de ITBI, contendo a descrição dos dados cadastrados e o documento de arrecadação no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, com código de barras e QR Code/Pix.
48. Emissão de Boletim de Inscrição Cadastral (BIC), contendo todas as características do cadastro e permitir que um usuário da prefeitura com o devido treinamento adéque o BIC de acordo com a necessidade da prefeitura via software fornecido pela própria empresa do sistema. Rotina para a emissão coletiva Geral ou parcial de carnes de IPTU lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem impressos a partir de um filtro realizado por informações do lançamento ou do cadastro.
49. Permitir cadastramento do imóvel rural com no mínimo as seguintes características: Inscrição do Incri, Valor da Área, Endereço, Situação da Cobrança, Matrícula, Cartório vinculado e campo de Observação.
50. Permitir vinculação de outros proprietários junto ao imóvel com no mínimo as seguintes características: se é principal, qual percentual possui, a data de entrada e saída.
51. Realizar a cópia de um cadastro e permitir alteração dos dados pelo operador, facilitando o preenchimento de imóveis com dados similares.
52. Permitir consulta dos imóveis por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do imóvel, Bairro do imóvel, Matrícula, Inscrição do Incri e Situação.
53. Permitir a ordenação dos registros em tela por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do Imóvel, Bairro do imóvel, Matrícula, Inscrição do Incri e Situação.
54. Possibilitar exportação de dados exibidos em tela a escolher pelo operador, em formato .csv; Lançamento Geral.
55. Permitir lançamento de taxas avulsas junto ao imóvel, possibilitando a emissão de guias com código de barras e QR Code/Pix.
56. Visualizar todas as guias lançadas para o respectivo imóvel, demonstrando no mínimo os seguintes dados: Exercício, Situação, Data da Geração, Valor Original, Valor Juro, Valor de Multa, Valor Correção, Baixa Bancária e Usuário Lançador.
57. Permitir lançamento de histórico junto ao imóvel. O sistema deverá informar a data e qual usuário realizou o lançamento.
58. Permitir a visualização do débito com valores corrigidos, com no mínimo os seguintes dados: Nome Tributário, Número Parcela, Situação Parcela, Exercício, Vencimento, Valor Original, Juro, Multa e Corrigido.
59. Realizar a impressão da guia de recolhimento, possibilitando inserir observação a ser impressa junto a guia.
60. Realizar a impressão demonstrativo por parcela.
61. Realizar a impressão demonstrativo por exercício.
- DOI – Declaração de Operações Mobiliárias
62. Todas as telas de listagem deverão possuir permissão para verificar qual filtro está sendo utilizado no momento;
63. Todas as telas de listagem deverão possuir a possibilidade de salvar o filtro da consulta atual durante o uso do sistema;
64. Todas as telas de listagem deverão possuir impressão nos seguintes formatos: XLS, PDF, Paisagem, PDF Retrato e TXT;
65. Todas as telas de listagem deverão possuir a impenção de todos os filtros de forma coletiva;
66. Todas as telas de listagem deverão possuir escolha dos campos que são demonstrados em tela; Após a escolha dos campos, poderão ser impressos nos formatos conforme item 1.3;
67. Todas as telas de listagem deverão possuir ordenação da informação exibida em tela, através da função drag-and-drop e com a escolha de ordenação ascendente e descendente;
68. Todas as telas de listagem deverão possuir consultas dos campos exibidos em tela;
69. Todas as telas de listagem deverão possuir a demonstração de qual campo está sendo filtrado no momento;
70. Todos os itens de cadastro deverão possuir as seguintes opções: Inclusão, Visualização e Edição;
71. Durante a visualização do item de cadastro não será permitido alteração da informação;
72. Todos os itens cadastrados não podem ser excluídos, somente inativados;
73. Os itens de cadastro deverão seguir padrão conforme leiaute versão 6.1;
74. Possuir cadastro de Situação da operação imobiliária;
75. Possuir cadastro de Atribuição da DOI;
76. Possuir cadastro de Tipo da Transação;
77. Possuir cadastro de Retificação do Ato;
78. Possuir cadastro de Forma da Alienação/Aquisição;
79. Possuir cadastro de Valor da Alienação não consta;
80. Possuir cadastro de Tipo de Imóvel;
81. Possuir cadastro de Situação da Construção;
82. Possuir cadastro de Localização do imóvel;
83. Possuir cadastro de Área não informada/consta;
84. Possuir cadastro de Valor do ITBI ou ITCD informada/não consta;
85. Permitido somente importar arquivo com extensão .DEC. Caso o usuário tentar importar arquivo com qualquer outra extensão, o sistema deverá barrar a importação;
86. O sistema deverá realizar as validações e críticas durante a importação do arquivo, para posterior validação do operador do sistema;
87. Ao tentar importar o mesmo arquivo já importado anteriormente, o sistema deverá barrar a importação;
88. O sistema deverá apresentar em tela todos os arquivos já importados;
89. Permitir ignorar a operação imobiliária (rural e urbana) de outro município, imóvel com dados já atualizados ou qualquer outra informação que o operador julgar necessário. Obrigar o operador informar o porquê ignorou a operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;
90. Possuir rotina para reabilitar a operação imobiliária ignorada. Obrigar o operador informar o porquê da reabilitação da operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;
91. Dar a possibilidade para o operador ignorar ou reabilitar de forma coletiva as operações imobiliárias, ou seja, de 2 ou mais operações;
92. Possuir tela onde o operador possa verificar todas as informações envolvidas na operação imobiliária: dados da operação, localização do imóvel (rural ou urbano), alienante, adquirente, dados da alienação e matrícula;
93. Informar ao operador todas as críticas que o sistema localizou durante a importação da operação imobiliária, tais como:
- 93.1. Imóvel não pertence ao município;
- 93.2. Matrícula não encontrada na base de imóvel;
- 93.3. Matrícula encontrada em duplicidade na base de imóvel;
- 93.4. Identificação não encontrada na base de imóvel;

- 33.5. Identificação encontrada em duplicidade na base de imóvel;
- 33.6. Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base do imóvel;
- 33.7. Matrícula não encontrada na base do imóvel rural;
- 33.8. Matrícula encontrada com duplicidade na base do imóvel rural;
- 33.9. Identificação não encontrada na base do imóvel rural;
- 33.10. Identificação encontrada com duplicidade na base do imóvel rural;
- 33.11. Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base do imóvel rural;
- 33.12. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de contribuintes;
- 33.13. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico x contribuinte;
- 33.14. Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel;
- 33.15. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico rural x contribuinte;
- 33.16. Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel rural;
- 33.17. Valor CPF/CNPJ do adquirente não foi localizado na base de contribuintes;
- 33.18. Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel;
- 33.19. Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel;
- 33.20. Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel rural;
- 33.21. Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel rural.
34. Após o operador ajustar os itens da crítica, o sistema deverá possuir uma forma de atualizar a crítica sem a necessidade de nova importação do arquivo, para que o operador saiba se a crítica foi solucionada.
35. Caso exista mais de um adquirente na operação imobiliária, o que possuir maior percentual levará ser o proprietário principal do imóvel (rural ou urbano);
36. Quando o operador efetivar a operação imobiliária conforme informações disponibilizadas pelo DOI, o sistema deverá atualizar o cadastro de proprietário, de adquirente e transmissente no cadastro de imóvel (rural e urbano);

MOBILIÁRIO

37. Conter o Cadastro Técnico Econômico (Cadastro Mobiliário) conforme detalhes descritos nos itens abaixo.
38. Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.
39. O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro mobiliário e lerá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. O cadastro mobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.
40. Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro mobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.
101. Conter Cadastro de Atividades Econômicas de forma a permitir que seja informada mais de uma atividade para o cadastro, o período inicial e final de vigência de cada atividade, atividade principal.
102. Conter Cadastro dos Contadores e sua associação ao Cadastro Mobiliário, devendo o cadastro de contadores ser baseado no Cadastro Único de Contribuintes.
103. Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços de localização e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro mobiliário.
104. Permitir a associação do Cadastro Mobiliário ao Cadastro Técnico Imobiliário do local do estabelecimento.
105. Conter Cadastro de Enquadramento no Simples Nacional, permitindo informar o período de início e fim do enquadramento, mantendo o histórico dos períodos anteriores.
106. Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo.
107. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro mobiliário.
108. Cadastro dos Sócios, que deverá estar contido no Cadastro Único de Contribuintes, podendo registrar o período de início e fim de sua vigência.
109. Conter Cadastro de Atividades diversas para configuração de lançamentos dos tributos e taxas do mobiliário (ISS Fixo, Taxa de Licença, Ocupação Solo, Publicidades, Etc.) associados ao Cadastro Mobiliário, permitindo informar valores, quantidade e alíquotas e o período sua vigência para cálculos proporcionais.
110. Conter uma tela para visualização de registro dos Movimentos Econômicos de prestadores de serviços contendo: Valor do Movimento Econômico da Empresa, Exercício e Mês de Competência, Valor das Deduções, valor do imposto e o tipo de declaração (Declarado, Fiscalizado, Sem Movimento, Etc.).
111. Conter Cadastro de Táxi contendo no mínimo as informações de: CNH, Condutor (vinculado ao cadastro de contribuintes), CPF, Chassis, decreto de permissão, Ano de Fabricação e dados do taxímetro.
112. Conter Cadastro de Autorização para impressão de Documentos Fiscais (AIDF) contendo minimamente dados da gráfica, Data de emissão, pedido e validade, faixa de notas liberadas e série.
113. Conter Cadastro que permita registrar as isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do Cadastro Mobiliário, contendo o tipo de isenção e prazo de duração para ser utilizado no cálculo das taxas e impostos.
114. Conter Cadastro de Horário permitindo informar os horários de funcionamento normais e os adicionais.
115. Conter Cadastro de Anúncios para os lançamentos de Taxas de Publicidade.
116. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
117. Conter rotina para os cálculos e lançamentos dos Tributos de ISS, Taxas de licença, Ocupação de Solo Etc., possibilitando o lançamento geral ou parcial, permitindo ao usuário os cadastros e selecionar os registros a serem calculados. Os cálculos deverão levar em consideração períodos proporcionais incompletos conforme a Data de Início de Atividade, Isenções, reduções e descontos.
118. Conter rotina para o lançamento de ISS para prestadores de serviços com as parcelas sem valor de lançamento, referente às 12 competências do ano, considerando sempre a proporcionalidade da Data de Início de Atividade, que deverão ter seus valores atualizados conforme a declaração no sistema de ISSQN online.

119. Conter rotina para exportar os lançamentos de Tributos e Taxas do Mobiliário em formato texto para emissão das carnes em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados.

120. Conter Cadastro de Alvarás abrangendo todos os tipos de alvarás (Mobiliário, Imobiliário, Obras, Etc.). O sistema deve permitir que um usuário treinado da prefeitura possa ajustar o layout dos alvarás conforme necessidade de cada setor.

121. Conter rotina para a emissão coletiva Geral ou parcial de carnes de tributos lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados a partir de filtros do cadastro ou do lançamento e informar a ordenação que deverá ser impresso, e possibilitando a impressão em formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/Pix.

122. Conter rotina para geração de Certidões (Negativa de débitos, Positiva de débitos, Certidão Positiva com Efeito de Negativa Valor Venal, Etc.), e emissão da certidão conforme o contexto. Deverá ter críticas para as valiações das certidões, não poderá gerar uma certidão negativa quando houver débito vencido, nos casos que tenha débitos parcelados em dia, deverá ser gerado Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Etc.

AUTO DE INFRAÇÃO

123. Conter rotina para o Cadastro de Notificações e geração automática de Auto de Infração respectiva quando a notificação não for atendida, registrar ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.) e impressão de Ficha de Notificação. O lançamento de uma notificação deve permitir a seleção de um ou mais dispositivos legais infringidos para lançamento em um único débito. O sistema deve permitir lançamento de notificações para qualquer tipo de cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou diretamente para o Contribuinte).

124. Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidadeapurada e a legalidade do lançamento de notificação.

125. O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento da notificação, ela seja alterada apenas se for reaberto para edição por um usuário com permissão específica para liberar a notificação para edição.

126. O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais a notificação e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.

127. Conter rotina de armazenamento de históricos manuais digitados pelo usuário contendo minimamente campos de data, histórico, processo e usuário. Este histórico ficará disponível para consulta durante a visualização ou edição de uma notificação.

128. Conter rotina para o lançamento de Auto de Infração diretamente para os casos onde não cabe notificação prévia e a devida geração automática da guia de recolhimento, emissão de documento de arrecadação em formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, ambos com código de barras e QR-Code/Pix.

O lançamento de autos deve permitir também a seleção de uma ou mais disposições legais infringidas, emissão do Auto de Infração e registro de ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.)

129. Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidadeapurada e a legalidade do lançamento do auto de infração.

130. O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento do auto de infração, ele seja alterado apenas se for reaberto para edição por um usuário com permissão específica para liberar o auto para edição.

131. O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais ao auto de infração e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.

PARÂMETROS E CONFIGURAÇÕES

132. Conter Cadastro de Parâmetros para a montagem do código de barras dos documentos de arrecadação de forma que o usuário gestor possa parametrizar qual o banco, conta e tipo de convênio será utilizado para pagamento dos documentos emitidos.

133. Conter cadastro de departamento, onde serão vinculados os usuários de cada departamento, os preços públicos, os alvarás, as certidões e os tipos de infrações que os usuários do departamento poderão lançar.

134. Conter Cadastro de índices de atualização monetária, permitindo registrar qualquer índice de correção ou moeda que a prefeitura tenha necessidade.

135. Conter Cadastro que permita registrar as assinaturas digitalizadas de funcionários responsáveis para emissão de documentos e que possam ser modificados pelos usuários gestor da prefeitura conforme sua necessidade.

136. Conter Cadastro de configuração dos cálculos de correção, juros, multa, descontos e honorários advocatícios, utilizados para as atualizações dos débitos municipais conforme descrito código tributário do município.

137. Conter Cadastro de Parâmetros e rotinas para programas de refinanciamento fiscal de débitos vencidos (REFIS), contendo no mínimo: Período de vigência do programa, período dos vencimentos dos débitos, percentuais de isenções para os valores de correção, juros, multa e honorários advocatícios, definição de quais rubricas poderão entrar no programa de revisão fiscal, valores mínimos para lançamento de parcelas em caso de parcelamento, limite de parcelas para casos de parcelamento e quais situações de cobrança de débitos esta REFIS será aplicado (Dívida corrente, ativa ou judicial).

138. Conter Cadastro de condições de lançamentos de débitos em mais de uma parcela onde o usuário poderá configurar em até quantas parcelas o débito será lançado, junto com seu valor mínimo, bem como em casos de pagamento em cota única, definir também quantas cotas serão lançadas e o fator de desconto para cada cota única.

139. Conter Cadastro de configuração de lançamentos que permita ao usuário gestor configurar os procedimentos de lançamentos de tributos contendo no mínimo os seguintes campos: Exercício de lançamento, parâmetros de vencimentos, as rubricas que compõem o lançamento, valor mínimo do lançamento, a moeda utilizada para indexação do cálculo, a possibilidade de configurar se o sistema deve ou não recalcular sempre os débitos lançados, possibilidade de lançar valores zerados e a data do efetivo lançamento. Garantir também que seja possível definir quais são os departamentos que podem realizar o lançamento de débitos desta configuração. Conter a possibilidade de cadastrar características específicas de lançamento que o usuário pode preencher durante o lançamento deste tipo de débito e que serão armazenados junto com cada lançamento para detalhamento do cálculo realizado. Permitir que o usuário vincule as fundamentações legais de lançamento de cada rubrica para utilização em certidões de dívida ativa.

140. Conter Cadastro de fórmulas de cálculo por rubricas de utilizadas no lançamento, que permitirá ao usuário gestor treinado pela empresa a flexibilidade para configurar os cálculos dos valores lançados no sistema.

141. Conter configuração de integração com o sistema contábil diretamente no cadastro das rubricas. Permitindo ao usuário configurar quais contas de receita serão integradas para cada tipo de lançamento anualmente (Valores originais, multa, juros, correção e dívida ativa). Esta funcionalidade deve conter uma rotina para replicar as configurações de integração com a contabilidade de um exercício para outro, a fim de evitar redigitação manual anualmente.

142. Conter rotina que permita ao usuário gestor criar procedimento para exportação de qualquer informação da base de dados via arquivo texto.
143. Conter rotina que permita o cadastro de outros devedores co-responsáveis aos débitos de um cadastro.
144. Conter rotina de cadastro de textos padrões que será utilizado pelo gestor da prefeitura para ajustar textos fixos utilizados em relatórios, boletos e certidões.
145. Conter Cadastro de dias úteis e não úteis bancários a serem utilizados pelas rotinas de baixas.
146. Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um contribuinte excluído erroneamente no sistema.
147. Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um cadastro de CEP excluído erroneamente no sistema.
148. Conter rotina de auditoria das ações do sistema, onde o auditor poderá marcar cada auditoria como já avaliada e consultar as origens de cada auditoria gerada pelo sistema, permitindo ao auditor uma avaliação completa do lançamento ou alteração realizada pelo usuário.
149. Permitir a emissão de guias de arrecadação com código e barras e QR-Code PIX, contendo parâmetros para devida configuração do convênio estabelecido entre a Prefeitura e o Banco.

TESOURARIA

150. As rotinas de baixas de tributos (financeiras) deverão assegurar que, em casos de baixas de documentos com valor a menor, o saldo deverá constar como débito ainda em aberto. Quando a parcela paga for a ÚNICA paga após o vencimento (em caso de desconto) ou com valor a menor, as demais parcelas deverão ser baixas proporcionalmente ao pagamento da única, restando também saldo em aberto. Documentos baixados com valor a maior, o saldo deverá ser armazenado e classificado em conta contábil diferente facilitando a localização e restituição desses créditos quando solicitado.
151. Conter rotina para recepção de arquivo dos agentes arrecadadores com a arrecadação de tributos para efetuar as baixas de forma automática, fazer apontamento e emissão de relatório das inconsistências encontradas, emitir relatório com a classificação das receitas recebidas e a extração de arquivo para envio à contabilidade.
152. Possibilitar também a transferência de baixas entre parcelas, quando há erro na identificação do camê.
153. Conter rotina para baixa financeira manual de documentos de arrecadação emitidos pela prefeitura, para os casos em que o pagamento dos valores não ocorreram por pagamento via código de barras e emitir relatório com a classificação contábil das rubricas registradas comprovando quais valores serão enviados à contabilidade.
154. Conter rotina para efetuar cancelamentos de tributos por processo autorizado, devendo ser relacionada com um processo administrativo e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.
155. A tarefa deve permitir também o estorno do cancelamento em caso de erro de lançamento, bem como um histórico manual para anotações do usuário com no mínimo os campos: Data, usuário e histórico.
156. O sistema deve apresentar a cada parcela selecionada para baixa, os valores originais, de multa, juros, correção para cada rubrica lançada na parcela.
157. Conter rotina de compensação ou restituição de valores pagos de forma financeira, possibilitando ao usuário informar o valor total a ser compensado, processo administrativo e escolher quais parcelas deverão ser compensadas e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.

158. Esta rotina deve permitir estorno para caso houver alguma falha de lançamento feito pelo usuário.
159. Conter rotina para cancelamento em lote de lançamentos pendentes originados de baixas com valores pagos a menor.
160. Conter rotina para importação dos arquivos DAF607 com as seguintes características:
- 160.1. Manter os registros históricos para consultas posteriores.
- 160.2. Conter críticas para informações de contribuintes não cadastrados na prefeitura.
- 160.3. Possibilitar o cadastramento automático de contribuintes ainda não cadastrados para posterior análise do setor de cadastro.
- 160.4. Gerar automaticamente o lançamento e a baixa para cada registro informado no arquivo e a classificação das receitas contábeis.
161. Conter rotina de transferência de débitos entre contribuintes devedores, contendo informações do cadastro de origem e de destino da transação. Também deve permitir consultar os débitos que o cadastro de origem tem em aberto e selecionar para quais débitos o usuário deseja realizar esta tarefa.
- Antes de executar a transferência, o sistema deve checar se os débitos já tem CDAs geradas em nome do devedor de origem e caso houver, demonstrar em tela quais são os débitos que tem esta restituição a fim de evitar problemas no processo de cobrança.

DÍVIDA ATIVA

162. Conter rotina para inscrição coletiva ou individual de débitos vencidos e emissão do Livro de Dívida Ativa com páginas numeradas sequencialmente.
163. Conter rotina de geração da Certidão de Dívida Ativa, identificando o responsável, data de inscrição, número do livro, número da folha, número da certidão, tributo inscrito valor original e a fundamentação legal do lançamento do tributo e suas atualizações.
- A rotina deve permitir impressão da CDA bem como a sua customização por um usuário capacitado pela empresa para realizar tais alterações em ferramenta disponibilizada pela contratada.
- Conter rotina de crítica de CDAs, onde o sistema deve apresentar quais CDAs tiveram alteração de valor devido e alteração de responsável pelo débito. Neste caso, permitir também que o usuário faça a atualização ou substituição da CDA conforme necessidade da prefeitura.
164. Conter rotina para a geração e acompanhamento do processo administrativo de execução fiscal, contendo uma ou mais certidões do contribuinte, a emissão da petição inicial, citação e as certidões de dívida do processo.
- A geração deve permitir que o usuário filtre os débitos que deseja gerar processo para ajuizamento por no mínimo as seguintes informações: Tipo de Cadastro (Contribuinte, mobiliário ou imobiliário), faixa de inscrições, faixa de exercícios, faixa de valores e filtro de tributos que deseja-se ajuizar.
165. Conter rotina para o parcelamento e refinanciamento dos lançamentos vencidos e inscritos em dívida ativa com as seguintes características:
- 165.1. Permitir a escolha de um programa de refinanciamento de débito vigente na prefeitura.
- 165.2. Permitir associar o parcelamento a um processo administrativo.
- 165.3. Registrar e manter histórico dos débitos e suas atualizações que compõem a origem do parcelamento.
- 165.4. Permitir informar a quantidade de parcelas para o parcelamento, desde que considerado a quantidade mínima prevista para o programa de refinanciamento enquadrado.
- 165.5. Emitir Termo de confissão de dívida conforme legislação vigente.
- 165.6. Emitir Carnê com as parcelas do parcelamento, em formulário A4 com três lâminas por folha e formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, código de barras e QR-Code/PIX.

165.7. Emitir Relatório de Ficha Técnica do Parcelamento contendo os dados dos responsáveis, dos débitos de origem do parcelamento e das parcelas do parcelamento.

165.8. O sistema deve conter rotina para acompanhamento do parcelamento onde será demonstrado quais parcelas dos rigens estão sendo pagas a cada pagamento de uma parcela do parcelamento.

166. Conter rotina para o cancelamento de parcelamentos com a quantidade de parcelas vencidas e não pagas definida pela lei municipal, de forma individual e coletiva. Os valores pagos deverão ser compensados nas parcelas de origem do parcelamento, considerando a ordem cronológica, quitando o débito mais antigo para o mais atual.

167. Conter rotina para registrar as despesas processuais (Diligências, Postagem, Etc.) da execução fiscal, inserindo automaticamente na conta-corrente do contribuinte.

PREÇOS PÚBLICOS

168. Conter cadastro de Preços Públicos e rotina para lançamento de Taxas Diversas identificando o contribuinte, data de emissão, contendo um ou mais preços públicos e a emissão de documento de arrecadação demonstrando a relação dos preços públicos associados e documento no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação para recolhimento na rede bancária com código de barras e QR-Code/Pix. Em um mesmo lançamento o sistema deve possibilitar a inclusão de vários preços públicos para geração de uma única guia. Ao selecionar um preço público, o usuário poderá informar uma quantidade multiplicadora e até mesmo definir o valor do preço público manualmente. Uma vez lançada a guia referente à taxa diversa, o sistema deve bloquear a alteração de qualquer informação do preço público e apenas permitir sua alteração caso um usuário com permissão especial para isso libere a taxa diversa para edição.

SERVIÇOS ON-LINE

169. Conter rotina para consulta de débitos imobiliários e Mobiliários em aberto apresentando ao contribuinte os valores Originais, Correção, Juros, Multas, Descontos e Honorários Advocáticos, possibilitando-o a selecionar os registros para a emissão de documento de arrecadação demonstrando os débitos selecionados. Disponibilizar também rotina para geração de extrato (PDF) de débitos abertos selecionados na consulta citada neste item.

170. Conter rotina para geração e emissão de certidões como: Certidão Negativa de Débito, Certidão Positiva de Débito, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Certidão Negativa de Débito para o Documento (CNPJ ou CPF) e Certidão de Valores Venais Imobiliários, Certidão de Comprovação de Área Construída do Imóvel, Certidão de Comprovação de Lançamento de IPTU. Também deve conter rotina para validar a autenticidade de todas as certidões emitidas.

171. Permitir ao contribuinte a emissão de Boletim Cadastral Imobiliário.

172. Emissão de segunda via de Carne de IPTU, ISS e Taxas.

173. Emissão de segunda via de Carne de Parcelamento de Débito.

174. Conter rotina onde o contribuinte possa solicitar uma atualização de endereço de entrega para o cadastro mobiliário e imobiliário.

175. Conter cadastro de contribuintes que não estão domiciliados neste município. A efetivação do cadastro deve depender de uma avaliação e aprovação de usuário da prefeitura que validará as informações e realizará o deferimento ou indeferimento do cadastro.

176. Possuir rotina de parcelamento WEB, com acesso ao contribuinte.

PROTESTO

1. O módulo deve ser disponibilizado em ambiente web e permitir acesso por navegadores padrões de mercado, tais como Mozilla Firefox, Chrome e Internet Explorer.

2. Conter tela para Busca de CDAs a Protestar, permitindo que os dados sejam filtrados por:

- 2.1. Nº do Cadastro;
- 2.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
- 2.3. Exercício de inscrição em Dívida Ativa
- 2.4. Código de Registro de Contribuinte
- 2.5. Descrição do Tributo
- 2.6. Valor do Débito
- 2.7. CPF/CNPJ

Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.

3. Conter rotina para criticar as CDA's selecionadas de acordo com as seguintes regras:

- 3.1. Certidão pertence ao Ajuizamento
- 3.2. Certidão sem débito em aberto.
- 3.3. Certidão não tem fundamentação.
- 3.4. O cadastro não possui dados de endereço.
- 3.5. O cadastro não possui informação no campo Nome.
- 3.6. O cadastro não possui informação completa no endereço de correspondência
- 3.7. O cadastro não possui informação no campo Bairro do endereço de correspondência
- 3.8. O cadastro não possui informação no campo Cidade do endereço de correspondência
- 3.9. O cadastro não possui informação no campo Estado do endereço de correspondência
- 3.10. O cadastro não possui informação no campo CEP do endereço de correspondência
- 3.11. O cadastro possui informação inválida no campo CEP do endereço de correspondência
- 3.12. O cadastro não possui informação válida no campo Número
- 3.13. O cadastro não possui informação no campo CNPJ/CPF.
- 3.14. O cadastro não possui informação válida no campo CNPJ/CPF.
- 3.15. O cadastro não tem dados de endereço.
- 3.16. Certidão não pode ser protestada, pois o seu Estado não coincide com o Estado da Prefeitura.

3.17. Certidão não pode ser protestada, pois o endereço de entrega não pertence ao município

4. Conter a opção de criação de lista de distribuição para armazenamento das CDAs selecionadas e criticadas, permitindo a criação de protestos e remessas por lote posteriormente a partir da lista de distribuição.

5. Conter opção de geração imediata dos protestos e remessas das CDAs selecionadas sem antes criar lista de distribuição.

6. O envio de arquivos de remessa deverá ser efetuado por Webservice, utilizando integração com a Central de Remessa de Arquivos - CRA.

7. Conter funcionalidade para assinatura digital automática dos Documentos de Arrecadação Municipal e Certidão de Dívida Ativa enviadas junto aos arquivos de remessa por meio dos certificados A3 ou A1.

Esta funcionalidade deverá ser executada no momento do envio do arquivo.

8. Conter tela de consulta dos protestos enviados utilizando filtros:

- 8.1. Nº do Cadastro
- 8.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
- 8.3. Situação do Protesto (Protestado, Pago, Retirado, Devolvido por Irregularidade, Anuência Confirmada em Cartório e Protesto Cancelado)
- 8.4. Código de Registro de Contribuinte
- 8.5. Data do Protesto
- 8.6. Nº da Remessa
- 8.7. Data do Protocolo
- 8.8. Nº de Protocolo
- 8.9. Código do Cartório
- 8.10. Saldo do Protesto
- 8.11. CPF/CNPJ

Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.

9. Conter funcionalidade para que os arquivos de confirmação e retorno sejam solicitados, recebidos e processados de forma automática pelo sistema diariamente.

10. O sistema deve disponibilizar para o usuário um histórico das ocorrências relacionadas às remessas, bem como o usuário que a realizou, horário da ocorrência e arquivo enviado ou recebido para:

10.1. Envio do Arquivo de Remessa à Central de Remessa de Arquivos – CRA

10.2. Recibo do Envio do Arquivo de Remessa pelo CRA

10.3. Solicitação de Arquivo de Confirmação

10.4. Recebimento do Arquivo de Confirmação

10.5. Solicitação de Arquivo de Retorno

10.6. Recebimento do Arquivo de Retorno

10.7. Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência

10.8. Recibo do Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência pelo CRA

11. Conter funcionalidade para envio em lote dos cancelamentos e desistências dos protestos.

12. O sistema deverá definir o tipo de envio (cancelamento ou desistência) automaticamente pela situação do protesto no momento do envio.

Caso o(s) protesto(s) selecionado(s) possua(m) a situação Processado, o sistema irá definir o tipo de envio como desistência, e caso a situação seja Protestado o tipo de envio será definido pelo sistema como cancelamento.

Para o envio de cancelamento, o sistema deve apresentar a opção de o usuário selecionar o motivo do cancelamento, tais como Remessa Indevida (Quando o protesto foi enviado indevidamente) ou Débito Regularizado (Quando o protesto foi devolvido pelo cartório e negociado posteriormente pela Prefeitura e representa a anuidância do título).

Para os envios de cancelamento por remessa indevida ou desistência dos protestos, o sistema deve possibilitar que o usuário descreva o motivo pelo qual o protesto foi cancelado para que seja registrado no sistema.

13. Tela para consulta dos cancelamentos enviados para os protestos utilizando filtros:

13.1. Nº do Cadastro

13.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)

13.3. Situação do Protesto

13.4. Código de Registro de Contribuinte

13.5. Data do Protesto

13.6. Nº da Remessa

13.7. Data do Protocolo

13.8. Nº de Protocolo

13.9. Código do Cartório

13.10. Saldo do Protesto

13.11. CPF/CNPJ.

Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.

14. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de quitação do débito pela Prefeitura.

15. Relatório contendo lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de parcelamento do débito pela Prefeitura, desde que haja pagamento respeitando a regra imposta pela Prefeitura.

16. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de cancelamento do débito pela Prefeitura.

17. Relatório contendo a lista dos protestos pagos na Prefeitura ou Cartório por período, bem como a quantidade total e valor total pagos.

18. Relatório contendo a lista de protestos devolvidos por irregularidade.

19. Relatório contendo a lista de cancelamentos enviados por tipo de envio

20. Relatório contendo a lista de débitos protestados por faixa de valor.

21. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade e valor total dos protestos enviados e pagos na Prefeitura por período.

22. Relatório gráfico do comparativo, entre a quantidade e valor total protestos enviados e pagos no Cartório por período

23. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade de protestos enviados e devolvidos por período.

24. Relatório gráfico do comparativo quantidade de protestos por situação dos protestos enviados para o período.

25. Relatório gráfico do comparativo entre os tipos de cancelamentos enviados por período.

PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

1. Possuir ferramenta de gerenciamento que permite efetiva organização e controle da distribuição de processos entre os procuradores, através da integração via WEBSERVICE junto ao Tribunal de Justiça.

2. Possuir ferramenta que possibilite a identificação dos processos que não possuem distribuição eletrônica permitindo a emissão das Petições e CDA em formato PDF para impressão e distribuição física.

3. Possuir o controle das informações do processo de execução fiscal contendo informações (dats) partes(s), documentos, localização do contribuinte, dados da CDA, tributos e valor original.

4. Possuir registro dos procuradores do município para controle e gerenciamento possibilitando a associação no respectivo processo.

5. Possuir ferramenta que permita efetuar o registro do protocolo do processo de execução fiscal, via integração WEBSERVICE e dos dados de envio e retorno da integração, com assinatura do procurador e seu respectivo certificado digital, associado com a assinatura digital da Prefeitura, para envio ao Tribunal de Justiça.

6. Possuir ferramenta que permita obter, através do registro do protocolo enviado através da integração WEBSERVICE, o número do processo unificado para efetiva distribuição judicial com as informações de data de distribuição e a vara.

7. Possuir ferramenta de leitura das intimações eletrônicas enviadas pelo sistema de integração WEBSERVICE, associado a cada processo.

8. Possuir ferramenta que, quando selecionado, possibilite a geração da ciência da intimação.

9. Conter rotina diária para identificar e alertar os processos cujos débitos foram quitados, parcelados ou suspensos, para as devidas petições junto ao Fórum.

10. Possuir controle de agendamento por procurador, com a visualização de prazos geradas de acordo com a intimações do processo de execução fiscal, individualizada e associada automaticamente ao respectivo processo e demais agendamentos necessários para o acompanhamento do processo.

11. Possuir aplicativo para identificação atualizada dos tributos que compõem a CDA do processo com emissão de demonstrativo dos débitos atualizados e emissão de guias bancárias para quitação da dívida, padrão Febraban definido para emissão do documento.

12. Possuir ferramenta que permita a inclusão das despesas processuais e/ou honorários advocatícios, para cada processo individualmente, gerando lançamento respectivo no cadastro fiscal do devedor, com o objetivo de ressarcir ao erário público

13. Conter módulo de editor de textos, compatível com padrão RTF ou similar, possibilitando a integração com o sistema para utilização das petições previamente cadastradas, sendo a inicial ou diversas.

14. Possuir configuração de petições e documentos de maneira a possibilitar a assinalação no registro, da realização de ato processual de suspensão, sobreestamento e extinção do feito quando o ato processual o exigir.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1- CONTROLES GERAIS:

- 1.1. Controlar o acesso do usuário ao sistema por Unidade Gestora, podendo o mesmo acessar somente uma ou várias delas;
- 1.2. Permitir o gerenciamento de rotinas, módulos e tarefas por usuário controlando o nível de acesso que pode ser de consulta ou inclusão e manutenção de dados;
- 1.3. Disponibilizar recurso de dupla custódia utilizando o conceito de usuário autorizador, em qualquer rotina, selecionada a critério do usuário;
- 1.4. Efetuar o controle de máscaras pré-definidas para os códigos de planos de contas, sem delimitação de níveis ou quantidade de dígitos, gerenciadas de forma independente por exercício;
- 1.5. Visualização dos planos de contas de receita, despesa e contábil em modo hierárquico;
- 1.6. Mesmo sem o encerramento contábil do mês ou exercício anterior, permitir a execução de lançamentos em mês posterior, sem afetar a consistência dos dados e atualizando saldos;
- 1.7. Possibilidade gerenciamento de dados dos últimos lançamentos das rotinas de receita, despesa e financeiro, sendo que nas operações de inserção a última data de cada rotina deve ser carregada, porém permitindo que a mesma pode ser alterada;
- 1.8. Ainda sobre o gerenciamento do item 1.7, permitir parametrização para Avisar ou Bloquear lançamentos com data inferior a do último lançamento efetuado;
- 1.9. Possibilitar a consulta em cada rotina, de saldo até a data do lançamento;
- 1.10. Permitir que a emissão dos relatórios seja realizada de forma Consolidada ou individual por Unidade Gestora, trazendo no cabeçalho informações que permitam a identificação do Órgão ou Unidade Gestora responsável, tendo no mínimo o nome e brasão;
- 1.11. Permitir que os relatórios sejam emitidos em intervalos de período variados, podendo ser em dias específicos, intervalos de dias, meses ou de exercícios anteriores;
- 1.12. Possibilitar que sejam definidas para cada relatório assinaturas individualizadas em cada exercício de forma independente, podendo ser por Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária;
- 1.13. Permitir que o usuário mude de uma unidade gestora e de exercício sem ter que realizar um novo login no sistema;

2 – PLANO PLURIANUAL

- 2.1. Permitir configurar o nível de detalhamento em que o PPA será elaborado. As informações de 'Unidade Executora', 'Função / Subfunção', 'Ação' e 'Fonte de Recurso' poderão ou não ser solicitadas no PPA conforme parametrização individual de cada informação;
- 2.2. Possuir cadastros básicos de suporte às rotinas do PPA como os cadastros de: Natureza da Receita, Função e Subfunção Programática, Natureza da Despesa, Unidade Orçamentária e Vínculo/Fonte de Recurso;
- 2.3. Possuir cadastro de Programas contendo a unidade responsável, o objetivo, a justificativa, o coordenador, prioridade, se é exclusivo de uma LDO, data de início e término, a possível restrição para a conclusão do mesmo, o status (original, inclusões), público alvo e horizonte temporal;
- 2.4. Possuir cadastro de Ações contendo o eixo de desenvolvimento, objetivo do milênio, prioridade, unidade responsável, horizonte temporal, produto, indicador, data de aferição, unidade de medida, índice recente e futuro do indicador;
- 2.5. Possuir cadastro de indicadores de programas permitindo o gerenciamento de metas para cada ano do PPA. Deverá possuir no mínimo unidade, índice recente, índice futuro, produto, metodologia de cálculo e base geográfica;
- 2.6. Permitir o cadastro das fontes de financiamento do PPA, estimadas para os 04 anos com a possibilidade de inclusão de novas fontes (inclusões) e alterações nas fontes já lançadas após a aprovação da peça original;
- 2.7. Permitir o cadastro da Despesa do PPA prevista para os 04 anos informando metas físicas e financeiras de cada ação com possibilidade de inclusão de novas despesas (inclusões) e alterações nas despesas já lançadas após a aprovação da peça original;

- 2.8. Permitir que as inclusões e alterações na despesa do PPA original possam ser aprovadas individualmente ou em lote informando número, data e publicação da legislação que as autorizou;
 - 2.9. Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da receita através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;
 - 2.10. Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da despesa através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;
 - 2.11. Permitir a criação de simulações do planejamento da despesa, inclusive com a possibilidade emissão dos relatórios baseados nos dados de simulação;
 - 2.12. Permitir que as simulações do planejamento possam ser armazenadas e posteriormente restauradas a critério do usuário;
 - 2.13. Emissão de Anexo I – Fontes de Financiamento dos Programas;
 - 2.14. Emissão de Anexo II – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos;
 - 2.15. Emissão de Anexo III – Unidades Executoras e Ações Votadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
 - 2.16. Emissão de Anexo IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras;
 - 2.17. Emissão de Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício;
 - 2.18. Emissão de Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Votadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
 - 2.19. Emissão de Quadro de Detalhamento – Programas Governamentais;
 - 2.20. Emissão de relatório de Programas e seus Respeitos Indicadores;
 - 2.21. Geração e emissão dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais de acordo com a 7ª Edição dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.
- ### 3- ELABORAÇÃO E PROGRAMAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- 3.1. Permitir que para um novo PPA possam ser importadas, a partir de planejamentos anteriores, as informações de receita e/ou despesa;
 - 3.2. Possibilitar a importação dos dados da LOA de um exercício anterior informado pelo usuário para a geração dos dados da LOA de exercício futuro;
 - 3.3. Permitir a definição da proposta orçamentária da receita, individualizada por Unidade Gestora e contendo Natureza da Receita, Vínculo e Tipo de Receita (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);
 - 3.4. Permitir que em cada classificação da receita da LOA, mais de um vínculo possa ser relacionado;
 - 3.5. Permitir a definição da proposta orçamentária da despesa, individualizada por Unidade Gestora e contendo Unidade Orçamentária, Natureza de Despesa, Classificação Funcional, Vínculo e Tipo de Despesa (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);
 - 3.6. Permitir que a critério do órgão, ao elaborar a proposta orçamentária, divergências de valores entre ela e as peças PPA, e LDO sejam regularizadas automaticamente;
 - 3.7. Possibilitar a emissão dos relatórios relativos a proposta orçamentária de forma individualizada por Unidade Gestora ou de forma Consolidada;
 - 3.8. Emissão de Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
 - 3.9. Emissão de Anexo 2 – Resumo Geral da Receita;
 - 3.10. Emissão de Anexo 2 – Natureza da Despesa;
 - 3.11. Emissão de Anexo 2 – Consolidação da Despesa por Órgão;
 - 3.12. Emissão de Anexo 2 – Consolidação Geral da Despesa;
 - 3.13. Emissão de Anexo 6 – Programa de Trabalho;
 - 3.14. Emissão de Anexo 7 – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais;
 - 3.15. Emissão de Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os Recursos;
 - 3.16. Emissão de Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
 - 3.17. Emissão de Especificação da Receita por Fontes e Legislação;

- 3.18. Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Receita;
- 3.19. Emissão de Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;
- 3.20. Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Despesa;
- 3.21. Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (ODD);
- 3.22. Emissão de Orçamento da Seguridade Social;
- 3.23. Permitir a criação de novos créditos Especiais ou Extraordinários, não contemplados nas peças de planejamento originais, com a devida autorização legal;
- 3.24. Permitir que a criação desse novo crédito possa, a critério do usuário, atualizar as peças PPA e LDO, inclusive com a possibilidade de aprovação dessas alterações com legislação diferente da que criou os novos créditos;

4- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

- 4.1. Permitir a realização de controle no cadastro de fornecedores para permitir ou não a inclusão de fornecedores com CNPJ/CPF duplicado e/ou inválido. Sendo que esse cadastro deve conter no mínimo as informações de endereçamento (logradouro, bairro, cidade, estado e CEP), contato (e-mail e telefone) e documentação (CPF, CNPJ, Inscrição Municipal, Inscrição Estadual, Inscrição no NSS e PIS/PASEP);
- 4.2. Para o caso do fornecedor ser um consórcio deverá ser possível informar a área de atuação do mesmo, além de data de encerramento e finalidade.
- 4.3. Permitir unificar cadastro e movimentação de fornecedores com o mesmo número de CNPJ/CPF.
- 4.4. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às dotações de forma geral, por unidade orçamentária, por dotação ou por vínculo;
- 4.5. Permitir que a realização das movimentações de despesa (alteração orçamentária, reserva, empenho, liquidação, ordem bancária e pagamento) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;
- 4.6. Permitir que no cadastro de dotações possam ser inseridos mais de um vínculo para cada dotação;
- 4.7. Possuir cadastro de modelos padronizados de impressão de minutas de decretos e projetos de lei, sendo que ao emití-la deverá ser possível a seleção do modelo;
- 4.8. Permitir gerar Minuta de Decreto de alteração orçamentária a ser enviada ao Legislativo. Após a aprovação do mesmo, possibilitar a inclusão automática destas alterações na rotina de alteração orçamentária;
- 4.9. Possuir no cadastro de alterações orçamentárias informações do tipo de autorização (lei, decreto, portaria e ato), do tipo de alteração (suplementação e anulação) e do valor por recurso empregado;
- 4.10. No cadastro de alteração orçamentária, quando se referir a abertura de Créditos Adicionais, não permitir a finalização deste procedimento sem a informação da legislação que autorizou;
- 4.11. Possuir controle para possibilitar nos casos de alteração orçamentária por redução orçamentária que seja informada as dotações que receberão os recursos;
- 4.12. Permitir o controle de limites da autorização legal para criação de créditos adicionais e operações de Remanejamento, Transposição ou Transferência de acordo com percentual definido pelo usuário, observando critérios definidos na LOA ou na LDO;
- 4.13. Permitir que o usuário defina os conceitos de Remanejamento, Transposição e Transferência e que a partir desses conceitos, o sistema identifique automaticamente essas operações ao cadastrar alterações orçamentárias;
- 4.14. Permitir que o usuário configure o comportamento do sistema ao ultrapassar os limites definidos no item 4.12, se a operação deve ser bloqueada ou se deverá apenas emitir um alerta;
- 4.15. Permitir a atualização do PPA e LDO a partir das alterações orçamentárias lançadas na LOA;
- 4.16. Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados em reservas e empenhos;
- 4.17. Permitir o gerenciamento de numeração de documentos de forma individualizada por Unidade Gestora e exercício para as rotinas de: reserva, anulação de reserva, empenho, anulação

de empenho, liquidação, anulação de liquidação e ordem bancária, sendo que a numeração de empenho e liquidação extraorçamentários deve ser independente das movimentações orçamentárias;

- 4.18. Possibilitar a realização de complemento ou anulação de reserva de dotação orçamentária;
- 4.19. Integração entre as rotinas de reserva e empenho permitindo a transferência automática de dados relativos a reserva para o empenho. Permitir através de configuração, que o histórico lançado na reserva seja transferida automaticamente para o registro de empenho;
- 4.20. Permitir informar os dados do processo licitatório (modalidade, número do processo, exercício, causa da dispensa ou inexigibilidade) na inclusão do empenho;
- 4.21. Permitir o controle da execução orçamentária através de estrutura de eventos/centros de custos estruturados de forma hierárquica;
- 4.22. Permitir o controle da execução orçamentária por fontes de recursos gerenciais;
- 4.23. Utilização do empenho para controle do comprometimento de créditos orçamentários, permitindo sua anulação total ou parcial;
- 4.24. Possuir rotina que permita ao usuário na inclusão do empenho determinar se a despesa orçamentária executada será ou não considerada na geração do arquivo da DJRF, podendo esta informação ser alterada nas rotinas de pagamento ou ordem bancária conforme necessário;
- 4.25. Permitir a movimentação e controle de empenhos de restos a pagar em exercícios futuros ao seu exercício de origem em base única e respeitando sua numeração e classificação da despesa originais;
- 4.26. Permitir a realização de liquidação total ou parcial dos empenhos e da mesma forma a anulação total ou parcial das liquidações;
- 4.27. Permitir através de configuração, que o histórico lançado no empenho seja transferida automaticamente para o registro de liquidação;
- 4.28. Possuir rotina para cadastramento de descontos individualizado por Unidade Gestora, onde os mesmos serão vinculados a rubricas de receita, sendo também possível definir a rotina em que serão gerados de forma automática (empenho, liquidação ou pagamento) e se houver apropriação, a rotina em que isto ocorrerá (liquidação ou pagamento);
- 4.29. Possuir rotina para o cadastramento de serviços que serão associados a descontos, individualizado por Unidade Gestora, permitindo definição do percentual de desconto a ser calculado e a associação de mais de um desconto por serviço;
- 4.30. Possuir rotina que permita ao usuário selecionar qual tipo de dotação utilizada no pagamento (orçamentária, extraorçamentária, restos a pagar de outros exercícios ou todas) e qual o tipo de desconto (orçamentário, extraorçamentário ou ambos) serão lançados de forma automática no movimento de receita;
- 4.31. Possuir rotina para correta apuração de INSS a ser retido de pessoas físicas de acordo com cadastro de retenções em outras fontes para o fornecedor;
- 4.32. Permitir a emissão de guias padronizadas de INSS, IRRF e ISS a partir das retenções realizadas nas rotinas de liquidação, ordem bancária e pagamento. As guias de IRRF e ISS poderão ser geradas com código de barras (FEBRABAN) ou certificadas contabilmente;
- 4.33. Permitir a integração com Sistema de Administração de Pessoal / Recursos Humanos para a geração automática de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos;
- 4.34. Permitir que a geração de movimentação do item 4.33 seja feita por fonte de recurso;
- 4.35. Possuir relatório para conferência prévia dos lançamentos a serem gerados na integração citada no item 4.33, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da despesa antes da realização de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos oriundos da mesma;
- 4.36. Permitir a integração com Sistema de Administração de Materiais e Compras para a geração automática de reservas, empenhos e liquidações;
- 4.37. Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde podem ser relacionadas uma ou mais liquidações;
- 4.38. Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde as liquidações são inseridas automaticamente a partir de filtros diversos definidos pelo usuário;
- 4.39. Permitir a anulação total ou parcial de ordens bancárias;

- 4.40. Efetuar a partir de ordem bancária a geração de arquivos em formato determinado pelo banco (OBN601 ou CNAB240) contendo registros para pagamentos em meio eletrônico e com número de remessa dos mesmos gerados de forma independente por Unidade Gestora.
- 4.41. Permitir a realização de pagamento de empenhos e liquidações através de ordem bancária ou pagamento direto, realizando o controle de saldos dos empenhos e liquidações já vinculados a alguma(s) destas formas de pagamento.
- 4.42. Efetuar controle para não permitir o pagamento de liquidação com data de vencimento superior à data de pagamento.
- 4.43. Possuir rotina para gerenciamento de quebra de ordem cronológica de pagamentos, com validação e justificativa de registros que incorreram na quebra através de dupla custódia e log de ocorrências para consulta.
- 4.44. Permitir indicar quais naturezas da despesa devem controlar a ordem cronológica de pagamentos.
- 4.45. Permitir excluir uma liquidação que inicialmente deveria entrar no controle de ordem cronológica, com registro de autorização de usuário com privilégio superior e justificativa.
- 4.46. Permitir suspender o pagamento de uma liquidação que está no controle de ordem cronológica, caso haja pendência por parte do fornecedor. Não prejudicando o pagamento das demais liquidações que fazem parte do controle de Ordem Cronológica de Pagamento.
- 4.47. Permitir a informação de histórico complementar para identificação nos movimentos de anulação de todas as rotinas da execução orçamentária.
- 4.48. Permitir ao usuário a configuração da anulação automática de movimentos anteriores ao movimento de pagamento quando da anulação de pagamento podendo opilar para todos os empenhos ou somente empenhos de adiantamento e podendo anular até o documento de pagamento; liquidação; empenho ou reserva.
- 4.49. Permitir controle para biquelar a alteração do processo administrativo nas rotinas de liquidação, ordem bancária ou pagamento.
- 4.50. Permitir o envio de e-mail contendo a nota de empenho e nota de liquidação ao fornecedor relacionado às mesmas.
- 4.51. Permitir a inserção automática (caneta óptica) ou manual do código de barras quando de liquidação de convênios tais como água, luz e telefone para posterior geração de informação em ordens bancárias nos padrões OIB601 e CNAB240.
- 4.52. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às rubricas de receita de forma geral, por rubrica ou por vínculo.
- 4.53. Permitir que a realização das movimentações de receita (arrecadação, previsão atualizada) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta.
- 4.54. Permitir a integração com Sistema de Administração Tributária para a geração automática de arrecadações de tributos.
- 4.55. Possuir relatório para conferência prévia dos registros a serem gerados a partir da integração citada no item 4.54, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da receita antes da realização da mesma.
- 4.56. Permitir controle de receitas vinculadas ao Sistema de Administração Tributária, não permitindo a inclusão e alteração destas receitas através de lançamentos diretos no Sistemas de Contabilidade, sendo possível a movimentação destas receitas somente através da rotina de integração.
- 4.57. Permitir a exclusão de lançamentos de receitas oriundas da integração com o Sistema de Administração Tributária apenas quando selecionado o lote completo.
- 4.58. Permitir que no cadastro de rubricas possam ser inseridos mais de um vínculo para cada rubrica.
- 4.59. Possuir rotina para geração e controle da previsão atualizada da receita do exercício, sendo que para cada rubrica e vínculo deverá ser possível definir o percentual correspondente de cada mês em relação ao total previsto no ano.
- 4.60. Emissão de Previsão Atualizada da Receita contendo os campos data do movimento das previsões, código da receita e sua descrição, vínculo da receita (fonte de recurso), valor arrecadado e valor individualizado das previsões com o histórico, totalizando todos os valores das

previsões, arrecadado até a data base e calculando a diferença entre o valor das previsões e o valor arrecadado;

4.61. Emissão de Movimento Diário da Receita - Analítico contendo os campos data de registro do lançamento, histórico registrando quando do lançamento, valor do lançamento, número da ficha da receita, sua natureza, descrição e vínculo (fonte de recurso). Deverá ser totalizado por conta bancária, quando existir. Caso não tenha sido registrado pela rede bancária, ou seja, transferência entre receitas, os dados deverão ser impressos no início do relatório. O relatório poderá ser selecionado por período (data), conta bancária, vínculo (fonte de recurso);

4.62. Emissão de Balancete da Receita contendo os campos código da natureza da receita e sua descrição, valor da previsão orçamentária, valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referencial e valor da diferença da previsão para o arrecadado até o mês. Deverá totalizar por grupo de contas da receita e o total orçamentário. Deverá emitir para as receitas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, devendo ter os campos valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referencial. Deverá conter um totalizador por grupo de contas contábil e um total das receitas extras orçamentárias. Deverá trazer os valores analíticos (saldo) das contas bancárias do exercício anterior e um total geral;

4.63. Emissão de Demonstrativo da Receita Arrecadada onde permita selecionar o período e nível hierárquico da receita, contendo os campos descrição da receita, campo com a receita prevista, receita arrecadada no período, receita arrecadada até o período. As colunas dos valores deverão ler um total geral;

4.64. Emissão de Movimento da Receita - Extrato contendo os campos código da natureza da receita, descrição e vínculo (fonte de recurso) e descrição; data do registro do lançamento, histórico, valor do lançamento, acumulado no mês e acumulado até o mês; deverá trazer o campo do valor acumulado anterior ao período selecionado. Deverá ter os campos da previsão, arrecadado até o mês selecionado e um saldo que deverá ter o resultado da previsão menos o arrecadado;

4.65. Permitir controle de movimentações extraorçamentárias permitindo somente o pagamento de despesas cujos valores foram previamente arrecadados (retdos) ou a arrecadação de receitas e cujos valores foram previamente pagos (recolhidos);

4.66. Possuir rotina para gerenciamento de concessão de adiantamento a funcionários e prestação de contas do mesmo;

4.67. Emissão de Saldo de Dotação com a seleção por período (data de início e fim), e deverá ter os seguintes campos: ordenar por secretaria (unidade orçamentária), classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa, descrição e vínculo (fonte de recurso), detalhando os valores da dotação inicial, a movimentação e o saldo atual;

4.68. Emissão de Movimento Alteração Orçamentária contendo os campos período da seleção (data inicial e final), ordenado por Secretaria (Unidade Orçamentária), natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e descrição, data do lançamento, tipo da autorização, data da autorização, tipo de movimentação, número e data do decreto e valor da alteração, fonte de recurso utilizado e o valor por recurso;

4.69. Emissão de Movimento Alteração Orçamentária por Ato Legal contendo os campos: ordenado por tipo de ato, campos número da autorização, data da autorização, Unidade Orçamentária, códigos da natureza da despesa e funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e valor. Deverá ter total de suplementações e anulações por tipo de ato e total geral de suplementações e anulações;

4.70. Emissão de Movimento de Reserva que deverá ser por Secretaria (Unidade Orçamentária) e período selecionado, contendo os seguintes campos: código da natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso), data da reserva, nº da requisição e nº da reserva, razão social quando existir, nº do processo, código do evento e descrição, histórico, valor unitário e valor total;

4.71. Emissão de Movimento de Reserva - Cálculo de Saldo. A seleção deverá permitir por período ou anual, indicando a data pelo usuário, deverá ser ordenado por Secretaria (Unidade Orçamentária) com os campos para cada registro: código da natureza da despesa até o nível de subelemento e sua descrição, código da funcional programática e a descrição da ação, código do

vinculo (fonte de recurso) e sua descrição, data da reserva, nº da reserva, fornecedor, se houver, nº do processo e valor. No final de cada registro, o sistema deverá totalizar por vinculo (fonte de recurso) com os campos Dotação inicial, suplementação / remanejamento, anulação / remanejamento, despesa autorizada, valor reservado e o saldo;

4.72. Emissão de Relatório de Reservas a Empenhar. Deverá ordenar por Secretaria (unidade orçamentária), com totalizadores por dotação, e por órgão/Secretarias (unidade orçamentária) e total geral. Os registros devem conter os seguintes campos: nº da reserva, fornecedor, se houver, data do registro, nº do processo e valor, vinculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição;

4.73. Emissão de Relatório de Reservas e seus Movimentos. Deverá ter os seguintes campos: nº da reserva, data da reserva, nº do processo, valor da reserva e histórico. Deverá conter a movimentação da reserva (complemento, anulação de reservas, empenhos e anulação de empenhos), com os campos data do registro, nº do documento e nº das anulações quando for o caso, nº do processo, valor e saldo da reserva. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;

4.74. Emissão de Movimento de Empenho, por secretaria (unidade orçamentária) com os campos: exercício do empenho, código da natureza da despesa e descrição, código da classificação funcional programática, código do vinculo (fonte de recurso), data do empenho, aquisição, se houver, nº do empenho, nº da reserva, nome do fornecedor, nº do processo, fonte de recurso (centro de custos), tipo de licitação, nº da licitação quando houver, tipo do empenho, código do evento do empenho e sua descrição, histórico e valor. Deverá ter um totalizador por empenho, com os campos: saldo anterior, valor do empenho e saldo atual do empenho;

4.75. Emissão da relação de Empenho e seus Movimentos. Deverá ser selecionado pelo nº do empenho e deve conter os seguintes campos: nº do empenho, tipo do empenho, data do empenho, fornecedor, valor, nº da reserva, nº do processo, histórico do empenho. Deverá conter a movimentação, quando houver, (anulação do empenho, liquidação / anulação, seleção por ordem bancária / anulação e pagamento / cancelamento) com suas datas, nº do processo, histórico, valor do movimento e saldo do empenho. Deverá ter o resumo das rotinas efetuadas no empenho como: totais acumulados de: empenho, liquidação, pagamento, ordem bancária, os totais de anulação quando houver, e os saldos das mesmas rotinas referentes ao empenho específico;

4.76. Emissão de Movimento de Liquidação. Deverão ser ordenados por Secretaria (Unidade orçamentária) e dotação, contendo os seguintes campos: Código e descrição da Secretaria (unidade orçamentária), código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, código do vinculo (fonte de recurso) e sua descrição, nº da liquidação e data, nº do empenho e fornecedor, nº do processo, valor do empenho, histórico da liquidação, saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. Para cada registro deverá conter o tipo de documento (Nota fiscal, fatura, etc.) e seu numero e data da emissão do documento. Deverá ainda ter o total por vinculo e o total por dotação. No final do relatório, deverá ter o resumo (total geral) das colunas: saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;

4.77. Emissão de relatório de Ordem Bancária sintética, para envio ao banco. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente, com a mesma numeração da ordem bancária. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizamos efetuar os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, valor líquido a ser creditado para cada fornecedor. Deverá ter total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;

4.78. Emissão de relatório de Ordem Bancária analítica. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizamos

efetuar os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, exercício do empenho e número do empenho, código da dotação, histórico, número da liquidação, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, código de depósito identificado, se houver, valor bruto do pagamento, descontos, se houver, e o valor líquido a ser creditado. No caso de descontos, deverá discriminar o nome do desconto tipo de documento (NF, fatura, etc., digitados na liquidação) e o valor do desconto. Deverá ter um total por fornecedor, total bruto, total dos descontos e total líquido. No final do relatório deverá ter totais gerais do valor bruto, descontos e líquido. Deverá ter a quantidade de liquidações selecionadas e o total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;

4.79. Relatório contendo um Resumo de Pagamentos Via Ordem Bancária, ordenados por dia e nº da ordem bancária, contendo os seguintes campos: dados cadastrais do fornecedor, inclusive com os dados bancários, Tipos de documentos pagos e número, Valor bruto pago e a discriminação dos descontos analiticamente, totalização dos descontos e o total líquido, número do processo de pagamento, nº da ordem bancária, data da emissão da ordem bancária, conta em que foi debitada;

4.80. Emissão de relatório de Ordem Bancária contendo os valores enviados e recebidos via ordem bancária em meio magnético aos bancos de acordo com seus respectivos arquivos, que deverão ser lidos a partir dos arquivos gerados em meio magnético e os enviados pelos bancos como retorno;

4.81. Emissão de relatório de Ordem Bancária por Fornecedor e Tipo de Serviço. Deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, tipo de serviços relativo ao desconto (descrição), valor bruto, valor retido, valor líquido, número do processo de pagamento e data da ordem bancária. Deverá ter os totais dos valores bruto, retido e líquido;

4.82. Emissão de relatório de Movimento de Pagamento. Deverá ser ordenado por exercício da dotação e código da dotação. Deverá ter os seguintes campos: código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, vinculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do pagamento, número do empenho e número da liquidação, nome do fornecedor, número do processo de pagamento, código e descrição da conta bancária de pagamento, tipo de pagamento (ordem bancária e pagamento normal) e seu número, valor do pagamento bruto, desconto e valor líquido, tipo de documento e seu número, histórico do empenho e o valor do empenho. No final do relatório deverá ser apresentado os totais gerais dos campos valor bruto, valor desconto e valor líquido, total geral orçamentário e extraorçamentário;

4.83. Permitir a emissão / reemissão da nota de Reserva, de Complemento de Reserva e de Anulação de Reserva contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vinculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor (se houver), valor da operação;

4.84. Permitir a emissão / reemissão da nota de Empenho e de Anulação de Empenho contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vinculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor do empenho ou anulação;

4.85. Permitir a emissão / reemissão da nota de Liquidação e de Anulação de Liquidação contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vinculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor da liquidação ou anulação;

4.86. Emissão de relatório de Pagamentos por Fornecedor. Deverá ser ordenado por fornecedor, contendo seus pagamentos com os seguintes campos: nome do fornecedor, exercício do empenho, nº do empenho, nº da liquidação, código da unidade orçamentária, código da natureza da despesa, código da classificação funcional programática. Deverá ter total por exercício do empenho, por fornecedor e total geral;

4.87. Emissão de relatório de Empenhos Pagos no Período. Deverá permitir selecionar a data, mostrar o período selecionado, imprimir os registros separados por dia com total, e deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor, código da dotação, nº do empenho, data da emissão do empenho, valor pago, nº da liquidação, nº do documento/histórico e no final do relatório deverá ter um total geral;

4.88. Emissão de relatório de Empenhos a Pagar por Dotação ordenados por secretaria (Unidade Orçamentária) e dotação. Deverá ter os seguintes campos: Unidade orçamentária, exercício do empenho, descrição da dotação, nome do fornecedor, nº do empenho, data do empenho, nº do processo, valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição e o total da dotação. No final do relatório deverá totalizar geral por Secretaria (Unidade Orçamentária) e total geral;

4.89. Emissão de relatório Empenhos a Pagar Processados e Não Processados. Deverá ser impresso por exercício, por secretaria (Unidade Orçamentária) com os seguintes campos: exercício do empenho, código da função e sua descrição, código da sub-função e sua descrição, nome do fornecedor, nº do empenho, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do empenho, nº do processo, valor do empenho, valor processado (total), valor não processado, valor pago no empenho, e o valor a pagar. Deverá ter um totalizador por cada dotação e total da secretaria (Unidade Orçamentária). No final do relatório deverá ter um total geral por exercício e um total geral de todos os exercícios;

4.90. Emissão de Balanete da Despesa. No nível de elemento da natureza da despesa. Deverá ser emitido por mês, por secretaria (Unidade Orçamentária) com os seguintes campos e totalizadores: código da natureza da despesa e descrição do elemento, código da classificação funcional e a descrição da ação, valor inicial da dotação, valor suplementado no ano, valor anulado do ano, valor da dotação autorizada, valor empenhado no mês, valor empenhado no ano, valor liquidado no mês, valor liquidado no ano, valor pago no mês, valor pago no ano, valor a pagar da dotação e o campo saldo atual da dotação. Totalizar os campos acima no final de cada Unidade Orçamentária e órgão. Emitir para as despesas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, o valor pago no mês e no ano. Emitir o saldo das contas bancárias que passa para o mês seguinte, com o nome da conta bancária (descrição) e o saldo no final do mês solicitado. Deve totalizar por grupo de contas bancárias, valor total das contas bancárias e um total geral do Balanete da despesa;

4.91. Emissão de relatório de Despesa por Função e Grupo de Despesa. Deverá selecionar por mês e deverá conter os seguintes campos: código da função e sua descrição, código da natureza da despesa no nível de grupo de despesas e sua descrição, valor empenhado no mês e empenhado no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano. Deverá totalizar por função de governo e no final do relatório um total geral dos campos citados acima;

4.92. Emissão de Demonstrativo da Despesa Realizada, permitindo a seleção por período (data inicial e data final) se empenhada, liquidada, paga e reservada, nível da natureza da despesa, se modalidade, elemento e subelemento apresentando seus graus superiores. Deverá ter os seguintes campos: Descrição do código da natureza da despesa, valor orçado, valor da dotação autorizada, valor da realização do período selecionado, valor da realização até o período selecionado. Deverá no final do relatório ter um totalizador dos campos citados acima;

4.93. Emissão de Posição de Situação Atual da Despesa demonstrando a posição atual da Despesa, com a seleção por período (data inicial e data final), ordenado por secretaria (Unidade Orçamentária) com os seguintes campos: código da secretaria (Unidade Orçamentária) e descrição, código da classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, valor suplementado, valor anulado, valor remanejado por acréscimo e valor remanejado por redução, valor autorizado da dotação, valor reservado na dotação e a reservar, valor empenhado e a empenhar, valor liquidado e a liquidar, valor pago e a pagar e o saldo da dotação. Deverá ter um total por Secretaria (Unidade Orçamentária) e um total geral dos campos citados acima;

4.94. Emissão de relação de Empenhos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade Orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do empenho, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral;

4.95. Emissão de relação de Pagamentos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade Orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e

nome do fornecedor, data do pagamento, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral;

4.96. Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da execução orçamentária, permitindo a seleção por mês, analítico ou sintético, com ou sem vínculo (fonte de recurso). Caso analítico, poderá selecionar a emissão dos vínculos ou não. No caso de sintético não permitirá a emissão dos vínculos (fontes de recursos). Quando analítico deverá ter os seguintes campos: código da Secretaria (Unidade Orçamentária) e sua descrição, código da classificação funcional programática e a descrição da ação, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, dotação autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês, pago no ano. Caso tenha mais de um vínculo, deverá totalizar a dotação com os vínculos;

4.97. Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para Educação em determinado período;

4.98. Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para a Saúde para Educação em determinado período;

4.99. Emissão de Demonstrativo da Execução da Despesa com seleção mensal, discriminando as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicação e elemento da despesa, com os seguintes campos: despesa orçada, despesa autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês e pago no ano, saldo a empenhar e saldo a pagar. Deverá ter um total geral no final do relatório dos campos citados acima;

4.100. Emissão de relatório de Despesa por Ação, com a seleção por mês e por nível da natureza da despesa, ordenando pelo código da ação e detalhando por natureza da despesa no nível selecionado com os campos: natureza da despesa e descrição, valor orçado, valor da alteração da dotação, valor da dotação atualizada, valor do empenhado no mês, valor do empenhado no ano, valor do liquidado no mês e valor no liquidado no ano, valor pago no mês e valor pago no ano, saldo a empenhar, saldo a liquidar e saldo a pagar. Deverá ter um totalizador dos campos acima por ação e um total geral dos mesmos campos;

4.101. Emissão de Resumo da Despesa por Nível de Unidade Orçamentária, com a seleção por vínculo (fonte de recurso), nível de órgão e mês. Deverá ter os seguintes campos: código do órgão e descrição, dotação atualizada, valor reservado no mês e no ano, valor empenhado no mês e no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano e o valor a pagar até o período selecionado (acumulado). No final do relatório deverá ter um totalizador dos campos acima;

4.102. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário aos movimentos de contas bancárias de forma geral, por tipo de conta, por conta bancária ou por vínculo;

4.103. Permitir que a realização das movimentações financeiras seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;

4.104. Permitir que as movimentações de contas bancárias possam ser controladas por vínculos;

4.105. Permitir controlar quais vínculos de receita e/ou despesa poderão ser movimentados em determinada conta bancária;

4.106. Possuir rotina de integração dos movimentos de receita e de despesa com o movimento financeiro;

4.107. Possuir rotina para gerenciamento da conciliação bancária seja no momento da inclusão do lançamento no movimento financeiro, seja através da rotina de integração entre o movimento financeiro e os movimentos de receita e despesa, ou seja, em rotina específica de controle de conciliação bancária;

4.108. Possuir rotina que permita o gerenciamento da conciliação bancária por lote, permitindo fazer, alterar ou desfazer a conciliação bancária de vários lançamentos financeiros simultaneamente;

4.109. Possuir rotina de gerenciamento da numeração independente por Unidade Gestora, na emissão do Livro da Tesouraria e Boletim Financeiro;

4.110. Emissão de Movimento Financeiro contendo os campos código contábil da conta corrente, descrição da conta, período selecionado por data inicial e final, código da agência e conta bancária, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, data do lançamento, histórico, saldo até o dia anterior, valor do lançamento, saldo atual, status de conciliação bancária;

4.111. Emissão de Boletim Financeiro contendo os campos descrição da conta bancária, data solicitada para emissão, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual; total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;

4.112. Emissão de Boletim da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá trazer a data solicitada para emissão, saldo em banco que encerrou o exercício anterior e o saldo em banco na data, total de receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias arrecadadas, bem como os seus respectivos cancelamentos efetuados na data. Se houver diferença entre o total de movimentações financeiras no dia e o total de movimentações de receita e despesa, a mesma deve ser apresentada. Deverá apresentar relação de contas bancárias separadas por tipo de conta (Movimento, Aplicação e Vinculada) trazendo descrição da conta bancária, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual; total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;

4.113. Emissão de Livro da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá imprimir analiticamente os registros, iniciando pelo saldo de caixa até o dia anterior, se houver, discriminar as receitas orçamentárias e extras orçamentárias arrecadadas com os campos da descrição, histórico, valor e totalizar por tipo de receita (orçamentária e extraorçamentária). Deverá ter a movimentação das entradas e retidas bancárias, separadamente, com a descrição das contas bancárias, histórico e valor, separando por grupo de contas. Deverá emitir a movimentação das despesas pagas orçamentárias e extraorçamentária e seus cancelamentos, que tenha os campos fornecedor, número do empenho, número da ordem bancária e o valor. No final do relatório deve ter um resumo, demonstrando os saldos das contas bancárias e caixa do exercício anterior e os valores arrecadados no dia da seleção do relatório e o acumulado até o dia anterior trazendo um totalizador. Nas despesas, as referentes às despesas pagas até o dia anterior, as pagas no dia selecionado, os saldos das contas bancárias e caixa e um total geral da despesa. O fechamento do livro tem que ser diariamente. Caso não fecha, o sistema deve acusar o valor da diferença no mesmo relatório;

4.114. Emissão de Mapa de Conciliação Bancária com a seleção mensal, por conta individualizada, com os seguintes campos: Banco, agência e conta bancária, contábil e descrição, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, saldo bancário que deve conter o saldo constante no extrato bancário, itens pendentes de conciliação. Deverá conter a soma dos valores não conciliados e o saldo contábil;

4.115. Possuir rotina para o cadastro de contratos e suas adequações (aditivos e cancelamentos), bem como sua vinculação junto às reservas e empenhos, permitindo o controle do período de vigência e saldo residual;

4.116. Possuir rotina para o cadastro de convênios e suas adequações (aditivos e cancelamentos/quitacoes), bem como a verificação de existência de convênio, e o controle do período de vigência nos movimentos de receita, reservas e empenhos através do código de aplicação;

4.117. Realizar a emissão de relatórios para acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira de convênios;

4.118. Permitir o bloqueio da utilização das rotinas da execução orçamentária quando efetuado o encerramento da execução orçamentária no exercício ou quando necessário, permitindo somente a realização de consultas;

4.119. Possuir rotina para cadastramento de dívida fundada e as movimentações de empenhos incluídas as mesmas;

4.120. Efetuar a geração dos arquivos para Receita Federal como o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais e DIRF - Declaração do Imposto Retido na Fonte;

4.121. Efetuar a geração do arquivo SEFIP referente às retenções de INSS realizadas para contribuintes autônomos a ser encaminhado à Previdência Social;

4.122. Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos Planejamento (Inicial e Atualizado), Conciliação Bancária Mensal e Precatórios.

4.123. Ao realizar uma liquidação que resulte em uma arrecadação extraorçamentária, o repasse (geração de empenho e liquidação extraorçamentária correspondentes) será realizado automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos além do pagamento do mesmo.

5- CONTABILIDADE:

5.1. Possuir Plano de Contas conforme o modelo PCASP definido pela Secretaria do Tesouro Nacional e observando as particularidades adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado, contendo os grupos de contas: Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), Controle Orçamentário e Demais Controles, permitindo manutenção no mesmo pelo usuário;

5.2. Permitir que a realização dos lançamentos contábeis seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;

5.3. Realizar a contabilização automática das variações financeiras e das mutações patrimoniais dependentes e independentes da execução orçamentária;

5.4. Não permitir que os lançamentos contábeis sejam realizados em contas contábeis de nível sintético;

5.5. Possuir rotina de verificação das inconsistências nos lançamentos contábeis para atendimento às normas contábeis vigentes;

5.6. Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados nos lançamentos contábeis, permitindo também a complementação deste histórico pelo usuário;

5.7. Permitir o gerenciamento individualizado por Unidade Gestora do encerramento contábil mensal e da numeração de páginas do Livro Diário, para não permitir que sejam realizadas movimentações dependentes ou independentes da execução orçamentária em meses que constam como encerrados;

5.8. Possuir rotina que efetue a transferência dos saldos contábeis de balanço do exercício anterior para exercício seguinte, individualizado por Unidade Gestora;

5.9. Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos de Balancete Isolado e Balanço Anual;

5.10. Emissão de Balancete Contábil – Analítico/Sintético com codificação do plano de contas PCASP adotado pelo Tribunal de Contas do Estado, com os seguintes campos e na seguinte ordem: Código da conta contábil, descrição da conta contábil, saldo do exercício anterior se houver, valor acumulado do mês anterior, movimento a débito no mês, movimento a crédito no mês e saldo atual. Deverá ser emitido por mês selecionado, e no final do relatório deverá ter os totais das colunas acima;

5.11. Emissão de Diário Legal contendo os seguintes campos: descrição da conta contábil, data do lançamento, código da conta contábil, histórico do lançamento, valor lançado a débito e valor lançado a crédito. Deverá totalizar por grupo de contas do plano de contas por dia (débito e crédito) e o total geral (débito e crédito). Deverá permitir a seleção mês a mês ou anual;

5.12. Emissão de Razão Analítico que deverá permitir a seleção por mês, anual, abertura e encerramento do exercício. Deverá ter os seguintes campos: código da conta contábil superior e sua descrição, código da conta contábil analítica e sua descrição, saldo anterior da conta, quando houver, data do lançamento, histórico, movimento de débito, movimento de crédito e saldo atual, indicando se saldo devedor ou credor. No final do relatório deverá totalizar os movimentos de débito, créditos e saldo por conta analítica;

5.13. Geração e emissão das Demonstrações Contábeis (Anexos de Balanço) de acordo com a 7ª Edição ou superior do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;

5.14. Resumo Geral da Receita - Anexo 02;

5.15. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada - Anexo 10;

5.16. Demonstrativo Receita e Despesa Segundo Categoria Econômica - Anexo 01;

5.17. Sumário Geral Receita para Fontes e Despesa para Funções Governo;

5.18. Natureza da Despesa - Anexo 02;

5.19. Discriminação da Despesa Segundo o Vínculo dos Recursos;

5.20. Natureza da Despesa - Anexo 02 - Consolidação por Órgão;

- 5.21. Natureza da Despesa - Anexo 02 - Consolidação Geral;
- 5.22. Programa de Trabalho - Anexo 06;
- 5.23. Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07;
- 5.24. Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções, Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 08;
- 5.25. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 09;
- 5.26. Análise das Despesas Corrente e de Capital em Percentuais;
- 5.27. Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Categoria Econômica;
- 5.28. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11;
- 5.29. Comparativo Receita Orçaria com Arrecadada Mensal e Acumulada;
- 5.30. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada Mensal e Acumulada;
- 5.31. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11 - Sintético;
- 5.32. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11 - Analítico;
- 5.33. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11 - Analítico.

6 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;

- 6.1. Anexo I - Balanço Orçamentário;
- 6.2. Anexo II - Demonstrativo da execução das Despesas por Função e Sub-Função;
- 6.3. Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- 6.4. Anexo IV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- 6.5. Anexo V - Demonstrativo do resultado Nominal;
- 6.6. Anexo VI - Demonstrativo do resultado Primário;
- 6.7. Anexo VII - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- 6.8. Anexo VIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;
- 6.9. Anexo IX - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- 6.10. Anexo X - Demonstrativo de Projeção Anual do Regime de Previdência;
- 6.11. Anexo XI - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos;
- 6.12. Anexo XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 6.13. Anexo XIII - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;
- 6.14. Anexo XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

7 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal - Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

- 7.1. Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- 7.2. Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL;
- 7.3. Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- 7.4. Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito;
- 7.5. Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
- 7.6. Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

Objetivo: Apoiar a Administração de Recursos Humanos e o gerenciamento dos processos de Administração de Pessoal, com base em informações de admissão, qualificação profissional, evolução salarial, lotação e outros; dados de assentamento funcional e pagamento de pessoal.

1 - CADASTRO DE PESSOAL

Objetivo: Manter base de dados atualizada com as informações pessoais e funcionais principais e acessórias necessárias à gestão dos Recursos Humanos e ao pagamento do pessoal.

- 1.1 Permitir a captação e manutenção de informações pessoais de todos os servidores com no mínimo os seguintes dados: matrícula, nome, filiação, data de nascimento, sexo, grau de instrução, estado civil, fotografia, endereço, CPF, PIS, RG (número, órgão expedidor e data de expedição), carteira de trabalho (número e série), carteira nacional de habilitação, naturalidade, nacionalidade, tipo sanguíneo, identificar se é doador de sangue, identificar se é pessoa com deficiência.
- 1.2 Permitir a captação e manutenção de informações do vínculo que o servidor teve e/ou tem com o Órgão, com no mínimo os seguintes dados: regime jurídico, vínculo, cargo, salário, cargo horário semanal; data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término do contrato temporário (se for o caso), lotação, unidade orçamentária, horário de trabalho, tipo de ponto, local de trabalho;
- 1.3 Permitir a captação e manutenção de informações da qualificação profissional incluindo a escolaridade, formação, treinamentos realizados e experiências anteriores;
- 1.4 Controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e imposto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente;
- 1.5 Permitir o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos como: celetistas, estatutários, RJU e contratos temporários.
- 1.6 Permitir o cadastramento de pensões judiciais com o nome do(a) pensionista e alimentando(a), se houver, CPF, data de inclusão, banco e conta para pagamento, dados para cálculo (percentual, valor fixo ou salário-mínimo);
- 1.7 Permitir o cadastramento do organograma da estrutura administrativa, por exercício, para manter o histórico da lotação e custeio, com informação da fonte de recurso que será utilizada para captação de valores a serem utilizados para pagamento dos servidores informados no custeio;
- 1.8 Registrar e manter o histórico das alterações de nome, cargo, salário, unidade gestora lotação, custeio, vínculo, regime jurídico, local de trabalho e banco/agência/conta bancária dos servidores, registrando as informações do motivo da alteração, data e hora da operação e usuário que efetuou a alteração;
- 1.9 Permitir o cadastramento de todas as referências salariais contendo, no mínimo, o símbolo da referência e o histórico dos valores para cada referência;
- 1.10 Permitir o cadastramento de todos os cargos do quadro de pessoal de natureza efetivo, comissionado e temporário com, no mínimo, a nomenclatura, natureza, grau de instrução, CBC, referência salarial inicial, quantidade de vagas criadas, data e motivo de extinção, com possibilidade de incluir movimentação de suplementação ou anulação de cargos, influenciando nos relatórios quantitativos do quadro de ocupação, e registrar as atribuições necessárias em cada cargo;
- 1.11 Possuir formas de acesso simplificado (atalhos) para consulta de dados dos servidores permitindo que, de um mesmo local, possam ser consultadas diversas informações, como dados financeiros, dependentes, frequência, licenças e afastamentos, férias e licença prêmio.
- 1.12 Possibilitar estabelecer um único código de registro para o servidor, para que através deste possam ser aproveitados os dados cadastrais de servidor que já trabalhou no Órgão Público e permitir controlar todos os vínculos empregatícios que o servidor tenha ou venha a ter com este, possibilitando a consulta de dados históricos, independente do período trabalhado;
- 1.13 Validar dígito verificador do número do CPF;
- 1.14 Validar dígito verificador do número do PIS;
- 1.15 Permitir o reajuste parcial ou global das referências salariais;
- 1.16 Permitir o cadastramento de plano de cargos, informando, por unidade administrativa, os cargos aprovados e a quantidade de vagas aprovadas para cada unidade;
- 1.17 Permitir o cadastramento e controle dos vínculos dos servidores efetivos que estão nomeados em cargo de comissão, possibilitando a consulta das informações cadastrais de ambos os vínculos;
- 1.18 Emitir as fichas de dados cadastrais dos servidores;

1.19 Permitir consulta em tela ou relatório dos servidores comissionados que fazem parte do quadro efetivo e também daqueles que não fazem parte do quadro efetivo, listando separadamente;

1.20 Localizar servidores por nome ou parte dele;

1.21 Localizar servidores pelo CPF;

1.22 Localizar servidores pelo RG (cédula de identidade);

1.23 Localizar servidores pela data de nascimento;

1.24 Permitir a inclusão de um novo contrato a partir de informações de um contrato já existente, selecionando um ou vários servidores. Isto é muito utilizado na recontração de servidores temporários;

1.25 Possuir controle de Contração Temporária via processo coletivo, de forma que todos os contratos de servidores vinculados a um mesmo processo de contratação temporária (PCT), suas datas de início, término e prorrogação, sejam automaticamente controladas;

1.26 Permitir a informação do desligamento de um servidor para pagamento individual da rescisão, bem como a informação de um único desligamento a um grupo de servidores para pagamento coletivo, funcionalidade necessária na rescisão de servidores temporários cujos contratos vencerem no mesmo dia;

1.27 Permitir desligamento de todos os contratos vinculados à contratação temporária via processo para que, no vencimento do PCT, todos os servidores vinculados a este possam ser desligados, sem a necessidade de repetição da informação de desligamento para cada um deles individualmente;

1.28 Possibilitar a configuração das formas de desligamento por regime de trabalho e motivo de rescisão, para garantir que não seja informado um desligamento inadequado para o servidor, como término de contrato para um servidor efetivo;

1.29 Possibilitar a configuração das formas de admissão por regime de trabalho, categoria funcional, regime previdenciário e tipo de admissão, para garantir que não seja admitido um servidor com informações fora dos padrões permitidos;

1.30 Permitir o cadastramento de todos os lançamentos fixos dos servidores (adicionais, gratificações, consignações, etc), para efeito de pagamento ou desconto em folha com, no mínimo, o código da verba (verificando se a verba está prevista para o regime de trabalho do servidor), número e data do processo de concessão, data de concessão, data do último reajuste, data de vencimento e histórico dos valores ou percentuais;

1.31 Emitir contrato de trabalho temporário com assinatura digitalizada do responsável;

1.32 Permitir gerar e controlar a ficha de vacinas dos dependentes, possibilitando informar todas as vacinas, principalmente as de caráter obrigatório;

1.33 Permitir o cadastramento de lançamentos parcelados – a crédito ou a débito – para os servidores de forma a controlar as parcelas lançadas em folha e o saldo atual remanescente. O lançamento das parcelas em folha deve ser de forma automática, podendo ser pago ou descontado total ou parte do valor baseado em uma fórmula de cálculo que calcule um percentual sobre a remuneração, permitindo o lançamento até o limite deste percentual, atualizando o saldo remanescente automaticamente após o encorramento da folha;

1.34 Permitir transferências coletivas de local de trabalho, lotação, custeio, cargo, padrão de salário;

1.35 Permitir lançamentos coletivos de lançamentos fixos, lançamentos variáveis, mensagens nos ícones e informações do currículo funcional;

1 – CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Objetivo: Efetuar a contagem do tempo de efetivo exercício para fatos geradores controlados pelo órgão, atualizando percentuais de Adicional por Tempo de Serviço, dias de Férias, dias de Licença Prêmio, etapas do Estágio Probatório, períodos aquisitivos para Progressão Salarial e tempo para aposentadoria.

1.1 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo

certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.2 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Licença Prêmio, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.3 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Férias, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, concedendo os dias de direito de gozo, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.4 Calcular o tempo de efetivo exercício para controle temporal do Estágio Probatório, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, validando também regime jurídico, tipo de vínculo, categorias funcionais, temporalidade (em meses ou dias) de cada fase e quantidades de fases, considerando as parametrizações efetuadas, frequência e demais ocorrências funcionais que interferem na contagem;

2.5 Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Progressão Salarial, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão para concessão e atualização do salário para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.6 Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Aposentadoria, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão demonstrando o tempo de efetivo exercício até a data atual. Permitir a informação de vínculos de trabalho anteriores oriundos de outros órgãos, consolidando todo o tempo na certidão para fins de aposentadoria

2.7 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de SEXTA-PARTE, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.

3 – FÉRIAS

Objetivo: Manter o controle de todas as informações referentes aos períodos aquisitivo e gozo de férias dos servidores.

3.1 Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos de férias dos servidores desde a admissão até a exoneração;

3.2 Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de férias, controlando o saldo restante dos dias de férias;

3.3 Permitir o lançamento de férias em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo, controlando o saldo restante dos dias de férias;

3.4 Permitir o pagamento de 1/3 de férias integral ou proporcional a cada período de gozo lançado;

3.5 Permitir o apostilamento das férias em gozo por necessidade da administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo das férias para gozo oportuno;

3.6 Emitir relação de férias vencidas e a vencer por unidade administrativa;

3.7 Emitir avisos de férias;

3.8 Permitir o lançamento de um mesmo período de gozo para um grupo de servidores, facilitando este lançamento quando houver lançamento de férias coletivas;

3.9 Permitir o lançamento e pagamento do adiantamento de 13º salário por ocasião das férias;

4 - LICENÇA PRÊMIO

Objetivo: Manter o controle de todas as informações referentes aos períodos aquisitivo e gozo de licença prêmio dos servidores.

- 4.1 Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos (quinze) de licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a exoneração;
- 4.2 Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, controlando o saldo restante dos dias;
- 4.3 Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo controlando o saldo restante dos dias;
- 4.4 Permitir o apostilamento de licença prêmio em gozo por necessidade de administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo da licença prêmio, para gozo oportuno;

5 - PORTAL DE SERVIÇOS WEB

Objetivo: Permitir acesso a dados de pagamento, agendamento de férias e outras informações pertinentes aos servidores.

- 5.1 Possuir consulta de Informações Financeiras (holerite) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.2 Possuir consulta do Informe de Rendimentos pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.3 Possuir Atualização Cadastral (recadastramento) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.4 Possuir Agendamento de Férias pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.5 Possuir consulta de Margem Consignável pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.6 Possuir consulta de Faltas Abonada pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.7 Permitir entrega de Declaração de Bens pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.8 Permitir parametrização da liberação dos serviços a serem disponibilizados no Portal do Servidor, dentre os citados.

6 - ATOS ADMINISTRATIVOS

Objetivo: Manter o registro histórico de todas as portarias, decretos, contratos e termos expedidos para os servidores, mantendo atualizado o currículo funcional do servidor para consulta.

- 6.1 Manter o cadastro de todos os textos que darão origem a atos administrativos como portaria, decretos, contratos e termos de posse;
- 6.2 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licenças e/ou afastamentos, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.3 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de férias em gozo e/ou pecúnia ou apostilamento de férias, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.4 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licença sem vencimento, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.5 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de suspensão ou advertência, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.6 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de insalubridade, Periculosidade ou Gratificação, com registro no currículo funcional do servidor;
- 6.7 Gerar automaticamente o contrato de servidores temporários a partir do lançamento da admissão;

6.8 Gerar automaticamente o termo de posse de servidores a partir do lançamento da posse/admissão;

6.9 Permitir a emissão de atos administrativos individuais ou coletivos conforme textos configurados pelo próprio usuário;

6.10 Permitir a visualização dos atos expedidos em tela, papel ou em arquivo PDF para publicação na internet;

7 - FREQUÊNCIA

Objetivo: Permitir o lançamento de diversas licenças, como paternidade, nojo, gala e registrar as ocorrências do ponto.

7.1 Efetuar o lançamento de todos os tipos necessários de licenças, como licença gala, licença nojo e licença sem vencimentos, informando no mínimo a identificação do servidor, tipo de licença, documento apresentado, data de início e término da licença;

7.2 Permitir o lançamento de, no mínimo, as seguintes ocorrências, com a informação da data da ocorrência: falta abonada, falta injustificada, suspensão, horas extras;

7.3 Integrar dados com módulo de Ponto Eletrônico, exportando para este as informações de licenças, afastamentos, férias, licença prêmio e desligamentos para que as ausências possam ser justificadas no módulo de ponto, e importar os dados deste módulo para processamento em folha de pagamento;

7.4 Garantir o registro de uma única informação em um período na frequência, não permitindo duplicidade ou concomitância de lançamentos, como lançamento de férias para um servidor que está afastado no mesmo período ou parte dele;

7.5 Permitir o controle e registro de justificativas para faltas descontadas indevidamente, com possibilidade de restituição na folha de pagamento a partir do registro da justificativa;

7.6 Emitir boletim de frequência

7.7 Possuir calendário de feriados e dias úteis;

7.8 Permitir o lançamento de uma ocorrência na frequência informando o período todo, com data início e fim, evitando desta forma que sejam realizados vários lançamentos da mesma ocorrência para um mesmo servidor;

7.9 Controlar os lançamentos de falta abonada, não permitindo inserir ocorrências além de limite estabelecido pelo órgão;

7.10 Gerar automaticamente desconto de Descanso Semanal Remunerado (DSR) quando do lançamento da falta injustificada, de acordo com parametrização;

7.11 Permitir o lançamento de faltas e licenças de meio dia. Este lançamento deverá influenciar na contagem de tempo de serviço, caso esteja configurado;

7.12 Permitir o lançamento de frequência de forma descentralizada, controlando por Unidade Gestora, possibilitando que os lançamentos feitos por estas unidades sejam exclusivamente de servidores lotados nas mesmas;

8 - VALE TRANSPORTE

Objetivo: Efetuar o controle da compra, requisição, distribuição e devolução do vale-transporte

8.1 Permitir o cadastramento das empresas que fornecem o vale-transporte;

8.2 Controlar a compra e distribuição de diversos tipos de passes, como ticket, passagem, cartão descartável e cartão recarregável;

8.3 Permitir o controle dos roteiros para os quais serão utilizados os passes;

8.4 Permitir o registro da quantidade de passes diários utilizados pelo servidor no percurso de ida e retorno do trabalho, com possibilidade de adição de passes para outros percursos, no caso de servidores que se deslocam para mais de um local;

8.5 Controlar o saldo dos passes (quantidade de créditos) existentes para garantir a distribuição;

3.6 Gerar mapa de compra de vales-transporte com a quantidade e o valor discriminados por tipo de passe, baseado na informação dos passes requisitados para cada servidor e os dias úteis do período a ser utilizado;

3.7 Permitir alteração do mapa de compra por usuário devidamente habilitado;

3.8 Permitir a configuração dos códigos para desconto e restituição de vale-transporte em folha de pagamento;

3.9 Gerar mapa de entrega de passes para cada servidor baseado na informação dos passes requisitados e os dias úteis do período a ser utilizado;

3.10 Emitir documento de confirmação de entrega de passes com local para assinatura do servidor;

3.11 Controlar a entrega de passes reduzindo a quantidade em casos de faltas, férias, licenças e afastamentos lançados;

3.12 Gerar informação para desconto do vale-transporte em folha de pagamento após ançamento da entrega dos passes;

3 - FOLHA DE PAGAMENTO

Objetivo: Permitir a configuração dos cálculos, o processamento, pagamento e o recolhimento das diversas folhas de pagamento.

3.1 Permitir o processamento das folhas de pagamento Mensal, Rescisão, Adiantamento de Férias, Licença Prêmio, Adiantamento Salarial, Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, Décimo Terceiro Salário e Complementar;

3.2 Permitir o processamento de várias folhas de pagamento para a mesma referência, separando por grupo de servidores de mesmo vínculo, ou mesmo regime, ou mesma data de pagamento;

3.3 Permitir o processamento de folha de rescisão individual ou coletiva, com cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente, sem a necessidade de lançamento manual na folha;

3.4 Emitir o Termo de Rescisão e Quitação do Contrato de Trabalho, conforme exigido pela legislação vigente;

3.5 Controlar os vencimentos e descontos permitidos em cada regime de trabalho, possibilitando que seja efetuado um lançamento de vencimento ou desconto exclusivo de um regime para outro;

3.6 A folha de Adiantamento de Férias deverá ser processada com as informações dos dias de pecúnia e/ou gozo lançadas nas férias, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;

3.7 A folha de Licença Prêmio deverá ser processada com as informações dos dias de pecúnia e/ou gozo lançadas na Licença Prêmio, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;

3.8 Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;

3.9 Gerar automaticamente os valores relativos ao salário-família dos dependentes;

3.10 Possuir rotinas de cálculos através de fórmulas e expressões em português para qualquer vencimento e desconto, tornando o cálculo da folha totalmente configurável e administrado pelo próprio usuário. Possibilitar que o próprio usuário crie novas regras de vencimentos ou descontos, com base em uma já existente, configurando as incidências e a regra de cálculo. As regras de cálculo previstas em legislação federal ou estadual deverão estar no sistema e não deverão ser alteradas por usuário comum;

3.11 Possibilitar a execução do cálculo ou recálculo de diversas formas, como cálculo individual, por faixa de matrícula ou seleção aleatória. Calcular e processar os valores relativos à contribuição individual e patronal para o RGPS (INSS) e RPPS (Previdência Municipal), de acordo com o regime previdenciário do servidor. O tempo para cálculo de 300 funcionários não deverá exceder 5 minutos;

3.12 Gera arquivo SEFIP no formato texto com extensão .RE para importação, validação e envio em software da Caixa Econômica Federal, e possui mecanismo de retransmissão.

9.13 Emitir relatório Folha Analítica por folha processada ou de forma consolidada, com todas as folhas processadas no mês;

9.14 Emitir relatório Mapa Financeiro com o resumo dos vencimentos e descontos de todas as folhas com possibilidade de, dentro do mês, emitir valores das folhas separadamente ou consolidando-os em um único resumo;

9.15 Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, empréstimos, descontos diversos e ações judiciais, para um servidor ou um grupo de servidores no caso de lançamento comum a todos;

9.16 Permitir a importação de dados via arquivo-texto de valores a serem consignados em folha controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento, gerando um arquivo de retorno para o convênio com os valores debitados em folha e também os rejeitados pelo processamento, informando o motivo da rejeição;

9.17 Emitir resumo dos valores líquidos da folha por banco e fonte de recurso;

9.18 Possuir integração com o Módulo de Administração Orçamentária e Financeira, disponibilizando os dados necessários para reserva, empenho, liquidação e pagamento das despesas com pessoal, possibilitando programar datas diferentes para pagamento de convênios, sem utilização de arquivo-texto ou semelhante;

9.19 Emitir relação das despesas orçamentárias e extrorçamentárias a serem contabilizadas, para conferência;

9.20 Gerar as informações anuais para a DIRF, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software da Receita Federal;

9.21 Gerar as informações anuais para a RAIS, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software do SERPRO;

9.22 Permitir a emissão do Informe de Rendimentos para servidores com retenção de imposto de Renda na Fonte e para aqueles que não tiveram retenção;

9.23 Gerar as informações de admissão e rescisão necessárias ao CAGED, via arquivo-texto, para importação em software do Ministério do Trabalho;

9.24 Manter histórico de pagamento para cada servidor com detalhamento de todos os vencimentos e descontos, permitindo consulta ou emissão de relatórios;

9.25 Possibilitar cálculo de contribuição ao INSS proporcional em folha de pagamento para servidores com outro vínculo empregatício fora do Órgão;

9.26 Possuir cálculo de IRRF proporcionalizado para servidores com mais de um vínculo empregatício com o Órgão, com somatória das bases de cálculo e desconto proporcional em cada vínculo de acordo com o valor da remuneração;

9.27 Permitir a geração do Informe de Rendimentos em arquivo-texto para impressão e desenvolvimento, com opção de emissão do endereço do servidor;

9.28 Emitir demonstrativo de pagamento, permitindo a inclusão de textos e mensagens para determinados servidores, para um grupo de servidores selecionados ou para todos;

9.29 Permitir a geração de arquivos para crédito em conta – corrente ou poupança – da rede bancária, emitindo relação dos créditos contendo matrícula, nome, número da conta e valor a ser creditado;

9.30 Emitir demonstrativo de pagamento de meses anteriores (segunda via);

9.31 Emitir Guia de Recolhimento de INSS, com opção para emissão por fonte de recurso e geral;

9.32 Possuir rotinas de controle e cálculo para pagamento das pensões judiciais, a partir do desconto efetuado para o servidor, incluindo depósito em conta;

9.33 Emitir recibos para pagamento de pensão judicial;

9.34 Emitir relação dos valores consignados em folha com opção de geração em arquivo-texto;

9.35 Emitir Guia de Recolhimento de Previdência Municipal;

9.36 Possuir rotinas de cálculo de insuficiência de saldo para servidores com somatória de descontos maior que o total de vencimentos na folha, efetuando ajuste automático dos descontos limitados até um teto configurado pelo usuário. A prioridade dos descontos deve ser configurada pelo usuário e os valores consignados que não foram descontados deverão ser registrados, possibilitando a emissão de relatórios destes valores para envio aos estabelecimentos conveniados;

- 9.37 Possuir rotina de cálculo de margem consignável, com emissão de relatórios da margem disponível para gastos nos estabelecimentos conveniados;
- 9.38 Possuir rotina para inclusão no sistema das fichas financeiras que não estão em meio magnético, ou seja, fichas financeiras que estão em papel;
- 9.39 Permitir a inclusão de lançamentos pendentes para servidores afastados, sendo que o efetivo processamento destes somente poderá ocorrer na folha de pagamento em que o servidor retornar do afastamento. Os lançamentos devem ficar pendentes durante todo o período do afastamento, sendo incluído automaticamente na folha somente após término do afastamento e efetivo retorno do servidor ao trabalho;
- 9.40 Possuir rotina de comparação entre duas folhas (Folha Atual e Folha Anterior), com possibilidade de confrontar servidores calculados na folha anterior e não na atual, servidores calculados na folha atual e não na anterior, servidores calculados nas duas porém com diferenças no valor de uma ou mais verbas e servidores calculados nas duas porém com diferenças na quantidade de uma ou mais verbas;
- 9.41 Possuir rotina para identificação de divergências na folha de pagamento processada, de forma que apresente um diagnóstico dos problemas encontrados, baseado em parâmetros previamente configurados, possibilitando a correção destas divergências antes do fechamento do processamento;
- 9.42 Possuir rotina de Geração de Arquivos Digitais do INSS – MANAD, possibilitando a prestação de informações via arquivo texto, conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20/06/2006 – DOU 3 04/07/2007;
- 9.43 Gerar relação do Salários de Contribuição padrão INSS;
- 9.44 Gerar arquivo texto para utilização em cálculo atuarial;
- 9.45 Gerar as informações referentes aos provisionamentos, baixas e estornos de férias, 13o salário e seus respectivos encargos patronais, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- 9.46 Possuir rotina de apuração de diferenças entre o arquivo gerado pela folha de pagamento e o sistema SEFIP;
- 9.47 Possuir rotina para impropiação de lançamento de variáveis/dados, via arquivo texto, para execução da folha de pagamento controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento;
- 9.48 Emitir relatório consolidado das verbas processadas em folha de pagamento, possibilitando a escolha dos grupos de processamento, parâmetro ou competência;

10 – eSocial

Objetivo: Permitir emissão de dados para atendimento às exigências do eSocial.

- 10.1 O sistema deverá possuir ferramenta que realize busca na base de dados e, após cruzamento de dados com a base do eSocial, apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo governo, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros;
- 10.2 O sistema deverá possuir módulo web que possibilite a realização de um recadastramento para atualização de dados cadastrais dos funcionários, permitindo que os mesmos acessem uma interface e informem seus dados pessoais, documentação, endereço, dependentes, cursos e certificados de formação profissional e demais informações pessoais, com possibilidade de anexar documentos digitais;
- 10.3 O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial nos prazos estipulados pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos xml nos padrões estipulados nos layouts do eSocial, com assinatura digital, dos Eventos Iniciais, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos;

11 – PRESTAÇÃO DE CONTAS/AUDESP (TCE-SP)

Objetivo: Permitir a geração de arquivos obrigatórios para prestação de contas periódicas da Fase III do AUDESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

- 11.1. Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Atos de Pessoal (Atos Normativos, Cargos/Funções, Quadro de Pessoal, Agente Público, Lotação de Agente Público);
- 11.2. Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Remunerações (Cadastro de Verbas Remuneratórias, Folha Ordinária, Resumo Mensal da Folha de Pagamento, Pagamento de Folha Ordinária, Folha Suplementar, Cadastro de Aposentados e Pensionistas);
- 11.3. O sistema deverá possuir funcionalidade de alerta para inconsistências de dados antes da geração dos arquivos, evitando o retrabalho de envio das prestações de contas AUDESP TCE/SP.

12 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Objetivo: Permitir parametrização e controle de avaliações de desempenho de acordo com a necessidade do Órgão.

- 12.1 Permitir parametrização da avaliação de desempenho contendo parâmetro de resultados e identificação dos períodos de avaliação por fato gerador, associado ao(s) questionário(s);
- 12.2 O questionário deve conter tópicos e descrição do assunto, campo para pergunta e a descrição, com o peso de cada pergunta;
- 12.3 Permitir criar grupos de respostas para perguntas de múltipla escolha e/ou alternativa para ser associado ao questionário;
- 12.4 Permitir configurar opções de respostas: múltipla escolha, alternativa, resposta aberta ou associada a eventos externos;
- 12.5 Permitir cadastrar a pontuação de cada resposta, e, em caso de resposta associada a evento externo, permitir configurar a manutenção no valor computado, preservando o valor original;
- 12.6 Permitir associar eventos externos que influenciem na pontuação de cada resposta, e a parametrização do processamento do cálculo da pontuação na ocorrência (valor fixo, valor multiplicado pela quantidade da ocorrência ou por escala). Por exemplo, em caso de excesso de faltas, o total de pontos de determinada resposta pode ser reduzido;
- 12.7 Associar cada avaliação ao funcionário dentro do período parametrizado e de acordo com o fato gerador;
- 12.8 Apresentar ao término de cada avaliação o resultado final;
- 12.9 Possuir fases em cada módulo da avaliação: envio da avaliação realizada para o setor de Recursos Humanos, recepção e homologação para finalização;
- 12.10 Permitir revisão da avaliação;
- 12.11 Permitir histórico das avaliações aplicadas;
- 12.12 Permitir emissão de relatórios;

SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

1. MEDICINA DO TRABALHO

Gestão integrada da Medicina do Trabalho com as áreas de Segurança do Trabalho e Previdência contendo os módulos e funções a seguir:

1.1. CONTROLE DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL

- 1.1.1. Emitir relatório do documento e controlar o PCMSO da(s) unidade(s);
- 1.1.2. Controlar os exames ocupacionais e seus resultados;
- 1.1.3. Permitir e controlar a convocação de exames periódicos;
- 1.1.4. Registrar ASO e Requerimento de exames individuais;

- 1.1.5. Emitir o Relatório Analítico (Anual), conforme ASO e Requerimento de Exames cadastrados;
- 1.1.6. Possuir Agenda Integrada para o CONTROLE dos atendimentos previstos e realizados;
- 1.1.7. Registrar as doenças conforme CID 10;
- 1.1.8. Registrar a Anamnese Ocupacional / Ficha Médica totalmente parametrizável e flexível;
- 1.1.9. Emitir Questionário de Anamnese respondido ou para que seja respondido;
- 1.1.10. Inserir Documento Base Introdutório do PCMSO;
- 1.1.11. Ser integrado com PPRAP/PGR, garantindo a troca de informações de identificações de Riscos automaticamente;
- 1.1.12. Permitir Cadastro de Exames e a Periodicidade;
- 1.1.13. Permitir cadastro de prontuário médico para gestão, seguindo os padrões do CFM – Conselho Federal de Medicina.

1.2. Relatórios

Emitir relatórios diversos já padronizados, tais como:

- 1.2.1. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) completo, com riscos e exames;
 - 1.2.2. Exames realizados por tipo e data;
 - 1.2.3. CONTROLE de Vencimento de Exames;
 - 1.2.4. Relatório Analítico Anual, conforme legislação;
 - 1.2.5. Relatório do PCMSO;
 - 1.2.6. Emitir Laudo de Pessoa com Deficiência;
 - 1.2.7. Permitir ao usuário ajustar os relatórios conforme sua necessidade através de ferramenta de design de relatório.
- ## 1.3. Controle de Absenteísmo e afastamentos
- 1.3.1. Realizar o Controle de Absenteísmo dos funcionários referenciando as causas de absenteísmo;
 - 1.3.2. Possibilitar o Lançamento de Atestado Médico;
 - 1.3.3. Permitir registrar o absenteísmo por doença / CID 10;
 - 1.3.4. Permitir registrar o absenteísmo a partir de uma ocorrência (acidente);
 - 1.3.5. Realizar o Controle das Licenças médicas por motivo legal;
 - 1.3.6. Realizar o Controle de Perícia Médica;
 - 1.3.7. Realizar o Controle de Readaptação e Restrição Funcional;
 - 1.3.8. Emitir Relatório de afastamento para Perícia Médica;
 - 1.3.9. Permitir Aprovação de Atestados por período lançado;
 - 1.3.10. Permitir Triagem de Atestado Médico para aprovação;
 - 1.3.11. Consultar os Atestados lançados por período do Servidor;
 - 1.3.12. Permitir Controle de atestados lançados por Período e CID dos últimos 60 dias para afastamento previdenciário;
 - 1.3.13. Receber Atestado Médico pelo Por tal do Servidor e realizar o lançamento respectivamente;
 - 1.3.14. Realizar o controle de Subnormalidades para gestão interna da equipe de Medicina e realizar campanhas;
 - 1.3.15. Realizar Cadastro de Médico e Posto de Atendimento;
 - 1.3.16. Realizar Cadastro de CID 10

1. SEGURANÇA DO TRABALHO

1.1. Controle de PPRAP/PGR

- 1.1.1. Emitir e controlar o PPRAP/PGR de atividades executadas em conformidade com a Norma regulamentadora 01;
- 1.1.2. Permitir inserir documento base PPRAP/PGR Introdutório;
- 1.1.3. Permitir realizar o mapeamento dos riscos (físico, químico, biológico, ergonômico e de

acidente);

- 2.1.4. Criar e controlar o andamento das atividades do cronograma de PPRAP/PGR;
- 2.1.5. Manter o histórico dos riscos dos funcionários para preenchimento do PPP;
- 2.1.6. Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação recomendados;
- 2.1.7. Realizar o controle dos riscos por funcionário, com o histórico do mesmo;
- 2.1.8. Cadastrar os riscos e agentes detalhadamente, incluindo as medições realizadas e reconhecimento dos riscos;
- 2.1.9. Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação Recomendados;
- 2.1.10. Permitir o cadastro dos Grupos Homogêneos de Exposição;
- 2.1.11. Permitir associar os riscos através de GHE - Grupos Homogêneos de Exposição;
- 2.1.12. Permitir Cadastro de Agentes Nocivos;
- 2.1.13. Permitir cadastro de E.P.C – Equipamento de Proteção Coletiva;
- 2.1.14. Permitir o cadastro de Ambientes;
- 2.1.15. Permitir Cadastro de Treinamentos Diversos – Normativos e Internos;
- 2.1.16. Permitir Cadastro de Responsáveis;
- 2.1.17. Permitir cadastro de Plano de Ação com seus respectivos Perigos e Riscos.

2.2. Controle de Acidentes e Ocorrências

- 2.2.1. Permitir gerar relatórios dos CAT'S realizados com informações para controle de Acidentes de Trajeto (percurso/transito/Típico);
- 2.2.2. Emitir a CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho;
- 2.2.3. Permitir levantamento de dados para Cálculo de taxa de frequência (TFA) e gravidade (TGA);
- 2.2.4. Permitir levantamento de dados para Estatística de Acidentes por setor / cargo / dia / turnos / parte do corpo / lotação;
- 2.2.5. Permitir a Consulta por qualquer item da ficha de acidentes;
- 2.2.6. Permitir a consulta de endereço das vias públicas através de sistema externo e/ou o preenchimento manual; e no item Perfil Profissiográfico Previdenciário o subitem: Permitir o acesso com os dados administrativos do setor de RH.

2.3. Controle de EPI

- 2.3.1. Controlar os EPI em poder dos funcionários e seu vencimento;
- 2.3.2. Indicar os EPI's recomendados conforme o risco / cargo;
- 2.3.3. Emitir o recibo de Entrega para assinatura dos funcionários;
- 2.3.4. Permitir o cadastro das especificações do EPI (com anexo de foto), inclusive com o controle de CA;
- 2.3.5. Permitir o controle de entrega por biometria ou por senha

3. PREVIDENCIÁRIA

Gestão Previdenciária integrada com as áreas de Medicina do Trabalho e Segurança do Trabalho, contendo os módulos e funções a seguir:

3.1 Perfil Profissiográfico Previdenciário

- 3.1.1. Emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário, conforme IN do INSS;
- 3.1.2. Permitir processar e emitir em lote o PPP, minimizando o trabalho manual;
- 3.1.3. Integrar-se automaticamente aos seguintes módulos do PCMSO / PPRAP/PGR com os Riscos Identificados e Controle de acidentes.

3.2 E-SOCIAL

- 3.2.1. Validar todos os eventos antes da geração do XML para envio a Receita Federal

- 3.2.2. Controlar os prazos para envio dos eventos
- 3.2.3. Guardar todo o histórico dos eventos enviados
- 3.2.4. Possuir um painel de controle de todos os eventos
- 3.2.5. Rastrear os eventos a qualquer momento
- 3.2.6. Congelar as informações geradas
- 3.2.7. Notificar caso houver alguma inconsistência de informações
- 3.2.8. Gerar os arquivos em XML no lay-out da Receita Federal (lay-out 2.2) para os eventos a seguir:
 - S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho
 - S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador
 - S-2240 – Condição Ambientais de Trabalho – Fatores de Risco
- 3.2.9. Após a geração dos eventos no layout da Receita Federal, os arquivos no formato xml da Receita Federal o software deverá realizar os serviços de mensageria, ou seja, envio dos dados a RFB.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 4.1. Readaptação
 - 4.1.1. Permitir Cadastro de Readaptação, permitindo vincular junto aos contratos do servidor;
 - 4.1.2. Permitir Visualização de Históricos de Readaptação;
 - 4.1.3. Associar Restrições ao servidor junto ao cadastro de readaptação;
 - 4.1.4. Permitir inclusão de Arquivos - Documentos e Imagens para evidências.
 - 4.1.5. Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a readaptação do servidor.
- 4.2. Cessão
 - 4.2.1. Permitir cadastro de servidor com as seguintes informações:
 - 4.2.1.1. Permitir cadastro com Tipo de Movimentação;
 - 4.2.1.2. Permitir cadastro com Tipo de Pagamento;
 - 4.2.1.3. Permitir realizar o cadastro com inclusão de Período;
 - 4.2.1.4. Permitir cadastro de informação com dados do tribunal;
 - 4.2.1.5. Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a cessão do servidor.

CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO

1. Da Segurança do Sistema.
 - 1.1 - Deverá possuir proteção contra ataque de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema.
 - 1.2 - Deverá possuir proteção contra ataque XSS;
 - 1.3 - Deverá possuir mecanismo de exportação de toda a base de dados, a qualquer momento, por um usuário de alto nível, em formato SQL;
2. Da Compatibilidade
 - 2.1 - Deverá ser uma aplicação web, com todas as funcionalidades acessíveis através de navegador de internet, podendo ter complementos no computador do usuário em casos de necessidade de comunicação com hardware para que possibilite a funcionalidade ser executada via navegador. Como Certificado Digital, por exemplo;
 - 2.2 - Deverá ser escrito na sua totalidade em linguagem de programação compatível com os propósitos do sistema em questão, com suporte técnico do fabricante, caso não utilize linguagem de programação de código aberto;

- 2.3 - Deverá ser totalmente compatível com o sistema operacional MS Windows, em sua mais recente versão e nas 3 versões anteriores;
- 2.4 - Deverá ser totalmente compatível com os navegadores de Internet Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas mais recentes versões;
- 2.5 - Deverá possuir mecanismo de integração a outros sistemas, e estar 100% integrado com os sistemas de Recursos Humanos, em especial a Folha de Pagamento da Prefeitura;
- 2.6 - Os dados devem ser armazenados em banco de dados hospedado em nuvem, sendo que deve possuir licença tipo free, sem limites de usuários, de tamanho e com controle transacional. Ou, caso utilizem softwares proprietários, a CONTRATADA deverá fazer a cessão do licenciamento dos softwares devidamente licenciados para governo caso o sistema tenha que ser hospedado na CONTRATANTE ao final do contrato;
- 2.7 - O sistema de ponto eletrônico deve atender as reais necessidades nos lançamentos dentro das especificações adotadas por meio de portaria dos horários / escalas de servidores em cada órgão CONTRATANTE, bem como de horas extras em forma de pagamento ou banco de horas quando autorizadas pela liderança.

3. Da Performance.

- 3.1 - Deverá ser capaz de ser acessado, de forma simultânea e concorrente, sem degradação do tempo de resposta aos demais usuários, por pelo menos 50% dos usuários cadastrados no sistema;
- 3.2 - Deverá suportar e armazenar em banco de dados carga de dados de marcações ao longo de 35 anos;
- 3.3 - Serão contemplados todos os funcionários dos órgãos CONTRATANTES.

4. Da Regionalização.

- 4.1 - Deverá apresentar em sua totalidade, informações em português brasileiro, incluindo informações para os usuários em tela e relatórios;
- 4.2 - Deverá apresentar informações referentes à data e hora em formato português brasileiro;
- 4.3 - Deverá apresentar informações referentes a valores numéricos em formato português brasileiro;
- 4.4 - Deverá apresentar informações referentes à moeda, em formato adequado à correta localização da informação, no caso de o sistema utilizar informações monetárias.

5. Das Funcionalidades.

- 5.1 - Deverá funcionar em conformidade com as regras definidas nas legislações do Município de Itatiba, e com as regras definidas pela portaria 671/2021 e suas posteriores alterações;
- 5.2 - Deverá controlar número limitado de relógios;
- 5.3 - Deverá permitir a inclusão de escalas mensais para grupos específicos de profissionais e manter o histórico das escalas;
- 5.4 - Deverá aceitar tratar e gerenciar o registro, ajuste e tratamento de 2 (duas) matrículas diferentes ativas para o mesmo servidor, identificado através do mesmo nº de PASEPPIS, ou mecanismo que venha a substituir, com 2 (duas) jornadas de trabalho diferentes, sendo que o servidor com duas matrículas poderá efetuar suas marcações num mesmo relógio ou em mais de um relógio;
- 5.5 - Deverá permitir o cadastramento "on line" dos equipamentos Relógios, independentemente de serem eletrônicos ou virtuais;
- 5.6 - Deverá realizar monitoramento online de todos os relógios (eletrônicos ou virtuais) instalados, apresentando o estado de cada um, como com ou sem comunicação;
- 5.7 - Deverá coletar e identificar digitais através de equipamento coletor de biometria e chip (crachás), possibilitando o cadastro dos servidores na base de dados do sistema;
- 5.8 - Deverá controlar os seguintes tipos de jornadas de trabalho: jornadas administrativas normais, jornadas de turno com obrigatoriedade de trabalho em jornadas com controle apenas por carga

horária (com ou sem limites definidos no dia); jornadas flexíveis com horário e períodos de flexibilização, revezamentos com reconhecimento automático de permutas, marcação de refeição opcional ou obrigatória em todos os tipos de jornadas, horários flexíveis de refeição com limites definidos em todos os tipos de jornadas, tolerâncias nas marcações, jornadas duplas (dois períodos de trabalho num mesmo dia);

§.9 - Deverá permitir a composição de horários por ciclos de jornadas de qualquer tipo, com repetição programada, mantendo as seguintes características: controle completo de banco de horas, controle de períodos de compensações, controle de diversos calendários, conforme as diversas localidades da empresa, controle de diversos tipos de dia (normal, feriado, etc), com possibilidade de criação de tipos de dias específicos pelo usuário, sem necessidade de programação adicional;

§.10 - Deverá executar as seguintes funções sem precisar de programação adicional: apuração de horas normais, apuração de horas extras e plantões em dias normais, apuração de horas extras e plantões em dias feriados, ou de folga, apuração de horas extras e plantões com percentuais diferenciados, apuração de atrasos, apuração de saídas antecipadas, apuração de saídas intermediárias, apuração de interjornadas, apuração de ausências, apuração de horas noturnas com período fixo ou de acordo com o horário realizado, quebra de dia às 24 horas ou em qualquer outro horário indicado pelo usuário, alocação das ocorrências no dia da jornada ou nos dias em que realmente aconteceu, reconhecimento do dia da jornada pelo dia de entrada ou pelo dia da saída, determinação de períodos de afastamento integral, determinação de períodos de afastamento parcial por tempo, determinação de períodos de afastamento parcial por horário, compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas com limite de ocorrências e/ou de tempo num determinado período, cálculo das verbas para a alimentação da folha de pagamento;

§.11 - Deverá permitir cadastro de várias empresas, lotações e cargos dos servidores;

§.12 - Deverá integrar com sistema atual de coleta de pontos do Departamento de Processamento de Dados da CONTRATANTE

§.13 - Deverá coletar, de forma remota e automática, além de ser possível agendar a periodicidade da importação das marcações efetuadas nos equipamentos REP; e de forma on-line e marcação por marcação para o relógio virtual;

§.14 - Deverá permitir cadastro de justificativas individual e coletiva;

§.15 - Deverá permitir a visualização do ponto diário dos servidores;

§.16 - Deverá permitir controle de tolerância parametrizada para entrada e saída;

§.17 - Deverá permitir controle de abono e atrasos, faltas com registro de motivos, horas extras, saídas antecipadas, afastamentos, férias, licenças de saúde, congresso, cursos, licença prêmio, etc.;

§.18 - Deverá permitir controle de vários bancos de horas (Quantos forem necessários) e controle de compensação programável;

§.19 - Deverá permitir controle de banco de horas e compensação;

§.20 - Deverá permitir criar modelos de jornada de trabalho específica;

§.21 - Deverá permitir ao usuário escolher o período de apuração de frequência;

§.22 - Deverá permitir parametrização de regras e fórmulas definidas pelo administrador e/ou chefia;

§.23 - Deverá apresentar apuração de totais de horas trabalhadas, horas normais, horas extras, faltas, atrasos, horas de adicional noturno; controle de descanso semanal remunerado, etc.;

§.24 - Deverá possuir consulta de espelho ponto;

§.25 - Deverá permitir justificar faltas e atrasos;

§.26 - Deverá permitir notificação por e-mail para o chefe/gestor de eventos como HE, atrasos e faltas;

§.27 - Deverá apresentar alerta ou indicação dos funcionários que faz horas extras;

§.28 - Deverá gerar relatórios em tela e nos formatos PDF, CSV, ODS (Open Document) e arquivo texto além de ser possível fazer o envio dos mesmos formatos por email através da própria aplicação;

§.29 - Deverá gerar relatórios com possibilidade de imprimi-los pela impressora;

§.30 - Deverá possuir relatório de histórico de horários de horários / escalas dos servidores;

CONTROLE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE E PATRIMÔNIO GESTÃO DE SUPRIMENTOS NA WEB

Registro de informações básicas e tarefas administrativas (Unidades Orçamentárias / Administrativas), associação dos respectivos centros de custos integrados ao módulo Contábil / Orçamentário. Controle de Acesso. Parâmetros de funcionalidades. Gestão de cadastros de Materiais e serviços de forma padronizada. Controle de situação dos cadastros de Materiais e Serviços.

1.1. Registrar localidades de maneira normalizada a ser utilizadas nos cadastros de Fornecedores, Locais de Entrega, etc;

1.2. Controle de acesso de usuários individualizados por menu do sistema, possibilitando que seja realizada a cópia de perfil e restrições de acesso baseado em perfil já existente;

1.3. Possuir relatório com a relação de usuários do sistema e de permissão de acesso por usuário;

1.4. Permitir a definição de algumas rotinas específicas que necessitam de aprovação por usuário e senha para sua realização (Dupla Custódia)

1.5. Permitir ao usuário configurar seus menus de acesso através da opção de favoritos, dessa maneira possibilitando que o usuário configure seu perfil de trabalho.

a) GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

1.6. Codificar os materiais por Catálogo e manter registro do tipo de material;

1.7. A classificação de materiais e serviços deverá ser única e padronizada. O catálogo de materiais/serviços deverá estar disponível para todos os módulos do sistema: materiais e serviços, fornecedores, compras, estoque, patrimônio, contratos, (com restrição de uso para certos usuários);

1.8. O catálogo de materiais e serviços deverá disponibilizar automaticamente para consulta as especificações e respectivos códigos para efeito de solicitação de aquisição e/ou contratação e controle de estoque;

1.9. O sistema deverá disponibilizar no momento da consulta dos códigos de materiais e/ou serviços catalogados a informação do status em que se encontra o mesmo (ATIVO, INATIVO, DESABILITADO PARA COMPRAS, LICITANDO). Para efeito de aquisições, os usuários de sistema apenas irão utilizar os materiais que encontrarem-se ATIVOS;

1.10. O sistema deverá permitir classificação dos materiais ou serviços (inclusive serviços de engenharia e obras) por natureza de despesa, devendo permitir a vinculação da natureza de despesa por material/serviço;

1.11. O sistema deverá possibilitar, a critério do usuário habilitado ou administrador do sistema, o gerenciamento e controle do material por código de barras para as funções de armazenamento, devendo, quando definido, armazenar mais de um código de barras para um mesmo item, permitindo também a movimentação e identificação de itens através desse controle;

1.12. O sistema deverá permitir que somente usuários responsáveis pela codificação e/ou administração de Materiais e Serviços possam incluir um novo material/serviço no catálogo;

1.13. O sistema não deverá permitir a codificação / cadastramento de dois itens de material ou serviço com o mesmo código;

1.14. O sistema não deverá permitir a exclusão de um código de material e/ou serviço cadastrado quando tiver sido utilizado anteriormente, ou seja, tiver histórico de compra e ou contratação, permitindo a INATIVAÇÃO, DESATIVAÇÃO, ATIVAÇÃO (quando estiver inativo);

1.15. O sistema deverá possuir mecanismos de busca de materiais e serviços, através do fornecimento de palavras inteiras ou parte de palavras contidas no nome ou na descrição dos itens;

1.16. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais com informações entre os módulos do sistema (fornecedores, materiais, banco de preços, estoque/inventariados, patrimônio, contratos, compras/licitações). Ex.: Relação dos patrimônios por materiais; Relação dos materiais sem movimentação a partir de uma data; Relação de materiais em estoque por Almacarifado; Relação da apropriação de consumo por centro de custo; Relatório de materiais/serviços adquiridos num determinado período;

1.17. Permitir a consulta de disponibilidade de material, informando qual a quantidade em estoque de acordo com o Almoarifado, se existem bens permanentes disponíveis ou se são itens pertencentes a uma Ata de Registro de Preços;

1.18. Gerar relatório de licitações, com informação de número de processo, objeto, secretaria requisitante, modalidade, data de abertura, data de homologação, valor estimado, fornecedor, tipo de contrato (contrato, autorização de fornecimento ou ordem de serviços), ou ata de registro de preços, valor contratado, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF, .odt, .docx

b) CADASTRO DE FORNECEDORES

1.19. O sistema deverá conter tela para cadastro de fornecedores, tanto pessoas físicas como jurídicas, para acesso e controle ÚNICO e visualização/tramitação por todos os módulos do sistema integrado de gestão de materiais e serviços, compras, estoque, patrimônio, contrato, orçamentário, financeiro e contábil, relacionando os fornecedores aos catálogos de materiais/serviços/engenharia e obras ofertados;

1.20. Os campos de cadastramento de dados do Fornecedor devem ser habilitados automaticamente de acordo como Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica) a ser cadastrada. (Exemplo: O sistema não poderá permitir a digitação do campo CNPJ para pessoa física e vice-versa);

1.21. Deverá guardar histórico das alterações da razão social do fornecedor para critério de consulta;

1.22. Após carregar os dados essenciais do fornecedor para a tela de cadastro de Fornecedores, o sistema deverá permitir a atualização de dados sobre a emissão e atualizações de Certificado de Registro Cadastrais, controlando a existência de documentos vencidos, quando da visualização do CRC (Certificado de Registro Cadastral);

1.23. O sistema deverá manter o cadastro dos catálogos de materiais, obras ou serviços ofertados pelo fornecedor, permitindo a vinculação de mais de uma linha de fornecimento;

1.24. O sistema deve possuir controle de penalidades, controlando prazo de validade das penalidades aplicadas bloqueando automaticamente os fornecedores com situações irregulares nos processos licitatórios;

1.25. No campo para inclusão do catálogo atendido pelo Fornecedor, deverá ser permitido que seja feita a inclusão para mais de um Fornecedor de uma vez de vários catálogos, acelerando o cadastramento;

1.26. O sistema deverá permitir busca de fornecedores a partir de palavras contidas no seu nome, razão social ou nome fantasia, a partir de CPF/CNPJ e Cidade;

1.27. Emitir relatório de atestado de capacidade técnica;

1.28. Estar disponível mapa de colação, cotação para envio à fornecedor, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF, .odt, .docx de todos os campos disponibilizados.

c) BANCO DE PREÇOS

1.29. Permitir o cadastramento de índices de correção a ser utilizado para atualização monetária dos valores registrados no banco de preços;

1.30. Permitir a parametrização do prazo de consulta de valores do Banco de Preços a serem considerados como válidos aplicar a atualização monetária e utilização como valores válidos para estimativa nas requisições de compras;

1.31. Após a conclusão do procedimento de aquisição e/ou contratação, o Sistema deverá registrar no Banco de Preços o valor do preço a partir de geração da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços ou Ata de Registro de Preços;

1.32. O sistema deverá informar aos usuários, no momento da criação das Requisições de Compras informações relativas ao banco de preços com o valor da época, o índice acumulado de atualização e seu valor atualizado, obedecendo às configurações de prazos para consultas de preços e percentual de garantia para correções previamente definidos pelo administrador do sistema;

1.33. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios de preços constantes do Banco de Preços, por tipo de preço (Autorização de Fornecimento, Ordens de Serviço e Ata de Registro de

Preços), Modalidade de Licitação, faixa de itens, faixa de datas, tipo analítico e sintético e quantidade de preços para análise por material / serviço;

1.34. Integrar e gerar automaticamente relatório de homologação para processos comuns e registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;

1.35. Integrar e gerar automaticamente atas de registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;

1.36. Permitir a inclusão de cadastro de reserva na Ata de Registro de Preços, gerando automaticamente relatório em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura.

d) AQUISIÇÕES POR LICITAÇÕES E COMPRAS

1.37. O sistema deverá permitir a criação da Requisição de Compras e/ou Requisição de Serviços pelas diversas unidades que compõem a administração, através de usuários devidamente habilitados com a respectiva permissão;

1.38. O sistema deverá ter integração automática com o módulo orçamentário contábil, para efeito de reservas, empenhos, liquidação e suas respectivas anulações;

1.39. O sistema deverá permitir o cadastramento de Cargos e Comissões de Licitações;

1.40. A partir da criação da Requisição de Compras, o sistema deverá informar ao usuário caso o item/código de material que esteja sendo incluído exista em estoque, ou seja, um item pertencente a uma Ata de Registro de Preços;

1.41. Permitir vincular uma requisição a uma Adesão de Registro de Preços, referenciado qual a Adesão deve estar associada, a fim de permitir que sejam inseridos somente itens da Adesão para criação de uma Dispensa de Licitação;

1.42. O sistema deverá disponibilizar a relação de Dotações Orçamentárias disponíveis para vinculação no Módulo Orçamentário Contábil, de acordo com as naturezas de despesas dos itens constantes na Requisição de Compras ou Serviços;

1.43. Após vinculação das dotações orçamentárias contáveis na Requisição de compras ou serviços, o sistema deverá permitir a solicitação de reserva de valores ao Módulo Orçamentário / contábil, podendo ser: do Exercício ou Plurianuais;

1.44. Após a efetivação da reserva, de forma integrada à Requisição de Compras ou Serviços no Módulo Orçamentário / Contábil o sistema deverá visualizar as Requisições que irão efetivar compras de mesmo catálogo a fim de criar um agrupamento de compras almejando uma economia de escala na modalidade correspondente;

1.45. O sistema deverá permitir o agrupamento de várias requisições para fins de organização do procedimento licitatório, que pode ser criado por Item ou Lota;

1.46. O sistema deverá permitir o processamento de contratações realizadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/21; deverá atender todas as modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021

1.47. O sistema deverá controlar os valores de aquisições/contratações por limite da dispensa por valor, sinalizando quando o feito máximo do exercício da despesa for atingido, através de histórico acumulativo

1.48. O sistema deverá mostrar o status da Requisição de Compras/Serviços do início ao fim do processo (Aprovada, Não Aprovada e Reservada);

1.49. O sistema deverá controlar a aquisição de materiais e contratação de serviços ou obras, desde a Requisição até a contratação em si, realizada através das modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021 ou dispensas (aquisição direta, licitação dispensada ou inexigibilidade), seguindo todas as etapas até a homologação do procedimento, empenho, emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço e Acompanhamento das Entregas ou Prestação dos Serviços e Liquidação de Despesa;

1.50. O sistema deverá armazenar informações relativas às aquisições realizadas, tais como: Modalidade/Nº da Aquisição, Tipo de Licitação, Objeto, Responsáveis, Comissão de Licitação, Datas e Horas de Abertura, Entregas de Envelopes, Sessões, Participantes, Processo Administrativo, Pareceres da Licitação, e demais dados referentes ao andamento histórico das atividades do processo;

1.51. Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais.

- 1.52. O sistema deverá permitir a definição automática do vencedor de acordo com as propostas das empresas ou ainda a definição do vencedor de forma manual a critério do usuário;
- 1.53. O sistema deverá emitir todos os documentos referentes ao processo licitatório, tais quais: atas, editais, mapa comparativo, dentre outros;
- 1.54. O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos;
- 1.55. O sistema deverá manter o registro de motivos de dispensa de licitação para efetivação dos empenhos devidamente justificados no módulo orçamentário contábil;
- 1.56. As Requisições de Compras ou Serviços que estarão Agrupadas ao final do procedimento deverão possuir a emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviços, individualizada a fim de facilitar a identificação da liquidação da despesa;
- 1.57. O sistema deverá disponibilizar um acompanhamento de entregas por Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, relatando as solicitações, as entregas, os aditivos e alterações de preços, saldo físico e financeiro por item;
- 1.58. O sistema deve possibilitar emissões de Solicitações de Entrega para Materiais ou Serviços em entregas parceladas, devendo ser numeradas por Exercício e vinculadas diretamente à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, controlando o saldo físico das entregas ou execuções a serem realizadas pelo Fornecedor;
- 1.59. O sistema deverá permitir a aplicação das disposições da Lei Complementar 147/2014;
- 1.60. O sistema deverá controlar o status do processo, conforme os seguintes descritivos: Adjudicado / Ativo, Anulado / Suspense, Deserto, Fracassado, Homologado, Homologado - Parcial, Revogado, Outra);
- 1.61. Permitir a verificação e o comparativo do valor de última aquisição e/ou estimado para as aquisições / Contratações, com os valores finais ofertados pelo licitante vencedor;
- 1.62. Quando o processo de Aquisição ou Contratação chegar à Homologação e/ou julgamento final das propostas, o sistema deverá realizar via integração com o Módulo Orçamentário Contábil, o empenho da despesa;
- 1.63. Após a emissão de nota de empenho, o sistema deverá permitir ao usuário habilitado, a geração de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço aos vencedores;
- 1.64. O sistema deverá permitir a realização de Adilamento à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, vinculando-o ao processo Licitatório ou que originou a contratação, permitindo ainda a realização de reserva orçamentária via integração automática com o módulo Orçamentário/Contábil;
- 1.65. O sistema deverá ser integrado com os módulos de estoque e contratos, encerrando o processo de Aquisição / Contratação com a entrega dos materiais nos locais definidos emitindo o Boletim de Recebimento de Material ou Boletim de Prestação de Serviços, permitindo a emissão dos documentos pelo Almoxarife ou pelo Gestor da Aquisição / Contratação;
- 1.66. Permitir a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP conforme disposições da Lei 14.133/21;

f) COTAÇÃO DE PREÇOS

- 1.67. O sistema deverá conter mecanismo de cotação de preços, integrado ao módulo de Aquisições e Registro de Preços, permitindo que a cotação seja realizada com base em uma requisição de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras ou tendo apenas como base os itens que desejam ser cotados, sem vínculo com requisição/agrupamento;
- 1.68. O sistema deverá permitir o controle dos fornecedores que ofertarem propostas para os itens da Cotação de Preços, emitindo o Mapa Comparativo para auxiliar no julgamento, demonstrando informações sobre o preço médio do item e total pela média, Menor e Maior Preço, desvio Padrão dos preços apresentados, coeficiente de variação e os preços ordenados por ordem crescente de valores;
- 1.69. O sistema deverá destacar no Mapa Comparativo de Preços, as propostas que contêm o menor preço;
- 1.70. Após o término da cotação de preços os valores apurados deverão retornar às Requisições de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras tanto para processo comum de contratação como para processos de Registro de Preços com as opções de Média, Menor ou Maior, permitindo

o lançamento de acréscimo percentual (%) como margem de segurança, para os casos das cotações com vínculo a requisição/agrupamento;

1.71. O sistema deverá possibilitar a exportação da cotação para Excel, permitindo que o fornecedor possa preenchê-la e posteriormente o sistema deverá importar o arquivo atualizando os preços conforme a planilha;

1.72. O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;

f) REGISTRO DE PREÇOS

1.73. O sistema deverá permitir o registro e emissão de Requisições de Registro de Preços pelas Unidades Requisitantes com planejamento quantitativas a serem utilizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços (máximo de 12 meses);

1.74. A Requisição de Registro de Preços deverá seguir o número sequencial a partir do número 1 seguido do ano referente ao exercício corrente;

1.75. As Requisições de Registros de Preços deverão conter no mínimo os seguintes campos: N.º / Ano Requisição, Unidade Requisitante, Justificativa, Item, Quantidade Estimada; Local de Entrega, Observação e o Tipo de Requisição (Grupo de Materiais ou Item);

1.76. O sistema deverá permitir a digitação de especificação complementar do item na Requisição de Registro de Preços e sua emissão na Requisição, integrando com o módulo de Cotação de Preços para pesquisa de mercado;

1.77. O sistema deverá permitir Tipos de Requisição por Grupo para materiais onde não seja previsível a definição de quantidade ou identificação como, por exemplo, peças de veículos;

1.78. O sistema deverá permitir a emissão da Requisição de Registro de Preços para fins de composição e abertura do processo licitatório, contendo campos para assinatura pelo Requisitante responsável e Secretário do Órgão Gerenciador;

1.79. O sistema deverá permitir a aprovação ou cancelamento das Requisições de Registro de Preços;

1.80. O sistema deverá demonstrar o status da Requisição de Registro de Preços (Ativa e Cancelada);

1.81. O sistema deverá disponibilizar a criação de um Agrupamento de Requisições de Registros de Preços que estejam aprovadas para unir o máximo possível de quantidades a serem licitadas, em busca de economia de escala, além de minimizar o número de certames a ser executado. Deverá permitir o gerenciamento da consolidação das Requisições, demonstrando as informações referentes aos Órgãos Participantes com seus itens e quantidades respectivas;

1.82. O sistema deverá permitir a organização do item em Lotes de maneira que for mais conveniente à Administração;

1.83. Suportar todas as fases das Licitações realizadas através do Sistema de Registro de Preços desde o pedido, contratação e acompanhamento das Atas de Registro de Preços (cotas, saldos, unidades requisitantes, remanejamento de cotas, reajustes de preços) de cada item;

1.84. Ao final do procedimento licitatório, conforme modalidade adotada, o sistema deverá manter registro das propostas dos Licitantes que disputaram o certame, e sua classificação para efeitos de posterior emissão de Ata de registro de Preços;

1.85. O sistema deverá gerar e emitir a Ata de Registro de Preços, contendo no mínimo as informações: Órgão Gerenciador, Participantes, Grupos / Materiais ou Serviços com sua quantidade estimada para a validade da Ata, informações do Fornecedor vinculado à Ata, a sua classificação, o valor a ser registrado, número e ano da Ata, a descrição dos materiais/serviços e valor total estimado e caso se trate de um processo por desconto, registrar o valor do desconto na Ata;

1.86. O sistema deverá permitir a emissão do relatório da Ata de Registro de Preços;

1.87. O sistema deverá possuir recurso para aviso para republicação da ata de registro de preço trimestralmente, sendo a quantidade de dias de antecedência para o aviso configurável;

1.88. Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais;

1.89. O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos;

- 1.90. O sistema deverá permitir ao Órgão Participante (Secretaria / Unidade Orçamentária) solicitar a aquisição / contratação dos materiais ou serviços constantes na Ata de Registro de Preços, emitindo a Solicitação de Entrega de Materiais ou Solicitação de Serviço;
- 1.91. A Solicitação de Materiais e/ou Solicitação de Serviços deverá conter informações relativas à Ata de Registro de Preços, item com o código e descrição do material / serviço, quantidade requisitada, valor registrado, justificativa de compra e observação;
- 1.92. Após a criação da Solicitação de Materiais ou Solicitação de Serviços, o sistema deverá permitir a inclusão via integração automática ao módulo orçamentário / contábil de informações relativas a dotação orçamentária para fins de reserva e empenho da despesa;
- 1.93. Após o empenhamento da despesa o sistema deverá permitir a emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviços;
- 1.94. O sistema deverá permitir o gerenciamento e controle da Ata de Registro de Preços, permitindo realização do acompanhamento de contratações na Ata, controlando as quantidades máximas da Ata bem como as quantidades específicas dos órgãos participantes (Unidades Orçamentárias) conforme o planejamento anual das quantidades a serem utilizadas, permitindo a emissão de relatórios e a consulta em tela destas informações;
- 1.95. O sistema deverá controlar/gerenciar as entregas relativas às Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviço emitida, controlando o saldo e cancelamentos realizados;
- 1.96. O sistema deverá permitir o controle de transferências de cotas das Unidades Orçamentárias sem que seja alterada a quantidade da Ata de Registro de Preços;
- 1.97. O sistema deverá gravar os preços dos primeiros colocados para cada item no momento de geração da Ata de Registro de Preços no módulo de Banco de Preços identificando se o valor do banco de preços é um "PREÇO REGISTRADO" em Ata;
- 1.98. O sistema deverá permitir o cancelamento do item registrado na ata para o Fornecedor, bloqueando assim as futuras entregas desse item;
- 1.99. O sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, o sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 (quando a licitação for realizada regida pela Lei 14.133/21), não permitindo o registro de solicitações de execução após o término do prazo de vigência.
- 1.100. O sistema deverá controlar na Solicitação de Entrega de Materiais ou Execução de Serviços pela Unidade Orçamentária Participante o saldo quantitativo para a Unidade, informando quando não possuir saldo na respectiva Ata de Registro de Preços;
- 1.101. O sistema deverá permitir a revisão de preços da Ata de Registro de Preços por motivos imprevisíveis ou incontroláveis pela Administração, sempre que o valor registrado denotar diferenças em relação ao preço de mercado (para cima ou para baixo);
- 1.102. O sistema deverá manter registro histórico, inclusive disponibilizar relatórios, das revisões dos preços registrados;
- 1.103. O sistema deverá permitir o remanejamento de cotas entre Unidades Orçamentárias Participantes da Ata de Registro de Preços e entre as Participantes e Unidades Orçamentárias que não haviam participado do certame, controlando os respectivos saldos resultantes do remanejamento;
- 1.104. O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;
- 1.105. O sistema deverá permitir a utilização nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade;
- g) ESTOQUE / ALMOXARIFADO**
- 1.106. O sistema deverá permitir registro da estrutura hierárquica dos almoxarifados com subordinação dos locais de armazenamento. Exemplo:
1.02.000 – Almoxarifado Totalizador da Saúde
1.02.001 – Almoxarifado Central da Saúde
1.02.002 – Almoxarifado Ambulatório
- 1.107. O sistema deverá controlar as divisões físicas de localização de corredores / ruas, pallets e escaninhos para armazenamento de materiais;
- 1.108. O sistema deverá possibilitar a definição do responsável pelo almoxarifado, esse responsável deverá estar vinculado ao cadastro de usuários do sistema;
- 1.109. O sistema deverá bloquear as movimentações dos almoxarifados que estejam sem responsável vinculado;
- 1.110. O sistema deverá possibilitar o controle de acesso de usuários a almoxarifados, possibilitando que o usuário de sistema possa ter acesso a mais de um almoxarifado;
- 1.111. O sistema deverá permitir o controle de armazenamento de materiais perecíveis, registrando o Lote, Data de Fabricação e Vencimento e respectiva quantidades;
- 1.112. O sistema deverá controlar todas as movimentações dos materiais no estoque, registrando as entradas e saídas e seus respectivos valores efetuando o cálculo de balancetes para encerramento mensal;
- 1.113. Com base na movimentação histórica, em cada almoxarifado será calculado o ponto de reposição emitindo relatório de materiais em ponto de reposição;
- 1.114. O controle físico e financeiro dos materiais deverá ser efetuado automaticamente fornecendo a posição do estoque para cada material do almoxarifado;
- 1.115. O sistema deverá utilizar o conceito de Centro de Custos para as Unidades Requisitantes e preço médio ponderado para efetuar os movimentos de saída;
- 1.116. Manter histórico de documentos responsáveis pelas movimentações como, por exemplo, Notas Fiscais, Requisição de Material ao Estoque, Atesto de Recebimento de Mercadorias ou Execução de Serviços, Devolução de Mercadorias, Inventários, etc.;
- 1.117. Os mecanismos para controle das movimentações tais como entradas, saídas e transferências devem ser informatizados, permitindo a emissão de documentos para arquivamento nos setores;
- 1.118. As Requisições de Materiais pelas Unidades Administrativas devem ser geradas de forma eletrônica com numeração sequencial por exercício;
- 1.119. O sistema deverá permitir que as requisições de material em estoque possam ser atendidas integralmente ou parcialmente;
- 1.120. O sistema deverá permitir aprovação, cancelamento e eliminação de pendência para o material requisitado, bem como o estorno da Requisição de Material em Estoque;
- 1.121. O sistema deverá ter mecanismos que bloqueiem os almoxarifados para entradas e saídas durante os períodos de inventário;
- 1.122. O sistema deverá permitir o lançamento de vários lotes de materiais perecíveis tanto para as entradas quanto para as saídas de materiais perecíveis;
- 1.123. O sistema deverá permitir que nas saídas de materiais perecíveis seja possível o remanejamento de lotes, tantos quantos forem necessários para o atendimento à quantidade a ser movimentada, bloqueando o movimento até que a quantidade dos lotes sejam necessárias ao atendimento da requisição;
- 1.124. O sistema deverá permitir listar todos os materiais perecíveis a vencer em determinada data por almoxarifado e em geral, individualizada por almoxarifado ou geral;
- 1.125. O sistema deverá disponibilizar a Apropriação de Consumo por Centro de Custo, através das movimentações históricas;
- 1.126. O sistema deverá permitir o cadastramento/inclusão de notas fiscais quando do recebimento do material pelo almoxarifado, permitindo a emissão de Boletim de Recebimento de Material / Serviços, liberando a respectiva nota fiscal para pagamento pelo setor financeiro (liquidação);
- 1.127. O sistema deverá permitir e controlar historicamente as transferências de materiais entre almoxarifados;
- 1.128. O sistema deverá possuir integração com os módulos de Materiais e Serviços, Fornecedores, Aquisições, Patrimônio, Contrato, Orçamentário / Contábil;
- 1.129. O sistema deverá projetar as previsões de consumo para futuras compras, baseadas em entregas que estão pendentes e o período de consumo a ser analisado;
- 1.130. O sistema deverá listar materiais em estoque por almoxarifado;
- 1.131. O sistema deverá imprimir as requisições de materiais em estoque efetuadas;

- 1.132. O sistema deverá permitir a saída por deterioração de materiais perecíveis que venceram ou que sofreram algum dano ou acidente natural;
- 1.133. O sistema deverá disponibilizar dados para criticidade, relativos à curva ABC, ponto de reposição e o consumo médio para cada item de material;
- 1.134. O sistema deverá permitir que a "Requisição de Material em Estoque" (RME) que não for atendida pelo setor de Almoxarifado possa ser alterada, desde que seu status não seja "CANCELADA" ou "APROVADA", porém, deve haver permissões especiais para DESAPROVAR RME's marcadas como APROVADA, se necessário for;
- 1.135. Na saída de material do estoque para materiais perecíveis, o sistema deverá indicar sempre os lotes mais antigos, antes de se utilizar outro lote mais recente;
- 1.136. O sistema deverá fornecer a opção de aviso ou de bloqueio para itens requisitados para uma Unidade Administrativa que possua uma Requisição de Material em Estoque a ser atendida;
- 1.137. Quando do atendimento de RME, o sistema deverá emitir uma Nota de Entrega de Material, para o Requisitante e Almoxarifado. Quando se tratar de material perecível, deverão constar os itens utilizados no atendimento da Requisição;
- 1.138. O sistema deverá manter histórico das quantidades solicitadas na requisição de Material em estoque, as quantidades fornecidas e os saldos não atendidos a fim de possibilitar análise sobre demanda reprimida;
- 1.139. O sistema deverá permitir o estorno de lançamentos de Notas Fiscais, validando se existe saldo físico e financeiro para realizar a operação de forma integrada ao módulo orçamentário / contábil, gerando um estorno de liquidação efetivada;
- 1.140. O sistema deverá permitir a criação de inventário, registrando a forma de geração do inventário (intervalo de catálogo, se foram selecionados somente itens com saldo ou itens que estejam sem preço médio), o usuário que criou o inventário, o responsável e a periodicidade do inventário;
- 1.141. O sistema deverá permitir a visualização do resumo do inventário, a emissão de Ficha de Contagem, a digitação das contagens, visualização e emissão de consistência do inventário (resultado apurado com a contagem), a efetivação dos ajustes de inventário e seu respectivo encerramento;
- 1.142. O sistema deverá permitir a digitação do valor de preço médio para materiais que são localizados no estoque durante o inventário e não existem em estoque, bem como, para aqueles materiais que estão sem valor pré-definido;
- 1.143. O sistema deverá possuir consulta ao resultado do inventário;
- 1.144. O sistema deverá permitir a emissão de etiquetas para fixação nas prateleiras;
- 1.145. Permitir a seleção do empenho a ser liquidado na entrada da nota fiscal;
- 1.146. Permitir o cálculo e fechamento mensal do balancete integrado ao módulo contábil;

1) CONTRATOS

- 1.147. Permitir o registro dos contratos informando número e ano do contrato, Fornecedor contratado, datas de início e término, data de publicação, data de assinatura, vigência (meses ou dias), objeto, veículo de publicação e valor;
- 1.148. Possibilitar a inclusão de Contratos formalizados a partir de um processo de Aquisição por Compra ou Licitação, carregando as seguintes informações de forma integrada: fornecedores, modalidade, número e ano da licitação ou dispensa, itens do contrato, informações dos empenhos, datas de publicação e órgão responsável;
- 1.149. Registrar a rescisão do contrato indicando motivo, data da rescisão, data de publicação, veículo de publicação e observação;
- 1.150. Registrar os dados de adiantamentos, equilíbrios econômicos financeiros, reajustes e revisões;
- 1.151. Registrar as paralisações do contrato alterando prazo final de vigência de acordo com os prazos de paralisações;
- 1.152. Registrar as medições da execução do contrato informando o percentual de conclusão a cada medição e relatório de execução do contrato;
- 1.153. Registrar as penalidades sofridas pelo contratado e as garantias exigidas;
- 1.154. O sistema deverá possuir relatórios gerenciais básicos para o gerenciamento do contrato – relatório geral de contratos a vencer, contratos anulados, contratos em prorrogação;

- 1.155. O sistema deverá possuir rotina que liste os contratos que estão a vencer, permitindo a definição pelo usuário, da quantidade de dias de antecedência que ele gostaria de ser avisado do vencimento dos contratos;
- 1.156. O sistema deverá possuir integração ao módulo de fornecedores, compras, materiais e serviços, estoque e patrimônio, facilitando o tráfego de informações sobre contratos;
- 1.157. Emitir ficha do contrato relacionando todos os dados registrados para o contrato;
- 1.158. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios referentes aos contratos vencidos e a vencer, a partir de filtros de pesquisa por fornecedor, número contrato, data vencimento e ainda faixa de datas. Ano etc.;
- 1.159. O sistema deverá emitir relatório que liste o contrato e suas respectivas liquidações e pagamentos em formato de extrato;
- 1.160. O sistema deverá permitir a exportação de uma lista de contratos em Excel;
- 1.161. O sistema deverá permitir o anexo de arquivos vinculados ao contrato;

1) PATRIMÔNIO

- 1.162. O sistema deverá controlar o cadastro de bens móveis, imóveis, intangíveis e acervos, oferecendo meios para o controle de numeração dos bens patrimoniais que forem cadastrados no sistema e mecanismos para localização por unidade orçamentária, tipo e código de material, número de patrimônio, classe, processo, tipo de documento, data de aquisição e incorporação;
- 1.163. Permitir o controle do ciclo de vida do ativo, desde sua aquisição integrada ao módulo de Aquisições, incorporação patrimonial, reavaliações, transferências, depreciações e baixa;
- 1.164. A incorporação de bens móveis deverá ser efetuada de maneira integrada às movimentações de entrada do almoxarifado, somente sendo incorporado quando da sua destinação ao uso, realizando automaticamente a saída do almoxarifado;
- 1.165. O sistema deverá controlar os bens de acordo com a classificação do Grupo de Bens Contábil e Classe Patrimonial, para todos os tipos de Bens, facilitando a contabilização de valores;
- 1.166. Quando se tratar de bens móveis, deverá conter no mínimo as informações: Unidade Administrativa Responsável pelo bem, descrição, código do item de material correspondente, número do tombamento atual e anterior, informações sobre a Aquisição, data de incorporação, estado de conservação, informações referentes a veículo (placa, renavam, chassi, ano de fabricação e modelo, número do empenho, se a vida útil é definida ou indefinida e nos casos de definida, qual o prazo, valores de aquisição e depreciações, o cálculo da depreciação deve ser automático de acordo com a classificação patrimonial, valores acumulados de depreciação e valor líquido e observações do bem;
- 1.167. O sistema deverá permitir controle de bens imóveis, incluindo Unidade Administrativa Responsável, Destinação, dados de endereço do imóvel, inscrição municipal, loteamento, dados de registro de cartório (matrícula, folha, livro), Lei/Decreto Municipal sobre incorporação medidos e área construída, proprietários anterior e atual, valor de aquisição, reavaliações e depreciação mensal e acumulada, assim como emitir relatórios listando o bem imóvel;
- 1.168. O sistema deverá permitir o controle de bens patrimoniais cedidos para utilização a órgãos da Administração Pública ou a cidadãos por intermédio de decisão judicial;
- 1.169. O sistema deverá permitir o registro de declaração de inservibilidade de bens para processo futuro de Leilão e Baixa, concludo o Desfazimento de Bens;
- 1.170. O sistema deverá permitir controle de bens de terceiros cedidos em comodato por convênios, contratos administrativos ou cessão de uso disponibilizando campos para entrada de dados referentes ao processo;
- 1.171. Para o controle de bens de terceiros o sistema deverá disponibilizar os seguintes campos: Número de Registro, Proprietário do Bem, Estado de Conservação, Localização, Data de Entrega do Bem, Previsão de Devolução e Data Efetiva de Devolução e Descrição do Bem;
- 1.172. O sistema deverá permitir transferência e registro histórico da movimentação de bens entre Unidades Administrativas, registrando o estado de conservação no momento da transferência;
- 1.173. O sistema deverá controlar o histórico de manutenções ocorridas no patrimônio;
- 1.174. O sistema deverá permitir a entrada de dados de garantia, número de série de equipamentos, e deverá manter o controle sobre vencimento dos prazos de garantias do fabricante ou do mantenedor do bem oferecidas ao material ou manutenção;

- 1.175. O sistema deverá permitir a avaliação de bens registrando o prazo de vida útil, valor de mercado, valor apurado de reavaliação ou perda de valor recuperável;
- 1.176. O sistema deverá permitir controle de incorporações, quanto aos bens móveis, integrado ao módulo de Aquisições controlando a quantidade a ser incorporada de acordo com a Nota Fiscal ou documento correspondente;
- 1.177. O sistema deverá permitir controle de baixas patrimoniais com base nos bens declarados como inservíveis, disponibilizando campo para registro de laudo (motivo) comprobatório da baixa e processo administrativo associado;
- 1.178. Quando se tratar de baixa por alienação por venda, o sistema deverá registrar o valor de venda para apuração do "ganho" ou "perda" com a venda o bem;
- 1.179. O sistema deverá permitir registro de inventário patrimonial de bens móveis, exportando dados para coletor;
- 1.180. O sistema deverá registrar as anomalias de localização de bens durante o inventário, isto é, bens localizados em determinado setor, mas pertencentes a outro para fins de futura regularização;
- 1.181. O sistema deverá permitir controle de contrato de locação de bens patrimoniais imóveis a terceiros, com informações do locatário, formas de pagamento, periodicidade do pagamento, data de início e fim, valor global;
- 1.182. O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras, contendo o número de tombamento do patrimônio, e fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;
- 1.183. O sistema deverá registrar e emitir o Termo de Responsabilidade, Individual ou Setorial dos bens patrimoniais;
- 1.184. O sistema deverá emitir relatório para inventário (levantamento físico dos bens) de bens por unidade administrativa com informações sobre a conservação do material inventariado e se o material está em uso ou ocioso, gerado em formato pdf e planilha compatível com Microsoft Excel;
- 1.185. O sistema deverá possuir rotina para inventário de bens (móveis, acervo, intangível e veículo) possibilitando informar a localização atual do bem e o estado de conservação;
- 1.186. O sistema deverá realizar as movimentações necessárias no patrimônio para ajustes dos bens (localização e estado de conservação) de acordo com o informado no inventário;
- 1.187. O sistema deverá bloquear a movimentação de patrimônio para a unidade gestora ou unidade orçamentária que estiver com o inventário patrimonial aberto e fim de garantir a confiabilidade nas informações do inventário;
- 1.188. O sistema deverá permitir a emissão de relatório demonstrando os bens inventariados: "Localizados e pertencentes ao setor", "Localizados mas pertencentes a outro setor", e "Não Localizados";
- 1.189. O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras, contendo o número de tombamento do patrimônio, e fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;
- 1.190. O sistema deverá efetuar o controle mensal financeiro do bem demonstrando o valor anterior do bem, o valor de baixa, reavaliação, depreciação, redução de valor recuperável, valor líquido de baixa e valor atual do bem, emitindo relatório da movimentação de bens;
- 1.191. O sistema deverá, a cada evento de lançamento de valores no controle patrimonial, possuir integração ao módulo orçamentário / contábil sobre os eventos contábeis a serem efetuados;
- 1.192. O sistema deverá emitir relatório, por período, mensal e anual, das manutenções preventivas e corretivas dos bens para auxiliar na gestão patrimonial;
- 1.193. O sistema deverá possuir filtros de busca e localização de cadastros de bens patrimoniais;
- 1.194. O sistema deverá permitir busca de bens patrimoniais por palavras inteiras ou parte de palavras;
- 1.195. O sistema deverá permitir o controle e registro de bens imóveis afetados a terceiros;
- 1.196. O sistema deverá permitir emissão de relatórios de bens móveis por unidade orçamentária, por forma de aquisição, por código de material (quando se tratar de bens móveis), por faixa de valores de aquisição e por data de aquisição e incorporação;
- 1.197. O sistema deverá permitir a inclusão de fotos e arquivos de quaisquer formatos para os bens;

- 1.198. Permitir a emissão de relatório de itens baixados (por exemplo: por período, por tipo de patrimônio, por tipo de baixa e por faixa de patrimônio);
- 1.199. O Sistema deverá permitir a alteração do número de plaqueta do patrimônio;
- 1.200. Classificar o cálculo de depreciação, exaustão ou amortização de acordo com o Grupo e Classe de Bem Patrimonial;
- 1.201. Permitir o estorno de operações que envolvam os lançamentos e movimentações nos bens, quando cabível;
- 1.202. Permitir a reclassificação de bens de uma classe patrimonial para outra, realizando o movimento de incorporação e baixa financeira, integrado aos eventos contábeis;
- 1.203. Permitir o cálculo patrimonial para atualização dos bens;

J) PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 1.204. Permitir a geração dos arquivos XMLs em atendimento a AUDEPS fase IV para envio ao TCE-SP;
- 1.205. Possuir relatório de validação das informações que devem ser preenchidas no sistema para facilitar a identificação de inconsistências nos processos antes de enviá-los ao tribunal de contas do estado;

PREGÃO ELETRÔNICO

1. Funcionar integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.
2. Possuir manual on-line
3. Permitir o licitante cadastrar-se na Plataforma.
4. Permitir o licitante inserir valores da proposta e anexar a proposta digitalizada.
5. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do fabricante na inclusão das propostas.
6. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do modelo na inclusão das propostas.
7. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento da marca na inclusão das propostas.
8. Permitir o licitante inserir os documentos para a Habilitação através do sistema de prego eletrônico.
9. Permitir o licitante efetuar lances de menor valor ou de valores intermediários na etapa de disputa e em tempo real.
10. Vedar a identificação dos licitantes na sessão até o fim da etapa de lances.
11. Permitir definir critério de disputa Aberto ou Fechado para o processo.
12. Possuir parametrização padronizada pelo sistema referente aos tempos adotados na sessão, permitindo alterações se necessário.
13. Possuir geração de chave de acesso na inclusão das Propostas para acesso e participação da sessão pelo Licitante.
14. Possuir menu detalhado e resumido para acompanhamento do Pregoeiro.
15. Permitir classificação e abertura de itens em lance sem limitação de itens abertos.
16. Permitir ao pregoeiro a reabertura do item após o encerramento da etapa de lances no Modo de disputa aberto, caso não houver prorrogação automática do lance.
17. Sinalizar, em tempo real, quais os itens que o licitante logado está vencendo.
18. Possuir chat para envio de mensagens entre o pregoeiro e licitantes.
19. Permitir envio de mensagem direcionada ao licitante selecionado.
20. Possuir cronometragem individual nos itens para acompanhamento do tempo em lance.
21. Possuir lances randômicos automáticos para o critério Aberto e Fechado com informação ao licitante de fechamento iminente do item.
22. Possuir prorrogações de lances automáticas conforme o critério adotado inicialmente.
23. Permitir que o pregoeiro tenha a opção de encerrar um ou mais lote para a fase de disputa.

14. Possuir configuração de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances.

15. Permitir a negociação com o licitante do melhor lance ofertado para o item.

16. Permitir julgamento de lances para itens com atendimento a LC 147/2014.

17. Permitir a verificação automática e concessão do benefício da LC 123/2006.

18. Possuir critérios de desempate por sorteio para os licitantes empatados.

19. Permitir aceitação do item.

20. Permitir Habilitação dos licitantes vencedores ou todos os licitantes.

Permitir Habilitação dos licitantes, repassando o item automaticamente para o licitante que esteja em 1º e de melhor classificação na etapa de lances.

21. Permitir ao licitante a filtragem dos itens apenas em lance ou finalizados, para melhor visualização na etapa de lances.

22. Possuir tela para manifestação da intenção de recursos por parte dos licitantes.

23. Disponibilizar cronômetro para acompanhar prazo de intenção de recurso.

24. Permitir definição de tempo máximo para abertura de intenção de recurso.

25. Possuir tela para Registro de recursos por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.

26. Possuir tela para Registro de contrarrazões por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.

27. Envio de e-mail com recursos e contrarrazões registrados para todos os licitantes participantes (pregoeiro, contendo os motivos e anexos enviados).

28. Permitir ao pregoeiro a análise dos documentos de habilitação inseridos, após o fim da etapa de lances.

29. Permitir a suspensão da sessão por questão Administrativa, Judicial ou Cautelar com informação do motivo e data e horário previsto para retorno.

30. Permitir o reinício da sessão em mesma etapa onde esta foi paralisada.

31. Disponibilizar funcionalidade que possibilite o acompanhamento dos Pregões Eletrônicos pelo público interessado.

32. Permitir a geração e disponibilização de ata para download na plataforma.

33. Permitir que o pregoeiro, execute a adjudicação do processo.

34. Permitir que o pregoeiro ou a autoridade competente, execute a homologação do processo.

35. Possuir integração com o módulo de Compras e Licitações de forma que os dados do pregão sejam retornados a origem sem a necessidade de redigitação das informações.

ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS

1 Sistema de Administração de Frotas, em plataforma web e integrado aos demais sistemas e módulos, deverá oferecer os instrumentos necessários para administração de toda a frota de veículos, máquinas e equipamentos. Controlar os agendamentos para as viagens, motoristas, abastecimentos, manutenções e serviços.

1.1. Cadastros Básicos

1.1.1 Cadastro de Seguradora

1.1.1 Permitir o cadastro de seguradora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.

1.2. Cadastro de Locadora de Veículos

1.2.1 Permitir o cadastro da Locadora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.

1.3. Cadastro de Locais e Pátios

1.3.1. Permitir o cadastro da Locais e Pátios, informando a descrição, Endereço, Número de Vagas e Dados para Contato.

1.4. Documentos do Veículo

1.4.1. Permitir o cadastro de tipos de Documentos e Documentos associados aos veículos.

1.5. Cadastros Auxiliares

1.5.1. Tipo de Ocorrência

1.5.2. Tipo de Despesa

1.5.3. Tag Pedagógico

1.6. Cadastro de Veículos

1.6.1. Permitir o gerenciamento dos veículos que compõem a frota, informando o RENAVAL, Chassi, a placa, o ano, o modelo, o fabricante, a cor, o tipo do veículo, o tipo de combustível, a unidade orçamentária a que está vinculado, os dados da locadora caso seja terceirizado.

1.6.2. Possuir integração parametrizável com o sistema de Patrimônio, possibilitando a importação de forma manual ou automática dos veículos no momento de sua incorporação no Patrimônio para o Módulo de Frotas.

1.7. Aplicação de Infrações

1.7.1. Permitir o controle das multas recebidas pela frota, informando o motorista infrator, o veículo multado, número da autuação, data e hora da infração, local, tipo, pontuação, descrição da infração, data do pagamento.

1.8. Apólices de Seguro

1.8.1. Permitir o controle das apólices dos seguros dos veículos, informando o número, data de validade, veículo, seguradora, valor segurado e valor da franquia.

1.9. Cadastro de Documentos

1.9.1. Permitir o cadastro e controle do DPVAT e do licenciamento dos veículos.

1.10. Cadastro de Ocorrências

1.10.1. Permitir informar a data, o motorista, o veículo, o tipo da ocorrência, o local e um resumo do ocorrido.

1.11. Cadastro de Colaboradores e Motoristas

1.11.1. Permitir o cadastro de colaboradores, contendo no mínimo: matrícula, nome, CPF, cargo ou função, e-mail, endereço e telefone.

1.11.2. Quando o colaborador for motorista permitir também informar Número da carteira, categoria, data de emissão e data de vencimento.

1.12. Controle de Reserva

1.12.1. Permitir controlar a reserva de veículos informando o veículo, condutor, a finalidade (manutenção, serviço ou viagem), data de início e data término.

1.12.2. As reservas deverão ser exibidas em calendário a fim de facilitar a consulta e novos cadastros.

1.13. Cadastro de Viagem

1.13.1. Permitir cadastrar viagens, contendo no mínimo as informações: Situação, passageiros, origem, destino, assunto, data da saída e data do retorno.

1.13.2. Deverá permitir associar um ou mais veículos e os motoristas de casa veículo.

1.14. Locais de Abastecimento

1.14.1. Permitir o cadastro de locais contendo as informações: nome, uso interno ou externo, endereço e contato.

1.14.2. Para os casos de abastecimento interno permitir cadastrar as informações da bomba: descrição, fabricante, modelo, tipo do medidor e combustíveis associados a bomba.

2. Módulo Abastecimento

2.1. Gerenciar os abastecimentos realizados, informando o motorista, veículo, data do abastecimento, combustível, km anterior e km atual, valor do litro, quantidade, com cálculo automático do total.

2.2. Possuir integração com módulo de compras permitindo associar a autorização de fornecimento associada ao abastecimento e o empenho utilizado.

2.3. Possuir controle de aprovação e liberação do abastecimento.

2.4. Possuir integração com módulo de almoxarifado, gerando requisição de material em estoque no ato do abastecimento quando for aprovado ou concluído.

3. Módulo Manutenção

3.1. Permitir o controle de solicitações de serviço da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários serviços.

3.2. Permitir o controle de solicitações de material para manutenção da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários materiais.

3.3. Utilizar o mesmo cadastro de materiais do módulo de compras e almoxarifado.

- 3.4. Possuir controle de aprovação das manutenções.
4. Relatórios
 - 4.1. Ficha do Veículo
 - 4.2. Relação de Condutores
 - 4.3. Solicitação de Abastecimento com demonstrativo dos últimos 3 abastecimentos.
5. Administrativo
 - 5.1. Perfil de Acesso
 - 5.1.1. Permitir a criação de perfis de acesso para os usuários, possibilitando definir a quais rotinas/funções cada usuário terá acesso dentro do sistema. Em seu cadastro é informado um nome para cada perfil, assim como realizada a vinculação das funcionalidades que farão parte deste.
 - 5.1.2. Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o perfil.
 - 5.2. Grupo de Acesso
 - 5.2.1. Permitir a criação de grupo de acesso para os usuários, informando um nome para o grupo e vinculando a este os perfis de acesso desejados. Possibilitando a criação de um controle que reúna vários perfis de acesso já existentes, estabelecendo uma forma de permissão mais ampla e definida, destinada a grupos de usuários que tenham acesso as mesmas determinadas rotinas.
 - 5.2.2. Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o grupo.

ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS

O sistema deve ser desenvolvido com o objetivo de controlar todas as informações referentes a falecimento e outros fatos ocorridos nesta área pública, com o intuito de fornecer relatórios gerenciais e estatísticos além de propiciar a seus operadores uma fácil visualização e consulta a dados atuais e históricos, mantendo a integridade de tais dados.

- 1 - Cadastros Básicos:
 - 1.1 - Cadastro de Cemitérios:

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, descrição e dados de endereçamento postal (CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF); Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
 - 1.2 - Cadastro de Graus de Parentesco:

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
 - 1.3 - Cadastro de Causa Mortis:

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
 - 1.4 - Cadastro de Características Físicas:

Fornecer cadastros independentes de Cor dos Olhos, Cúlis, Cabelo, Cicatriz, Tipo Sanguíneo, Nacionalidade, mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição para cada cadastro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
 - 1.5 - Cadastro de Funerárias:

Fornecer cadastros independentes de Funerárias mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
 - 1.6 - Cadastro de Entidades Hospitalares:

Fornecer cadastros independentes de entidades hospitalares mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP.

e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.7 - Cadastro de Pessoas

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, Nome, Tipo de Pessoa, número do CPF/CNPJ, dados de endereçamento postal CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF, número do logradouro, complemento do endereço; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.8 - Cadastro de Endereçamento

Fornecer cadastros Logradouro, Bairros, Cidades e UF, mantendo informações em forma de registro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

2 - Pesquisas

2.1 - Requisitos Básicos

Todas as pesquisas devem possibilitar as pesquisas em forma de registros, filtrando os conteúdos desejados de acordo com a necessidade, permitindo, inclusive, mesclar vários filtros em uma única consulta;

Possibilitar a escolha dos registros que ordenarão a listagem;

Possibilitar a seleção das colunas para impressão da pesquisa em relatório e exportar o conteúdo da pesquisa para arquivo em formato texto, PDF e EXCEL (.xls).

3 - ROTINAS DIÁRIAS

3.1 - Cadastro de Concessões:

Manter informações em forma de registros com:

- Número de Sepultura;
- Número de Quadra;
- Descritivo da Construção;
- Ano e Número do processo administrativo que gerou a concessão;
- Data da Concessão;
- Cemitério buscando dados no cadastro de cemitérios;
- Tipo de Concessão (Perpétua ou Temporária);
- Período de Concessão no caso de concessão temporária e valor da concessão;

Possibilitar o cadastramento de vários autorizados em forma de registro, vinculados a uma determinada concessão, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e grau de parentesco do cadastro de grau de parentesco;

Possibilitar adicionar arquivos digitalizados ou imagens ao registro da concessão.

3.2 - Cadastro de Falecido

Manter informações em forma de registros com:

- Concessão: Buscando do cadastro de concessões trazendo (Nº da Sepultura e Nº da Quadra), Carneira, Concessionária e Autorizado filtrando de acordo com a concessão;
- Dados do falecido buscando do cadastro de pessoas;
- Data de Nascimento;
- Data de Sepultamento;
- Data de Falecimento;
- Cartório;
- Data do Atestado de Óbito;

Possibilitar o apontamento de materiais utilizados na execução da ordem de serviço com a descrição do material, quantidade e observação;

Emitir a Ordem de Serviço com os dados:

- Número e ano;
- Data e hora de abertura;
- Previsão de atendimento;
- Responsável;
- Cemitério;
- Status;
- Solicitante;
- Falecido;
- Concessão;
- Itens do serviço.

4 – Relatórios

4.1 – Falecidos por Causa Mortis

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por período de falecimento e causa mortis; Possibilitar a visualização nos modelos Sintético e Analítico. O modelo Sintético deve agrupar os falecidos por Causa Mortis e totalizar por mês de Janeiro a Dezembro, inclusive possibilitar a opção de visualização por gráficos. No modelo Analítico, possibilitar visualizar os Falecidos por Causa Mortis e demais informações pertinentes ao falecido.

4.2 – Falecidos por Quadra

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por quadra inicial e quadra final, apresentando quebra por quadra; Possibilitar selecionar o cemitério e o período de falecimento;

4.3 – Concessionário e Autorizados por Concessão

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por concessão, apresentando quebra por concessão contendo o Nº e Ano do processo administrativo, Quadra e Sepultura;

4.4 – Falecidos para exumação

Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, período de vencimento e permanência, apresentando os falecidos, localização, sepultura e data de vencimento da mesma.

4.5 – Falecidos por período

Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, mês e ano de sepultamento, apresentando os dados do falecido e do óbito, com as Causas Mortis.

4.6 – Movimento de falecidos no período

Possibilitar filtrar registros dos movimentos dos falecidos em um determinado período e por tipo de movimentação realizada.

4.7 – Relatórios de Inumações por:

- Atividade Profissional;
- Naturalidade;
- Entidade de Assistência Hospitalar;
- Região de Procedência;
- Empresa Funerária;
- Concessão;
- Período de Sepultamento;
- Idade e Sexo;
- Estado Civil e Sexo;

Idade:

Declarante buscando do cadastro de pessoas;

Causa Mortis possibilitando o registro de mais de uma quando houver;

Nome e CRM do médico que concedeu atestado;

Observações do Óbito;

Sexo;

Estado Civil;

Natimorto (Sim/Não);

Tempo de gestação de natimorto;

Membro;

Filiação (Nome do Pai e da Mãe);

Cúlis;

Cor dos Olhos;

Cabelos;

Funerária;

Região Procedente;

Cicatriz;

Nacionalidade;

Raça;

Profissão;

Entidade que prestou assistência hospitalar.

Possibilitar o cadastramento de vários parentes em forma de registro, vinculados a um determinado falecido, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e o grau de parentesco do cadastro de Grau de Parentesco;

Possibilitar vincular arquivos digitalizados ou imagens ao registro do falecido.

1.3 – Movimentação de Falecido

Possibilitar registrar as movimentações ocorridas com os registros de falecidos no cemitério, desde sua inclusão até a retirada definitiva para ossário ou traslado para outro cemitério.

Permitir consultar todas as movimentações ocorridas com o falecido.

1.4 – Ordem de Serviço

Possibilitar manter em forma de registro com:

• Número sequencial gerado por sistema;

• Anc;

• Status que pode ser Aguardando Execução, Em Execução, Concluído ou Cancelado

• Data abertura;

• Data previsão de execução;

• Observação;

• Responsável pela execução que pode ser um funcionário ou um terceiro;

• Cemitério;

• Identificação da concessão;

• Data de conclusão;

• Prioridade que pode ser Baixa, Normal, Alta ou Urgente;

• Identificação do falecido;

• Pessoa que solicitou.

Permitir que sejam incluídos itens de serviço na Ordem de Serviço com a identificação do serviço, quantidade e valor unitário;

- Localização.
 - Causa Mortis
- Possibilitar a emissão de forma resumida ou registro a registro.
- Possibilitar filtrar os registros por determinado período de sepultamento.
- Possibilitar filtrar os registros de um cemitério ou de todos.

Para as emissões resumidas permitir selecionar impressão de um gráfico.

5 – Formulários

5.1 – Guia de Sepultamento

Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome do Cemitério, Data do Sepultamento, Hora do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento e as assinaturas do Concessionário/Autorizado e do Declarante contendo seus respectivos nomes.

5.2 – Ficha do Falecido

Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento, Nome do Concessionário/Autorizado e do Declarante.

6 – Administrativo

6.1 – Usuários

Possuir um cadastro de usuários do sistema que devem ter uma identificação e senhas individuais para entrar no sistema e cada usuário deve ter as seguintes permissões, no mínimo:

- Cemitérios – Incluir, Alterar, Excluir;
- Pessoas – Incluir, Alterar, Excluir;
- Concessão – Incluir, Alterar, Excluir;
- Falecido – Incluir, Alterar, Excluir, Alterar Concessão, Movimentar;
- Usuários – Incluir, Alterar;
- Cadastros Básicos – Incluir, Alterar, Excluir;
- Ordem de Serviço – Incluir, Alterar, Excluir;
- Guia de Pagamento – Visualizar, Registra, Parcelamento, Informa data de vencimento, Libera para execução, Reimprimir

Permitir que em caso de perda de senha pelo usuário, o administrador possa reinitializar a senha para que o usuário informe nova senha.

Possibilitar que o usuário possa tocar a senha sempre que achar necessário, informando a senha atual e a nova senha.

6.2 – Auditoria

Possibilitar o rastreamento de alterações efetuadas pelos usuários no sistema, com tela para consulta onde apresente os dados Tabela do sistema;

Coluna da tabela; Identificação do registro alterado; Usuário que alterou; Data e hora da alteração; Valor antes da alteração; Valor depois da alteração.

7 – Integração

Permitir a integração com o sistema de gestão tributária através da emissão de guias para pagamentos de taxas pertinentes aos serviços prestados pela administração do cemitério. O sistema deve possibilitar o controle das guias pagas, autorizando a execução se a guia for baixada /ou permitir que o usuário que tiver permissão possa autorizar manualmente a execução.

Os dados do solicitante devem ser incluídos automaticamente quando não forem encontrados nos cadastros do sistema de gestão tributária, para possibilitar a emissão da guia.

Permitir a reimpressão da guia para pagamento das taxas.

8 – Operacional

8.1 – Requisito Imprescindível

Todas as funcionalidades citadas devem estar disponíveis na plataforma web e acessadas via internet pelos browser (Internet Explorer / Mozilla Firefox); Todos os relatórios devem ser gerados no formato PDF – Portable Document Format

PORTAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Objetivo: O Portal de Transparência deverá garantir a toda população o acesso às informações inerentes à administração municipal, de forma fácil e ágil, conforme disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao que se refere à Lei de Acesso à Informação. Portal de Transparência e Acesso à Informação

1. O Portal de Transparência deverá ser um sistema Web e permitir a busca de informações de sistemas pertencentes à empresa e/ou terceiros, se assim for necessário, extraindo a leitura direta dos sistemas integrados, que serão disponibilizados;
2. O Portal deverá possuir integração com os módulos de Contabilidade, Licitações e Contratos, RH e Folha de Pagamento para fornecimento de informações;
3. O Portal deverá possuir ambiente de configuração de forma fácil e ágil, separando as funcionalidades, para organização das tarefas;
4. Permitir cadastro de estrutura organizacional, que deverá conter:
 - 4.1. A criação de unidades, permitindo editar, Ativar/Desativar e excluir;
 - 4.2. Possibilitar a criação de níveis e subníveis, dentro da estrutura organizacional;
 - 4.3. Permitir a movimentação de subnível dentro do organograma;
 - 4.4. Possibilitar incluir nomenclatura do responsável pela unidade, permitindo também a opção de inserir foto do mesmo;
- 4.5. Possibilitar criação de texto informativo com atribuições de cada unidade;
- 4.6. Possibilitar a inclusão de responsável de cada unidade, permitindo a inserção de foto do mesmo;

4.7. Possibilitar a inclusão de endereço, telefones e horários de atendimento ao público;

4.8. Possibilitar anexação de arquivos, como fluxograma e legislação do órgão;

4.9. Permitir a inclusão de departamentos ou secretarias, com link para direcionamento a uma determinada página web;

4.10. Possuir integração com google maps, auxiliando o cidadão na localização do endereço da autarquia;

5. Possuir glossário com termos e suas definições, que deverão ser exibidos em ordem alfabética para fácil localização visual.
6. Possibilitar que o usuário cadastrado, tenha permissão de incluir, excluir, alterar, ativar e desativar, termos cadastrados no glossário.
7. Possibilitar cadastro de perguntas frequentes feitas pelo cidadão e suas respostas. O sistema deverá permitir que as perguntas criadas possam ser ativadas e desativadas, a qualquer momento, mantendo o histórico das perguntas cadastradas anteriormente.
8. Possuir no portal, funcionalidade de acessibilidade de conteúdo, através de tradutor de libras, alto contraste e redimensionamento de fonte;
9. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam alterar configurações gerais, que deverão refletir automaticamente, tais como:
 - 9.1. Título de exibição no portal;
 - 9.2. Cores dos menus;
 - 9.3. Tabelas e rodapé;
 - 9.4. Cores das fontes dos títulos;
 - 9.5. Imagem de fundo de tela;
 - 9.6. Imagem de fundo da home;
 - 9.7. Banner e brasão;
10. Possuir no acesso ao portal, gráficos indicadores para melhor análise do cidadão, para que possa assim visualizar:
 - 10.1. Indicador do tipo Coluna;
 - 10.2. Indicador do tipo Pizza;
 - 10.3. Indicador do tipo Barra;
 - 10.4. Indicador do tipo Donuts;
11. Permitir que os usuários do sistema possam configurar:
 - 11.1 Indicadores gráficos;
 - 11.2 informações de exibição;
 - 11.3 Possibilitar ordenação dessas informações no acesso ao portal;
12. Possuir indicadores gráficos que deverão possibilitar ao cidadão, o direcionamento a fonte das informações;
13. Disponibilizar de forma detalhada, o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
14. Disponibilizar de forma detalhada, registros, contendo informações de remunerações dos servidores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
15. Disponibilizar de forma detalhada, as informações inerentes aos servidores públicos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
16. Disponibilizar informações e procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, bem como todos os contratos celebrados, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
17. Disponibilizar informações de receitas, previsão, arrecadação e lançamentos, classificação orçamentária, com a especificação da natureza e a fonte de recursos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
18. Disponibilizar de forma detalhada, as informações de despesas, contendo dados referentes ao empenho, liquidação, pagamento, classificação orçamentária e beneficiário, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
19. Disponibilizar registro de contratos com convênio contendo informações de início de contratação, data de término e valores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
20. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000;
21. Disponibilização de relatórios de orçamento PPA, LDO e LOA.
22. Possibilitar a exportação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, atendendo no mínimo os formatos: .PDF, .XLS, .TXT e CSV.

23. Excluir informações em formato de lista, tendo como alternativa, ajuste de visualização através de filtros por periodicidades, sendo eles:
 - 23.1. Periodicidade: Mensal, Bimestral, Trimestral, Quadrimestral, Semestral e Anual;
 - 23.2. Filtro: Periodicidade em conjunto com o mês, com opção de Janeiro a Dezembro;
 - 23.3. Permitir filtrar por exercícios dos últimos 5 anos;
24. Permitir o cadastro de detalhamento das informações do portal, permitir também a alteração das suas cores, com possibilidade de alteração em:
 - 24.1. Cores da fonte do título;
 - 24.2. Cores de fundo do título;
 - 24.3. Cores das fontes dos grupos;
 - 24.4. Cores do total;
 - 24.5. Cores da fonte do total;
 - 24.6. Cores do fundo total;
25. Possuir sumário com ferramentas de enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que foram cadastradas, permitir ao cidadão;
26. Possuir integração com o sistema e-SIC, Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;
27. Exibir os pedidos de informações registrados no e-SIC:
 - 27.1. Quantidade de pedidos do e-SIC;
 - 27.2. Quantidade de atendimentos respondidos;
 - 27.3. Prazo médio de resposta;
 28. Aos pedidos de recursos registrados via SIC, permitir visualizar:
 - 28.1. Quantidade de recursos atendidos, se houver;
 - 28.2. Quantidade de pedidos de recursos respondidos, se houver, respondidos;
 29. Com relação às reclamações registradas, permitir visualizar:
 - 29.1. Quantidade de reclamações atendidas;
 - 29.2. Quantidade de reclamações respondidas;
 30. Possuir funcionalidade que direcione o cidadão a acessar o e-SIC;
 31. Possibilitar na página introdutória, informações referentes ao e-SIC, a exibição gráfica de indicadores, para melhor análise do cidadão, possibilitar visualizar como:
 - 31.1. Indicador do tipo Coluna;
 - 31.2. Indicador do tipo Pizza;
 - 31.3. Indicador do tipo Barra;
 32. Permitir por usuários gerenciais, a configuração das informações gráficas, como:
 - 32.1. Exibição do tipo Mensal;
 - 32.2. Exibição do tipo Bimestral;
 - 32.3. Exibição do tipo Semestral;
 - 32.4. Exibição do tipo Anual;
33. Disponibilizar no acesso as informações no portal, a data da última atualização dos dados no portal; contendo no mínimo: configuração das informações gráficas, como:
 - 33.1. Data da última atualização;
 - 33.2. Mês da última atualização;
 - 33.3. Ano da última atualização;
 - 33.4. Horário da última atualização;
34. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam, alterar o nome das colunas no portal;
35. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam habilitar e desabilitar, colunas já existentes; facilitando assim a administração dos dados pelos gestores;
36. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados aos registros de contratos;
37. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados às Licitações;
38. Permitir por usuários gerenciais, a criação de tipos de usuários, sendo no mínimo:
 - 38.1. Usuário do tipo padrão;
 - 38.2. Usuário do tipo integrador;
 - 38.3. Usuário do tipo integrador;

39. Possuir recurso de orientação sobre qual diretrizes necessárias para criação de senha, para acesso a área gerencial;
40. Permitir que usuários gerenciais com permissão, possam bloquear e liberar o acesso ao sistema para outros usuários;
41. O Portal deverá estar disponibilizado em nuvem, para assim diminuir riscos de instabilidade e praticidade na necessidade de manutenção;
42. Possibilitar que as visões de módulos diferentes, possam ser conectadas;
43. Possuir ferramenta que possibilite a extração periódica dos dados, para armazenamento em repositório da nuvem;
44. A ferramenta de extração de dados deverá possibilitar aos usuários devidamente cadastrados, o agendamento do período que a extração acontecerá

1. SISTEMA WEB DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES (BUSINESS INTELLIGENCE)

1. A solução proposta deverá exibir dashboards utilizando a plataforma WEB;
2. A solução deverá permitir ativar permissões de visualização dos gráficos, para os usuários cadastrados;
3. Permitir que os gráficos para análises gerenciais possam ser visualizados pela internet através dos seguintes navegadores: Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome;
4. Permitir acesso a fontes de dados locais e fontes de dados online (Nuvem);
5. Permitir que os gráficos sejam obtidos através de informações originadas na base de dados utilizada em produção pelo órgão público;
6. A solução deve permitir análises que envolvam diferentes visualizações (tabelas, gráficos de barra, gráficos de dispersão, gráficos de setores, listas, matrizes);
7. As formas de visualizações gráficas deverão estar interligadas, ou seja, uma ação em uma forma de visualização deverá refletir nas demais;
8. A solução deve permitir efetuar cálculos durante a análise, criando indicadores temporários que não estão presentes da estrutura de dados;
9. A solução deve possuir funcionalidade que permita análise gráfica dos indicadores com base em comparação de resultados entre períodos contínuos com os períodos anteriores;
10. A solução deve possuir função para geração de relatórios e análises que cruzem uma ou mais dimensões em linhas e colunas;
11. A solução deve possuir ambiente de portal, onde o acesso de qualquer usuário utilize a mesma interface, possibilitando a customização desta interface única;
12. A solução deve possibilitar a navegação e detalhamento das informações através de opções de "Drill". O recurso de detalhamento deverá possibilitar a navegação entre as informações no mesmo recurso visual (gráfico);
13. O processo e mecanismo de extração, transformação e carga das informações deverão ser planejados pela empresa contratada;
14. No caso de armazenamento das informações em nuvem, a empresa contratada deverá estabelecer planejamento e mecanismo de carga de informação. Caberá à empresa contratante fornecer requisitos para execução planejamento de carga das informações;
15. A solução proposta deverá ser compatível com a modelagem multidimensional de dados;
16. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça o detalhamento de licitações efetuado pelo órgão. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
17. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações de licitações e fornecedores. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
18. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
19. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da receita. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

20. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao demonstrativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

21. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada liquidada e paga. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

22. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

23. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa fixada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

24. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita arrecadada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

25. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

26. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e receita arrecadada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

27. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo horas extras por cargo. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

28. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo com horas extras por secretaria. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

29. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de quantidade de funcionários. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

30. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a evolução do custo com folha de pagamento. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

31. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento (Bruto, líquido e descontos). Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

32. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento por verba. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS

Objetivo: Controlar as informações sobre as solicitações dos cidadãos à administração e permitir a geração de ordens de serviço para o controle operacional dos serviços executados através da internet. Oferece segurança, facilidade, agilidade e qualidade no atendimento tanto externo quanto interno através dos módulos: SAC (Serviços de Atendimento ao Cidadão), Ouvidoria, Protocolo, Gestão de Atividades e Portal do Cidadão. Os módulos WEB permitem a integração de todos os setores do município através de um único sistema, mesmo que os setores estejam separados geograficamente. Além disso, facilita os acessos dos municípios de qualquer lugar que desejarem, permitindo assim, facilidades de comunicação e um melhor atendimento à população.

1. OUVIDORIA

- 1.1. Possibilitar o registro através da internet de sugestões e reclamações, denúncias e elogios relativos a serviços públicos e controlar o andamento das demandas e efetuando os registros acessários ao sistema;
- 1.2. Permitir que o requerente possa ficar com seus dados em sigilo quando desejar;
- 1.3. Permitir registro do custo das providências adotadas;
- 1.4. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável, permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;
- 1.5. Permitir consulta a uma determinada ouvidoria, fornecendo informações sobre o seu andamento e em que órgão se encontra;
- 1.6. Possuir controle dos prazos de conclusão das ouvidorias recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;
- 1.7. Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;
- 1.8. Ao cadastrar uma ouvidoria, possibilitar informar o local da ocorrência;
- 1.9. Possibilitar para ouvidoria sigilosa que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do requerente;
- 1.10. Possibilitar informar o beneficiário da ouvidoria;
- 1.11. Possibilitar a classificação da ouvidoria como, no mínimo:
 - Pedido de informação;
 - Pedido de serviço;
 - Reclamação;
 - Denúncia;
 - Sugestão;
 - Elogio.
- 1.12. Possibilitar ao cidadão consultar as ouvidorias na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;
- 1.13. Possibilitar após o término do cadastro a distribuição automática da solicitação ao órgão ou ouvidor responsável;
- 1.14. Permitir o cadastramento de um usuário do sistema como ouvidor e possibilitar o vínculo de órgãos sob sua responsabilidade;
- 1.15. Permitir atribuir aos assuntos a condição de sigiloso;
- 1.16. Possuir funcionalidade para proporcionar ao ouvidor gerenciar o andamento das demandas das modalidades processo, solicitação e ouvidoria;
- 1.17. Emitir relatórios para gerenciamento pelo ouvidor;
- 1.18. Possibilitar atribuir no cadastro de assuntos a obrigatoriedade do local ou endereço de inspeção. Ouvidorias pertinentes a estes assuntos não poderão ser cadastradas caso não seja informado o endereço ou local de inspeção;
- 1.19. Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar o registro de ouvidorias;
- 1.20. Possibilitar o registro de observações relativas a ouvidoria por usuário, permitindo que um usuário apenas visualize as observações registradas pelos demais usuários do sistema;
- 1.21. Possibilitar classificar a prioridade da ouvidoria como, no mínimo:
 - Urgente;
 - Alta;
 - Normal.
- 1.22. Permitir que ouvidorias classificadas com prioridades alta ou urgente sejam tramitadas inicialmente para o ouvidor e não para o órgão responsável pelo assunto;
- 1.23. Possibilitar anexar arquivos digitais no momento da abertura de uma ouvidoria;
- 1.24. Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos.

1.25. Permitir ao ouvidor atribuir status de sigilo à ouvidoria mesmo quando o assunto solicitado não exigir;

1.26. Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;

1.27. Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar:

- Tramitação;
- Encerramento;
- Envio de resposta;
- Reativação.

1.28. Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às ouvidorias aos requerentes com opção de envio por carta e/ou e-mail;

1.29. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a ouvidoria;

1.30. Permitir a anexação de, no mínimo, uma imagem para cada providência registrada;

1.31. Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da ouvidoria;

1.32. Possibilitar escolher se as respostas serão enviadas aos requerentes diretamente pelo órgão responsável pelo encerramento ou somente pelo ouvidor;

1.33. Permitir alterar o sigilo do requerente nas ouvidorias;

1.34. Permitir a reativação de ouvidorias, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a ouvidoria para qualquer órgão executar uma nova análise;

1.35. Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ouvidoria.

1.36. Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.

1.37. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das ouvidorias registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

2. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

2.1. Registrar reclamações, sugestões do município e encaminhá-la via sistema para o órgão responsável;

2.2. Possuir controle dos prazos de conclusão das solicitações recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;

2.3. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável, permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;

2.4. Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;

2.5. Permitir a reativação de solicitações, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a solicitação para qualquer órgão executar uma nova análise;

2.6. Possibilitar a consulta das solicitações por, no mínimo:

- Requerente;
- Beneficiário;
- Data de registro;
- Assuntos;
- Complemento do assunto;
- Número e ano;
- Órgão atual;
- Endereço de inspeção.

2.7. Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento;

2.8. Possibilitar a distribuição automática ao órgão responsável pelo assunto;

2.9. Permitir a emissão de relatório gerencial;

- 2.10. Emitir relatório por órgão dos assuntos solicitados, tempo total de permanência e a quantidade de dias em atraso;
- 2.11. Possibilitar ao cidadão consultar as solicitações na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;
- 2.12. Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual e custo de execução a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;
- 2.13. Possibilitar informar o beneficiário da solicitação;
- 2.14. Possibilitar encaminhar as solicitações aos cuidados de outrem (usuário) e assegurar que somente o destinatário possa dar andamento à solicitação;
- 2.15. Possibilitar registrar mais informações sobre o assunto para auxílio durante o atendimento ao cidadão;
- 2.16. Possibilitar a reimpresão da carta e/ou reenvio de e-mail da resposta ao requerente;
- 2.17. Possibilitar a consulta às providências registradas para as solicitações;
- 2.18. Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 2.19. Emitir relatório de solicitações tramitadas contendo, no mínimo, órgão, período e assunto;
- 2.20. Possibilitar que o agente de atendimento possa definir a prioridade da solicitação;
- 2.21. Possibilitar atribuir aos usuários direitos de tramitação de solicitações em mais de um órgão;
- 2.22. Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de uma solicitação em aberto, podendo bloquear a tramitação da solicitação até a conclusão da ordem de serviço gerada;
- 2.23. Possibilitar a consulta ao histórico de trâmites das solicitações entre os órgãos;
- 2.24. Emitir relatório do total geral de tempo de permanência e trânsito a partir da data de abertura e o prazo estimado para término;
- 2.25. Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser gerenciados apenas por usuários autorizados;
- 2.26. Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às solicitações aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 2.27. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a solicitação;
- 2.28. Permitir a anexação de arquivos digitais à solicitação na abertura ou em qualquer momento, desde que a solicitação esteja em aberto;
- 2.29. Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da solicitação;
- 2.30. Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes aquela demanda;
- 2.31. Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro;
- 2.32. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das demandas registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

3. PROTOCOLO

- 3.1. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;
- 3.2. Permitir a abertura de processos registrando os dados do requerente, assunto, possíveis documentos e local de atendimento. Permitir ainda que tal registro seja efetuado em forma de passos, que proporcione maior praticidade no atendimento ao cidadão;
- 3.3. Possibilitar que numeração dos processos seja única ou por exercício;
- 3.4. Emitir comprovante de protocolização para o interessado no momento da inclusão do processo com, no mínimo, as seguintes informações:
- Número do Processo;
 - Data de Abertura;
- 3.5. Emitir etiquetas de protocolo contendo, no mínimo:
- Requerente;
 - Assunto;
 - Órgão responsável pelo Assunto;
 - Código para acesso à consulta via internet.
- 3.5. Emitir etiquetas de protocolo contendo, no mínimo:
- Número do Processo;
 - Data de Abertura;
 - Requerente;
 - Assunto;
- 3.6. Permitir o acompanhamento da tramitação do processo e a situação que se encontra, mantendo histórico dos trâmites e providências/despachos adotados;
- 3.7. Possuir rotina de confirmação de recebimento dos processos em trânsito. Permitir o recebimento somente por usuários com acesso ao órgão;
- 3.8. Emitir relatório de processos pendentes de confirmação de recebimento;
- 3.9. Possibilitar a representação em modo gráfico dos processos por assunto para acompanhamento dos níveis de solicitação;
- 3.10. Possibilitar o apensamento/anexação de processos gerando documento comprobatório com, no mínimo, as informações:
- Órgão onde foi realizado o apensamento;
 - Data/Hora do apensamento;
 - Processos apensados;
 - Processo principal;
 - Usuário que apensou;
 - Órgão de lotação do usuário;
 - Local para assinatura.
- 3.11. Possibilitar o cadastramento de locais de arquivamento com informações que facilite a localização física dos processos. Permitir informar, no mínimo:
- Órgão;
 - Descrição do local;
 - Responsável;
 - Tempo de arquivamento;
- 3.12. Permitir consultar os processos que excederam a temporalidade prevista para o local;
- 3.13. Emitir relatório informando os desvios entre estimativas de prazo de conclusão e tempo de permanência;
- 3.14. Possibilitar a exportação dos dados de processos para planilha, permitindo selecionar as colunas desejadas para a composição da planilha;
- 3.15. Possuir rotina para registrar o empréstimo e a devolução do processo e manter o histórico das operações;
- 3.16. Na protocolização, verificar se o requerente possui processos abertos com o mesmo assunto, exibindo para o atendente, em caso afirmativo, a lista dos processos existentes;
- 3.17. Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento, bem como os documentos necessários para o andamento do processo;
- 3.18. Possibilitar configurar a obrigatoriedade da providência ao tramitar o processo. Permitir, contudo, configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 3.19. Possuir rotina de configuração para definir se os processos com apensos/anexos podem ser tramitados ao arquivo morto ou devem ser desanexados antes da operação;
- 3.20. Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual, custo de execução e providência seja formatado;
- 3.21. Possibilitar a abertura de novos volumes para o Processo. Permitir informar, no mínimo, o solicitante e o usuário responsável pela abertura, imprimindo o termo de encerramento e abertura de volume;
- 3.22. Permitir que os volumes gerados possam ser emprestados entre os órgãos da administração;

- 3.23. Possuir rotina para incorporação de processos. Permitir configurar se os processos incorporados devem tramitar junto ao principal;
- 3.24. Possibilitar a conclusão dos processos em qualquer órgão, havendo a possibilidade de tramitá-los para o arquivo morto sem a necessidade de reativação;
- 3.25. Possibilitar o cancelamento de trâmites de processos que foram remetidos, porém ainda não foi confirmado o recebimento;
- 3.26. Possibilitar que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do processo sigiloso;
- 3.27. Possibilitar cadastrar no catálogo de assuntos qual a relação de documentos exigidos para o andamento do processo;
- 3.28. Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de um processo em aberto, podendo bloquear a tramitação do processo até a conclusão da ordem de serviço gerada;
- 3.29. Possibilitar registrar avisos de pendências dos processos aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 3.30. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para o processo;
- 3.31. Possibilitar o acompanhamento das fases de execução da ordem de serviço geradas para o processo;
- 3.32. Possibilitar consulta detalhada dos dados do processo, possibilitando a impressão dos dados conforme a necessidade do usuário;
- 3.33. Permitir registrar a localização física de boletins de pagamento dos processos de compra;
- 3.34. Possibilitar anexar arquivos digitais em diversos formatos ao processo;
- 3.35. Possibilitar que os processos possam ser requisitados, impedindo a tramitação para outro órgão que não seja o que o requisitou;
- 3.36. Possibilitar que o processo encerrado ou que se encontra em órgão de arquivo morto possam ser informados os dados do local físico do arquivamento;
- 3.37. Possibilitar a solicitação do desarquivamento de processos, onde o arquivista poderá atender ou rejeitar a solicitação;
- 3.38. Possuir uma funcionalidade que permita ao usuário verificar o status das suas solicitações de desarquivamento pelo sistema;
- 3.39. Permitir registrar documentos para juntar aos processos onde, no mínimo, devem ser informados os dados do responsável pela entrega e o motivo. Emitir comprovante de protocolização ao término do registro;
- 3.40. Possibilitar o encaminhamento dos documentos a serem juntados fisicamente aos processos;
- 3.41. Possibilitar a confirmação do recebimento dos documentos aos processos;
- 3.42. Permitir a retirada de documentos juntados aos processos onde, no mínimo, deve ser registrado o motivo e o usuário que retirou;
- 3.43. Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas referentes aos documentos recebidos;
- 3.44. Permitir pesquisar todo histórico de documentos juntados aos processos;
- 3.45. Possibilitar a movimentação de local de arquivamento dos processos sem necessidade de tramitar os processos novamente;
- 3.46. Possuir rotina para realizar trâmites dos processos digitalmente, sem necessidade de envio do processo físico, permitir enviar para os órgãos com acesso exclusivo a esse tipo de tramitação, enviar e-mail ao responsável pelo recebimento. Enquanto esses processos estiverem nesse tipo de tramitação não será permitida a tramitação por vias normais. Permitir ainda, configurar tempo máximo de permanência do processo nesse tipo de tramitação. Possibilitar que os processos possam voltar a serem tramitados pela forma tradicional;
- 3.47. Permitir o controle de numeração de processos por empresas, sem repetição da numeração dos processos;
- 3.48. Permitir incluir os locais de arquivamento e estabelecer nomenclaturas próprias de cada local;
- 3.49. Emitir relatório de processos que foram reativados por período de reativação;
- 3.50. Emitir relatório de controle dos processos por órgão onde deve constar, no mínimo, o total de processos, a quantidade atrasada e quantidade por período contendo, no mínimo, o seguinte:
 - Número, Ano do Processo;

- Data de abertura;
- Requerente;
- Assunto;
- Complemento do assunto;
- Órgão atual;

- 3.52. Emitir relatório estatístico das tramitações realizadas por órgão e período, podendo emitir das ações de recebimento, envio ou distribuição;
- 3.53. Permitir integração com o sistema de gestão tributária através da geração de guias para pagamento de taxas pertinentes ao assunto solicitado no momento da abertura do processo;
- 3.54. Permitir que o andamento do processo seja liberado somente após o pagamento ou liberação manual do processo;
- 3.55. Permitir, para abertura do processo, a importação dos dados do contribuinte através dos cadastros do sistema de gestão tributária, tais como mobiliário, imobiliário e outros;
- 3.56. Permitir a pesquisa e reimpressão da guia de pagamento das taxas de um processo;
- 3.57. Emitir relatório das guias de pagamento geradas pelo sistema de protocolo por período;
- 3.58. Permitir que os usuários de órgãos, que não seja o protocolo, autuem processos administrativos internos, nessa modalidade o requerente sempre será a empresa tendo como solicitante o órgão interessado;
- 3.59. Permitir que seja gerado o número de processo de forma rápida, preenchendo apenas o requerente sem a necessidade de preencher assunto e demais informações visando a rapidez no atendimento. O sistema deverá possuir uma funcionalidade que permita revisar todos os processos pendentes que precisam ser alterados;
- 3.60. Permitir que usuários com permissão possam isentar o requerente do pagamento de taxas pertinentes ao assunto;
- 3.61. Possibilitar a adição de arquivos digitais quando for realizado o recebimento de um documento;
- 3.62. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes aquele processo;
- 3.63. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro;
- 3.64. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos dos processos registrados no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

4. GESTÃO DE ATIVIDADES

- 4.1. Permitir gerar ordens de serviço a partir de solicitações ou processos, bem como através da entrada de dados via digitação;
- 4.2. Permitir que em uma ordem de serviço possam ser associados um ou mais serviços para execução;
- 4.3. Permitir o cancelamento individual de serviços associados à ordem de serviço (OS). Caso todos os serviços da OS sejam cancelados ou concluídos, dar-se o encerramento automático da ordem de serviço;
- 4.4. Permitir estabelecer prioridade para execução das ordens de serviço registradas;
- 4.5. Permitir realizar o agrupamento de serviços para posterior agendamento e execução;
- 4.6. Permitir para os agrupamentos que aguardam execução: remover serviços, cancelar o agrupamento e liberar serviços e cancelar o agrupamento e serviços;
- 4.7. Permitir que, para os agrupamentos que aguardam execução, sejam registrados, no mínimo: previsão de atendimento, previsão de término, valor estimado, responsáveis pela execução, veículos e materiais a serem utilizados na execução;
- 4.8. Emitir relatório na liberação do agrupamento para execução contendo, no mínimo:
 - Numeração;
 - Previsão de atendimento;
 - Previsão de encerramento;

323. Possuir rotina para incorporação de processos. Permitir configurar se os processos incorporados devem tramitar junto ao principal;
324. Possibilitar a conclusão dos processos em qualquer órgão, havendo a possibilidade de limitá-los para o arquivo morto sem a necessidade de reativação;
325. Possibilitar o cancelamento de trâmites de processos que foram remetidos, porém ainda não foi confirmado o recebimento;
326. Possibilitar que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do processo spilioso;
327. Possibilitar cadastrar no catálogo de assuntos qual a relação de documentos exigidos para o andamento do processo;
328. Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de um processo em aberto, podendo boquear a tramitação do processo até a conclusão da ordem de serviço gerada;
329. Possibilitar registrar avisos de pendências dos processos aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
330. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para o processo;
331. Possibilitar o acompanhamento das fases de execução da ordem de serviço geradas para o processo;
332. Possibilitar consulta detalhada dos dados do processo, possibilitando a impressão dos dados conforme a necessidade do usuário;
333. Permitir registrar a localização física de boletos de pagamento dos processos de compra;
334. Possibilitar anexar arquivos digitais em diversos formatos ao processo;
335. Possibilitar que os processos possam ser requisitados, impedindo a tramitação para outro órgão que não seja o que o requisitou;
336. Possibilitar que o processo encerrado ou que se encontra em órgão de arquivo morto possam ser informados os dados do local físico do arquivamento;
337. Possibilitar a solicitação do desarquivamento de processos, onde o arquivista poderá atender o: rejeitar a solicitação;
338. Possuir uma funcionalidade que permita ao usuário verificar o status das suas solicitações de desarquivamento pelo sistema;
339. Permitir registrar documentos para juntar aos processos onde, no mínimo, devem ser informados os dados do responsável pela entrega e o motivo. Emitir comprovante de protocolização ao término do registro;
340. Possibilitar o encaminhamento dos documentos a serem juntados fisicamente aos processos;
341. Possibilitar a confirmação do recebimento dos documentos aos processos;
342. Permitir a retirada de documentos juntados aos processos onde, no mínimo, deve ser registrado o motivo e o usuário que retirou;
343. Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas referentes aos documentos recebidos;
344. Permitir pesquisar todo histórico de documentos juntados aos processos;
345. Possibilitar a movimentação de local de arquivamento dos processos sem necessidade de tramitar os processos novamente;
346. Possuir rotina para realizar trâmites dos processos digitalmente, sem necessidade de envio de processo físico, permitir enviar para os órgãos com acesso exclusivo a esse tipo de tramitação, enviar e-mail ao responsável pelo recebimento. Enquanto esses processos estiverem nesse tipo de tramitação não será permitida a tramitação por vias normais. Permitir ainda, configurar tempo máximo de permanência do processo nesse tipo de tramitação. Possibilitar que os processos possam voltar a serem tramitados pela forma tradicional;
347. Permitir o controle de numeração de processos por empresas, sem repetição da numeração dos processos;
348. Permitir incluir os locais de arquivamento e estabelecer nomenclaturas próprias de cada local;
349. Emitir relatório de processos que foram reativados por período de reativação;
350. Emitir relatório de controle dos processos por órgão onde deve constar, no mínimo, o total de processos, a quantidade atrasada e quantidade em dia, com percentuais;
351. Emitir relatório de processos abertos por período contendo, no mínimo:
- Número, Ano do Processo;

- Data de abertura;
 - Requerente;
 - Assunto;
 - Complemento do assunto;
 - Órgão atual;
- 3.52. Emitir relatório estatístico das tramitações realizadas por órgão e período, podendo emitir das ações de recebimento, envio ou distribuição;
- 3.53. Permitir integração com o sistema de gestão tributária através da geração de guias para pagamento de taxas pertinentes ao assunto solicitado no momento da abertura do processo;
- 3.54. Permitir que o andamento do processo seja liberado somente após o pagamento ou liberação manual do processo;
- 3.55. Permitir, para abertura do processo, a importação dos dados do contribuinte através dos cadastros do sistema de gestão tributária, tais como mobiliário, imobiliário e outros;
- 3.56. Permitir a pesquisa e reimpressão da guia de pagamento das taxas de um processo;
- 3.57. Emitir relatório das guias de pagamento geradas pelo sistema de protocolo por período;
- 3.58. Permitir que os usuários de órgãos, que não seja o protocolo, autuem processos administrativos internos, nessa modalidade o requerente sempre será a empresa tendo como solicitante o órgão interessado;
- 3.59. Permitir que seja gerado o número de processo de forma rápida, preenchendo apenas o requerente sem a necessidade de preencher assunto e demais informações visando a rapidez no atendimento. O sistema deverá possuir uma funcionalidade que permita revisar todos os processos pendentes que precisam ser alterados;
- 3.60. Permitir que usuários com permissão possam isentar o requerente do pagamento de taxas pertinentes ao assunto;
- 3.61. Possibilitar a adição de arquivos digitais quando for realizado o recebimento de um documento;
- 3.62. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes aquele processo;
- 3.63. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro;
- 3.64. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos dos processos registrados no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos;

4. GESTÃO DE ATIVIDADES

- 4.1. Permitir gerar ordens de serviço a partir de solicitações ou processos, bem como através da entrada de dados via digitação;
- 4.2. Permitir que em uma ordem de serviço possam ser associados um ou mais serviços para execução;
- 4.3. Permitir o cancelamento individual de serviços associados à ordem de serviço (OS). Caso todos os serviços da OS sejam cancelados ou concluídos, dar-se o encerramento automático da ordem de serviço;
- 4.4. Permitir estabelecer prioridade para execução das ordens de serviço registradas;
- 4.5. Permitir realizar o agrupamento de serviços para posterior agendamento e execução;
- 4.6. Permitir para os agrupamentos que aguardam execução: remover serviços, cancelar o agrupamento e liberar serviços e cancelar o agrupamento e serviços;
- 4.7. Permitir que, para os agrupamentos que aguardam execução, sejam registrados, no mínimo: previsão de atendimento, previsão de término, valor estimado, responsáveis pela execução, veículos e materiais a serem utilizados na execução;
- 4.8. Emitir relatório na liberação do agrupamento para execução contendo, no mínimo:
- Numeração;
 - Previsão de atendimento;
 - Previsão de encerramento;

- Telefones para contato;
 - Serviços a executar;
 - Local para execução dos serviços.
- 4.9. Permitir registrar para o agrupamento os apontamentos com, no mínimo, data, motivo e observação do apontamento;
- 4.10. Permitir registrar no encerramento do agrupamento, no mínimo:
- Data de encerramento;
 - Nivel de complexidade;
 - Situação do encerramento;
 - Motivo e observação da não execução;
 - Tempo de deslocamento;
 - Distância percorrida;
 - Nivel de satisfação;
 - Responsável pela execução;
 - Parecer final.
- 4.11. Permitir pesquisa de ordens de serviço por, no mínimo:
- Número e exercício;
 - Data da abertura;
 - Data de encerramento;
 - Tipo de execução;
 - Requerente;
 - Órgão solicitante.
- 4.12. Permitir pesquisa de agrupamentos por, no mínimo:
- Número e exercício;
 - Órgão responsável pela execução;
 - Data da abertura;
 - Data de término;
 - Status.
- 4.13. Permitir que sejam cadastradas as subunidades que estão ligadas aos órgãos da empresa que não estão cadastradas no organograma;
- 4.14. Permitir que usuários com permissão registrem ordens de serviço com tipo de execução interno para atendimento pelos órgãos responsáveis pela execução;
- 4.15. Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas ao registrar uma ordem de serviço externa. Permitir que o andamento da ordem de serviço seja liberado somente após o pagamento da taxa ou liberação manual da ordem de serviço;
- 4.16. Para ordens de serviço internas, o usuário deve informar o órgão solicitante e a subunidade ligada ao órgão que será atendido;
- 4.17. Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ordem de serviço.
- 4.18. Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.

5. PORTAL DO CONTRIBUINTE

- 5.1. Possuir funcionalidade que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro no sistema para que possa registrar e acompanhar suas requisições. Nesse cadastro devem constar, no mínimo:
- Nome
 - CPF/CNPJ;
 - E-mail;
 - Senha.
- 5.2. A senha de acesso ao portal do cidadão deve exigir letras, números e caracteres especiais;
- 5.3. Permitir definir, no catálogo de assuntos, para quais assuntos o cidadão poderá registrar requisições;

- 5.4. Permitir que o cidadão possa consultar as requisições abertas por ele através do portal do cidadão;
- 5.5. Permitir que o cidadão possa consultar as demandas abertas presencialmente através do atendimento ao cidadão;
- 5.6. Permitir o registro de requisições com, no mínimo, as informações:
- Assunto;
 - Mais detalhes sobre o motivo;
 - Local da ocorrência;
- 5.7. Permitir que o cidadão possa registrar sua requisição através aplicativo Mobile, atendendo os requisitos do item 5.6 e este aplicativo deva sugerir o Local de Ocorrência através do posicionamento de GPS de seu celular;
- 5.8. Permitir que o cidadão fique anônimo ao realizar sua requisição;
- 5.9. Permitir que o cidadão possa alterar seus dados pessoais, no mínimo:
- Endereço;
 - E-mail;
 - Telefone.
- 5.10. Caso o cidadão esqueça sua senha, o sistema deve disponibilizar recurso para definição de nova senha;
- 5.11. Após registro da requisição, enviar e-mail de confirmação de abertura para o cidadão;
- 5.12. Após registro do cidadão no portal, enviar e-mail de confirmação de cadastro para o cidadão;
- 5.13. Permitir a anexação de arquivos digitais na abertura da requisição;
- 5.14. Ter recurso para permitir que o cidadão, sem a necessidade de cadastro no portal, acompanhe o andamento das suas demandas pela internet. Possibilitar ou não, no momento da consulta, a exigência de um código de acesso fornecido no momento da abertura da demanda;
- 5.15. Possibilitar que o portal do cidadão seja acessado em várias plataformas web com responsividade;
- 5.16. Possibilidade de customização das imagens do portal do cidadão, conforme necessidade da gestão atual;
- 5.17. A requisição cadastrada pelo cidadão deverá ser encaminhada para o órgão responsável pelo assunto ou para o usuário responsável;
- 5.18. Permitir que o cidadão possa consultar o catálogo de serviços da gestão, permitir que seja parametrizado quais serviços serão exibidos neste catálogo;
- 5.19. Permitir que sejam emitidas taxas de arrecadação a partir dos serviços disponíveis no catálogo de serviços, permitir ainda que cada serviço possua seu valor parametrizado para cobrança, as taxas geradas deverão ser emitidas pelo sistema de tributos.

6. Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)

- 6.1. Possuir sistema que atenda a Lei de Acesso a Informação (LAI), "LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011" (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) referente ao "CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO".
- 6.2. Possuir funcionalidade que permita a alteração dos prazos previstos na Lei de forma fácil e ágil sem a intervenção de desenvolvimento;
- 6.3. Possuir funcionalidade que permita que a mensagens de notificação ao Cidadão possam ser previamente parametrizadas;
- 6.4. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de Informação;
- 6.5. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de recurso;
- 6.6. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de reclamação;
- 6.7. Possuir funcionalidade para cadastrar a comissão responsável por julgar os recursos e reclamações referentes ao pedido de informação. Dentro de cada comissão deverá ter a possibilidade de informar os membros participantes e assegurar que somente estes membros tenham acesso às respectivas informações no sistema;
- 6.8. Possuir funcionalidade que permita o cadastro de avaliações com períodos de vigência;
- 6.9. Emitir relatório das avaliações por período contendo, no mínimo:
- Número, exercício do pedido de informação;

- 7.9. Na tela de registro de processos digitais deverá existir funcionalidade que permita ao usuário realizar o cadastramento de textos pré-definidos para serem utilizados para preenchimento do campo complementar do assunto.
- 7.10. Na tela de registro de processos digitais deverá possuir campos para informar o endereço de atendimento do processo, esta informação deverá ser obrigatória conforme parametrização do assunto, deverá ainda limitar a busca por somente endereços do município.
- 7.11. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para informar mais detalhes, ponto de referência, relacionados ao endereço de atendimento, deverá existir configuração que obrigue a quantidade mínima de caracteres exigidos.
- 7.12. Na tela de registro de processos digitais deverá ter funcionalidade que liste os documentos obrigatórios necessários para a abertura do processo, deverá também ter opção para confirmar a anexação dos documentos e obrigar anexação de arquivos digitais destes documentos, e possibilitar assinar digitalmente estes documentos no padrão do ICP-BRASIL.
- 7.13. Na tela de registro de processos digitais, antes de finalizar a abertura, deverá ter listagem de processos existentes no sistema para o mesmo requerente selecionado. A listagem deverá exibir no mínimo o número, ano, assunto, data de abertura e status atual dos processos.
- 7.14. Após finalizar a abertura do processo digital o sistema deve gerar virtualmente a relação de documentos do processo digital, esta relação deverá ser controlada nas ações do sistema para incorporar novos documentos. Caso um documento tenha sido assinado com certificado digital o sistema deverá gerar este com o certificado na visualização.
- 7.15. Para todo documento gerado do processo digital o sistema deverá gerar um código de autenticidade (hash) podendo ser consultado pelo código sua autenticidade, e caso seja feita alguma alteração o sistema deverá garantir que o código gerado não tenha mais validade.
- 7.16. Na tela de busca de processos digitais deverá permitir realizar filtro por qualquer parte do texto ou pelo começo do texto, deve permitir realizar filtro excluindo/desconsiderando registros do filtro (não coincidentes). O Filtro deverá permitir aos usuários buscar vários termos diferentes na mesma coluna, utilizando os operadores "OU" e "E" para concatenar os termos.
- 7.17. Na tela de busca de processos digitais, deverá ser permitido realizar a impressão da ficha do processo, deverá ainda ter opção para selecionar o conteúdo a ser impresso, como Providência, Trâmites Respostas, Pendência.
- 7.18. Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção para exportar a lista filtrada no formato de planilha, deverá ainda permitir ocultar as colunas que não deseja ser exportadas.
- 7.19. Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção que permita ao usuário visualizar e/ou emitir guias (taxas de pagamento) para o processo.
- 7.20. Na tela de consulta do processo digitais deverá ter opção para visualizar o processo digital, deverá permitir "folar" os documentos do processo em ordem cronológica de inserção. Os documentos do processo deverão estar assinados digitalmente e/ou assinatura eletrônica gerada pelo próprio sistema com autenticação via QRcode e Hash.
- 7.21. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o encaminhamento (tramitação) de processos digitais para os setores, órgãos e departamentos cadastrados no sistema, deverá permitir ainda informar o nome do usuário que de forma obrigatória ou opcional.
- 7.22. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ser permitido a digitação das providências, o texto digitado deverá permitir formatação de fonte, tamanho de fonte, cor de fonte, negrito e sublinhado. A providência mediante a parametrização poderá ser obrigatória ou não. A providência ainda poderá ser assinada com certificado digital no padrão do ICP-BRASIL, e ao registrar a providência deverá gerar virtualmente um documento a ser anexado ao processo, e respeitar a assinatura com certificado digital.
- 7.23. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de receptionar um processo, este ato informa que o processo digital foi recebido pelo usuário e dado início a análise do processo no setor.
- 7.24. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção colocar o processo sobre a responsabilidade do usuário, isso faz com que mais nenhum usuário possa executar a análise daquele processo digital.
- 7.25. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a anexação de arquivos digitais.

- Data de abertura;
 - Prazo de resposta;
 - Solicitante;
 - Os dados conforme o cadastro da avaliação executada;
 - 7.10. Possuir funcionalidade que permita que o pedido de informação possa ser tramitado entre os órgãos de administração pública;
 - 7.11. Emitir relatório dos pedidos de informação contendo, no mínimo:
 - Numeração e exercício do pedido de informação;
 - Situação em que encontra o pedido de informação;
 - Solicitante;
 - Prazo de resposta;
 - Detalhamento do pedido de informação;
 - Dados da resposta;
 - 7.12. Possuir um portal que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro para registrar e acompanhar seus pedidos de informação. Nesse cadastro devem constar, no mínimo:
 - Nome
 - CPF/CNPJ;
 - E-mail;
 - Senha.
 - 7.13. A senha de acesso ao portal deve exigir letras, números e caracteres especiais.
 - 7.14. O portal deve permitir que o Cidadão seja responsável pelo seu cadastro.
 - 7.15. O portal deverá de acesso ao Cidadão deverá ser responsivo para melhor visualização em dispositivos móveis;
- ## 7. TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS
- 7.1. Sistema deverá possuir funcionalidade para realizar o registro de processos digitais. Este procedimento deverá ser realizado em forma de passos, organizado por contextos. A abertura do processo digital e físico deverão ser executados na mesma funcionalidade onde o assunto determinará se o processo deverá se tornar digital ou físico. A numeração de processo deverá ser única e sequencial por exercício, ou seja, a numeração para processo digital e processo físico deverá ser continua não podendo cada modalidade ter a sua numeração.
 - 7.2. Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por cadastro do sistema de tributos como mobiliário ou imobiliário.
 - 7.3. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar o solicitante por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação.
 - 7.4. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar beneficiário por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação, e deverá possibilitar incluir mais de um beneficiário, sendo que o sistema deverá possibilitar que seja definido um destes beneficiários como principal.
 - 7.5. Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por meio do código de uma taxa gerada previamente.
 - 7.6. Na tela de registro de processos digitais, deverá ser permitido o cadastramento do solicitante, conforme parametrização do sistema, deverá ser obrigatório informar o CPF/CNPJ e endereço do contribuinte.
 - 7.7. Na tela de registro de processos digitais deverá existir campo para buscar e selecionar o assunto do processo, este campo deverá permitir digitação parcial para realizar a busca do assunto. Ao selecionar o assunto sistema deverá realizar validação se já existem processos abertos com o assunto selecionado para o solicitante previamente selecionado. Caso o assunto não tenha uma classificação única para processo digital ou físico, o sistema deverá permitir que o atendente determine qual tipo o processo será aberto.
 - 7.8. Na tela de registro de processos digitais ao selecionar um assunto, sistema deverá permitir ao usuário consultar informações sobre o assunto que o auxiliem com orientações para abertura ou informações ao contribuinte.

7.26. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter campo para informar situação e despacho.

7.27. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá permitir realizar o envio de um único processo ou um lote de processos para o mesmo destino ou destinos diferentes, ao finalizar o envio, sistema deverá gerar relatório agrupado por locais de origens e destinos.

7.28. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para exibir a tela de consulta com os dados do processo selecionado para envio.

7.29. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar o encaminhamento local do processo.

7.30. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a digitação de justificativa de atraso do processo.

7.31. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de apensar processos, este ato faz que os processos sejam tramitados em conjunto.

7.32. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para gerar uma ordem de serviço para os processos selecionados, a geração da ordem somente deverá ser permitida caso o parâmetro do assunto do processo permita a geração de ordens de serviço.

7.33. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o cancelamento de uma remessa de encaminhamento de processos digitais, deverá permitir o cancelamento total ou parcial da remessa.

7.34. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a anexação digital (juntada) de documentos após a abertura do processo. Ajustada poderá ser assinada eletronicamente pelo usuário utilizando certificado eletrônico digital padrão do ICP-BRASIL. O arquivo digital deverá ser anexado ao processo em ordem cronológica logo após o um termo de juntada gerado pelo sistema.

7.35. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a desanexação de documentos juntados ao processo digital, deverá gerar termo de desanexação destes arquivos digitais em ordem cronológica.

7.36. Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário requisitar um processo digital obrigando que no próximo tramite deste processo o usuário seja notificado que alguém o requisitou.

7.37. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o envio de respostas para os processos digitais concluídos, estas respostas deverão ser encaminhadas por e-mail e carta.

7.38. Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário realizar um "monitoramento" do processo digital, este "monitoramento" poderá ser pessoal ou corporativo, quando pessoal somente o usuário poderá visualizar e remover o "monitoramento", quando corporativo os usuários lotados no mesmo setor poderão visualizar o "monitoramento". Deve ter a opção para ativar notificação de tramitação por e-mail para o usuário que registrou o "monitoramento".

ANEXO I.C SUPORTE TÉCNICO E SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE

1. Ficam definidos os seguintes tipos de chamados técnicos previstos:

1.1 Correção:

São problemas em funcionalidades, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado nos manuais do sistema, podendo ocorrer em telas, regras de negócio, relatórios e interfaces com outros Sistemas. Este tipo de chamado pode enquadrar-se em quaisquer das prioridades: P1, P2, P3 ou P4.

1.2 Ajuste legal:

É decorrente de mudanças na legislação em qualquer nível Federal, Estadual ou Municipal. Deverá ser preparada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas sem prejuízos a operação do sistema. Esse tipo de chamado enquadra-se na prioridade P4.

1.3 Desenvolvimento:

Visa garantir a evolução do sistema, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação às novas tecnologias, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento da CONTRATADA. Caracteriza-se por alteração ou adição de uma funcionalidade, tais como telas, relatórios, rotinas, regras de negócio e interfaces com outros sistemas para troca de informações. A CONTRATADA deverá, no prazo de 5 (dias) úteis, contados a partir da abertura do chamado, analisar a solicitação e produzir uma estimativa de tempo (em dias) para desenvolvimento e entrega da solução. Esse tipo de chamado terá sua prioridade definida como P4, devendo o tempo de atendimento e custo serem acordados entre as partes.

2. Prioridades dos chamados

A contagem de tempo para a solução deve ser realizada considerando apenas o período das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Esta contagem será realizada somente quando o chamado estiver sendo trabalhado pela CONTRATADA, sendo assim, a contagem do tempo irá parar quando o técnico enviar algum questionamento à CONTRATANTE, neste momento o chamado passa para o status "aguardando solicitante". A contagem do tempo somente reiniciará após a resposta do solicitante.

Prioridade	Definição	Atendimento
P1	Estão relacionados a problemas de alto impacto nas operações do sistema, cujo o não atendimento em curto espaço de tempo causará graves prejuízos de ordem financeira, operacional ou legal (incluindo situações de auditoria) para a CONTRATANTE, ou ainda a terceiros (contribuintes, fornecedores, etc). Atendimento em até 16 horas para a solução.	16 horas
P2	Estão relacionados a problemas ou situações de médio impacto nas operações do sistema ou que afetem parcialmente as operações (degradação).	32 horas
P3	Estão relacionados a problemas ou situações que não causem impacto na operação do sistema, que não afetem gravemente o fluxo de trabalho.	64 horas
P4	Tratar-se de intervenções no código fonte do sistema, ou seja, situações de adaptação ou desenvolvimento de rotinas	Acordado entre as partes.

3.2. Nível de Serviço

A CONTRATADA deverá manter o Nível de Serviço conforme a tabela abaixo:

Indicador (TAC)	Definição	Cumprimento	Período
Tempo de atendimento dos chamados	Apuração do tempo decorrido entre a abertura do chamado e o envio da solução. Os tempos serão registrados e apurados através do website de Help Desk disponibilizado pela CONTRATADA.	Mínimo de 70% dos chamados atendidos no prazo.	Apuração Mensal

A apuração se dará em agrupamento por sistema. Portanto, será apresentado no relatório do sistema o índice TAC apurado para cada umas das 4 (quatro) prioridades.

Exemplo:

Subsistema: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			
Período Apurado:	Janeiro		
Chamado	Prioridade	Tempo de atendimento	Atendimento do SLA
11111111	P1	7h	Sim
22222222	P2	30h	Sim
33333333	P3	59h	Sim
44444444	P2	40h	Não
Total de chamados:	4	Atendidos: 3	TAC: 70%

Será definida entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, a tabela com os principais módulos, funções e rotinas de cada sistema com suas respectivas prioridades de atendimento, visando a padronização no enquadramento da situação para a abertura e atendimento do chamado.

Exemplo ilustrativo de relatório:

Subsistema: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			
Módulo	Descrição	PRIORIDADES	
		Correção	Ajuste
NFSe	Enquadramento	Nível 2	Nível 3
	Cobrança indevida	Nível 1	Nível 3
Erro geração NFSe		Nível 1	Nível 3
			Nível 4

A CONTRATANTE deverá abrir os chamados no portal de atendimento indicado pela CONTRATADA.

A CONTRATANTE deverá responder de forma clara e no menor tempo possível os questionamentos feitos pelos técnicos da CONTRATADA.

A CONTRATADA disponibilizará no portal de atendimento o relatório mensal com o TAC de acordo com o modelo.

Os funcionários de ambas as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar treinados para o tratamento de cada chamado dentro dos padrões definidos. Os casos em que não haja entendimento para o tratamento do chamado serão acordados entre o Gestor de Suporte da CONTRATADA e com o responsável da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá receber e avaliar cada chamado (solicitação) em até 8 (oito) horas e informar ao solicitante apenas nos casos em que a solução necessite de maior tempo, em função

de sua complexidade, e não possa ser aplicada obedecendo o enquadramento de prioridades definidos.

Nos casos em que não houver o contato do analista da CONTRATADA com o solicitante para reavaliação do enquadramento de prioridade do chamado, será considerado o atendimento dentro da prioridade definida.

Quando não for possível a solução no prazo solicitado pela Prefeitura, o analista da CONTRATADA deverá definir em conjunto com o solicitante o prazo razoável para solução, documentando no próprio chamado aberto a alteração deste prazo. Para estes casos a CONTRATADA poderá apresentar uma Solução de Contorno.

A Solução de Contorno, é definida como a disponibilização de um recurso, em caráter temporário, que atenda a necessidade pontual do chamado aberto, dentro do mesmo prazo definido para a prioridade que o chamado foi enquadrado.

Os casos de maior complexidade em que não houver entendimentos quanto aos enquadramentos dos chamados (Prioridade), e portanto, não possa ser aplicada a solução definitiva ou ainda a solução de contorno, serão tratados entre o Gestor de Suporte da CONTRATADA e o responsável da CONTRATANTE.

ANEXO I.C

TABELA DE ITENS ESSENCIAIS PARA APROVAÇÃO NA PROVA DE CONCEITO

Item	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
001	Permitir o cadastro de pessoas (Física e Jurídica) de forma a constituir um cadastro único para contribuintes que deverá ser compartilhado para os setores de Prefeitura.	ESSENCIAL
002	Permitir a consulta e localização de todos os relacionamentos a qual o contribuinte é responsável (Imóvel, Empresa, Parcelamentos de débito, Cédulas, Processos de Execuções Fiscais, Alvarás, Etc.).	Sim
003	Permitir pesquisar os débitos atualizados e emitir documento com demonstrativo dos débitos para pagamento, no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, referente a todos os relacionamentos que o contribuinte é responsável.	Sim
004	Contar rotina que permita a unificação dos cadastros de Contribuintes possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados. Todos os vínculos existentes para os contribuintes excluídos devem ser migrados para o cadastro que ficou ativo.	Sim
005	Contar rotina para registrar todas as alterações dos cadastros, que deverá possuir no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual e permitir a consulta desses dados por usuário habilitado.	Sim
006	Contar rotina que permita a criação de registro espelho de cadastros excluídos, quando essa exclusão for necessária.	Sim
007	Possuir registro de históricos de ocorrências registrando data, usuário e o histórico e número do processo administrativo.	Sim
008	Contar rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criada e mantida pelos usuários com direitos para essa tarefa.	Sim
009	Contar rotina específica de crítica de CNPJ e CPF que permita a identificação e apresentação de outros contribuintes idênticos.	Sim
010	Contar rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da Prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.	Sim
011	Permitir ao gestor incluir novas características ao cadastro de contribuintes, para fins de armazenamento de informações extras. Os tipos que devem ser aceitos são: Textos, Datas, Decimais, Inteiros e Tabelas (onde o gestor configura quais serão os possíveis valores para seleção).	Sim
Item	CADASTRO ÚNICO DE ENDEREÇOS	ATENDIDO
012	Permitir o cadastro de endereços de forma a constituir um cadastro único que deverá ser compartilhado para todos os setores da Prefeitura.	ESSENCIAL
013	Permitir a consulta e localização de todos os relacionamentos a qual o contribuinte é responsável (Imóvel, Empresa, Parcelamentos de débito, Cédulas, Processos de Execuções Fiscais, Alvarás, Etc.).	Sim
014	Permitir pesquisar os débitos atualizados e emitir documento com demonstrativo dos débitos para pagamento, no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, referente a todos os relacionamentos que o contribuinte é responsável.	Sim
Item	IMOBILIÁRIO	ATENDIDO
015	Contar o Cadastro Técnico Imobiliário para registro dos lotes urbanos do município onde serão vinculados os detalhes descritos nos itens abaixo.	ESSENCIAL
016	Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração.	Sim

	também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.		
017	Permitir informar todos os proprietários, compromissários e possuidores (Principal e Outros), o período de início e fim de cada registro, a fim de manter o histórico das transações. Esses cadastros deverão constar no Cadastro Único de Contribuintes.		Sim
018	Contar histórico que demonstre que houve alteração nos endereços do imóvel e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro imobiliário.		Sim
019	Permitir o cadastro das testadas adicionais, contendo laminação em metros e o Logradouro para qual está direcionada.		Sim
020	Permitir o cadastro de Áreas Construídas adicionais informando minuciosamente o tipo de área, metragem e ano de construção. O sistema também deve permitir parametrização para que um usuário gestor do sistema crie características diversas para a área construída (Ex: acabamento, revestimento, tipo de piso, etc) para fins de uso em cálculos de taxas e impostos.		Sim
021	Contar cadastro de empreendimentos imobiliários e permitir sua associação no cadastro imobiliário.		Sim
022	Contar cadastro de Imobiliárias e permitir sua associação no Cadastro Imobiliário.		Sim
023	Contar cadastro de Tipos de Entrega e permitir sua associação com o Cadastro Técnico Imobiliário com a finalidade de permitir filtros para emissão e entrega dos camês de IPTU e outros correspondências de cobrança.		Sim
024	O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro imobiliário e ter no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro imobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.		Sim
025	Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro imobiliário.		Sim
026	Mantiver registros históricos dos lançamentos por exercício de IPTU, correlando os dados referentes aos valores verbaís lançados, os valores de metro quadrado de terreno e construção e todos os fatores utilizados para a apuração do lançamento.		Sim
027	Contar Cadastro das Confrontações do imóvel podendo informar a metragem, lado e a identificação do confrontante a qual faz divisa.		Sim
028	Contar o Cadastro dos Projetos de construções para o imóvel e possibilitando o lançamento do ISS de construção.		Sim
029	Contar Cadastro que permita registrar as isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do imóvel, contendo o tipo de isenção e prazo de duração.		Sim
030	Contar estrutura para que o usuário anexe ao cadastro imobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura desses arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos, antes da visualização.		Sim
031	Permitir que o usuário possa incluir uma restrição temporária que impeça o lançamento de parcelamentos para esse cadastro durante um período pré determinado.		Sim
032	Contar rotina para alocações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criada e mantida pelos usuários com direitos para essa tarefa.		Sim

133	Contar rotina para o desmembramento de um registro do cadastro imobiliário e a geração de vários outros registros com as mesmas características para posterior alteração.			Sim
134	Contar rotina que permita fazer o agrupamento de vários cadastros imobiliários em um único registro, fornecendo os registros origem em cadastros inativos, registrando os históricos das ocorrências.			Sim
135	Disponibilizar consulta em tela das ocorrências de desmembramento e agrupamentos para os usuários do setor de cadastro.			Sim
136	Contar rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.			Sim
137	Contar Cadastro Técnico de Logradouros oficiais do município, contendo minimeiramente as informações de Oficializado / Denominado; Tipo de Logradouro; Nome do Logradouro; Bairro; Descrição de nome anterior; Legislação de Origem; Faixa de Numeração. Contar rotina que permita ao usuário incluir históricos manual das alterações contendo data de registro, dados do processo que originou este histórico e um campo de digitação livre para descrição do histórico. Permitir dentro do cadastro de logradouros oficiais que o usuário possa consultar este histórico. Disponibilizar também um local onde o usuário possa verificar quais são as faces de quadras vinculadas ao logradouro.			Sim
138	Contar Cadastro de Faces das Quadras para associá-las ao cadastro imobiliário, contendo os equipamentos urbanos disponíveis e o valor da Planta Genérica de Valores, para o cálculo dos valores venais. Disponibilizar também um histórico de averbação manual para o cadastro de faces de quadra para fins de anotações diversas que o usuário vier a necessidade de lançar.			Sim
139	Contar Cadastro de Loteamentos e permitir que seja associado ao imóvel.			Sim
140	Contar Cadastro de Características de leneno e de edificações de forma que o usuário gestor possa criar campos customizados no cadastro a fim de não limitar as informações que a prefeitura deseja informar.			Sim
141	Permitir visualizar as empresas relacionadas ao imóvel.			Sim
142	Contar rotina para a simulação do cálculo e lançamento dos valores venais e IPTU do exercício atual e até de exercícios anteriores. Permitindo que o usuário realize um filtro e selecione quais imóveis ele deseja realizar os lançamentos. O cálculo automaticamente deve considerar possíveis isenções ou imunidades cadastradas para os cadastros imobiliários selecionados. Permitir também que sejam parametrizados os cálculos para que o sistema realize o lançamento recalculando o lançamento anterior ou criando novo lançamento. Emissão de Carne de segunda via de IPTU, no formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras para Ficha de Compensação ou Ficha de arrecadação e deverá conter obrigatoriamente uma lâmina de Notificação com o descrito dos dados do lançamento.			Sim
143	Contar rotina para exportar os lançamentos de IPTU em formato texto para emissão das carnês em gráfica de lançáveis, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados de acordo com filtros de campos do cadastro imobiliário.			Sim
144	Emissão de Ficha de Lançamento contendo os dados do imóvel, Características e fatores utilizados para o lançamento do IPTU do Exercício.			Sim
145	Contar rotina para o cadastro e lançamento de ITBI, o sistema deve permitir a inclusão de mais de um adquirente, transmissente, auferente e usufrutuário. Em relação ao cálculo, o sistema deve realizar o cálculo automaticamente sobre o maior valor entre venal, de compra ou de avaliação da prefeitura. O lançamento do ITBI também deve permitir a inclusão de vários imóveis para lançamento de única guia para todas as transações efetuadas. Também deve permitir o lançamento de ITBI complementar para casos em que se faça necessário um complemento via arbitramento.			Sim
147	Emissão de Documento de arrecadação de ITBI, contendo a descrição dos dados cadastrados e o documento de arrecadação no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação.			Sim

048	Emissão de Boletim de Inscrição Catastral (BIC), contendo todas as características do cadastro e permitir que um usuário da prefeitura com o devido treinamento adéque o BIC de acordo com a necessidade da prefeitura via software fornecido pela própria empresa do sistema Rotina para a emissão coletiva, Geral ou parcial de carnês de IPTU lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem impressos a partir de um filtro, realizado por informações do lançamento ou do cadastro.			Sim
049	Permitir cadastramento do imóvel rural com no mínimo as seguintes características: Inscrição do Inara, Valor da Área e o Tipo da Área, Endereço, Situação da Cobrança, Matrícula, Cartório vinculado e campo de Observação.			Sim
050	Permitir vinculação de outros proprietários junto ao imóvel com no mínimo as seguintes características: se é principal, qual percentual possui, a data de entrada e saída.			Sim
051	Realizar a cópia de um cadastro e permitir alteração dos dados pelo operador, facilitando o preenchimento de imóveis com dados similares.			Sim
052	Permitir consulta dos imóveis por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do Imóvel, Bairro do Imóvel, Matrícula, Inscrição do Inara e Situação.			Sim
053	Permitir a ordenação dos registros em tela por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do Imóvel, Bairro do Imóvel, Matrícula, Inscrição do Inara e Situação.			Sim
054	Possibilitar exportação de dados exibidos em tela a escolher pelo operador, em formato .csv, Lançamento Geral.			Sim
055	Permitir lançamento de taxas avulsas junto ao imóvel, possibilitando a emissão de guias com código de barras e QR CodePIX.			Sim
056	Visualizar todas as guias lançadas para o respectivo imóvel, demonstrando no mínimo os seguintes dados: Exercício, Situação, Data da Ceração, Valor Original, Valor Juro, Valor de Multa, Valor Correção, Baixa Bancária e Usuário Lançador.			Sim
057	Permitir lançamento do histórico junto ao imóvel. O sistema deverá informar a data e qual usuário realizou o lançamento.			Sim
058	Permitir a visualização do débito com valores corrigidos, com no mínimo os seguintes dados: Nome Tributo, Número Parcela, Situação Parcela, Exercício, Vencimento, Valor Original, Juro, Multa e Corrigido.			Sim
059	Realizar a impressão de guia de recolhimento, possibilitando inserir observação a ser impressa junto a guia.			Sim
060	Realizar a impressão de demonstrativo por parcela.			Sim
061	Realizar a impressão de demonstrativo por exercício.			Sim
Item	DOI - Declaração de Operações Imobiliárias	ATENDEDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
062	Todas as telas de listagem deverão possuir permissão para verificar qual filtro está sendo utilizado no momento.			Sim
063	Todas as telas de listagem deverão possuir a possibilidade de salvar o filtro da consulta atual durante o uso do sistema.			Sim
064	Todas as telas de listagem deverão possuir impressão nos seguintes formatos: XLS, PDF Paisagem, PDF Retrato e TXT.			Sim
065	Todas as telas de listagem deverão possuir a limpeza de todas as telas de forma coletiva.			Sim
066	Todas as telas de listagem deverão possuir escolha dos campos que são demonstrados em tela; Após a escolha dos campos, poderão ser impressos nos formatos conforme item 1.3.			Sim
067	Todas as telas de listagem deverão possuir ordenação da informação exibida em tela, através da função drag-and-drop e com a escolha de ordenação ascendente e descendente.			Sim
068	Todas as telas de listagem deverão possuir consultas dos campos exibidos em tela.			Sim
069	Todas as telas de listagem deverão possuir a demonstração de qual campo está sendo filtrado no momento.			Sim
070	Todos os itens de cadastro deverão possuir as seguintes opções: Incluir, Visualização e Excluir.			Sim
071	Durante a visualização do item de cadastro não será permitido.			Sim

alteração da informação;				
072	Todos os itens cadastrados não podem ser excluídos, somente inativados;			Sim
073	Os itens de cadastro deverão seguir padrão conforme lei/sute versão 6.1;			Sim
074	Possuir cadastro de Situação de Operação Imobiliária;			Sim
075	Possuir cadastro de Atribuição de IOT;			Sim
076	Possuir cadastro de Tipo da Transação;			Sim
077	Possuir cadastro de Reificação de Ato;			Sim
078	Possuir cadastro de Forma da Alienação/Aquisição;			Sim
079	Possuir cadastro de Valor da Alienação não consta;			Sim
080	Possuir cadastro de Tipo de Imóvel;			Sim
081	Possuir cadastro de Situação da Construção;			Sim
082	Possuir cadastro de Localização de Imóvel;			Sim
083	Possuir cadastro de Área não informada/consta;			Sim
084	Possuir cadastro de Valor do ITR ou ITCD informada/não consta;			Sim
085	Permitido somente importar arquivo com extensão .DEC. Caso o usuário tenha importado arquivo com qualquer outra extensão, o sistema deverá barrar a importação;			Não
086	O sistema deverá realizar as validações e críticas durante a importação do arquivo, para posterior validação do operador do sistema;			Não
087	Ao tentar importar o mesmo arquivo já importado anteriormente, o sistema deverá barrar a importação;			Não
088	O sistema deverá apresentar em tela todos os arquivos já importados;			Não
089	Permitir ignorar a operação imobiliária (rural e urbana) de outro município. Imóvel com dados já atualizados ou qualquer outra informação que o operador julgar necessário. Obrigar o operador informar o porque ignorou a operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;			Não
090	Possui rotina para reabilitar e operação imobiliária ignorada. Obrigar o operador informar o porque da reabilitação da operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;			Não
091	Dar a possibilidade para o operador ignorar ou reabilitar de forma coletiva as operações imobiliárias ou seja, de 2 ou mais operações;			Não
092	Possui tela onde o operador possa verificar todas as informações envolvidas na operação imobiliária dados da operação, localização do imóvel (rural ou urbano), alienante, adquirente, dados da alienação e matrícula;			Não
093	Informar ao operador todas as críticas que o sistema localizou durante a importação da operação imobiliária, tais como:			Não
094	Imóvel não pertence ao município;			Não
095	Matrícula não encontrada na base de imóvel;			Não
096	Matrícula encontrada em duplicidade na base de imóvel;			Não
097	Identificação não encontrada na base de imóvel;			Não
098	Identificação encontrada em duplicidade na base de imóvel;			Não
099	Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base de imóvel;			Não
100	Matrícula não encontrada na base de imóvel rural;			Não
101	Matrícula encontrada com duplicidade na base de imóvel rural;			Não
102	Identificação não encontrada na base de imóvel rural;			Não
103	Identificação encontrada com duplicidade na base de imóvel rural;			Não
104	Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base de imóvel rural;			Não
105	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de			Não

contribuintes;				
106	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico x contribuinte;			Não
107	Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel;			Não
108	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico rural x contribuinte;			Não
109	Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel rural;			Não
110	Valor CPF/CNPJ do adquirente não foi localizado na base de contribuintes;			Não
111	Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel;			Não
112	Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel;			Não
113	Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel rural;			Não
114	Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel rural;			Não
115	Ajuda o operador ajustar os itens da crítica, o sistema deverá possuir uma forma de atualizar a crítica sem a necessidade de nova importação de arquivo, para que o operador saiba se a crítica foi solucionada;			Não
116	Caso exista mais de um adquirente na operação imobiliária, o que possuir maior percentual deverá ser o proprietário principal do imóvel (rural ou urbano);			Não
117	Quando o operador efetivar a operação imobiliária conforme informações disponibilizadas pelo DOI, o sistema deverá atualizar o cadastro de proprietários, de adquirente e transmissor no cadastro de imóvel (rural e urbano);			Não
Item	MOBILIÁRIO	ATENCIDO	NAO ATENDIDO	ESSENCIAL
118	Contar o Cadastro Técnico Econômico (Cadastro Mobiliário) conforme detalhes descritos nos itens abaixo;			Sim
119	Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descobrir o motivo desta alteração. Contar também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro;			Sim
120	O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro mobiliário e lerá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro mobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema;			Sim
121	Contar estrutura para que o usuário anexe ao cadastro mobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Lector de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos, antes da visualização;			Sim
122	Contar Cadastro de Atividades Econômicas de forma a permitir que seja informada mais de uma atividade para o cadastro, o período inicial e final de vigência de cada atividade, atividade principal;			Sim
123	Contar Cadastro dos Contatores e sua associação ao Cadastro Mobiliário, devendo o cadastro de contatores ser baseado no Cadastro Único de Contribuintes;			Sim
124	Contar histórico que demonstre que houve alteração nos endereços de localização e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro mobiliário;			Sim
125	Permitir a associação do Cadastro Mobiliário ao Cadastro Técnico Imobiliário do local do estabelecimento;			Sim

126	Contar Cadastro de Enquadramento no Simples Nacional, permitindo informar o período de início e fim do enquadramento, mantendo o histórico dos períodos anteriores.	Sim
127	Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo.	Sim
128	Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro mobiliário.	Sim
129	Cadastro dos Sócios, que deverá estar corrido no Cadastro Único de Contribuintes, podendo registrar o período de início e fim de sua vigência.	Sim
130	Contar Cadastro de Atividades diversas para configuração de lançamentos dos tributos e taxas do mobiliário (ISS Fixo, Taxa de Licença, Ocupação Solo, Publicidades, Etc.) associados ao Cadastro Mobiliário, permitindo informar valores, quantidade e alíquotas e o período sua vigência para cálculos proporcionais.	Sim
131	Contar uma tela para visualização de registro dos Movimentos Econômicos de prestadores de serviços contendo: Valor do Movimento Econômico da Empresa, Exercício e Mês de Competência, Valor das Deduções, valor do imposto e o tipo de declaração (Declarado, Sem Movimento, Etc.).	Sim
132	Contar Cadastro de Taxi contendo no mínimo as informações de: CNH, Condutor (vinculado ao cadastro de contribuintes), CPF, Chassis, decreto de permissão, Ano de Fabricação e dados do taxímetro.	Sim
133	Contar Cadastro de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) contendo minimamente dados da gráfica, Dados de emissão, pedido e validade, faixa de notas liberadas e série.	Não
134	Contar Cadastro que permita registrar as isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do Cadastro Mobiliário, contendo o tipo de isenção e prazo de duração para ser utilizado no cálculo das taxas e impostos.	Sim
135	Contar Cadastro de Horário permitindo informar os horários de funcionamento normais e os adicionais.	Sim
136	Contar Cadastro de Anúncios para os lançamentos de Taxas de Publicidade.	Sim
137	Contar rotina para criação de críticas coletivas aos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.	Sim
138	Contar rotina para os cálculos e lançamentos dos Tributos de ISS, Taxas de licença, Ocupação de Solo Etc., possibilitando o lançamento geral ou parcial, permitindo ao usuário os cadastros e selecionar os registros a serem calculados. Os cálculos deverão levar em consideração períodos proporcionais incompletos conforme a Data de Início de Atividade, isenções, reduções e descontos.	Sim
139	Contar rotina para o lançamento de ISS para prestações de serviços com os parcelas sem valor de lançamento, referente às 12 competências do ano, considerando sempre a proporcionalidade da Data de início de Atividade, que deverão ter seus valores atualizados conforme a declaração no sistema de ISSQN online.	Sim
140	Contar rotina para exportar os lançamentos de Tributos e Taxas do Mobiliário em formato texto para emissão das cartas em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados.	Sim
141	Contar Cadastro de Alvarás abrangendo todos os tipos de alvarás (Mobiliário, Imobiliário, Obras, Etc.). O sistema deve permitir que um usuário treinado da prefeitura possa ajustar o layout dos alvarás conforme necessidade de cada setor.	Sim
142	Contar rotina para a emissão coletiva Geral ou parcial de carnes de tributo lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados a partir de filtros do cadastro ou do lançamento e informar a ordenação que deverá ser impresso, e possibilitando a impressão em formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/Pix.	Sim

Item	AUTO DE INFRAÇÃO	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
143	Contar rotina para geração de Certidões (Negativa de débitos, Positiva de débitos, Certidão Positiva com Efeito da Negativa, Valor Venal, Etc.) e emissão da certidão conforme o contexto. Deverá ter críticas para as validações das certidões, não poderá gerar uma certidão negativa quando houver débito vencido, nos casos que tenha débitos parcelados em dia, deverá ser gerado Certidão Positiva com Efeito da Negativa, Etc.			Sim
144	Contar rotina para o Cadastro de Notificações e geração automática de Auto de Infração respectiva quando a notificação não for atendida, registrar ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.) e Impressão de Ficha de Notificação O lançamento de uma notificação deve permitir a seleção de um ou mais dispositivos legais infringidos para lançamento em um único ídulo. O sistema deve permitir lançamento de notificações para qualquer tipo de cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou diretamente para o Contribuinte).			Sim
145	Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento de notificação.			Sim
146	O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento da notificação, ela seja alterada apenas se for resbeto para edição por um usuário com permissão específica para liberar a notificação para edição.			Sim
147	O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais a notificação e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.			Sim
148	Contar rotina de armazenamento de históricos manuais digitados pelo usuário contendo minimamente campos de data, histórico, processo e usuário. Este histórico ficará disponível para consulta durante a visualização ou edição de uma notificação.			Sim
149	Contar rotina para o lançamento de Auto de Infração diretamente para os casos onde não cabe notificação prévia e a devide geração automática da guia de recolhimento, emissão de documento de arrecadação em formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação ambos com código de barras e QR-Code/Pix. O lançamento de autos deve permitir também a seleção de uma ou mais dispositivos legais infringidos, emissão do Auto de Infração e registro de ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.).			Sim
150	Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento do auto de infração.			Sim
151	O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento do auto de infração, ele seja alterado apenas se for resbeto para edição por um usuário com permissão específica para liberar o auto para edição.			Sim
152	O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais ao auto de infração e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.			Sim
Item	PARÂMETROS E CONFIGURAÇÕES	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
153	Contar Cadastro de Parâmetros para a montagem do código de barras dos documentos de arrecadação de forma que o usuário gestor possa parametrizar qual o banco, conta e tipo de convênio será utilizado para pagamento dos documentos emitidos.			Sim
154	Contar cadastro de departamento, onde serão vinculados os usuários de cada departamento, os preços públicos, os alvarás, as certidões e os tipos de infrações que os usuários do departamento poderão lançar.			Sim
155	Contar Cadastro de Índices de atualização monetária, permitindo registrar qualquer índice de correção ou moeda que a prefeitura tenha necessidade.			Sim
156	Contar Cadastro que permita registrar as assinaturas digitalizadas de funcionários responsáveis para emissão de documentos e que possam ser modificados pelos usuários gestor da prefeitura			Sim

	usuário.				
169	Permitir a emissão de guias de arrecadação com código e barras e QR-Code PIX, contendo parâmetros para devicida configuração do cenário estabelecido entre a Prefeitura e o Banco.				Sim
Item	TESOURARIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
170	As rotinas de baixas de tributos (financeiras) deverão assegurar que em casos de baixas de Documentos com valor a menor, o saldo deverá constar como débito ainda em aberto. Quando a parcela paga for a UNICA paga após o vencimento (em caso de desconto) ou com valor a menor, as demais parcelas deverão ser baixas proporcionalmente ao pagamento da única, restando também saldo em aberto. Documentos baixados com valor a maior, o saldo deverá ser armazenado e classificado em conta contábil diferente, facilitando a localização e restituição desses créditos quando solicitado.				Sim
171	Contar rotina para recepção de arquivo dos agentes arrecadadores com a arrecadação de tributos para efetuar as baixas de forma automática, fazer apontamento e emissão de relatório das inconsistências encontradas, emitir relatório com a classificação das receitas recebidas e a extração de arquivo para envio à contabilidade.				Sim
172	Possibilitar também a transferência de baixas entre parcelas, quando há erro na autenticação do carnê.				Sim
173	Contar rotina para baixa financeira manual de documentos de arrecadação emitidos pela prefeitura, para os casos em que o pagamento dos valores não ocorreram por pagamento via código de barras e emitir relatório com a classificação contábil das rubricas registradas comprovando quais valores serão enviados à contabilidade.				Sim
174	Contar rotina para efetuar cancelamentos de tributos por processo autorizado, devendo ser relacionada com um processo administrativo e deverá contar ainda características de restituição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.				Sim
175	A tarefa deve permitir também o estorno do cancelamento em caso de erro de lançamento, bem como um histórico manual para análises do usuário com no mínimo os campos: Data, usuário e histórico.				Sim
176	O sistema deve apresentar a cada parcela selecionada para baixa, os valores originais, de multa, juros, correção para cada rubrica lançada na parcela.				Sim
177	Contar rotina de compensação ou restituição de valores pagos de forma financeira, possibilitando ao usuário informar o valor total a ser compensado, processo administrativo e escolher quais parcelas deverão ser compensadas e deverá contar ainda características de restituição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.				Sim
178	Esta rotina deve permitir estorno para caso houver alguma falha de lançamento feito pelo usuário.				Sim
179	Contar rotina para cancelamento em lote de lançamentos pendentes originados de baixas com valores pagos a menor.				Sim
180	Contar rotinas para importação dos arquivos DAF607 com as seguintes características: Manter os registros históricos para consultas posteriores; Contar críticas para informações de contribuintes não cadastrados na prefeitura; Possibilitar o cadastramento automático de contribuintes ainda não cadastrados para posterior análise do setor de cadastro; Gerar automaticamente o lançamento e a baixa para cada registro informado no arquivo e a classificação das receitas contábeis.				Sim

	conforme sua necessidade.				
157	Contar Cadastro de configuração de cálculos de correção, juros, multa, descontos e honorários advocatícios, utilizados para as atualizações dos débitos municipais conforme descrito código tributário do município. Contar Cadastro de Parâmetros e rotinas para programas de refinanciamento fiscal de débitos vencidos (REFIS), contendo no mínimo: Período de vigência do programa, período dos vencimentos dos débitos, porcentagem de isenções para os valores de correção, juros, multa e honorários advocatícios, definição de quais rubricas poderão entrar no programa de revisão fiscal, valores mínimos para lançamento de parcelas em caso de parcelamento, limite de parcelas para casos de parcelamento e quais situações de cobrança de débitos esse REFIS seja aplicado (Divida corrente, ativa ou judicial).				Sim
158	Contar Cadastro de condições de lançamentos de débitos em mais de uma parcela onde o usuário poderá configurar em até quantas parcelas o débito será lançado, juntamente com seu valor mínimo, bem como em casos de pagamento em ata única, definir também quantas atas serão lançadas e o teor de desconto para cada ata única.				Sim
159	Contar Cadastro de configuração de lançamentos que permita ao usuário gestor configurar os procedimentos de lançamentos de tributos contendo no mínimo os seguintes campos: Exercício de lançamento, parâmetros de vencimentos, as rubricas que compõem o lançamento, valor mínimo do lançamento, a moeda utilizada para indexação do cálculo, a possibilidade de configurar se o sistema deve ou não recalcular sempre os débitos lançados, possibilidade de lançar valores zerados e a data do débito lançamento. Garantir também que seja possível definir quais são os departamentos que podem realizar o lançamento de débitos desta configuração. Contar a possibilidade de cadastrar características específicas deste lançamento que o usuário pode preencher durante o lançamento deste tipo de débito e que serão armazenados junto com cada lançamento para detalhamento do ciclo realizado. Permitir que o usuário vincule as fundamentações gerais de lançamento de cada rubrica para utilização em certidões de divida ativa.				Sim
160	Contar Cadastro de fórmulas de cálculo por rubricas de utilizadas no lançamento, que permitirá ao usuário gestor treinar pela empresa a flexibilidade para configurar os cálculos dos valores lançados no sistema.				Sim
161	Contar configuração de integração com o sistema contábil diretamente no cadastro das rubricas. Permitindo ao usuário configurar quais contas de receita serão integradas para cada tipo de lançamento anualmente (Valores originais, multa, juros, correção e divida ativa). Esta funcionalidade deve contar uma rotina para replicar as configurações de integração com a contabilidade de um exercício para outro, a fim de evitar a digitação manual anualmente.				Sim
162	Contar rotina que permita ao usuário gestor criar procedimento para exportação de qualquer informação da base de dados via arquivo texto.				Sim
163	Contar rotina que permita o cadastro de outros devedores corresponsáveis aos débitos de um cadastro.				Sim
164	Contar rotina de cadastro de textos ações que será utilizado pelo gestor da prefeitura para ajustar textos fixos utilizados em relatórios, boletins e condições.				Sim
165	Contar Cadastro de dias úteis e não-úteis bancários a serem utilizados pelas rotinas de baixas.				Sim
166	Contar rotina para que o usuário possa ter condições de reativar um contribuinte excluído erroneamente no sistema.				Sim
167	Contar rotina para que o usuário possa ter condições de reativar um cadastro de CEP excluído erroneamente no sistema.				Sim
168	Contar rotina de auditoria das ações do sistema, onde o auditor poderá marcar cada auditoria como a avaliada e consultar as origens de cada auditoria gerada pelo sistema, permitindo ao auditor uma avaliação completa do lançamento ou alteração realizada pelo				Sim

	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
181	Sim		
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
182	Sim		
183	Sim		
184	Sim		
185	Sim		
186	Sim		
187	Sim		
188	Sim		
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
189	Sim		
190	Sim		
191	Sim		
192	Não		
193	Sim		
194	Não		
195	Sim		
196	Sim		
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
197	Sim		
198	Sim		
199	Sim		

	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
181	Sim		
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
182	Sim		
183	Sim		
184	Sim		
185	Sim		
186	Sim		
187	Sim		
188	Sim		
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL

Contar cadastro de Preços Públicos e rotina para lançamento de Taxas Diversas identificando o contribuinte, data de emissão, contendo um ou mais preços públicos e a emissão de documento de arrecadação demonstrando a relação dos preços públicos associados e documento no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação para recolhimento na rede bancária com código de barras e QR-Code/Pix.			Sim
Em um mesmo lançamento o sistema deve possibilitar a inclusão de vários preços públicos para geração de uma única guia. Ao selecionar um preço público, o usuário poderá informar uma quantidade multiplicadora e até mesmo definir o valor do preço público manualmente.			
Uma vez lançada a guia referente à taxa diversa, o sistema deve bloquear a alteração de qualquer informação do preço público e apenas permitir sua alteração caso um usuário com permissão especial para isso libere a taxa diversa para edição.			
Item	SERVIÇOS ON-LINE	ATENDIDO	ESSENCIAL
189	Contar rotina para consulta de débitos imobiliários e Mobiliários em aberto apresentando ao contribuinte os valores Originais, Correção, Juros, Multas, Descontos e Honorários Advocatícios, possibilitando-o a selecionar os registros para a emissão de documento de arrecadação demonstrando os débitos selecionados. Disponibilizar também rotina para geração de extrato (PDF) de débitos abertos selecionados na consulta citada neste item.		Sim
190	Contar rotina para geração e emissão de certidões como: Certidão Negativa de Débito, Certidão Positiva de Débito, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Certidão Negativa de Débito para o Documento (CNPJ ou CPF) e Certidão de Valores Venais Imobiliários, Certidão de Comprovação de Área Construída do Imóvel, Certidão de Comprovação de Lançamento de IPTU. Também deve contar rotina para validar a autenticidade de todas as certidões emitidas.		Sim
191	Permitir ao contribuinte a emissão de Boletim Cadastral Imobiliário.		Não
192	Emissão de segunda via de Carnê de IPTU, ISS e Taxas.		Sim
193	Emissão de segunda via de Carnê de Parcelamento de Débito.		Não
194	Contar rotina onde o contribuinte possa solicitar uma atualização de endereço de entrega para o cadastro mobiliário e imobiliário.		Sim
195	Contar cadastro de contribuintes que não estão domiciliados neste município. A efetivação do cadastro deve depender de uma avaliação e aprovação de usuário da prefeitura que validará as informações e realizará o deferimento ou indeferimento do cadastro.		Sim
196	PROTESTO	ATENDIDO	ESSENCIAL
Item	PROTESTO	ATENDIDO	ESSENCIAL
197	O sistema deve ser disponibilizado em ambiente web e permitir acesso por navegadores padrões de mercado, tais como Mozilla Firefox, Chrome e Internet Explorer.		Sim
198	Contar tela para Busca de CDAS a Protestar, permitindo que os dados sejam filtrados por: Nº do Cadastro; Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte); Exercício de inscrição em Dívida Ativa; Código de Registro do Contribuinte; Descrição do Tributo; Valor do Débito; CPF/CNPJ.		Sim
199	Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.		Sim

200	<p>Contar rotina para criar as CDAs selecionadas de acordo com as seguintes regras: Certidão penitenciária Ajustamento; Certidão sem débito em aberto; Certidão não ter fundamentação; O cadastro não possui dados de endereço; O cadastro não possui informação no campo Nome; O cadastro não possui informação completa no endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Bairro do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Cidade do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Estado do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo CEP do endereço de correspondência; O cadastro possui informação inválida no campo CEP do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação válida no campo Numero; O cadastro não possui informação no campo CNPJ/CNPJ; O cadastro não possui informação válida no campo CNPJ/CNPJ; O cadastro não tem dados de endereço; Certidão não pode ser protestada, pois o seu Estado não coincide com o Estado da Prefeitura e Certidão não pode ser protestada, pois o endereço de entrega não pertence ao município.</p>	Sim
201	<p>Contar e opção de criação de lista e distribuição para armazenamento das CDAs selecionadas e criticadas, permitindo a criação de protestos e remessas por lote posteriormente a partir da lista de distribuição.</p>	Sim
202	<p>Contar opção de geração imediata dos protestos e remessas das CDAs selecionadas sem antes criar lista de distribuição.</p>	Sim
203	<p>O envio de arquivos de remessa deverá ser efetuado por Web-Service, utilizando integração em a Central de Remessa de Arquivos – CRA.</p>	Sim
204	<p>Contar funcionalidade para assinatura digital automática dos Documentos de Arrecadação Municipal e Certidão de Dívida Ativas enviados junto aos arquivos de remessa por meio dos certificados A3 ou A1. Esta funcionalidade deverá ser executada no momento do envio do arquivo.</p>	Sim
205	<p>Contar tela de consulta dos protestos enviados utilizando filtros: Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário e Contribuinte); Nº do Cadastro; Situação do Protesto (Protestado, Figo, Retirado, Devolvido por Irregularidade, Anulância Confirmada em Cartório e Protesto Cancelado); Código de Registro de Contribuinte; Data do Protesto; Nº da Remessa; Data do Protocolo; Nº de Protocolo; Código do Cartório; Saldo do Protesto e CPF/CNPJ.</p>	Sim
206	<p>Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valôres e opção de registros não coincidentes.</p>	Sim
207	<p>Contar funcionalidade para que os arquivos de confirmação e retorno sejam solicitados, recebidos e processados de forma automática pelo sistema diariamente.</p>	Sim
208	<p>O sistema deve disponibilizar para usuário um histórico das ocorrências relacionadas às remessas, bem como o usuário que a realizou, horário da ocorrência e envio enviado ou recebido para: Envio do Arquivo de Remessa à Central de Remessa de Arquivos – CRA; Retorno do Arquivo de Remessa pelo CRA; Solicitação de Arquivo de Confirmação; Recebimento do Arquivo de Confirmação; Solicitação de Arquivo de Retorno; Recebimento do Arquivo de Retorno; Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência; Retorno do Arquivo de Arquivo de Cancelamento ou Desistência pelo CRA.</p>	Sim
209	<p>Contar funcionalidade para envio em lote dos cancelamentos e desistências dos protestos.</p>	Sim
210	<p>O sistema deverá definir o tipo de envio (cancelamento ou desistência) automaticamente pela situação do protesto no momento do envio.</p>	Sim
211	<p>Caso o(s) protesto(s) selecionado(s) possua(m) a situação Processado, o sistema irá definir o lote de envio como desistência, e caso a situação seja Protestado o lote de envio será definido pelo sistema como cancelamento.</p>	Sim

212	<p>Para o envio de cancelamento, o sistema deve apresentar a opção de o usuário selecionar o motivo do cancelamento, tais como Remessa Indevida (Quando o protesto foi enviado indevidamente) ou Débito Regularizado (Quando o protesto foi devolvido pelo cartório e negociado posteriormente pela Prefeitura e apresenta a anulação do título).</p>	Sim		
213	<p>Para os envios de cancelamento por remessa indevida ou desistência dos protestos, o sistema deve possibilitar que o usuário descreva o motivo pelo qual o protesto foi cancelado para que seja registrado no sistema.</p>	Sim		
214	<p>Tela para consulta dos cancelamentos enviados para os protestos utilizando filtros: Nº do Cadastro, Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte); Situação do Protesto; Código de Registro de Contribuinte; Data do Protesto; Nº da Remessa; Data do Protocolo; Nº de Protocolo; Código do Cartório; Saldo do Protesto e CPF/CNPJ.</p>	Sim		
215	<p>Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valôres e opção de registros não coincidentes.</p>	Sim		
216	<p>Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de quitação do débito pela Prefeitura.</p>	Sim		
217	<p>Relatório contendo lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de parcelamento do débito pela Prefeitura, desde que haja pagamento respeitando a regra imposta pela Prefeitura.</p>	Sim		
218	<p>Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de cancelamento do débito pela Prefeitura.</p>	Sim		
219	<p>Relatório contendo a lista dos protestos pagos na Prefeitura ou Cartório por período, bem como a quantidade total e valor total pagos.</p>	Sim		
220	<p>Relatório contendo a lista de protestos devolvidos por irregularidade.</p>	Sim		
221	<p>Relatório contendo a lista de cancelamentos enviados por tipo de envio.</p>	Sim		
222	<p>Relatório contendo a lista de débitos protestados por faixa de valor.</p>	Sim		
223	<p>Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade e valor total dos protestos enviados e pagos na Prefeitura por período.</p>	Sim		
224	<p>Relatório gráfico do comparativo, entre a quantidade e valor total protestos enviados e pagos no Cartório por período.</p>	Sim		
225	<p>Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade de protestos enviados e devolvidos por período.</p>	Sim		
226	<p>Relatório gráfico do comparativo quantidade de protestos por situação dos protestos enviados para o período.</p>	Sim		
227	<p>Relatório gráfico do comparativo entre os tipos de cancelamentos enviados por período.</p>	Sim		
Item	<p>PETICIONAMENTO ELETRÔNICO</p>	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
228	<p>Possuir ferramenta de gerenciamento que permite efetiva organização e controle da distribuição de processos entre os procuradores, através da integração via WEBSERVICE junto ao Tribunal de Justiça.</p>			Não
229	<p>Possuir ferramenta que possibilite a identificação dos processos que não possuem distribuição eletrônica permitindo a emissão das Petições e CDA em formato PDF para impressão e distribuição física.</p>			Não
230	<p>Possuir o controle das informações do processo de execução fiscal contendo informações dos (s) partes(s), documentos, localização do contribuinte, dados de CDA, inóculos e valor original.</p>			Não
231	<p>Possuir registro dos procuradores do município para controle e gerenciamento possibilitando a associação no respectivo processo.</p>			Não
232	<p>Possuir ferramenta que permita efetuar o registro do protocolo do processo de execução fiscal, via integração WEBSERVICE e dos dados de envio e retorno da integração, com assinatura do procurador e seu respectivo certificado digital, associado com a assinatura digital da Prefeitura, para envio ao Tribunal de Justiça.</p>			Não
233	<p>Possuir ferramenta que permita obter, através do registro do protocolo enviado através da integração WEBSERVICE, o número do processo unificado para efetiva distribuição judicial com as</p>			Não

	informações de data de distribuição e a vara.			
334	Possuir ferramenta de leitura das intimações eletrônicas enviadas pelo sistema de integração WEBSERVICE, associado a cada processo.	Não		
335	Possuir ferramenta que, quando selecionado, possibilite a geração da cédula da intimação.	Não		
336	Contar rotina diária para identificar e alertar os processos cujos débitos foram quitados, parcelados ou suspensos, para as devidas petições junto ao Fórum.	Não		
337	Possuir controle de agendamento por procurador, com a visualização de prazos gerados de acordo com a intimações do processo de execução fiscal, individualizada e associada automaticamente ao respectivo processo e demais agendamentos necessários para o acompanhamento do processo.	Não		
338	Possuir aplicativo para identificação atualizada dos tributos que compõem a CDA do processo com emissão de demonstrativo dos débitos atualizados e emissão de guias bancárias para quitação da dívida, pactado Fabraban definido para emissão do documento.	Não		
339	Possuir ferramenta que permita a inclusão das despesas processuais e/ou honorários advocatícios, para cada processo individualmente, gerando lançamento respectivo no cadastro fiscal do devedor, com o objetivo de ressarir ao erário público.	Não		
340	Contar módulo de editor de textos, compatível com padrão RTF ou similar, possibilitando a integração com o sistema para utilização das petições previamente cadastradas, sendo a inicial ou diversais.	Não		
341	Possuir configuração de petições e documentos de maneira a possibilitar a assinalação no registro, da realização de ato processual de suspensão, sobrestamento e extinção do feito quando o ato processual o exigir.	Não		

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA				
Item	1 - CONTROLES GERAN:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Controlar o acesso do usuário ao sistema por Unidade Gestora, podendo o mesmo acessar somente uma ou várias delas;			Sim
002	Permitir o gerenciamento de rotinas, módulos e tarefas por usuário controlando o nível de acesso que pode ser de consulta ou inclusão e manutenção de dados;			Sim
003	Disponibilizar recurso de dupla custódia utilizando o conceito de usuário autorizador, em qualquer rotina, selecionando a critério do usuário;			Não
004	Efetuar o controle de máscaras pré-definidas para os códigos de planos de contas, sem delimitação de níveis ou quantidade de dígitos, gerenciadas de forma independente por exercício;			Não
005	Visualização dos planos de contas de receita, despesa e contábil em modo hierárquico;			Não
006	Mesmo sem o encerramento contábil do mês ou exercício anterior, permitir a execução de lançamentos em mês posterior, sem afetar a consistência dos dados e atualizando saldos;			Sim
007	Possibilidade gerenciamento de dados dos últimos lançamentos das rotinas de receita, despesa e financeiro, sendo que nas operações de inserção a última data de cada rotina deve ser corrigida, porém permitindo que a mesma pode ser alterada;			Não
008	Ainda sobre o gerenciamento do item 7, permitir parametrização para Avisar ou Bloquear lançamentos com data inferior a do último lançamento efetuado;			Sim
009	Possibilitar a consulta em cada rotina, de selço até a data do lançamento;			Não
010	Permitir que a emissão dos relatórios seja realizada de forma Consolidada ou Individual por Unidade Gestora, trazendo no cabeçalho informações que permitam a identificação do Órgão ou Unidade Gestora responsável, sendo no mínimo o nome e brasão;			Sim
011	Permitir que os relatórios sejam emitidos em intervalos de período variados, podendo ser em dias específicos, intervalos de dias, meses ou de exercícios anteriores;			Sim
012	Possibilitar que sejam definidos para cada relatório assinaturas individualizadas em cada exercício de forma independentes, podendo ser por Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária;			Não
013	Permitir que o usuário mude de uma unidade gestora e de exercício sem ter que realizar um novo login no sistema;			Não
Item	PLANO PLURIANUAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
014	Permitir configurar o nível de detalhamento em que o PPA será elaborado. As informações de 'Unidade Executora', 'Função / Subfunção', 'Ação' e 'Fonte de Recurso' poderão ou não ser solicitadas no PPA conforme parametrização individual de cada informação;			Não
015	Possuir cadastros básicos de suporte às rotinas do PPA como os cadastros de: Natureza da Receita, Função e Subfunção Programática, Natureza da Despesa, Unidade Orçamentária e Vinculo/Fonte de Recurso;			Não
016	Possuir cadastro de Programas contendo a unidade responsável, o objetivo, a justificativa, o coordenador, prioridade, se é exclusivo de uma LDO, data de início e término, a possível restrição para a conclusão do mesmo, o status (original, inclusões), público alvo e horizonte temporal;			Sim
017	Possuir cadastro de Ações contendo o eixo de desenvolvimento, objetivo do milênio, prioridade, unidade responsável, horizonte temporal, produto, indicador, data de alienção, unidade de medida, índice recente e futuro do indicador;			Não
018	Possuir cadastro de Indicadores de programas permitindo o gerenciamento de metas para cada ano do PPA. Deverá possuir no mínimo unidade, índice recente, índice futuro, produto, metodologia de cálculo e base geográfica;			Não
019	Permitir o cadastro das fontes de financiamento do PPA estimadas para os 04 anos com possibilidade de inclusão de novas fontes (inclusões) e alterações nas fontes já lançadas após a aprovação da			Não

170	Permitir o controle de limites da autorização legal para criação de créditos adicionais e operações de Remanejamento, Transposição ou Transferência de acordo com percentual definido pelo usuário, observando critérios definidos na LOA ou na LDO;	Sim		
171	Permitir que o usuário defina os conceitos de Remanejamento, Transposição e Transferência e que a partir desses conceitos, o sistema identifique automaticamente essas operações ou cadastre alterações orçamentárias;	Não		
172	Permitir que o usuário configure o comportamento do sistema ao ultrapassar os limites definidos no item 12, se a operação deve ser bloqueada ou se deverá apenas emitir um alerta;	Sim		
173	Permitir a atualização do PPA e LDO a partir das alterações orçamentárias lançadas na LOA;	Sim		
174	Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados em reservas e empenhos;	Sim		
175	Permitir o gerenciamento de numeração de documentos de forma individualizada por Unidade Gestora e exercício para as rotinas de reserva, anulação de reserva, empenho, anulação de empenho, liquidação, anulação de liquidação e ordem bancária, sendo que a numeração de empenho e liquidação extracorrentiários deve ser independente das movimentações orçamentárias;	Sim		
176	Possibilitar a realização de complemento ou anulação de reserva de dotação orçamentária;	Sim		
177	Integração entre as rotinas de reserva e empenho permitindo a transferência automática de dados relativos a reserva para o empenho. Permitir através de configuração, que o histórico lançado na reserva seja transferido automaticamente para o registro de empenho;	Sim		
178	Permitir informar os dados do processo licitatório (modalidade, número do processo, exercício, causa de dispensa ou inabilitação) na inclusão do empenho;	Sim		
179	Permitir o controle da execução orçamentária através de estrutura de eventos/centros de custos estruturados de forma hierárquica;	Sim		
180	Permitir o controle da execução orçamentária por fontes de recursos gerenciais;	Sim		
181	Utilização do empenho para controle do comprometimento de créditos orçamentários, permitindo sua anulação total ou parcial;	Sim		
182	Possuir rotina que permita ao usuário na inclusão do empenho determinar se a despesa orçamentária executada será ou não considerada na geração do arquivo do DIRF, podendo esta informação ser alterada nas rotinas de pagamento ou ordem bancária conforme necessário;	Não		
183	Permitir a movimentação e controle de restos de empenhos de restos a pagar em exercícios futuros ao seu exercício de origem em base única e respeitando sua numeração e classificação da despesa original;	Sim		
184	Permitir a realização de liquidação total ou parcial dos empenhos e da mesma forma a anulação total ou parcial das liquidações;	Sim		
185	Permitir através de configuração, que o histórico lançado no empenho seja transferido automaticamente para o registro de liquidação;	Sim		
186	Possuir rotina para cadastramento de descontos individualizado por Unidade Gestora, onde os mesmos serão vinculados a rubricas de receita, sendo também possível definir a rotina em que serão gerados de forma automática (empenho, liquidação ou pagamento) e se houver apropriação, a rotina em que isto ocorrerá (liquidação ou pagamento);	Sim		
187	Possuir rotina para o cadastramento de serviços que serão associados a descontos, individualizado por Unidade Gestora, permitindo definição do percentual de desconto a ser calculado e a associação de mais de um desconto por serviço;	Sim		
188	Possuir rotina que permita ao usuário selecionar qual tipo de dotação utilizada no pagamento (orçamentária, extracorrentiária, restos a pagar de outros exercícios ou todas) e qual o tipo de desconto (orçamentário, extracorrentiário ou ambos) serão lançados de forma automática no movimento de receita;	Sim		
189	Possuir rotina para correta apuração de INSS a ser retido de pessoas físicas de acordo com cadastro de retenções em outras	Não		

	fontes para o fornecedor;			
090	Permitir a emissão de guias padronizadas de INSS, IRRF e ISS a partir das retenções realizadas nas rotinas de liquidação, ordem bancária e pagamento. As guias de IRRF e ISS poderão ser geradas com código de barras (FEBRABAN) ou certificadas contabilmente;	Não		
091	Permitir a integração com Sistema de Administração de Pessoal / Recursos Humanos para a geração automática de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos;	Sim		
092	Permitir que a geração da movimentação do item 4.33 seja feita por fonte de recurso;	Sim		
093	Possuir relatório para conferência prévia dos lançamentos a serem gerados na integração citada no item 4.33, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da despesa antes da realização de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos oriundos da mesma;	Sim		
094	Permitir a integração com Sistema de Administração de Materiais e Compras para a geração automática de reservas, empenhos e liquidações;	Sim		
095	Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde podem ser relacionadas uma ou mais liquidações;	Sim		
096	Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde as liquidações são inseridas automaticamente a partir de filtros diversos definidos pelo usuário;	Não		
097	Permitir a anulação total ou parcial de ordens bancárias;	Sim		
098	Efetuar a partir de ordem bancária a geração de arquivos em formato determinado pelo banco (ORNB60ou CNAB240) contendo registros para pagamentos em meio eletrônico e com número de remessa dos mesmos gerados de forma independente por Unidade Gestora;	Sim		
099	Permitir a realização de pagamento de empenhos e liquidações através de ordem bancária ou pagamento direto, realizando o controle de saídas dos empenhos e liquidações já vinculados a algum(s) destas formas de pagamento;	Sim		
100	Efetuar controle para não permitir o pagamento de liquidação com data de vencimento superior a data de pagamento;	Não		
101	Possuir rotina para gerenciamento de quebra de ordem cronológica de pagamentos, com validação e justificativa de registros que incorram na quebra através de dupla custódia e log de ocorrências para consulta;	Não		
102	Permitir indicar quais naturezas da despesa devem controlar a ordem cronológica de pagamentos;	Não		
103	Permitir excluir uma liquidação que inicialmente deveria entrar no controle de ordem cronológica, com registro de autorização de usuário com privilégio superior e justificativa;	Não		
104	Permitir suspender o pagamento de uma liquidação que está no controle de ordem cronológica, caso haja pendência por parte do fornecedor. Não prejudicando o pagamento das demais liquidações que fazem parte do controle de Ordem Cronológica de Pagamento;	Não		
105	Permitir a informação de histórico complementar para identificação nos movimentos de anulação de todas as rotinas da execução orçamentária;	Sim		
106	Permitir ao usuário a configuração da simulação automática de movimentos anteriores ao movimento de pagamento quando da anulação de pagamento podendo optar para todos os empenhos ou somente empenhos de adiantamento e podendo anular ale o documento de pagamento, liquidação, empenho ou reserva;	Não		
107	Permitir controle para bloquear a alteração do processo administrativo nas rotinas de liquidação, ordem bancária ou pagamento;	Sim		
108	Permitir o envio de e-mail contendo a nota de empenho e nota de liquidação ao fornecedor relacionado às mesmas;	Não		
109	Permitir a inserção automática (caneta óptica) ou manual do código de barras quando de liquidação de convênios (tais como água, luz e telefone para posterior geração de informação em ordens bancárias nos padrões ORNB60e CNAB240);	Não		

110	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às rubricas de receita de forma geral, por rubrica, por vínculo;	Não
111	Permitir que a realização das movimentações de receita (arrecadação, previsão atualizada seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;	Sim
112	Permitir a integração com Sistema de Administração Tributária para a geração automática de arrecadações de tributos;	Sim
113	Gerar relatório para conferência prévia dos registros a serem gerados a partir da integração com o item 4, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da receita antes da realização da mesma;	Sim
114	Permitir controle de receitas vinculadas ao Sistema de Administração Tributária, não permitindo a inclusão e alteração destas receitas através de lançamentos diretos no Sistema de Contabilidade, sendo possível a movimentação destas receitas somente através de rotina de integração;	Sim
115	Permitir a exclusão do lançamento de receitas anuidadas da integração com o Sistema de Administração Tributária apenas quando selecionado o lote completo;	Sim
116	Permitir que no cadastro de rubricas possam ser inseridos mais de um vínculo para cada rubrica;	Sim
117	Possuir rotina para geração e controle da previsão atualizada da receita do exercício, sendo que para cada rubrica e vínculo deverá ser possível definir o percentual correspondente de cada mês em relação ao total previsto no ano;	Sim
118	Emissão de Previsão Atualizada da Receita contendo os campos data do movimento das previsões, código da receita e sua descrição, vínculo da receita (fonte de recurso), valor arrecadado e valor individualizado das previsões com o histórico, totalizando todos os valores das previsões, arrecadado até a data base e calculando a diferença entre o valor das previsões e o valor arrecadado; Emissão de Movimento Diário da Receita - Analítico contendo os campos data de registro do lançamento, histórico registrando quando do lançamento, valor do lançamento, número da ficha da receita, sua natureza, descrição e vinculo (fonte de recurso). Deverá ser detalhado por conta bancária, quando existir. Caso não tenha sido registrado pela rede bancária, ou seja, transferência entre contas, os dados deverão ser impressos no início do relatório. O relatório poderá ser selecionado por período (data), conta bancária, vínculo (fonte de recurso);	Não
119	Emissão de Balanço da Receita uniendo os campos código da natureza da receita e sua descrição, valor da previsão orçamentária, valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referêntia e o valor da diferença da previsão para o arrecadado até o mês. Deverá totalizar por grupo de contas da receita e o total orçamentário. Deverá emitir para as receitas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, devendo ler os campos valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referêntia. Deverá conter um totalizador por grupo de contas contábil e um total das receitas extras orçamentárias. Deverá trazer os valores analíticos (saldo) das contas bancárias do exercício anterior e um total geral;	Sim
120	Emissão de Demonstrativo da Receita Arrecadada onde permita selecionar o período e nível hierárquico da receita, contendo os campos descrição da receita, campo com a receita prevista, receita arrecadada no período, receita arrecadada até o período. As colunas dos valores deverão ter um total geral;	Sim
121	Emissão de Movimento da Receita - Extrato contendo os campos código da natureza da receita, descrição e vínculo (fonte de recurso) e descrição; data do registro do lançamento, histórico, valor do lançamento, acumulado no mês e acumulado até o mês; deverá trazer o campo do valor acumulado anterior ao período selecionado. Deverá ler os campos da previsão, arrecadado até o mês selecionado e um saldo que deverá ser o resultado da previsão menos o arrecadado;	Não
122		Não

123	Permitir controle de movimentações extraorçamentárias permitindo somente o pagamento de despesas cujos valores foram previamente arrecadados (relatório) ou a arrecadação de receitas cujos valores foram previamente pagos (recolhidos);	Não
124	Possuir rotina para gerenciamento de concessão de adiantamento a funcionários e prestação de contas do mesmo;	Sim
125	Emissão de Saldo de Dotação com a seleção por período (data de início e fim), e deverá ler os seguintes campos: ordenar por secretaria (unidade orçamentária), classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa, descrição e vínculo (fonte de recurso), detalhando os valores da dotação inicial, a movimentação e o saldo atual;	Sim
126	Emissão de Movimento Alteração Orçamentária contendo os campos período da seleção (data inicial e final), ordenado por Secretaria (Unidade orçamentária), natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, tipo do crédito, vínculo (fonte de recurso) e descrição, data do lançamento, tipo da autorização, data da autorização, tipo do movimento, número e data do decreto e valor da alteração, fonte de recurso utilizado e o valor por recurso;	Sim
127	Emissão de Movimento Alteração Orçamentária por Atto Legal contendo os campos: ordenado por tipo de ato, campos número da autorização, data da autorização, Unidade Orçamentária, códigos da natureza da despesa e funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e valor. Deverá ler total de suplementações e anulações por tipo de ato e total geral de suplementações e anulações;	Sim
128	Emissão de Movimento de Reserva que deverá ser por Secretaria (Unidade Orçamentária) e período selecionado, contendo os seguintes campos: código da natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso), data da reserva, nº da requisição e nº da reserva, razão social quando existir, nº do processo, código do evento e descrição, histórico, valor unitário e valor total;	Sim
129	Emissão de Movimento de Reserva - Cálculo de Saldo. A seleção deverá permitir por período ou anual, indicado a data pelo usuário, deverá ser ordenado por Secretaria (Unidade Orçamentária) com os campos para cada registro: código da natureza da despesa até o nível de subelemento e sua descrição, código da funcional programática e a descrição da ação, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data da reserva, nº da reserva, fornecedor, se houver, nº do processo e valor. No final de cada registro, o sistema deverá totalizar por vínculo (fonte de recurso) com os campos Dotação inicial, suplementação / remanejamento, anulação / remanejamento, despesa autorizada, valor reservado e o saldo;	Sim
130	Emissão de Relação de Reservas a Empenhar. Deverá ordenar por Secretaria (unidade orçamentária) com totalizadores por dotação, e por órgão/Secretarias (unidade orçamentária) e total geral. Os registros devem conter os seguintes campos: nº da reserva, fornecedor, se houver, data do registro, nº do processo e valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição;	Sim
131	Emissão de Relação de Reservas e seus Movimentos. Deverá ler os seguintes campos: nº da reserva, data da reserva, nº do processo, valor da reserva e histórico. Deverá conter a movimentação da reserva (complemento, anulação de reservas, empenhos e anulação de empenhos), com os campos data do registro, nº do documento e nº das anulações quando for o caso, nº do processo, valor e saldo da reserva. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;	Sim
132	Emissão do Movimento de Empenho, por secretaria (Unidade orçamentária) com os campos: exercício do empenho, código da natureza da despesa e descrição, código da classificação funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso), data do empenho, requisição, se houver, nº do empenho, nº da reserva, nome do fornecedor, nº do processo, fonte de recurso (centro de	Sim

137	Relatório contendo um Resumo de Pagamentos Via Ordem Bancária, ordenados por dia e nº da ordem bancária, contendo os seguintes campos: dados cadastrais do fonecedor, inclusive com os dados bancários. Tipos de documentos pagos e número. Valor bruto pago e a discriminação dos descontos analiticamente, totalização dos descontos e o total líquido, número do processo de pagamento, nº da ordem bancária, data da emissão da ordem bancária, conta em que foi debitada.	Não
138	Emissão de relatório de Ordem Bancária contendo os valores enviados e recebidos via ordem bancária em meio magnético aos bancos de acordo com seus respectivos layouts, que deverão ser lidos a partir dos arquivos gerados em meio magnético e os enviados pelos bancos como retorno.	Sim
139	Emissão do relatório de Ordem Bancária por Fonecedor e Tipo de Serviço. Deverá ter os seguintes campos: nome do fonecedor e CPF/CNPJ, tipo de serviço relativo ao desconto (descrição), valor bruto, valor retido, valor líquido, número do processo de pagamento e data da ordem bancária. Deverá ter os totais dos valores bruto, retido e líquido.	Sim
140	Emissão de relatório de Movimento de Pagamento. Deverá ser ordenado por exercício da dotação e código da dotação. Deverá ter os seguintes campos: código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do pagamento, número do empenho e número da liquidação, nome do fonecedor, número do processo de pagamento, código e descrição da conta bancária de pagamento, tipo de pagamento (ordem bancária e pagamento normal) e seu número, valor do pagamento bruto, desconto e valor líquido, tipo de documento e seu número, histórico do empenho e o valor do empenho. No final do relatório deverá ser apresentado os totais gerais dos campos valor bruto, valor desconto e valor líquido, total geral orçamentário e extrorçamentário.	Sim
141	Permitir a emissão / reemissão da nota de Reserva, de Complemento de Reserva e de Anulação da Reserva contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor da dotação, código e nome do credor (se houver), valor da operação.	Sim
142	Permitir a emissão / reemissão da nota de Empenho e de Anulação do Empenho contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor do empenho ou anulação.	Sim
143	Permitir a emissão / reemissão da nota de Liquidação e de Anulação da Liquidação contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor da liquidação ou anulação.	Sim
144	Emissão de relatório de Pagamentos por Fonecedor. Deverá ser ordenado por fonecedor, contendo seus pagamentos com os seguintes campos: nome do fonecedor, exercício do empenho, nº do empenho, nº da liquidação, código da unidade orçamentária, código da natureza da despesa, código da classificação funcional programática. Deverá ter total por exercício do empenho, por fonecedor e total geral.	Sim
145	Emissão de relatório de Empenhos Pagos no Período. Deverá permitir selecionar a data, mostrar o período selecionado, imprimir os registros separados por dia com total, e deverá ter os seguintes campos: nome do fonecedor, código da dotação, nº do empenho, data da emissão do empenho, valor pago, nº da liquidação, nº do documento/histórico e no final do relatório deverá ter um total geral. Emissão de relatório de Empenhos a Pagar por Dotação ordenados por secretaria (Unidade Orçamentária) e dotação. Deverá ter os seguintes campos: Unidade orçamentária, exercício do empenho, descrição da dotação, nome do fonecedor, nº do empenho, data do empenho, nº do processo, valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição e o total da dotação. No final do relatório deverá totalizar geral por Secretaria (Unidade	Não

33	Emissão da relação de Empenho e seus Movimentos. Deverá ser selecionado pelo nº do empenho e deve conter os seguintes campos: nº do empenho, tipo do empenho, data do empenho, fonecedor, valor, nº da reserva, nº do processo, histórico do empenho. Deverá conter a movimentação, quando houver, (anulação do empenho, liquidação / anulação, seleção por ordem bancária / anulação e pagamento / cancelamento) com suas datas, nº do processo, histórico, valor do movimento e saldo do empenho. Totais acumulados de: empenho, liquidação, pagamento, ordem bancária, os totais de anulação quando houver, e os saldos das mensais (linhas referentes ao empenho específico).	Sim
34	Emissão de Movimento de Liquidação. Deverá ser ordenados por Secretaria (Unidade orçamentária) e dotação, contendo os seguintes campos: Código e descrição da Secretaria (Unidade orçamentária), código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, nº da liquidação e data, nº do empenho e fonecedor, nº do processo, valor do empenho, histórico da liquidação, saldo anterior líquido, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. Para cada registro deverá conter o tipo de documento (Nota fiscal, fatura, etc.) e seu número e data da emissão do documento. Deverá ainda ter o total por vínculo e o total por dotação. No final do relatório, deverá ter o resumo (total geral) das colunas: saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior à direita.	Sim
35	Emissão de relatório de Ordem Bancária sintética, para envio ao banco. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente, com a mesma numeração da ordem bancária. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizaram efetuar os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número". Deverá conter os seguintes campos: nome do fonecedor e CPF/CNPJ, dados da conta bancária do fonecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, valor líquido a ser creditado para cada fonecedor. Deverá ter total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extensão. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas.	Não
36	Emissão de relatório de Ordem Bancária analítica. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizaram efetuar os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número". Deverá conter os seguintes campos: nome do fonecedor e CPF/CNPJ, exercício do empenho e número do empenho, código da dotação, histórico, número da liquidação, dados da conta bancária do fonecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, código de depósito identificado, se houver, valor bruto do pagamento, descontos, se houver, e o valor líquido a ser creditado. No caso de descontos, deverá discriminar o nome do desconto tipo de documento (NF, fatura, etc., digitados na liquidação) e o valor do desconto. Deverá ter um total por fonecedor, total bruto, total dos descontos e total líquido. No final do relatório deverá ter (totais gerais do valor bruto, descontos e líquido. Deverá ter a quantidade de liquidações selecionadas e o total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extensão. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas.	Não

	orçamentária) e total geral.		
147	Emissão de relatório Empenhos a Pagar Processados e Não Processados. Deverá ser impresso por exercício, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: exercício do empenho, código da função e sua descrição, código da sub-função e sua descrição, nome do fornecedor, nº do empenho, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do empenho, nº do processo, valor do empenho, valor processado (folia), valor não processado, valor pago no empenho, e o valor a pagar. Deverá ter um totalizador por cada dotação total da secretaria (Unidade orçamentária). No final do relatório deverá ter um total geral por exercício e um total geral de todas as execuções.	Sim	Não
148	Emissão de Balanço da Despesa No nível de elemento da natureza da despesa. Deverá ser emitido por mês, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos e totalizadores: código da natureza da despesa e descrição do elemento, código da classificação funcional e a descrição da ação, valor inicial da dotação, valor suplementado no ano, valor anulado do ano, valor da dotação autorizada, valor empenhado no mês, valor empenhado no ano, valor liquidado no mês, valor liquidado no ano, valor pago no mês, valor pago no ano, valor a pagar da dotação e o campo saldo atual da dotação. Totalizar os campos acima no final de cada Unidade orçamentária e órgão. Emitir para as despesas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, o valor pago no mês e no ano. Emitir o saldo das contas bancárias que passa para o mês seguinte, com o nome da conta bancária (descrição) e o saldo no final do mês solicitado. Deve totalizar por grupo de contas bancárias, valor vital das contas bancárias e um total geral do Balanço da despesa.	Sim	Sim
149	Emissão de relatório de Despesa por Função e Grupo de Despesa. Deverá selecionar por mês e deverá conter os seguintes campos: código da função e sua descrição, código da natureza da despesa no nível de grupo de despesa e sua descrição, valor empenhado no mês e empenhado no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano. Deverá totalizar por função de governo e no final do relatório, um total geral dos campos citados acima.	Não	Sim
150	Emissão de Demonstrativo da Despesa Realizada, permitindo a seleção por período (data inicial e data final) se empenhada, liquidada, paga e reservada, nível da natureza da despesa, se modalidade, elemento e subelemento apresentando seus graus superiores. Deverá ter os seguintes campos: Descrição do código da natureza da despesa, valor orçado valor da dotação autorizada, valor da realização do período selecionado, valor da realização até o período selecionado. Deverá no final do relatório ter um totalizador dos campos citados acima.	Sim	Sim
151	Emissão de Posição da Situação Atual da Despesa demonstrando a posição atual da Despesa, com a seleção por período (data inicial e data final), ordenado por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: código da natureza da despesa (Unidade orçamentária) e descrição, código da classificação funcional programática e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, valor suplementado, valor anulado, valor remanejado por acréscimo e valor remanejado por redução, valor autorizado da dotação, valor reservado na dotação e a reservar, valor empenhado e a empenhar, valor liquidado e a liquidar, valor pago e a pagar e o saldo da dotação. Deverá ter um total por Secretaria (Unidade orçamentária) e um total geral dos campos citados acima.	Não	Sim
152	Emissão de relação de Empenhos por Unidade Orçamentária e por Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por classificação funcional programática; código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do empenho, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um	Sim	Sim
153	Emissão de relação de Pagamentos por Unidade Orçamentária e por Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do pagamento, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral.	Sim	Sim
154	Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da execução orçamentária, permitindo a seleção por mês, analítico ou sintético, com ou sem vínculo (fonte de recurso). Caso analítico, poderá selecionar a emissão dos vínculos ou não. No caso de sintético não permitirá a emissão dos vínculos (fontes de recursos). Quando analítico deverá ter os seguintes campos: código da Secretaria (Unidade orçamentária) e sua descrição, código da classificação funcional programática e a descrição da ação, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, dotação autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês, pago no ano. Caso tenha mais de um vínculo, deverá totalizar a dotação com os vínculos.	Sim	Sim
155	Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para Educação em determinado período.		Sim
156	Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para a Saúde para Educação em determinado período.		Sim
157	Emissão de Demonstrativo da Execução da Despesa com seleção mensal, discriminando as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicação e elemento da despesa, com os seguintes campos: despesa orçada, despesa autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês e pago no ano, saldo a empenhar e saldo a pagar. Deverá ter um total geral no final do relatório dos campos citados acima.		Sim
158	Emissão de relatório de Despesa por Ação, com a seleção por mês e por nível da natureza da despesa, ordenando pelo código da ação e detalhando por natureza da despesa no nível selecionado com os campos: natureza da despesa e descrição, valor orçado, valor da alteração da dotação, valor da dotação atualizada, valor do empenhado no mês, valor do empenhado no ano, valor do liquidado no mês e valor no ano, valor pago no mês e valor pago no ano, saldo a empenhar, saldo a liquidar e saldo a pagar. Deverá ter um totalizador dos campos acima por ação e um total geral dos mesmos campos.		Sim
159	Emissão do Resumo da Despesa por Nível da Unidade Orçamentária, com a seleção por vínculo (fonte de recurso), nível de órgão e mês. Deverá ter os seguintes campos: código do órgão e descrição, dotação atualizada, valor reservado no mês e no ano, valor empenhado no mês e no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano e o valor a pagar até o período selecionado (acumulado). No final do relatório deverá ter um totalizador dos campos acima.		Sim
160	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário aos movimentos de contas bancárias de forma geral, por tipo de conta, por conta bancária ou por vínculo.		Não
161	Permitir que a realização das movimentações financeiras seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta.		Sim
162	Permitir que as movimentações de contas bancárias possam ser controladas por vínculos.		Sim
163	Permitir controlar quais vínculos de receita e/ou despesa poderão ser movimentados em determinada conta bancária.		Não
164	Possuir rotina de integração dos movimentos de receita e de despesa com o movimento financeiro.		Sim

165	Possuir rotina para gerenciamento da conciliação bancária seja no momento da inclusão do lançamento no movimento financeiro, seja através da rotina de integração entre o movimento financeiro e os movimentos de receita e despesa, ou seja, em rotina específica de controle de conciliação bancária.	Não
166	Possuir rotina que permita o gerenciamento da conciliação bancária por lote, permitindo fazer, alterar ou desfazer a conciliação bancária de vários lançamentos financeiros simultaneamente.	Sim
167	Possuir rotina de gerenciamento da numeração independente por Unidade Gestora, na emissão do Livro da Tesouraria e Boletim Financeiro.	Sim
168	Emissão de Movimento Financeiro contendo os campos código contábil, da conta corrente, descrição da conta, período selecionado por data inicial e final, código da agência e conta bancária, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, data do lançamento, histórico, saldo até o dia anterior, valor do lançamento, saldo atual, status de conciliação bancária.	Sim
169	Emissão de Boletim Financeiro contendo os campos descrição da conta bancária, data solicitada para emissão, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual, total por grupo de contas de todas as colunas e total geral.	Sim
170	Emissão de Boletim da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá trazer a data solicitada para emissão, saldo em banco que encerrou o exercício anterior e o saldo em banco na data, total de receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias arrecadadas, bem como os seus respectivos cancelamentos efetuados na data. Se houver diferença entre o total de movimentações financeiras no dia e o total de movimentações de receita e despesa, a mesma deve ser apresentada. Deverá apresentar relação de contas bancárias separadas por tipo de conta (Movimento, Aplicação e Vinculada) trazendo descrição da conta bancária, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual, total por grupo de contas de todas as colunas e total geral.	Sim
171	Emissão de Livro da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá imprimir analiticamente os registros, iniciando pelo saldo de caixa até o dia anterior, se houver, discriminar as receitas orçamentárias e extras orçamentárias arrecadadas com os campos de descrição, histórico, valor e totalizar por tipo de receita (orçamentária e extraorçamentária). Deverá ter a movimentação das entradas e saídas bancárias, separadamente com a descrição das contas bancárias, histórico e valor, separando por grupo de contas. Deverá emitir a movimentação das despesas pagas orçamentárias e extraorçamentária e seus cancelamentos, que tenha os campos fornecedor, número do empenho, número da ordem bancária e o valor. No final do relatório deve ter um resumo, demonstrando os saldos das contas bancárias e caixa do exercício anterior e os valores arrecadados no dia do seleção do relatório e o acumulado até o dia anterior fazendo um totalizador. Nas despesas, as referências as despesas pagas até o dia anterior, as pagas no dia selecionado, os saldos das contas bancárias e caixa e um total geral da despesa. O fechamento do livro tem que ser diariamente. Caso não feche, o sistema deve acusar o valor da diferença no mesmo relatório.	Sim
172	Emissão de Mapa de Conciliação Bancária com a seleção mensal, por conta individualizada, com os seguintes campos: Banco, agência e conta bancária, contábil e descrição, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, saldo bancário que deve conter o saldo constante no extrato bancário, itens pendentes de conciliação. Deverá conter a soma dos valores não conciliados e o saldo contábil.	Sim
173	Possuir rotina para o cadastro de contratos e suas adequações (aditivos e cancelamentos), bem como a vinculação junto às reservas e empenhos, permitindo o controle do período de vigência e saldo residual.	Sim

174	Possuir rotina para o cadastro de convênios e suas adequações (aditivos e cancelamentos/liquitações), bem como a verificação de existência de convênio e o controle do período de vigência nos movimentos de receita, reservas e empenhos através do código de aplicação.	Sim		
175	Realizar a emissão de relatórios para acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira de convênios.	Não		
176	Permitir o bloqueio da utilização das rotinas de execução orçamentária quando efetuado o encerramento da execução orçamentária no exercício ou quando necessário, permitindo somente a realização de consultas.	Não		
177	Possuir rotina para cadastramento de dívida fundada e as movimentações de empenhos vinculadas às mesmas.	Sim		
178	Efetuar a geração dos arquivos para Receita Federal como o MANAID – Manual Normativo de Arquivos Digitais e DIRF - Declaração do Imposto Retido na Fonte.	Sim		
179	Efetuar a geração do arquivo SEFIP referente às retenções de INSS realizadas para fornecedores autônomos a ser encaminhado à Previdência Social.	Sim		
180	Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos Planejamento (Inicial e Atualizado), Conciliação Bancária Mensal e Precatórios.	Sim		
181	Ao realizar uma Liquidação que resulta em uma arrecadação extraorçamentária, o repasse (geração do empenho e liquidação extraorçamentária correspondentes) será realizado automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos além do pagamento do mesmo.	Não		
Item	CONTABILIDADE:	ATENCIDO	NAO ATENDIDO	ESSENCIAL
182	Possuir Plano de Contas conforme o modelo PCASP definido pela Secretaria do Tesouro Nacional e observando as particularidades adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado, contendo os grupos de contas: Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), Controle Orçamentário e Demais Controles, permitindo manutenção no mesmo pelo usuário.	Sim		
183	Permitir que a realização dos lançamentos contábeis seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta.	Sim		
184	Realizar a contabilização automática das variações financeiras e das mutações patrimoniais dependentes e independentes da execução orçamentária.	Sim		
185	Não permitir que os lançamentos contábeis sejam realizados em contas contábeis de nível sintético.	Sim		
186	Possuir rotina de verificação das inconsistências nos lançamentos contábeis para atendimento de normas contábeis vigentes.	Sim		
187	Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados nos lançamentos contábeis, permitindo também a complementação deste histórico pelo usuário.	Sim		
188	Permitir o gerenciamento individualizado por Unidade Gestora do encerramento contábil mensal e da numeração de páginas do Livro Diário, para não permitir que sejam realizadas movimentações dependentes ou independentes da execução orçamentária em meses que constam como encerrados.	Sim		
189	Possuir rotina que efetue a transferência dos saldos contábeis de balanço do exercício anterior para exercício seguinte, individualizado por Unidade Gestora.	Sim		
190	Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos de Balancete Isolado e Balanço Anual; Emissão de Balancete Contábil – Analítico/Sintético com codificação do plano de contas PCASP adotado pelo Tribunal de Contas do Estado, com os seguintes campos e na seguinte ordem: Código da conta contábil, descrição da conta contábil, saldo do exercício anterior se houver, valor acumulado do mês anterior, movimento a débito no mês, movimento a crédito no mês e saldo atual. Deverá ser emitido por mês selecionado, e no final do relatório deverá ter os totais das colunas acima.	Sim		
191		Sim		

223	Anexo VIII – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;				Sim
224	Anexo IX – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;				Sim
225	Anexo X – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;				Sim
226	Anexo XI – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos;				Sim
227	Anexo XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;				Sim
228	Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;				Sim
229	Anexo XIV – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;				Sim
230	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Federal – Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;				Sim
231	Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal;				Sim
232	Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL;				Sim
233	Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;				Sim
234	Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito;				Sim
235	Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;				Sim
236	Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal;				Sim

192	Emissão de Diário Legal contendo as seguintes campos: descrição da conta contábil, data do lançamento, código da conta contábil, histórico do lançamento, valor lançado a débito e valor lançado a crédito. Deverá totalizar por grupo de contas do plano de contas por dia (débito e crédito) e o total geral (débito e crédito). Deverá permitir a seleção mês a mês ou anual;				Sim
193	Emissão do Razão Analítico que deverá permitir a seleção por mês, anual, abertura e encerramento do exercício. Deverá ter os seguintes campos: código da conta contábil superior e sua descrição, código da conta contábil analítica e sua descrição, saldo anterior da conta, quando houver, data do lançamento, histórico, movimento de débito, movimento de crédito e saldo atual, indicando se saldo devedor ou credor. No final do relatório deverá totalizar os movimentos de débito, créditos e saldo por conta analítica;				Sim
194	Gerar e emissão das Demonstrações Contábeis (Anexos de Balanço) de acordo com a 7ª Edição ou superior do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;				Sim
195	Resumo Geral da Receita - Anexo 12;				Sim
196	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadação - Anexo 10;				Sim
197	Demonstrativo Receita e Despesa segundo Categoria Econômica - Anexo 01;				Sim
198	Sumário Geral Receita para Fonte e Despesa para Funções Governo;				Sim
199	Natureza da Despesa - Anexo 02;				Sim
200	Discriminação da Despesa Segundo o Vínculo dos Recursos;				Sim
201	Natureza da Despesa - Anexo 02: Consolidação por Órgão;				Sim
202	Natureza da Despesa - Anexo 02: Consolidação Geral;				Sim
203	Programa de Trabalho - Anexo 06;				Sim
204	Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07;				Sim
205	Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções, Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 08;				Sim
206	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 09;				Sim
207	Análise das Despesas Corrente e de Capital em Percentuais;				Sim
208	Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Categoria Econômica;				Sim
209	Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11;				Sim
210	Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada por Ação;				Sim
211	Comparativo Receita Orçada com Arrecadação Mensal e Acumulada;				Sim
212	Comparativo Despesa Autorizada em Realizada Mensal e Acumulada;				Sim
213	Comparativo Despesa Autorizada em Realizada - Anexo 1 - Sintético;				Sim
214	Comparativo Despesa Autorizada em Realizada - Anexo 1 - Analítico;				Sim
215	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Federal – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;				Sim
216	Anexo I – Balanço Orçamentário;				Sim
217	Anexo II – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Sub-Função;				Sim
218	Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;				Sim
219	Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;				Sim
220	Anexo V – Demonstrativo do Resultado Nominal;				Sim
221	Anexo VI – Demonstrativo do Resultado Primário;				Sim
222	Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;				Sim

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

Item	CAADASTRO DE PESSOAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Permitir a captação e manutenção de informações pessoais de todos os servidores com no mínimo os seguintes dados: matrícula, nome, filiação, data de nascimento, sexo, grau de instrução, estado civil, fotografia, endereço, CPF, PIS, RG (número, órgão expedidor e data de expedição), carteira de trabalho (número e série), carteira nacional de habilitação, nacionalidade, nacionalidade, tipo sanguíneo, identificar se é doador de sangue, identificar se é pessoa com deficiência.			Sim
002	Permitir a captação e manutenção de informações do vínculo que o servidor teve e/ou tem com o Órgão, com no mínimo os seguintes dados: regime jurídico, vínculo, cargo, salário, carga horária semanal, data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término do contrato temporário (se for o caso), lotação, unidade orgânica, horário de trabalho, tipo de posto, local de trabalho.			Sim
003	Permitir a captação e manutenção de informações de qualificação profissional incluindo a escolaridade, formação, treinamentos realizados e experiências anteriores.			Sim
004	Controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e imposto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente.			Sim
005	Permitir o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos como: celetistas, estatutários, RJJ e contratos temporários.			Sim
006	Permitir o cadastramento de pensões judiciais com o nome do(a) pensionista e alimentando(a), se houver, CPF, data de inclusão, banco e conta para pagamento, dados para cálculo (percentual, valor fixo ou salário-mínimo).			Sim
007	Permitir o cadastramento do organograma da estrutura administrativa, por exercício, para manter o histórico da lotação e custeio, com informação da fonte de recurso que será utilizada para captação de valores a serem utilizados para pagamento dos servidores informados no custeio.			Sim
008	Registrar e manter o histórico das alterações de nome, cargo, salário, unidade gestora, lotação, custeio, vínculo, regime jurídico, local de trabalho e bancologiação/banreira dos servidores, registrando as informações do motivo da alteração, data e hora da operação e usuário que efetuou a alteração.			Sim
009	Permitir o cadastramento de todas as referências salariais contendo, no mínimo, o símbolo de referência e o histórico dos valores para cada referência.			Sim
010	Permitir o cadastramento de todos os cargos do quadro de pessoal de natureza efetivo, comissionado e temporário com, no mínimo, a nomenclatura, natureza, grau de instrução, CBO, referência salarial inicial, quantidade de vagas criadas, data e motivo de extinção, com possibilidade de incluir movimentação de suplementação ou anulação de cargos, influenciando nos relacionamentos quantitativos do quadro de ocupação, e registrar as atribuições necessárias em cada cargo.			Sim
011	Possuir formas de acesso simplificado (atalhos) para consulta de dados dos servidores permitindo que, de um mesmo local, possam ser consultadas diversas informações, como dados financeiros, dependentes, frequência, licenças e afastamentos, férias e licença prêmio.			Sim
012	Possibilitar estabelecer um único código de registro para o servidor, para que através deste possam ser aproveitados os dados cadastrais de servidor que já trabalhou no Órgão Público e permitir controlar todos os vínculos empregatícios que o servidor tenha ou venha a ter com esse, possibilitando a consulta de dados históricos, independente do período trabalhado.			Sim
013	Validar dígito verificador do número do CPF.			Sim
014	Validar dígito verificador do número do PIS.			Não
015	Permitir o reajuste parcial ou global das referências salariais.			Sim
016	Permitir o cadastramento de plano de cargos, informando, por unidade administrativa, os cargos aprovados e a quantidade de			Não

Item	CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
	vagas aprovadas para cada unidade;			
017	Permitir o cadastramento e controle dos vínculos dos servidores, efetivos que estão nomeados em cargo de comissão, possibilitando a consulta das informações cadastrais de ambos os vínculos.			Sim
018	Emitar as fichas de dados cadastrais dos servidores.			Sim
019	Permitir consulta em tela ou relatório dos servidores comissionados que fazem parte do quadro efetivo e também daqueles que não fazem parte do quadro efetivo, listando separadamente.			Não
020	Localizar servidores por nome ou parte dele.			Sim
021	Localizar servidores pelo CPF.			Sim
022	Localizar servidores pelo RG (cédula de identidade).			Não
023	Localizar servidores pela data de nascimento.			Sim
024	Permitir a inclusão de um novo contrato a partir de informações de um contrato já existente, selecionando um ou vários servidores. Isto é muito utilizado na recontração de servidores temporários.			Sim
025	Possuir controle de Contratação Temporária via processo coletivo, de forma que todos os contratos de servidores vinculados a um mesmo processo de contratação temporária (PCT), suas datas de início, término e prorrogação, sejam automaticamente controladas.			Sim
026	Permitir a informação do desligamento de um servidor para pagamento individual da rescisão, bem como a informação de um único desligamento a um grupo de servidores para pagamento coletivo, funcionalidade necessária na rescisão de servidores temporários cujos contratos vençam no mesmo dia.			Sim
027	Permitir desligamento de todos os contratos vinculados à contratação temporária via processo para que, no vencimento do PCT, todos os servidores vinculados a este possam ser desligados sem a necessidade da repetição da informação de desligamento para cada um deles individualmente.			Sim
028	Possibilitar a configuração das formas de desligamento por regime de trabalho e motivo de rescisão, para garantir que não seja informado um desligamento inadequado para o servidor, como término de contrato para um servidor efetivo.			Sim
029	Possibilitar a configuração das formas de admissão por regime de trabalho, categoria funcional, regime previdenciário e tipo de admissão, para garantir que não seja admitido um servidor com informações fora dos padrões permitidos.			Sim
030	Permitir o cadastramento de todos os lançamentos fixos dos servidores (adicionais, gratificações, consignações, etc), para efeito de pagamento ou desconto em folha com, no mínimo, o código da verba (verificando se a verba está prevista para o regime de trabalho do servidor), número e data do processo de concessão, data de concessão, data do último reajuste, data de vencimento e histórico dos valores ou percentuais.			Sim
031	Emitar contrato de trabalho temporário com assinatura digitalizada do responsável.			Não
032	Permitir gerar e controlar a ficha de vacinas dos dependentes, possibilitando informar todas as vacinas, principalmente as de caráter obrigatório.			Não
033	Permitir o cadastramento de lançamentos parcelados – a crédito ou a débito – para os servidores de forma a controlar as parcelas lançadas em folha e o saldo atual remanescente. O lançamento das parcelas em folha deve ser de forma automática, podendo ser pago ou descontado o total ou parte do valor baseado em uma fórmula de cálculo que calcule um percentual sobre a remuneração, permitindo o lançamento até o limite deste percentual, atualizando o saldo remanescente automaticamente após o encerramento da folha.			Sim
034	Permitir transferências coletivas de local de trabalho, lotação, custeio, cargo, padrão de salário.			Sim
035	Permitir lançamentos coletivos de lançamentos fixos, lançamentos variáveis, mensagens nos horários e informações do currículo funcional.			Sim
Item	CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL

052	Mantier o cadastro de todos os períodos aquisitivos (quinzenais) de licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a exoneração;						Sim
053	Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, controlando o saldo restante dos dias;						Não
054	Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo controlando o saldo restante dos dias;						Não
055	Permitir o apositamento de licença prêmio em gozo por necessidade da administração, devolvendo os dias apositados para o saldo da licença prêmio, para gozo oportuno;						Não
Item	PORTAL DE SERVIÇOS WEB	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL			
056	Possuir consulta de Informações Financeiras (fórmula) pelo próprio servidor em computador, pessoal ou dispositivos móveis;						Sim
057	Possuir consulta de Informe de Rendimentos pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;						Sim
058	Possuir Atualização Cadastral (recadastramento) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;						Sim
059	Possuir Agendamento de Férias pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;						Não
060	Possuir consulta de Faltas Abonada pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;						Não
061	Computador pessoal ou dispositivos móveis;						Não
062	Permitir entrega de Declaração de Bens pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;						Sim
063	Permitir parametrização da liberação dos serviços a serem disponibilizados no Portal do Servidor, dentro os citados.						Sim
Item	ATOS ADMINISTRATIVOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL			
064	Mantier o cadastro de todos os textos que dêem origem a atos administrativos como portaria, decretos, contratos e termos de posse;						Sim
065	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licenças e/ou afastamentos, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;						Sim
066	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de férias em gozo e/ou pecunia ou apositamento de férias, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;						Não
067	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licença sem vencimentos, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;						Sim
068	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de suspensão ou advertência, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;						Não
069	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de insalubridade, Periculosidade ou Gratificação, com registro no currículo funcional do servidor;						Não
070	Gerar automaticamente o contrato de servidores temporários a partir do lançamento da admissão;						Sim
071	Gerar automaticamente o termo de posse de servidores a partir do lançamento da posse/admissão;						Não
072	Permitir a emissão de atos administrativos individuais ou coletivos conforme textos configurados pelo próprio usuário;						Não
073	Permitir a visualização dos atos expedidos em tela, papel ou em arquivo PDF para publicação na Internet;						Sim
Item	FREQUENCIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL			
074	Eletuar o lançamento de todos os tipos necessários de licenças, como licença gôla, licença rgoj e licença sem vencimentos, informando no mínimo a identificação do servidor, tipo de licença, documento apositado, data de início e término da licença;						Sim
075	Permitir o lançamento de, no mínimo, as seguintes ocorrências, com a informação da data da ocorrência: falta abonada, falta injustificada, suspensão, horas extras;						Sim
076	Integrar dados com módulo de Portal Eletrônico, exportando para este as informações de licenças, afastamentos, férias, licença prêmio e desligamentos para que as ausências possam ser						Sim

036	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;	Sim					
037	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Licença Prêmio, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;	Não					
038	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Férias, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, concedendo os dias de direito de gozo, controlando os períodos aquisitivos prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;	Sim					
039	Calcular o tempo de efetivo exercício para controle temporal do Estágio Probatório, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, validando também regime jurídico, tipo de vínculo, categorias funcionais, temporalidade (em meses ou dias) de cada fase e quantidades de fases, considerando as parametrizações efetuadas, frequência e demais ocorrências funcionais que interferem na contagem;	Sim					
040	Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Progressão Salarial, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão para concessão e atualização do salário para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;	Não					
041	Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Aposentadoria, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão demonstrando o tempo de efetivo exercício até a data atual. Permitir a informação de vínculos de trabalho anteriores oriundos de outros órgãos, consolidando todo o tempo na certidão para fins de aposentadoria;	Não					
042	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de SEXTA-PARTE, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.	Não					
Item	FÉRIAS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL			
043	Mantier o cadastro de todos os períodos aquisitivos de férias dos servidores desde a admissão até a exoneração;	Sim					
044	Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de férias controlando o saldo restante dos dias de férias;	Sim					
045	Permitir o lançamento de férias em gozo e pecunia para o mesmo período aquisitivo, controlando o saldo restante dos dias de férias;	Sim					
046	Permitir o pagamento de 1/6 de férias integral ou proporcional a cada período de gozo lançado;	Sim					
047	Permitir o apositamento das férias em gozo por necessidade da administração, devolvendo os dias apositados para o saldo das férias para gozo oportuno;	Sim					
048	Emitir relação de férias vencidas a vencer por unidade administrativa;	Sim					
049	Emitir avisos de férias;	Sim					
050	Permitir o lançamento de um mesmo período de gozo para um grupo de servidores, facilitando este lançamento quando houver lançamento de férias coletivas;	Sim					
051	Permitir o lançamento e pagamento do adiantamento de 13º salário por ocasião das férias;	Sim					
Item	LICENÇA PREMIO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL			

	Justificadas no módulo de ponto, e importar os dados deste módulo para processamento em folha de pagamento;				
077	Garantir o registro de uma única informação em um período na frequência, não permitindo duplicidade ou concomitância de lançamentos, como lançamento de férias para um servidor que está afastado no mesmo período ou parte dele;		Sim		
078	Permitir o controle e registro de justificativas para faltas descontadas indevidamente, com possibilidade de restituição na folha de pagamento a partir do registro da justificativa;		Sim		
079	Emitir boletim de frequência		Não Sim		
080	Possuir calendário de feriados e dias úteis;		Sim		
081	Permitir o lançamento de uma ocorrência na frequência informando o período todo, com data início e fim, evitando desta forma que sejam realizados vários lançamentos da mesma ocorrência para um mesmo servidor;		Não		
082	Controlar os lançamentos de falta abonada, não permitindo inserir ocorrências além de limite estabelecido pelo órgão;		Sim		
083	Gerar automaticamente desconto de Descanso Semanal Remunerado (DSR) quando do lançamento da falta injustificada, de acordo com parametrização;		Sim		
084	Permitir o lançamento de faltas e licenças de meio dia. Este lançamento deverá influenciar na contagem de tempo de serviço, caso esteja configurado;		Sim		
085	Permitir o lançamento de frequência de forma descentralizada, controlando por Unidade Gestora, possibilitando que os lançamentos feitos por estas unidades sejam exclusivamente de servidores lotados nas mesmas;		Não		
Item	VALE TRANSPORTE	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
086	Permitir o cadastramento das empresas que fornecem o vale-transporte;		Sim		
087	Controlar a compra e distribuição de diversos tipos de passes, como ticket, passagem, cartão descartável e cartão recarregável;		Não		
088	Permitir o controle dos roteiros para os quais serão utilizados os passes;		Não		
089	Permitir o registro da quantidade de passes diários utilizados pelo servidor no percurso de ida e retorno do trabalho, com possibilidade de adição de passes para outros percursos, no caso de servidores que se deslocam para mais de um local;		Não		
090	Controlar o saldo dos passes (quantidade de créditos) existentes para garantir a distribuição;		Não		
091	Gerar mapa de compra de vales-transporte com a quantidade e o valor, discriminados por tipo de passe, baseado na informação dos passes requisitados para cada servidor e os dias úteis do período a ser utilizado;		Não		
092	Permitir alteração do mapa de compra por usuário devidamente habilitado;		Não		
093	Permitir a configuração dos códigos para desconto e restituição de vale-transporte em folha de pagamento;		Não		
094	Gerar mapa de entrega de passes para cada servidor baseado na informação dos passes requisitados e os dias úteis do período a ser utilizado;		Não		
095	Emitir documento de confirmação da entrega de passes com local para assinatura do servidor;		Não		
096	Controlar a entrega de passes reduzindo a quantidade em casos de faltas, férias, licenças e afastamentos lançados;		Não		
097	Gerar informação para desconto do vale-transporte em folha de pagamento após lançamento da entrega dos passes;		Não		
Item	FOLHA DE PAGAMENTO	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
098	Permitir o processamento das folhas de pagamento Mensal, Resciso, Adiantamento de Férias, Licença Prêmio, Adiantamento Salarial, Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, Décimo Terceiro Salário e Complementar;		Sim		
099	Permitir o processamento de várias folhas de pagamento para a mesma referência, separando por grupo de servidores de mesmo vínculo, ou mesmo regime, ou mesma data de pagamento;		Sim		

100	Permitir o processamento de folha de rescisão individual ou coletiva, com cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente, sem a necessidade de lançamento avulso na folha;		Sim		
101	Emitir o Termo de Rescisão e Quitação do Contrato de Trabalho, conforme exigido pela legislação vigente;		Sim		
102	Controlar os vencimentos e descontos permitidos em cada regime de trabalho, impossibilitando que seja efetuado um lançamento de vencimento ou desconto exclusivo de um regime para outro;		Sim		
103	A folha de Adiantamento de Férias deverá ser processada com as informações dos dias de pecunia e/ou gozo lançadas nas férias, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;		Sim		
104	A folha de Licença Prêmio deverá ser processada com as informações dos dias de pecunia e/ou gozo lançadas na Licença Prêmio, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;		Não		
105	Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;		Sim		
106	Gerar automaticamente os valores relativos ao salário-família dos dependentes;		Sim		
107	Possuir rotinas de cálculos através de fórmulas e expressões em português para qualquer vencimento e desconto, tornando o cálculo da folha totalmente configurável e administrado pelo próprio usuário. Possibilitar que o próprio usuário crie novas verbas de vencimentos ou descontos, com base em uma já existente, configurando as incidências e a regra de cálculo. As regras de cálculo previstas em legislação federal ou estadual deverão estar no sistema e não deverão ser alteradas por usuário comum;		Sim		
108	Possibilitar a execução do cálculo ou recálculo de diversas formas, como cálculo individual, por faixa de matrícula ou seleção aleatória federal, e possuir mecanismo de retificação;		Sim		
109	Calcular e processar os valores relativos a contribuição individual e patronal para o RGPS (INSS) e RPPS (Previdência Municipal), de acordo com o regime previdenciário do servidor. O tempo para cálculo de 300 funcionários não deverá exceder 5 minutos;		Sim		
110	Gerar arquivo SEFIP no formato texto com extensão .RE para importação, validação e envio em software da Caixa Econômica Federal, e possuir mecanismo de retificação;		Sim		
111	Emitir relatório Folha Analítica por folha processada ou de forma consolidada, com todas as faltas processadas no mês;		Sim		
112	Emitir relatório Mapa Financeiro com o resumo dos vencimentos e descontos de todas as folhas com possibilidade de, dentro do mês, emitir valores das folhas separadamente ou consolidando-os em um único resumo;		Sim		
113	Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, empréstimos, descontos diversos e ações judiciais, para um servidor ou um grupo de servidores no caso de lançamento comum a todos;		Sim		
114	Permitir a importação de dados via arquivo-texto de valores a serem consignados em folha controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento, gerando um arquivo de retorno para o convênio com os valores debitados em folha e também os rejeitados pelo processamento, informando o motivo da rejeição;		Sim		
115	Emitir resumo dos valores líquidos da folha por banco e fonte de recurso;		Sim		
116	Possuir integração com o Módulo de Administração Orçamentária e Financeira, disponibilizando os dados necessários para reserva, empenho, liquidação e pagamento das despesas com pessoal, possibilitando programar datas diferentes para pagamento de convênios, sem utilização de arquivo-texto ou semelhante;		Sim		
117	Emitir relação das despesas orçamentárias e extraorçamentárias a serem contabilizadas, para conferência;		Sim		
118	Gerar as informações anuais para a DIRF, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software da Receita Federal;		Sim		
119	Gerar as informações anuais para a RAIS, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software do SERPRO;		Sim		

	problemas encontrados, baseado em parâmetros previamente configurados, possibilitando a correção destas divergências antes do fechamento do processamento.			
139	Possuir rotina de Geração de Arquivos Digitais do INSS – MANAD, possibilitando a prestação de informações via arquivo-texto, conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20/06/2006 – DCU de 04/07/2006.	Sim		Sim
140	Gerar relação do Salários de Contribuição padrão INSS.	Sim		Sim
141	Gerar arquivo texto para utilização em cálculo atuarial.	Sim		Sim
142	Gerar as informações referentes aos provisionamentos, baixas e estornos de férias, 13o salário e seus respectivos encargos patronais, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	Sim		Sim
143	Possuir rotina de apuração de diferenças entre o arquivo gerado pela folha de pagamento e o sistema SEFIP.	Sim		Sim
144	Possuir rotina para importação de lançamento de variáveis/dados, via arquivo texto, para excução da folha de pagamento, controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento.	Sim		Sim
145	Emitir relatório consolidado das verbas processadas em folha de pagamento, possibilitando a escolha dos grupos de processamento, parâmetro ou competência.	Sim		Sim
Item	eSocial		ATENCIDO	NÃO ATENDIDO
146	O sistema deverá possuir ferramenta que realize busca na base de dados e, após cruzamento de dados com a base do eSocial, apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo governo, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros. O sistema deverá possuir módulo web que possibilite a realização de um recadastramento para atualização de dados cadastrais dos funcionários, permitindo que os mesmos acessem uma interface e informem seus dados pessoais, documentação, endereço dependentes, cursos e certificados de formação profissional e demais informações pessoais, com possibilidade de anexar documentos digitalizados.	Sim		Sim
147	O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial nos prazos estipulados pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos xml nos padrões estipulados nos layouts do eSocial, com assinatura digital, dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos.	Sim		Sim
Item	PRESTAÇÃO DE CONTAS AUDESP (TCE-SP)		ATENCIDO	NÃO ATENDIDO
148	Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Atos do Pessoal (Atos Normativos, Cargos/Funções, Quadro de Pessoal, Agente Público, Lotação de Agente Público).	Sim		Sim
150	Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Remunerações (Cadastro de Verbas Remuneratórias, Folha Ordinária, Resumo Mensal da Folha de Pagamento, Pagamento de Folha Ordinária, Folha Suplementar, Cadastro de Aposentados e Pensionistas).	Sim		Sim
151	O sistema deverá possuir funcionalidade de alerta para inconsistências de dados antes da geração dos arquivos, evitando o retrabalho de envio das prestações de contas AUDESP TCE/SP.	Sim		Sim
Item	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		ATENCIDO	NÃO ATENDIDO
152	Permitir parametrização da avaliação de desempenho contendo parâmetro de resultados e identificação dos períodos de avaliação por fato gerador, associado ao(s) questionário(s).	Sim		Não
153	O questionário deve conter tópicos e descrição do assunto, campo para pergunta e a descrição, com o peso de cada pergunta.	Sim		Não
154	Permitir criar grupos de respostas para perguntas de múltipla escolha e/ou alternativa para ser associado ao questionário.	Sim		Não
155	Permitir configurar opções de respostas: múltipla escolha, alternativa, resposta aberta ou associada a eventos externos.	Sim		Não
156	Permitir cadastrar a pontuação de cada resposta, e, em caso de resposta associada a evento externo, permitir configurar a	Sim		Não

119	Permitir a emissão do Informe de Rendimentos para servidores com retenção de imposto de Renda na Fonte e para aqueles que não tiveram retenção.	Sim		Sim
120	Gerar as informações de admissão + rescisão necessárias ao CAGED, via arquivo-texto, para importação em software do Ministério do Trabalho.	Sim		Sim
121	Manter histórico de pagamento para cada servidor com detalhamento de todos os vencimentos e descontos, permitindo consulta ou emissão de relatórios.	Sim		Sim
122	Possibilitar cálculo de contribuição ao INSS proporcional em folha de pagamento para servidores com outro vínculo empregatício fora do Órgão.	Sim		Sim
123	Possuir cálculo de IRRF proporcionalizado para servidores com mais de um vínculo empregatício com o Órgão, com somatória das bases de cálculo e desconto proporcional em cada vínculo de acordo com o valor da remuneração.	Sim		Sim
124	Permitir a geração do Informe de Rendimentos em arquivo-texto para impressão e envio, com opção de emissão do endereço do servidor.	Sim		Sim
125	Emitir demonstrativo de pagamento, permitindo a inclusão de textos e mensagens para determinados servidores, para um grupo de servidores selecionados ou para todos.	Sim		Sim
126	Permitir a geração de crédito em conta - corrente ou poupança - da rede bancária, emitindo relação dos créditos contendo matrícula, nome, número da conta e valor a ser creditado.	Sim		Sim
127	Emitir demonstrativo de pagamento de meses anteriores (segunda via).	Sim		Sim
128	Emitir Guia de Recolhimento de INSS, com opção para emissão por fonte de recurso e geral.	Sim		Sim
129	Possuir rotinas de controle e cálculo para pagamento das pensões judiciais, a partir do desconto efetuado para o servidor, incluindo depósito em conta.	Sim		Sim
130	Emitir recibos para pagamento de pensão judicial.	Sim		Sim
131	Emitir relação dos valores consignados em folha com opção de geração em arquivo-texto.	Sim		Sim
132	Emitir Guia de Recolhimento de Previdência Municipal.	Sim		Sim
133	Possuir rotinas de cálculo de insuficiência de salário para servidores com somatória de descontos maior que o total de vencimentos na folha, efetuando ajuste automático dos descontos limitados até um teto configurado pelo usuário. A prioridade dos descontos deve ser configurada pelo usuário e os valores consignados que não foram descontados deverão ser registrados, possibilitando a emissão de relatórios destes valores para enviá-los aos estabelecimentos conveniados.	Sim		Sim
134	Possuir rotinas de cálculo de margem consignável, com emissão de relatórios da margem disponível para gastos nos estabelecimentos conveniados.	Sim		Sim
135	Possuir rotina para inclusão no sistema das fichas financeiras que não estão em meio magnético, ou seja, fichas financeiras que estão em papel.	Sim		Sim
136	Permitir a inclusão de lançamentos pendentes para servidores afetados, sendo que o efetivo processamento destes somente poderá ocorrer na folha de pagamento em que o servidor retornar do afastamento. Os lançamentos devem ficar pendentes durante todo o período de afastamento, sendo incluído automaticamente na folha somente após término do afastamento e efetivo retorno do servidor ao trabalho.	Sim		Sim
137	Possuir rotina de comparação entre duas folhas (Folha Atual e Folha Anterior), com possibilidade de confrontar servidores calculados na folha anterior e não na atual, servidores calculados na folha atual e não na anterior, servidores calculados nas duas porém com diferenças no valor de uma ou mais verbas e servidores calculados nas duas porém com diferenças na quantidade de uma ou mais verbas.	Sim		Sim
138	Possuir rotina para identificação de divergências na folha de pagamento processada, de forma que apresente um diagnóstico dos	Sim		Sim

157	manutenção no valor computado, preservando o valor original;			Não	
158	Permitir associar eventos externos que influenciem na pontuação de cada resposta, e a parametrização do processamento do cálculo da pontuação na ocorrência (valor fixo, valor multiplicado pela quantidade da ocorrência ou por escala). Por exemplo, em caso de excesso de falhas, o total de pontos de determinada resposta pode ser reduzido;			Não	
159	Associar cada avaliação ao funcionário dentro do período parametrizado e de acordo com o fato gerador;			Não	
160	Apresentar ao término de cada avaliação o resultado final;			Não	
161	Permitir fazer em cada módulo da avaliação, envio da avaliação realizada para o setor de Recursos Humanos, recepção e homologação para finalização;			Não	
162	Permitir revisão da avaliação;			Não	
163	Permitir histórico das avaliações aplicadas;			Não	
				Não	

Item	CONTROLE DE PONTO ELETRONICO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Deverá possuir proteção contra ataque de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema;			Sim
002	Deverá possuir proteção contra ataque XSS;			Sim
003	Deverá possuir mecanismo de exportação de toda a base de dados, a qualquer momento, por um usuário de alto nível, em formato SQL;			Sim
Item	Da Compatibilidade.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
004	Deverá ser uma aplicação web, com todas as funcionalidades acessíveis através de navegador de internet, podendo ter complementos no computador do usuário em casos de necessidade de comunicação com hardware para que possibilite a funcionalidade ser executada via navegador. Como Certificado Digital, por exemplo;			Não
005	Deverá ser escrito na sua totalidade em linguagem de programação compatível com os propósitos do sistema em questão, com suporte técnico do fabricante, caso não utilize linguagem de programação de código aberto;			Sim
006	Deverá ser totalmente compatível com o sistema operacional MS Windows, em sua mais recente versão e nas 3 versões anteriores;			Sim
007	Deverá ser totalmente compatível com os navegadores de Internet Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas mais recentes versões;			Não
008	Deverá possuir mecanismo de integração a outros sistemas, e estar 100% integrado com os sistemas de Recursos Humanos, em especial a Folha de Pagamento da Prefeitura;			Sim
009	Os dados devem ser armazenados em banco de dados hospedado em nuvem, sendo que deve possuir licença tipo free, sem limites de usuários, de tamanho e com controle transacional. Ou, caso utilizem softwares proprietários, a CONTRATADA deverá fazer a cessão do licenciamento dos softwares devidamente licenciados para governo caso o sistema tenha que ser hospedado na CONTRATANTE ao final do contrato;			Sim
010	O sistema de ponto eletrônico deve atender as reais necessidades nos lançamentos dentro das especificações adotadas por meio de portais dos horários / escalas de servidores em cada órgão CONTRATANTE, bem como de horas extras em forma de pagamento ou banco de horas quando autorizadas pela liderança;	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
Item	De Performance.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
011	Deverá ser capaz de ser acessado, de forma simultânea e concorrente, sem degradação do tempo de resposta aos demais usuários, por pelo menos 50% dos usuários cadastrados no sistema;			Não
012	Deverá suportar e armazenar em banco de dados carga de dados de marcações ao longo de 35 anos;			Sim
013	Serão contemplados todos os funcionários dos órgãos CONTRATANTES;			Sim
014	Da Regionalização.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
015	Deverá apresentar em sua totalidade, informações em português brasileiro, incluindo informações para os usuários em tela e relatórios;			Sim
016	Deverá apresentar informações referentes à data e hora em formato português brasileiro;			Sim
017	Deverá apresentar informações referentes a valores numéricos em formato português brasileiro;			Sim
018	Deverá apresentar informações referentes à moeda, em formato adequado à correta localização da informação, no caso de o sistema utilizar informações monetárias;			Sim
Item	Das Funcionalidades.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
019	Deverá funcionar em conformidade com as regras definidas nas legislações do Município de Itaribá, e com as regras definidas pela portaria 671/2021 e suas posteriores alterações;			Sim
020	Deverá controlar número limitado de relógios;			Não
021	Deverá permitir a inclusão de escalas mensais para grupos específicos de profissionais e manter o histórico das escalas;			Sim

	necessários) e controle de compensação programável;			
037	Deverá permitir controle de banco de horas e compensação;			Sim
038	Deverá permitir criar modelos de jornada de trabalho específica;			Sim
039	Deverá permitir ao usuário escolher o período de apuração de frequência;			Sim
040	Deverá permitir parametrização de regras e formulas definidas pelo administrador e/ou chefia;			Não
041	Deverá apresentar apuração de totais de horas trabalhadas, horas normais, horas extras, faltas, atrasos, horas de adicional noturno, controle de descanso semanal remunerado, etc.;			Sim
042	Deverá possuir consulta de espelho ponto;			Sim
043	Deverá permitir justificar faltas e atrasos;			Sim
044	Deverá permitir notificação por e-mail para o chefe/gestor de eventos como HE, atrasos e faltas;			Não
045	Deverá apresentar alerta ou indicação dos funcionários que faz horas extras;			Não
046	Deverá gerar relatórios em tela e nos formatos PDF, CSV, ODS (Open Document) e arquivo texto além de ser possível fazer o envio dos mesmos formatos por email através de própria aplicação;			Sim
047	Deverá gerar relatórios com possibilidade de imprimi-los pela impressora;			Não
048	Deverá possuir relatório de histórico de horários / escalas dos servidores;			Não

	Deverá aceitar tratar e gerenciar o registro, ajuste e tratamento de 2 (duas) matrículas diferentes ativos para o mesmo servidor, identificado através do mesmo nº de PASEP/PPS, ou mecanismo que venha a substituir, com 2 (duas) jornadas de trabalho diferentes, sendo que o servidor com duas matrículas poderá efetuar suas marcações num mesmo relógio ou em mais de um relógio;				Sim
022	Deverá permitir o cadastramento "on line" dos equipamentos (Relógios, independentemente de serem eletrônicos ou virtuais);				Sim
023	Deverá realizar monitoramento online de todos os relógios (eletrônicos ou virtuais) instalados, apresentando o estado de cada um, como com ou sem comunicação;				Não
024	Deverá coletar e identificar digitais através de equipamento coletor de biométria e chip (crachás), possibilitando o cadastro dos servidores na base de dados do sistema;				Não
025	Deverá controlar as seguintes tipologias jornadas de trabalho: jornadas administrativas normais, jornadas de turno com obrigatoriedade de trabalho em jornadas com controle apenas por carga horária (com ou sem limites definidos no dia), jornadas flexíveis com horário e períodos de flexibilização, revezamentos com reconhecimento automático de permissas, marcação de refração opcional ou obrigatória em todos os tipos de jornadas, horários flexíveis de refeição com limites definidos em todos os tipos de jornadas, tolerâncias nas marcações, jornadas duplas (dois períodos de trabalho num mesmo dia);				Sim
026	Deverá permitir a composição de horários por ciclos de jornadas de qualquer tipo, com repelido programada, mantendo as seguintes características: controle completo e banco de horas, controle de períodos de compensações, controle de diversos calendários, conforme as diversas localidades da empresa, controle de diversos tipos de dias (normal, feriado, etc), com possibilidade de criação de tipos de dias específicos pelo usuário, sem necessidade de programação adicional;				Sim
027	Deverá executar as seguintes funções sem precisar de programação adicional: apuração de horas normais, apuração de horas extras e planilhas em dias normais, apuração de horas extras e planilhas em dias feriados, ou de folga, apuração de horas extras e planilhas com percentuais diferenciados, apuração de atrasos, apuração de saídas antecipadas, apuração de saídas (intermediárias, apuração de interjornadas, apuração de ausência, apuração de horas noturnas com período fixo ou de acordo com horário realizado, quebra de dia às 24 horas ou em qualquer outro horário indicado pelo usuário, alocação das ocorrências no dia de jornada ou nos dias em que realmente aconteceu, reconhecimento do dia da jornada pelo dia de entrada ou pelo dia de saída, determinação de períodos de afastamento integral, determinação de períodos de afastamento parcial por tempo, determinação de períodos de afastamento parcial por horário, compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas com limite de ocorrências e/ou de tempo num determinado período, cálculo das verbas para a alimentação da folha de pagamento;				Sim
028	Deverá permitir cadastro de várias-empresas, lotações e cargos dos servidores;				Sim
029	Deverá integrar com sistema atual (ie coleta de pontos do Departamento de Processamento de Dados da CONTRATANTE				Sim
030	Deverá coletar, de forma remota e automática, além de ser possível agendar a periodicidade da importação das marcações efetuadas nos equipamentos REP, e de forma on-line e marcação por marcação para o relógio virtual;				Sim
031	Deverá permitir cadastro de justificativas individual e coletiva;				Não
032	Deverá permitir a visualização do ponto diário dos servidores;				Sim
033	Deverá permitir controle de tolerância parametrizada para entrada e saída;				Não
034	Deverá permitir controle de abono + atrasos, faltas com registro de motivos, horas extras, saídas antecipadas, afastamentos, férias, licenças de saúde, congresso, cursos, licença prêmio, etc.;				Sim
035	Deverá permitir controle de vários bancos de horas (Quantos forem				Não

Item	CONTROLE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE E PATRIMÔNIO GESTÃO DE SUPRIMENTOS NA WEB	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Registrar localizadas de maneira normalizada a ser utilizadas nos cadastros de Fornecedor, Locais de Entrega, etc.			Sim
002	Controle de acesso de usuários individualizados por menu do sistema, possibilitando que seja realizada a cópia de perfil e restrições de acesso baseado em um perfil já existente.			Sim
003	Possuir relatório com a relação de usuários do sistema e de permissão de acesso por usuário.			Não
004	Permitir a definição de algumas rotinas específicas que necessitam de aprovação por usuário e senha para sua realização (Dupla Custódia).			Não
005	Permitir ao usuário configurar seus menus de acesso através da opção de favoritos, dessa maneira possibilitando que o usuário configure seu perfil de trabalho.			Não
Item	GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
006	Codificar os materiais por Catálogo e manter registro do tipo de material.			Sim
007	A classificação de materiais e serviços deverá ser única e padronizada. O catálogo de materiais/serviços deverá estar disponível para todos os módulos do sistema: materiais e serviços, fornecedores, compras, estoque, patrimônio, contratos, (com restrição de uso para certos usuários).			Sim
008	O catálogo de materiais e serviços deverá disponibilizar automaticamente para consulta as especificações e respectivos códigos para efeito de solicitação de aquisição e/ou contratação e controle de estoque.			Sim
009	O sistema deverá disponibilizar no momento da consulta dos códigos de materiais e/ou serviços catalogados a informação do status em que se encontra o mesmo (ATIVO, INATIVO, DESABILITADO PARA COMPRAS, LICITANDO). Para efeito de aquisição, os usuários de sistema apenas irão utilizar os materiais que encontrarem-se ATIVOS.			Não
010	O sistema deverá permitir classificação dos materiais ou serviços (inclusive serviços de engenharia e obras) por natureza de despesa, devendo permitir a vinculação da natureza de despesa por material/serviço.			Sim
011	O sistema deverá possibilitar, a critério do usuário habilitado ou administrador do sistema, o gerenciamento e controle do material por código de barras para as funções de armazenamento, devendo, quando definido, armazenar mais de um código de barras para um mesmo item, permitindo também a movimentação e identificação de itens através desse controle.			Não
012	O sistema deverá permitir que somente usuários responsáveis pela codificação e/ou administração de Materiais e Serviços possam incluir um novo material/serviço no catálogo.			Não
013	O sistema não deverá permitir a codificação / cadastramento de dois itens de material ou serviço com o mesmo código.			Sim
014	O sistema não deverá permitir a exclusão de um código de material e/ou serviço cadastrado quando tiver sido utilizado anteriormente, ou seja, tiver histórico de compra e/ou contratação, permitindo a INATIVAÇÃO, DESATIVAÇÃO, ATIVAÇÃO (quando estiver inativo).			Sim
015	O sistema deverá possuir mecanismos de busca de materiais e serviços, através do fornecimento de palavras iniciais ou parte de palavras contidas no nome ou na descrição dos itens.			Não
016	O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais com informações entre os módulos do sistema (fornecedores, materiais, banco de preços, estoque/arrazoadado, patrimônio, contratos, compras/licitações). Ex: Relação dos patrimônios por materiais; Relação dos materiais sem movimentação a partir de uma data; Relação de materiais em estoque por Almostrado; Relação da apropriação de consumo por centro de custo; Relatório de material/serviços adquiridos num determinado período.			Não
017	Permitir a consulta de disponibilidade de material, informando qual a quantidade em estoque de acordo com o Almostrado, se existem bens permanentes disponíveis ou se são itens			Não

Item	perpetentes a uma Ata de Registro de Preços.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
018	Gerar relatório de licitações, com informação do número de abertura, objeto, secretaria requisitante, modalidade, data de abertura, data de homologação, valor estimado, fornecedor, tipo de contrato (contrato, autorização de fornecimento ou ordem de serviços), ou ata de registro de preços, valor contratado, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF, .odt, .docx			Não
Item	CADASTRO DE FORNECEDORES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
019	O sistema deverá conter tela para cadastro de fornecedores, tanto pessoas físicas como jurídicas, para acesso e controle ÚNICO e visualização/familiarização por todos os módulos do sistema integrado de gestão de materiais e serviços, compras, estoque, patrimônio, contrato, orçamento, financeiro e contábil, relacionando os fornecedores aos catálogos de materiais/serviços/engenharia e obras ofertados.			Sim
020	Os campos de cadastramento de dados do Fornecedor devem ser habilitados automaticamente de acordo com o Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica) a ser cadastrada (Exemplo: O sistema não poderá permitir a digitação do campo CNPJ para pessoa física e vice-versa).			Não
021	Deverá guardar histórico das alterações da razão social do fornecedor para critério de consulta.			Não
022	Após carregar os dados essenciais do fornecedor para a tela de cadastro de Fornecedor, o sistema deverá permitir a atualização de dados sobre a emissão e atualizações de Certificado de Registro Cadastrais, controlando a existência de documentos vencidos.			Não
023	O sistema deverá manter o cadastro dos catálogos de materiais, obras ou serviços ofertados pelo fornecedor, permitindo a vinculação de mais de uma linha de fornecimento.			Não
024	O sistema deve possuir controle de penalidades, controlando prazo de validade das penalidades aplicadas bloqueando automaticamente os fornecedores com situações irregulares nos processos licitatórios.			Sim
025	No campo para inclusão do catálogo atendido pelo Fornecedor, deverá ser permitido que seja feita a inclusão para mais de um Fornecedor de uma vez de vários catálogos, acelerando o cadastramento.			Não
026	O sistema deverá permitir busca de fornecedores a partir de palavras contidas no seu nome, razão social ou nome fantasia, a partir de CPF/CNPJ e Cidade.			Sim
027	Emitir relatório de atestado de capacidade técnica.			Não
028	Estar disponível mapa de colação, colação para envio à fornecedor, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF, .odt, .docx de todos os campos disponibilizados.			Sim
Item	BANCO DE PREÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
029	Permitir o cadastramento de índices de correção a ser utilizado para atualização monetária dos valores registrados no banco de preços.			Sim
030	Permitir a parametrização do prazo de consulta de valores do Banco de Preços a serem considerados como válidos aplicar a atualização monetária e utilização como valores válidos para emissivas nas requisições de compras.			Não
031	Após a conclusão do procedimento de aquisição e/ou contratação, o Sistema deverá registrar no Banco de Preços o valor do preço a partir da geração da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços ou Ata de Registro de Preços.			Não
032	O sistema deverá informar aos usuários, no momento da criação das Requisições de Compras informações relativas ao banco de preços com o valor da época, o índice acumulado de atualização e seu valor atualizado, obedecendo as configurações de prazos para consulta de preços e percentual de garantia para correções previamente definidos pelo administrador do sistema.			Não

Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
050			Não
051			Não
052			Sim
053			Sim
054			Não
055			Não
056			Não
057			Não
058			Não
059			Sim
060			Não
061			Não
062			Sim
063			Não
064			Sim
065			Sim
066			Sim

Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
033			Não
034			Sim
035			Sim
036			Sim
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
037			Sim
038			Sim
039			Não
040			Não
041			Não
042			Não
043			Não
044			Sim
045			Sim
046			Sim
047			Não
048			Não
049			Sim

Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço e Acompanhamento das Entregas ou Prestação dos Serviços e Liquidação de Despesa.

O sistema deverá armazenar informações relativas às aquisições realizadas, tais como: Modalidade/Nº da Aquisição, Tipo de Licitação, Objeto, Responsáveis, Comissão de Licitação, Datas e Horas de Abertura, Entregas de Envelopes, Sessões, Participantes, Processo Administrativo, Pareceres da Licitação, e demais dados referentes ao andamento histórico das atividades do processo.

Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais.

O sistema deverá permitir a definição automática do vencedor de acordo com as propostas das empresas ou ainda a definição do vencedor de forma manual a critério do usuário.

O sistema deverá emitir todos os documentos referentes ao processo licitatório, tais quais: atas, editais, mapa comparativo, dentre outros.

O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos.

O sistema deverá manter o registro de motivos de dispensa de licitação para efetivação dos empenhos devidamente justificados no módulo orçamentário contábil.

As Requisições de Compras ou Serviços que estejam Agrupadas ao final do procedimento deverão possuir a emissão de Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, individualizada a fim de facilitar a identificação da liquidação da despesa.

O sistema deverá disponibilizar um acompanhamento de entregas por Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, relatando as solicitações, as entregas, os aditivos e alterações de preços, saldo físico e financeiro por item.

O sistema deve possibilitar emissões de Solicitações de Entrega para Materiais ou Serviços com entregas parceladas, de modo ser numeradas por Exercício e vinculadas diretamente à Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, controlando o saldo físico das entregas ou execuções a serem realizadas pelo Fornecedor.

O sistema deverá permitir a aplicação das disposições da Lei Complementar 147/2014.

O sistema deverá controlar o status do processo, conforme os seguintes descritivos (Ajudicado / Alvo, Anulado / Suspenso, Deserto, Frustrado, Homologado, Homologado – Parcial, Revogado, Outro).

Permitir a verificação e o comparativo do valor de última aquisição e/ou estimado para as Aquisições / Contratações, com os valores finais ofertados pelo licitante vencedor.

Quando o processo de Aquisição ou Contratação chegar à Homologação e/ou julgamento final das propostas, o sistema deverá realizar via integração com o Módulo Orçamentário Contábil, o empenho da despesa.

Após a emissão de nota de empenho, o sistema deverá permitir ao usuário habilitado, a geração de Autorização de Fomento/Ordem de Serviço aos vencedores;

O sistema deverá permitir a realização de Arrolamento e Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, vinculando-o ao processo licitatório ou que originou a contratação, permitindo ainda a realização de reserva orçamentária via integração automática com o módulo Orçamentário/Contábil.

O sistema deverá ser integrado com os módulos de estoque e controles, encerrando o processo de Aquisição / Contratação com a entrega dos materiais nos locais definidos emitindo o Boleim de Recebimento de Material ou Boleim de Prestação de Serviços, permitindo a emissão dos documentos pelo Amostrado ou pelo Gestor da Aquisição / Contratação.

Permitir a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP conforme disposições da Lei 14.133/21.

COTAÇÃO DE PREÇOS

067	O sistema deverá conter mecanismo de cotação de preços, integrado ao módulo de Aquisições e Registro de Preços, permitindo que a cotação seja realizada com base em uma Requisição de Compras / Serviços ou Agrandamentos de Compras ou tendo apenas como base os itens que desejam ser cotados, sem vínculo com requisição/agrupamento.				Sim							acompanhamento das Atas de Registro de Preços (cotas, saídas, unidades requisitantes, remanejamento de cotas, reajustes de preços) de cada item.	Sim
068	O sistema deverá permitir o controle dos fornecedores que ofertarem propostas para os itens da Cotação de Preços, emitindo o Mapa Comparativo para auxiliar no julgamento, demonstrando informações sobre o preço médio do item e total pela média, Menor e Maior Preço, Desvio Padrão dos preços apresentados, coeficiente de variação e os preços ordenados por ordem crescente de valores. O sistema deverá destacar no Mapa Comparativo de Preços, as propostas que contêm o menor preço. Após o término da cotação de preços os valores apurados deverão retornar às Requisições de Compras / Serviços ou Agrandamentos de Compras tanto para processo comum de contratação como para processos de Registro de Preços com as opções de Média, Menor ou Maior, permitindo o lançamento de acréscimo percentual (%) como margem de segurança, para os casos das cotações com vínculo a requisição/agrupamento.				Não							O sistema deverá gerar e emitir a Ata de Registro de Preços, contendo no mínimo as informações: Órgão Gerenciador, Participantes, Grupo / Materiais ou Serviços com sua quantidade estimada para a validação da Ata, informações do Fornecedor vinculado à Ata, a sua classificação, o valor a ser registrado, número e ano da Ata, a descrição dos materiais/serviços e valor total estimado e caso se trate de um processo por desconto, registrar o valor do desconto na Ata.	Sim
069	O sistema deverá possibilitar a exportação da cotação para Excel, permitindo que o fornecedor possa preenchê-la e posteriormente o sistema deverá importar e arquivar atualizando os preços conforme a planilha.				Sim							O sistema deverá permitir a emissão do relatório da Ata de Registro de Preços.	Não
070	O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economia por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada.				Sim							O sistema deverá possuir recurso para aviso para republicação da ata de registro do preço trimestralmente, sendo a quantidade de dias de antecedência para o aviso configurável.	Não
071	REGISTRO DE PREÇOS			ATENCIDO	Não							Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais.	Não
072	O sistema deverá permitir o registro e emissão de Requisições de Registro de Preços pelas Unidades Requisitantes com planejamento quantitativas a serem utilizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços (máximo de 12 meses).			ESSENCIAL	Sim							O sistema deverá permitir ao Órgão Participante (Secretaria / Unidade Orçamentária) solicitar a aquisição / contratação dos materiais ou serviços constantes na Ata de Registro de Preços, emitindo a Solicitação de Entrega de Materiais ou Solicitação de Serviço.	Não
073	A Requisição de Registro de Preços deverá seguir o número sequencial a partir do número 1 seguido do ano referente ao exercício corrente.				Não							A Solicitação de Materiais e/ou Solicitação de Serviços deverá conter informações relativas à Ata de Registro de Preços, item com o código e descrição do material / serviço, quantidade requisitada, valor registrado, justificativa de compra e observação.	Não
074	As Requisições de Registros de Preços deverão conter no mínimo os seguintes campos: N.º/Ano Requisição, Unidade Requisitante, Justificativa, Item, Quantidade Estimada, Local de Entrega, Observação e o Tipo de Requisição (Grupo de Materiais ou Item).				Sim							Após a criação da Solicitação de Materiais ou Solicitação de Serviços, o sistema deverá permitir a inclusão via integração automática ao módulo orçamentário / contábil de informações relativas a dotação orçamentária para fins de reserva e empenho da despesa.	Não
075	O sistema deverá permitir a digitação de especificação complementar do item na Requisição de Registro de Preços e sua emissão na Requisição, integrando com o módulo de Cotação de Preços para pesquisa de mercado.				Não							Após o empenhamento da despesa o sistema deverá permitir a emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviços.	Sim
076	O sistema deverá permitir Tipos de Requisição por Grupo para materiais onde não seja previsível a definição de quantidade ou identificação como, por exemplo, peças de veículos.				Sim							O sistema deverá permitir o gerenciamento e controle da Ata de Registro de Preços, permitindo realização do acompanhamento de contratações na Ata, controlando as quantidades máximas da Ata bem como as quantidades específicas dos órgãos participantes (Unidades Orçamentárias) conforme o planejamento anual das quantidades a serem utilizadas, permitindo a emissão de relatórios e a consulta em tela dessas informações.	Sim
077	Preços para fins de composição e abertura do processo licitatório, contendo campos para assinatura pelo Requisitante responsável e Secretário do Órgão Gerenciador.				Não							O sistema deverá controlar/gerenciar as entregas relativas às Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviço emitida, controlando o saldo e cancelamentos realizados.	Não
078	O sistema deverá permitir a aprovação ou cancelamento das Requisições de Registro de Preços.				Não							O sistema deverá permitir o controle de transferências de cotas das Unidades Orçamentárias sem que seja alterada a quantidade da Ata de Registro de Preços.	Sim
079	O sistema deverá disponibilizar a criação de um Agrupamento de Requisições de Registro de Preços que estejam aprovadas para unir o máximo possível de quantidades a serem licitadas, em busca de economia de escala, além de minimizar o número de certames a ser executado. Deverá permitir o gerenciamento da consolidação das Requisições, demonstrando as informações referentes aos Órgãos Participantes com seus itens e quantidades respectivas.				Sim							O sistema deverá gravar os preços dos primeiros colocados para cada item no momento de geração da Ata de Registro de Preços no módulo de Banco de Preços, identificando se o valor do banco de preços é um "PREÇO REGISTRADO" em Ata.	Não
080	O sistema deverá permitir a organização do item em Lotes de maneira que for mais conveniente à Administração.				Sim							O sistema deverá permitir o cancelamento do item registrado na ata para o Fornecedor, bloqueando assim as futuras entregas desse item.	Sim
081	Suportar todos as fases das Licitações realizadas através do Sistema de Registro de Preços desde o pedido, contratação e				Sim							O sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, o sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 (quando a licitação for realizada regida pela Lei	Sim

14.133/21), não permitindo o registro de solicitações de execução após o término do prazo de vigência.					
099	O sistema deverá controlar na Solicitação de Entrega de Materiais ou Execução de Serviços pela Unidade Orçamentária Participante o saldo quantitativo para a Unidade, informando quando não possuir saldo na respectiva Ata de Registro de Preços.				Sim
100	O sistema deverá permitir a revisão de preços da Ata de Registro de Preços por motivos imprevisíveis ou incontornáveis pela Administração, sempre que o valor registrado denotar diferenças em relação ao preço de mercado (para cima ou para baixo).				Sim
101	O sistema deverá manter registro histórico, inclusive disponibilizar realidades, das revisões dos preços registrados.				Não
102	O sistema deverá permitir o remanejamento de cotas entre Unidades Orçamentárias Participantes da Ata de Registro de Preços e entre as Participantes e Unidades Orçamentárias que não haviam participado do certame, controlando os respectivos saldos resultantes do remanejamento.				Sim
103	O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada.				Não
104	O sistema deverá permitir a utilização nas hipóteses de inexistência e de dispersão de lotação para a atualização de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.				Sim
Item	ESTOQUE / ALMOXARIFADO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
105	O sistema deverá permitir registro à estrutura hierárquica dos almoxarifados com subordinação aos locais de armazenamento. Exemplo: 1.02.000 – Almoxarifado totalizador da Saúde ; 1.02.001 – Almoxarifado Central da Saúde ; 1.02.002 – Almoxarifado Ambulatorial.				Sim
106	O sistema deverá controlar as divisões físicas de localização de corredores / ruas, pallets e escaninhos para armazenamento de materiais.				Sim
107	O sistema deverá possibilitar a definição do responsável pelo almoxarifado, esse responsável deverá estar vinculado ao cadastro de usuários do sistema.				Sim
108	O sistema deverá bloquear as movimentações dos almoxarifados que estejam sem responsável vinculado.				Sim
109	O sistema deverá possibilitar o controle de acesso de usuários a almoxarifados, possibilitando que o usuário de sistema possa ter acesso a mais de um almoxarifado.				Sim
110	O sistema deverá permitir o controle de armazenamento de materiais perecíveis, registrando o lote, Data de Fabricação e Vencimento e respectiva quantidade.				Sim
111	O sistema deverá controlar todas as movimentações dos materiais no estoque, registrando as entradas e saídas e seus respectivos valores efetuando o cálculo de balancetes para encerramento mensal.				Sim
112	Com base na movimentação histórica, em cada almoxarifado será calculado o ponto de reposição e o ponto de estoque em material em ponto de reposição.				Sim
113	O controle físico e financeiro dos materiais deverá ser efetuado automaticamente fornecendo a posição do estoque para cada material do almoxarifado.				Sim
114	O sistema deverá utilizar o conceito de Centro de Custos para as Unidades Requisitantes e preço médio ponderado para efetuar os movimentos de saída.				Não
115	Manter histórico de documentos responsáveis pelas movimentações como, por exemplo, Notas Fiscais, Requisição de Material ao Estoque, Atesto de Recebimento de Mercadorias ou Execução de Serviços, Devolução de Mercadorias, Inventários, etc.				Sim
116	Os mecanismos para controle das movimentações tais como entradas, saídas e transferências devem ser informatizados, permitindo a emissão de documentos para arquivamento nos				Sim

setores:					
117	As Requisições de Materiais pelas Unidades Administrativas devem ser geradas de forma eletrônica com numeração sequencial por exercício.				Sim
118	O sistema deverá permitir que as requisições de material em estoque possam ser atendidas integralmente ou parcialmente.				Sim
119	O sistema deverá permitir aprovação, cancelamento e eliminação de pendência para o material requisitado, bem como o estorno da Requisição de Material em Estoque.				Sim
120	O sistema deverá ter mecanismos que bloqueiem os almoxarifados para entradas e saídas, durante os períodos de inventário.				Sim
121	O sistema deverá permitir o lançamento de vários lotes de materiais perecíveis tanto para as entradas quanto para as saídas de materiais perecíveis.				Não
122	O sistema deverá permitir que nas saídas de materiais perecíveis seja possível o remanejamento de lotes, tanto quanto forem necessários para o atendimento à quantidade a ser movimentada, bloqueando o movimento até que a quantidade dos lotes sejam necessárias ao atendimento da requisição.				Não
123	O sistema deverá permitir listar todos os materiais perecíveis a vencer em determinada data por almoxarifado e em geral, individualizada por almoxarifado ou geral.				Não
124	O sistema deverá disponibilizar a Apropriação de Consumo por Centro de Custo, através das movimentações históricas.				Não
125	O sistema deverá permitir o cadastramento/inclusão de notas fiscais quando do recebimento do material pelo almoxarifado, permitindo a emissão de Boletim de Recebimento de Material / Serviços, liberando a respectiva nota fiscal para pagamento pelo setor financeiro (liquidação).				Sim
126	O sistema deverá permitir e controlar historicamente as transferências de materiais entre almoxarifados.				Sim
127	O sistema deverá possuir integração com os módulos de Materiais e Serviços, Fornecedores, Aquisições, Patrimônio, Contrato, Orçamentário / Contábil.				Não
128	O sistema deverá projetar as previsões de consumo para futuras compras, baseadas em entregas que estão pendentes e o período de consumo a ser analisado.				Sim
129	O sistema deverá listar materiais em estoque por almoxarifado.				Sim
130	O sistema deverá imprimir as requisições de materiais em estoque efetuadas.				Sim
131	O sistema deverá permitir a saída por deterioração de materiais perecíveis que venceram ou que sofreram algum dano ou acidente natural.				Sim
132	O sistema deverá disponibilizar dados para criticidade, relativos à curva ABC, ponto de reposição e o consumo médio para cada item de material.				Sim
133	O sistema deverá permitir que a "Requisição de Material em Estoque" (RME) que não for atendida pelo setor de Almoxarifado possa ser alterada, desde que seu status não seja "CANCELADA" ou "APROVADA", porém, deve haver permissões especiais para DESAPROVAR (RME) e marcadas como APROVADA, se necessário for.				Sim
134	Na saída de material do estoque para materiais perecíveis, o sistema deverá indicar sempre os lotes mais antigos, antes de se utilizar outro lote mais recente.				Não
135	O sistema deverá fornecer a opção de aviso ou de bloqueio para itens requisitados para uma Unidade Administrativa que possua uma Requisição de Material em Estoque a ser atendida.				Não
136	Quando do atendimento de RME, o sistema deverá emitir uma Nota de Entrega de Material, para o Requisitante e Almoxarifado. Quando se tratar de material perecível, deverá constar os lotes utilizados no atendimento da Requisição.				Não
137	O sistema deverá manter histórico das quantidades solicitadas na requisição de Material em estoque, as quantidades fornecidas e os saldos não atendidos a fim de possibilitar análise sobre demanda reprimida.				Sim

	perda de valor recuperável;				
175	O sistema deverá permitir controle incorporações, quanto aos bens móveis, integrado ao módulo Aquisições controlando a quantidade a ser incorporada de acordo com a Nota Fiscal ou documento correspondente;			Sim	
176	O sistema deverá permitir controle de baixas patrimoniais com base nos bens declarados como inservíveis, disponibilizando campo para registro de laudo (motivo) computatório da baixa e processo administrativo associado;			Sim	
177	Quando se tratar de baixa por alienação por venda, o sistema deverá registrar e valor da venda para apuração do "ganho" ou "perda" com a venda de bem;			Sim	
178	O sistema deverá permitir o registro de inventário patrimonial de bens móveis, exportando dados para coletor;			Sim	
179	O sistema deverá registrar as anônimas de localização de bens durante o inventário, isto é, bens localizados em determinado setor, mas pertencentes a outro para fins de futura regularização;			Sim	
180	O sistema deverá permitir o controle do contrato de locação de bens patrimoniais móveis a terceiros, com informações do locatário, formas de pagamento, periodicidade do pagamento, data de início e fim, valor global;			Não	
181	O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de loteamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;			Não	
182	O sistema deverá registrar e emitir o Termo de Responsabilidade, individual ou setorial dos bens patrimoniais;			Não	
183	O sistema deverá emitir relatório para inventário (levantamento físico de bens) de bens por unidade administrativa com informações sobre a conservação do material inventariado e se o material está em uso ou ocioso, gerado em formato pdf e planilha compatível com Microsoft Excel;			Sim	
184	O sistema deverá possuir rotina para inventário de bens (móveis, acervo, intangível e veículo) possibilitando informar a localização atual do bem e o assido de conservação;			Sim	
185	O sistema deverá realizar as movimentações necessárias no patrimônio para ajustes dos bens: localização e estado de conservação) de acordo com o intrinseco no inventário;			Não	
186	O sistema deverá bloquear a movimentação de patrimônio para a unidade gestora ou unidade organizacional que estiver com o inventário patrimonial aberto a fim de garantir a confiabilidade nas informações do inventário;			Sim	
187	O sistema deverá permitir a emissão de relatório demonstrando os bens inventariados: "Localizados - pertencentes ao setor"; "Localizados mas pertencentes a outro setor"; e "Não Localizados";			Sim	
188	O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de loteamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;			Não	
189	O sistema deverá atualizar o controle mensal financeiro do bem demonstrando o valor anterior do bem, o valor de baixa, reavaliação, depreciação, redução de valor recuperável, valor líquido de baixa e valor atual do bem, emitindo relatório da movimentação de bens;			Sim	
190	O sistema deverá, a cada evento de lançamento de valores no controle patrimonial, possuir integração ao módulo organizacional / contábil sobre os eventos contábeis a serem efetuados;			Sim	
191	O sistema deverá emitir relatório, por período, mensal e anual, das manutenções preventivas e corretivas dos bens para auxiliar na gestão patrimonial;			Não	
192	O sistema deverá possuir filtros de busca e localização de cadastros de bens patrimoniais;			Sim	
193	O sistema deverá permitir busca de bens patrimoniais por palavras inteiras ou parte de palavras;			Sim	
194	O sistema deverá permitir o controle e registro de bens móveis afetados a terceiros;			Não	
195	O sistema deverá permitir emissão de relatórios de bens móveis por unidade organizacional, por forma de aquisição, por código de			Sim	

	material (quando se tratar de bens móveis), por faixa de valores de aquisição e por data de aquisição e incorporação;				
196	O sistema deverá permitir a inclusão de fotos e arquivos de quaisquer formatos para os bens;			Não	
197	Permitir a emissão de relatório de itens baixados (por exemplo, por período, por tipo de patrimônio, por tipo de baixa e por faixa de patrimônio);			Sim	
198	O sistema deverá permitir a alteração do número de plaqueta do patrimônio;			Sim	
199	Classificar o cálculo de depreciação, exatidão ou amortização de acordo com o Grupo e Classe de Bem Patrimonial;			Sim	
200	Permitir o estorno de operações que envolvam os lançamentos e movimentações nos bens, quando cabível;			Sim	
201	Permitir a reclassificação de bens de uma classe patrimonial para outra, realizando o movimento de incorporação e baixa financeira, integrado aos eventos contábeis;			Não	
202	Permitir o cálculo patrimonial para atualização dos bens;			Sim	
Item	PRESTAÇÃO DE CONTAS	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
203	Permitir a geração dos arquivos XML em atendimento a AUDESP fase IV para envio ao TCE-SP;			Sim	
204	Possuir relatório de validação das informações que devem ser preenchidas no sistema para facilitar a identificação de inconsistências nos processos antes de enviá-los ao tribunal de contas do estado;			Sim	

Item	PORTAL DE ACESSO AS INFORMAÇÕES	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	O Portal de Transparência deverá ser um sistema Web e permitir a busca de informações de sistemas pertencentes à empresa e/ou terceiros, se assim for necessário, extraindo a leitura direta dos sistemas integrados, que serão disponibilizados;			Sim
002	O Portal deverá possuir integração com os módulos de Contabilidade, Licitações e Contratos, RH e Folha de Pagamento para fornecimento de informações;			Sim
003	O Portal deverá possuir ambiente de configuração de forma fácil e ágil, separando as funcionalidades, para organização das tarefas;	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
004	Cadastro de estrutura organizacional, que deverá conter:			Sim
005	A criação de unidades, permitindo editar, Ativar/Desativar e excluir;			Sim
006	Possibilitar a criação de níveis e subníveis, dentro da estrutura organizacional;			Sim
007	Permitir a movimentação de subnível dentro do organograma;			Sim
008	Possibilitar incluir nomenclatura do responsável pela unidade, permitindo também a opção de inserir foto do mesmo;			Não
009	Possibilitar criação de texto informativo com atribuições de cada unidade;			Não
010	Possibilitar a inclusão de responsável de cada unidade, permitindo a inserção de foto do mesmo;			Não
011	Possibilitar a inclusão de endereço, telefones e horários de atendimento ao público;			Sim
012	Possibilitar anexação de arquivos, como fluxograma e legislação do órgão;			Sim
013	Permitir a inclusão de departamentos ou secretarias, com link para direcionamento a uma determinada página web;			Sim
014	Possuir integração com google maps, auxiliando o cidadão na localização do endereço da autarquia;			Não
015	Possuir glossário com termos e suas definições, que deverão ser exibidos em ordem alfabética para fácil localização visual;			Não
016	Possibilitar que o usuário cadastrado, tenha permissão de incluir, excluir, alterar, ativar e desativar, termos cadastrados no glossário;			Não

017	Possibilitar cadastro de perguntas frequentes feitas pelo cidadão e suas respostas. O sistema deverá permitir que as perguntas criadas possam ser atualizadas e desativadas, a qualquer momento, mantendo o histórico das perguntas cadastradas anteriormente;	Sim
018	8. Possuir o portal, funcionalidade de acessibilidade de conteúdo, através de tradutor de línguas, alto contraste e redimensionamento de fonte;	Sim
019	9. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam alterar configurações gerais, que deverão refletir automaticamente, tais como:	ESSENCIAL
020	9.1. Título de exibição no portal;	ATENDIDO
021	9.2. Cores dos menus;	NÃO ATENDIDO
022	9.3. Tabelas e rodapé;	Sim
023	9.4. Cores das fontes dos títulos;	Sim
024	9.5. Imagem de fundo de tela;	Não
025	9.6. Imagem de fundo do home;	Não
026	9.7. Banner e botão;	Sim
027	10. Possuir no acesso ao portal, gráficos indicadores para melhor análise do cidadão, para que possa assim visualizar;	ESSENCIAL
028	10.1. Indicador do tipo Coluna;	ATENDIDO
029	10.2. Indicador do tipo Pizza;	Não
030	10.3. Indicador do tipo Barra;	Não
031	10.4. Indicador do tipo Donuts;	Não
032	11. Permitir que os usuários do sistema possam configurar;	ATENDIDO
033	11.1. Indicadores gráficos;	NÃO ATENDIDO
034	11.2. Informações de exibição;	Sim
035	11.3. Possibilitar ordenação dessas informações no acesso ao portal;	Sim
036	12. Possuir indicadores gráficos que deverão possibilitar ao cidadão, o direcionamento a fonte das informações;	Não
037	13. Disponibilizar de forma detalhada, o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;	Sim
038	14. Disponibilizar de forma detalhada, registros contendo informações de remunerações dos servidores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;	Sim
039	15. Disponibilizar de forma detalhada, as informações inerentes aos servidores públicos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;	Sim
040	16. Disponibilizar informações e procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, bem como todos os contratos celebrados, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;	Sim
041	17. Disponibilizar informações de receitas, previsão, arrecadação e lançamentos, classificação orçamentária, com a especificação da natureza e a fonte de recursos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;	Sim
042	18. Disponibilizar de forma detalhada, as informações de despesas, contendo dados referentes ao empenho, liquidação, pagamento, classificação orçamentária e beneficiário, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;	Sim
043	19. Disponibilizar registro de contratos com convênio contendo informações de início de contratação, data de término e valores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;	Sim
044	20. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) referentes a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;	Sim
045	21. Disponibilização de relatórios de orçamento PPA, LDO e LOA;	Sim
046	22. Possibilitar a exportação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, atendendo no mínimo os formatos: PDF, XLS, TXT e CSV;	Sim
047	23. Exibir informações em formato de lista, tendo como alternativa, ajuste de visualização através de filtros por periodicidades, sendo eles:	Sim

048	23.1. Periodicidade Mensal, Bimestral, Trimestral, Quadrimestral, Semestral e Anual;	Não
049	23.2. Filtro: Periodicidade em conjunto com o mês, com opção de Janeiro a Dezembro;	Não
050	23.3. Permitir filtrar por exercícios dos últimos 5 anos;	Não
051	24. Permitir o cadastro de detalhamento das informações do portal, permitir também a alteração das suas cores, com possibilidade de alteração em;	Não
052	24.1. Cores da fonte do título;	Não
053	24.2. Cores de fundo do título;	Não
054	24.3. Cores das fontes dos grupos;	Não
055	24.4. Cores do total;	Não
056	24.5. Cores da fonte do total;	Não
057	24.6. Cores do fundo total;	Não
058	25. Possuir sumário com ferramentais de enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que foram cadastradas, permitir ao cidadão;	Sim
059	26. Possuir integração com o sistema e-SIC, Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;	Sim
060	27. Exibir os pedidos de informações registrados no e-SIC;	Sim
061	27.1. Quantidade de pedidos do e-SIC;	Não
062	27.2. Quantidade de atendimentos respondidos;	Sim
063	27.3. Prazo médio de resposta;	Sim
064	28. Aos pedidos de recursos registrados via SIC, permitir visualizar;	Não
065	28.1. Quantidade de recursos atendidos, se houver;	Não
066	28.2. Quantidade de pedidos de recursos respondidos, se houver, respondidos;	Não
067	29. Com relação às reclamações registradas, permitir visualizar;	Não
068	29.1. Quantidade de reclamações atendidas;	Não
069	29.2. Quantidade de reclamações respondidas;	Não
070	30. Possuir funcionalidade que direcione o cidadão a acessar o e-SIC;	Sim
071	31. Possibilitar na página introdutória, informações referentes ao e-SIC, a exibição gráfica de indicadores, para melhor análise do cidadão, possibilitar visualizar como;	Não
072	31.1. Indicador do tipo Coluna;	Não
073	31.2. Indicador do tipo Pizza;	Não
074	31.3. Indicador do tipo Barra;	Não
075	32. Permitir por usuários gerenciais, a configuração das informações gráficas, como:	Não
076	32.1. Exibição do tipo Mensal;	Não
077	32.2. Exibição do tipo Bimestral;	Não
078	32.3. Exibição do tipo Semestral;	Não
079	32.4. Exibição do tipo Anual;	Não
080	33. Disponibilizar no acesso as informações no portal, a data da última atualização dos dados no portal, contendo no mínimo: configuração das informações gráficas, como:	Sim
081	33.1. Data da última atualização;	Sim
082	33.2. Mês da última atualização;	Sim
083	33.3. Ano da última atualização;	Sim
084	33.4. Horário da última atualização;	Sim
085	34. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam, alterar o nome das colunas no portal;	Sim
086	35. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam habilitar e desabilitar, colunas já existentes, facilitando assim a administração dos dados pelos gestores;	Sim
087	36. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados aos registros de contratos;	Sim
088	37. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados às Licitações;	Sim

080	38. Permitir por usuários gerenciais, a criação de tipos de usuários, sendo no mínimo:	Sim
090	38.1. Usuário do tipo padrão;	Sim
091	38.2. Usuário do tipo gerencial;	Sim
092	39. Possuir recurso de orientação sobre qual diretrizes necessárias para criação de senha, para acesso a área gerencial;	Sim
093	40. Permitir que usuários gerenciais com permissão, possam bloquear e liberar o acesso ao sistema para outros usuários;	Sim
094	41. O Portal deverá estar disponibilizado em nuvem, para assim diminuir riscos de instabilidade e praticidade na necessidade de manutenção;	Sim
095	42. Possibilitar que as visões de módulos diferentes, possam ser conectadas;	Não
096	43. Possuir ferramenta que possibilite a extração periódica dos dados, para armazenamento em repositório da nuvem;	Sim
097	44. A ferramenta de extração de dados deverá possibilitar aos usuários devidamente cadastrados o agendamento do período que a extração acontecerá	Não

Item	SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Permitir o registro através da internet de sugestões e reclamações, denúncias e elogios relativos a serviços públicos e controlar o andamento das demandas e efetuando os registros necessários ao sistema;			Sim
002	Permitir que o requerente possa ficar com seus dados em sigilo quando desejar;			Sim
003	Permitir registro do custo das providências adotadas;			Não
004	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de rotineiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;			Sim
005	Permitir consulta a uma determinada ouvidoria, fornecendo informações sobre o seu andamento e em que órgão se encontra;			Sim
006	Possuir controle dos prazos de conclusão das ouvidorias recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;			Sim
007	Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;			Sim
008	Ao cadastrar uma ouvidoria, possibilitar informar o local da ocorrência;			Não
009	Possibilitar para ouvidoria sigilosa que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do requerente;			Sim
010	Possibilitar informar o beneficiário da ouvidoria;			Sim
011	Possibilitar a classificação da ouvidoria como, no mínimo: • Pedido de informação; • Pedido de serviço; • Reclamação; • Denúncia; • Sugestão; • Elogio;			Sim
012	Possibilitar ao cidadão consultar as ouvidorias na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;			Sim
013	Possibilitar após o término do cadastro a distribuição automática da solicitação ao órgão ou ouvidor responsável;			Sim
014	Permitir o cadastramento de um usuário do sistema como ouvidor e possibilitar o vínculo de órgãos sob sua responsabilidade;			Sim
015	Permitir atribuir aos assuntos a condição de sigiloso;			Sim
016	Possuir funcionalidade para proporcionar ao ouvidor gerenciar o andamento das demandas das modalidades processo, solicitação e ouvidoria;			Não
017	Emitir relatórios para gerenciamento pelo ouvidor;			Não
018	Possibilitar atribuir no cadastro de assuntos a obrigatoriedade do local ou endereço de inspeção. Ouvidorias pertencentes a estes assuntos não poderão ser cadastradas caso não seja informado o endereço ou local de inspeção;			Não
019	Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar o registro de ouvidorias;			Sim
020	Possibilitar o registro de observações relativas a ouvidoria por usuário, permitindo que um usuário apenas visualize as observações registradas pelos demais usuários do sistema;			Não
021	Possibilitar classificar a prioridade da ouvidoria como, no mínimo: • Urgente; • Alta; • Normal;			Sim

022	Permitir que ouvidorias classificadas com prioridades alta ou urgente sejam tramitadas inicialmente para o ouvidor e não para o órgão responsável pelo assunto;			Sim
023	Possibilitar anexar arquivos digitais no momento da abertura de uma ouvidoria;			Sim
024	Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;			Não
025	Permitir ao ouvidor atribuir status de sigilo à ouvidoria mesmo quando o assunto solicitado não exigir;			Sim
026	Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;			Sim
027	Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar: • Tramitação; • Encerramento; • Envio de resposta; • Reativação;			Sim
028	Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às ouvidorias aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;			Não
029	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a ouvidoria;			Sim
030	Permitir a anexação de, no mínimo, uma imagem para cada pendência registrada;			Sim
031	Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da ouvidoria;			Sim
032	Possibilitar escolher se as respostas serão enviadas aos requerentes diretamente pelo órgão responsável pelo encerramento ou somente pelo ouvidor;			Não
033	Permitir alterar o sigilo do requerente nas ouvidorias;			Não
034	Permitir a reativação de ouvidorias, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a ouvidoria para qualquer órgão executar uma nova análise;			Não
035	Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ouvidoria;			Sim
036	Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro;			Não
037	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das ouvidorias registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos;			Sim
Item	ATENDEMENTO AO CIDADÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
038	Registrar reclamações, sugestões do município e encaminhá-la via sistema para o órgão responsável;			Sim
039	Possuir controle dos prazos de conclusão das solicitações recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;			Sim
040	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável, permitindo ainda o cadastro de rolêiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;			Sim
041	Enviar resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa de não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;			Não
042	Permitir a reativação de solicitações, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a solicitação para qualquer órgão executar uma nova análise;			Sim
043	Possibilitar a consulta das solicitações por, no mínimo: • Requerente; • Beneficiário; • Data de registro; • Assuntos; • Complemento do assunto; • Número e ano; • Órgão atual; • Endereço de inspeção;			Sim

044	Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento;			Não
045	Possibilitar a distribuição automática ao órgão responsável pelo assunto;			Sim
046	Permitir a emissão de relatório gerencial;			Sim
047	Emitir relatório por órgão dos assuntos solicitados, tempo total de permanência e a quantidade de dias em atraso;			Não
048	Possibilitar ao cidadão consultar as solicitações na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos de administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;			Não
049	Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual e custo de execução a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;			Não
050	Possibilitar informar o beneficiário da solicitação;			Sim
051	Possibilitar encaminhar as solicitações aos cuidadores de outro(m usuário) e assegurar que somente o destinatário possa dar andamento à solicitação;			Não
052	Possibilitar registrar mais informações sobre o assunto para auxílio durante o atendimento ao cidadão;			Sim
053	Possibilitar a reimpressão da carta e/ou reenvio de e-mail da resposta ao requerente;			Sim
054	Possibilitar a consulta às providências registradas para as solicitações;			Sim
055	Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;			Não
056	Emitir relatório de solicitações tramitadas contendo, no mínimo, órgão, período e assunto;			Não
057	Possibilitar que o agente de atendimento possa definir a prioridade da solicitação;			Não
058	Possibilitar atribuir aos usuários direitos de tramitação de solicitações em mais de um órgão;			Não
059	Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de uma solicitação em aberto, podendo bloquear a tramitação da solicitação até a conclusão da ordem de serviço gerada;			Não
060	Possibilitar a consulta ao histórico de trâmites das solicitações entre os órgãos;			Não
061	Emitir relatório do total geral de tempo de permanência e trânsito a partir da data de abertura e o prazo estimado para término;			Não
062	Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;			Não
063	Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às solicitações aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;			Sim
064	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a solicitação;			Não
065	Permitir a anexação de arquivos digitais à solicitação na abertura ou em qualquer momento, desde que a solicitação esteja em aberto;			Não
066	Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da solicitação;			Não
067	Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela demanda;			Não
068	Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro;			Não

089	Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual, custo de execução e usuário responsável pela providência a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado.				Sim
090	Possibilitar a abertura de novos volumes para o Processo. Permitir informar, no mínimo, o solicitante e o usuário responsável pela abertura. Inprimindo o termo de encerramento e abertura de volume, órgão da administração.				Sim
091	Permitir que os volumes gerados possam ser empastados entre os órgãos da administração.				Não
092	Possuir rotina para incorporação de processos. Permitir configurar se os processos incorporados devem tramitar junto ao principal;				Sim
093	Possibilitar a conclusão dos processos em qualquer órgão, havendo a possibilidade de tramitá-los para o arquivo morto sem a necessidade de reativação.				Não
094	Possibilitar o cancelamento de trâmites de processos que foram remediados, porém ainda não foi confirmado o recebimento;				Sim
095	Possibilitar que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do processo sigiloso;				Sim
096	Possibilitar cadastrar no catálogo de assuntos qual a relação de documentos exigidos para o andamento do processo.				Sim
097	Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de um processo em aberto, podendo bloquear a tramitação do processo até a conclusão da ordem de serviço gerada;				Sim
098	Possibilitar registrar avisos de pendências dos processos aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;				Sim
099	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para o processo;				Sim
100	Possibilitar o acompanhamento das fases de execução da ordem de serviço geradas para o processo.				Sim
101	Possibilitar consulta detalhada dos dados do processo, possibilitando a impressão dos dados conforme a necessidade do usuário;				Sim
102	Permitir registrar a localização física de boletos de pagamento dos processos de compra;				Não
103	Possibilitar anexar arquivos digitais em diversos formatos ao processo;				Sim
104	Possibilitar que os processos possam ser requisitados, impedindo a tramitação para outro órgão que não seja o que o requisitou;				Não
105	Possibilitar que o processo encerrado ou que se encontra em órgão de arquivo morto possam ser informados os dados do local físico do arquivamento;				Sim
106	Possibilitar a solicitação do desarquivamento de processos, onde o arquivista poderá atender ou rejeitar a solicitação;				Sim
107	Possuir uma funcionalidade que permita ao usuário verificar o status das suas solicitações de desarquivamento pelo sistema;				Sim
108	Permitir registrar documentos para juntar aos processos onde, no mínimo, devem ser informados os dados do responsável pela entrega e o motivo. Emitir comprovante de protocolização ao término do registro;				Sim
109	Possibilitar o encaminhamento dos documentos a serem juntados fisicamente aos processos;				Sim
110	Possibilitar a confirmação do recebimento dos documentos aos processos;				Sim
111	Permitir a retrada de documentos juntados aos processos onde, no mínimo, deve ser registrado o motivo e o usuário que retirou;				Sim
112	Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas referentes aos documentos recebidos;				Sim
113	Permitir pesquisar todo histórico de documentos juntados aos processos;				Sim

Item	PROTOCOLO	ATENÇÃO	NAO ATENDIDO	ESSENCIAL
069	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das demandas registradas no sistema, permitindo ao menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos			Não
070	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitido ainda o cadastro de notício previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;			Sim
071	Permitir a abertura de processos registrando os dados do requerente, assunto, possíveis documentos e local de atendimento. Permitir ainda que tal registro seja efetuado em forma de passos, que proporcione maior praticidade no atendimento ao cidadão;			Sim
072	Possibilitar que numeração dos processos seja única ou por exercício;			Sim
073	Emitir comprovante de protocolização para o interessado no momento da inclusão do processo z/n, no mínimo, as seguintes informações: • Número do Process; • Data de Abertura; • Requerente; • Assunto; • Órgão responsável pelo Assunto; • Código para acesso à consulta via internet;			Sim
074	Emitir etiquetas de protocolo contendo, no mínimo: • Número do Processo; • Data de Abertura; • Requerente; • Assunto;			Sim
075	Permitir o acompanhamento da tramitação do processo e a situação que se encontra, mantendo histórico dos trâmites e providências/despatches adotados;			Sim
076	Possuir rotina de confirmação de recebimento dos processos em trânsito. Permitir o recebimento somente por usuários com acesso ao órgão;			Sim
077	Emitir relatório de processos pendentes de confirmação de recebimento;			Sim
078	Possibilitar a representação em meio gráfico dos processos por assunto para acompanhamento de níveis de solicitação;			Não
079	Possibilitar o apensamento/anexação de processos gerando documento comprobatório com, no mínimo, as informações: • Órgão onde foi realizado o apensamento - Data/Hora do apensamento; • Processos apensados; • Processo principal; • Usuário que apensou; • Órgão de lotação do usuário; • Local para assinatura;			Sim
080	Possibilitar o cadastramento de locais de arquivamento com informações que facilite a localização física dos processos. Permitir informar, no mínimo: • Órgão; • Descrição do local; • Responsável; • Tempo de arquivamento;			Sim
081	Permitir consultar os processos que excederam a temporalidade prevista para o local;			Não
082	Emitir relatório informando os desvios entre estimativas de prazo de conclusão e tempo de permanência;			Não
083	Possibilitar a exportação dos dados de processos para planilha permitindo selecionar as colunas desejadas para a composição da planilha;			Sim
084	Possuir rotina para registrar o empastimo e a devolução do processo e manter o histórico das gerações;			Não
085	Na protocolização, verificar se o requerente possui processos abertos com o mesmo assunto, evitando para o atendente, em caso afirmativo, a lista dos processos existentes;			Sim
086	Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento, bem como os documentos necessários para o andamento do processo;			Não
087	Possibilitar configurar a obrigatoriedade da providência ao tramitar o processo. Permitir, contudo, configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;			Sim
088	Possuir rotina de configuração para definir se os processos com apensos/anexos podem ser tramitados ao arquivo morto ou devem ser desanexados antes da operação;			Não

114	Possibilitar a movimentação de local de arquivamento dos processos sem necessidade de tramitar os processos novamente;	Não
115	Possuir rotina para realizar trâmites dos processos digitalmente, sem necessidade de envio do processo físico, permitir enviar para os órgãos com acesso exclusivo a esse tipo de tramitação, enviar e-mail ao responsável pelo recebimento. Enquanto esses processos estiverem nesse tipo de tramitação não será permitida a tramitação por via normal. Permitir ainda, configurar tempo máximo de permanência do processo nesse tipo de tramitação. Possibilitar que os processos possam voltar a serem tramitados pela forma tradicional.	Sim
116	Permitir o controle de numeração de processos por empresas, sem repetição da numeração dos processos;	Não
117	Permitir incluir os locais de arquivamento e estabelecer nomenclaturas próprias de cada local.	Sim
118	Emitir relatório de processos que foram reativados por período de reativação.	Não
119	Emitir relatório de controle dos processos por órgão onde deve constar, no mínimo, o total de processos, a quantidade atrasada e quantidade em dia, com percentuais.	Sim
120	Emitir relatório de processos abertos por período contendo, no mínimo: • Número, Ano do Processo • Data de abertura; • Requerimento; • Assunto; • Complemento do assunto; • Órgão atual.	Sim
121	Emitir relatório estatístico das tramitações realizadas por órgão e período, podendo emitir das ações de recebimento, envio ou distribuição;	Sim
122	Permitir integração com o sistema de gestão tributária através da geração de guias para pagamento de taxas pertinentes ao assunto solicitado no momento da abertura do processo;	Sim
123	Permitir que o andamento do processo seja liberado somente após o pagamento ou liberação manual do processo;	Sim
124	Permitir, para abertura do processo, a importação dos dados do contribuinte através dos cadastros do sistema de gestão tributária, tais como mobiliário, imobiliário e outros;	Sim
125	Permitir a pesquisa e reimpressão da guia de pagamento das taxas de um processo.	Sim
126	Emitir relatório das guias de pagamento geradas pelo sistema de protocolo por período;	Não
127	Permitir que os usuários de órgãos, que não seja o protocolo, autuem processos administrativos internos, nessa modalidade o requerente sempre será a empresa tendo como solicitante o órgão interessado;	Sim
128	Permitir que seja gerado o número de processo de forma rápida, preenchendo apenas o requerente sem a necessidade de preencher assunto e demais informações visando a rapidez no atendimento. O sistema deverá possuir uma funcionalidade que permita revisar todos os processos pendentes que precisam ser alocados;	Não
129	Permitir que usuários com permissão possam isentar o requerente do pagamento de taxas pertinentes ao assunto;	Não
130	Possibilitar a criação de arquivos digitais quando for realizado o recebimento de um documento.	Sim
131	Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes a aquele processo.	Não
132	Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.	Não
133	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos dos processos registrados no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.	Não
em	GESTÃO DE ATIVIDADES	ESSENCIAL

134	Permitir gerar ordens de serviço a partir de solicitações ou processos, bem como através da entrada de dados via digitação;			Sim
135	Permitir que em uma ordem de serviço possam ser associados um ou mais serviços para execução;			Sim
136	Permitir o cancelamento individual de serviços associados à ordem de serviço (OS). Caso todos os serviços da OS sejam cancelados ou concluídos, dar-se o encerramento automático da ordem de serviço;			Sim
137	Permitir estabelecer prioridade para execução das ordens de serviço registradas;			Sim
138	Permitir realizar o agrupamento de serviços para posterior agendamento e execução;			Sim
139	Permitir para os agrupamentos que aguardam execução: remover serviços, cancelar o agrupamento e liberar serviços e cancelar o agrupamento e serviços;			Sim
140	Permitir que, para os agrupamentos que aguardam execução, sejam registrados, no mínimo: previsão de atendimento, previsão de término, valor estimado, responsáveis pela execução, veículos e materiais a serem utilizados na execução;			Não
141	Emitir relatório na liberação do agrupamento para execução contendo, no mínimo: • Numeração; • Previsão de atendimento; • Previsão de encerramento; • Telefones para contato; • Serviços a executar; • Local para execução dos serviços;			Sim
142	Permitir registrar para o agrupamento os apontamentos com, no mínimo, data, motivo e observação do apontamento;			Sim
143	Permitir registrar no encerramento do agrupamento, no mínimo: • Data de encerramento; • Nível de complexidade; • Situação do encerramento; • Motivo e observação da não execução; • Tempo de deslocamento; • Distância percorrida; • Nível de satisfação; • Responsável pela execução; • Parecer final.			Sim
144	Permitir pesquisa de ordens de serviço por, no mínimo: • Número e execução; • Data da abertura; • Data de encerramento; • Tipo de execução; • Requerente; • Órgão solicitante.			Sim
145	Permitir pesquisa de agrupamentos por, no mínimo: • Número e exercício; • Órgão responsável pela execução; • Data da abertura; • Data de término; • Status.			Sim
146	Permitir que sejam cadastradas as subunidades que estão ligadas aos órgãos da empresa que não estão cadastradas no organograma;			Não
147	Permitir que usuários com permissão registrem ordens de serviço com tipo de execução interno para atendimento pelos órgãos responsáveis pela execução;			Sim
148	Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas ao registrar uma ordem de serviço externa. Permitir que o andamento da ordem de serviço seja liberado somente após o pagamento da taxa ou liberação manual da ordem de serviço;			Sim
149	Para ordens de serviço internas, o usuário deve informar o órgão solicitante e a subunidade ligada ao órgão que será atendida;			Sim
150	Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes a aquela ordem de serviço;			Sim
151	Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.			Não
Item	PORTAL DO CONTRIBUINTE	ATENCIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
152	Possuir funcionalidade que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro no sistema para que possa registrar e acompanhar suas requisições. Nesse cadastro devem constar, no mínimo: • Nome; • CPF/CNPJ; • E-mail; • Senha.			Sim
153	A senha de acesso ao portal do cidadão deve exigir letras, números e caracteres especiais;			Sim

154	Permitir definir, no catálogo de assuntos, para quais assuntos o cidadão poderá registrar requisições;			Sim
155	Permitir que o cidadão possa consultar as requisições abertas por ele através do portal do cidadão;			Sim
156	Permitir que o cidadão possa consultar as demandas abertas presencialmente através do atendimento ao cidadão;			Sim
157	Permitir o registro de requisições com, no mínimo, as informações: • Assunto; • Mais detalhes sobre o motivo; • Local da ocorrência			Sim
158	Permitir que o cidadão possa registrar sua requisição através aplicativo Mobile, atendendo os requisitos do item e este aplicativo deva sugerir o Local de Ocorrência através do posicionamento de GPS de seu celular;			Não
159	Permitir que o cidadão fique anônimo ao realizar sua requisição;			Não
160	Permitir que o cidadão possa alterar seus dados pessoais, no mínimo: • Endereço • E-mail • Telefone;			Sim
161	Caso o cidadão esqueça sua senha, o sistema deve disponibilizar recurso para definição de nova senha;			Sim
162	Após registro da requisição, enviar e-mail de confirmação de abertura para o cidadão;			Sim
163	Após registro do cidadão no portal enviar e-mail de confirmação de cadastro para o cidadão;			Sim
164	Permitir a anexação de arquivos digitais na abertura da requisição;			Sim
165	Ter recurso para permitir que o cidadão, sem a necessidade de cadastro no portal, acompanhe e obtenha todas suas demandas pela internet. Possibilitar ou não, no momento da consulta, a abertura de um código de acesso/obtenção no momento da abertura da demanda;			Não
166	Possibilitar que o portal do cidadão seja acessado em várias plataformas web com responsividade;			Sim
167	Possibilidade de customização das mensagens do portal do cidadão, conforme necessidade de gestão anal;			Sim
168	A requisição cadastrada pelo cidadão deverá ser encaminhada para o órgão responsável pelo assunto ou para o ouvidor responsável;			Sim
169	Permitir que o cidadão possa consultar o catálogo de serviços de gestão, permitir que seja parametrizado para cobrança, as taxas geradas deverão ser emitidas pelo sistema de tributos;			Sim
170	Permitir que sejam emitidas taxas de arrecadação a partir dos serviços disponíveis no catálogo de serviços, permitir ainda que cada serviço possua seu valor parametrizado para cobrança, as taxas geradas deverão ser emitidas pelo sistema de tributos;			Sim
171	Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
172	Possuir sistema que atenda a Lei de Acesso a Informação (LAI), LEI Nº 527, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20-204/2012/lei/2527.htm) referente ao "CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO";			Sim
173	Possuir funcionalidade que permita alteração dos prazos previstos na Lei de forma fácil e ágil sem a intervenção de desenvolvimento;			Sim
174	Possuir funcionalidade que permita que a mensagens de notificação ao Cidadão possam ser previamente parametrizadas;			Sim
175	Possuir funcionalidade que permita envio da resposta do pedido de informação;			Sim
176	Possuir funcionalidade que permita envio da resposta do pedido de recurso;			Sim
177	Possuir funcionalidade que permita envio da resposta do pedido de reclamação;			Sim

178	Possuir funcionalidade para cadastrar a comissão responsável por julgar os recursos e reclamações referentes ao pedido de informação. Dentro de cada comissão deverá ter a possibilidade de informar os membros participantes e assegurar que somente estes membros tenham acesso às respectivas informações no sistema;			Sim
179	Possuir funcionalidade que permita o cadastro de avaliações com períodos de vigência;			Sim
180	Emitir relatório das avaliações por período contendo, no mínimo: • Número, exercício do pedido de informação; • Data de abertura; • Prazo de resposta; • Solicitante; • Os dados conforme o cadastro da avaliação executada;			Não
181	Possuir funcionalidade que permita que o pedido de informação possa ser transmitido entre os órgãos da administração pública;			Sim
182	Emitir relatório dos pedidos de informação contendo, no mínimo: • Numeração e exercício do pedido de informação; • Situação em que encontra o pedido de informação; • Solicitante; • Prazo de resposta; • Detalhamento do pedido de informação; • Dados da resposta;			Não
183	Possuir um portal que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro para registrar e acompanhar seus pedidos de informação. Nesse cadastro devem constar, no mínimo: • Nome; • CPF/CNPJ; • E-mail; • Senha;			Sim
184	A senha de acesso ao portal deve exigir letras, números e caracteres especiais;			Sim
185	O portal deve permitir que o Cidadão seja responsável pelo seu cadastro;			Sim
186	O portal deve permitir que o Cidadão deverá ser responsável para melhor visualização em dispositivos móveis;			Sim
Item	TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
187	Sistema deverá possuir funcionalidade para realizar o registro de processos digitais. Este procedimento deverá ser realizado em forma de passos, organizado por contextos. A abertura do processo digital e físico deverão ser executados na mesma funcionalidade onde o assunto determinará se o processo deverá se tornar digital ou físico. A numeração de processo deverá ser única e sequencial por exercício, ou seja, a numeração para processo digital e processo físico deverá ser contínua não podendo cada modalidade ter a sua numeração;			Sim
188	Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por cadastro do sistema de tributos como mobiliário ou imobiliário;			Sim
189	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar o solicitante por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação;			Sim
190	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar beneficiário por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação, e deverá possibilitar incluir mais de um beneficiário, sendo que o sistema deverá possibilitar que seja definido um destes beneficiários como principal;			Sim
191	Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por meio do código de uma taxa gerada previamente;			Não
192	Na tela de registro de processos digitais, deverá ser permitido o cadastramento do solicitante, conforme parametrização do sistema, deverá ser obrigatório informar o CPF/CNPJ e endereço do contribuinte;			Sim
193	Na tela de registro de processos digitais deverá existir campo para buscar e selecionar o assunto do processo, este campo deverá permitir digitação parcial para realizar a busca do assunto. Ao selecionar o assunto sistema deverá realizar validação se já existem processos abertos com o assunto selecionado para o solicitante previamente selecionado. Caso o assunto não tenha uma classificação única para processo, digital ou físico, o sistema deverá			Sim

ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS			
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001			Não
002			Não
003			Sim
004			Não
005			Sim
006			Não
007			Sim
008			Sim
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
009			Sim
010			Sim
011			Sim
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
012			Sim

013	Possibilitar o cadastramento de vários autorizados em forma de registro, vinculados a uma determinada concessão, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e grau de parentesco do cadastro do grau de parentesco. Possibilitar adicionar arquivos digitalizados ou imagens ao registro da concessão.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	Sim
Item	Cadastro de Falecido				Não
014	Manter informações em forma de registros com: Concessão Buscando o cadastro de concessões trazendo (Nº da Sepultura e Nº da Quadra), Carteira, Concessionária e Autorização filtrando de acordo com a concessão; • Dados do falecido buscando do cadastro de pessoas; • Data de Nascimento; • Data de Sepultamento; • Data de Falecimento; • Cartório; • Data do Atestado de Óbito; • Idade; • Causa Mortis possibilitando o registro de mais de uma quando houver; • Nome e CRM do médico que concedeu atestado; • Observações do Óbito; • Sexo; • Estado Civil; • Natimorto (Sim/Não); • Tempo de gestação de nascimento; • Membro; • Filiação (Nome do Pai e da Mãe); • Cúpis; • Cor dos Olhos; • Cabelos; • Funerária; • Região Proveniente; • Cícaltriz; • Nacionalidade; • Raça; • Profissão; • Entidade que prestou assistência hospitalar.				Sim
015					
016	Possibilitar o cadastramento de vários parentes em forma de registro, vinculados a um determinado falecido, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e o grau de parentesco do cadastro de Grau de Parentesco.				Não
017	Possibilitar vincular arquivos digitalizados ou imagens ao registro do falecido.				Sim
Item	Movimentação de Falecido	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
018	Possibilitar registrar as movimentações ocorridas com os registros de falecidos no cemitério, desde a sua inclusão até a retirada definitiva para ossário ou traslatação para outro cemitério.				Sim
019	Permitir consultar todas as movimentações ocorridas com o falecido.				Sim
Item	Ordem de Serviço	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	

Item	Cadastros Básicos: Cadastro de Cemitérios Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, descrição e dados de endereçamento postal (CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF). Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.				
002	Cadastro de Graus de Parentesco: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.				
003	Cadastro de Características Físicas: Fornecer cadastros independentes de Cor dos Olhos, Cúlis, Cabelo, Cícaltriz, Tipo Sangüíneo, Nacionalidade, mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição para cada cadastro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.				
004	Cadastro de Funerárias: Fornecer cadastros independentes de Funerárias mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.				
005	Cadastro de Entidades Hospitalares: Fornecer cadastros independentes de entidades hospitalares mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.				
006	Cadastro de Pessoas: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, Nome, Tipo de Pessoa, número do CPF/CNPJ, dados de endereçamento postal CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF, número do logradouro, complemento do endereço; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.				
007	Cadastro de Endereçamento: Fornecer cadastros Logradouro, Bairros, Cidades e UF, mantendo informações em forma de registro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.				
Item	Pesquisas	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
009	Requisitos Básicos: Todas os cadastros devem possibilitar as pesquisas em forma de registros, fixando os conteúdos desejados de acordo com a necessidade, permitindo, inclusive, mesclar vários filtros em uma única consulta;				Sim
010	Possibilitar a escolha dos registros que ordenarão a listagem.				Sim
011	Possibilitar a seleção das colunas para impressão da pesquisa em relatório e exportar o conteúdo da pesquisa para arquivo em formato texto, PDF e EXCEL (.xls)				Sim
Item	ROTINAS DIÁRIAS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
012	Cadastro de Concessões - Manter informações em forma de registros com: • Número da Sepultura; • Número da Quadra; • Descritivo da Concessão; • Ano e Número do processo administrativo que gerou a concessão; • Data da Concessão; • Cemitério buscado (tanto no caso de cemitérios; • Tipo de Concessão (Perpétua ou Temporária); • Período de Concessão no caso de concessão temporária e valor da concessão;				Sim

120	<p>Possibilita manter em forma de registro com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número sequencial gerado por sistema; • Ano; • Status que pode ser Aguardando Execução, Em Execução, Concluído ou Cancelado • Data abertura; • Data previsão de execução; • Responsável; • Responsável pela execução que pode ser um funcionário ou um terceiro; • Cemitério; • Identificação da concessão; • Data de conclusão; • Prioridade que pode ser Baixa, Normal, Alta ou Urgente; • Identificação do falecido; • Pessoa que solicitou. 	Não		
121	Permitir que sejam incluídos itens de serviço na Ordem de Serviço com a identificação do serviço, quantidade e valor unitário; Possibilitar o apontamento de materiais utilizados na execução da ordem de serviço com a descrição do material, quantidade e observação;	Sim		
122		Sim		
123	<p>Emitir a Ordem de Serviço com os dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número e ano; • Data e hora de abertura; • Previsão de atendimento; • Responsável; • Cemitério; • Status; • Solicitante; • Falecido; • Concessão; • Itens de serviço. 	Sim		
Item	Relatórios	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
124	Falecidos por Causa Mortis: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por período de falecimento e causa mortis. Possibilitar a visualização nos modos Sintético e Analítico. O modelo Sintético deve agrupar os falecidos por Causa Mortis e totalizar por mês de Janeiro a Dezembro, inclusive possibilitar a opção de visualização por gráficos. No modelo Analítico, possibilitar visualizar os Falecidos por Causa Mortis e demais informações pertinentes ao falecido.	Não		
125	Falecidos por Quadra: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por quadra inicial e quadra final, apresentando quadro por quadra. Possibilitar selecionar o cemitério e o período de falecimento.	Sim		
126	Concessionário e Autorizados por Concessão: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por concessão, apresentando quadro por concessão contendo o Nº e Ano do processo administrativo, Quadra e Sepultura.	Não		
127	Falecidos para exumação: Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, período de vencimento e permanência, apresentando os falecidos, localização, sepultura e data de vencimento da mesma.	Sim		
128	Falecidos por período: Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, mês e ano de sepultamento, apresentando os dados do falecido e do óbito, com as Causas Mortis.	Não		
129	Movimento de falecidos no período: Possibilitar filtrar registros dos movimentos dos falecidos em um determinado período e por tipo de movimentação realizada.	Não		

030	<p>Relatórios de Inunicações por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividade Profissional; • Naturalidade; • Entidade de Assistência Hospitalar; • Região de Procedência; • Empresa Funerária; • Concessão; • Período da Sepultamento; • Idade e Sexo; • Estado Civil e Sexo; • Localização; • Causa Mortis 	Sim		
031	Possibilitar a emissão de forma resumida ou registro a registro. Possibilitar filtrar os registros por determinado período de sepultamento.	Sim		
032	Possibilitar filtrar os registros de um cemitério ou de todos.	Sim		
034	Para as emissões resumidas permitir selecionar impressão de um gráfico.	Não		
Item	Formulários	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	<p>Guia de Sepultamento: Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Hora do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carnê. Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento e as assinaturas do Concessionário/Autorizado e do Declarante contendo seus respectivos nomes;</p> <p>Ficha do Falecido: Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carnê. Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento, Nome do Concessionário/Autorizado e do Declarante;</p>	Sim		
036		Sim		
Item	B -- Administrativo	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
037	<p>Usuários: Possuir um cadastro de usuários do sistema que devem ter uma identificação e senhas individuais para entrar no sistema, e cada usuário deve ter as seguintes permissões, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cemitérios – Incluir, Alterar, Excluir; • Pessoas – Incluir, Alterar, Excluir; • Concessão – Incluir, Alterar, Excluir; • Falecido – Incluir, Alterar, Excluir, Alterar Concessão, Movimentar; • Usuários – Incluir, Alterar; • Cadastros Básicos – Incluir, Alterar, Excluir; • Ordem de Serviço – Incluir, Alterar, Excluir; • Guia de Pagamento – Visualizar, Registrar, Parcelamento, Informar data de vencimento, Libera para execução, Reempinar; <p>Permitir que em caso de perda de senha pelo usuário, o administrador possa reinitializar a senha para que o usuário informe nova senha.</p>	Sim		
039	Possibilitar que o usuário possa trocar a senha sempre que achar necessário, informando a senha atual e a nova senha.	Sim		
Item	Auditoria	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL

Item	Descrição	Atendido	Não Atendido	Essencial
040	<p>Possibilitar o restabelecimento de alterações efetuadas pelos usuários no sistema, com tela para consultando a presente os dados:</p> <p>Tabela do sistema:</p> <p>Coluna da tabela:</p> <p>Identificação do registro alterado;</p> <p>Usuário que alterou;</p> <p>Data e hora da alteração;</p> <p>Valor antes da alteração;</p> <p>Valor depois da alteração.</p>			Não
Item	Integração	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
041	Permitir a integração com o sistema de gestão tributária através da emissão de guias para pagamento de taxas pertinentes aos serviços prestados pela administração do cemitério. O sistema deve possibilitar o controle das guias pagas, autorizando a execução se a guia for baixada (ou permitir que usuário que tiver permissão possa autorizar manualmente a execução).			Sim
042	Os dados do solicitante devem ser incluídos automaticamente quando não forem encontrados no cadastro do sistema de gestão tributária, para possibilitar a emissão da guia.			Sim
043	Permitir a reimpressão da guia para pagamento das taxas.			Sim
Item	Operacional	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
044	Todas as funcionalidades citadas devem estar disponíveis na plataforma web e acessadas via internet pelos browser (Internet Explorer / Mozilla Firefox).			Sim
045	Todos os relatórios devem ser gerados no formato PDF – Portable Document Format			Sim

ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS				
Item	Descrição	Atendido	Não Atendido	Essencial
001	Cadastros Básicos			
001	Cadastro de Seguradora - Permitir o cadastro de seguradora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.			Não
002	Cadastro de Locadora de Veículos - Permitir o cadastro da Locadora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.			Não
003	Cadastro de Locais e Pátios - Permitir o cadastro dos Locais e Pátios, informando a descrição, Endereço, Número de Vagas e Dados para Contato.			Sim
004	Documentos do Veículo - Permitir o cadastro de tipos de Documentos e Documentos associados aos veículos			Sim
Item	Cadastros Auxiliares	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
005	Tipo de Ocorrência			Não
006	Tipo de Despesa			Não
007	Tag Pedágio			Sim
Item	Cadastro de Veículos	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
008	Permitir o gerenciamento dos veículos que compõem a frota, informando o RENAVAL, Chassi, a placa, o ano, o modelo, o fabricante, a cor, o tipo do veículo, o tipo de combustível, a unidade organizacional a que está vinculado, os dados da locadora caso seja terceirizado.			Sim
009	Possuir integração parametrizável com o sistema de Patrimônio, possibilitando a importação de forma manual ou automática dos veículos no momento de sua incorporação no Patrimônio para o Módulo de Frotas.			Sim
Item	Aplicação de Infrações	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
010	Permitir o controle das multas recebidas pela frota, informando o motorista infrator, o veículo multado, número da autuação, data e hora da infração, local, tipo, pontuação, descrição da infração, data do pagamento.			Sim
Item	Apólices de Seguro	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
011	Permitir o controle das apólices dos seguros dos veículos, informando o número, data de validade, veículo, seguradora, valor segurado e valor da franquia.			Não
012	Cadastro de Documentos - Permitir o cadastro e controle do DPVAT e do licenciamento dos veículos.			Sim
013	Cadastro de Ocorrências - Permitir informar a data, o motorista, o veículo, o tipo da ocorrência, o local e um resumo do ocorrido.			Sim
014	Cadastro de Colaboradores e Motoristas - Permitir o cadastro de colaboradores, contendo no mínimo: matrícula, nome, CPF, cargo ou função, e-mail, endereço e telefone.			Sim
015	Quando o colaborador for motorista permitir também informar Número da carteira, categoria, data de emissão e data de vencimento.			Sim
Item	Controle de Reserva	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
016	Permitir controlar a reserva de veículos informando o veículo, condutor, a finalidade (manutenção, serviço ou viagem), data de início e data término.			Sim
017	As reservas deverão ser exibidas em calendário a fim de facilitar a consulta e novos cadastros.			Sim
Item	Cadastro de Viagem	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
018	Permitir cadastrar viagens, contendo no mínimo as informações: Situação, passageiros, origem, destino, assunto, data da saída e data do retorno.			Sim
019	Deverá permitir associar um ou mais veículos e os motoristas de casa veículo.			Sim
Item	Locais de Abastecimento	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
020	Permitir o cadastro de locais contendo as informações: nome, uso interno ou externo, endereço e contato.			Não
021	Para os casos de abastecimento interno permitir cadastrar as informações da bomba: descrição, fabricante, modelo, tipo do medidor e combustíveis associados a bomba.			Não
Item	Módulo Abastecimento	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL

022	Gerenciar os abastecimentos realizados, informando o motorista, veículo, data do abastecimento, combustível, km anterior e km atual, valor do litro, quantidade, com cálculo automático do total.	Sim		
023	Possuir integração com módulo de compras permitindo associar a autorização de fornecimento associada ao abastecimento e o empenho utilizado.	Sim		
024	Possuir controle de aprovação e liberação do abastecimento.	Sim		
025	Possuir integração com módulo de almoxarifado, gerando requisição de material em estoque no ato do abastecimento quando for	Sim		
Item	Módulo Manutenção	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
026	Permitir o controle de solicitações de serviço da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários serviços.	Sim		
027	Permitir o controle de solicitações de material para manutenção da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários materiais.	Sim		
028	Utilizar o mesmo cadastro de materiais do módulo de compras e almoxarifado.	Não		
029	Possuir controle de aprovação das manutenções.	Sim		
Item	Relatórios	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
030	Ficha do Veículo	Não		
031	Relação de Condutores	Não		
032	Solicitação de Abastecimento com demonstrativo dos últimos 3 abastecimentos.	Não		
Item	Administrativo - Perfil de Acesso	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
033	Permitir a criação de perfis de acesso para os usuários, possibilitando definir a quais funcionalidades cada usuário terá acesso dentro do sistema. Em seu cadastro é informado um nome para cada perfil, assim como realizada a vinculação das funcionalidades que farão parte deste.	Sim		
034	Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o perfil.	Sim		
Item	Administrativo - Grupo de Acesso	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	Permitir a criação de grupos de acesso para os usuários, informando um nome para o grupo e vinculando a este os perfis de acesso desejados. Possibilitando a criação de um controle que reúna vários perfis de acesso já existentes, estabelecendo uma forma de permissão mais ampla e definida, destinada a grupos de usuários que tenham acesso as mesmas determinadas rotinas.	Sim		
036	Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o grupo.	Sim		

Item	PREGÃO ELETRÔNICO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Funcionar integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.			Sim
002	Possuir manual on-line			Não
003	Permitir o licitante cadastrar-se na Plataforma.			Sim
004	Permitir o licitante inserir valores da proposta e anexar a proposta digitalizada.			Sim
005	Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do fabricante na inclusão das propostas.			Não
006	Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do modelo na inclusão das propostas.			Não
007	Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento da marca na inclusão das propostas.			Sim
008	Permitir o licitante inserir os documentos para a habilitação através do sistema de pregão eletrônico.			Sim
009	Permitir o licitante efetuar lances de menor valor ou de valores intermediários na etapa de disputa e em tempo real.			Sim
010	Verbar a identificação dos licitantes na sessão até o fim da etapa de lances.			Sim
011	Permitir definir critério de disputa Aberto ou Fechado para o processo.			Sim
012	Possuir parametrização padronizada pelo sistema referente aos tempos adotados na sessão, permitindo alterações se necessário.			Sim
013	Possuir geração de chave de acesso na inclusão das Propostas para acesso e participação da sessão pelo Licitante.			Sim
014	Possuir menu detalhado e resumido para acompanhamento do Pregão.			Não
015	Permitir classificação e abertura de itens em lance sem limitação de itens abertos.			Sim
016	Permitir ao pregoeiro a reabertura do item após o encerramento da etapa de lances no Modo de disputa aberto, caso não houver prorrogação automática do lance.			Sim
017	Signalizar, em tempo real, quais os itens que o licitante logado está vencendo.			Não
018	Possuir chat para envio de mensagens entre o pregoeiro e licitantes.			Sim
019	Permitir envio de mensagem direcionada ao licitante selecionado.			Não
020	Possuir cronometragem individual nos itens para acompanhamento do tempo em lance.			Não
021	Possuir lances randômicos automáticos para o critério Aberto e Fechado com informação ao licitante de fechamento iminente do item.			Sim
022	Possuir prorrogações de lances automáticas conforme o critério adotado inicialmente.			Sim
023	Permitir que o pregoeiro tenha a opção de encerrar um ou mais lote para a fase de disputa.			Não
024	Possuir configuração de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances.			Não
025	Permitir a negociação com o licitante do melhor lance oferecido para o item.			Sim
026	Permitir julgamento de lances para itens com atendimento a LC 7/0			Sim
027	Permitir a verificação automática e concessão do benefício da LC 3/00.			Sim
028	Possuir critérios de desempate por sorteio para os licitantes empates.			Sim
029	Permitir aceitação do item.			Não
030	Permitir Habilitação dos licitantes vencedores ou todos os licitantes.			Sim
031	Permitir habilitação dos licitantes, repassando o item automaticamente para o licitante que esteja apto e de melhor classificação na etapa de lances.			Sim
032	Permitir ao licitante a filtragem dos itens apenas em lance ou finalizados, para melhor visualização na etapa de lances.			Não
033	Possuir tela para manifestação da intenção de recursos por parte			Sim

034	Disponibilizar cronômetro para acompanhar prazo de intenção de recurso.	Não
035	Permitir definição de tempo máximo para abertura de intenção de recurso.	Não
036	Possuir tela para Registro de recursos por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.	Sim
037	Possuir tela para Registro de contrarrazões por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.	Sim
038	Envio de e-mail com recursos e contrarrazões registrados para todos os licitantes participantes e pregoeiro, contendo os motivos e anexos enviados.	Sim
039	Permitir ao pregoeiro a análise dos documentos de habilitação inseridos, após o fim da etapa de lances.	Sim
040	Permitir a suspensão da sessão por questão Administrativa, Judicial ou Cautelar com informação do motivo e data e horário previsto para retorno.	Sim
041	Permitir o reinício da sessão em mesma etapa onde esta foi paralisada.	Sim
042	Disponibilizar funcionalidade que possibilite o acompanhamento dos Pregões Eletrônicos pelo público interessado.	Sim
043	Permitir a geração e disponibilização de ata para download na plataforma.	Não
044	Permitir que o pregoeiro execute adjudicação do processo.	Sim
045	Permitir que o pregoeiro ou a autoridade competente, execute a homologação do processo.	Sim
046	Possuir integração com o módulo de Compras e Licitações de forma que os dados do pregão sejam retornados a origem sem a necessidade de redigitação das intervenções.	Sim

SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO				
Item	CONTROLE DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Emitir relatório do documento e controlar o PCMSO da(s) unidade(s).			Sim
002	Controlar os exames ocupacionais e seus resultados;			Sim
003	Permitir e controlar a convocação de exames periódicos;			Sim
004	Registrar ASO e Frequentamento de exames individuais;			Sim
005	Emitir o Relatório Analítico (Atual), conforme ASO e Frequentamento de Exames cadastrados;			Sim
006	Possuir Agenda integrada para o CONTROLE dos atendimentos previstos e realizados;			Sim
007	Registrar as doenças conforme CID 10;			Sim
008	Registrar a Anamnese Ocupacional / Ficha Médica totalmente parametrizável e flexível;			Não
009	Emitir Questionário de Anamnese respondido ou para que seja respondido;			Não
010	Inserir Documento Base Introdutório do PCMSO;			Não
011	Ser integrado com PPRAP/GR, garantindo a troca de informações de Identificações de Riscos automaticamente;			Sim
012	Permitir Cadastro de Exames e a Periodicidade;			Sim
013	Permitir cadastro de prontuário médico para gestão, seguindo os padrões do CFM – Conselho Federal de Medicina			Sim
Item	Relatórios;	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
014	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) completo, com riscos e exames;			Sim
015	Exames realizados por tipo e data;			Sim
016	CONTROLE de Vencimento de Exames;			Sim
017	Relatório Analítico Anual, conforme legislação;			Não
018	Relatório do PCMSO;			Sim
019	Emitir Laudo de Pessoa com Deficiência			Não
020	Permitir ao usuário ajustar os relatórios conforme sua necessidade através de ferramenta de design de relatório			Não
Item	Controle de Absenteísmo e afastamentos	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
021	Realizar o Controle de Absenteísmo dos funcionários referenciando as causas de absenteísmo;			Sim
022	Possibilitar o Lançamento de Atestado Médico			Sim
023	Permitir registrar o absenteísmo por doença / CID 10;			Sim
024	Permitir registrar o absenteísmo a partir de uma ocorrência (acidente);			Sim
025	Realizar o Controle das Licenças médicas por motivo legal;			Não
026	Realizar o Controle de Perícia Médica			Não
027	Realizar o Controle de Readaptação e Restrição Funcional;			Sim
028	Emitir Relatório de afastamento para Perícia Médica;			Não
029	Permitir Aprovação de Atestados por período lançado;			Sim
030	Permitir Triagem de Atestado Médico para aprovação			Sim
031	Consultar os Atestados lançados por período do Servidor			Sim
032	Permitir Controle de atestados lançados por Período e CID dos últimos 60 dias para afastamento previdenciário.			Sim
033	Receber Atestado Médico pelo Portal do Servidor e realizar o lançamento respectivamente;			Sim
034	Realizar o controle de Subnormalidades para gestão interna da equipe de Medicina e realizar campanhas			Não
035	Realizar Cadastro de Médico e Posto de Atendimento			Sim
036	Realizar Cadastro de CID 10			Sim
Item	Controle de PPRAP/GR	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
037	Emitir e controlar o PPRAP/GR de atividades executadas em conformidade com a Norma Regulamentadora 01.			Sim
038	Permitir inserir documento base PPRAP/GR introdutório			Não
039	Permitir realizar o mapeamento dos riscos (físico, químico, biológico, ergonômico e de acidente)			Sim

40	Criar e controlar o andamento das atividades do cronograma de PPRAP/PCR.				Sim
41	Manter o histórico dos riscos dos funcionários para preenchimento do PPP				Sim
42	Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação recomendados.				Sim
43	Realizar o controle dos riscos por funcionário, com o histórico do mesmo.				Não
44	Cadastrar os riscos e agentes detalhadamente, incluindo as medições realizadas e reconhecimento dos riscos.				Sim
45	Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação Recomendados.				Não
46	Permitir o cadastro dos Grupos Homogêneos de Exposição.				Sim
47	Permitir associar os riscos através de GHE - Grupos Homogêneos de Exposição.				Sim
48	Permitir Cadastro de Agentes Nocivos.				Sim
49	Permitir cadastro de E.P.C - Equipamento de Proteção Coletiva				Não
50	Permitir o cadastro de Ambientes.				Não
51	Permitir Cadastro de Treinamentos Diversos - Normativos e Internos.				Sim
52	Permitir Cadastro de Responsáveis.				Sim
53	Permitir cadastro de Plano de Ação com seus respectivos Perigos e Riscos.				Sim
54	Controle de Acidentes e Ocorrências	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
55	Permitir gerar relatórios dos CAT S realizados com informações para controle de Acidentes de Trabalho (percurso/transferência).				Sim
56	Permitir levantamento de dados para Cálculo de taxa de frequência (TFA) e gravidade (TGA).				Sim
57	Permitir levantamento de dados para Estatística de Acidentes por setor / cargo / dia / turnos / parte do corpo / lotação.				Não
58	Permitir a consulta de endereço das vias públicas através de sistema externo e/ou o preenchimento manualmente; e no item Perfil Profissionalográfico Previdenciário o subitem: Permitir o acesso com os dados administrativos do setor de RH.				Sim
59	Controle de EPI	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
60	Controlar os EPI em poder dos funcionários e seu vencimento				Sim
61	Indicar os EPI's recomendados conforme o risco / cargo				Não
62	Permitir o envio de Entrega para assinatura dos funcionários				Sim
63	Permitir o cadastro das especificações do EPI (com anexo de foto), inclusive com o controle de CA.				Não
64	Permitir o controle de entrega por biometria ou por senha				Sim
65	PREVIDENCIÁRIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
66	Perfil Profissionalográfico Previdenciário				Sim
67	Enviar o Perfil Profissionalográfico Previdenciário, conforme IN do INSS; Permitir processar e emitir em lote e PPP, minimizando o trabalho manual.				Sim
68	Integrar-se automaticamente aos seguintes módulos do PCMSO / PPRAP/PCR com os Riscos identificados e Controle de acidentes.				Sim
69	E SOCIAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
70	Validar todos os eventos antes da geração do XML para envio a Receita Federal				Sim
71	Controlar os prazos para envio dos eventos				Sim
72	Guardar todo o histórico dos eventos enviados				Sim
73	Possuir um painel de controle de todos os eventos				Sim
74	Rastrear os eventos a qualquer momento				Não
75	Concluir as informações geradas				Não
76	Notificar caso houver alguma inconsistência de informações				Sim
77	Gerar os arquivos em XML no lay-out da Receita Federal (lay-out 2.2) para os eventos a seguir: S-2210 - Comunicação de Acidente de				Sim

	Trabalho; S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador; S-2240 - Condição Ambiental de Trabalho - Fatores de Risco				
077	Após a geração dos eventos no layout da Receita Federal, os arquivos no formato xml da Receita Federal o software deverá realizar o serviço de mensageria, ou seja, envio dos dados a RFB.				Sim
078	Assistência Social				ESSENCIAL
079	Readequação				Sim
080	Permitir Cadastro de Readequação, permitindo vincular junto aos contratos do servidor.				Sim
081	Permitir Visualização de Históricos de Readequação.				Sim
082	Associar Restrições ao servidor junto ao cadastro de readequação.				Sim
083	Permitir inclusão de Arquivos - Documentos e Imagens para evidências.				Sim
084	Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a readequação do servidor.				Sim
085	Cessão	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL	
086	Permitir cadastro de servidor com as seguintes informações:				Não
087	Permitir cadastro com Tipo de Movimentação;				Sim
088	Permitir cadastro com Tipo de Pagamento;				Não
089	Permitir realizar o cadastro com inclusão de Período;				Sim
090	Permitir cadastro de informação com dados do tribunal.				Não
091	Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a cessão do servidor.				Não

	SISTEMA WEB DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES (BUSINESS INTELLIGENCE)				ESSENCIAL
001	A solução proposta deverá exibir dashboards utilizando a plataforma WEB;				Sim
002	A solução deverá permitir atribuir permissões de visualização dos gráficos, para os usuários cadastrados.				Não
003	Permitir que os gráficos para análises gerenciais possam ser visualizados pela internet através dos seguintes navegadores: Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome.				Sim
004	Permitir acesso a fontes de dados locais e fontes de dados online (Nuvem).				Sim
005	Permitir que os gráficos sejam obtidos através de informações originadas na base de dados utilizada em produção pelo órgão público.				Sim
006	A solução deve permitir análises que envolvam diferentes visualizações (tabelas, gráficos de barra, gráficos de dispersão, gráficos de setores, listas, matrizes).				Não
007	As formas de visualizações gráficas deverão estar interligadas, ou seja, uma ação em uma forma de visualização deverá refletir nas demais.				Não
008	A solução deve permitir efetuar cálculos durante a análise, criando indicadores temporários que não estão presentes na estrutura de dados.				Não
009	A solução deve possuir funcionalidade que permita análise gráfica dos indicadores com base em comparação de resultados entre períodos consecutivos com os períodos anteriores.				Sim
010	A solução deve possuir função para geração de relatórios e análises que cruzem uma ou mais dimensões em linhas e colunas.				Não
011	A solução deve possuir ambiente de portal, onde o acesso de qualquer usuário utilize a mesma interface, possibilitando a customização desta interface única.				Não
012	A solução deve possibilitar a navegação e detalhamento das informações através de opções de "Drill". O recurso de detalhamento deverá possibilitar a navegação entre as informações no mesmo recurso visual (gráfico).				Não
013	O processo e mecanismo de extração, transformação e carga das informações deverão ser planejados pela empresa contratada.				Sim
014	No caso do armazenamento das informações em nuvem, a empresa contratada deverá estabelecer planejamento e mecanismo de carga de informação. Caberá à empresa contratante fornecer requisitos para execução do planejamento de carga das informações.				Sim

de pagamento por verba. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

015	A solução proposta deverá ser compatível com a modelagem multidimensional de dados. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça o detalhamento de licitações efetuado pelo órgão. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
016	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações de licitações e fornecedores. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
017	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Não
018	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da receita. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
019	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao demonstrativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
020	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa comprometida e paga. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
021	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
022	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa fixada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
023	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita arrecada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
024	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
025	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e receita arrecadada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
026	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo horas extras por cargo. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
027	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo horas extras por cargo. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
028	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a evolução do custo com folha de pagamento. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
029	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de quantidade de funcionários. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Não
030	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a evolução do custo com folha de pagamento. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
031	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento (Bruto, líquido e descontos). Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
032	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha			Não

ANEXO II
Modelo de Proposta

Os preços para a solução de software devem ser apresentadas da seguinte forma:

Item	Unidade/Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Tributária	1 unidade		
Licenciamento do Sistema de Administração Tributária	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade		

Licenciamento de Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Recursos Humanos	1 unidade		
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Recursos Humanos	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Ponto Eletrônico	1 unidade		
Licenciamento de Sistema do Sistema de Ponto Eletrônico	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	1 unidade		
Licenciamento de Sistema do Sistema de Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	1 unidade		
Licenciamento de Sistema do Sistema de Aquisições Públicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Pregão Eletrônico	1 unidade		
Licenciamento de Sistema do Sistema de Pregão Eletrônico	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Frotas	1 unidade		
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Frotas	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração de Cemitérios	1 unidade		
Licenciamento de Sistema do Sistema de Administração de Cemitérios	12 meses		
Implantação e Treinamento do Portal de Acesso à Informação	1 unidade		
Licenciamento do Portal de Acesso à Informação	12 meses		
Implantação e Treinamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões	1 unidade		
Licenciamento do Sistema de Apoio	12 meses		

a Tomada de Decisões			
Implantação e Treinamento do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	1 unidade		
Licenciamento do Sistema de Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos	12 meses		
Serviços de Disponibilização dos Sistemas em Nuvem (Datacenter)	12 meses		
Valor Total para a Prefeitura Municipal de Itatiba			

Câmara Municipal de Itatiba

Item	Unidade/Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
Implantação e Treinamento do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	1 unidade		
Licenciamento de Sistema de Administração Orçamentária e Financeira	12 meses		
Valor Total para a Câmara Municipal de Itatiba			

Total Geral



Prefeitura Municipal de Itatiba
AV. LUCIANO CONSOLINE, 600 JD DE LUCCA
13253-205 - ITATIBA-SP

Fone: 3183-0655 / Fax: 3183-0699 Email: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br

Data: 09/05/2024

Página: 1

MCR23100

Cotação: 25122 Data Cotação: 01/04/2024 Usuário: ASTOCCO Atualizado por: Média

Cotação de Preços para o Agrupamento: 155/2024

Lote: LOTE 01

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
1 2.05.26.0459-0 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRA - UN	1,000	57.000,0000	57.000,00		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			40.000,0000	40.000,00	-29,82
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.			43.000,0000	43.000,00	-24,58
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			88.000,0000	88.000,00	54,39
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
2 2.05.26.0460-4 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - MES	12,000	42.333,3300	507.999,96		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			40.000,0000	480.000,00	-5,51
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.			43.000,0000	518.000,00	1,57
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			44.000,0000	528.000,00	3,94
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
3 2.05.26.0461-2 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRA - UN	1,000	36.300,0000	36.300,00		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			25.000,0000	25.000,00	-31,13
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			27.500,0000	27.500,00	-24,24
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			56.400,0000	56.400,00	55,37
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
4 2.05.26.0462-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FIN - MES	12,000	26.900,0000	322.800,00		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			25.000,0000	300.000,00	-7,06
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			27.500,0000	330.000,00	2,23
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			28.200,0000	338.400,00	4,83
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
5 2.05.26.0463-9 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRA - UN	1,000	29.000,0000	29.000,00		

Fornecedores que estão com o preço dentro do desvio padrão (+/-)



Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			20.000,0000	20.000,00	-31,03
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.			22.000,0000	22.000,00	-24,14
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			45.000,0000	45.000,00	55,17
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média
6 2.05.26.0464-7 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECU - MES	12,000	21.500,0000	258.000,00

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			20.000,0000	240.000,00	-8,98
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			22.000,0000	264.000,00	2,33
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			22.500,0000	270.000,00	-4,65
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média
7 2.05.26.0465-5 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELET - UN	1,000	7.333,3300	7.333,33

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			5.000,0000	5.000,00	-31,82
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			5.000,0000	5.000,00	-31,82
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			12.000,0000	12.000,00	63,64
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média
8 2.05.26.0466-3 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO - MES	12,000	5.333,3300	63.999,96

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			5.000,0000	60.000,00	-8,25
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			5.000,0000	60.000,00	-8,25
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			6.000,0000	72.000,00	12,50
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média
9 2.05.26.0467-1 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE - UN	1,000	7.333,3300	7.333,33

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			5.000,0000	5.000,00	-31,82
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			5.000,0000	5.000,00	-31,82
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			12.000,0000	12.000,00	63,64
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					



Prefeitura Municipal de Itatiba
AV. LUCIANO CONSOLINE, 600 JD DE LUCCA
13253-205 - ITATIBA-SP

Data: 09/05/2024

Página: 3

Fone: 3183-0655 / Fax: 3183-0699 Email: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br

MCR23100

Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média	
10	2.05.26.0468-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OC - MES	12,000	5.333,3300	63.999,96	
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			5.000,0000	60.000,00	-6,25
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			5.000,0000	60.000,00	-6,25
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			6.000,0000	72.000,00	12,50
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média	
11	2.05.26.0469-8 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES - UN	1,000	28.333,3300	28.333,33	
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			20.000,0000	20.000,00	-29,41
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			21.000,0000	21.000,00	-25,88
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			44.000,0000	44.000,00	55,29
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média	
12	2.05.26.0470-1 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, - MES	12,000	21.000,0000	252.000,00	
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			20.000,0000	240.000,00	-4,76
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			21.000,0000	252.000,00	0,00
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			22.000,0000	264.000,00	4,76
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média	
13	2.05.26.0471-0 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELE - UN	1,000	7.333,3300	7.333,33	
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			5.000,0000	5.000,00	-31,82
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			5.000,0000	5.000,00	-31,82
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			12.000,0000	12.000,00	63,64
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média	
14	2.05.26.0472-8 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO - MES	12,000	5.333,3300	63.999,96	
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			5.000,0000	60.000,00	-6,25
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			5.000,0000	60.000,00	-6,25
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					



Prefeitura Municipal de Itatiba
AV. LUCIANO CONSOLINE, 600 JD DE LUCCA
13253-205 - ITATIBA-SP
Fone: 3183-0655 / Fax: 3183-0699 Email: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br

Data: 09/05/2024

Página: 4

MCR23100

039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			6.000,0000	72.000,00	12,50
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material			Qtde	Média Preço	Total Média
15 2.05.26.0473-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRA - UN			1,000	6.000,0000	6.000,00
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			4.000,0000	4.000,00	-33,33
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			4.000,0000	4.000,00	-33,33
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			10.000,0000	10.000,00	66,67
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material			Qtde	Média Preço	Total Média
16 2.05.26.0474-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROT - MES			12,000	4.333,3300	51.999,96
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			4.000,0000	48.000,00	-7,69
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			4.000,0000	48.000,00	-7,69
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			5.000,0000	60.000,00	15,38
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material			Qtde	Média Preço	Total Média
17 2.05.26.0475-2 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRA - MES			1,000	4.666,6700	4.666,67
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			3.000,0000	3.000,00	-35,71
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			3.000,0000	3.000,00	-35,71
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			8.000,0000	8.000,00	71,43
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material			Qtde	Média Preço	Total Média
18 2.05.26.0476-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMI - MES			12,000	3.333,3300	39.999,96
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			3.000,0000	36.000,00	-10,00
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			3.000,0000	36.000,00	-10,00
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			4.000,0000	48.000,00	20,00
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					
Item Material			Qtde	Média Preço	Total Média
19 2.05.26.0477-9 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À IN - UN			1,000	4.333,3300	4.333,33
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornecedor	% Dif. Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			3.000,0000	3.000,00	-30,77



Prefeitura Municipal de Itatiba
 AV. LUCIANO CONSOLINE, 600 JD DE LUCCA
 13253-205 - ITATIBA-SP

Data: 09/05/2024
 Página: 5

Fone: 3183-0655 / Fax: 3183-0699 Email: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br

MCR23100

CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72						
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA		3.000,0000	3.000,00	-30,77		
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77						
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		7.000,0000	7.000,00	61,54		
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98						
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
20	2.05.26.0478-7 - LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO A INFORMAÇÃO - MES	12,000	3.166,6700	38.000,04		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif.	Média
000089 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			3.000,0000	36.000,00	-5,26	
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72						
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA		3.000,0000	36.000,00	-5,26		
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77						
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		3.500,0000	42.000,00	10,53		
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98						
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
21	2.05.26.0479-5 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TO - UN	1,000	3.066,6700	3.066,67		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif.	Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			2.000,0000	2.000,00	-34,78	
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72						
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA		2.200,0000	2.200,00	-28,26		
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77						
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		5.000,0000	5.000,00	63,04		
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98						
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
22	2.05.26.0480-9 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES - MES	12,000	2.233,3300	26.799,96		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif.	Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			2.000,0000	24.000,00	-10,45	
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72						
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA		2.200,0000	26.400,00	-1,49		
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77						
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		2.500,0000	30.000,00	11,94		
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98						
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
23	2.05.26.0481-7 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENT - UN	1,000	21.000,0000	21.000,00		
Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif.	Média
000069 -SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			20.000,0000	20.000,00	-4,76	
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72						
015382 -MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA		21.000,0000	21.000,00	0,00		
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77						
039515 -4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA		22.000,0000	22.000,00	4,76		
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98						
Item	Material	Qtde	Média Preço	Total Média		
24	2.05.26.0482-5 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO	12,000	13.333,3300	159.999,96		



Prefeitura Municipal de Itatiba

Data: 09/05/2024

AV. LUCIANO CONSOLINE, 600 JD DE LUCCA
13253-205 - ITATIBA-SP

Página: 6

Fone: 3183-0655 / Fax: 3183-0699 Email: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br

MCR23100

CIDADÃO E CONTROL - MES

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			12.000,0000	144.000,00	-10,00
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			13.000,0000	156.000,00	-2,50
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			15.000,0000	180.000,00	12,50
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média
25 2.05.26.0483-3 - SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENT - MES	12,000	16.000,0000	192.000,00

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			15.000,0000	180.000,00	-6,25
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			16.000,0000	192.000,00	0,00
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			17.000,0000	204.000,00	6,25
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média
26 2.05.26.0490-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRA - UN	1,000	10.633,3300	10.633,33

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			7.500,0000	7.500,00	-29,47
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			8.000,0000	8.000,00	-24,76
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			16.400,0000	16.400,00	54,23
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Item Material	Qtde	Média Preço	Total Média
27 2.05.26.0491-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FIN - MES	12,000	7.900,0000	94.800,00

Fornecedor	Marca	Pz Entrega	Preço Unit	Total Fornec.	% Dif. Média
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.			7.500,0000	90.000,00	-5,06
CPF/CNPJ 50.735.505/0001-72					
015382 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA			8.000,0000	96.000,00	1,27
CPF/CNPJ 03.012.197/0001-77					
039515 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA			8.200,0000	98.400,00	3,80
CPF/CNPJ 36.729.529/0001-98					

Total da Estimativa pela Média de Preço do Lote: 2.358.733,04
 Total da Estimativa pelo Menor Preço do Lote: 2.157.500,00
 Total da Estimativa pela Mediana de Preço: 2.302.100,00

Fornecedor	Valor	Diferença(%)
000069 - SMARAPD INFORMÁTICA LTDA.	2.157.500,00	2369,65
016123 - MV&P TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	2.302.100,00	2535,17
042266 - 4R TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	2.616.600,00	2895,18



Prefeitura Municipal de Itatiba
AV. LUCIANO CONSOLINE, 600 JD DE LUCCA
13253-205 - ITATIBA-SP

Fone: 3183-0655 / Fax: 3183-0699 Email: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br

Data: 09/05/2024

Página: 7

MCR23100

Total da Estimativa pela Média de Preço:	2.358.733,04
Total da Estimativa pela Mediana de Preço:	2.302.100,00
Total da Estimativa pelo Menor Preço:	2.157.500,00



Prefeitura do Município de Itatiba
010 - SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS
351 / 2024

Unidade Administrativa Requisitante
002.010.000.000.000 SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI

Usuário RC
RCANAL

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0459-0 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	UN	1,000	57.000,0000	57.000,00
2	2.05.26.0460-4 - Serviço LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	MES	12,000	42.333,3300	507.999,96
3	2.05.26.0461-2 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	UN	1,000	36.300,0000	36.300,00
4	2.05.26.0462-0 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	MES	12,000	26.900,0000	322.800,00
5	2.05.26.0483-3 - Serviço SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER) Custeio referente a 40% do custo de hospedagem das soluções em Nuvem, por 12 meses.	MES	4,800	16.000,0000	76.800,00
Estimativa de Custo Total					1.000.899,96

Dotação

Elemento da Despesa

Local Entrega: AV : LUCIANO CONSOLINE

Bairro: JD LUCCA

R\$ 92.124,44

Observações Gerais

Estimativa de Custo Realizada na

Fonte de Recursos/Convênio

Justificativa da Compra

Depto. Requisitante
21/03/2024

Secretário
21/03/2024

Autorização do Responsável
____/____/2024



Prefeitura do Município de Itatiba
005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS	Unidade Administrativa Requisitante	Usuário RC			
354 / 2024	002.005.000.000.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI	RCANAL			
DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0463-9 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	UN	1,000	29.000,0000	29.000,00
2	2.05.26.0464-7 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	MES	12,000	21.500,0000	258.000,00
3	2.05.26.0465-5 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	UN	1,000	7.333,3300	7.333,33
4	2.05.26.0466-3 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	MES	12,000	5.333,3300	63.999,96
5	2.05.26.0467-1 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	UN	1,000	7.333,3300	7.333,33
6	2.05.26.0468-0 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	MES	12,000	5.333,3300	63.999,96
7	2.05.26.0469-8 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	UN	1,000	28.333,3300	28.333,33
8	2.05.26.0470-1 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	MES	12,000	21.000,0000	252.000,00
9	2.05.26.0473-6 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	UN	1,000	6.000,0000	6.000,00
10	2.05.26.0474-4 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	MES	12,000	4.333,3300	51.999,96
11	2.05.26.0475-2 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	MES	1,000	4.666,6700	4.666,67
12	2.05.26.0476-0 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	MES	12,000	3.333,3300	39.999,96
13	2.05.26.0481-7 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	UN	1,000	21.000,0000	21.000,00
14	2.05.26.0482-5 - Serviço LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	MES	12,000	13.333,3300	159.999,96
15	2.05.26.0483-3 - Serviço SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER) Custeio referente a 40% do custo de hospedagem das soluções em Nuvem, por 12 meses.	MES	4,800	16.000,0000	76.800,00
Estimativa de Custo Total					1.070.466,46
Dotação		Elemento da Despesa			
Local Entrega: AV : LUCIANO CONSOLINE		Bairro: JD LUCCA			
Observações Gerais					

R\$ 1.070.466,46



Prefeitura do Município de Itatiba
005 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

**REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS**

Número RS
354 / 2024

Unidade Administrativa Requirante
002.005.000.000.000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PMI

Usuário RC
RCANAL

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Estimativa de Custo Realizada na

Fonte de Recursos/Convênio

Justificativa da Compra

Depto. Requirante
22/03/2024

Secretário
22/03/2024

Autorização do Responsável
____/____/2024



Prefeitura do Município de Itatiba
002 - SECRETARIA DE GOVERNO - PMI
002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS

Número RS 359 / 2024	Unidade Administrativa Requiritante 002.002.000.000.000 SECRETARIA DE GOVERNO - PMI	Usuário RC RCANAL			
DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0471-0 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	UN	1,000	7.333,3300	7.333,33
2	2.05.26.0472-8 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	MES	12,000	5.333,3300	63.999,96
3	2.05.26.0477-9 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	UN	1,000	4.333,3300	4.333,33
4	2.05.26.0478-7 - Serviço LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	MES	12,000	3.166,6700	38.000,04
5	2.05.26.0479-5 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES	UN	1,000	3.066,6700	3.066,67
6	2.05.26.0480-9 - Serviço LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES	MES	12,000	2.233,3300	26.799,96
7	2.05.26.0483-3 - Serviço SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER) Custeio referente a 20% do custo de hospedagem das soluções em Nuvem, por 12 meses.	MES	2,400	16.000,0000	38.400,00
Estimativa de Custo Total					181.933,29
Dotação		Elemento da Despesa			
Local Entrega: AV : LUCIANO CONSOLINE		Bairro: JD LUCCA			
Observações Gerais					
Estimativa de Custo Realizada na					
Fonte de Recursos/Convênio					
Justificativa da Compra					
Depto. Requiritante 22/03/2024		Secretário 22/03/2024		Autorização do Responsável ____/____/2024	



Prefeitura do Município de Itatiba

010 - SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI

002 - PREFEITURA MUNICIPAL - PMI

REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Número RS
693 / 2024

Unidade Administrativa Requisitante
002.010.000.000.000 SECRETARIA DE FINANÇAS - PMI

Usuário RC
NBISPO

DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Estimado
1	2.05.26.0490-6 - Serviço IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	UN	1,000	10.633,3300	10.633,33
2	2.05.26.0491-4 - Serviço LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	MES	12,000	7.900,0000	94.800,00
Estimativa de Custo Total					105.433,33

Detachado

Elemento da Despesa

Local Entrega: AV : LUCIANO CONSOLINE

Bairro: JD LUCCA

Observações Gerais

Estimativa de Custo Realizada na

Fonte de Recursos/Convênio

Justificativa da Compra

Depto. Requisitante
09/05/2024

Secretário
09/05/2024

Autorização do Responsável
____/____/2024

Secretaria Municipal de Governo
Seção de Licitações

Processo: 2356/2024

Interessado: Prefeitura do Município de Itatiba

Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

Assunto: Reserva Orçamentária

Itatiba, 09 de maio de 2024,

À
Coordenação de Governo

Considerando publicação do Decreto Municipal nº 8.031/2024, segue processo para controle dos valores do Plano de Contratação Anual.

Após encaminhe-se à **Seção de Finanças**, para que seja realizada a reserva orçamentária da (s) requisição (ões) atualizada (s) RS 351, 354, 359, 693, e informado a procedência do recurso (**Próprio da Administração, Estadual ou decorrente de transferências voluntárias oriundas da União**).

Atenciosamente,

Adriana Stocco
Seção de Licitações





Processo: 2356/2024 – Pregão

Descrição: Contratação de Empresa para Licenciamento de uso de softwares de gestão pública.

Considerando a publicação do Decreto Municipal nº 8.031/2024 referente ao Plano de Contratações Anual;


Informamos que para **Contratação de Empresa para Licenciamento de uso de softwares de gestão pública**, as Secretarias de Administração e Finanças, realizaram a previsão no Plano de Contratações Anual 2024 para a referida aquisição, no entanto, a Secretaria de Administração e Secretaria de Governo, realizaram previsão de valores menores dos que os orçados.

Informamos ainda, que providenciamos o congelamento do valor R\$ 407.933,23 no grupo 2.05.26 – Software Gestão Financeira e R\$ 603.399,96 no grupo 2.05.26 – Software Setor Tributário, totalizando o valor de R\$ 1.106.333,29 referente as requisições 351/2024 e 693/2024.

Diante do exposto, encaminhamos o autos para Secretaria de Governo, após para Secretaria de Administração, para que providenciem as adequações necessárias.

Após, retornem os autos para congelamento dos valores no Plano de Contratações.

Itatiba, 13 de maio de 2024.


Melissa Palma Vaz Delforno
Coordenadora de Governo
Plano de Contratações Anual



Processo n.º 2356/2024

Interessado: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

Assunto: Contratação de empresa para Licenciamento de uso de software de gestão pública

Informamos que as Secretarias de Finanças e Administração possuem recursos orçamentários para atendimento ao solicitado nos autos. Informamos também que na Secretaria de Governo não ha previsão da referida despesa na LOA 2024.

Encaminhamos à Secretaria e Governo para análise e providências, após retorne-se para reserva orçamentária.

SECO, em 17de maio de 2024.

Leila Cristina da Silva

Auxiliar Administrativo

Seção de Controle Orçamentário

Katia Cecilia Baptistella
Secretária Municipal de Finanças



Processo nº 2356.2024

Interessada: Prefeitura Municipal de Itatiba

Assunto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

CERTIFICO que as despesas estimadas nos presentes autos encontram-se previstas no Plano de Contratação Anual de 2024 das Secretarias requisitantes.

Tramite-se nos termos da manifestação da Seção de Licitações.

Itatiba, 22 de maio de 2024.


Jackeline Roberta Boava Monte
Secretária de Governo



96

Processo n.º 2356/2024

Interessado: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

Assunto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

À Sra. Secretária de Finanças

Considerando as informações de fls. 94 solicitamos que, retorne os autos à Secretaria de Governo para que informe qual a fonte de recurso e dotação deve ser utilizada para realizarmos a reserva da referida despesa.

SECO, em 23 de maio de 2024.

Leila Cristina da Silva
Auxiliar Administrativo
Seção de Controle Orçamentário

Ciente e de acordo, encaminhem-se os autos à Secretaria de Governo para conhecimento e providências

SEFI, em 23 de maio de 2024.

Katia Cecilia Baptistella
Secretária Municipal de Finanças



Processo nº 2356.2024

Interessada: Prefeitura Municipal de Itatiba

Assunto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

Informamos que deverá ser onerada a dotação 84 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, subitem “Demais”, no valor de R\$23.000,00 (vinte e três mil reais), e a diferença complementada através de superávit.

Retorne à *Secretaria de Finanças* para continuidade.

Itatiba, 23 de maio de 2024.


Jackeline Roberta Boava Monte
Secretária de Governo

Ciente e de acordo.
Autorizo a utilização de superávit para a despesa prevista.


THOMÁS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



Processo nº 2356/2024

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

THOMAS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA

Para fins de atendimento ao solicitado neste processo, esta Secretaria tem a informar que foi efetuada nesta data a reserva de RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS próprios do exercício e oriundos de superávit no valor total de R\$ 1.375.927,60 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos). A dotação a ser onerada é aquela classificada no código 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica das unidades orçamentárias: 02.02.01 – Secretaria de Governo, 02.05.01 – Secretaria de Administração e 02.10.01 – Secretaria de Finanças e das classificações funcionais 04.122.0005.2.109 – Manutenção da Secretaria de Governo/Depto de Tecnologia, 04.122.0004.2.056 – Manutenção da Secretaria de Administração e 04.122.0004.2.009 – Manutenção da Secretaria de Finanças. Tal providência está sendo adotada em virtude da disponibilidade de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Para o exercício de 2025 o valor a ser reservado será de R\$ 982.805,44 (novecentos e oitenta e dois mil oitocentos e cinco reais e quarenta e três centavos), onerando as dotações orçamentárias correntes.

SEFI, 24 de Maio de 2024.

Katia Cecília Baptistella
Secretária Municipal de Finanças

**Despacho do Ordenador da Despesa –
Atendimento ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal**

Na qualidade de ordenador da despesa, declaro que o presente gasto dispõe de suficiente dotação e de firme e consistente expectativa de suporte de caixa, conformando-se às orientações do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, conforme informações acima.

Entretanto, em razão da referida despesa tratar-se de contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública, e não estar relacionada à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, não foi elaborado o respectivo estudo de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Desta forma, considerando-se a necessidade do solicitado neste processo, AUTORIZO a despesa.

À Secretaria de Governo para que desencadeie os procedimentos licitatórios.

S.G. Em 24 de Maio de 2024.

THOMAS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



Relatório de Análise de Riscos

1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo fornecer uma análise abrangente dos riscos associados ao Termo de Referência para a contratação de empresa para licenciamento de uso de softwares de gestão pública para a Prefeitura Municipal de Itatiba e a Câmara Municipal de Itatiba.

O escopo deste relatório abrange todos os itens do Termo de Referência, garantindo uma análise completa dos riscos envolvidos.

2. Identificação de Riscos

A identificação de riscos foi realizada considerando cada item do Termo de Referência. Os principais riscos identificados são:

2.1. Riscos Técnicos:

- Incompatibilidade Tecnológica: Possibilidade de incompatibilidade entre os softwares adquiridos e a infraestrutura existente, levando a problemas de integração.
- Indisponibilidade do Sistema: Risco de falha nos servidores ou na rede, resultando em interrupção do sistema e perda de dados.
- Falhas na Segurança de Dados: Vulnerabilidades no sistema que podem resultar em acesso não autorizado ou vazamento de informações sensíveis.

2.2. Riscos Operacionais:

- Falhas na Migração de Dados: Problemas durante o processo de migração dos dados existentes para o novo sistema, resultando em perda ou corrupção de dados.
- Falta de Treinamento Adequado: Ausência de treinamento suficiente para os usuários finais, levando a dificuldades na utilização do sistema e baixa adoção.
- Interrupção de Serviços Essenciais: Possibilidade de interrupção nos serviços essenciais devido a problemas no sistema, afetando o funcionamento da prefeitura e da câmara municipal.



2.3. Riscos Legais e de Conformidade:

- Não Conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados): Descumprimento das regulamentações de proteção de dados, resultando em penalidades legais e danos à reputação.
- Questões de Propriedade Intelectual: Disputas legais relacionadas à propriedade intelectual dos softwares adquiridos, resultando em litígios e atrasos no projeto.
- Litígios Contratuais: Possibilidade de litígios devido a divergências contratuais entre as partes envolvidas, resultando em custos adicionais e atrasos.

2.4. Riscos de Tempo e Orçamento:

- Atrasos na Implantação: Atrasos no cronograma de implantação devido a problemas técnicos, operacionais ou legais, resultando em custos adicionais e insatisfação do cliente.
- Estouro do Orçamento: Exceder o orçamento previsto devido a custos adicionais não previstos, incluindo despesas com treinamento, suporte técnico e correções de erros.
- Mudanças de Escopo Não Gerenciadas: Solicitações de mudanças no escopo do projeto não são adequadamente avaliadas e gerenciadas, levando a atrasos e aumento de custos.

3. Análise de Riscos

Para cada risco identificado, foi realizada uma análise detalhada considerando sua probabilidade de ocorrência e seu impacto potencial. Essa análise é essencial para priorizar a alocação de recursos de mitigação.

4. Estratégias de Mitigação

Com base na análise de riscos, foram desenvolvidas estratégias de mitigação para cada um dos riscos identificados. Essas estratégias visam reduzir a probabilidade de ocorrência e minimizar o impacto caso esses riscos se materializem.

As estratégias incluem:

- Realizar testes de compatibilidade antes da implantação.
- Implementar medidas de segurança robustas para proteger os dados.
- Fornecer treinamento abrangente para os usuários finais.
- Desenvolver um plano de migração de dados detalhado e realizar backups regulares.
- Garantir conformidade com todas as regulamentações relevantes.
- Realizar revisões contratuais detalhadas e envolver jurídico desde o início do processo.
- Monitorar continuamente o progresso do projeto e tomar medidas corretivas imediatas em caso de desvios do cronograma ou do orçamento.



5. Considerações Finais

A análise de riscos é um processo contínuo que requer monitoramento constante e adaptação às mudanças nas circunstâncias do projeto. É essencial que todas as partes interessadas estejam envolvidas e comprometidas com a implementação eficaz das estratégias de mitigação.

7. Recomendações

Com base na análise realizada, recomenda-se:

- Implementar as estratégias de mitigação identificadas.
- Monitorar continuamente os riscos e ajustar as estratégias de mitigação conforme necessário.
- Garantir a comunicação aberta e transparente entre todas as partes interessadas.

8. Anexos

Incluem-se neste relatório os seguintes anexos:

- Matriz de Riscos: detalhando a probabilidade e o impacto de cada risco identificado.
- Plano de Mitigação de Riscos: descrevendo as estratégias de mitigação para cada risco.

Anexo: Matriz de Riscos

Abaixo está a matriz de riscos detalhando a probabilidade e o impacto de cada risco identificado no presente relatório:

Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação do Risco
Incompatibilidade Tecnológica	Média	Alto	Alto
Indisponibilidade do Sistema	Alta	Alto	Alto
Falhas na Segurança de Dados	Alta	Alto	Alto
Falhas na Migração de Dados	Média	Alto	Alto
Falta de Treinamento Adequado	Média	Médio	Médio
Interrupção de Serviços Essenciais	Alta	Alto	Alto
Não Conformidade com a LGPD	Alta	Alto	Alto
Questões de Propriedade Intelectual	Baixa	Alto	Médio
Litígios Contratuais	Baixa	Alto	Médio
Atrasos na Implantação	Média	Alto	Alto
Estouro do Orçamento	Média	Alto	Alto
Mudanças de Escopo Não Gerenciadas	Média	Alto	Alto



Sobre a Classificação de Riscos:

- Probabilidade: Baixa (ocorrência rara)
Média (ocorrência provável)
Alta (ocorrência frequente).
- Impacto: Baixo (impacto mínimo)
Médio (impacto moderado)
Alto (impacto significativo).

Classificação do Risco:

- Baixo: Risco com baixa prioridade devido a baixa probabilidade e/ou baixo impacto.
- Médio: Risco que requer monitoramento e ação preventiva/moderada devido a uma combinação de probabilidade e impacto.
- Alto: Risco crítico que requer ação imediata de mitigação devido a alta probabilidade e alto impacto.

Esta matriz fornece uma visão clara da gravidade de cada risco identificado, permitindo uma alocação eficiente de recursos para mitigação e gestão de riscos durante a execução do projeto.

Anexo: Plano de Mitigação de Riscos

O plano de mitigação de riscos é essencial para identificar estratégias e ações específicas destinadas a reduzir a probabilidade de ocorrência e minimizar o impacto dos riscos identificados. Abaixo está o plano de mitigação de riscos detalhando as medidas a serem tomadas para lidar com os riscos identificados no presente relatório:

1. Incompatibilidade Tecnológica:

- Ação: Realizar uma análise detalhada dos requisitos de integração de sistemas para garantir compatibilidade.
- Responsável: Equipe de Desenvolvimento de Sistemas.
- Prazo: Antes do início da fase de implementação.



2. Indisponibilidade do Sistema:

- Ação: Implementar redundância de servidores e backups regulares para minimizar o tempo de inatividade.
- Responsável: Equipe de Infraestrutura de TI.
- Prazo: Durante a fase de implementação e manutenção contínua.

3. Falhas na Segurança de Dados:

- Ação: Implementar medidas de segurança robustas, como criptografia de dados e autenticação de dois fatores.
- Responsável: Equipe de Segurança da Informação.
- Prazo: Antes do lançamento do sistema e revisões periódicas de segurança.

4. Falhas na Migração de Dados:

- Ação: Realizar testes extensivos de migração de dados em um ambiente de sandbox antes da migração completa.
- Responsável: Equipe de Migração de Dados.
- Prazo: Durante a fase de teste e validação de dados.

5. Falta de Treinamento Adequado:

- Ação: Desenvolver e fornecer treinamento abrangente para usuários finais e administradores do sistema.
- Responsável: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento.
- Prazo: Antes do lançamento do sistema e atualizações periódicas de treinamento.

6. Interrupção de Serviços Essenciais:

- Ação: Estabelecer planos de contingência detalhados e procedimentos de recuperação de desastres.
- Responsável: Equipe de Continuidade de Negócios.
- Prazo: Antes do lançamento do sistema e revisões regulares dos planos de contingência.

7. Não Conformidade com a LGPD:



104

- Ação: Realizar uma avaliação detalhada de conformidade com a LGPD e implementar medidas corretivas conforme necessário.
- Responsável: Equipe de Conformidade e Jurídico.
- Prazo: Antes do lançamento do sistema e revisões regulares para garantir a conformidade contínua.

8. Questões de Propriedade Intelectual:

- Ação: Realizar uma auditoria de propriedade intelectual para identificar e resolver possíveis conflitos.
- Responsável: Equipe Jurídica.
- Prazo: Antes do lançamento do sistema e revisões regulares para garantir a conformidade contínua.

9. Litígios Contratuais:

- Ação: Revisar contratos regularmente e resolver disputas de forma proativa por meio de negociações ou arbitragem.
- Responsável: Equipe Jurídica e Gerentes de Contrato.
- Prazo: Durante todo o ciclo de vida do projeto.

10. Atrasos na Implantação:

- Ação: Estabelecer marcos claros e acompanhamento regular do progresso do projeto para identificar e abordar atrasos rapidamente.
- Responsável: Gerente de Projeto e Equipe de Implantação.
- Prazo: Durante todo o ciclo de vida do projeto.

11. Estouro do Orçamento:

- Ação: Monitorar de perto os custos do projeto e implementar medidas de controle de custos, como revisão de escopo e alocação eficiente de recursos.
- Responsável: Equipe de Gerenciamento de Projetos e Finanças.
- Prazo: Durante todo o ciclo de vida do projeto.



105

12. Mudanças de Escopo Não Gerenciadas:

- Ação: Estabelecer um processo formal de gerenciamento de mudanças e revisar regularmente o escopo do projeto para evitar mudanças não autorizadas.
- Responsável: Gerente de Projeto e Equipe de Gerenciamento de Mudanças.
- Prazo: Durante todo o ciclo de vida do projeto.

Este plano de mitigação de riscos define as medidas específicas a serem tomadas para reduzir a probabilidade de ocorrência e minimizar o impacto dos riscos identificados. A implementação eficaz dessas ações ajudará a garantir o sucesso do projeto, mitigando os potenciais obstáculos ao longo do caminho.



Documento assinado digitalmente:
DOUGLAS EMERSON CORCELLI
Data: 09/05/2024 17:45:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Douglas E Corcelli
Secretário Adjunto de Governo - TI

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.356/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024
EDITAL Nº XX/2024

OBJETO

Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.358.733,04 (dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e trinta e três reais e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA – Data 05 de junho de 2024

Cadastro das Propostas até: xxxx 08h50min

Abertura das Propostas: xxxx 08 horas

Início do Pregão (fase competitiva) xxxxx 09h10min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/IEPP

NÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
SECRETARIA DE FINANÇAS, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE GOVERNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.356/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024
EDITAL Nº XX/2024

Toma-se público que a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**, por meio da **SECRETARIA DE FINANÇAS, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO e SECRETARIA DE GOVERNO**, sediada à Avenida Luciano Consolini, nº 600, Jardim de Luca, Itatiba/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – A licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 – O objeto desta licitação será subsidiado com Recursos Próprios da Administração.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame, empresários, sociedades empresárias e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação e que atendam às condições de credenciamento do presente edital.

2.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da **Bolsa Brasileira de Mercadorias**, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

2.3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no edital.

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

2.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.6. Não poderão disputar desta licitação:

2.6.1. aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



hob

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 5.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.

3.2. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobmmet.com.br, acesso "credenciamento - licitantes (fornecedores)".

3.3. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através do atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobmmet.com.br.

3.4. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso ao sistema BMMET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobmmet.com.br.

3.5. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no site www.novobmmet.com.br, opção "Licitação Pública" - "Sala de Negociação".

3.6. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.7. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.7.1. Está cliente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua



entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.7.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.7.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.7.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.8. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.7 ou 3.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes quando convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta.

3.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios durante a inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.17. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

3.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

3.19. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

3.20. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal www.novobmmet.com.br, que



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

veiculará avisos, convocações, classificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento

3.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo: **VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE.**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistido o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a colação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

4.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quanto participarem de licitações públicas.

5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempendedor Individual - MEI, Certificado da Condição de Microempendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-entidades/gov-br/empendedor/>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

5



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedidos pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União;

c) Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Municipal, da sede/ domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa;

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" deste item, mesmo que os documentos exigidos em tais itens apresentem ressalvas ou restrições.

5.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso. Caso a licitante apresente certidão positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor

5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado(s) ou certidão(ões)** fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, com clara identificação de seu subscritor.

5.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração elaborada em papel limbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo II).

5.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.6.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, exceto para a Certidão negativa de falência ou concordata (item 5.3) onde é solicitado o prazo de 90 (noventa) dias

5.6.2 - Se o licitante for executor o contrato por seu estabelecimento matriz, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da matriz; se o licitante for executor o contrato por estabelecimento filial, todos os documentos deverão estar em nome de tal estabelecimento, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANÇES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados nesta Edital.

6



107

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levando a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participam da fase de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE.
- 6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridos vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se



o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre eles para se identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.23. **Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.**
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 7.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insusceptível.
- 7.6. Se houver indícios de inequidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.8. A sessão será suspensa para a apresentação e análise das documentações e os envelopes de habilitação, devidamente rubricados pelo(a) pregoeiro(a) e pelos representantes credenciados, ficará sob a guarda do(a) pregoeiro(a), sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão que será marcada, com no mínimo três (03) dias úteis de antecedência, pela Imprensa Oficial do Município, para prosseguimento dos trabalhos.
- 7.9 O licitante classificado em primeiro lugar, terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da sessão de processamento da licitação, para apresentar a PROVA CONCEITO, conforme termos do Anexo I.**
- 7.10 - A falta de apresentação dentro do prazo estabelecido caracterizará desistência da proposta e a entrega em desconformidade com as especificações contidas no edital implicará em desclassificação.
- 7.11 - O Setor Técnico requisitante apresentará nos autos manifestação fundamentada sobre o atendimento ou não das especificações contidas no edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no item 05, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 92 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consuetudinários pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, através do sistema de BEMnet.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação; e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 53, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certificação constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 8.6.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação.
- 8.7. A exigência das documentações de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).
- 8.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e
- 8.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.9. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.6.1.
- 8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.12. As empresas vencedoras, deverão enviar no prazo de máximo de 48 horas, do término da sessão (adjudicação do objeto), para a Seção de Licitações, localizada a Avenida Luciano Consolin, nº 500 - Jardim de Lucca, CEP 13.250-000, das 09h às 17h, os documentos abaixo relacionados:
- 8.12.1 - Proposta escrita de Preços**, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante legal da Empresa citada nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinha contendo os seguintes elementos:
- Preços unitários e totais dos itens, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsto inflacionária;
 - Razão Social, CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, número de agência de conta bancária, além da indicação de e-mail para envio da Autorização de Fornecimento e Ata de Registro de Preços;
 - O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
 - Especificação completa do produto oferecido e marca, contendo informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, conforme descrito no ANEXO I deste Edital.
- 8.12.2 - Documentos de Habilitação**, para o caso dos documentos enviados pelo sistema que não sejam autenticados digitalmente, enviar dentro do prazo estabelecido os documentos originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas.
- Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão de imprensa oficial;
 - A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente;
- 9.13 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas ou empresas de pequeno porte um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a

10



108

regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, a habilitação ou inabilitação de licitantes, a anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 185 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. O prazo para a manifestação de intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos;
- 9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações, localizada na Avenida Luciano Consolini, 600 – Jardim de Lucca, Itatiba/SP.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, ou
 - 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.5. fraudar a licitação

- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30%, incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta a impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do sistema da BSMnet ou e-mail: licitacoes@licitacoes.itaiba.sp.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pre-

goeiro

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itaiba.sp.gov.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II - Modelo de Procuração

12.11.3. ANEXO III - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração

12.11.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de qualificação microempresa ou empresa de pequeno porte

12.11.5. ANEXO V - Modelo de Proposta

12.11.6. ANEXO VI - Minuta de Ordem de Serviço

12.11.7. ANEXO VII - Minuta de Contrato

Itatiba, xxxx

FRANCIELI GUINAMI DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração

KÁTIA CECÍLIA BAPTISTELLA
Secretária Municipal de Finanças

JACKELINE ROBERTA BOAVA MONTE
Secretária Municipal de Governo



609

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO 1

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITABUA
PREGÃO ELETRÔNICO XX/2024
EDITAL N° XX/2024
Processo n° 2.356/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública, de acordo com as especificações, quantitativos máximos e condições mínimas abaixo apresentadas:

2 - ITENS E QUANTITATIVOS

Item	Materiais	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1.1	2.05.26.0456-0 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	UN	1	57.000,00	57.000,00

LOTE 01

1.1 2.05.26.0456-0 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itabua.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.

Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos municípios/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itabua.

15



Prefeitura do Município de Itabua
Av. Luciano Cardoso, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-5655 - E-mail: licitacao@licitacoes.itabua.sp.gov.br
licitand: www.itabua.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato ".txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.2	2.05.26.0460-4 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	MESES	12	42.333,33	507.999,96
-----	---	-------	----	-----------	------------

LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Sistema integrado que auxilia a gestão administrativa tributária municipal contendo o grupo de funcionalidades referentes a: cadastro único de contribuinte, cadastro único de endereços, gestão imobiliária, gestão mobiliária, auto de infração, parâmetros e configurações, inspeção, dívida ativa, preços públicos, serviços on-line, protesto, petiçãoamento eletrônico.

1.3	2.05.26.0461-2 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	UN	1	36.300,00	36.300,00
-----	--	----	---	-----------	-----------

1.3 2.05.26.0461-2 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itabua.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.

Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos municípios/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itabua.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato ".txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.4	2.05.26.0462-0 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	MESES	12	26.900,00	322.800,00
-----	--	-------	----	-----------	------------

16



Prefeitura do Município de Itabua
Av. Luciano Cardoso, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-5655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itabua.sp.gov.br
licitand: www.itabua.sp.gov.br

110

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
Sistema integrado que auxilia à gestão administrativa orçamentária e financeira, contendo o grupo de funcionalidades relacionadas a: controles gerais, plano trienal, elaboração e programação orçamentária, execução orçamentária e financeira, contabilidade, lei de responsabilidade fiscal.	
1.5 2.05.26.0463-9 - IMPLANTAÇÃO, UN MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1 29.000,00 29.000,00
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaituba.</p> <p>Descobrir as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descobrir os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional dos sistemas.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade e serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.</p> <p>Migração e Conversão</p> <p>Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaituba.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>	
1.6 2.05.26.0464-7 - LICENCIAMENTO DE MESES DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	12 21.500,00 258.000,00
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</p> <p>Sistema integrado que auxilia a gestão de Recursos Humanos, no que se refere os grupos de funcionalidades, referente ao cadastro de pessoal, contagem de tempo de serviço, férias, licença prêmio, portal de serviços web, atos administrativos, frequência, vale transporte, folha de pagamento, e-social, prestação de contas Aduress (19-99), avaliação de desempenho.</p>	
1.7 2.05.26.0465-8 - IMPLANTAÇÃO, UN MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO	1 7.333,33 7.333,33

17



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaituba.</p> <p>Descobrir as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descobrir os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional dos sistemas.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade e serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.</p> <p>Migração e Conversão</p> <p>Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaituba.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>	
1.8 2.05.26.0466-3 - LICENCIAMENTO DE MESES DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	12 5.333,33 63.999,96
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO</p> <p>Sistema integrado que auxilia a gestão de Ponto eletrônico dos servidores da Prefeitura de Itaituba, através dos grupos de funcionalidades: Registro e gestão eletrônica de ponto.</p>	
1.9 2.05.26.0467-1 - IMPLANTAÇÃO, UN MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	1 7.333,33 7.333,33
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaituba.</p> <p>Descobrir as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p>	

18



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

<p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.</p> <p>Migração e Conversão</p> <p>Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaboa.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>			
1.10	2.05.26.0468-0 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA, OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	12	63.999,96
<p>LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA, OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO</p> <p>Sistema integrado que auxilia a gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho, contendo os grupos de módulos: medicina do trabalho, segurança do trabalho, previdenciária, e-social, assistência social</p>			
1.11	2.05.26.0468-4 - IMPLANTACAO, MIGRACAO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISICOES PUBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMONIO	1	28.333,33
<p>IMPLANTACAO, MIGRACAO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISICOES PUBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMONIO</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrada em produção dos sistemas.</p>			

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

<p>Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.</p> <p>Migração e Conversão</p> <p>Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaboa.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>			
1.12	2.05.26.0470-1 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE AQUISICOES PUBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMONIO	12	252.000,00
<p>LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE AQUISICOES PUBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMONIO</p> <p>Sistema integrado que auxilia a gestão de Publicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio, contendo o grupo de módulos: gestão de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, banco de preços, aquisições por licitação e compras, colação de preços, registro de preços, estoque / almoxarifado, contratos, patrimônio, prestação de contas</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaboa.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p>			
1.13	2.05.26.0471-0 - IMPLANTACAO, MIGRACAO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGAO ELETRONICO	1	7.333,33
<p>IMPLANTACAO, MIGRACAO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGAO ELETRONICO</p> <p>Sistema integrado que auxilia a gestão de Publicas, Estoque, Almoxarifado, Patrimônio, contendo o grupo de módulos: gestão de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, banco de preços, aquisições por licitação e compras, colação de preços, registro de preços, estoque / almoxarifado, contratos, patrimônio, prestação de contas</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaboa.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p>			

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários			
<p>1.16 2.05.26.0473-6 - LICENCIAMENTO DE REQUISITOS E ANÁLISE, DURANTE O PROCESSO DE CUSTOMIZAÇÃO, DEVERÁ SER REALIZADO SEMPRE EM CONJUNTO COM A EQUIPE TÉCNICA DE SERVIDORES DA PREFEITURA DE ITAÍBA.</p> <p>Realizar a conversão de dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "url" para migração, com os respectivos layouts.</p>			
1.14	2.05.26.0473-6 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	MESES	12
		6.333,33	63.999,96
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO</p> <p>Sistema integrado que auxilia o gestor de Pregão Eletrônico com funcionamento integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.</p>			
1.15	2.05.26.0473-6 - IMPLANTAZÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	UN	1
		6.000,00	6.000,00
<p>IMPLANTAZÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaíba.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Envio em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários</p> <p>Migração e Conversão:</p> <p>Tudo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaíba.</p> <p>Realizar a conversão de dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "url" para migração, com os respectivos layouts.</p>			



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.16	2.05.26.0474-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	MESES	12	4.333,33	51.999,96
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS</p> <p>O Sistema de Administração de Frotas, em plataforma web e integrado aos demais sistemas e módulos, deverá oferecer os instrumentos necessários para administração de toda a frota de veículos, máquinas e equipamentos. Controlar os apontamentos para as viagens, manutenções, abastecimentos, manutenções e serviços.</p>					
1.17	2.05.26.0475-2 - IMPLANTAZÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	UN	1	4.656,67	4.656,67
<p>IMPLANTAZÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaíba.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrega em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários</p> <p>Migração e Conversão:</p> <p>Tudo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaíba.</p> <p>Realizar a conversão de dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "url" para migração, com os respectivos layouts.</p>					
1.18	2.05.26.0476-9 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	MESES	12	3.333,33	39.999,96
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS</p> <p>O sistema com o objetivo de controlar todas as informações referentes a falecimento e outros fatos ocorridos nesta área pública com o intuito de fornecer relatórios gerenciais e estatísticos além de proporcionar a seus operadores uma fácil visualização e consulta a dados atuais e históricos, mantendo a integridade de tais dados.</p>					



112

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.19	2.05.26.0477-9 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	UN	1	4.333,33	4.333,33
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaboa.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)</p> <p>Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.</p> <p>Migração e Conversão: Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaboa.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>					
1.20	2.05.26.0478-7 - LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	MESES	12	3.106,67	38.000,04
<p>LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO O Portal da Transparência deverá garantir a toda população o acesso às informações inerentes à administração municipal, de forma fácil e ágil, conforme disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao que se refere à Lei de Acesso à Informação, Portal de Transparência e Acesso à Informação.</p>					
1.21	2.05.26.0479-5 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO À TOMADA DE DECISÕES	UN	1	3.066,67	3.066,67
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO À TOMADA DE DECISÕES A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaboa.</p>					

23



Prefeitura do Município de Itaboa
Av. Lucena Correia, nº 660, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@itaboa.sp.gov.br
Internet: www.itaboa.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.22	2.05.26.0480-9 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO À TOMADA DE DECISÕES	MESES	12	2.233,33	26.799,96
<p>LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO À TOMADA DE DECISÕES Licenciamento do Sistema de Apoio à Tomada de Decisões. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça o detalhamento das mais variadas informações geradas pelo órgão.</p>					
1.23	2.05.26.0481-7 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	UN	1	21.000,00	21.000,00
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaboa.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p>					

24



Prefeitura do Município de Itaboa
Av. Lucena Correia, nº 660, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@itaboa.sp.gov.br
Internet: www.itaboa.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

como todos os demais elementos.
O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as concepções de implantação, migração e conversão dos dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaituba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.24	2.05.26.0483-5 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	MESES	12	13.133,33	150.099,96
<p>LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS</p> <p>Sistema, com objetivo de controlar as solicitações sobre as solicitações dos cidadãos à administração e permitir a geração de ordem de serviço para o controle operacional dos serviços executados através da internet. Oferece segurança, facilidade, agilidade e qualidade no atendimento tanto externo quanto interno através dos módulos: SAC (Serviços de Atendimento ao Cidadão), Ouvidoria, Protocolos, Gestão de Atividades e Portal do Cidadão. Os módulos WEB permitem a integração de todos os setores do município através de um único sistema, mesmo que os setores estejam separados geograficamente. Além disso, facilita os acessos dos municípios de qualquer lugar que desejarem, permitindo assim, facilidades de comunicação e um melhor atendimento à população.</p>					
1.25	2.05.26.0483-3 - SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER)	MESES	12	16.900,00	192.000,00

SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER)

A solução ofertada deverá ser fornecida on-cloud (em ambiente nuvem). Os sistemas on-cloud obrigatoriamente devem estar hospedados em território nacional a fim de atender aos requisitos do que diz a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ter um SLA mínimo de 99,95% de disponibilidade a fim de manter a estabilidade esperada.

Todas as operações de backup e de restauração de dados ficará sob responsabilidade da empresa contratada, e deve ter a relação mínima dos 30 últimos dias, último dia de cada mês dos últimos 12 meses e 1 posição no último dia dos últimos 2 anos, e deve ter o tempo de recuperação menor ou igual a 4 horas.

Não serão aceitos custos e valores extras, ou valores a cobrar conforme o uso. Os custos para o sistema on-cloud devem ser fixos para o ano, observando-se apenas as correções previstas em contrato.

O ambiente ofertado em nuvem deve possuir escalabilidade adequada de forma a atender de forma satisfatória a performance esperada na usabilidade do sistema, seja ela de qualquer natureza for, como por exemplo, mas não somente, throughput de rede, performance e estabilidade de tráfego e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário.

Cabe a CONTRATANTE julgar a realidade da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performances necessários.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.26	2.05.26.0490-4 - IMPLANTAÇÃO, UNIFICAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	UN	1	10.633,33	10.633,33
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itaituba.</p> <p>Descobrir as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descobrir os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem utilizadas em cada fase do projeto.</p> <p>Como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo: PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as concepções de implantação, migração e conversão dos dados. SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos sistemas. TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turnos de até 20 funcionários.</p> <p>Migração e Conversão:</p> <p>Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itaituba.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>					

1.27	2.05.26.0491-4 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	MESES	12	7.900,00	94.800,00
<p>LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL</p> <p>Sistema integrado que auxilia a gestão administrativa orçamentária e financeira, contendo o grupo de funcionalidades relacionadas a: controles gerais, plano plurianual, elaboração e programação orçamentária, execução orçamentária e responsabilidade fiscal.</p>					

VALOR TOTAL DO LOTE 01 - R\$ 2.358.733,04 (dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e trinta e três reais e quatro centavos)



3 - PRAZO E CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO:

- 3.1 - O prazo de implantação da solução é de até 90 (noventa) dias após assinatura do contrato.
- 3.2 - Após a implantação total da solução e com o início da utilização do sistema será iniciado o pagamento mensal referente as licenças do sistema

4 DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE DE PREÇO:

- 4.1 - O prazo de vigência do contrato será de 15 (quinze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, até o limite legal estabelecido na nº 14.133/2021 e suas alterações.

5- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 5.1 - O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a manifestação favorável do Setor Fiscalizante na Nota Fiscal Eletrônica (NFe) apresentada, ficando assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.

- 5.2 - Os pagamentos serão realizados mediante procedimento bancário, em conta do fornecedor contratado.

- 5.3 - Havendo erro na NFe ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da NFe será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da NFe, representada nos mesmos termos do item 5.1.
- 5.4 - Quaisquer pagamentos não serão a Contratada das responsabilidades contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples aviso.

- 6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

- 6.7 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

- 6.7.1 - O fiscal técnico do contratado terá o histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)



- 6.7.2 - Identificada qualquer irregularidade ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 6.7.3 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

- 6.7.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

- 6.7.5 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à temporária renovação ou à prorrogação contratual.

- 6.7.6 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior à qual que ultrapassarem a sua competência.

- 6.7.7 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhando o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.7.8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará temporariamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

- 6.8 - O gestor do contrato poderá ser atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no âmbito do Gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrência, dos alertas, das prioridades contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adições de recursos para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 6.8.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, por meio do empenho de despesa e pagamento, e a regularidade financeira do fôlego mensal de liquidação e do pagamento da despesa em relação às tarefas executadas.

- 6.9 - O gestor do contrato poderá documentar comprovando a regularidade financeira da contratada em seu departamento, no momento da contratação, baseado nos dados de identificação cadastrais e de inscrição em atividades profissionais, de acordo com o que está estabelecido no Edital e no Anexo II do Edital.

- 6.9.3 - O gestor do contrato poderá providenciar para a formalização do processo de habilitação da contratada para fins de aplicação de ações, e por consequência para a contratação de que haja o valor de R\$ 14.133, de 2021, ou pelo valor de que seja menor, para contratação de que haja o valor de R\$ 14.133, de 2021, ou pelo valor de que seja menor, para contratação de que haja o valor de R\$ 14.133, de 2021.

- 6.9 - O fiscal administrativo do contrato acompanhará o gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à temporária renovação ou prorrogação contratual.

- 6.10 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a execução do contrato que tenham justificado a contratação e eventuais ocorrências a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

- 6.11 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e restão nos termos do contrato.

7. DA CONTRATAÇÃO

- 7.1 - A contratação decorrente da presente licitação vigorará até o recebimento definitivo do objeto do contrato.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

7.2 - A adjudicatária será convocada via endereço eletrônico (e-mail) ou meio equivalente para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para atendimento, contados da data de transmissão da convocação. Na ocasião, se-ão exigidos os seguintes documentos:

7.3 - Indicação, por escrito, de endereço de e-mail para a realização de quaisquer comunicações sobre a execução do contrato;

7.4 - Apresentar o(s) documento(s) de identidade, R.G. e CPF, do(s) sócio(s) ou procurador(es) que assinará(o) o contrato com a Prefeitura do Município de Itaituba;

7.5 - Quando a empresa se fizer representar por procurador, este deverá apresentar procuração, por instrumento público ou particular com firma reconhecida, que lhe confira poderes para assinar contrato. Ou deverá trazer cópia simples acompanhada do documento original para autenticação por servidor.

7.6 - Tratando-se a adjudicatária de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições ou ressalvas à época da etapa de habilitação, deverá comprovar previamente a assinatura do contrato o suprimento da(s) pendência(s) constante(s) do(s) documento(s) apresentado(s) e, em consequência, comprovar a sua regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério desta Administração, contados da data da declaração do vencedor, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da imposição das sanções previstas neste edital.

8 - DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1 - Não será exigida garantia contratual.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - A Contratante, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

9.1.1 - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no Contrato;

9.1.2 - promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

9.1.3 - comunicar à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.4 - notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada, durante a vigência do Contrato, compromete-se a

10.1.1 - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

10.1.2 - atender às demais condições descritas no Termo de Referência;

10.1.3 - responsabilizar-se pela execução dos serviços, objeto do Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

11 - DA DOTAÇÃO A SER ONERADA

11.1 - Para fazer frente às despesas do ajuste, existem recursos orçamentários reservados, onerando as dotações classificadas nas Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Unidade Orçamentária 02.02.01 - Secretaria de Governo, 02.05.01 - Secretaria de Administração, 02.10.01 - Secretaria de Finanças, Classificação Funcional: 04.122.005.2.108 - Manutenção a Secretaria

29



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

de Governo/Departamento de Tecnologia, 04.122.0004.2.056 - Manutenção da Secretaria de Administração, 04.122.0004.2.009 - Manutenção da Secretaria de Finanças.

12 - PENALIDADES

12.1 - Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar, ao Contratado, as penalidades previstas no instrumento editalício e contratual, além daquelas penalidades previstas em lei.

ANEXO LA

CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS

1. CARACTERIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SOLUÇÃO INTEGRADA

1.1. A solução ofertada deverá ser fornecida on-cloud (em ambiente nuvem).

1.2. Os sistemas on-cloud obrigatoriamente devem estar hospedados em território nacional a fim de atender aos requisitos do que diz a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ter um SLA mínimo de 99,95% de disponibilidade a fim de manter a estabilidade esperada.

1.2.1. Todas as operações de backup e de retenção de dados ficará sob responsabilidade da empresa contratada, e deve ter a retenção mínima dos 30 últimos dias, o último dia de cada mês dos últimos 12 meses e 1 posição do último dia dos últimos 2 anos, e deve ter o tempo de recuperação menor ou igual a 4 horas.

1.2.2. Não serão aceitos custos e valores extras, ou valores a cobrar conforme o uso. Os custos para o sistema on-cloud devem ser fixos para o ano, observando-se apenas as correções previstas em contrato.

1.2.3. O ambiente ofertado em nuvem deve prever escalabilidade adequada de forma a atender de forma satisfatória a performance esperada na usabilidade do sistema, seja ele de qualquer natureza for, como por exemplo, mas não somente, throughput de rede, performance e escalabilidade de discos e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário.

1.2.4. Cabe a CONTRATANTE julgar a relevância da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performance necessários.

1.3. O sistema deverá ser executado através de navegador web e ser plenamente compatível com os 3 browsers mais usados globalmente em suas últimas versões estáveis, sem a necessidade de instalação de plugins ou softwares adicionais, a lista pública dos browsers mais popularmente usados está disponível no site <https://gs.statcounter.com/browser-market-share>, atualmente Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox.

1.4. A arquitetura do sistema proposto deverá ser estruturada por micro serviços, utilizando-se de APIs HTTP e HTTPS para a integração com qualquer módulo do próprio sistema ou qualquer sistema de terceiros, possibilitando escalabilidade horizontal e ganhos de flexibilidade e desempenho das aplicações;

30



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.5. A autenticação no sistema deverá permitir no mínimo 2 modalidades de escolha sendo:
 - 1.5.1. Método convencional (usuário e senha);
 - 1.5.2. Por autenticação digital A1 e-cpf;
- 1.6. O sistema deverá mostrar as informações de endereço IP e data/hora, do último acesso que o usuário realizou;
- 1.7. O sistema deverá ter o recurso de Single Sign-On, possibilitando que o usuário acesse todos os módulos disponíveis na solução, sem ter que se logar novamente. Todas as permissões para cada módulo deverão ser validadas no acesso;
- 1.8. O sistema deverá disponibilizar de recurso parametrizado para solicitar/forçar o nível de senha do usuário, devendo este ter no mínimo 5 possibilidades de escolha;
- 1.9. Possuir mecanismo de time-out para logout de usuários após determinado tempo de inatividade, a ser controlado por parametrização customizável;
- 1.10. Permitir recurso de bloqueio de acesso para o caso de tentativas fracassadas de login, de forma parametrizável;
- 1.11. O sistema não deverá permitir a eliminação de transação já concretizada. Caso seja necessária uma retificação de qualquer informação, esta deverá ser estornada para que fique registrada permanentemente;
- 1.12. Possibilitar que o administrador do sistema configure qual será o sistema padrão ("default") para cada usuário;
- 1.13. Dar autonomia ao administrador do sistema para que ele consiga bloquear qualquer usuário no sistema, desde que tenha as devidas permissões para isso;
- 1.14. Permitir que os usuários possam realizar a recuperação de senha através do e-mail que consta em seu cadastro;
- 1.15. O acesso aos dados deve poder também ser limitado para um determinado setor do organograma, de forma que usuários de setores que descentralizam o controle de recursos não visualizem ou possam alterar dados de outros setores;
- 1.16. Deverá disponibilizar documentação on-line sobre o modo de operação das tarefas e funcionalidades, com possibilidade de visualização em tela ou download do arquivo;
- 1.17. Para os processos de negócio onde o fluxo das ações deve ser seguido, deverá haver assistentes automáticos (wizards) que tem por objetivo guiar e auxiliar o operador do sistema. As etapas de cada passagem deverão ser visualizadas através de identificação (breadcrumbs);
- 1.18. Possibilitar que todos os usuários do sistema possam realizar a mudança de tema (cor) do sistema como um todo;
- 1.19. Cada usuário deve possuir privilégios de salvar algumas configurações da tabela/grid em que trabalha, possibilitando que ele salve quantas quiser;
- 1.20. Oferecer mecanismo de favoritar as funcionalidades no próprio sistema, dando agilidade ao operador do sistema;

31



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.21. Possuir funcionalidade de gerenciamento SMTP, possibilitando que o envio de e-mails pelo sistema seja configurado por sistema/módulo. Deverá suportar os protocolos SSL e TLS para os serviços de envio de e-mail, e estar conforme e perfeitamente compatível com os sistemas de colaboração Google Workspace e Microsoft 365;
- 1.22. As pesquisas deverão ser por todos os campos que são apresentados na lista, podendo informar um ou mais campos, por valor ou por faixa, de acordo com o tipo de dado, consulta com exatidão, o início ou qualquer parte do valor informado; seleção de registros não coincidentes com os valores pesquisados e ordenação do resultado dos registros por qualquer campo disponível na listagem;
- 1.23. As transações devem ficar registradas permanentemente, de acordo com a necessidade do usuário, processo este, que pode ser habilitado ou desabilitado pelo administrador do sistema, com a indicação do usuário, data, hora exata, endereço IP, informação da situação antes e depois, para eventuais necessidades de auditoria posterior;
- 1.24. As regras de integridade dos Dados devem estar parcialmente alojadas no Servidor de Banco de Dados, de tal forma que um usuário que acesse o Banco de Dados por outras vias não o torne inconsistente;
- 1.25. As funcionalidades deverão ser acessíveis somente aos usuários autorizados, especificamente a cada uma delas. A solução integrada deve contar com um catálogo de perfis de acesso, podendo ser agrupados, e esses deverão ser associados aos usuários. Para cada funcionalidade autorizada, o administrador de segurança poderá alterar o perfil de acesso, modificando as ações que estão disponíveis para cada funcionalidade. Exemplo: Consulta, Inclusão;
- 1.26. Os menus de acesso às funcionalidades do sistema devem aparecer apenas quando o usuário tem acesso, impossibilitando o clique/apresentação deste quando o usuário não possui acesso liberado, podendo atribuí-los a grupos ou usuários específicos;
- 1.27. Prover controle de restrição de acesso às funcionalidades da solução integrada, através do uso de dupla abordagem de autorização, utilizando o conceito de usuário autorizador e senha em qualquer função, selecionado a critério do usuário;
- 1.28. Os relatórios deverão permitir a inclusão do brasão da Contratante;
- 1.29. Possibilitar a inclusão nos relatórios em que se faça necessário, de campo destinado à assinatura do responsável pela exatidão das informações, de forma parametrizada;
- 1.30. Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam gravados em disco, em formatos como HTML, PDF, RTF, XML, XLS; TXT que permitam serem visualizados posteriormente ou impressos, além de permitir a seleção e configuração da impressora local ou de rede disponível;
- 1.31. Permitir que os relatórios possam ser salvos em disco, em formato PDF assinados com certificados digitais, evitando que possam ser efetuadas alterações em seu conteúdo, garantindo assim a integridade da informação;
- 1.32. Permitir o envio de relatórios por e-mail a partir da tela de seleção do relatório;
- 1.33. Permitir que o usuário defina os critérios de seleção e classificação das informações constantes de cada relatório, e que essas opções de filtro e classificação fiquem gravadas na tela de chamada do relatório, para posteriores consultas, enquanto não seja feito novo login;

32



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.34. O sistema, para fins de recuso de integração, deverá suportar de forma nativa os padrões abertos de conectividade: REST, WSDL, SOAP;
- 1.35. Deverá possuir APIs para integração, que deverão estar documentadas em catálogos de ativos, para possibilitar o consumo destes artefatos funcionais;
- 1.36. As operações de maior processamento, como relatórios analíticos, devem suportar execução síncrona e assíncrona, devendo inclusive ser parametrizável sua escolha de execução.

2. REQUISITOS GERAIS EXIGIDOS PARA O SISTEMA

- 2.1. Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
- 2.2. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
- 2.2.3. O volume de dados que deverá ser convertido é de 1,5 TB.
- 2.3. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

3. METODOLOGIA

- A Contratada deverá:
- 3.1. Apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
- 3.2. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
- 3.3. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
- 3.4. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
- 3.5. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
- 3.6. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
- 3.7. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
- 3.8. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

33



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação, migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

4. TREINAMENTO

- 4.1. A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
- 4.2. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários ou quantidade a ser acordada entre a Contratada e a Contratante.
- 4.3. Estima-se em 150 a quantidade de servidores que deverão ser treinados.
- 4.4. As quantidades apresentadas contemplam todos os órgãos inclusos no presente Termo de Referência.

5. DA PRESTAÇÃO DO OBJETO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. A solução integrada deverá ser instalada pela CONTRATADA, após a assinatura do Contrato, observado o prazo de instalação informado na proposta, sendo certo que todas as despesas necessárias ocorrerão exclusivamente por conta da contratada, não podendo ser superior a 90 dias, contados da emissão da ordem de serviço.
- 5.2. Todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do Contrato correrão exclusivamente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas com os programas em si, os serviços de instalação, funcionamento, conversão total de dados, apresentação, treinamento de pessoal, além dos deslocamentos, diárias, estadias, e, custo com pessoal para atendimentos técnicos "in-loco", quando requisitado pela prefeitura.
- 5.2.1. Por questão de segurança e para facilitar a participação dos usuários, a prefeitura disponibilizará à contratada local e estrutura necessária para realização dos treinamentos, sendo disponibilizados computadores, mesas e cadeiras para acomodação dos usuários. Demais equipamentos, como projetor multimídia, tela de projeção, equipamentos de áudio e vídeo, e materiais didáticos, ficarão a cargo da contratada.
- 5.3. A CONTRATADA deverá possuir um sistema WEB, disponível através da rede mundial de computadores (internet), para abertura de chamados técnicos, de qualquer natureza, que possibilite o acompanhamento do status do referido chamado através do número de protocolo.
- 5.4. Imediatamente após a emissão da ordem de serviço, a contratada deverá dar início aos trabalhos de implantação da solução integrada e conversão dos dados contidos atualmente em uso pela prefeitura. O prazo máximo para que a solução integrada esteja totalmente implantada e plenamente operante em todas suas funções, e, com todos os dados convertidos, não poderá ser superior a 90 dias, contados da emissão da ordem de serviço.

34



116

5.5. Depois de implantado a solução integrada e convertido os dados, a empresa contratada deverá realizar a apresentação oficial da nova solução aos usuários e técnicos da prefeitura, visando apurar o efetivo atendimento de todas as condições exigidas pelo edital, e, o funcionamento pleno para todas as áreas licitadas.

5.5.1. Constatadas irregularidades no funcionamento da solução integrada, a prefeitura poderá determinar a contratação e correção da falha, devendo a nova solução ser adequada inteiramente ao exigido pelo edital, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.5.2. O período de implantação, conversão de dados, apresentação da solução integrada e correção de eventuais falhas não será computado para efeito de pagamento, não sendo devido, portanto, o pagamento da manutenção mensal até a efetiva entrada em funcionamento da nova solução contratada.

5.6. São obrigações da contratada, além daquelas implícitas nas cláusulas do edital, anexos e Contrato:

5.6.1. Implantar a nova solução integrada licitada, objeto desse contrato, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado e nos prazos estipulados.

5.6.2. Corrigir eventuais problemas de funcionamento da solução integrada.

5.6.3. Prestar manutenção a solução integrada.

5.6.4. O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições expressadas no edital, anexos e Contrato.

5.6.5. Manter sigilo absoluto das informações processadas.

5.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser refeito/corrigido às custas da Contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

5.8. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais.

5.9. A CONTRATADA não poderá transferir, subcontratar ou ceder suas obrigações ou realizar fusão, cisão ou incorporação, sem autorização da CONTRATANTE.

5.10. Os sistemas deverão ser hospedados em Nuvem (Cloud) garantindo recursos tecnológicos necessários para o funcionamento e segurança. Os serviços de disponibilização dos sistemas em Datacenter poderão ser subcontratados, sem necessidade de anuência da Prefeitura.

5.11. Manter o sigilo e a segurança de todas as informações que estarão sob sua guarda ou tratadas através dos sistemas, cumprindo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/2018.

6. ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

6.1. Encerrada a etapa de lances e habilitação, a solução de sistemas proposta pela empresa classificada em primeiro lugar, será avaliada por meio de provas de conceito, para verificação da aderência aos sistemas que se pretende contratar.



6.2. A verificação da aderência será efetuada após cinco dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro, e será efetuada pela comissão constituída por profissionais da Prefeitura e dos órgãos participantes do processo, nas dependências da Prefeitura, que disponibilizará sala apropriada e projetor.

6.2.1. Os servidores públicos envolvidos nas atividades de suas respectivas secretarias, farão o acompanhamento das Provas de Conceito, apresentadas e serão os responsáveis pela avaliação.

6.3. Serão avaliados objetivamente os requisitos descritos no item 1, do Anexo 1-A (Caracterização Tecnológica dos Sistemas Integrados) e item 1 do Anexo 1-B (Funcionalidades dos Sistemas Integrados), ambos do Termo de Referência.

6.4. A licitante deverá atender a integralidade das características descritas no item 1-A (Caracterização Tecnológica dos Sistemas Integrados), já que tais características são essenciais para que a Prefeitura não tenha necessidade de reestruturações e adequações em sua estrutura tecnológica.

6.5. Para aprovação das funcionalidades dos sistemas (item 1 – Anexo 1-B), a licitante deverá atender a totalidade dos itens marcados como essencial.

- Administração Tributária;
- Administração Orçamentária e Financeira;
- Administração de Recursos Humanos;
- Ponto Eletrônico;
- Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho
- Aquisições Públicas, Estoque, Patrimônio e Gestão de Suprimentos;
- Pregão Eletrônico;
- Administração de Frotas;
- Administração de Cemitérios;
- Portal de Acesso à Informação;
- Apoio na Tomada de Decisões;
- Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos.

Câmara Municipal de Itatiba (SIAFIC)

- Administração Orçamentária e Financeira.

6.6. A licitante deverá realizar a apresentação em equipamento próprio, tais como microcomputador, impressora, etc., devidamente configurados para permitir o funcionamento dos sistemas a serem apresentados. Os equipamentos serão operados por profissionais da empresa licitante, que deverão se apresentar, no prazo e horário, definidos pelo Pregoeiro.

6.7. Os sistemas deverão ser demonstrados na Web, sem a necessidade de emulação.

6.8. A equipe técnica apresentará o resultado da avaliação-expresso por ATENDIDO ou NÃO ATENDIDO.
6.9. Caso o resultado seja "NÃO ATENDIDO", a Prefeitura convocará a empresa segunda colocada, para que, caso cumpra todas as exigências de habilitação, realize a Prova de Conceito, e, assim sucessivamente, até a apuração de uma empresa que atenda às exigências estabelecidas.



ANEXO LB

1 - FUNCIONALIDADES DOS SISTEMAS INTEGRADOS

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CADASTRO ÚNICO DE CONTRIBUINTE

1. Permitir o cadastro de pessoas (Física e Jurídica) de forma a constituir um cadastro único para contribuintes que deverá ser compartilhado para os setores da prefeitura.
2. Permitir a consulta e localização de todos os relacionamentos a qual o contribuinte é responsável (Imóvel, Empresa, Parcelamentos de débito, Certidões, Processos de Execuções fiscais, Alvarás, Etc).
3. Permitir pesquisar os débitos atualizados e emitir documento com demonstrativo dos débitos para pagamento, no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, referente a todos os relacionamentos que o contribuinte é responsável.
4. Conter rotina que permita unificação dos cadastros de Contribuintes possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados. Todos os vínculos existentes para os contribuintes excluídos devem ser migrados para o cadastro que ficou ativo.
5. Conter rotina para registrar todas as alterações dos cadastros, que deverá possuir no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual e permitir a consulta desses dados por usuário habilitado.
6. Conter rotina que permita criação de registro de registro espelho de cadastros excluídos, quando essa exclusão for necessária.
7. Possuir registro de históricos de ocorrências registrando data, usuário e o histórico e número do processo administrativo.
8. Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.
9. Conter rotina específica de crítica de CNPJ e CPF que permita a identificação e apresentação de outros contribuintes idênticos.
10. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que posse ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
11. Permitir ao gestor incluir novas características ao cadastro de contribuintes, para fins de armazenamento de informações extras. Os tipos que devem ser aceitos são Textos, Datas, Decimais, Inteiros e Tabelas (onde o gestor configura quais serão os possíveis valores para seleção).

CADASTRO ÚNICO DE ENDEREÇOS

12. Permitir o cadastro de endereços de forma a constituir um cadastro único que deverá ser compartilhado para todos os setores da prefeitura.
13. Conter rotina que permita a unificação dos cadastros de endereços possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados.

14. Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.

IMOBILIÁRIO

15. Conter o Cadastro Técnico Imobiliário para registro dos lotes urbanos do município onde serão vinculados os detalhes descritos nos itens abaixo
16. Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro
17. Permitir informar todos os proprietários, compromissários e possuidores (Principal e Outros), o período de início e fim de cada registro, a fim de manter o histórico das transações. Esses cadastros deverão constar no Cadastro Único de Contribuintes.
18. Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços do imóvel e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro imobiliário
19. Permitir o cadastro das testadas adicionais, contendo tamanho em metros e o Logradouro para qual está direcionada.
20. Permitir o cadastro de Áreas Construídas adicionais informando minimamente o tipo de área, metragem e ano de construção. O sistema também deve permitir parametrização para que um usuário gestor do sistema crie características diversas para a área construída (Ex: acabamento, revestimento, tipo de piso, etc) para fins de uso em cálculos de taxas e impostos.
21. Conter cadastro de empreendimentos imobiliários e permitir sua associação no cadastro imobiliário.
22. Conter cadastro de Imobiliárias e permitir sua associação no Cadastro Imobiliário.
23. Conter cadastro de Tipos de Entrega e permitir sua associação com o Cadastro Técnico Imobiliário com a finalidade de permitir filtros para emissão e entrega dos carnês de IPTU e outras correspondências de cobrança.
24. O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro imobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro imobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.
25. Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro imobiliário.
26. Manter registros históricos dos lançamentos por exercício de IPTU, constando os dados referentes aos valores venais lançados, os valores de metro quadrado de terreno e construção e todos os fatores utilizados para a apuração do lançamento
27. Conter Cadastro das Confrontações do imóvel podendo informar a metragem, lado e a identificação do confrontante a qual que faz divisa
28. Conter o Cadastro dos Projetos de construções para o imóvel e possibilitando o lançamento do ISS de construção.
29. Conter Cadastro que permita registrar as isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do imóvel, contendo o tipo de isenção e prazo de duração.



30. Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro imobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.
31. Permitir que o usuário possa incluir uma restrição temporária que impeça o lançamento de parcelamentos para este cadastro durante um período pré-determinado.
32. Conter rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.
33. Conter rotina para o desmembramento de um registro do cadastro imobiliário e a geração de vários outros registros com as mesmas características para posterior alteração.
34. Conter rotina que permita fazer o agrupamento de vários cadastros imobiliários em um único registro, tomando os registros origem em cadastros inativos, registrando os históricos das ocorrências.
35. Disponibilizar consulta em tela das ocorrências de desmembramento e agrupamentos para os usuários do setor de cadastro.
36. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e enviada pelos usuários de prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
37. Conter Cadastro Técnico de Logradouros oficiais do município, contendo minimamente as informações de Oficializado / Denominado, Tipo de Logradouro, Nome do Logradouro, Bairro, Descrição de nome anterior, Legislação de Origem; Faixa de Numeração. Conter rotina que permita ao usuário incluir históricos manuais das alterações contendo data de registro, dados do processo que originou este histórico e um campo de digitação livre para descrição do histórico. Permitir dentro do cadastro de logradouros oficiais que o usuário possa consultar este histórico. Disponibilizar também um local onde o usuário possa verificar quais são as faixas de quadras vinculadas ao logradouro.
38. Conter Cadastro de Faixas das Quadras para associá-las ao cadastro imobiliário, contendo os equipamentos urbanos disponíveis e o valor da Planta Genérica de Valores, para o cálculo dos valores venais. Disponibilizar também um histórico de averbação manual para o cadastro de faixas de quadra para fins de anotações diversas que o usuário tiver a necessidade de fazer.
39. Conter Cadastro de Loteamentos e permitir que seja associado ao imóvel.
40. Conter Cadastro de Características do terreno e de edificações de forma que o usuário gestor possa criar campos customizados no cadastro a fim de não limitar as informações que a prefeitura deseja informar.
41. Permitir visualizar as empresas relacionadas ao imóvel.
42. Conter rotina para a simulação do cálculo e lançamento dos valores venais e IPTU do exercício atual e até de exercícios anteriores. Permitindo que o usuário realize um filtro e selecione quais imóveis ele deseja realizar os lançamentos. O cálculo automaticamente deve considerar possíveis isenções ou imunidades cadastradas para os cadastros imobiliários selecionados. Permitir também que sejam parametrizados os cálculos para que o sistema realize o lançamento recalculando o lançamento anterior ou criando novo lançamento.
43. Emissão de Carnê de segunda via do IPTU, no formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/Pix para Ficha de Compensação ou ficha de arrecadação e deverá conter obrigatoriamente uma lâmina de Notificação com o descritivo dos dados do lançamento.



44. Conter rotina para exportar os lançamentos de IPTU em formato texto para emissão das carnês em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados de acordo com filtros de campos do cadastro imobiliário.
45. Emissão de Ficha de Lançamento contendo os dados do imóvel, características e fatores utilizados para o lançamento do IPTU do Exercício.
46. Conter rotina para o cadastro e lançamento de ITBI, o sistema deve permitir a inclusão de mais de um acquirente, transmissente, anuente e usufrutuário. Em relação ao cálculo, o sistema deve realizar o cálculo automaticamente sobre o maior valor entre venal, de compra ou de avaliação da prefeitura.
47. O lançamento do ITBI também deve permitir a inclusão de vários imóveis para lançamento de única guia para todas as transações efetuadas. Também deve permitir o lançamento de ITBI complementar para casos em que se faça necessário um complemento via arbitramento.
48. Emissão de Documento de Arrecadação da ITBI, contendo a descrição dos dados cadastrados e o documento de arrecadação no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, com código de barras e QR Code/Pix.
49. Emissão de Boletim de Inscrição Catastral (BIC), contendo todas as características do cadastro e permitir que um usuário de prefeitura com o devido treinamento adote o BIC de acordo com a necessidade da prefeitura via software fornecido pela própria empresa do sistema. Rotina para a emissão coletiva, Geral ou parcial de carnês do IPTU lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem impressos a partir de um filtro realizado por informações do lançamento ou do cadastro.
50. Permitir cadastramento do imóvel rural com no mínimo as seguintes características: Inscrição do imóvel, Valor do Área e o Tipo de Área, Endereço, Situação do Córrego, Matriciada, Centro vinculado e campo de Observação.
51. Permitir vinculação de outros proprietários junto ao imóvel com no mínimo as seguintes características: se é principal, qual percentual possui, e data de entrada e saída.
52. Realizar a cópia de um cadastro e permitir alteração dos dados pelo operador, facilitando o gerenciamento de imóveis com dados semelhantes.
53. Permitir consulta dos imóveis por no mínimo as seguintes informações: Endereço do imóvel, Bairro do imóvel, Matriciada, inscrição do imóvel e Situação.
54. Permitir a ordenação dos registros em tela por no mínimo os seguintes dados: Endereço do imóvel, Bairro do imóvel, Matriciada, Inscrição do imóvel e Situação.
55. Possibilitar exportação de dados exibidos em tela e escolher pelo operador, em formato csv, Lançamento Geral.
56. Permitir lançamento de taxas avulsas junto ao imóvel, possibilitando a emissão de guias com código de barras e QR Code/Pix.
57. Visualizar todas as guias lançadas para o respectivo imóvel, demonstrando no mínimo os seguintes dados: Exercício, Situação, Data da Geração, Valor Juro, Valor de Multa, Valor Correção, Data Bancária e Usuário Lançador.
58. Permitir lançamento de histórico junto ao imóvel. O sistema deverá informar a data e qual usuário realizou o lançamento.
59. Permitir a visualização do débito com valores corrigidos, com no mínimo os seguintes dados: Nome Tributo, Numero Parcela, Situação Parcela, Exercício, Vencimento, Valor Original, Juro, Multa e Corrigido.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

59. Realizar a impressão de guia de recolhimento, possibilitando inserir observação a ser impressa junto a guia.
60. Realizar a impressão de demonstrativo por parcela.
61. Realizar a impressão de demonstrativo por exercício.

DOI – Declaração de Operações Imobiliárias

62. Todas as telas de listagem deverão possuir permissão para verificar qual filtro está sendo utilizado no momento;
63. Todas as telas de listagem deverão possuir a possibilidade de salvar o filtro da consulta atual durante o uso do sistema;
64. Todas as telas de listagem deverão possuir impressão nos seguintes formatos: XLS, PDF, Países, PDF, Retrato e TXT;
65. Todas as telas de listagem deverão possuir a limpeza de todos os filtros de forma coletiva;
66. Todas as telas de listagem deverão possuir escolha dos campos que são demonstrados em tela. Após a escolha dos campos, poderão ser impressos nos formatos conforme item 1.3;
67. Todas as telas de listagem deverão possuir ordenação da informação exibida em tela, através da função drag-and-drop e com a escolha de ordenação ascendente e descendente;
68. Todas as telas de listagem deverão possuir consultas dos campos exibidos em tela;
69. Todas as telas de listagem deverão possuir a demonstração de qual campo está sendo filtrado no momento;
70. Todos os itens de cadastro deverão possuir as seguintes opções: Incluir, Visualização e Edição;
71. Durante a visualização de item de cadastro não será permitido alteração de informação;
72. Todos os itens cadastrados não podem ser excluídos, somente inativados;
73. Os itens de cadastro deverão seguir padrão conforme tela de versão 6.1.
74. Possuir cadastro de Situação da operação imobiliária;
75. Possuir cadastro de Atribuição de DOI;
76. Possuir cadastro de Tipologia Transação;
77. Possuir cadastro de Retificação do Aló;
78. Possuir cadastro de Forma da Alienação/Aquisição;
79. Possuir cadastro de Vale da Alienação não consta;
80. Possuir cadastro de Tipologia Imóvel;
81. Possuir cadastro de Situação da Construção;
82. Possuir cadastro de Localização do imóvel;
83. Possuir cadastro de Área não informada/consta;
84. Possuir cadastro de Valor do ITR ou ITCD informado/consta;
85. Permitido somente importar arquivo com extensão .DEC. Caso o usuário tentar importar arquivo com qualquer outra extensão, o sistema deverá barrar a importação;
86. O sistema deverá realizar as validações e críticas durante a importação do arquivo, para posterior validação do operador do sistema;
87. Ao tentar importar o mesmo arquivo já importado anteriormente, o sistema deverá barrar a importação;
88. O sistema deverá apresentar em tela todos os arquivos já importados;
89. Permitir ignorar a operação imobiliária (rural e urbana) de outro município, imóvel com dados já atualizados ou qualquer outra informação que o operador julgar necessário. Obrigar o operador a informar o porquê ignora a operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

90. Possuir rotina para reabilitar a operação imobiliária ignorada. Obrigar o operador a informar o porquê da reabilitação da operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;
91. Dar a possibilidade para o operador ignorar ou reabilitar de forma coletiva as operações imobiliárias, ou seja, de 2 ou mais operações;
92. Possuir tela onde o operador possa verificar todas as informações envolvidas na operação imobiliária: dados da operação, localização do imóvel (rural ou urbano), alienante, adquirente, dados da alienação e matrícula;
93. Informar ao operador todas as críticas que o sistema localizou durante a importação da operação imobiliária, tais como:
 - 93.1. Imóvel não pertence ao município;
 - 93.2. Matrícula não encontrada na base de imóvel;
 - 93.3. Matrícula encontrada em duplicidade na base de imóvel;
 - 93.4. Identificação não encontrada na base de imóvel;
 - 93.5. Identificação encontrada em duplicidade na base de imóvel;
 - 93.6. Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base de imóvel;
 - 93.7. Matrícula não encontrada na base de imóvel rural;
 - 93.8. Matrícula encontrada com duplicidade na base de imóvel rural;
 - 93.9. Identificação não encontrada na base de imóvel rural;
 - 93.10. Identificação encontrada com duplicidade na base de imóvel rural;
 - 93.11. Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base de imóvel rural;
 - 93.12. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de contribuintes;
 - 93.13. Valor CPF/CNPJ de alienante não foi localizado na base de físico x contribuinte;
 - 93.14. Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel;
 - 93.15. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico rural x contribuinte;
 - 93.16. Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel rural;
 - 93.17. Valor CPF/CNPJ do adquirente não foi localizado na base de contribuintes;
 - 93.18. Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel;
 - 93.19. Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel;
 - 93.20. Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel rural;
 - 93.21. Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel rural.
94. Após o operador ajustar os itens da crítica, o sistema deverá possuir uma forma de atualizar a crítica sem a necessidade de nova importação do arquivo, para que o operador saiba se a crítica foi solucionada;
95. Caso exista mais de um adquirente na operação imobiliária, o que possuir maior percentual deverá ser o proprietário principal do imóvel (rural ou urbano);
96. Quando o operador efetivar a operação imobiliária conforme informações disponibilizadas pelo DOI, o sistema deverá atualizar o cadastro de proprietário, de adquirente e transmissor no cadastro de imóvel (rural e urbano);



98. Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspenso) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.
99. O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro mobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro mobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.
100. Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro mobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex.: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.
101. Conter Cadastro de Atividades Econômicas de forma a permitir que seja informada mais de uma atividade para o cadastro, o período inicial e final de vigência de cada atividade, atividade principal.
102. Conter Cadastro dos Contadores e sua associação ao Cadastro Mobiliário, devendo o cadastro de contadores ser baseado no Cadastro Único de Contribuintes.
103. Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços de localização e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro mobiliário.
104. Permitir a associação do Cadastro Mobiliário ao Cadastro Técnico Imobiliário do local do estabelecimento.
105. Conter Cadastro de Enquadramento no Simples Nacional, permitindo informar o período de início e fim do enquadramento, mantendo o histórico dos períodos anteriores.
106. Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo.
107. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro mobiliário.
108. Cadastro dos Stocks, que deverá estar contido no Cadastro Único de Contribuintes, permitindo registrar o período de início e fim de sua vigência.
109. Conter Cadastro de Atividades diversas para configuração de lançamentos dos tributos e taxas do mobiliário (ISS Frio, Taxa de Licença, Ocupação Solo, Publicidades, Etc.) associados ao Cadastro Mobiliário, permitindo informar valores, quantidade e alíquotas e o período sua vigência para cálculos proporcionais.
110. Conter uma tela para visualização de registro dos Movimentos Econômicos de prestações de serviços contendo: Valor do Movimento Econômico da Empresa, Exercício e Mês de Competência, Valor das Deduções, valor do imposto e o tipo de declaração (Declarado, Fiscalizado, Sem Movimento, Etc.).
111. Conter Cadastro de Táxi contendo no mínimo as informações de: CNH, Condutor (vinculado ao cadastro de contribuintes), CPF, Chassis, decreto de permissão, Ano de Fabricação e dados do taxímetro.
112. Conter Cadastro de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) contendo minimamente dados da gráfica, Data de emissão, pedido e validade, faixa de notas liberadas e série.

43



113. Conter Cadastro que permita registrar as isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do Cadastro Mobiliário, contendo o tipo de isenção e prazo de duração para ser utilizado no cálculo das taxas e impostos.
114. Conter Cadastro de Horário permitindo informar os horários de funcionamento normais e os adicionais.
115. Conter Cadastro de Anúncios para os lançamentos de Taxas de Publicidade.
116. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
117. Conter rotina para os cálculos e lançamentos dos Tributos de ISS, Taxas de licença, Ocupação de Solo Etc., possibilitando o lançamento geral ou parcial, permitindo ao usuário os cálculos e seleção dos registros a serem calculados. Os cálculos deverão levar em consideração períodos proporcionais incompletos conforme a Data de Início de Atividade, isenções, reduções e descontos.
118. Conter rotina para o lançamento de ISS para prestadores de serviços com as parcelas sem valor de lançamento, referente às 12 competências do ano, considerando sempre a proporcionalidade da Data de Início de Atividade, que deverão ter seus valores atualizados conforme a declaração no sistema da ISSQN online.
119. Conter rotina para expor os lançamentos de Tributos e Taxas do Mobiliário em formato texto para emissão das Carnês em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados.
120. Conter Cadastro de Alvarás abrangendo todos os tipos de alvarás (Mobilário, Incompleto, Cíveis, Etc.). O sistema deve permitir que um usuário realizado da prefeitura possa ajustar o layout dos alvarás conforme necessidade de cada setor.
121. Conter rotina para a emissão coletiva Geral ou parcial de Carnês de tributos lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados a partir de filtros de cadastro ou do lançamento e imprimir a ordenação que a deverá ser impressa, e possibilitando a impressão em formato A4 com 12 páginas por folha, com código de barras e QR Code/PIX.
122. Conter rotina para geração de Certidões Negativas de Débitos, Positivas de Débitos, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Valor Jurem, Etc., a serem enviadas eletronicamente a concessionária. Deverá ser crítica para as reduções dos tributos não lançados para a tributação quando ocorrer o bit do vencido, nos casos que tenha débitos parciais em dia, deverá ser gerado Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Etc.

AUTO DE INFRAÇÃO

123. Conter rotina para o Cadastro de Notificações e geração automática de Auto de Infração sequencial quando a notificação não for atendida, registrar ocorrências de alteração de situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.) e impressão da Ficha de Notificação. O lançamento de uma notificação deve permitir a seleção de um ou mais dispositivos legais multados para lançamento em um único débito. O sistema deve permitir lançamento de notificações para qualquer tipo de cadastro (Mobiliário, Mobiliário ou diretamente para o Contribuinte).
124. Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento de notificação.
125. O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento de notificação, ela seja alterada apenas se for reaberta para edição por um usuário com permissão específica para liberar a notificação para edição.

44



120

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

126. O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais a notificação e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.
127. Conter rotina de armazenamento de históricos manuais digitados pelo usuário contendo minimamente campos de data, histórico, processo e usuário. Este histórico ficará disponível para consulta durante a visualização ou edição de uma notificação.
128. Conter rotina para o lançamento de Auto de Infração diretamente para os casos onde não cabe notificação prévia e a dívida gerada automática da guia de recolhimento, emissão de documento de arrecadação em formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, ambos com código de barras e QR-Code/Pix.
- O lançamento de autos deve permitir também a seleção de uma ou mais disposições legais infringidas, emissão do Auto de Infração e registro de ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Alva, Etc.)
129. Permitir inclusão de imagens e documentos que serviriam de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento do auto de infração.
130. O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento do auto de infração, ele seja alterado apenas por reaberto para edição por um usuário com permissão específica para liberar o auto para edição.
131. O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais ao auto de infração e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.

PARÂMETROS E CONFIGURAÇÕES

132. Conter Cadastre de Parâmetros para a montagem do código de barras dos documentos de arrecadação de forma que o usuário gestor possa parametrizar qual o banco, conta e tipo de convênio será utilizado para pagamento dos documentos emitidos.
133. Conter cadastro de departamento, onde serão vinculados os usuários de cada departamento, os preços públicos, os alvarás, as certidões e os tipos de infrações que os usuários do departamento poderão lançar.
134. Conter Cadastre de Índices de atualização monetária, permitindo registrar qualquer índice de correção ou moeda que a prefeitura tenha necessidade.
135. Conter Cadastre que permita registrar as assinaturas digitalizadas de funcionários responsáveis para emissão de documentos e que possam ser modificados pelos usuários gestor da prefeitura conforme sua necessidade.
136. Conter Cadastre de configuração dos cálculos de correção, juros, multa, descontos e honorários advocatícios, utilizados para as atualizações dos débitos municipais conforme descrito código tributário do município.
137. Conter Cadastre de Parâmetros e rotinas para programas de refinanciamento fiscal de débitos vencidos (REFS), contendo no mínimo: Período de vigência do programa, período dos vencimentos dos débitos, percentuais de isenções para os valores de correção, juros, multa e honorários advocatícios; definição de quais rubricas poderão entrar no programa de revisão fiscal, valores mínimos para lançamento de parcelas em caso de parcelamento, limite de parcelas para casos de parcelamentos; quais situações de cobrança de débitos este REFS será aplicado (Divida corrente, ativa ou judicial).
138. Conter Cadastre de condições de lançamentos de débitos em mais de uma parcela onde o usuário poderá configurar em até quantas parcelas o débito será lançado, junto com seu valor mínimo, bem como em casos de pagamento em cota única, definir também quantas cotas serão lançadas e o fator de desconto para cada cota única.

45



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

139. Conter Cadastre de configuração de lançamentos que permita ao usuário gestor configurar os procedimentos de lançamentos de tributos contendo no mínimo os seguintes campos: Exercício de lançamento, parâmetros de vencimentos, as rubricas que compõem o lançamento, valor mínimo do lançamento, a moeda utilizada para indexação do cálculo, a possibilidade de configurar se o sistema deve ou não recalcular sempre os débitos lançados, possibilidade de lançar valores zerados e a data do efetivo lançamento. Garantir também que seja possível definir quais são os departamentos que podem lançar o lançamento de débitos desta configuração.
- Conter a possibilidade de catalogar características específicas deste lançamento que o usuário pode preencher durante o lançamento deste tipo de débito e que serão armazenados junto com cada lançamento para detalhamento do cálculo realizado.
- Permitir que o usuário vincule as fundamentações legais de lançamento de cada rubrica para utilização em certidões de dívida ativa.
140. Conter Cadastre de fórmulas de cálculo por rubricas de utilizadas no lançamento, que permitirá ao usuário gestor treinado pela empresa a flexibilidade para configurar os cálculos dos valores lançados no sistema.
141. Conter configuração de integração com o sistema contábil diretamente no cadastro das rubricas. Permitindo ao usuário configurar quais contas de receita serão integradas para cada tipo de lançamento anualmente (Valores originais, multa, juros, correção e dívida ativa). Esta funcionalidade deve conter uma rotina para replicar as configurações de integração com a contabilidade de um exercício para outro, a fim de evitar redigitação manual anualmente.
142. Conter rotina que permita ao usuário gestor criar procedimento para exportação de qualquer informação da base de dados via arquivo texto.
143. Conter rotina que permita o cadastro de outros devedores co-responsáveis aos débitos de um cadastro.
144. Conter rotina de cadastro de textos padrões que será utilizado pelo gestor da prefeitura para ajustar textos fixos utilizados em relatórios, boletos e certidões.
145. Conter Cadastre de dias úteis e não úteis bancários a serem utilizados pelas rotinas de baixas.
146. Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um contribuinte excluído erroneamente no sistema.
147. Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um cadastro de CEP excluído erroneamente no sistema.
148. Conter rotina de auditoria das ações do sistema, onde o auditor poderá marcar cada auditoria como já avaliada e consultar as origens de cada auditoria gerada pelo sistema, permitindo ao auditor uma avaliação completa do lançamento ou alteração realizada pelo usuário.
149. Permitir a emissão de guias de arrecadação com código e barras e QR-Code Pix, contendo parâmetros para dadas configuração do convênio estabelecido entre a Prefeitura e o Banco.

TESOURARIA

150. As rotinas de baixas de tributos (financeiras) deverão assegurar que: em casos de baixas de Documentos com valor a menor, o saldo deverá constar como débito ainda em aberto. Quando a parcela paga for a UNICA paga após o vencimento (em caso de desconto) ou com valor a menor, as demais parcelas deverão ser baixas proporcionalmente ao pagamento da única, restando também saldo em aberto. Documentos baixados com valor a maior, o saldo deverá ser armazenado

46



121

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

e classificado em nota contábil diferente facilitando a localização e restituição desses créditos quando solicitado

151. Conter rotina para recepção de arquivo dos agentes arrecadadores com a arrecadação de tributos para efetuar as baixas de forma automática, fazer apontamento e emissão de relatório das inconsistências encontradas, emitir relatório com a classificação das receitas recebidas e a extração de arquivo para envio à contabilidade.

152. Possibilitar também a transferência de baixas entre parcelas, quando há erro na autenticação do carnê

153. Conter rotina para baixa financeira manual de documentos de arrecadação emitidos pela prefeitura, para os casos em que o pagamento dos valores não ocorreram por pagamento via código de barras e emitir relatório com a classificação contábil das rubricas registradas comprovar quais valores serão enviados à contabilidade

154. Conter rotina para efetuar cancelamentos de tributos por processo autorizado, devendo ser relacionada com um processo administrativo e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.

155. A tarefa deve permitir também o estorno do cancelamento em caso de erro de lançamento, bem como um histórico manual para anotações do usuário com no mínimo os campos: Data, usuário e histórico

156. O sistema deve apresentar a cada parcela selecionada para baixa, os valores originais, de multa, juros, correção para cada rubrica lançada na parcela.

157. Conter rotina de compensação ou restituição de valores pagos de forma financeira, possibilitando ao usuário informar o valor total a ser compensado, processo administrativo e escolher quais parcelas deverão ser compensadas e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.

158. Este rotina deve permitir estorno para caso houver alguma falha de lançamento feito pelo usuário.

159. Conter rotina para cancelamento em lote de lançamentos pendentes originados na baixa, com valores pagos a menor.

160. Conter rotina para importação dos arquivos DAF607 com as seguintes características:

160.1. Manter os registros históricos para consultas posteriores

160.2. Conter rotinas para informações de contribuintes não cadastrados na prefeitura

160.3. Possibilitar o cadastramento automático de contribuintes ainda não cadastrados para posterior análise do setor de cadastro.

160.4. Gerar automaticamente o lançamento e a baixa para cada registro informado no arquivo e a classificação das receitas contábeis.

161. Conter rotina de transferência de débitos entre contribuintes devedores, contendo informações do cadastro de origem e de destino da transação. Também deve permitir consultar os débitos que o cadastro de origem tem em aberto e selecionar para quais débitos o usuário deseja realizar esta tarefa.

Antes de executar a transferência, o sistema deve checar se os débitos já tem CDAs geradas em nome do devedor de origem e caso houver, demonstrar em tela quais são os débitos que tem esta restrição a fim de evitar problemas no processo de cobrança.

DÍVIDA ATIVA

162. Conter rotina para inscrição coletiva ou individual de débitos vencidos e emissão do Livro de Dívida Ativa com páginas numeradas sequencialmente.

47



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

163

Conter rotina de geração da Certidão de Dívida Ativa, identificando o responsável, data de inscrição, número do livro, número da folha, número da certidão, tributo inscrito valor original e a fundamentação legal do lançamento do tributo e suas atualizações. A rotina deve permitir impressão da CDA bem como a sua customização por um usuário capacitado pela empresa para realizar tais alterações em ferramenta disponibilizada pela contratada. Conter rotina de crítica de CDAs, onde o sistema deve apresentar quais CDAs tiverem alteração de valor devido e alteração de responsável pelo débito. Neste caso, permitir também que o usuário faça a atualização ou substituição da CDA conforme necessidade da prefeitura.

164. Conter rotina para a geração e acompanhamento do processo administrativo de execução fiscal, contendo uma ou mais certidões do contribuinte, a emissão da petição inicial, citação e as certidões de dívida do processo.

A geração deve permitir que o usuário filtre os débitos que deseja gerar processo para ajuizamento por no mínimo as seguintes informações: Tipo de Cadastro (Contribuinte, mobiliário ou imobiliário), faixa de inscrições, faixa de exercícios, faixa de valores e filtro de tributos que deseja-se ajuizar.

165. Conter rotina para o parcelamento e refinanciamento dos lançamentos vencidos e inscritos em dívida ativa com as seguintes características:

165.1. Permitir a escolha de um programa de refinanciamento de débito vigente na prefeitura.

165.2. Permitir associar o parcelamento a um processo administrativo.

165.3. Registrar e manter histórico bus débitos e suas situações que cumprem a origem do parcelamento.

165.4. Permitir informar a quantidade de parcelas para o parcelamento, sendo que considerado a quantidade mínima prevista para o programa de refinanciamento ajuizado.

165.5. Emitir Termo de Confissão de Dívida por meio de formulário vigente.

165.6. Emitir Carnê com as parcelas do parcelamento, em formulário A4 com três linhas por folha e formato de folha de compensação ou ficha de arrecadação, código da zona e QR-Code/Pix.

165.7. Emitir Relatório de Ficha Técnica do Parcelamento contendo os dados dos respectivos débitos, débitos de origem do parcelamento e das parcelas do parcelamento.

165.8. O sistema deve gerar rotina para controle de pagamento do parcelamento em relação a cada parcela inscrita e não inscrita para a zona de arrecadação da zona de origem do parcelamento.

166. Conter rotina para o cancelamento de parcelamentos com a quantidade de parcelas vencidas e não pagas definida pela lei municipal, de forma individual e coletiva. Os valores a serem devolvidos são compensados nas parcelas de origem do parcelamento, considerando a nota de inscrição, quando do débito muito antigo para o mais atual.

167. Conter rotina para registrar as despesas processuais (Oligações, Postulados, Etc.) na arrecadação fiscal, inserindo automaticamente na conta-corrente do contribuinte.

PREÇOS PÚBLICOS

168. Conter cadastro de Preços Públicos, e rotina para lançamento de Taxas Diversas identificando o contribuinte, data da emissão, contendo um ou mais preços públicos e a emissão de documento de arrecadação demonstrando a relação dos preços públicos associados e documento no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação para recolhimento na rede bancária com código de barras e QR-Code/Pix.

Em um mesmo lançamento o sistema deve possibilitar a inclusão de vários preços públicos para

48

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 10.7. Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência
- 10.8. Recibo do Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência pelo CRA
11. Conter funcionalidade para envio em lote dos cancelamentos e desistências dos protestos.
12. O sistema deverá definir o tipo de envio (cancelamento ou desistência) automaticamente pela situação do protesto no momento do envio.
- Caso o(s) protesto(s) selecionado(s) possua(m) a situação Processado, o sistema irá definir o tipo de envio como desistência, e caso a situação seja Protestado o tipo de envio será definido pelo sistema como cancelamento.
- Para o envio de cancelamento, o sistema deve apresentar a opção de o usuário selecionar o motivo do cancelamento, tais como Remessa Indevida (Quando o protesto foi enviado individualmente) ou Débito Regularizado (Quando o protesto foi devolvido pelo cartório e negociado posteriormente pela Prefeitura e representa a anulação do título).
- Para os envios de cancelamento por remessa indevida ou desistência dos protestos, o sistema deve possibilitar que o usuário descreva o motivo pelo qual o protesto foi cancelado para que seja registrado no sistema.
13. Tela para consulta dos cancelamentos enviados para os protestos utilizando filtros:
 - 13.1. Nº do Cadastro
 - 13.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
 - 13.3. Situação do Protesto
 - 13.4. Código de Registro de Contribuinte
 - 13.5. Data do Protesto
 - 13.6. Nº da Remessa
 - 13.7. Data do Protocolo
 - 13.8. Nº de Protocolo
 - 13.9. Código do Cartório
 - 13.10. Saldo do Protesto
 - 13.11. CPF/CNPJ

Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.

14. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de quitação do débito pela Prefeitura
15. Relatório contendo lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de parcelamento do débito pela Prefeitura, desde que haja pagamento respeitando a regra imposta pela Prefeitura
16. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de cancelamento do débito pela Prefeitura.
17. Relatório contendo a lista dos protestos pagos na Prefeitura ou Cartório por período, bem como a quantidade total e valor total pagos.
18. Relatório contendo a lista de protestos devolvidos por irregularidade.
19. Relatório contendo a lista de cancelamentos enviados por tipo de envio.
20. Relatório contendo a lista de débitos protestados por faixa de valor.
21. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade e valor total dos protestos enviados e pagos na Prefeitura por período.
22. Relatório gráfico do comparativo, entre a quantidade e valor total protestos enviados e pagos no Cartório por período.
23. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade de protestos enviados e devolvidos por período.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

24. Relatório gráfico do comparativo quantidade de protestos por situação dos protestos enviados para o período.
25. Relatório gráfico do comparativo entre os tipos de cancelamentos enviados por período.

PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

1. Possuir ferramenta de gerenciamento que permita efetiva organização e controle da distribuição de processos entre os procuradores, através da integração via WEBSERVICE junto ao Tribunal de Justiça.
2. Possuir ferramenta que possibilite a identificação dos processos que não possuem distribuição eletrônica permitindo a emissão das Petições e CDA em formato PDF para impressão e distribuição física.
3. Possuir o controle das informações do processo de execução fiscal contendo informações do(s) parte(s), documentos, localização do contribuinte, dados da CDA, tributos e valor original.
4. Possuir registro dos procuradores do município para controle e gerenciamento possibilitando a associação no respectivo processo.
5. Possuir ferramenta que permita efetuar o registro do protocolo do processo de execução fiscal, via integração WEBSERVICE e dos dados de envio e retorno da integração, com assinatura do procurador e seu respectivo certificado digital, associado com a assinatura digital da Prefeitura, para envio ao Tribunal de Justiça.
6. Possuir ferramenta que permita obter, através do registro do protocolo enviado através da integração WEBSERVICE, o número do processo unificado para efetiva distribuição judicial com as informações de data de distribuição e a vara.
7. Possuir ferramenta de leitura das informações eletrônicas enviadas pelo sistema de integração WEB-SERVICE, associado a cada processo.
8. Possuir ferramenta que, quando selecionado, possibilite a geração da ciência da intimação.
9. Conter rotina própria para identificar e alertar os processos cujos débitos foram quitados, parcelados ou suspensos, para as devidas petições junto ao Fórum.
10. Possuir controle de agendamento por procurador, com a visualização de prazos gerados de acordo com a intimação do processo de execução fiscal, individualizada e associada automaticamente ao respectivo processo e demais agendamentos necessários para o acompanhamento do processo.
11. Possuir aplicativo para identificação atualizada dos tributos que compõem a CDA do processo com emissão de demonstrativo dos débitos atualizados e emissão de quais bancárias para quitação da dívida padrão Febraban, definido para emissão do documento.
12. Possuir ferramenta que permita a inclusão das despesas processuais e/ou honorários advocatícios, para cada processo individualmente, gerando lançamento respectivo no cadastro fiscal do devedor, com o objetivo de ressarcir ao erário público.
13. Conter módulo de editor de textos, compatível com padrão RTF ou similar, possibilitando a integração com o sistema para utilização das petições previamente cadastradas, sendo a oficial ou diversas.
14. Possuir configuração de petições e documentos de maneira a possibilitar a assinalação no registro, da realização de ato processual de suspensão, sobrestamento e extinção do feito quando o ato processual o exigir.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1- CONTROLES GERAIS:

- 1.1. Controlar o acesso do usuário ao sistema por Unidade Gestora, podendo o mesmo acessar somente uma ou várias delas;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

geração de uma única guia. Ao selecionar um preço público, o usuário poderá informar uma quantidade multiplicadora e até mesmo definir o valor do preço público manualmente. Uma vez lançada a guia referente à taxa diversa, o sistema deve bloquear a alteração de qualquer informação do preço público e apenas permitir sua alteração caso um usuário com permissão especial para isso libere a taxa diversa para edição.

SERVIÇOS-ON-LINE

169. Contar rotina para consulta de débitos imobiliários e Mobiliários em aberto apresentando ao contribuinte os valores Originais, Correção, Juros, Multas, Descontos e Honorários Advocatícios, possibilitando-o a seleção dos registros para a emissão de documento de arrecadação demonstrando os débitos selecionados. Disponibilizar também rotina para geração de extrato (PDF) de débitos abertos selecionados na consulta citada neste item.
170. Contar rotina para geração e emissão de certidões como: Certidão Negativa de Débito, Certidão Positiva de Débito, Certidão Positiva com Efeito da Negativa, Certidão Negativa de Débito para o Documento (CNPJ ou CPF) e Certidão de Valores Venais Imobiliários, Certidão de Comprovação de Ativa Construída do Imóvel, Certidão de Comprovação de Lançamento de IPTU. Também deve contar rotina para validar a autenticidade de todas as certidões emitidas.
171. Permitir ao contribuinte a emissão de Boletim Cadastral Imobiliário
172. Emissão de segunda via de Carne de IPTU, ISS e Taxas.
173. Emissão de segunda via de Car de Parcelamento de Débito.
174. Contar rotina onde o contribuinte possa solicitar uma atualização de endereço de entrega para o cadastro mobiliário e imobiliário.
175. Contar cadastro de contribuintes que não estão domiciliados neste município. A efetivação do cadastro deve depender de uma avaliação e aprovação de usuário da prefeitura que validará as informações e realizará o deferimento ou indeferimento do cadastro.
176. Possuir rotina de parcelamento WEB, com acesso ao contribuinte.

PROTESTO

1. O módulo deve ser disponibilizado em ambiente web e permitir acesso por navegadores padrões de mercado, tais como Mozilla Firefox, Chrome e Internet Explorer.
2. Contar tela para Busca de CDAs a Protestar, permitindo que os dados sejam filtrados por:
 - 2.1. Nº do Cadastro,
 - 2.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
 - 2.3. Exercício de Inscrição em Dívida Ativa
 - 2.4. Código de Registro de Contribuinte
 - 2.5. Descrição do Tributo
 - 2.6. Valor do Débito
 - 2.7. CPF/CNPJ
3. Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.
- 3.1. Certidão pertence ao Ajuizamento
- 3.2. Certidão sem débito em aberto.
- 3.3. Certidão não tem fundamentação.
- 3.4. O cadastro não possui dados de endereço.
- 3.5. O cadastro não possui informação no campo Nome.
- 3.6. O cadastro não possui informação completa no endereço da correspondência



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

- 3.7. O cadastro não possui informação no campo Bairro do endereço de correspondência
- 3.8. O cadastro não possui informação no campo Cidade do endereço de correspondência
- 3.9. O cadastro não possui informação no campo Estado do endereço de correspondência
- 3.10. O cadastro não possui informação no campo CEP do endereço de correspondência
- 3.11. O cadastro possui informação inválida no campo CEP do endereço de correspondência
- 3.12. O cadastro não possui informação válida no campo Numero
- 3.13. O cadastro não possui informação no campo CNPJ/CPF.
- 3.14. O cadastro não possui informação válida no campo CNPJ/CPF.
- 3.15. O cadastro não tem dados de endereço.
- 3.16. Certidão não pode ser protestada, pois o seu Estado não coincide com o Estado da Prefeitura.
- 3.17. Certidão não pode ser protestada, pois o endereço de entrega não pertence ao município
4. Contar a opção de criação de lista de distribuição para armazenamento das CDAs selecionadas e criticadas, permitindo a criação de protestos e remessas por lote posteriormente a partir da lista de distribuição.
5. Contar opção de geração imediata dos protestos e remessas das CDAs selecionadas sem antes criar lista de distribuição.
6. O envio de arquivos de remessa deverá ser efetuado por WebService, utilizando integração com a Central de Remessa de Arquivos – CRA.
7. Contar funcionalidade para assinatura digital automática dos Documentos de Arrecadação Municipal e Certidão de Dívida Ativa enviadas junto aos arquivos de remessa por meio dos certificados A3 ou A1
8. Esta funcionalidade deverá ser executada no momento do envio do arquivo.
- 8.1. Contar tela de consulta dos protestos enviados utilizando filtros.
- 8.2. Nº do Cadastro
- 8.3. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
- 8.4. Situação do Protesto (Protestado, Pago, Retirado, Devolvido por Irregularidade, Anuência Confirmada em Cartório e Protesto Cancelado)
- 8.5. Código de Registro de Contribuinte
- 8.6. Data do Protesto
- 8.7. Nº de Remessa
- 8.8. Data do Protocolo
- 8.9. Nº de Protocolo
- 8.10. Código do Cartório
- 8.11. Saldo do Protesto
- 8.12. CPF/CNPJ
9. Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes e processados de forma automática pelo sistema diariamente.
9. Contar funcionalidade para que os arquivos de confirmação e retorno sejam solicitados, recebidos e processados de forma automática pelo sistema diariamente.
10. O sistema deve disponibilizar para o usuário um histórico das ocorrências relacionadas às remessas, bem como o usuário que a realizou, horário da ocorrência e arquivo enviado ou recebido para
 - 10.1. Envio do Arquivo de Remessa à Central de Remessa de Arquivos – CRA
 - 10.2. Recibo do Envio do Arquivo de Remessa pelo CRA
 - 10.3. Solicitação de Arquivo de Confirmação
 - 10.4. Recebimento do Arquivo de Confirmação
 - 10.5. Solicitação de Arquivo de Retorno
 - 10.6. Recebimento do Arquivo de Retorno

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 10.7. Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência
- 10.8. Recbo do Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência pelo CRA
11. Contar funcionalidade para envio em lote dos cancelamentos e desistências dos protestos.
12. O sistema deverá definir o tipo de envio (cancelamento ou desistência) automaticamente pela situação do protesto no momento do envio.
- Caso o(s) protesto(s) selecionado(s) possuam(m) a situação Processado, o sistema irá definir o tipo de envio como desistência, e caso a situação seja Protestado o tipo de envio será definido pelo sistema como cancelamento.
- Para o envio de cancelamento, o sistema deve apresentar a opção de o usuário selecionar o motivo do cancelamento, tais como Remessa Indevida (Quando o protesto foi enviado individualmente) ou Débito Regularizado (Quando o protesto foi devolvido pelo cartório e negociado posteriormente pela Prefeitura e representa a anuência do título).
- Para os envios de cancelamento por remessa indevida ou desistência dos protestos, o sistema deve possibilitar que o usuário descreva o motivo pelo qual o protesto foi cancelado para que seja registrado no sistema.
13. Tela para consulta dos cancelamentos enviados para os protestos utilizando filtros:
 - 13.1. Nº do Cadastro
 - 13.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
 - 13.3. Situação do Protesto
 - 13.4. Código de Registro de Contribuinte
 - 13.5. Data do Protesto
 - 13.6. Nº da Remessa
 - 13.7. Data do Protocolo
 - 13.8. Nº de Protocolo
 - 13.9. Código do Cartório
 - 13.10. Saldo do Protesto
 - 13.11. CPF/CNPJ

Os filtros devem apresentar a opção de buca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.

14. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de quitação do débito pela Prefeitura.
15. Relatório contendo lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de parcelamento do débito pela Prefeitura, desde que haja pagamento respeitando a regra imposta pela Prefeitura.
16. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de cancelamento do débito pela Prefeitura.
17. Relatório contendo a lista dos protestos pagos na Prefeitura ou Cartório por período, bem como a quantidade total e valor total pagos.
18. Relatório contendo a lista de protestos devolvidos por irregularidade
19. Relatório contendo a lista de cancelamentos enviados por tipo de envio.
20. Relatório contendo a lista de débitos protestados por faixa de valor.
21. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade e valor total dos protestos enviados e pagos na Prefeitura por período.
22. Relatório gráfico do comparativo, entre a quantidade e valor total protestos enviados e pagos no Cartório por período.
23. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade de protestos enviados e devolvidos por período.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

24. Relatório gráfico do comparativo quantidade de protestos por situação dos protestos enviados para o período.
25. Relatório gráfico do comparativo entre os tipos de cancelamentos enviados por período.

PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

1. Possuir ferramenta de gerenciamento que permita efetiva organização e controle da distribuição de processos entre os procuradores, através da integração via WEBSERVICE junto ao Tribunal de Justiça.
2. Possuir ferramenta que possibilite a identificação dos processos que não possuem distribuição eletrônica permitindo a emissão das Petições e CDA em formato PDF para impressão e distribuição física.
3. Possuir o controle das informações do processo de execução fiscal contendo informações data(s) parte(s), documentos, localização do contribuinte, dados da CDA, tributos e valor original.
4. Possuir registro dos procuradores do município para controle e gerenciamento possibilitando a associação no respectivo processo.
5. Possuir ferramenta que permita efetuar o registro do protocolo do processo de execução fiscal, via integração WEBSERVICE e dos dados de envio e retorno da integração, com assinatura do procurador e seu respectivo certificado digital, associado com a assinatura digital da Prefeitura, para envio ao Tribunal de Justiça.
6. Possuir ferramenta que permita obter, através do registro do protocolo enviado através da integração WEBSERVICE, o número do processo unificado para efetiva distribuição judicial com as informações de data de distribuição e a vara.
7. Possuir ferramenta de leitura das intimações eletrônicas enviadas pelo sistema de integração WEBSERVICE, associado a cada processo.
8. Possuir ferramenta que, quando selecionado, possibilite a geração da ciência da intimação
9. Contar rotina diária para identificar e alertar os processos cujos débitos foram quitados, parcelados ou suspensos, para as devidas petições junto ao Fórum.
10. Possuir controle de agendamento por procurador, com a visualização de prazos geradas de acordo com a intimações do processo de execução fiscal, individualizada e associada automaticamente ao respectivo processo e demais agendamentos necessários para o acompanhamento do processo
11. Possuir aplicativo para identificação atualizada dos tributos que compõem a CDA do processo com emissão de demonstrativo dos débitos atualizados e emissão de guias bancárias para quitação da dívida, padrão Febrabon definido para emissão do documento.
12. Possuir ferramenta que permita a inclusão das despesas processuais e/ou honorários advocatícios, para cada processo individualmente, gerando lançamento respectivo no cadastro fiscal do devedor, com o objetivo de ressarir ao erário público
13. Contar módulo de editor de textos, compatível com padrão RTF ou similar, possibilitando a integração com o sistema para utilização das petições previamente cadastradas, sendo a inicial ou diversas.
14. Possuir configuração de petições e documentos de maneira a possibilitar a assinatura no registro, da realização de ato processual de suspensão, sobreestamento e extinção do feito quando o ato processual o exigir.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1- CONTROLES GERAIS:

- 1.1. Controlar o acesso do usuário ao sistema por Unidade Gestora, podendo o mesmo acessar somente uma ou várias delas;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.7. Permitir o cadastro da Despesa do PPA prevista para os 04 anos informando metas físicas e financeiras de cada ação com possibilidade de inclusão de novas despesas (inclusões) e alterações nas despesas já lançadas após a aprovação da peça original;
- 2.8. Permitir que as inclusões e alterações na despesa do PPA original possam ser aprovadas individualmente ou em lote informando número, data e publicação da legislação que as autorizou;
- 2.9. Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da receita através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;
- 2.10. Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da despesa através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;
- 2.11. Permitir a criação de simulações do planejamento da despesa, inclusive com a possibilidade emissão dos relatórios baseados nos dados de simulação;
- 2.12. Permitir que as simulações do planejamento possam ser armazenadas e posteriormente restauradas a critério do usuário;
- 2.13. Emissão de Anexo I – Fontes de Financiamento dos Programas;
- 2.14. Emissão de Anexo II – Descrição dos Programas Governamentais/Meias/Custos;
- 2.15. Emissão de Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
- 2.16. Emissão de Anexo IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras;
- 2.17. Emissão de Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Meias/Custos para o Exercício;
- 2.18. Emissão de Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
- 2.19. Emissão de Quadro de Detalhamento – Programas Governamentais;
- 2.20. Emissão de relatório de Programas e seus Respetivos Indicadores;
- 2.21. Geração e emissão dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais de acordo com a 7ª Edição dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

3- ELABORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. Permitir que para um novo PPA possam ser importadas, a partir de planejamentos anteriores, as informações de receita e/ou despesa;
- 3.2. Possibilitar a importação dos dados da LOA de um exercício anterior informado pelo usuário para a geração dos dados da LOA de exercício futuro;
- 3.3. Permitir a definição da proposta orçamentária da receita, individualizada por Unidade Gestora e contendo Natureza da Receita, Vínculo e Tipo de Receita (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);
- 3.4. Permitir que em cada classificação da receita da LOA, mais de um vínculo possa ser relacionado;
- 3.5. Permitir a definição da proposta orçamentária da despesa, individualizada por Unidade Gestora e contendo Unidade Orçamentária, Natureza de Despesa, Classificação Funcional, Vínculo e Tipo de Despesa (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);
- 3.6. Permitir que a critério do órgão, ao elaborar a proposta orçamentária, divergências de valores entre ela e as peças PPA e LDO sejam regularizadas automaticamente;
- 3.7. Possibilitar a emissão dos relatórios relativos à proposta orçamentária de forma individualizada por Unidade Gestora ou de forma consolidada;
- 3.8. Emissão de Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- 3.9. Emissão de Anexo 2 – Resumo Geral da Receita;
- 3.10. Emissão de Anexo 2 – Natureza da Despesa;
- 3.11. Emissão de Anexo 2 – Consolidação da Despesa por Órgão;

54



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.2. Permitir o gerenciamento de rotinas, módulos e tarifas por usuário controlando o nível de acesso que pode ser de consulta ou inclusão e manutenção de dados;
- 1.3. Disponibilizar recurso de dupla custódia utilizando o conceito de usuário autorizador, em qualquer rotina, selecionada a critério do usuário;
- 1.4. Efetuar o controle de máscaras pré-definidas para os códigos de planos de contas, sem delimitação de níveis ou quantidade de dígitos, gerenciadas de forma independente por exercício;
- 1.5. Visualizar dos planos de contas de receita, despesa e contábil em modo hierárquico;
- 1.6. Mesmo sem o encerramento contábil do mês ou exercício anterior, permitir a execução de lançamentos em mês posterior, sem afetar consistência dos dados e atualizando saldos;
- 1.7. Possibilidade gerenciamento de datas dos últimos lançamentos das rotinas de receita, despesa e financeiro, sendo que nas operações de inserção a última data de cada rotina deve ser carregada, porém permitindo que a mesma pode ser alterada;
- 1.8. Ainda sobre o gerenciamento do item 1.7, permitir parametrização para Avisar ou Bloquear lançamentos com data inferior à do último lançamento efetuado;
- 1.9. Possibilitar a consulta em cada rotina, de saldo até a data do lançamento;
- 1.10. Permitir que a emissão dos relatórios seja realizada de forma Consolidada ou individual por Unidade Gestora, trazendo no cabeçalho informações que permitam a identificação do Órgão ou Unidade Gestora responsável, tendo no mínimo o nome e brasão;
- 1.11. Permitir que os relatórios sejam emitidos em intervalos de período variáveis, podendo ser em dias específicos, intervalos de dias, meses ou de exercícios anteriores;
- 1.12. Possibilitar que sejam definidas para cada relatório assinaturas individualizadas em cada exercício de forma independente, podendo ser por Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária;
- 1.13. Permitir que o usuário mude de uma unidade gestora e de exercício sem ter que realizar um novo login no sistema.

2 – PLANO PLURIANUAL

- 2.1. Permitir configurar o nível de detalhamento em que o PPA será elaborado. As informações de 'Unidade Executora', 'Função / Subfunção', 'Ação' e 'Fonte de Recurso' poderão ou não ser solicitadas no PPA conforme parametrização individual de cada informação;
- 2.2. Possuir cadastros básicos de suporte às rotinas do PPA como os cadastros de: Natureza da Receita, Função e Subfunção Programática, Natureza da Despesa, Unidade Orçamentária e Vínculo/Fonte de Recurso;
- 2.3. Possuir cadastro de Programas contendo a unidade responsável, o objetivo, a justificativa, o coordenador, prioridade, se é exclusivo de uma LDO, data de início e término, a possível restrição para a conclusão do mesmo, o status (original, inclusões), público alvo e horizonte temporal;
- 2.4. Possuir cadastro de Ações contendo o eixo de desenvolvimento, objetivo do milênio, prioridade, unidade responsável, horizonte temporal, produto, indicador, data de aferição, unidade de medida, índice recente e futuro do indicador;
- 2.5. Possuir cadastro de indicadores de programas permitindo o gerenciamento de metas para cada ano do PPA. Deverá possuir no mínimo unidade, índice recente, índice futuro, produto, metodologia de cálculo e base geográfica;
- 2.6. Permitir o cadastro das fontes de financiamento do PPA estimadas para os 04 anos com possibilidade de inclusão de novas fontes (inclusões) e alterações nas fontes já lançadas após a aprovação da peça original;

53



124

- 3.12. Emissão de Anexo 2 – Consolidação Geral da Despesa;
- 3.13. Emissão de Anexo 6 – Programa de Trabalho;
- 3.14. Emissão de Anexo 7 – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais;
- 3.15. Emissão de Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os Recursos;
- 3.16. Emissão de Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- 3.17. Emissão de Especificação da Receita por Fontes e Legislação;
- 3.18. Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Receita;
- 3.19. Emissão de Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;
- 3.20. Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Despesa;
- 3.21. Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (ODD);
- 3.22. Emissão de Orçamento da Seguridade Social;
- 3.23. Permitir a criação de novos créditos Especiais ou Extraordinários, não contemplados nas peças de planejamento originais, com a devida autorização legal;
- 3.24. Permitir que a criação desse novo crédito possa, a critério do usuário, atualizar as peças PPA e LDO, inclusive com a possibilidade de aprovação dessas alterações com legislação diferente da que criou os novos créditos;

4- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- 4.1. Permitir a realização de controle no cadastro de fornecedores para permitir ou não a inclusão de fornecedores com CNPJ/CPF duplicado e/ou inválido. Sendo que esse cadastro deve conter no mínimo as informações de endereçamento (logradouro, bairro, cidade, estado e CEP), contato (e-mail e telefone) e documentação (CPF, CNPJ, Inscrição Municipal, Inscrição Estadual, Inscrição no INSS e PIS/PASEP);
- 4.2. Para o caso do fornecedor ser um consórcio deverá ser possível informar a área de atuação do mesmo, além de data de encerramento e finalidade;
- 4.3. Permitir unificar cadastro e movimentação de fornecedores com o mesmo número de CNPJ/CPF por dotação ou por vínculo;
- 4.4. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às dotações de forma geral, por unidade orçamentária, por dotação ou por vínculo;
- 4.5. Permitir que a realização das movimentações de despesa (alteração orçamentária, reserva, empenho, liquidação, ordem bancária e pagamento) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;
- 4.6. Permitir que no cadastro de dotações possam ser inseridos mais de um vínculo para cada dotação;
- 4.7. Possuir cadastro de modelos padronizados de impressão de minutas de decretos e projetos de lei, sendo que ao emit-la deverá ser possível a seleção do modelo;
- 4.8. Permitir gerar Minuta de Decreto de alteração orçamentária a ser enviada ao Legislativo. Após a aprovação do mesmo, possibilitar a inclusão automática destas alterações na rotina de alteração orçamentária;
- 4.9. Possuir no cadastro de alterações orçamentárias informações do tipo de autorização (lei, decreto, portaria e ato), do tipo de alteração (suplementação e anulação) e do valor por recurso empregado;
- 4.10. No cadastro de alteração orçamentária, quando se referir a abertura de Créditos Adicionais, não permitir a finalização deste procedimento sem a informação da legislação que autorizou;
- 4.11. Possuir controle para possibilitar nos casos de alteração orçamentária por redução orçamentária que seja informada as dotações que receberam os recursos;



- 4.12. Permitir o controle de limites da autorização legal para criação de créditos adicionais e operações de Remanejamento, Transposição ou Transferência de acordo com percentual definido pelo usuário, observando critérios definidos na LOA ou na LDO;
- 4.13. Permitir que o usuário defina os conceitos de Remanejamento, Transposição e Transferência e que a partir desses conceitos, o sistema identifique automaticamente essas operações ao cadastrar alterações orçamentárias;
- 4.14. Permitir que o usuário configure o comportamento do sistema ao ultrapassar os limites definidos no item 4.12, se a operação deve ser bloqueada ou se deverá apenas emitir um alerta;
- 4.15. Permitir a atualização do PPA e LDO a partir das alterações orçamentárias lançadas na LOA;
- 4.16. Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados em reservas e empenhos;
- 4.17. Permitir o gerenciamento de numeração de documentos de forma individualizada por Unidade Gestora e exercício para as rotinas de: reserva, anulação de reserva, empenho, anulação de empenho, liquidação, anulação de liquidação e ordem bancária, sendo que a numeração de empenho e liquidação extraorçamentários deve ser independente das movimentações orçamentárias;
- 4.18. Possibilitar a realização de complemento ou anulação de reserva de dotação orçamentária;
- 4.19. Integração entre as rotinas de reserva e empenho permitindo a transferência automática de dados relativos a reserva para o empenho. Permitir através de configuração, que o histórico lançado na reserva seja transferido automaticamente para o registro de empenho;
- 4.20. Permitir informar os dados do processo licitatório (modalidade, número do processo, exercício, causa da dispensa ou inexigibilidade) na inclusão do empenho;
- 4.21. Permitir o controle da execução orçamentária através de estrutura de eventos/centros de custos estruturados de forma hierárquica;
- 4.22. Permitir o controle da execução orçamentária por fontes de recursos gerenciais;
- 4.23. Utilização do empenho para controle do comprometimento de créditos orçamentários, permitindo sua anulação total ou parcial;
- 4.24. Possuir rotina que permita ao usuário no inclusão do empenho determinar se a despesa orçamentária executada será ou não considerada na geração do arquivo da DIRF, podendo esta informação ser alterada nas rotinas de pagamento ou ordem bancária conforme necessário;
- 4.25. Permitir a movimentação e controle de empenhos de restos a pagar em exercícios futuros ao seu exercício de origem em base única e respeitando sua numeração e classificação da despesa original;
- 4.26. Permitir a realização de liquidação total ou parcial dos empenhos e da mesma forma a anulação total ou parcial das liquidações;
- 4.27. Permitir através de configuração, que o histórico lançado no empenho seja transferido automaticamente para o registro de liquidação;
- 4.28. Possuir rotina para cadastramento de descontos individualizado por Unidade Gestora, onde os mesmos serão vinculados a rubricas de receita, sendo também possível definir a rotina em que serão gerados de forma automática (empenho, liquidação ou pagamento) e se houver apropriação, a rotina em que isto ocorrerá (liquidação ou pagamento);
- 4.29. Possuir rotina para o cadastramento de serviços que serão associados a descontos, individualizado por Unidade Gestora, permitindo definição do percentual de desconto a ser calculado e a associação de mais de um desconto por serviço;
- 4.30. Possuir rotina que permita ao usuário selecionar qual tipo de dotação utilizada no pagamento (orçamentária, extraorçamentária, restos a pagar de outros exercícios ou todas) e qual o tipo de desconto (orçamentário, extraorçamentário ou ambos) serão lançados de forma automática no movimento de recibo;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.31. Possuir rotina para correção apuração do INSS a ser retido de pessoas físicas de acordo com cadastro de retenções em outras fontes para o fornecedor.
- 4.32. Permitir a emissão de guias padronizadas de INSS, IRRF e ISS a partir das retenções realizadas nas rotinas de liquidação, ordem bancária e pagamento. As guias de IRRF e ISS poderão ser geradas com código de barras (FEBRABAN) ou certificadas contabilmente.
- 4.33. Permitir a integração com Sistema de Administração de Pessoal / Recursos Humanos para a geração automática de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos.
- 4.34. Permitir que a geração de movimentação do item 4.33 seja feita por fonte de recurso;
- 4.35. Possuir relatório para conferência prévia dos lançamentos a serem gerados na integração citada no item 4.33, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da despesa antes da realização de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos oriundos da mesma.
- 4.36. Permitir a integração com Sistema de Administração de Materiais e Compras para a geração automática de reservas, empenhos e liquidações;
- 4.37. Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde podem ser relacionadas uma ou mais liquidações;
- 4.38. Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias, onde as liquidações são inseridas automaticamente a partir de filtros diversos definidos pelo usuário;
- 4.39. Permitir a anulação total ou parcial de ordens bancárias;
- 4.40. Efetuar a partir de ordem bancária a geração de arquivos em formato determinado pelo banco (OBN601 ou CNAB240) contendo registros para pagamentos em meio eletrônico e com número de remessa dos mesmos gerados de forma independente por Unidade Gestora.
- 4.41. Permitir a realização de pagamento de empenhos e liquidações através de ordem bancária ou pagamento direto, realizando o controle de saídos dos empenhos e liquidações já vinculados a alguma(s) destas formas de pagamento;
- 4.42. Efetuar controle para não permitir o pagamento de liquidação com data de vencimento superior a data de pagamento;
- 4.43. Possuir rotina para gerenciamento de quebra de ordem cronológica de pagamentos, com validação e justificativa de registros que incorrerem na quebra através de dupla custódia e log de ocorrências para consulta;
- 4.44. Permitir indicar quais naturezas da despesa devem controlar a ordem cronológica de pagamentos;
- 4.45. Permitir excluir uma liquidação que inicialmente deveria entrar no controle de ordem cronológica, com registro de autorização de usuário com privilégio superior e justificativa;
- 4.46. Permitir suspender o pagamento de uma liquidação que está no controle de ordem cronológica, caso haja pendência por parte do fornecedor. Não prejudicando o pagamento das demais liquidações que fazem parte do controle de Ordem Cronológica de Pagamento;
- 4.47. Permitir a informação de histórico complementar para identificação nos movimentos de anulação de todas as rotinas de execução orçamentária;
- 4.48. Permitir ao usuário a configuração de anulação automática de movimentos anteriores ao movimento de pagamento quando de anulação de pagamento podendo optar para todos os empenhos ou somente empenhos de adiantamento e podendo anular até o documento de pagamento; liquidação, empenho ou reserva;
- 4.49. Permitir controle para bloquear a alteração do processo administrativo nas rotinas de liquidação, ordem bancária ou pagamento;
- 4.50. Permitir o envio de e-mail contendo a nota de empenho e nota de liquidação ao fornecedor relacionado às mesmas;

57



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.51. Permitir a inserção automática (caineta óptica) ou manual do código de barras quando de liquidação de convênios tais como água, luz e telefone para posterior geração de informação em ordens bancárias nos padrões OBN601 e CNAB240;
- 4.52. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às rubricas da receita de forma geral, por rubrica ou por vínculo;
- 4.53. Permitir que a realização das movimentações de receita (arrecadação, previsão atualizada) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;
- 4.54. Permitir a integração com Sistema de Administração Tributária para a geração automática de arrecadações de tributos;
- 4.55. Possuir relatório para conferência prévia dos registros a serem gerados a partir da integração citada no item 4.54, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da receita antes da realização da mesma;
- 4.56. Permitir controle de receitas vinculadas ao Sistema de Administração Tributária, não permitindo a inclusão e alteração destas receitas através de lançamentos diretos no Sistema de Contabilidade, sendo possível a movimentação destas receitas somente através da rotina de integração;
- 4.57. Permitir a exclusão de lançamentos de receitas oriundas da integração com o Sistema de Administração Tributária apenas quando selecionado o lote completo;
- 4.58. Permitir que no cadastro de rubricas possam ser inseridos mais de um vínculo para cada rubrica;
- 4.59. Possuir rotina para geração e controle da previsão atualizada da receita do exercício, sendo que para cada rubrica e vínculo deverá ser possível definir o percentual correspondente de cada mês em relação ao total previsto no ano;
- 4.60. Emissão de Previsão Atualizada da Receita contendo os campos data do movimento das previsões, código da receita e sua descrição, vínculo da receita (fonte de recurso), valor arrecadado e valor individualizado das previsões com o histórico, totalizando todos os valores das previsões, arrecadado até a data base e calculando a diferença entre o valor das previsões e o valor arrecadado;
- 4.61. Emissão de Movimento Diário da Receita - Analítico contendo os campos data de registro do lançamento, histórico registrando quando do lançamento, valor do lançamento, número da ficha da receita, sua natureza, descrição e vínculo (fonte de recurso). Deverá ser totalizado por conta bancária, quando existir. Caso não tenha sido registrado pela rede bancária, ou seja, transferência entre receitas, os dados deverão ser impressos no início do relatório. O relatório poderá ser selecionado por período (data), conta bancária, vínculo (fonte de recurso);
- 4.62. Emissão de Balancete da Receita contendo os campos código da natureza da receita e sua descrição, valor da previsão orçamentária, valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referencial e o valor da diferença da previsão para o arrecadado até o mês. Deverá totalizar por grupo de contas da receita e total orçamentário. Deverá emitir para as receitas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, devendo ter os campos valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referencial. Deverá conter um totalizador por grupo de contas contábil e um total das receitas extras orçamentárias. Deverá trazer os valores analíticos (saldo) das contas bancárias do exercício anterior e um total geral;
- 4.63. Emissão de Demonstrativo da Receita Arrecadada onde permita selecionar o período e nível hierárquico da receita, contendo os campos descrição da receita, campo com a receita prevista, receita arrecadada no período, receita arrecadada até o período. As colunas dos valores deverão ter um total geral;
- 4.64. Emissão de Movimento da Receita - Extrato contendo os campos código da natureza da receita, descrição e vínculo (fonte de recurso) e descrição; data do registro do lançamento, histórico, valor do

58



125

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

lançamento, acumulado no mês e acumulado até o mês; deverá trazer o campo do valor acumulado anterior ao período selecionado. Deverá ter os campos da previsão, arrecadado até o mês selecionado e um saldo que deverá ter o resultado da previsão menos o arrecadado;

4.65. Permitir controle de movimentações extraorçamentárias permitindo somente o pagamento de despesas cujos valores foram previamente arrecadados (retidos) ou a arrecadação de receitas cujos valores foram previamente pagos (recolhidos);

4.66. Possuir rotina para gerenciamento de concessão de adiantamento a funcionários e prestação de contas do mesmo;

4.67. Emissão de Saldo de Dotação com a seleção por período (data de início e fim), e deverá ter os seguintes campos: ordenar por secretaria (unidade orçamentária), classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa, descrição e vínculo (fonte de recurso), detalhando os valores da dotação inicial, a movimentação e o saldo atual;

4.68. Emissão de Movimento Alteração Orçamentária contendo os campos período da seleção (data inicial e final), ordenado por Secretaria (Unidade Orçamentária), natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e descrição, data do lançamento, tipo de autorização, data da autorização, tipo de movimentação, número e data do decreto e valor da alteração, fonte de recurso utilizado e o valor por recurso;

4.69. Emissão de Movimento Alteração Orçamentária por Ato Legal contendo os campos: ordenado por tipo de ato, campos número da autorização, data da autorização, Unidade Orçamentária, códigos da natureza da despesa e funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e valor. Deverá ter total de suplementações e anulações por tipo de ato e total geral de suplementações e anulações;

4.70. Emissão de Movimento de Reserva que deverá ser por Secretaria (Unidade Orçamentária) e período selecionado, contendo os seguintes campos: código da natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso), data da reserva, nº da requisição e nº da reserva, razão social quando existir, nº do processo, código do evento e descrição, histórico, valor unitário e valor total;

4.71. Emissão de Movimento de Reserva - Cálculo de Saldo. A seleção deverá permitir por período ou anual, indicando a data pelo usuário, deverá ser ordenado por Secretaria (Unidade Orçamentária) com os campos para cada registro: código da natureza da despesa até o nível de subelemento e sua descrição, código da funcional programática e a descrição da ação, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data da reserva, nº da reserva, fornecedor, se houver, nº do processo e valor. No final de cada registro, o sistema deverá totalizar por vínculo (fonte de recurso) com os campos Dotação inicial, suplementação / remanejamento, anulação / remanejamento, despesa autorizada, valor reservado e o saldo;

4.72. Emissão de Relação de Reservas e Empenhar. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade Orçamentária), com totalizadores por dotação, e por órgão/Secretarias (unidade orçamentária) e total geral. Os registros devem conter os seguintes campos: nº da reserva, fornecedor, se houver, data do registro, nº do processo e valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição;

4.73. Emissão de Relação de Reservas e seus Movimentos. Deverá ter os seguintes campos: nº da reserva, data da reserva, nº do processo, valor da reserva e histórico. Deverá conter a movimentação da reserva (complemento, anulação de reservas, empenhos e anulação de empenhos), com os campos data do registro, nº do documento e nº das anulações quando for o caso, nº do processo, valor e saldo da reserva. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;

4.74. Emissão de Movimento de Empenho, por secretaria (unidade orçamentária) com os campos: exercício do empenho, código da natureza da despesa e descrição, código da classificação funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso), data do empenho, requisição, se houver, nº do empenho, nº da reserva, nome do fornecedor, nº do processo, fonte de recurso (centro de custos), tipo de licitação, nº

59



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

de lotiação quando houver, tipo do empenho, código do evento do empenho e sua descrição, histórico e valor. Deverá ter um totalizador por empenho, com os campos: saldo anterior, valor do empenho e saldo atual do empenho;

4.75. Emissão da relação de Empenho e seus Movimentos. Deverá ser selecionado pelo nº do empenho e deve conter os seguintes campos: nº do empenho, tipo do empenho, data do empenho, fornecedor, valor, nº da reserva, nº do processo, histórico do empenho. Deverá conter a movimentação, quando houver, (anulação do empenho, liquidação / anulação, seleção por ordem bancária / anulação e pagamento / cancelamento) com suas datas, nº do processo, histórico, valor do movimento e saldo do empenho. Deverá ter o resumo das rotinas efetuadas no empenho como: Totais acumulados de: empenho, liquidação, pagamento, ordem bancária, os totais de anulação quando houver, e os saldos das mesmas rotinas referentes ao empenho específico;

4.76. Emissão de Movimento de Liquidação. Deverão ser ordenados por Secretaria (Unidade Orçamentária) e dotação, contendo os seguintes campos: Código e descrição da Secretaria (Unidade Orçamentária), código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, nº da liquidação e data, nº do empenho e fornecedor, nº do processo, valor do empenho, histórico da liquidação, saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. Para cada registro deverá conter o tipo de documento (Nota fiscal, fatura, etc.) e seu número e data da emissão do documento. Deverá ainda ter o total por vínculo e total por dotação. No final do relatório, deverá ter o resumo (total geral) das colunas, saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;

4.77. Emissão de relatório de Ordem Bancária sintética, para envio ao banco. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente, com a mesma numeração da ordem bancária. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição: "Autorizamos efetuar os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;

4.78. Emissão de relatório de Ordem Bancária analítica. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição: "Autorizamos efetuar os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, exercício do empenho e número do empenho, código da dotação, histórico, número da liquidação, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, código de depósito identificado, se houver, valor bruto do pagamento, descontos, se houver, e o valor líquido a ser creditado. No caso de descontos, deverá discriminar o nome do desconto tipo de documento (NF, fatura, etc., digitados na liquidação) e o valor do desconto. Deverá ter um total por fornecedor, total bruto, total dos descontos e total líquido. No final do relatório deverá ter totais gerais do valor bruto, descontos e líquido. Deverá ter a quantidade de liquidações selecionadas e o total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;

4.79. Relatório contendo um Resumo de Pagamentos Via Ordem Bancária, ordenados por dia e nº da ordem bancária, contendo os seguintes campos: dados cadastrais do fornecedor, inclusive com os dados

60



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

bancários. Tipos de documentos pagos e número, Valor bruto pago e a discriminação dos descontos analiticamente, totalização dos descontos e o total líquido, número do processo de pagamento, nº da ordem bancária, data da emissão da ordem bancária, conta em que foi debitada.

4.80. Emissão de relatório de Ordem Bancária contendo os valores enviados e recebidos via ordem bancária em meio magnético aos bancos de acordo com seus respectivos leilantes, que deverão ser lidos a partir dos arquivos gerados em meio magnético e os enviados pelos bancos como retorno.

4.81. Emissão de relatório de Ordem Bancária por Fornecedor e Tipo de Serviço. Deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, tipo de serviços relativo ao desconto (descrição), valor bruto, valor líquido, número do processo de pagamento e data da ordem bancária. Deverá ter os totais dos valores bruto, líquido e líquido.

4.82. Emissão de relatório de Movimento de Pagamento. Deverá ser ordenado por exercício da dotação e código da dotação. Deverá ter os seguintes campos: código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do pagamento, número do empenho e número da liquidação, nome do fornecedor, número do processo de pagamento, código e descrição da conta bancária de pagamento, tipo de pagamento (ordem bancária e pagamento normal) e seu número, valor do pagamento bruto, desconto e valor líquido, tipo de documento e seu número, histórico do empenho e o valor do empenho. No final do relatório deverá ser apresentado os totais gerais dos campos valor bruto, valor desconto e valor líquido, total geral orçamentário e extraorçamentário.

4.83. Permitir a emissão / reemissão da nota de Reserva, de Complemento de Reserva e de Anulação de Reserva contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor (se houver), valor da operação.

4.84. Permitir a emissão / reemissão da nota de Empenho e de Anulação de Empenho contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor do empenho ou anulação.

4.85. Permitir a emissão / reemissão da nota de Liquidação e de Anulação de Liquidação contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor da liquidação ou anulação.

4.86. Emissão de relatório de Pagamentos por Fornecedor. Deverá ser ordenado por fornecedor, contendo seus pagamentos com os seguintes campos: nome do fornecedor, exercício do empenho, nº do empenho, nº da liquidação, código da unidade orçamentária, código da natureza da despesa, código da classificação funcional programática. Deverá ter total por exercício do empenho, por fornecedor e total geral.

4.87. Emissão de relatório de Empenhos Pagos no Período. Deverá permitir selecionar a data, mostrar o período selecionado, imprimir os registros separados por dia com total, e deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor, código da dotação, nº do empenho, data da emissão do empenho, valor pago, nº da liquidação, nº do documento/histórico e no final do relatório deverá ter um total geral.

4.88. Emissão de relatório de Empenhos a Pagar por Dotação ordenados por secretaria (Unidade Orçamentária) e dotação. Deverá ter os seguintes campos: Unidade orçamentária, exercício do empenho, descrição da dotação, nome do fornecedor, data do empenho, nº do processo, valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição e o total da dotação. No final do relatório deverá totalizar geral por Secretaria (Unidade orçamentária) e total geral.

4.89. Emissão de relatório Empenhos a Pagar Processados e Não Processados. Deverá ser impresso por exercício, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: exercício do empenho, código da função e sua descrição, código da sub-função e sua descrição, nome do fornecedor, nº do empenho, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do empenho, nº do processo, valor

61



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

do empenho, valor processado (total), valor não processado, valor pago no empenho, e o valor a pagar. Deverá ter um totalizador por cada dotação e total da secretaria (Unidade orçamentária). No final do relatório deverá ter um total geral por exercício e um total geral de todos os exercícios.

4.90. Emissão de Balancete da Despesa. No nível de elemento da natureza da despesa. Deverá ser emitido por mês, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos e totalizadores: código da natureza da despesa e descrição do elemento, código da classificação funcional e a descrição da ação, valor inicial da dotação, valor suplementado no ano, valor anulado do ano, valor da dotação autorizada, valor empenhado no mês, valor empenhado no ano, valor liquidado no mês, valor liquidado no ano, valor pago no mês, valor pago no ano, valor a pagar da dotação e o campo saldo atual da dotação. Totalizar os campos acima no final de cada Unidade orçamentária e órgão. Emitir para as despesas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, o valor pago no mês e no ano. Emitir o saldo das contas bancárias que passa para o mês seguinte, com o nome da conta bancária (descrição) e o saldo no final do mês solicitado. Deve totalizar por grupo de contas bancárias, valor total das contas bancárias e um total geral do Balancete da despesa.

4.91. Emissão de relatório de Despesa por Função e Grupo da Despesa. Deverá selecionar por mês e deverá conter os seguintes campos: código da função e sua descrição, código da natureza da despesa no nível de grupo de despesa e sua descrição, valor empenhado no mês e empenhado no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano. Deverá totalizar por função de governo e no final do relatório um total geral dos campos citados acima.

4.92. Emissão de Demonstrativo da Despesa Realizada, permitindo a seleção por período (data inicial e data final) se empenhada, liquidada, paga e reservada, nível da natureza da despesa, se modalidade, elemento e subelemento apresentando seus graus superiores. Deverá ter os seguintes campos: Descrição do código da natureza da despesa, valor orçado, valor da dotação autorizada, valor da realização do período selecionado, valor da realização até o período selecionado. Deverá no final do relatório ter um totalizador dos campos citados acima.

4.93. Emissão de Posição da Situação Atual da Despesa demonstrando a posição atual da Despesa, com a seleção por período (data inicial e data final), ordenado por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: código da secretaria (Unidade orçamentária) e descrição, código da classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, valor suplementado, valor anulado, valor gerenciado por acréscimo e valor remanejado por redução, valor autorizado da dotação, valor reservado na dotação e a reservar, valor empenhado e a empenhar, valor liquidado e a liquidar, valor pago e a pagar e o saldo da dotação. Deverá ter um total por Secretaria (Unidade orçamentária) e um total geral dos campos citados acima.

4.94. Emissão de relação de Empenhos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do empenho, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral.

4.95. Emissão de relação de Pagamentos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do pagamento, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral.

4.96. Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da execução orçamentária, permitindo a seleção por mês, analítico ou sintético, com ou sem vínculo (fonte de recurso). Caso analítico, poderá selecionar a emissão dos vínculos ou não. No caso de sintético não permitirá a emissão dos vínculos (fontes de recursos). Quando analítico deverá ter os seguintes campos: código da Secretaria (Unidade

62



126

orçamentária e sua descrição, código da classificação funcional programática e a descrição da ação, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, dotação autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês, pago no ano. Caso tenha mais de um vínculo, deverá totalizar a dotação com os vínculos;

- 4.97. Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para Educação em determinado período;
- 4.98. Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para a Saúde para Educação em determinado período;
- 4.99. Emissão de Demonstrativo da Execução da Despesa com seleção mensal, discriminando as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicação e elemento da despesa, com os seguintes campos: despesa orçada, despesa autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês e pago no ano, saldo a empenhar e saldo a pagar. Deverá ter um total geral no final do relatório dos campos citados acima;
- 4.100. Emissão de relatório de Despesa por Ação, com a seleção por mês e por nível da natureza da despesa, ordenando pelo código da ação e detalhando por natureza da despesa no nível selecionado com os campos: natureza da despesa e descrição, valor orçado, valor da alteração da dotação, valor da dotação atualizada, valor do empenhado no mês, valor do empenhado no ano, valor do liquidado no mês e valor no liquidado no ano, valor pago no mês e valor pago no ano, saldo a empenhar, saldo a liquidar e saldo a pagar. Deverá ter um totalizador dos campos acima por ação e um total geral dos mesmos campos;
- 4.101. Emissão de Resumo da Despesa por Nível de Unidade Orçamentária, com a seleção por vínculo (fonte de recurso), nível de órgão e mês. Deverá ter os seguintes campos: código do órgão e descrição, dotação atualizada, valor reservado no mês e no ano, valor empenhado no mês e no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano e o valor a pagar até o período selecionado (acumulado). No final do relatório deverá ter um totalizador dos campos acima;
- 4.102. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário aos movimentos de contas bancárias de forma geral, por tipo de conta, por conta bancária ou por vínculo;
- 4.103. Permitir que a realização das movimentações financeiras seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;
- 4.104. Permitir que as movimentações de contas bancárias possam ser controladas por vínculos;
- 4.105. Permitir controlar quais vínculos de receita e/ou despesa poderão ser movimentados em determinada conta bancária;
- 4.106. Possuir rotina de integração dos movimentos de receita e de despesa com o movimento financeiro;
- 4.107. Possuir rotina para gerenciamento da conciliação bancária seja no momento da inclusão do lançamento no movimento financeiro, seja através da rotina de integração entre o movimento financeiro e os movimentos de receita e despesa, ou seja, em rotina específica de controle de conciliação bancária;
- 4.108. Possuir rotina que permita o gerenciamento da conciliação bancária por lote, permitindo fazer, alterar ou desfazer a conciliação bancária de vários lançamentos financeiros simultaneamente;
- 4.109. Possuir rotina de gerenciamento da numeração independente por Unidade Gestora, na emissão do Livro da Tesouraria e Boletim Financeiro;
- 4.110. Emissão de Movimento Financeiro contendo os campos código contábil da conta corrente, descrição da conta, período selecionado por data inicial e final, código de agência e conta bancária, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, data do lançamento, histórico, saldo até o dia anterior, valor do lançamento, saldo atual, status de conciliação bancária;
- 4.111. Emissão de Boletim Financeiro contendo os campos descrição da conta bancária, data solicitada para emissão, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado,



movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual, total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;

- 4.112. Emissão de Boletim da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá trazer a data solicitada para emissão, saldo em banco que encerrou o exercício anterior e o saldo em banco na data, total da receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias arrecadadas, bem como os seus respectivos cancelamentos efetuados na data. Se houver diferença entre o total de movimentações financeiras no dia e o total de movimentações de receita e despesa, a mesma deve ser apresentada. Deverá apresentar relação de contas bancárias separadas por tipo de conta (Movimento, Aplicação e Vinculada) trazendo descrição da conta bancária, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual, total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;
- 4.113. Emissão de Livro da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá imprimir analiticamente os registros, iniciando pelo saldo de caixa até o dia anterior, se houver, discriminar as receitas orçamentárias e extras orçamentárias arrecadadas com os campos da descrição, histórico, valor e totalizar por tipo de receita (orçamentária e extraorçamentária). Deverá ter a movimentação das entradas e receitas bancárias, separadamente, com a descrição das contas bancárias, históricas e extraorçamentária e seus cancelamentos, que tenha os campos fornecedor, número do empenho, número da ordem bancária e o valor. No final do relatório deve ter um resumo, demonstrando os saldos das contas bancárias e caixa do exercício anterior e os valores arrecadados no dia da seleção do relatório e o acumulado até o dia anterior trazendo um totalizador. Nas despesas, as referentes as despesas pagas até o dia anterior, as pagas no dia selecionado, os saldos das contas bancárias e caixa e um total geral da despesa. O fechamento do livro tem que ser diariamente. Caso não feche, o sistema deve acusar o valor da diferença no mesmo relatório;
- 4.114. Emissão de Mapa de Conciliação Bancária com a seleção mensal, por conta individualizada, com os seguintes campos: Banco, agência e conta bancária, contábil e descrição, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, saldo bancário que deve conter o saldo constante no extrato bancário, itens pendentes de conciliação. Deverá conter e soma dos valores não conciliados e o saldo contábil;
- 4.115. Possuir rotina para o cadastro de contratos e suas adequações (aditivos e cancelamentos), bem como sua vinculação junto às reservas e empenhos, permitindo o controle da vigência e saldo residual;
- 4.116. Possuir rotina para o cadastro de convênios e suas adequações (aditivos e cancelamentos/quitações), bem como a verificação de existência de convênio e o controle do período de vigência nos movimentos de receita, reservas e empenhos através do código de aplicação;
- 4.117. Realizar a emissão de relatórios para acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira de convênios;
- 4.118. Permitir o bloqueio da utilização das rotinas da execução orçamentária quando efetuado o encerramento da execução orçamentária no exercício ou quando necessário, permitindo somente a realização de consultas;
- 4.119. Possuir rotina para cadastramento de dívida fundada e as movimentações de empenhos vinculadas às mesmas;
- 4.120. Efetuar a geração dos arquivos para Receita Federal como o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais e DIRF - Declaração do Imposto Retido na Fonte;
- 4.121. Efetuar a geração do arquivo SEFIP referente às retenções de INSS realizadas para fornecedores autônomos a ser encaminhado à Previdência Social;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.122. Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/ISP dos Módulos Planejamento (Inicial e Atualizado), Conciliação Bancária Mensal e Precatórios.
- 4.123. Ao realizar uma Liquidação que resulte em uma arrecadação extraorçamentária, o repasse (geração de empenho e liquidação extraorçamentária correspondentes) será realizado automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos além do pagamento do mesmo.

5- CONTABILIDADE:

- 5.1. Possuir Plano de Contas conforme o modelo PCASP definido pela Secretaria do Tesouro Nacional e observando as particularidades adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado, contendo os grupos de contas: Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), Controle Orçamentário e Demais Controles, permitindo manutenção no mesmo pelo usuário.
- 5.2. Permitir que a realização dos lançamentos contábeis seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta.
- 5.3. Realizar a contabilização automática das variações financeiras e das mutações patrimoniais dependentes e independentes da execução orçamentária.
- 5.4. Não permitir que os lançamentos contábeis sejam realizados em contas contábeis de nível sintético;
- 5.5. Possuir rotina de verificação das inconsistências nos lançamentos contábeis para atendimento às normas contábeis vigentes;
- 5.6. Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados nos lançamentos contábeis, permitindo também a complementação deste histórico pelo usuário;
- 5.7. Permitir o gerenciamento individualizado por Unidade Gestora do encerramento contábil mensal e da numeração de páginas do Livro Diário, para não permitir que sejam realizadas movimentações dependentes ou independentes da execução orçamentária em meses que constam como encerrados;
- 5.8. Possuir rotina que efetue a transferência dos saldos contábeis de balanço do exercício anterior para exercício seguinte, individualizado por Unidade Gestora;
- 5.9. Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/ISP dos Módulos de Balanço Isolado e Balanço Anual;
- 5.10. Emissão de Balanço Contábil – Analítico/Sintético com codificação do plano de contas PCASP adotado pelo Tribunal de Contas do Estado, com os seguintes campos e na seguinte ordem: Código da conta contábil, descrição da conta contábil, saldo do exercício anterior se houver, valor acumulado do mês anterior, movimento a débito normês, movimento a crédito no mês e saldo atual. Deverá ser emitido por mês selecionado, e no final do relatório deverá ter os totais das colunas acima;
- 5.11. Emissão de Diário Legal contendo os seguintes campos: descrição da conta contábil, data do lançamento, código da conta contábil, histórico do lançamento, valor lançado a débito e valor lançado a crédito. Deverá totalizar por grupo de contas do plano de contas por dia (débito e crédito) e o total geral (débito e crédito). Deverá permitir a seleção por mês, anual, abertura e encerramento do exercício. Deverá ter os seguintes campos: código da conta contábil superior e sua descrição, código da conta contábil analítica e sua descrição, saldo anterior da conta, quando houver, data do lançamento, histórico, movimento de débito e saldo atual, indicando se saldo devedor ou credor. No final do relatório deverá totalizar os movimentos de débito, créditos e saldo por conta analítica;
- 5.13. Geração e emissão das Demonstrações Contábeis (Anexos de Balanço) de acordo com a 7ª Edição ou superior do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;
- 5.14. Resumo Geral da Receita - Anexo 02;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 5.15. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadação - Anexo 10;
- 5.16. Demonstrativo Receita e Despesa Segundo Categoria Econômica - Anexo 01;
- 5.17. Sumário Geral Receita para Fontes e Despesa para Funções Governo;
- 5.18. Natureza da Despesa - Anexo 02;
- 5.19. Discriminação da Despesa Segundo o Vínculo dos Recursos;
- 5.20. Natureza da Despesa - Anexo 02 - Consolidação por Órgão;
- 5.21. Natureza da Despesa - Anexo 02 - Consolidação Geral;
- 5.22. Programa de Trabalho - Anexo 06;
- 5.23. Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07;
- 5.24. Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções, Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 08;
- 5.25. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 09;
- 5.26. Análise das Despesas Corrente e do Capital em Percentuais;
- 5.27. Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Categoria Econômica;
- 5.28. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11;
- 5.29. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada por Ação;
- 5.30. Comparativo Receita Orçada com Arrecadação Mensal e Acumulada;
- 5.31. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada Mensal e Acumulada;
- 5.32. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11 - Sintético;
- 5.33. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11 - Analítico.

6 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN:

- 6.1. Anexo I - Balanço Orçamentário;
- 6.2. Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Sub-Função;
- 6.3. Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- 6.4. Anexo IV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- 6.5. Anexo V - Demonstrativo do Resultado Nominal;
- 6.6. Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Primário;
- 6.7. Anexo VII - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- 6.8. Anexo VIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;
- 6.9. Anexo IX - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- 6.10. Anexo X - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;
- 6.11. Anexo XI - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos;
- 6.12. Anexo XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 6.13. Anexo XIII - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;
- 6.14. Anexo XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

7 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal - Relatórios da Gestão Fiscal de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN:

- 7.1. Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;



- 7.2. Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL;
- 7.3. Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- 7.4. Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito;
- 7.5. Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
- 7.6. Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

Objetivo: Apoiar e Administração de Recursos Humanos e o gerenciamento dos processos de Administração de Pessoal, com base em informações de admissão, qualificação profissional, evolução salarial, lotação e outros dados de assentamento funcional e pagamento de pessoal.

1 – CADASTRO DE PESSOAL

Objetivo: Manter base de dados atualizada com as informações pessoais e funcionais principais e acessórias necessárias à gestão dos Recursos Humanos e ao pagamento do pessoal.

- 1.1 Permitir a captação e manutenção de informações pessoais de todos os servidores com no mínimo os seguintes dados: matrícula, nome, filiação, data de nascimento, sexo, grau de instrução, estado civil, fotografia, endereço, CPF, PIS, RG (número, órgão expedidor e data de expedição), carteira de trabalho (número e série), carteira nacional de habilitação, naturalidade, nacionalidade, tipo sanguíneo, identificar se é doador de sangue, identificar se é pessoa com deficiência;
- 1.2 Permitir a captação e manutenção de informações do vínculo que o servidor teve e/ou tem com o Órgão, com no mínimo os seguintes dados: regime jurídico, vínculo, cargo, salário, carga horária semanal, data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término do contrato temporário (se for o caso), lotação, unidade orgânica, horário de trabalho, tipo de ponto, local de trabalho;
- 1.3 Permitir a captação e manutenção de informações da qualificação profissional incluindo a escolaridade, formação, treinamentos realizados e experiências anteriores;
- 1.4 Controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e imposto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente;
- 1.5 Permitir o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos como: celetistas, estatutários, RJU e contratos temporários;
- 1.6 Permitir o cadastramento de pensões judiciais com o nome do(a) pensionista e alimentando(a), se houver, CPF, data de inclusão, banco e conta para pagamento, dados para cálculo (percentual, valor fixo ou salário-mínimo);
- 1.7 Permitir o cadastramento do organograma da estrutura administrativa, por exercício, para manter os valores a serem utilizados para pagamento dos servidores informados no custeio;
- 1.8 Registrar e manter o histórico das alterações de nome, cargo, salário, unidade gestora, lotação, custeio, vínculo, regime jurídico, local de trabalho e banco/agência/conta bancária dos servidores, registrando as informações do motivo da alteração, data e hora da operação e usuário que efetuou a alteração;
- 1.9 Permitir o cadastramento de todas as referências salariais contendo, no mínimo, o símbolo da referência e o histórico dos valores para cada referência;
- 1.10 Permitir o cadastramento de todos os cargos do quadro de pessoal de natureza efetivo, comissionado e temporário com, no mínimo, a nomenclatura, natureza, grau de instrução, CBO, referência salarial

inicial, quantidade de vagas criadas, data e motivo de extinção, com possibilidade de incluir movimentação de suplementação ou anulação de cargos, influenciando nos relatórios quantitativos do quadro de ocupação, e registrar as atribuições necessárias em cada cargo;

- 1.11 Possuir formas de acesso simplificado (atalhos) para consulta de dados dos servidores permitindo que, de um mesmo local, possam ser consultadas diversas informações, como dados financeiros, dependentes, frequência, licenças e afastamentos, férias e licença prêmio;
- 1.12 Possibilitar estabelecer um único código de registro para o servidor, para que através deste possam ser aproveitados os dados cadastrais de servidor que já trabalhou no Órgão Público e permitir controlar todos os vínculos empregatícios que o servidor tenha ou venha a ter com este, possibilitando a consulta de dados históricos, independente do período trabalhado;
- 1.13 Validar dígito verificador do número do CPF;
- 1.14 Validar dígito verificador do número do PIS;
- 1.15 Permitir o reajuste parcial ou global das referências salariais;
- 1.16 Permitir o cadastramento de plano de cargos, informando, por unidade administrativa, os cargos aprovados e a quantidade de vagas aprovadas para cada unidade;
- 1.17 Permitir o cadastramento e controle dos vínculos dos servidores efetivos que estão nomeados em cargo de comissão, possibilitando a consulta das informações cadastrais de ambos os vínculos;
- 1.18 Emitir as fichas de dados cadastrais dos servidores;
- 1.19 Permitir consulta em tela ou relatório dos servidores comissionados que fazem parte do quadro efetivo e também daqueles que não fazem parte do quadro efetivo, listando separadamente;
- 1.20 Localizar servidores por nome ou parte dele;
- 1.21 Localizar servidores pelo CPF;
- 1.22 Localizar servidores pelo RG (cédula de identidade);
- 1.23 Localizar servidores pela data de nascimento;
- 1.24 Permitir a inclusão de um novo contrato a partir de informações de um contrato já existente, selecionando um ou vários servidores, isto é muito utilizado na recontração de servidores temporários;
- 1.25 Possuir controle de Contratação Temporária via processo coletivo, de forma que todos os contratos de servidores vinculados a um mesmo processo de contratação temporária (PCT), suas datas de início, término e prorrogação, sejam automaticamente controladas;
- 1.26 Permitir a informação do desligamento de um servidor para pagamento individual da rescisão, bem como a informação de um único desligamento a um grupo de servidores para pagamento coletivo, funcionalidade necessária na rescisão de servidores temporários cujos contratos vencerem no mesmo dia;
- 1.27 Permitir desligamento de todos os contratos vinculados à contratação temporária via processo para que, no vencimento do PCT, todos os servidores vinculados a este possam ser desligados sem a necessidade de repetição da informação de desligamento para cada um deles individualmente;
- 1.28 Possibilitar a configuração das formas de desligamento por regime de trabalho e motivo de rescisão, para garantir que não seja informado um desligamento inadequado para o servidor, como término de contrato para um servidor efetivo;
- 1.29 Possibilitar a configuração das formas de admissão por regime de trabalho, categoria funcional, regime previdenciário e tipo de admissão, para garantir que não seja admitido um servidor com informações fora dos padrões permitidos;
- 1.30 Permitir o cadastramento de todos os lançamentos fixos dos servidores (adicionais, gratificações, consignações, etc), para efeito de pagamento ou desconto em folha com, no mínimo, o código da verba (verificando se a verba está prevista para o regime de trabalho do servidor), número e data do processo de concessão, data de concessão, data do último reajuste, data de vencimento e histórico dos valores ou percentuais;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.31 Emitir contrato de trabalho temporário com assinatura digitalizada do responsável;
- 1.32 Permitir gerar e controlar a ficha de vacinas dos dependentes, possibilitando informar todas as vacinas, principalmente as de caráter obrigatório;
- 1.33 Permitir o cadastramento de lançamentos parcelados - a crédito ou a débito - para os servidores de forma a controlar as parcelas lançadas em folha e o saldo atual remanescente. O lançamento das parcelas em folha deve ser de forma automática, podendo ser pago ou descontado o total ou parte do valor baseado em uma fórmula de cálculo que calcule um percentual sobre a remuneração, permitindo o lançamento até o limite deste percentual, atualizando o saldo remanescente automaticamente após o encerramento da folha;
- 1.34 Permitir transferências coletivas de local de trabalho, lotação, custeio, cargo, padrão de salário;
- 1.35 Permitir lançamentos coletivos de lançamentos fixos, lançamentos variáveis, mensagens nos holerites e informações do currículo funcional;

2 - CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Objetivo: Efetuar a contagem do tempo de efetivo exercício para fatos geradores controlados pelo órgão, atualizando percentuais de Adicional por Tempo de Serviço, dias de Férias, dias de Licença Prêmio, etapas do Estágio Probatório, períodos aquisitivos para Progressão Salarial e tempo para Aposentadoria.

- 2.1 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;
- 2.2 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Licença Prêmio, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;
- 2.3 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Férias, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, concedendo os dias de direito de gozo, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;
- 2.4 Calcular o tempo de efetivo exercício para controle temporal do Estágio Probatório, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, validando também regime jurídico, tipo de vínculo, categorias funcionais, temporalidade (em meses ou dias) de cada fase e quantidades de fases, considerando as parametrizações efetivadas, frequência e demais ocorrências funcionais que interferem na contagem;
- 2.5 Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Progressão Salarial, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão para concessão e atualização do salário para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;
- 2.6 Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Aposentadoria, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão demonstrando o tempo de efetivo exercício até a data atual. Permitir a informação de vínculos de trabalho anteriores oriundos de outros órgãos, consolidando todo o tempo na certidão para fins de aposentadoria
- 2.7 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de SEXTA-PARTE, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do

69



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.

3 - FÉRIAS

Objetivo: Manter o controle de todas as informações referentes aos períodos aquisitivo e gozo de férias dos servidores.

- 3.1 Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos de férias dos servidores desde a admissão até a exoneração;
- 3.2 Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de férias, controlando o saldo restante dos dias de férias;
- 3.3 Permitir o lançamento de férias em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo, controlando o saldo restante dos dias de férias;
- 3.4 Permitir o pagamento de 1/3 de férias integral ou proporcional a cada período de gozo lançado;
- 3.5 Permitir o apostilamento das férias em gozo por necessidade de administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo das férias para gozo oportuno;
- 3.6 Emitir relação de férias vencidas e a vencer por unidade administrativa;
- 3.7 Emitir avisos de férias;
- 3.8 Permitir o lançamento de um mesmo período de gozo para um grupo de servidores, facilitando este lançamento quando houver lançamento de férias coletivas;
- 3.9 Permitir o lançamento e pagamento do adiantamento de 13º salário por ocasião das férias;

4 - LICENÇA PRÊMIO

Objetivo: Manter o controle de todas as informações referentes aos períodos aquisitivo e gozo de licença prêmio dos servidores.

- 4.1 Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos (quinquênios) de licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a exoneração;
- 4.2 Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, controlando o saldo restante dos dias;
- 4.3 Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo controlando o saldo restante dos dias;
- 4.4 Permitir o apostilamento de licença prêmio em gozo por necessidade de administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo da licença prêmio, para gozo oportuno;

5 - PORTAL DE SERVIÇOS WEB

Objetivo: Permitir acesso a dados de pagamento, agendamento de férias e outras informações pertinentes aos servidores.

- 5.1 Possuir consulta de Informações Financeiras (holerite) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.2 Possuir consulta do Informe de Rendimentos pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;

70



- 5.3 Possuir Atualização Cadastral (recadastramento) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.4 Possuir Agendamento de Férias pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.5 Possuir consulta de Margem Consignável pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.6 Possuir consulta de Faltas Abonadas pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.7 Permitir entrega de Declaração de Bens pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.8 Permitir parametrização da liberação dos serviços a serem disponibilizados no Portal do Servidor, dentre os citados.

6 - ATOS ADMINISTRATIVOS

Objetivo: Manter o registro histórico de todas as portarias, decretos, contratos e termos expedidos para os servidores, mantendo atualizado o currículo funcional do servidor para consulta.

- 6.1 Manter o cadastro de todos os textos que darão origem a atos administrativos como portaria, decretos, contratos e termos de posse;
- 6.2 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licenças e/ou afastamentos, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.3 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de férias em gozo e/ou pecúnia ou apostilamento de férias, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.4 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licença sem vencimento, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.5 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de suspensão ou advertência, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.6 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de Insalubridade, Periculosidade ou Gratificação, com registro no currículo funcional do servidor;
- 6.7 Gerar automaticamente o contrato de servidores temporários a partir do lançamento da admissão;
- 6.8 Gerar automaticamente o termo de posse de servidores a partir do lançamento da posse/admissão;
- 6.9 Permitir a emissão de atos administrativos individuais ou coletivos conforme textos configurados pelo próprio usuário;
- 6.10 Permitir a visualização dos atos expedidos em tela, papel ou em arquivo PDF para publicação na internet.

7 - FREQUÊNCIA

Objetivo: Permitir o lançamento de diversas licenças, como paternidade, nojo, gala e registrar as ocorrências do ponto.

- 7.1 Efetuar o lançamento de todos os tipos necessários de licenças, como licença gala, licença nojo e licença sem vencimentos, informando no mínimo a identificação do servidor, tipo de licença, documento apresentado, data de início e término da licença.

71



- 7.2 Permitir o lançamento de, no mínimo, as seguintes ocorrências, com a informação da data da ocorrência, falta abonada, falta injustificada, suspensão, horas extras;
- 7.3 Integrar dados com módulo de Ponto Eletrônico, exportando para este as informações de licenças, afastamentos, férias, licença prêmio e desligamentos para que as ausências possam ser justificadas no módulo de ponto, e importar os dados deste módulo para processamento em folha de pagamento;
- 7.4 Garantir o registro de uma única informação em um período na frequência, não permitindo duplicidade ou concomitância de lançamentos, como lançamento de férias para um servidor que está afastado no mesmo período ou parte dele;
- 7.5 Permitir o controle e registro de justificativas para faltas descontadas indevidamente, com possibilidade de restituição na folha de pagamento a partir do registro da justificativa;
- 7.6 Emitir boletim de frequência;
- 7.7 Possuir calendário de feriados e dias úteis;
- 7.8 Permitir o lançamento de uma ocorrência na frequência informando o período todo, com data início e fim, evitando desta forma que sejam realizados vários lançamentos da mesma ocorrência para um mesmo servidor;
- 7.9 Controlar os lançamentos de falta abonada, não permitindo inserir ocorrências além de limite estabelecido pelo órgão;
- 7.10 Gerar automaticamente desconto de Descanso Semanal Remunerado (DSR) quando do lançamento da falta injustificada, de acordo com parametrização;
- 7.11 Permitir o lançamento de faltas e licenças de meio dia. Este lançamento deverá influenciar na contagem de tempo de serviço, caso esteja configurado;
- 7.12 Permitir o lançamento de frequência de forma descentralizada, controlando por Unidade Gestora, possibilitando que os lançamentos feitos por estas unidades sejam exclusivamente de servidores lotados nas mesmas;

8 – VALE TRANSPORTE

Objetivo: Efetuar o controle da compra, requisição, distribuição e devolução do vale-transporte

- 8.1 Permitir o cadastramento das empresas que fornecem o vale-transporte;
- 8.2 Controlar a compra e distribuição de diversos tipos de passes, como ticket, passagem, cartão descartável e cartão recarregável;
- 8.3 Permitir o controle dos roteiros para os quais serão utilizados os passes;
- 8.4 Permitir o registro da quantidade de passes diários utilizados pelo servidor no percurso de ida e retorno do trabalho, com possibilidade de adição de passes para outros percursos, no caso de servidores que se deslocam para mais de um local;
- 8.5 Controlar o saldo dos passes (quantidade de créditos) existentes para garantir a distribuição;
- 8.6 Gerar mapa de compra de vales-transporte com a quantidade e o valor, discriminados por tipo de passe, baseado na informação dos passes requisitados para cada servidor e os dias úteis do período a ser utilizado;
- 8.7 Permitir alteração do mapa de compra por usuário devidamente habilitado;
- 8.8 Permitir a configuração dos códigos para desconto e restituição de vale-transporte em folha de pagamento;
- 8.9 Gerar mapa de entrega de passes para cada servidor baseado na informação dos passes requisitados e os dias úteis do período a ser utilizado;
- 8.10 Emitir documento de confirmação de entrega de passes com local para assinatura do servidor;

72



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 6.11 Controlar a entrega de passes reduzindo a quantidade em casos de faltas, férias, licenças e afastamentos lançados;
- 6.12 Gerar informação para desconto do vale-transporte em folha de pagamento após lançamento da entrega dos passes;

9 - FOLHA DE PAGAMENTO

Objetivo: Permitir a configuração dos cálculos, o processamento, pagamento e o recolhimento das diversas folhas de pagamento

- 9.1 Permitir o processamento das folhas de pagamento Mensal, Rescisão, Adiantamento de Férias, Licença Prêmio, Adiantamento Salarial, Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, Décimo Terceiro Salário e Complementar;
- 9.2 Permitir o processamento de várias folhas de pagamento para a mesma referência, separando por grupo de servidores de mesmo vínculo, ou mesmo regime, ou mesma data de pagamento;
- 9.3 Permitir o processamento de folha de rescisão individual ou coletiva, com cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente, sem a necessidade de lançamento avulso na folha;
- 9.4 Emitir o Termo de Rescisão e Quitação do Contrato de Trabalho, conforme exigido pela legislação vigente;
- 9.5 Controlar os vencimentos e descontos permitidos em cada regime de trabalho, impossibilitando que seja efetuado um lançamento de vencimento ou desconto exclusivo de um regime para outro;
- 9.6 A folha de Adiantamento de Férias deverá ser processada com as informações dos dias de gozo e períodos de gozo lançadas nas férias, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;
- 9.7 A folha de Licença Prêmio deverá ser processada com as informações dos dias de pecúnia e/ou gozo lançadas na Licença Prêmio, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;
- 9.8 Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;
- 9.9 Gerar automaticamente valores relativos ao salário-família dos dependentes;
- 9.10 Possuir rotinas de cálculos através de fórmulas e expressões em português para qualquer vencimento e desconto, tornando o cálculo da folha totalmente configurável e administrado pelo próprio usuário. Possibilitar que o próprio usuário crie novas verbas de vencimentos ou descontos, com base em uma já existente, configurando as incidências e a regra de cálculo. As regras de cálculo previstas em legislação federal ou estadual deverão estar no sistema e não deverão ser alteradas por usuário comum;
- 9.11 Possibilitar a execução do cálculo ou recálculo de diversas formas, como cálculo individual, por folha de matrícula ou seleção assintótica. Calcular e processar os valores relativos à contribuição individual e patronal para o RGPS (INSS) e RPPS (Previdência Municipal), de acordo com o regime previdenciário do servidor. O tempo para cálculo de 300 funcionários não deverá exceder 5 minutos;
- 9.12 Gerar arquivo SEFIP no formato texto com extensão RE para importação, validação e envio em software da Caixa Econômica Federal, e possuir mecanismo de redefinição;
- 9.13 Emitir relatório Folha Analítica por folha processada ou de forma consolidada, com todas as folhas processadas no mês;
- 9.14 Emitir relatório Mapa Financeiro com o resumo dos vencimentos e descontos de todas as folhas com possibilidade de, dentro do mês, emitir valores das folhas separadamente ou consolidando-os em um único resumo;

73



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 9.15 Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, empréstimos, descontos diversos e ações judiciais, para um servidor ou um grupo de servidores no caso de lançamento comum a todos;
- 9.16 Permitir a importação de dados via arquivo-texto de valores a serem consignados em folha controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento, gerando um arquivo de retorno para o usuário com os valores debitados em folha e também os rejeitados pelo processamento, informando o motivo da rejeição;
- 9.17 Emitir resumo dos valores líquidos da folha por banco e fonte de recurso;
- 9.18 Possuir integração com o Módulo de Administração Orçamentária e Financeira, disponibilizando os dados necessários para reserva, empenho, liquidação e pagamento das despesas com pessoal, possibilitando programar datas diferentes para pagamento de convênios, sem utilização de arquivo-texto ou semelhante;
- 9.19 Emitir relação das despesas orçamentárias e extraorçamentárias a serem contabilizadas, para conferência;
- 9.20 Gerar as informações anuais para a DIRF, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software da Receita Federal;
- 9.21 Gerar as informações anuais para a RAIS, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software do SERPRO;
- 9.22 Permitir a emissão do Informe de Rendimentos para servidores com retenção de imposto de Renda na Fonte e para aqueles que não tiveram retenção;
- 9.23 Gerar as informações de admissão e rescisão necessárias ao CAGED, via arquivo-texto, para importação em software do Ministério do Trabalho;
- 9.24 Manter histórico de pagamento para cada servidor com detalhamento de todos os vencimentos e descontos, permitindo consulta ou emissão de relatórios;
- 9.25 Possibilitar cálculo de contribuição ao INSS proporcional em folha de pagamento para servidores com outro vínculo empregatício fora do Órgão;
- 9.26 Possuir cálculo de IRRF proporcionalizado para servidores com mais de um vínculo empregatício com o Órgão, com somatória das bases de cálculo e desconto proporcional em cada vínculo de acordo com o valor da remuneração;
- 9.27 Permitir a geração do Informe de Rendimentos em arquivo-texto para impressão e envio, com opção de emissão do endereço do servidor;
- 9.28 Emitir demonstrativo de pagamento, permitindo a inclusão de textos e mensagens para determinados servidores, para um grupo de servidores selecionados ou para todos;
- 9.29 Permitir a geração de arquivos para crédito em conta - corrente ou poupança - da rede bancária, emitindo relação dos créditos contendo matrícula, nome, número da conta e valor a ser creditado;
- 9.30 Emitir demonstrativo de pagamento de meses anteriores (segunda via);
- 9.31 Emitir Guia de Recolhimento de INSS, com opção para emissão por fonte de recurso e geral;
- 9.32 Possuir rotinas de controle e cálculo para pagamento das pensões judiciais, a partir do desconto efetuado para o servidor, incluindo depósito em conta;
- 9.33 Emitir recibos para pagamento de pensão judicial;
- 9.34 Emitir relação dos valores consignados em folha com opção de geração em arquivo-texto;
- 9.35 Emitir Guia de Recolhimento de Previdência Municipal;
- 9.36 Possuir rotinas de cálculo de insuficiência de saldo para servidores com somatória de descontos maior que o total de vencimentos na folha, efetuando ajuste automático dos descontos limitados até um teto configurado pelo usuário. A prioridade dos descontos deve ser configurada pelo usuário e os valores

74



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

consignados que não foram descontados deverão ser registrados, possibilitando a emissão de relatórios destes valores para envio aos estabelecimentos conveniados;

9.37 Possuir rotina de cálculo de margem consignável, com emissão de relatórios de margem disponível para gastos nos estabelecimentos conveniados;

9.38 Possuir rotina para inclusão no sistema das fichas financeiras que não estão em meio magnético, ou seja, fichas financeiras que estão em papel;

9.39 Permitir a inclusão de lançamentos pendentes para servidores afastados, sendo que o efetivo processamento destes somente poderá ocorrer na folha de pagamento em que o servidor retornar do afastamento. Os lançamentos devem (car pendentes durante todo o período do afastamento, sendo incluído automaticamente na folha somente após término do afastamento e efetivo retorno do servidor ao trabalho);

9.40 Possuir rotina de comparação entre duas folhas (Folha Atual e Folha Anterior), com possibilidade de confrontar servidores calculados na folha anterior e não na atual, servidores calculados na folha atual e não na anterior, servidores calculados nas duas porém com diferenças no valor de uma ou mais verbas e servidores calculados nas duas porém com diferenças na quantidade de uma ou mais verbas;

9.41 Possuir rotina para identificação de divergências na folha de pagamento processada, de forma que apresente um diagnóstico do problema encontrado, baseado em parâmetros previamente configurados, possibilitando a correção destas divergências antes do fechamento do processamento;

9.42 Possuir rotina de Geração de Arquivos Digitais do INSS - MANAD, possibilitando a prestação de informações via arquivo-texto, conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20/06/2006 - DOU de 04/07/2006;

9.43 Gerar relação do Salário de Contribuição padrão INSS;

9.44 Gerar arquivo texto para utilização em cálculo atuarial;

9.45 Gerar as informações referentes aos provisionamentos, baixas e estornos de férias, 13o salário e seus respectivos encargos atoriais, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

9.46 Possuir rotina de apuração de diferenças entre o arquivo gerado pela folha de pagamento e o sistema SEFIP;

9.47 Possuir rotina para imposição de lançamento de variáveis/útilidades, via arquivo texto, para geração de folha de pagamento, controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento;

9.48 Emitir relatório consolidado das verbas processadas em folha de pagamento, possibilitando a escolha dos grupos de processamento, parâmetro ou competência;

10 - eSocial

Objetivo: Permitir emissão de dados para atendimento às exigências do eSocial.

10.1 O sistema deverá possuir ferramenta que realize busca na base de dados e, após cruzamento de dados com a base do eSocial, apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo governo, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros;

10.2 O sistema deverá possuir módulo web que possibilite a realização de um recadastramento para atualização de dados cadastrados funcionários, permitindo que os mesmos acessem uma interface e informem seus dados pessoais, documentação, endereço, dependentes, cursos e certificados de formação profissional e demais informações pessoais, com possibilidade de anexar documentos digitalizados;

10.3 O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial nos prazos estipulados pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos xml

75



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

nos padrões estipulados nos layouts do eSocial, com assinatura digital, dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos;

11 - PRESTAÇÃO DE CONTAS AUDESP (TCE-SP)

Objetivo: Permitir a geração de arquivos obrigatórios para prestação de contas periódicas da Fase III do AUDESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

11.1. Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Atos de Pessoal (Atos Normativos, Cargos/Funções, Quadro de Pessoal, Agente Público, Lotação de Agente Público);

11.2. Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Remunerações (Cadastro de Verbas Remuneratórias, Folha Ordinária, Resumo Mensal da Folha de Pagamento, Pagamento de Folha Ordinária, Folha Suplementar, Cadastro do Aposentados e Pensionistas);

11.3. O sistema deverá possuir funcionalidade de alerta para inconsistências de dados antes da geração dos arquivos, evitando o retrabalho de envio das prestações de contas AUDESP TCE/SP.

12 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Objetivo: Permitir parametrização e controle de avaliações de desempenho de acordo com a necessidade do Órgão.

12.1 Permitir parametrização da avaliação de desempenho contendo parâmetro de avaliação e identificação dos períodos de avaliação por fato gerador, associado ao(s) questionário(s);

12.2 O questionário deve conter tópicos e descrição do assunto, campo para perguntas e respostas, com o peso de cada pergunta;

12.3 Permitir criar grupos de respostas para perguntas de múltipla escolha ou múltipla escolha associada ao questionário;

12.4 Permitir configurar opções de respostas: múltipla escolha, alternativa, resposta aberta ou associada a eventos externos;

12.5 Permitir cadastrar a pontuação de cada resposta, e, em caso de resposta associada a evento externo, permitir configurar a manutenção no valor computado, preservando o valor original;

12.6 Permitir associar eventos externos que influenciam na pontuação de cada resposta, e a parametrização do processamento do cálculo da pontuação na ocorrência (valor fixo, valor multiplicado pela quantidade da ocorrência ou por escala). Por exemplo, em caso de excesso de faltas, o total de pontos de determinada resposta pode ser reduzido;

12.7 Associar cada avaliação ao funcionário dentro do período parametrizado e de acordo com o fato gerador;

12.8 Apresentar ao término de cada avaliação o resultado final;

12.9 Possuir fases em cada módulo de avaliação: envio da avaliação realizada para o setor de Recursos Humanos, recepção e homologação para finalização;

12.10 Permitir revisão da avaliação;

12.11 Permitir histórico das avaliações aplicadas;

12.12 Permitir emissão de relatórios;

76



130

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.3.7. Realizar o Controle de Readaptação e Restrição Funcional;

1.3.8. Emitir Relatório de afastamento para Perícia Médica;

1.3.9. Permitir Aprovação de Atestados por período lançado;

1.3.10. Permitir Triagem de Atestado Médico para aprovação;

1.3.11. Consultar os Atestados lançados por período do Servidor

1.3.12. Permitir Controle de atestados lançados por Período e CID dos últimos 60 dias para afastamento previdenciário;

1.3.13. Receber Atestado Médico pelo Por tal do Servidor e realizar o lançamento respectivamente;

1.3.14. Realizar o controle de Subnormalidades para gestão Interna da equipe de Medicina e realizar campanhas;

1.3.15. Realizar Cadastro de Médico e Posto de Atendimento

1.3.16. Realizar Cadastro de CID 10

2. SEGURANÇA DO TRABALHO

2.1. Controle de PPRAP/PCR

2.1.1. Emitir e controlar o PPRAP/PCR de atividades executadas em conformidade com a Norma Regulamentadora 01;

2.1.2. Permitir inserir documento base PPRAP/PCR Introdutório

2.1.3. Permitir realizar o mapeamento dos riscos (físico, químico, biológico, ergonômico e de acidente);

2.1.4. Criar e controlar o andamento das atividades do cronograma de PPRAP/PCR;

2.1.5. Manter o histórico dos riscos dos funcionários para preenchimento do PPP

2.1.6. Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação recomendados;

2.1.7. Realizar o controle dos riscos por funcionário, com o histórico do mesmo;

2.1.8. Cadastrar os riscos e agentes detalhadamente, incluindo as medições realizadas e reconhecimento dos riscos;

2.1.9. Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação Recomendados;

2.1.10. Permitir o cadastro dos Grupos Homôgenos de Exposição;

2.1.11. Permitir associar os riscos através de GHE - Grupos Homôgenos de Exposição

2.1.12. Permitir Cadastro de Agentes Nocivos;

2.1.13. Permitir cadastro de E.P.C. – Equipamento de Proteção Coletiva

2.1.14. Permitir o cadastro de Ambientes;

2.1.15. Permitir Cadastro de Tratamentos Diversos – Normativos e Internos;

2.1.16. Permitir Cadastro de Responsáveis;

2.1.17. Permitir cadastro de Plano de Ação com seus respectivos Perigos e Riscos.

2.2. Controle de Acidentes e Ocorrências

2.2.1. Permitir gerar relatórios dos CAT'S realizados com informações para controle de Acidentes de Trabalho (percurso/ transitor/ típico);

2.2.2. Emitir a CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

2.2.3. Permitir levantamento de dados para Cálculo de taxa de frequência (TFA) e gravidade (TGA);

2.2.4. Permitir levantamento de dados para Estatística de Acidentes por setor / cargo / dia / turnos / parte do corpo / lotação;

78



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

1. MEDICINA DO TRABALHO

Gestão integrada da Medicina do Trabalho com as áreas de Segurança do Trabalho e Previdenciária contendo os módulos e funções a seguir:

1.1. CONTROLE DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL

1.1.1. Emitir relatório do documento e controlar o PCMSO de(s) unidade(s).

1.1.2. Controlar os exames ocupacionais e seus resultados;

1.1.3. Permitir e controlar a convocação de exames periódicos;

1.1.4. Registrar ASO e Requerimento de exames individuais;

1.1.5. Emitir o Relatório Analítico (Anual), conforme ASO e Requerimento de Exames cadastrados;

1.1.6. Possuir Agenda Integrada para o CONTROLE dos atendimentos previstos e realizados;

1.1.7. Registrar as doenças conforme CID 10;

1.1.8. Registrar a Anamnese Ocupacional / Ficha Médica totalmente parametrizável e flexível;

1.1.9. Emitir Questionário de Anamnese respondido ou para que seja respondido;

1.1.10. Inserir Documento Base introdutório do PCMSO;

1.1.11. Ser integrado com PPRAP/PCR, garantindo a troca de informações de identificações de Riscos automaticamente;

1.1.12. Permitir Cadastro de Exames e a Periodicidade;

1.1.13. Permitir cadastro de prontuário médico para gestão, seguindo os padrões do CFM – Conselho Federal de Medicina.

1.2. Relatórios

Emitir relatórios diversos já padronizados, tais como:

1.2.1. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) completo, com riscos e exames;

1.2.2. Exames realizados por tipo e data;

1.2.3. CONTROLE de Vencimento de Exames;

1.2.4. Relatório Analítico Anual, conforme legislação;

1.2.5. Relatório do PCMSO;

1.2.6. Emitir Laudo de Pessoa com Deficiência

1.2.7. Permitir ao usuário ajustar os relatórios conforme sua necessidade através de ferramenta de design de relatório;

1.3. Controle de Absenteísmo e afastamentos

1.3.1. Realizar o Controle de Absenteísmo dos funcionários referenciando as causas de absenteísmo;

1.3.2. Possibilitar o Lançamento de Atestado Médico

1.3.3. Permitir registrar o absenteísmo por doença / CID 10;

1.3.4. Permitir registrar o absenteísmo a partir de uma ocorrência (acidente);

1.3.5. Realizar o Controle das Licenças médicas por motivo legal;

1.3.6. Realizar o Controle de Perícia Médica

77



131

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.2.5. Permitir a Consulta por qualquer item da ficha de acidentes.
- 2.2.6. Permitir a consulta de endereço das vias públicas através do sistema externo e/ou o preenchimento manualmente, e no item Perfil Profissiográfico Previdenciário o subitem: Permitir o acesso com os dados administrativos do setor de RH.

2.3. Controle de EPI

- 1.1.1. Controlar os EPI em poder dos funcionários e seu vencimento
- 1.1.2. Indicar os EPI's recomendados conforme o risco / cargo
- 1.1.3. Emitir o recibo de Entrega para assinatura dos funcionários
- 1.1.4. Permitir o cadastro das especificações do EPI (com anexo de foto), inclusive com o controle de CA.
- 1.1.5. Permitir o controle de entrega por biometria ou por senha

3. PREVIDENCIÁRIA

Gestão Previdenciária integrada com as áreas de Medicina do Trabalho e Segurança do Trabalho, contendo os módulos e funções a seguir:

3.1 Perfil Profissiográfico Previdenciário

- 1.1.1. Emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário, conforme IN do INSS;
- 1.1.2. Permitir processar e emitir em lote o PPP, minimizando o trabalho manual;
- 1.1.3. Integrar-se automaticamente aos seguintes módulos do PCMSO / PPRA/PPGR com os Riscos Identificados e Controle de acidentes.

3.2 E-SOCIAL

- 1.1.1. Validar todos os eventos antes da geração do XML para envio a Receita Federal
- 1.1.2. Controlar os prazos para envio dos eventos
- 1.1.3. Guardar todo o histórico dos eventos enviados
- 1.1.4. Possuir um painel de controle de todos os eventos
- 1.1.5. Rastrear os eventos a qualquer momento
- 1.1.6. Congelar as informações geradas
- 1.1.7. Notificar caso houver alguma inconsistência de informações
- 1.1.8. Gerar os arquivos em XML no lay-out da Receita Federal (lay-out 2.2) para os eventos a seguir:
 - S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho
 - S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador
 - S-2240 – Condição Ambientais de Trabalho – Fatores de Risco
- 1.1.1. Após a geração dos eventos no layout da Receita Federal, os arquivos no formato xml da Receita Federal o software deverá realizar os serviços de mensageria, ou seja, envio dos dados a RFB.

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

2.1. Readaptação

- 2.1.1. Permitir Cadastro de Readaptação, permitindo vincular junto aos contratos do servidor;
- 2.1.2. Permitir Visualização de Históricos de Readaptação;
- 2.1.3. Associar Restrições ao servidor junto ao cadastro de readaptação;
- 2.1.4. Permitir inclusão de Arquivos - Documentos e Imagens para evidências;
- 2.1.5. Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a readaptação do servidor.

2.2. Cessão

2.2.1. Permitir cadastro de servidor com as seguintes informações:

- 2.2.1.1. Permitir cadastro com Tipo de Movimentação;
- 2.2.1.2. Permitir cadastro com Tipo de Pagamento;
- 2.2.1.3. Permitir realizar o cadastro com inclusão de Período;
- 2.2.1.4. Permitir cadastro de informação com dados do Tribunal;
- 2.2.1.5. Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a cessão do servidor.

CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO

1. Da Segurança do Sistema.

- 1.1 - Deverá possuir proteção contra ataque de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema;
- 1.2 - Deverá possuir proteção contra ataque XSS;
- 1.3 - Deverá possuir mecanismo de exportação de toda a base de dados, a qualquer momento, por um usuário de alto nível, em formato SQL;

2. Da Compatibilidade.

- 2.1 - Deverá ser uma aplicação web, com todas as funcionalidades acessíveis através de navegador de Internet, podendo ter complementos no computador do usuário em casos de necessidade de comunicação com hardware para que possibilite a funcionalidade ser executada via navegador. Como Certificado Digital, por exemplo;
- 2.2 - Deverá ser escrito na sua totalidade em linguagem de programação compatível com os propósitos do sistema em questão, com suporte técnico do fabricante, caso não utilize linguagem de programação de código aberto;
- 2.3 - Deverá ser totalmente compatível com o sistema operacional MS Windows, em sua mais recente versão e nas 3 versões anteriores;
- 2.4 - Deverá ser totalmente compatível com os navegadores de Internet Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas mais recentes versões;
- 2.5 - Deverá possuir mecanismo de integração a outros sistemas, e estar 100% integrado com os sistemas de Recursos Humanos, em especial a Folha de Pagamento da Prefeitura.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

2.6 - Os dados devem ser armazenados em banco de dados hospedado em nuvem, sendo que deve possuir licença tipo free, sem limites de usuários, de tamanho e com controle transacional. Ou, caso utilizem softwares proprietários, a CONTRATADA deverá fazer a cessão do licenciamento dos softwares devidamente licenciados para governo caso o sistema tenha que ser hospedado na CONTRATANTE ao final do contrato.

2.7 - O sistema de ponto eletrônico deve atender as reais necessidades nos lançamentos dentro das especificações adotadas por meio de portaria dos horários / escalas de servidores em cada órgão CONTRATANTE, bem como de horas extras em forma de pagamento ou banco de horas quando autorizadas pela liderança.

3. Da Performance.

3.1 - Deverá ser capaz de ser acessado, de forma simultânea e concorrente, sem degradação do tempo de resposta aos demais usuários, por pelo menos 50% dos usuários cadastrados no sistema.

3.2 - Deverá suportar e armazenar em banco de dados carga de dados de marcações ao longo de 35 anos.

3.3- Serão contemplados todos os funcionários dos órgãos CONTRATANTES.

4. Da Regionalização.

4.1 - Deverá apresentar em sua totalidade, informações em português brasileiro, incluindo informações para os usuários em tela e relatórios;

4.2 - Deverá apresentar informações referentes à data e hora em formato português brasileiro;

4.3 - Deverá apresentar informações referentes a valores numéricos em formato português brasileiro;

4.4 - Deverá apresentar informações referentes à moeda, em formato adequado à correta localização da informação, no caso de o sistema utilizar informações monetárias.

5. Das Funcionalidades.

5.1 - Deverá funcionar em conformidade com as regras definidas nas legislações do Município de Itabira, e com as regras definidas pela Portaria 671/2021 e suas posteriores alterações;

5.2- Deverá controlar número limitado de relógios;

5.3 - Deverá permitir a inclusão de escalas mensais para grupos específicos de profissionais e manter o histórico das escalas;

5.4 - Deverá aceitar tratar e gerenciar o registro, ajuste e tratamento de 2 (duas) matrículas diferentes ativas para o mesmo servidor, identificado através do mesmo nº de PASEP/PPIS, ou mecanismo que venha a substituir, com 2 (duas) jornadas de trabalho diferentes, sendo que o servidor com duas matrículas poderá efetuar suas marcações num mesmo relógio ou em mais de um relógio;

5.5- Deverá permitir o cadastramento "on line" dos equipamentos Relógios, independentemente de serem eletrônicos ou virtuais;

5.6 - Deverá realizar monitoramento online de todos os relógios (eletrônicos ou virtuais) instalados, apresentando o estado de cada um, como com ou sem comunicação;

5.7 - Deverá coletar e identificar digitais através de equipamento coletor de biometria e chip (crechás), possibilitando o cadastro dos servidores na base de dados do sistema;

5.8 - Deverá controlar os seguintes tipos de jornadas de trabalho: jornadas administrativas normais, jornadas de turno com obrigatoriedade de trabalho em jornadas com controle apenas por carga horária (com

81



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ou sem limites definidos no dia), jornadas flexíveis com horário e períodos de flexibilização, revezamentos com reconhecimento automático de permutas, marcação de refeição opcional ou obrigatória em todos os tipos de jornadas, horários flexível de refeição com limites definidos em todos os tipos de jornadas, tolerâncias nas marcações, jornadas duplas (dois períodos de trabalho num mesmo dia);

5.9 - Deverá permitir a composição de horários por ciclos de jornadas de qualquer tipo, com repetição programada, mantendo as seguintes características: controle completo de banco de horas, controle de períodos de compensações, controle de diversos calendários, conforme as diversas localidades da empresa, controle de diversos tipos de dia (normal, feriado, etc), com possibilidade de criação de tipos de dias específicos pelo usuário, sem necessidade de programação adicional;

5.10 - Deverá executar as seguintes funções sem precisar de programação adicional: apuração de horas normais, apuração de horas extras e plantões em dias normais, apuração de horas extras e plantões em dias feriados, ou de folga, apuração de horas extras e plantões com percentuais diferenciados, apuração de atrasos, apuração de saídas antecipadas, apuração de saídas intermediárias, apuração de interjornadas, apuração de ausências, apuração de horas noturnas com período fixo ou de acordo com o horário realizado, quebra de dia às 24 horas ou em qualquer outro horário indicado pelo usuário, alocação das ocorrências no dia da jornada ou nos dias em que realmente aconteceu, reconhecimento do dia da jornada pelo dia da entrada ou pelo dia da saída, determinação de períodos de afastamento integral, determinação de períodos de afastamento parcial por tempo, determinação de períodos de afastamento parcial por horário, compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas com limite de ocorrências e/ou de tempo num determinado período, cálculo das verbas para a alimentação da folha de pagamento;

5.11 - Deverá permitir cadastro de várias empresas, lotações e cargos dos servidores;

5.12 - Deverá integrar com sistema atual de coleta de pontos do Departamento de Processamento de Dados da CONTRATANTE

5.13 - Deverá coletar, de forma remota e automática, além de ser possível agendar a periodicidade da importação das marcações efetuadas nos equipamentos REP; e de forma on-line e marcação por marcação para o relógio virtual;

5.14 - Deverá permitir cadastro de justificativas individual e coletiva;

5.15 - Deverá permitir a visualização do ponto diário dos servidores;

5.16 - Deverá permitir controle de tolerância parametrizada para entrada e saída;

5.17 - Deverá permitir controle de abono e atrasos, falhas com registro de motivos, horas extras, saídas antecipadas, afastamentos, férias, licenças de saúde, congresso, cursos, licença prêmio, etc.;

5.18 - Deverá permitir controle de vários bancos de horas (Quanto forem necessários) e controle de compensação programável;

5.19 - Deverá permitir controle de banco de horas e compensação;

5.20 - Deverá permitir criar modelos de jornada de trabalho específicos;

5.21 - Deverá permitir ao usuário escolher o período de apuração de frequência;

5.22 - Deverá permitir parametrização de regras e fórmulas definidas pelo administrador e/ou chefe;

5.23 - Deverá apresentar apuração de totais de horas trabalhadas, horas normais, horas extras, faltas, atrasos, horas de adicional noturno, controle de descanso semanal remunerado, etc.;

5.24 - Deverá possuir consulta de espelho ponto;

5.25 - Deverá permitir justificar faltas e atrasos;

5.26 - Deverá permitir notificação por e-mail para o chefe/gestor de eventos como HE, atrasos e faltas;

5.27 - Deverá apresentar alerta ou indicação dos funcionários que faz horas extras;

5.28 - Deverá gerar relatórios em tela e nos formatos PDF, CSV, ODS (Open Document) e arquivo texto além de ser possível fazer o envio dos mesmos formatos por email através da própria aplicação;

5.29 - Deverá gerar relatórios com possibilidade de imprimir-los pela impressora;

82

5.30 - Deverá possuir relatório de histórico de horários / escalas dos servidores;

CONTROLE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE E PATRIMÔNIO GESTÃO DE SUPRIMENTOS NA WEB

Registro de informações básicas e tabelas administrativas (Unidades Orcamentárias / Administrativas), associação dos respectivos centros de custos integrados ao módulo Contábil / Orcamentário, Controle de Acesso, Parâmetros de funcionalidades, Gestão de cadastros de Materiais e serviços de forma padronizada, Controle de situação dos cadastros de Materiais e Serviços.

- 1.1. Registrar localidades de maneira normalizada a ser utilizadas nos cadastros de Fornecedores, Locais de Entrega, etc;
- 1.2. Controle de acesso de usuários individualizados por menu do sistema, possibilitando que seja realizada a cópia de perfil e restrições de acesso baseado em um perfil já existente;
- 1.3. Possuir relatório com a relação de usuários do sistema e de permissão de acesso por usuário;
- 1.4. Permitir a definição de algumas rotinas específicas que necessitam de aprovação por usuário e senha para sua realização (Dupla Custódia);
- 1.5. Permitir ao usuário configurar seus menus de acesso através da opção de favoritos, dessa maneira possibilitando que o usuário configure seu perfil de trabalho;

a) GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

- 1.6. Codificar os materiais por Catálogo e manter registro do tipo de material;
- 1.7. A classificação de materiais e serviços deverá ser única e padronizada. O catálogo de materiais/serviços deverá estar disponível para todos os módulos do sistema: materiais e serviços, fornecedores, compras, estoque, patrimônio, contratos, (com restrição de uso para certos usuários);
- 1.8. O catálogo de materiais e serviços deverá disponibilizar automaticamente para consulta as especificações e respectivos códigos para efeito de solicitação de aquisição e/ou contratação e controle de estoque;
- 1.9. O sistema deverá disponibilizar no momento da consulta dos códigos de materiais e/ou serviços catalogados a informação do status em que se encontra o mesmo (ATIVO, INATIVO, DESABILITADO PARA COMPRAS, LICITANDO). Para efeito de aquisições, os usuários do sistema apenas irão utilizar os materiais que encontrarem-se ATIVOS;
- 1.10. O sistema deverá permitir classificação dos materiais ou serviços (inclusive serviços de engenharia e obras) por natureza de despesa, devendo permitir a vinculação da natureza de despesa por material/serviço;
- 1.11. O sistema deverá possibilitar, a critério do usuário habilitado ou administrador do sistema, o gerenciamento e controle do material por código de barras para as funções de armazenamento, devendo, quando definido, armazenar mais de um código de barras para um mesmo item, permitindo também a movimentação e identificação de itens através desse controle;
- 1.12. O sistema deverá permitir que somente usuários responsáveis pela codificação e/ou administração de Materiais e Serviços possam incluir um novo material/serviço no catálogo;
- 1.13. O sistema não deverá permitir a codificação / cadastramento de dois itens de material ou serviço com o mesmo código;
- 1.14. O sistema não deverá permitir a exclusão de um código de material e/ou serviço cadastrado quando tiver sido utilizado anteriormente, ou seja, tiver histórico de compra e ou contratação, permitindo a INATIVACÃO, DESATIVACÃO, ATIVACÃO (quando estiver inativo);



1.15. O sistema deverá possuir mecanismos de busca de materiais e serviços, através do fornecimento de palavras iniciais ou parte de palavras contidas no nome ou na descrição dos itens;

1.16. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais com informações entre os módulos do sistema (fornecedores, materiais, banco de preços, estoque/almoxarifado, patrimônio, contratos, compras/licitações). Ex.: Relação dos patrimônios por materiais; Relação dos materiais sem movimentação a partir de uma data; Relação de materiais em estoque por Almoxarifado; Relação da apropriação de consumo por centro de custo; Relatório de materiais/serviços adquiridos num determinado período;

1.17. Permitir a consulta de disponibilidade de material, informando qual a quantidade em estoque de acordo com o Almoxarifado, se existem bens permanentes disponíveis ou se são itens pertencentes a uma Ala de Registro de Preços;

1.18. Gerar relatório de licitações, com informação de número de processo, objeto, secretaria requisitante, modalidade, data de abertura, data de homologação, valor estimado, fornecedor, tipo de contrato (contrato, autorização de fornecimento ou ordem de serviços), ou ala de registro de preços, valor contratado, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF .odt, .docx

b) CADASTRO DE FORNECEDORES

1.19. O sistema deverá conter tela para cadastro de fornecedores, tanto pessoas físicas como jurídicas, para acesso e controle ÚNICO e visualização/tramitação por todos os módulos do sistema integrado de gestão de materiais e serviços, compras, estoque, patrimônio, contrato, orçamentário, financeiro e contábil, relacionando os fornecedores aos catálogos de materiais/serviços/engenharia e obras ofertados;

1.20. Os campos de cadastramento de dados do Fornecedor devem ser habilitados automaticamente de acordo com o Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica) a ser cadastrada. (Exemplo: O sistema não poderá permitir a digitação do campo CNPJ para pessoa física e vice-versa);

1.21. Deverá guardar histórico das alterações da razão social do fornecedor para critério de consulta;

1.22. Após carregar os dados essenciais do fornecedor para a tela de cadastro de Fornecedores, o sistema deverá permitir a atualização de dados sobre a emissão e atualizações de Certificado de Registro Cadastrais, controlando a existência de documentos vencidos, quando da visualização do CRC (Certificado de Registro Cadastral);

1.23. O sistema deverá manter o cadastro dos catálogos de materiais, obras ou serviços ofertados pelo fornecedor, permitindo a vinculação de mais de uma linha de fornecimento;

1.24. O sistema deve possuir controle de penalidades, controlando prazo de validade das penalidades aplicadas bloqueando automaticamente os fornecedores com situações irregulares nos processos licitatórios;

1.25. No campo para inclusão do catálogo atendido pelo Fornecedor, deverá ser permitido que seja feita a inclusão para mais de um Fornecedor de uma vez, de vários catálogos, acelerando o cadastramento;

1.26. O sistema deverá permitir busca de fornecedores a partir de palavras contidas no seu nome, razão social ou nome fantasia, a partir de CPF/CNPJ e Cidade;

1.27. Emitir relatório de atestado de capacidade técnica;

1.28. Estar disponível mapa de cotação, cotação para envio à fornecedor, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF .odt, .docx de todos os campos disponibilizados;

c) BANCO DE PREÇOS

1.29. Permitir o cadastramento de índices de correção a ser utilizado para atualização monetária dos valores registrados no banco de preços;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.30. Permitir a parametrização do prazo de consulta de valores do Banco de Preços a serem considerados como válidos aptar a atualização monetária e utilização como valores válidos para estimativa nas requisições de compras;
- 1.31. Após a conclusão do procedimento de aquisição e/ou contratação, o Sistema deverá registrar no Banco de Preços o valor do preço parâmetro de geração da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços ou Ata de Registro de Preços;
- 1.32. O sistema deverá informar aos usuários, no momento da criação das Requisições de Compras informações relativas ao banco de preços com o valor da época, o índice acumulado de atualização e seu valor atualizado, obedecendo as configurações de prazos para consultas de preços e percentual de garantia para correções previamente definidos pelo administrador do sistema;
- 1.33. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios de preços constantes do Banco de Preços, por tipo de preço (Autorização de Fornecimento, Ordens de Serviço e Ata de Registro de Preços), Modalidade de Licitação, faixa de itens, faixa de datas, tipo analítico e sintético e quantidade de preços para análise por material / serviço;
- 1.34. Integrar e gerar automaticamente relatório de homologação para processos comuns e registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;
- 1.35. Integrar e gerar automaticamente atas de registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;
- 1.36. Permitir a inclusão de cadastro de reserva na Ata de Registro de Preços, gerando automaticamente relatório em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura.
- d) AQUISIÇÕES POR LICITAÇÕES E COMPRAS**
- 1.37. O sistema deverá permitir a criação da Requisição de Compras e/ou Requisição de Serviços pelas diversas unidades que compõem a administração, através de usuários devidamente habilitados com a respectiva permissão;
- 1.38. O sistema deverá ter integração automática com o módulo orçamentário contábil, para efeito de reservas, empenhos, liquidação e suas respectivas anulações;
- 1.39. O sistema deverá permitir o cadastramento de Câmpus e Comissões de Licitações;
- 1.40. A partir da criação da licitação de Compras, o sistema deverá informar ao usuário caso o item/código de material que está sendo incluído exista em estoque, ou seja, um item pertencente a uma Ata de Registro de Preços;
- 1.41. Permitir vincular uma requisição a uma Adesão de Registro de Preços, referenciado qual a Adesão deve estar associada, a fim de permitir que sejam inseridos somente itens da Adesão para criação de uma Dispensa de Licitação;
- 1.42. O sistema deverá disponibilizar a relação de Dotações Orçamentárias disponíveis para vinculação no Módulo Orçamentário Contábil, de acordo com as naturezas de despesas dos itens constantes na Requisição de Compras ou Serviços;
- 1.43. Após vinculação das dotações orçamentárias contábeis na Requisição de compras ou serviços, o sistema deverá permitir a solicitação de reserva de valores ao Módulo Orçamentário / contábil, podendo ser, do Exercício ou Plurianuais;
- 1.44. Após a efetivação da reserva, de forma integrada à Requisição de Compras ou Serviços no Módulo Orçamentário / Contábil o sistema deverá visualizar as Requisições que irão efetivar compras de mesmo catálogo a fim de criar um agrupamento de compras almejando uma economia de escala na modalidade correspondente;
- 1.45. O sistema deverá permitir o agrupamento de várias requisições para fins de organização do procedimento licitatório, que pode ser criado por item ou lote;

85



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.46. O sistema deverá permitir o processamento de contratações realizadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021, deverá atender todas as modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021;
- 1.47. O sistema deverá controlar os valores de aquisições/contratações por limite da dispensa por valor, sinalizando quando o teto máximo do exercício da despesa for atingido, através de histórico acumulativo;
- 1.48. O sistema deverá mostrar o status da Requisição de Compras/Serviços do início ao fim do processo (Aprovada, Não Aprovada e Reservada);
- 1.49. O sistema deverá controlar a aquisição de materiais e contratação de serviços ou obras, desde a Requisição até a contratação em si, realizada através das modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021 ou dispensas (aquisição direta, licitação dispensada ou inexigibilidade), seguindo todas as etapas até a homologação do procedimento, empenho, emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço e Acompanhamento das Entregas ou Prestação dos Serviços e Liquidação de Despesa;
- 1.50. O sistema deverá armazenar informações relativas às aquisições realizadas, tais como: Modalidade/Nº da Aquisição, Tipo de Licitação, Objeto, Responsáveis, Comissão de Licitação, Datas e Horas de Abertura, Entregas de Envelopes, Sessões, Participantes, Processo Administrativo, Pareceres da Licitação, e demais dados referentes ao andamento histórico das atividades do processo;
- 1.51. Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais;
- 1.52. O sistema deverá permitir a definição automática do vencedor de acordo com as propostas das empresas ou ainda a definição do vencedor de forma manual a critério do usuário;
- 1.53. O sistema deverá emitir todos os documentos referentes ao processo licitatório, tais quais: atas, editais, mapa comparativo, dentre outros;
- 1.54. O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos;
- 1.55. O sistema deverá manter o registro de motivos de dispensa de licitação para efetivação dos empenhos devidamente justificados no módulo orçamentário contábil;
- 1.56. As Requisições de Compras ou Serviços que estarão Agrupadas ao final do procedimento deverão possuir a emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviços, individualizada a fim de facilitar a identificação da liquidação da despesa;
- 1.57. O sistema deverá disponibilizar um acompanhamento de entregas por Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, relatando as solicitações, as entregas, os aditivos e alterações de preços, saldo físico e financeiro por item;
- 1.58. O sistema deve possibilitar emissões de Solicitações de Entrega para Materiais ou Serviços com entregas parceladas, devendo ser numeradas por Exercício e vinculadas diretamente à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, controlando o saldo físico das entregas ou execuções a serem realizadas pelo Fornecedor;
- 1.59. O sistema deverá permitir a aplicação das disposições da Lei Complementar 147/2014;
- 1.60. O sistema deverá controlar o status do processo, conforme os seguintes descritivos (Adjudicado / Ativo, Anulado / Suspensão, Deserto, Fracassado, Homologado – Parcial, Revogado, Outra);
- 1.61. Permitir a verificação e o comparativo do valor de última aquisição e/ou estimado para as Aquisições / Contratações, com os valores finais ofertados pelo licitante vencedor;
- 1.62. Quando o processo de Aquisição ou Contratação chegar à Homologação e/ou julgamento final das propostas, o sistema deverá realizar via integração com o Módulo Orçamentário Contábil, o empenho da despesa;
- 1.63. Após a emissão de nota de empenho, o sistema deverá permitir ao usuário habilitado, a geração de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço aos vencedores;

86



137

1.64. O sistema deverá permitir a realização de Adiantamento à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, vinculando-o ao processo licitatório ou que originou a contratação, permitindo ainda a realização de reserva orçamentária via integração automática com o módulo Orçamentário/Contábil.

1.65. O sistema deverá ser integrado com os módulos de estoque e contratos, encerrando o processo de Aquisição / Contratação com a entrega dos materiais nos locais definidos emitindo o Boleim de Recebimento de Material ou Boleim de Prestação de Serviços, permitindo a emissão dos documentos pelo Almoxtarado ou pelo Gestor da Aquisição / Contratação;

1.66. Permitir a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP conforme disposições da Lei 14.133/21;

e) COTAÇÃO DE PREÇOS

1.67. O sistema deverá conter mecanismo de cotação de preços, integrado ao módulo de Aquisições e Registro de Preços, permitindo que a cotação seja realizada com base em uma Requisição de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras ou tendo apenas como base os itens que desejam ser cotados, sem vínculo com requisição/agrupamento;

1.68. O sistema deverá permitir o controle dos fornecedores que ofertarem propostas para os itens da Cotação de Preços, emitindo o Mapa Comparativo para auxiliar no julgamento, demonstrando informações sobre o preço médio do item e total pela média, Menor e Maior Preço, Desvio Padrão dos preços apresentados, coeficiente de variação e os preços ordenados por ordem crescente de valores;

1.69. O sistema deverá destacar no Mapa Comparativo de Preços, as propostas que contêm o menor preço;

1.70. Após o término da cotação de preços os valores apurados deverão retornar às Requisições de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras tanto para processo comum de contratação como para processos de Registro de Preços com as opções de Média, Menor ou Maior, permitindo o lançamento de acréscimo percentual (%) como margem de segurança, para os casos das cotações com vínculo a requisição/agrupamento;

1.71. O sistema deverá possibilitar a exportação da cotação para Excel, permitindo que o fornecedor possa preenchê-la e posteriormente o sistema deverá importar o arquivo atualizando os preços conforme a planilha;

1.72. O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;

f) REGISTRO DE PREÇOS

1.73. O sistema deverá permitir o registro e emissão de Requisições de Registro de Preços pelas Unidades Requisitantes com planejamento quantitativas a serem utilizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços (máximo de 12 meses);

1.74. A Requisição de Registro de Preços deverá seguir o número sequencial a partir do número 1 seguido do ano referente ao exercício corrente;

1.75. As Requisições de Registros de Preços deverão conter no mínimo os seguintes campos: N.º / Ano, Requisição, Unidade Requisitante, Justificativa, Item, Quantidade Estimada, Local de Entrega, Observação e o Tipo de Requisição (Grupo de Materiais ou Item);

1.76. O sistema deverá permitir a digitação de especificação complementar do item na Requisição de Registro de Preços e sua emissão na Requisição, integrando com o módulo de Cotação de Preços para pesquisa de mercado;

1.77. O sistema deverá permitir Tipos de Requisição por Grupo para materiais onde não seja previsível a definição de quantidade ou identificação como, por exemplo, peças de veículos;



1.78. O sistema deverá permitir a emissão de Requisição de Registro de Preços para fins de composição e abertura do processo licitatório, contendo campos para assinatura pelo Requisitante responsável e Secretário do Órgão Gerenciador;

1.79. O sistema deverá permitir a aprovação ou cancelamento das Requisições de Registro de Preços; 1.80. O sistema deverá demonstrar o status da Requisição de Registro de Preços (Ativa e Cancelada); 1.81. O sistema deverá disponibilizar a criação de um Agrupamento de Requisições de Registros de Preços que estejam aprovadas para unir o máximo possível de quantidades a serem licitadas, em busca de economia de escala, além de minimizar o número de certames a ser executado. Deverá permitir o gerenciamento da consolidação das Requisições, demonstrando as informações referentes aos Órgãos Participantes com seus itens e quantidades respectivas;

1.82. O sistema deverá permitir a organização do item em Lotes de maneira que for mais conveniente à Administração;

1.83. Suportar todas as fases das Licitações realizadas através do Sistema de Registro de Preços desde o pedido, contratação e acompanhamento das Atas de Registro de Preços (cotas, saldos, unidades requisitantes, remanejamento de cotas, reajustes de preços) de cada item;

1.84. Ao final do procedimento licitatório, conforme modalidade adotada, o sistema deverá manter registro das propostas dos Licitantes que disputaram o certame, e sua classificação para efeitos de posterior emissão de Ata de registro de Preços;

1.85. O sistema deverá gerar e emitir a Ata de Registro de Preços, contendo no mínimo as informações: Órgão Gerenciador, Participantes, Grupos / Materiais ou Serviços com sua quantidade estimada para a validade da Ata, informações do Fornecedor vinculado à Ata, a sua classificação, o valor a ser registrado, número e ano da Ata, a descrição dos materiais/serviços e valor total estimado e caso se trate de um processo por desconto, registrar o valor do desconto na Ata;

1.86. O sistema deverá permitir a emissão do relatório da Ata de Registro de Preços;

1.87. O sistema deverá possuir recurso para aviso para republicação da ata de registro de preço trimestralmente, sendo a quantidade de dias de antecedência para o aviso configurável;

1.88. Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais;

1.89. O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos;

1.90. O sistema deverá permitir ao Órgão Participante (Secretaria / Unidade Orçamentária) solicitar a aquisição / contratação dos materiais ou serviços constantes na Ata de Registro de Preços, emitindo a Solicitação de Entrega de Materiais ou Solicitação de Serviço;

1.91. A Solicitação de Materiais e/ou Solicitação de Serviços deverá conter informações relativas a Ata de Registro de Preços, item com o código e descrição do material / serviço, quantidade requisitada, valor registrado, justificativa de compra e observação;

1.92. Após a criação da Solicitação de Materiais ou Solicitação de Serviços, o sistema deverá permitir a inclusão via integração automática ao módulo orçamentário / contábil de informações relativas a dotação orçamentária para fins de reserva e empenho da despesa;

1.93. Após o empenhamento da despesa o sistema deverá permitir a emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviços;

1.94. O sistema deverá permitir o gerenciamento e controle da Ata de Registro de Preços, permitindo a realização do acompanhamento de contratações na Ata, controlando as quantidades máximas da Ata bem como as quantidades específicas dos órgãos participantes (Unidades Orçamentárias) conforme o planejamento anual das quantidades a serem utilizadas, permitindo a emissão de relatórios e a consulta em tela destas informações;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.112. O sistema deverá controlar todas as movimentações dos materiais no estoque, registrando as entradas e saídas e seus respectivos valores efetuando o cálculo de balancetes para encerramento mensal;
- 1.113. Com base na movimentação histórica, em cada almoxarifado será calculado o ponto de reposição emitindo relatório de materiais em ponto de reposição;
- 1.114. O controle físico e financeiro dos materiais deverá ser efetuado automaticamente fornecendo a posição do estoque para cada material do almoxarifado;
- 1.115. O sistema deverá utilizar o conceito de Centro de Custos para as Unidades Requisitantes e preço médio ponderado para efetuar os movimentos de saída;
- 1.116. Manter histórico de documentos responsáveis pelas movimentações como, por exemplo, Notas Fiscais, Requisição de Material ao Estoque, Atesto de Recebimento de Mercadorias ou Execuções de Serviços, Devolução de Mercadorias, Inventários, etc.;
- 1.117. Os mecanismos para controle das movimentações tais como entradas, saídas e transferências devem ser informatizados, permitindo a emissão de documentos para arquivamento nos setores;
- 1.118. As Requisições de Materiais pelas Unidades Administrativas devem ser geradas de forma eletrônica com numeração sequencial por exercício;
- 1.119. O sistema deverá permitir que as requisições de material em estoque possam ser atendidas integralmente ou parcialmente;
- 1.120. O sistema deverá permitir aprovação, cancelamento e eliminação de pendência para o material requisitado, bem como o estorno da Requisição de Material em Estoque;
- 1.121. O sistema deverá ter mecanismos que bloqueiem os almoxarifados para entradas e saídas durante os períodos de inventário;
- 1.122. O sistema deverá permitir o lançamento de vários lotes de materiais perecíveis tanto para as entradas quanto para as saídas de materiais perecíveis;
- 1.123. O sistema deverá permitir que nas saídas de materiais perecíveis seja possível o remanejamento de lotes, tantos quantos forem necessários para o atendimento à quantidade a ser movimentada, bloqueando o movimento até que a quantidade dos lotes sejam necessárias ao atendimento da requisição;
- 1.124. O sistema deverá permitir listar todos os materiais perecíveis a vencer em determinada data por almoxarifado e em geral, individualizada por almoxarifado ou geral;
- 1.125. O sistema deverá disponibilizar a Apropriação de Consumo por Centro de Custo, através das movimentações históricas;
- 1.126. O sistema deverá permitir o cadastramento/inclusão de notas fiscais quando do recebimento do material pelo almoxarifado, permitindo a emissão de Boletim de Recebimento de Material / Serviços, liberando a respectiva nota fiscal para pagamento pelo setor financeiro (liquidação);
- 1.127. O sistema deverá permitir e controlar historicamente as transferências de materiais entre almoxarifados;
- 1.128. O sistema deverá possuir integração com os módulos de Materiais e Serviços, Fornecedores, Aquisições, Patrimônio, Contrato, Orçamentário / Contábil;
- 1.129. O sistema deverá projetar as previsões de consumo para futuras compras, baseadas em entregas que estão pendentes e o período de consumo a ser analisado;
- 1.130. O sistema deverá listar materiais em estoque por almoxarifado;
- 1.131. O sistema deverá impedir as requisições de materiais em estoque efetuadas;
- 1.132. O sistema deverá permitir a saída por deterioração de materiais perecíveis que venceram ou que sofreram algum dano ou acidente natural;
- 1.133. O sistema deverá disponibilizar dados para criticidade, relativos a curva ABC, ponto de reposição e o consumo médio para cada item de material;

90



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.95. O sistema deverá controlar/gerenciar as entregas relativas às Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviço emitida, controlando o saldo e cancelamentos realizados;
- 1.96. O sistema deverá permitir o controle de transferências de cotas das Unidades Orçamentárias sem que seja alterada a quantidade da Ata de Registro de Preços;
- 1.97. O sistema deverá gravar os preços dos primeiros colocados para cada item no momento de geração da Ata de Registro de Preços no módulo de Banco de Preços identificando se o valor do banco de preços é um "PREÇO REGISTRADO" em Ata;
- 1.98. O sistema deverá permitir o cancelamento do item registrado na ata para o Fornecedor, bloqueando assim as futuras entregas desse item;
- 1.99. O sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, o sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 (quando a licitação for realizada regida pela Lei 14.133/21), não permitindo o registro de solicitações de execução após o término do prazo de vigência
- 1.100. O sistema deverá controlar na Solicitação de Entrega de Materiais ou Execução de Serviços pela Unidade Orçamentária Participante o saldo quantitativo para a Unidade, informando quando não possuir saldo na respectiva Ata de Registro de Preços;
- 1.101. O sistema deverá permitir a revisão de preços da Ata de Registro de Preços por motivos imprevisíveis ou incontornáveis pela Administração, sempre que o valor registrado denotar diferenças em relação ao preço de mercado (para cima ou para baixo);
- 1.102. O sistema deverá manter registro histórico, inclusive disponibilizar relatórios, das revisões dos preços registrados;
- 1.103. O sistema deverá permitir o remanejamento de cotas entre Unidades Orçamentárias Participantes da Ata de Registro de Preços e entre as Participantes e Unidades Orçamentárias que não haviam participado do certame, controlando os respectivos saldos resultantes do remanejamento;
- 1.104. O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;
- 1.105. O sistema deverá permitir a utilização nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade;
- 9) ESTOQUE / ALMOXARFADO**
- 1.106. O sistema deverá permitir registro da estrutura hierárquica dos almoxarifados com subordinação dos locais de armazenamento. Exemplo:
- 1.02.000 – Almoxarifado Totalizador de Saúde
1.02.001 – Almoxarifado Central de Saúde
1.02.002 – Almoxarifado Ambulatorial
- 1.107. O sistema deverá controlar as divisões físicas de localização de corretores / ruas, pellets e escaninhos para armazenamento de materiais;
- 1.108. O sistema deverá possibilitar a definição do responsável pelo almoxarifado, esse responsável deverá estar vinculado ao cadastro de usuários do sistema;
- 1.109. O sistema deverá bloquear as movimentações dos almoxarifados que estejam sem responsável vinculado;
- 1.110. O sistema deverá possibilitar o controle de acesso de usuários a almoxarifados, possibilitando que o usuário de sistema possa ter acesso a mais de um almoxarifado;
- 1.111. O sistema deverá permitir o controle de armazenamento de materiais perecíveis, registrando o Lote, Data de Fabricação e Vencimento e respectiva quantidades;

89



137

- 1.134. O sistema deverá permitir que a "Requisição de Material em Estoque" (RME) que não for atendida pelo setor de Almoxarifado possa ser alterada, desde que seu status não seja "CANCELADA" ou "APROVADA"; porém, deve haver permissões especiais para DESAPROVAR (RME)s marcadas como APROVADA, se necessário for;
- 1.135. Na saída de material do estoque para materiais perecíveis, o sistema deverá indicar sempre os lotes mais antigos, antes de se utilizar outro lote mais recente;
- 1.136. O sistema deverá fornecer a opção de aviso ou de bloqueio para itens requisitados para uma Unidade Administrativa que possua uma Requisição de Material em Estoque a ser atendida;
- 1.137. Quando do atendimento de RME, o sistema deverá emitir uma Nota de Entrega de Material, para o Requisitante e Almoxarifado. Quando se tratar de material perecível, deverão constar os lotes utilizados no atendimento da Requisição;
- 1.138. O sistema deverá manter histórico das quantidades solicitadas na requisição de Material em estoque, as quantidades fornecidas e os saldos não atendidos a fim de possibilitar análise sobre demanda reprimida;
- 1.139. O sistema deverá permitir o estorno de lançamentos de Notas Fiscais, validando se existe saldo físico e financeiro para realizar a operação de forma integrada ao módulo orçamentário / contábil, gerando um estorno de liquidação efetivada;
- 1.140. O sistema deverá permitir a criação de inventário, registrando a forma de geração do inventário (intervalo de catálogo, se foram selecionados somente itens com saldo ou itens que estejam sem preço médio), o usuário que criou o inventário, o responsável e a periodicidade do inventário;
- 1.141. O sistema deverá permitir a visualização do resumo do inventário, a emissão de Ficha de Contagem, a digitação das contagens, visualização e emissão de consistência do inventário (resultado apurado com a contagem), a efetivação dos ajustes de inventário e seu respectivo encerramento;
- 1.142. O sistema deverá permitir a digitação do valor de preço médio para materiais que são localizados no estoque durante o inventário e não existem em estoque, bem como, para aquelas materiais que estão sem valor pré-definido;
- 1.143. O sistema deverá possuir consulta ao resultado do inventário;
- 1.144. O sistema deverá permitir a emissão de etiquetas para fixação nas prateleiras;
- 1.145. Permitir a seleção do empenho a ser liquidado na entrada da nota fiscal;
- 1.146. Permitir o cálculo e fechamento mensal do balancete integrado ao módulo contábil;

h) CONTRATOS

- 1.147. Permitir o registro dos contratos informando número e ano do contrato, Fornecedor contratado, datas de início e término, data de publicação, data de assinatura, vigência (meses ou dias), objeto, veículo de publicação e valor;
- 1.148. Possibilitar a inclusão de Contratos formalizados a partir de um processo de Aquisição por Compra ou Licitação, carregando as seguintes informações de forma integrada: fornecedores, modalidade, número e ano da licitação ou dispensa, itens do contrato, informações dos empenhos, dados de publicação e órgão responsável;
- 1.149. Registrar a rescisão do contrato indicando motivo, data da rescisão, data de publicação, veículo de publicação e observação;
- 1.150. Registrar os dados de adiantamentos, equilíbrios econômicos financeiros, reajustes e revisões;
- 1.151. Registrar as paralisações do contrato alterando prazo final de vigência de acordo com os prazos de paralisações;
- 1.152. Registrar as medições da execução do contrato informando o percentual de conclusão a cada medição e relatório de execução do contrato;

91



- 1.153. Registrar as penalidades sofridas pelo contratado e as garantias exigidas;
- 1.154. O sistema deverá possuir relatórios gerenciais básicos para o gerenciamento do contrato – relatório geral de contratos a vencer, contratos anulados, contratos em prorrogação;
- 1.155. O sistema deverá possuir rotina que liste os contratos que estão a vencer, permitindo a definição pelo usuário, da quantidade de dias de antecedência que ele gostaria de ser avisado do vencimento dos contratos;
- 1.156. O sistema deverá possuir integração ao módulo de fornecedores, compras, materiais e serviços, estoque e patrimônio, facilitando o trâmite de informações sobre contratos;
- 1.157. Emitir ficha do contrato relacionando todos os dados registrados para o contrato;
- 1.158. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios referentes aos contratos vencidos e a vencer, a partir de filtros de pesquisa por fornecedor, número contrato, data vencimento e ainda faixa de datas, Ano etc.;
- 1.159. O sistema deverá emitir relatório que liste o contrato e suas respectivas liquidações e pagamentos em formato de extrato;
- 1.160. O sistema deverá permitir a exportação de uma lista de contratos em Excel;
- 1.161. O sistema deverá permitir o anexo de arquivos vinculados ao contrato;

i) PATRIMÔNIO

- 1.162. O sistema deverá controlar o cadastro de bens móveis, imóveis, intangíveis e acervos, oferecendo meios para o controle de numeração dos bens patrimoniais que forem cadastrados no sistema e mecanismos para localização por unidade orçamentária, tipo e código de material, número de patrimônio, classe, processo, tipo de documento, data de aquisição e incorporação;
- 1.163. Permitir o controle do ciclo de vida do ativo, desde sua aquisição integrada ao módulo de Aquisições, incorporação patrimonial, reavaliações, transferências, depreciações e baixa;
- 1.164. A incorporação de bens móveis deverá ser efetuada de maneira integrada às movimentações de entrada do almoxarifado, somente sendo incorporado quando da sua destinação ao uso, realizando automaticamente a saída do almoxarifado;
- 1.165. O sistema deverá controlar os bens de acordo com a classificação do Grupo de Bens Contábil e Classe Patrimonial, para todos os tipos de Bens, facilitando a contabilização de valores;
- 1.166. Quando se tratar de bens móveis, deverá conter no mínimo as informações: Unidade Administrativa Responsável pelo bem, descrição, código do item de material correspondente, número do tombamento atual e anterior, informações sobre a Aquisição, data de incorporação, estado de conservação, informações referentes a veículo (placa, renavam, chassi, ano de fabricação e modelo, número do empenho, se a vida útil é definida ou indefinida e nos casos de definida, qual o prazo, valores de aquisição e depreciações; o cálculo da depreciação deve ser automático de acordo com a classificação patrimonial, valores acumulados de depreciação e valor líquido e observações do bem;
- 1.167. O sistema deverá permitir controle de bens imóveis, incluindo Unidade Administrativa Responsável, Destinação, dados de endereço do imóvel, inscrição municipal, loteamento, dados de registro de cartório (matrícula, folha, livro), Lei/Decreto Municipal sobre incorporação medidas e área construída, proprietários anterior e atual, valor de aquisição, reavaliações e depreciação mensal e acumulada, assim como emitir relatórios listando o bem imóvel;
- 1.168. O sistema deverá permitir o controle de bens patrimoniais cedidos para utilização a órgãos da Administração Pública ou a cidadãos por intermédio de decisão judicial;
- 1.169. O sistema deverá permitir o registro de declaração de inservibilidade de bens para processo futuro de Leilão e Baixa, concluindo o Desfazimento de Bens;

92



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.170. O sistema deverá permitir controle de bens de terceiros cedidos em comodato por convênios, contratos administrativos ou cessão de uso disponibilizando campos para entrada de dados referentes ao processo;
- 1.171. Para o controle de bens de terceiros o sistema deverá disponibilizar os seguintes campos: Número de Registro, Proprietário do Bem, Estado de Conservação, Localização, Data de Entrega do Bem, Previsão de Devolução e Data Efetiva de Revolução e Descrição do Bem;
- 1.172. O sistema deverá permitir transferência e registro histórico da movimentação de bens entre Unidades Administrativas, registrando o estado de conservação no momento da transferência;
- 1.173. O sistema deverá controlar o histórico de manutenções ocorridas no patrimônio;
- 1.174. O sistema deverá permitir a entrada de dados de garantia, número de série de equipamentos, e deverá manter o controle sobre vencimento dos prazos de garantias do fabricante ou do mantenedor do bem oferecidas ao material ou manutenção;
- 1.175. O sistema deverá permitir a avaliação de bens registrando o prazo de vida útil, valor de mercado, valor apurado de reavaliação ou perda de valor recuperável;
- 1.176. O sistema deverá permitir controle de incorporações, quanto aos bens móveis, integrado ao módulo de Aquisições controlando a quantidade a ser incorporada de acordo com a Nota Fiscal ou documento correspondente;
- 1.177. O sistema deverá permitir controle de baixas patrimoniais com base nos bens declarados como inservíveis, disponibilizando campo para registro de laudo (motivo) comprovatório da baixa e processo administrativo associado;
- 1.178. Quando se tratar de baixa por alienação por venda, o sistema deverá registrar o valor de venda para apuração do "ganho" ou "perda" com a venda do bem;
- 1.179. O sistema deverá permitir o registro de inventário patrimonial de bens móveis, exportando dados para coletor;
- 1.180. O sistema deverá registrar as anomalias de localização de bens durante o inventário, isto é, bens localizados em determinado setor, mas pertencentes a outro para fins de futura regularização;
- 1.181. O sistema deverá permitir o controle de contrato de locação de bens patrimoniais imóveis a terceiros, com informações do locatário, formas de pagamento, periodicidade do pagamento, data de início e fim, valor global;
- 1.182. O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;
- 1.183. O sistema deverá registrar e emitir o Termo de Responsabilidade, individual ou setorial dos bens patrimoniais;
- 1.184. O sistema deverá emitir relatório para inventário (levantamento físico de bens) de bens por unidade administrativa com informações sobre a conservação do material inventariado e se o material está em uso ou ocioso, gerado em formato pdf e planilha compatível com Microsoft Excel;
- 1.185. O sistema deverá possuir rotina para inventário de bens (móveis, escavo, intangível e veículo) possibilitando informar a localização atual do bem e o estado de conservação;
- 1.186. O sistema deverá realizar as movimentações necessárias no patrimônio para ajustes dos bens (localização e estado de conservação) de acordo com o informado no inventário;
- 1.187. O sistema deverá bloquear a movimentação de patrimônio para a unidade gestora ou unidade orçamentária que estiver com o inventário patrimonial aberto a fim de garantir a confiabilidade nas informações do inventário;
- 1.188. O sistema deverá permitir a emissão de relatório demonstrando os bens inventariados: "Localizados e pertencentes ao setor", "Localizados mas pertencentes a outro setor", e "Não Localizados".

93

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.189. O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;
- 1.190. O sistema deverá efetuar o controle mensal financeiro do bem demonstrando o valor anterior do bem, o valor de baixa, reavaliação, depreciação, redução de valor recuperável, valor líquido de baixa e valor atual do bem, emitindo relatório da movimentação de bens;
- 1.191. O sistema deverá, a cada evento de lançamento de valores no controle patrimonial, possuir integração ao módulo orçamentário/contábil sobre os eventos contábeis a serem efetuados;
- 1.192. O sistema deverá emitir relatório, por período, mensal e anual, das manutenções preventivas e corretivas dos bens para auxiliar na gestão patrimonial;
- 1.193. O sistema deverá possuir filtros de busca e localização de cadastros de bens patrimoniais;
- 1.194. O sistema deverá permitir busca de bens patrimoniais por palavras inteiras ou parte de palavras;
- 1.195. O sistema deverá permitir o controle e registro de bens móveis aforados a terceiros;
- 1.196. O sistema deverá permitir emissão de relatórios de bens móveis por unidade orçamentária, por forma de aquisição, por código de material (quando se tratar de bens móveis), por faixa de valores de aquisição e por data de aquisição e incorporação;
- 1.197. O sistema deverá permitir a inclusão de fotos e arquivos de quaisquer formatos para os bens;
- 1.198. Permitir a emissão de relatório de itens baixados (por exemplo, por tipo de patrimônio, por tipo de baixa e por faixa de patrimônio);
- 1.199. O sistema deverá permitir a alteração do número de plaqueta do patrimônio;
- 1.200. Classificar o cálculo de depreciação, exaustão ou amortização de acordo com o Grupo e Classe de Bem Patrimonial;
- 1.201. Permitir o estorno de operações que envolvam os lançamentos e movimentações nos bens, quando cabível;
- 1.202. Permitir a reclassificação de bens de uma classe patrimonial para outra, realizando o movimento de incorporação e baixa financeira, integrado aos eventos contábeis;
- 1.203. Permitir o cálculo patrimonial para atualização dos bens;

j) PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 1.204. Permitir a geração dos arquivos XMLs em atendimento a AUDEPS fase IV para envio ao TCE-SP;
- 1.205. Possuir relatório de validação das informações que devem ser preenchidas no sistema para facilitar a identificação de inconsistências nos processos antes de enviá-los ao tribunal de contas do estado;

PREGÃO ELETRÔNICO

1. Funcionar integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações;
2. Possuir manual on-line
3. Permitir o licitante cadastrar-se na Plataforma.
4. Permitir o licitante inserir valores da proposta e anexar a proposta digitalizada.
5. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do modelo na inclusão das propostas.
6. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento da marca na inclusão das propostas.
7. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento da marca na inclusão das propostas.
8. Permitir o licitante inserir os documentos para a Habilitação através do sistema de pregão eletrônico.

94

9. Permitir o licitante efetuar lances de menor valor ou de valores intermediários na etapa de disputa e em tempo real.
10. Vedar a identificação dos licitantes na sessão até o fim da etapa de lances.
11. Permitir definir critério de disputa Aberto ou Fechado para o processo.
12. Possuir parametrização padronizada pelo sistema referente aos tempos adotados na sessão, permitindo alterações se necessário.
13. Possuir geração de chave de acesso na inclusão das Propostas para acesso e participação da sessão pelo Licitante.
14. Possuir menu detalhado e resumido para acompanhamento do Pregoeiro.
15. Permitir classificação e abertura de lances em lance sem limitação de lances abertos.
16. Permitir ao pregoeiro a reabertura do item após o encerramento da etapa de lances no Modo de disputa aberto, caso não houver prorrogação automática do lance.
17. Sinalizar, em tempo real, quais os lances que o licitante logado está vencendo.
18. Possuir chat para envio de mensagens entre o pregoeiro e licitantes.
19. Permitir envio de mensagem direcionada ao licitante selecionado.
20. Possuir cronometragem individual nos lances para acompanhamento do tempo em lance.
21. Possuir lances randômicos automáticos para o critério Aberto e Fechado com informação ao licitante de fechamento iminente do item.
22. Possuir prorrogações de lances automáticas conforme o critério adotado inicialmente.
23. Permitir que o pregoeiro tenha a opção de encerrar um ou mais lote para a fase de disputa.
24. Possuir configuração de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances.
25. Permitir a negociação com o licitante do melhor lance ofertado para o item.
26. Permitir julgamento de lances para itens com atendimento a LC 147/2014.
27. Permitir a verificação automática e concessão do benefício a LC 123/2006.
28. Possuir critérios de desempate por sorteio para os licitantes empatados.
29. Permitir aceitação do item.
30. Permitir Habilitação dos licitantes vencedores ou todos os licitantes.
31. Permitir Inabilitação dos licitantes, repassando o item automaticamente para o licitante que esteja apto e de melhor classificação na etapa de lances.
32. Permitir ao licitante a filtragem dos itens apenas em lance ou finalizados, para melhor visualização na etapa de lances.
33. Possuir tela para manifestação da intenção de recursos por parte dos licitantes.
34. Disponibilizar cronômetro para acompanhar prazo de intenção de recurso.
35. Possuir tela para Registro de recursos por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.
36. Possuir tela para Registro de contrarrazões por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.
37. Envio de e-mail com recursos e contrarrazões registrados para todos os licitantes participantes e pregoeiro, contendo os motivos e anexos enviados.
38. Permitir ao pregoeiro a análise dos documentos de habilitação inseridos, após o fim da etapa de lances.
39. Permitir a suspensão da sessão por questão Administrativa, Judicial ou Cautelar com informação do motivo e data e horário previsto para retorno.
40. Permitir o reinício da sessão em mesma etapa onde esta foi paralisada.
41. Disponibilizar funcionalidade que possibilite o acompanhamento dos Pregões Eletrônicos pelo público interessado.



42. Permitir a geração e disponibilização de ata para download na plataforma.
43. Permitir que o pregoeiro, execute a adjudicação do processo.
44. Permitir que o pregoeiro ou a autoridade competente, execute a homologação do processo.
45. Possuir integração com o módulo de Compras e Licitações de forma que os dados do pregão sejam retornados a origem sem a necessidade de redigitação das informações.

ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS

O Sistema de Administração de Frotas, em plataforma web e integrado aos demais sistemas e módulos, deverá oferecer os instrumentos necessários para administração de toda a frota de veículos, máquinas e equipamentos. Controlar os agendamentos para as viagens, motoristas, abastecimentos, manutenções e serviços.

1. Cadastros Básicos
 - 1.1 Cadastro de Seguradora
 - 1.1.1 Permitir o cadastro de seguradora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.
 - 1.2 Cadastro de Locadora de Veículos
 - 1.2.1 Permitir o cadastro da Locadora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.
 - 1.3 Cadastro de Locais e Pátios
 - 1.3.1 Permitir o cadastro da Locais e Pátios, informando a descrição, Endereço, Número de Vagas e Dados para Contato.
 - 1.4 Documentos do Veículo
 - 1.4.1 Permitir o cadastro de tipos de Documentos e Documentos associados aos veículos.
 - 1.5 Cadastros Auxiliares
 - 1.5.1 Tipo de Ocorrência
 - 1.5.2 Tipo de Despesa
 - 1.5.3 Tag Pedagógico
 - 1.6 Cadastro de Veículos
 - 1.6.1 Permitir o gerenciamento dos veículos que compõem a frota, informando o RENAVAM, Chassi, a placa, o ano, o modelo, o fabricante, a cor, o tipo do veículo, o tipo de combustível, a unidade orçamentária a que está vinculado, os dados da locadora caso seja terceirizado.
 - 1.6.2 Possuir integração parametrizável com o sistema de Patrimônio, possibilitando a importação de forma manual ou automática dos veículos no momento de sua incorporação no Patrimônio para o Módulo de Frotas.
 - 1.7 Aplicação de Infrações
 - 1.7.1 Permitir o controle das multas recebidas pela frota, informando o motorista infrator, o veículo multado, número da autuação, data e hora da infração, local, tipo, pontuação, descrição da infração, data do pagamento.
 - 1.8 Apólices de Seguro
 - 1.8.1 Permitir o controle das apólices dos seguros dos veículos, informando o número, data de validade, veículo, seguradora, valor segurado e valor da franquia.
 - 1.9 Cadastro de Documentos
 - 1.9.1 Permitir o cadastro e controle do DPVAT e do licenciamento dos veículos.
 - 1.10 Cadastro de Ocorrências
 - 1.10.1 Permitir informar a data, o motorista, o veículo, o tipo da ocorrência, o local e um resumo do ocorrido.
 - 1.11 Cadastro de Colaboradores e Motoristas



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.11.1. Permitir o cadastro de colaboradores, contendo no mínimo: matrícula, nome, CPF, cargo ou função, e-mail, endereço e telefone.
- 1.11.2. Quando o colaborador for motorista permitir também informar Número da carteira, categoria, data de emissão e data de vencimentos.
- 1.12. Controle de Reserva
- 1.12.1. Permitir controlar a reserva de veículos informando o veículo, condutor, a finalidade (manutenção, serviço ou viagem), data de início e data término.
- 1.12.2. As reservas deverão ser exibidas em calendário a fim de facilitar a consulta e novos cadastros.
- 1.13. Cadastro de Viagem
- 1.13.1. Permitir cadastrar viagens, contendo no mínimo as informações: Situação, passageiros, origem, destino, assunto, data da saída e data do retorno.
- 1.13.2. Deverá permitir associar um ou mais veículos e os motoristas de casa veículo.
- 1.14. Locais de Abastecimento
- 1.14.1. Permitir o cadastro de locais contendo as informações: nome, uso interno ou externo, endereço e contato.
- 1.14.2. Para os casos de abastecimento interno permitir cadastrar as informações da bomba: descrição, fabricante, modelo, tipo do medidor e combustíveis associados a bomba.
2. Módulo Abastecimento
- 2.1. Gerenciar os abastecimentos realizados, informando o motorista, veículo, data do abastecimento, combustível, km anterior e km atual, valor do litro, quantidade, com cálculo automático do total.
- 2.2. Possuir integração com módulo de compras permitindo associar a autorização de fornecimento associada ao abastecimento e o empentimento utilizado.
- 2.3. Possuir controle de aprovação e liberação do abastecimento.
- 2.4. Possuir integração com módulo de almoxarifado, gerando requisição de material em estoque no ato do abastecimento quando for aprovado ou concluído.
3. Módulo Manutenção
- 3.1. Permitir o controle de solicitações de serviço da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários serviços.
- 3.2. Permitir o controle de solicitações de material para manutenção da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários materiais.
- 3.3. Utilizar o mesmo cadastro de materiais do módulo de compras e almoxarifado.
- 3.4. Possuir controle de aprovação das manutenções.
4. Relatórios
- 4.1. Ficha do Veículo
- 4.2. Relação de Condutores
- 4.3. Solicitação de Abastecimento com demonstrativo dos últimos 3 abastecimentos.
5. Administrativo
- 5.1. Perfil de Acesso
- 5.1.1. Permitir a criação de perfil de acesso para os usuários, possibilitando definir a quais rotinas/funionalidades cada usuário terá acesso dentro do sistema. Em seu cadastro é informado um nome para cada perfil, assim como realizada a vinculação das funcionalidades que farão parte deste.
- 5.1.2. Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o perfil.
- 5.2. Grupo de Acesso
- 5.2.1. Permitir a criação de grupos de acesso para os usuários, informando um nome para o grupo e vinculando a este os perfis de acesso desejados. Possibilitando a criação de um controle que reuna vários

97



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

perfis de acesso já existentes, estabelecendo uma forma de permissão mais ampla e definida, destinada a grupos de usuários que tenham acesso às mesmas determinadas rotinas.

5.2.2. Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o grupo.

ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS

O sistema deve ser desenvolvido com o objetivo de controlar todas as informações referentes a falecimento e outros fatos ocorridos nesta área pública, com o intuito de fornecer relatórios gerenciais e estatísticos além de propiciar a seus operadores uma fácil visualização e consulta a dados atuais e históricos, mantendo a integridade de tais dados.

1 - Cadastros Básicos:

- 1.1 - Cadastro de Cemitérios:
Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, descrição e dados de endereçamento postal (CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF). Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
- 1.2 - Cadastro de Graus de Parentesco:
Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição. Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
- 1.3 - Cadastro de Causa Mortis:
Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição. Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
- 1.4 - Cadastro de Características Físicas
Fornecer cadastros independentes de Cor dos Olhos, Cúfios, Cabelo, Cicatriz, Tipo Sanguíneo, Naturalidade, mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição para cada cadastro. Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
- 1.5 - Cadastro de Funerárias
Fornecer cadastros independentes de Funerárias mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone. Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
- 1.6 - Cadastro de Entidades Hospitalares
Fornecer cadastros independentes de entidades hospitalares mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone. Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
- 1.7 - Cadastro de Pessoas
Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, Nome, Tipo de Pessoa, número do CPF/CNPJ, dados de endereçamento postal CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF, número do logradouro, complemento do endereço. Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.
- 1.8 - Cadastro de Endereçamento

98



136

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Fornecer cadastros Logradouro, Bairros, Cidades e UF, mantendo informações em forma de registro, Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

2 – Pesquisas

2.1 – Requisitos Básicos

Todas os cadastros devem possibilitar as pesquisas em forma de registros, filtrando os conteúdos desejados de acordo com a necessidade, permitindo, inclusive, mesclar vários filtros em uma única consulta;

Possibilitar a escolha dos registros que ordenarão a listagem.

Possibilitar a seleção das colunas para impressão da pesquisa em relatório e exportar o conteúdo da pesquisa para arquivo em formato texto, PDF e EXCEL (.xls).

3 – ROTINAS DIÁRIAS

3.1 – Cadastro de Concessões:

Mantém informações em forma de registros com:

- Número da Sepultura;
- Número da Quadra;
- Descritivo da Construção;
- Ano e Número do processo administrativo que gerou a concessão;
- Data da Concessão;
- Cemitério buscando dados no cadastro de cemitérios;
- Tipo de Concessão (Perpétua ou Temporária);
- Período de Concessão no caso de concessão temporária e valor da concessão;

Possibilitar o cadastramento de vários autorizados em forma de registro, vinculados a uma determinada concessão, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e grau de parentesco do cadastro de grau de parentesco.

Possibilitar adicionar arquivos digitalizados ou imagens ao registro da concessão.

3.2 – Cadastro de Falecido

Mantém informações em forma de registros com:

- Concessão Buscando do cadastro de concessões trazendo (Nº de Sepultura e Nº da Quadra), Carneira, Concessionária e Autorizado filtrando de acordo com a concessão;
- Dados do falecido buscando do cadastro de pessoas;
- Data de Nascimento;
- Data de Sepultamento;
- Data de Falecimento;
- Cartório;
- Data do Atestado de Óbito;

97



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- Idade;
- Declarante buscando do cadastro de pessoas;
- Causa Mortis possibilitando o registro de mais de uma quando houver;
- Nome e CRM do médico que concebeu o atestado;
- Observações do Óbito;
- Sexo;
- Estado Civil;
- Natimorto (Sim/Não);
- Tempo de gestação de natimorto;
- Membro;
- Filiação (Nome do Pai e da Mãe);
- Cúlis;
- Cor dos Olhos;
- Cabelos;
- Funerária;
- Região Procedente;
- Círculo;
- Nacionalidade;
- Nacionalidade;
- Raça;
- Profissão;
- Entidade que prestou assistência hospitalar.

Possibilitar o cadastramento de vários parentes em forma de registro, vinculados a um determinado falecido, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e o grau de parentesco do cadastro de Grau de Parentesco;

Possibilitar vincular arquivos digitalizados ou imagens ao registro do falecido.

3.3 – Movimentação de Falecido

Possibilitar registrar as movimentações ocorridas com os registros de falecidos no cemitério, desde a sua inclusão até a retirada definitiva para ossário ou transladação para outro cemitério.

Permitir consultar todas as movimentações ocorridas com o falecido.

3.4 – Ordem de Serviço

Possibilitar manter em forma de registro com:

- Número sequencial gerado por sistema;
- Ano;
- Status que pode ser: Aguardando Execução, Em Execução, Concluído ou Cancelado;
- Data abertura;
- Data previsão de execução;
- Observação;
- Responsável pela execução que pode ser um funcionário ou um terceiro;

100



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- Cemitério;
- Identificação da concessão;
- Data de conclusão;
- Prioridade que pode ser Baixa, Normal, Alta ou Urgente;
- Identificação do falecido
- Pessoa que solicitou.

Permitir que sejam incluídos itens de serviço na Ordem de Serviço com a identificação do serviço, quantidade e valor unitário;

Possibilitar o apontamento de materiais utilizados na execução da ordem de serviço com a descrição do material, quantidade e observação.

Emitir a Ordem de Serviço com os dados:

- Número e ano;
- Data e hora de abertura
- Previsão de atendimento;
- Responsável;
- Cemitério;
- Status;
- Solicitante;
- Falecido;
- Concessão;
- Itens de serviço.

4 – Relatórios

4.1 – Falecidos por Causa Mortis

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por período de falecimento e causa mortis. Possibilitar a visualização nos modelos Sintético e Analítico. O modelo Sintético deve agrupar os falecidos por Causa Mortis e totalizar por mês de Janeiro a Dezembro, inclusive possibilitar a opção de visualização por gráficos. No modelo Analítico, possibilitar visualizar os Falecidos por Causa Mortis e demais informações pertinentes ao falecido.

4.2 – Falecidos por Quadra

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por quadra inicial e quadra final, apresentando quebra por quadra. Possibilitar selecionar cemitério e o período de falecimento.

4.3 – Concessionário e Autorizados por Concessão

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por concessão, apresentando quebra por concessão contendo o Nº e Ano do processo administrativo, Quadra e Sepultura.

4.4 – Falecidos para exumação

Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, período de vencimento e permanência, apresentando os falecidos, localização, sepultura e data de vencimento da mesma.

(1)



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

4.5 – Falecidos por período
Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, mês e ano de sepultamento, apresentando os dados do falecido e do óbito, com as Causas Mortis.

4.6 – Movimento de falecidos no período
Possibilitar filtrar registros dos movimentos dos falecidos em um determinado período e por tipo de movimentação realizada.

4.7 – Relatórios de Inumações por:

- Atividade Profissional;
- Naturalidade;
- Entidade de Assistência Hospitalar;
- Região de Procedência;
- Empresa Funerária;
- Concessão;
- Período de Sepultamento;
- Idade e Sexo;
- Estado Civil e Sexo;
- Localização;
- Causa Mortis

Possibilitar a emissão de forma resumida ou registro a registro.

Possibilitar filtrar os registros por determinado período de sepultamento.

Possibilitar filtrar os registros de um cemitério ou de todos.

Para as emissões resumidas permitir selecionar impressão de um gráfico.

5 – Formulários

5.1 – Guia de Sepultamento

Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Hora do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento e as assinaturas do Concessionário/Autorizado e do Declarante contendo seus respectivos nomes.

5.2 – Ficha do Falecido

Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento, Nome do Concessionário/Autorizado e do Declarante.

6 – Administrativo

(12)



137

6.1 – Usuários

Possuir um cadastro de usuários do sistema que devem ter uma identificação e senhas individuais para entrar no sistema, e cada usuário deve ter as seguintes permissões, no mínimo:

- Cemitérios – Incluir, Alterar, Excluir;
- Pessoas – Incluir, Alterar, Excluir;
- Concessão – Incluir, Alterar, Excluir;
- Falecido – Incluir, Alterar, Excluir, Alterar Concessão, Movimentar;
- Usuários – Incluir, Alterar;
- Cadastros Básicos – Incluir, Alterar, Excluir;
- Ordem de Serviço – Incluir, Alterar, Excluir;
- Guia de Pagamento – Visualiza, Registra, Parcelamento, Informa data de vencimento, Libera para execução, Reimprimir.

Permitir que em caso de perda de senha pelo usuário, o administrador possa reinitializar a senha para que o usuário informe nova senha.

Possibilitar que o usuário possa tocar a senha sempre que achar necessário, informando a senha atual e a nova senha.

6.2 – Auditorie

Possibilitar o rastreamento de alterações efetuadas pelos usuários no sistema, com tela para consulta e/ou impressão dos dados.

Tabela do sistema.

Coluna da tabela.

Alteração do registro alterado

Usuário que alterou.

Data e hora da alteração;

Valor antes da alteração;

Valor depois da alteração.

7 – Integração

Permitir a integração com o sistema de gestão tributária através da emissão de guias para pagamentos de taxas pertencentes aos serviços prestados pela administração do comitê. O sistema deve possibilitar o controle das guias pagas, autorizando a execução se a guia for baixada ou permitir que o usuário que tiver permissão possa autorizar manualmente a execução.

Os dados do solicitante devem ser incluídos automaticamente quando não forem encontrados nos cadastros do sistema de gestão tributária, para possibilitar a emissão da guia.

Permitir a reimpressão da guia para pagamento das taxas.

8 – Operacional

103



8.1 – Requisito Imprescindível

Todas as funcionalidades citadas devem estar disponíveis na plataforma web e acessadas via internet pelos browsers (Internet Explorer / Mozilla Firefox);
Todos os relatórios devem ser gerados no formato PDF – Portable Document Format.

PORTAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Objetivo: O Portal de Transparência deverá garantir a toda população o acesso às informações inerentes à administração municipal, de forma fácil e ágil, conforme disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao que se refere à Lei de Acesso à Informação. Portal de Transparência e Acesso à Informação

1. O Portal de Transparência deverá ser um sistema Web e permitir a busca de informações de sistemas pertencentes à empresa e/ou terceiros, se assim for necessário, excluindo a leitura direta dos sistemas integrados, que serão disponibilizados.

2. O Portal deverá possuir integração com os módulos de Contabilidade, Licitações e Contratos, RH e Folha de Pagamento para fornecimento de informações;

3. O Portal deverá possuir ambiente de configuração de forma fácil e ágil, separando as funcionalidades para organização das tarefas;

4. Permitir cadastro de estrutura organizacional, que deverá conter:

4.1. A criação de unidades, permitindo editar, Ativar/Desativar e excluir;

4.2. Possibilitar a criação de níveis e subníveis, dentro da estrutura organizacional;

4.3. Permitir a movimentação de cubrilos dentro do organograma;

4.4. Possibilitar incluir nomenclatura de responsável pela unidade, permitindo também a opção de incluir foto do mesmo;

4.5. Possibilitar criação de texto informativo com atribuições de cada unidade;

4.6. Possibilitar a inclusão de responsáveis em cada unidade, permitindo a inserção de foto do mesmo;

4.7. Possibilitar a inclusão de endereço, telefones e horários de atendimento ao público;

4.8. Possibilitar anexação de arquivos, como fotografias e legislação do órgão;

4.9. Permitir a inclusão de departamentos ou secretarias, com link para direcionamento a uma determinada página web;

4.10. Possuir integração com google maps, permitindo o cidadão na localização do endereço da unidade;

5. Possuir glossário com termos e suas definições, que deverão ser exibidos em ordem alfabética para fácil localização visual.

6. Possibilitar que o usuário cadastrado, tenha permissão de incluir, excluir, alterar, ativar e desativar, termos cadastrados no glossário;

7. Possibilitar cadastro de perguntas frequentes feitas pelo cidadão e suas respostas. O sistema deverá permitir que as perguntas criadas possam ser ativadas e desativadas, a qualquer momento, mantendo o histórico das perguntas cadastradas anteriormente;

8. Possuir no portal, funcionalidade de acessibilidade de conteúdo, através do tradutor de libras, alto contraste e redimensionamento de fonte;

9. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam alterar configurações gerais, que deverão refletir automaticamente, tais como:

9.1. Título de exibição no portal;

9.2. Cores dos menus;

9.3. Tabelas e rodapé;

104



136

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 9.4. Cores das fontes dos títulos;
- 9.5. Imagem de fundo de tela;
- 9.6. Imagem de fundo da home;
- 9.7. Banner e brasão;
10. Possuir no acesso ao portal gráficos indicadores para melhor análise do cidadão, para que possa assim visualizar:
- 10.1. Indicador do tipo Coluna;
- 10.2. Indicador do tipo Pizza;
- 10.3. Indicador do tipo Barra;
- 10.4. Indicador do tipo Donuts;
11. Permitir que os usuários do sistema possam configurar:
- 11.1 Indicadores gráficos;
- 11.2 Informações de exibição;
- 11.3 Possibilitar ordenação dessas informações no acesso ao portal;
12. Possuir indicadores gráficos que deverão possibilitar ao cidadão, o direcionamento a fonte das informações;
13. Disponibilizar de forma detalhada, o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
14. Disponibilizar de forma detalhada, registros contendo informações de remunerações dos servidores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
15. Disponibilizar de forma detalhada, as informações inerentes aos servidores públicos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
16. Disponibilizar informações e procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, bem como todos os contratos celebrados, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
17. Disponibilizar informações de receitas, previsão, arrecadação e lançamentos, classificação orçamentária, com a especificação da natureza e a fonte de recursos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
18. Disponibilizar de forma detalhada, as informações de despesas, contendo dados referentes ao empenho, liquidação, pagamento, classificação orçamentária e beneficiário, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
19. Disponibilizar registro de contratos com convênio contendo informações de início de contratação, data de término e valores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
20. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
21. Disponibilização de relatórios de orçamento PPA, LDO e LOA;
22. Possibilitar a exportação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, atendendo no mínimo os formatos: PDF, XLS, TXT e CSV;
23. Exibir informações em formato de lista, tendo como alternativa, ajuste de visualização através de filtros por periodicidades, sendo eles:
 - 23.1. Periodicidade Mensal, Bimestral, Trimestral, Quadrimestral, Semestral e Anual;
 - 23.2. Filtro: Periodicidade em conjunto com o mês, com opção de Janeiro a Dezembro;
 - 23.3. Permitir filtrar por exercícios dos últimos 5 anos;
24. Permitir o cadastro de detalhamento das informações do portal, permitir também a alteração das suas cores, com possibilidade de alteração em:
 - 24.1. Cores da fonte do título;

105



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 24.2. Cores de fundo do título;
- 24.3. Cores das fontes dos grupos;
- 24.4. Cores do total;
- 24.5. Cores da fonte do total;
- 24.6. Cores do fundo total;
25. Possuir sumário com ferramentas de enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que foram cadastradas, permitir ao cidadão;
26. Possuir integração com o sistema e-SIC, Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;
27. Exibir os pedidos de informações registrados no e-SIC:
- 27.1. Quantidade de pedidos do e-SIC;
- 27.2. Quantidade de atendimentos respondidos;
- 27.3. Prazo médio de resposta;
28. Aos pedidos de recursos registrados via SIC, permitir visualizar:
 - 28.1. Quantidade de recursos atendidos, se houver;
 - 28.2. Quantidade de pedidos de recursos respondidos, se houver, respondidos;
29. Com relação às reclamações registradas, permitir visualizar:
 - 29.1. Quantidade de reclamações atendidas;
 - 29.2. Quantidade de reclamações respondidas;
30. Possuir funcionalidade que direcione o cidadão a acessar o e-SIC;
31. Possibilitar na página introdutória, informações referentes ao e-SIC, a exibição gráfica de indicadores, para melhor análise do cidadão, possibilitar visualizar como:
 - 31.1. Indicador do tipo Coluna;
 - 31.2. Indicador do tipo Pizza;
 - 31.3. Indicador do tipo Barra;
32. Permitir por usuários gerenciais, a configuração das informações gráficas, como:
 - 32.1. Exibição do tipo Mensal;
 - 32.2. Exibição do tipo Bimestral;
 - 32.3. Exibição do tipo Semestral;
 - 32.4. Exibição do tipo Anual;
33. Disponibilizar no acesso as informações no portal, a data da última atualização dos dados no portal, contendo no mínimo: configuração das informações gráficas, como:
 - 33.1. Data da última atualização;
 - 33.2. Mês da última atualização;
 - 33.3. Ano da última atualização;
 - 33.4. Horário da última atualização;
34. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam, alterar o nome das colunas no portal;
35. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam habilitar e desabilitar, colunas já existentes, facilitando assim a administração dos dados pelos gestores;
36. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados aos registros de contratos;
37. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados às Licitações;
38. Permitir por usuários gerenciais, a criação de tipos de usuários, sendo no mínimo:
 - 38.1. Usuário do tipo padrão;
 - 38.2. Usuário do tipo integrador;

106



1399

- 39.3. Usuário do tipo integrador.
39. Possuir recurso de orientação sobre qual diretrizes necessárias para criação de senha, para acesso a área gerencial;
40. Permitir que usuários gerenciais com permissão, possam bloquear e liberar o acesso ao sistema para outros usuários;
41. O Portal deverá estar disponibilizado em nuvem, para assim diminuir riscos de instabilidade e praticidade na necessidade de manutenção;
42. Possibilitar que as visões de módulos diferentes, possam ser conectadas;
43. Possuir ferramenta que possibilite a extração periódica dos dados, para armazenamento em repositório de nuvem;
44. A ferramenta de extração de dados deverá possibilitar aos usuários devidamente cadastrados, o agendamento do período que a extração acontecerá

SISTEMA WEB DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES (BUSINESS INTELLIGENCE)

1. A solução proposta deverá exibir dashboards utilizando a plataforma WEB;
2. A solução deverá permitir atribuir permissões de visualização dos gráficos, para os usuários cadastrados.
3. Permitir que os gráficos para análises gerenciais possam ser visualizados pela internet através dos seguintes navegadores: Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome;
4. Permitir acesso a fontes de dados locais e fontes de dados online (Nuvem);
5. Permitir que os gráficos sejam obtidos através de informações originadas na base de dados utilizada em produção pelo órgão público;
6. A solução deve permitir análises que envolvam diferentes visualizações (tabelas, gráficos de barra, gráficos de dispersão, gráficos de setores, listas, matrizes);
7. As formas de visualizações gráficas deverão estar interligadas, ou seja, uma ação em uma forma de visualização deverá refletir nas demais;
8. A solução deve permitir efetuar cálculos durante a análise, criando indicadores temporários que não estão presentes da estrutura de dados;
9. A solução deve possuir funcionalidade que permita análise gráfica dos indicadores com base em comparação de resultados entre períodos correntes com os períodos anteriores;
10. A solução deve possuir função para geração de relatórios e análises que cruzem uma ou mais dimensões em linhas e colunas;
11. A solução deve possuir ambiente de portal, onde o acesso de qualquer usuário utilize a mesma interface, possibilitando a customização desta interface única;
12. A solução deve possibilitar a navegação e detalhamento das informações através de opções de "Drill". O recurso de detalhamento deverá possibilitar a navegação entre as informações no mesmo recurso visual (gráfico);
13. O processo e mecanismo de extração, transformação e carga das informações deverão ser planejados pela empresa contratada;
14. No caso de armazenamento das informações em nuvem, a empresa contratada deverá estabelecer planejamento e mecanismo de carga de informação. Caberá à empresa contratante fornecer requisitos para execução do planejamento de carga das informações;
15. A solução proposta deverá ser compatível com a modelagem multidimensional de dados;
16. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça o detalhamento de licitações efetuado pelo órgão. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.

107



17. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações de licitações e fornecedores. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
18. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
19. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da receita. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
20. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao demonstrativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
21. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada liquidada e paga. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
22. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
23. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa fixada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
24. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita arrecadada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
25. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
26. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e receita arrecadada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
27. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo horas extras por cargo. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
28. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo com horas extras por secretaria. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
29. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de quantidade de funcionários. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
30. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a evolução do custo com folha de pagamento. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
31. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento (Bruto, líquido e descontos). Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.

108



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

32. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores, data de pagamento, por verba. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.

SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS

Objetivo: Controlar as informações, sobre as solicitações dos cidadãos à administração e permitir a geração de ordens de serviço para o controle operacional dos serviços executados através da internet. Ofereça segurança, facilidade, agilidade e qualidade no atendimento tanto externo quanto interno através dos módulos: SAC (Serviços de Atendimento ao Cidadão), Ouvidoria, Protocolo, Gestão de Atividades e Portal do Cidadão. Os módulos WEB permitem a integração de todos os servidores do município através de um único sistema, mesmo que os setores estejam separados geograficamente. Além disso, facilita os acessos dos municípios de qualquer lugar que desejarem, permitindo assim, facilidades de comunicação e um melhor atendimento à população.

1. OUVIDORIA

- 1.1. Possibilitar o registro através da internet de sugestões e reclamações, denúncias e elogios relativos a serviços públicos e controlar o andamento das demandas e efetuando os registros necessários ao sistema;
- 1.2. Permitir que o requerente possa fazer com seus dados em sigilo quando desejar;
- 1.3. Permitir registro do custo das providências adotadas;
- 1.4. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;
- 1.5. Permitir consulta a uma determinada ouvidoria, fornecendo informações sobre o seu andamento e em que órgão se encontra;
- 1.6. Possuir controle dos prazos de conclusão das ouvidorias recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;
- 1.7. Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;
- 1.8. Ao cadastrar uma ouvidoria possibilitar informar o local da ocorrência;
- 1.9. Possibilitar para ouvidoria sigilosa que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do requerente;
- 1.10. Possibilitar informar o beneficiário da ouvidoria;
- 1.11. Possibilitar a classificação da ouvidoria como, no mínimo:
 - Pedido de informação;
 - Pedido de serviço;
 - Reclamação;
 - Denúncia;
 - Sugestão;
 - Elogio.
- 1.12. Possibilitar ao cidadão consultar as ouvidorias na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;

109



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.13. Possibilitar, após o término do cadastro a distribuição automática da solicitação ao órgão ou ouvidor responsável;
- 1.14. Permitir o cadastramento de um usuário do sistema como ouvidor e possibilitar o vínculo de órgãos sob sua responsabilidade;
- 1.15. Permitir atribuir aos assuntos a condição de sigiloso;
- 1.16. Possuir funcionalidade para proporcionar ao ouvidor gerenciar o andamento das demandas das modalidades processo, solicitação e ouvidoria;
- 1.17. Emitir relatórios para gerenciamento pelo ouvidor;
- 1.18. Possibilitar atribuir no cadastro de assuntos a obrigatoriedade do local ou endereço de inspeção. Ouvidorias pertencentes a estas assuntos não poderão ser cadastradas caso não seja informado o endereço ou local de inspeção;
- 1.19. Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar o registro de ouvidorias;
- 1.20. Possibilitar o registro de observações relativas a ouvidoria por usuário, permitindo que um usuário apenas visualize as observações registradas pelos demais usuários do sistema;
- 1.21. Possibilitar classificar a prioridade da ouvidoria como, no mínimo:
 - Urgente;
 - Alta;
 - Normal;
- 1.22. Permitir que ouvidorias classificadas com prioridades alta ou urgente sejam tramitadas inicialmente para o ouvidor e não para o órgão responsável pelo assunto;
- 1.23. Possibilitar anexar arquivos digitais no momento da abertura de uma ouvidoria;
- 1.24. Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 1.25. Permitir ao ouvidor atribuir status de sigilo à ouvidoria mesmo quando o assunto solicitado não exigir;
- 1.26. Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;
- 1.27. Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar:
 - Tramitação;
 - Encerramento;
 - Envio de resposta;
 - Reativação;
- 1.28. Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às ouvidorias aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 1.29. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a ouvidoria;
- 1.30. Permitir a anexação de, no mínimo, uma imagem para cada providência registrada;
- 1.31. Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da ouvidoria;
- 1.32. Possibilitar escolher se as respostas serão enviadas aos requerentes diretamente pelo órgão responsável pelo encerramento ou somente pelo ouvidor;
- 1.33. Permitir alterar o sigilo do requerente nas ouvidorias;
- 1.34. Permitir a reativação de ouvidorias, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a ouvidoria para qualquer órgão executar uma nova análise;
- 1.35. Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes aquela ouvidoria.

110



140

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.36. Disponibilizar a visualização das providências registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.
- 1.37. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das providências registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

2. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- 2.1. Registrar reclamações, sugestões do munícipe e encaminhá-la via sistema para o órgão responsável;
- 2.2. Possuir controle dos prazos de conclusão das solicitações recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;
- 2.3. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;
- 2.4. Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;
- 2.5. Permitir a reativação de solicitações, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a solicitação para qualquer órgão executar uma nova análise;
- 2.6. Possibilitar a consulta das solicitações por, no mínimo:
- Requerente;
 - Beneficiário;
 - Data de registro;
 - Assuntos;
 - Complemento do assunto;
 - Número e ano;
 - Órgão atual;
 - Endereço de inspeção.
- 2.7. Permitir ao atendimento consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento;
- 2.8. Possibilitar a distribuição automática ao órgão responsável pelo assunto;
- 2.9. Permitir a emissão de relatório gerencial;
- 2.10. Emitir relatório por órgão dos assuntos solicitados, tempo total de permanência e a quantidade de dias em atraso;
- 2.11. Possibilitar ao cidadão consultar as solicitações na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;
- 2.12. Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual e custo de execução a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;
- 2.13. Possibilitar informar o beneficiário da solicitação;
- 2.14. Possibilitar encaminhar as solicitações aos cidadãos de outrem (usuário) e assegurar que somente o destinatário possa dar andamento à solicitação;
- 2.15. Possibilitar registrar mais informações sobre o assunto para auxílio durante o atendimento ao cidadão;
- 2.16. Possibilitar a reimpressão da carta e/ou reenvio de e-mail da resposta ao requerente;
- 2.17. Possibilitar a consulta às providências registradas para as solicitações;

111



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.18. Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 2.19. Emitir relatório de solicitações tramitadas contendo, no mínimo, órgão, período e assunto;
- 2.20. Possibilitar que o agente de atendimento possa definir a prioridade da solicitação;
- 2.21. Possibilitar atribuir aos usuários direitos de tramitação de solicitações em mais de um órgão;
- 2.22. Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de uma solicitação em aberto, podendo bloquear a tramitação da solicitação até a conclusão da ordem de serviço gerada;
- 2.23. Possibilitar a consulta ao histórico de trâmites das solicitações entre os órgãos;
- 2.24. Emitir relatório do total geral de tempo de permanência e trânsito a partir da data de abertura e o prazo estimado para término;
- 2.25. Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;
- 2.26. Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às solicitações com requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 2.27. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a solicitação;
- 2.28. Permitir a anexação de arquivos digitais à solicitação na abertura ou em qualquer momento, desde que a solicitação esteja em aberto;
- 2.29. Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da solicitação;
- 2.30. Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela demanda;
- 2.31. Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro;
- 2.32. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das demandas registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

3. PROTOCOLO

- 3.1. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;
- 3.2. Permitir a abertura de processos registrando os dados do requerente, assunto, possíveis documentos e local de atendimento. Permitir ainda que tal registro seja efetuado em forma de passes, que proporcionem maior praticidade no atendimento ao cidadão;
- 3.4. Emitir comprovante de protocolização para o interessado no momento da inclusão do processo com, no mínimo, as seguintes informações:
- Número do Processo;
 - Data de Abertura;
 - Requerente;
 - Assunto;
 - Órgão responsável pelo Assunto;
 - Código para acesso à consulta via internet.
- 3.5. Emitir etiquetas de protocolo contendo, no mínimo:
- Número do Processo;

112



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- Data de Abertura;
 - Requerente;
 - Assunto
- 3.6. Permitir o acompanhamento da tramitação do processo e a situação que se encontra, mantendo histórico dos trâmites e providências/despachos adotados;
- 3.7. Possuir rotina de confirmação de recebimento dos processos em trânsito. Permitir o recebimento somente por usuários com acesso ao órgão;
- 3.8. Emitir relatório de processos pendentes de confirmação de recebimento;
- 3.9. Possibilitar a representação em modo gráfico dos processos por assunto para acompanhamento dos níveis de solicitação;
- 3.10. Possibilitar o apensamento/anexação de processos gerando documento comprobatório com, no mínimo, as informações:
- Órgão onde foi realizado o apensamento;
 - Data/Hora do apensamento;
 - Processos apensados;
 - Processo principal;
 - Usuário que apensou;
 - Órgão de lotação do usuário;
 - Local para assinatura.
- 3.11. Possibilitar o cadastramento de locais de arquivamento com informações que facilite a localização física dos processos. Permitir informar, no mínimo:
- Órgão;
 - Descrição do local;
 - Responsável;
 - Tempo de arquivamento;
- 3.12. Permitir consultar os processos que excederam a temporalidade prevista para o local;
- 3.13. Emitir relatório informando os desvios entre estimativas de prazo de conclusão e tempo de permanência;
- 3.14. Possibilitar a exportação dos dados de processos para planilha, permitindo selecionar as colunas desejadas para a composição da planilha;
- 3.15. Possuir rotina para registrar o empréstimo e a devolução do processo e manter o histórico das operações;
- 3.16. Na protocolização, verificar se o requerente possui processos abertos com o mesmo assunto, exibindo para o atendente, em caso afirmativo, a lista dos processos existentes;
- 3.17. Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento, bem como os documentos necessários para o andamento do processo;
- 3.18. Possibilitar configurar a obrigatoriedade da providência ao tramitar o processo. Permitir, contudo, configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 3.19. Possuir rotina de configuração para definir se os processos com apêndices/anexos podem ser tramitados ao arquivo morto ou devem ser desanexados antes da operação;
- 3.20. Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual, custo de execução e usuário responsável pela providência a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;
- 3.21. Possibilitar a abertura de novos volumes para o Processo. Permitir informar, no mínimo, o solicitante e o usuário responsável pela abertura, imprimindo o termo de encerramento e abertura de volume;
- 3.22. Permitir que os volumes gerados possam ser empastados entre os órgãos da administração;

113



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 3.23. Possuir rotina para incorporação de processos. Permitir configurar se os processos incorporados devem tramitar junto ao principal;
- 3.24. Possibilitar a conclusão dos processos em qualquer órgão, havendo a possibilidade de tramitá-los para o arquivo morto sem a necessidade de reativação;
- 3.25. Possibilitar o cancelamento de trâmites de processos que foram remetidos, porém ainda não foi confirmado o recebimento;
- 3.26. Possibilitar que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do processo sigiloso;
- 3.27. Possibilitar cadastrar no catálogo de assuntos qual a relação de documentos exigidos para o andamento do processo;
- 3.28. Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de um processo em aberto, podendo bloquear a tramitação do processo até a conclusão da ordem de serviço gerada;
- 3.29. Possibilitar registrar avisos de pendências dos processos aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 3.30. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para o processo;
- 3.31. Possibilitar o acompanhamento das fases de execução da ordem de serviço geradas para o processo;
- 3.32. Possibilitar consulta detalhada dos dados do processo, possibilitando a impressão dos dados conforme a necessidade do usuário;
- 3.33. Permitir registrar a localização física de boletins de pagamento dos processos de compra;
- 3.34. Possibilitar anexar arquivos digitais em diversos formatos ao processo;
- 3.35. Possibilitar que os processos possam ser requisitados, impedindo a tramitação para outro órgão que não seja o que o requisitou;
- 3.36. Possibilitar que o processo encerrado ou que se encontra em órgão de arquivo morto possam ser informados os dados do local físico do arquivamento;
- 3.37. Possibilitar a solicitação do desarquivamento de processos, onde o arquivista poderá atender ou rejeitar a solicitação;
- 3.38. Possuir uma funcionalidade que permita ao usuário verificar o status das suas solicitações de desarquivamento pelo sistema;
- 3.39. Permitir registrar documentos para juntar aos processos onde, no mínimo, devem ser informados os dados do responsável pela entrega e o motivo. Emitir comprovante de protocolização ao término do registro;
- 3.40. Possibilitar o encaminhamento dos documentos a serem juntados fisicamente aos processos;
- 3.41. Possibilitar a confirmação do recebimento dos documentos aos processos;
- 3.42. Permitir a retirada de documentos juntados aos processos onde, no mínimo, deve ser registrado o motivo e o usuário que retirou;
- 3.43. Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas referentes aos documentos recebidos;
- 3.44. Permitir pesquisar todo histórico de documentos juntados aos processos;
- 3.45. Possibilitar a movimentação de local de arquivamento dos processos sem necessidade de tramitar os processos novamente;
- 3.46. Possuir rotina para realizar trâmites dos processos digitalmente, sem necessidade de envio do processo físico, permitir enviar para os órgãos com acesso exclusivo a esse tipo de tramitação, enviar e-mail ao responsável pelo recebimento. Enquanto esses processos estiverem nesse tipo de tramitação não será permitida a tramitação por vias normais. Permitir ainda, configurar tempo máximo de permanência do processo nesse tipo de tramitação. Possibilitar que os processos possam voltar a serem tramitados pela forma tradicional;

114



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 3.47. Permitir o controle de numeração de processos por empresas, sem repetição da numeração dos processos;
- 3.48. Permitir incluir os locais de arquivamento e estabelecer nomenclaturas próprias de cada local;
- 3.49. Emitir relatório de processos que foram reativados por período de reativação;
- 3.50. Emitir relatório de controle dos processos por órgão onde deve constar, no mínimo, o total de processos, a quantidade atrasada e quantidade em dia, com percentuais;
- 3.51. Emitir relatório de processos abertos por período contendo, no mínimo:
 - Número, Ano do Processo;
 - Data de abertura;
 - Requerente;
 - Assunto;
 - Complemento do assunto;
 - Órgão atual.
- 3.52. Emitir relatório estatístico das tramitações realizadas por órgão e período, podendo emitir das ações de recebimento, envio ou distribuição;
- 3.53. Permitir integração com o sistema de gestão tributária através da geração de guias para pagamento de taxas pertinentes ao assunto solicitado no momento da abertura do processo;
- 3.54. Permitir que o andamento do processo seja liberado somente após o pagamento ou liberação manual do processo;
- 3.55. Permitir, para abertura do processo, a importação dos dados do contribuinte através dos cadastros do sistema de gestão tributária, tais como mobiliário, imobiliário e outros;
- 3.56. Permitir a pesquisa e reimpressão da guia de pagamento das taxas de um processo;
- 3.57. Emitir relatório das guias de pagamento geradas pelo sistema de protocolo por período;
- 3.58. Permitir que os usuários de órgãos, que não seja o protocolo, autuem processos administrativos internos, nessa modalidade o requerente sempre será a empresa tendo como solicitante o órgão interessado;
- 3.59. Permitir que seja gerado o número de processo de forma rápida, preenchendo apenas o requerente sem a necessidade de preencher assunto e demais informações visando a rapidez no atendimento. O sistema deverá possuir uma funcionalidade que permita revisar todos os processos pendentes que precisarem ser alterados;
- 3.60. Permitir que usuários com permissão possam isentar o requerente do pagamento de taxas pertinentes ao assunto;
- 3.61. Possibilitar a edição de arquivos digitais quando for realizado o recebimento de um documento;
- 3.62. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes aquele processo;
- 3.63. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro;
- 3.64. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos dos processos registrados no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos

4. GESTÃO DE ATIVIDADES

- 4.1. Permitir gerar ordens de serviço a partir de solicitações ou processos, bem como através da entrada de dados via digitação;

115



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.2. Permitir que em uma ordem de serviço possam ser associados um ou mais serviços para execução;
- 4.3. Permitir o cancelamento individual de serviços associados à ordem de serviço (OS). Caso todos os serviços da OS sejam cancelados ou concluídos, dar-se o encerramento automático da ordem de serviço;
- 4.4. Permitir estabelecer prioridade para execução das ordens de serviço registradas;
- 4.5. Permitir realizar o agrupamento de serviços para posterior agendamento e execução;
- 4.6. Permitir para os agrupamentos que aguardam execução: remover serviços, cancelar o agrupamento e liberar serviços e cancelar o agrupamento e serviços;
- 4.7. Permitir que, para os agrupamentos que aguardam execução, sejam registrados, no mínimo: previsão de atendimento, previsão de término, valor estimado, responsáveis pela execução, veículos e materiais a serem utilizados na execução;
- 4.8. Emitir relatório na liberação do agrupamento para execução contendo, no mínimo:
 - Numeração;
 - Previsão de atendimento;
 - Previsão de encerramento;
 - Telefones para contato;
 - Serviços a executar;
 - Local para execução dos serviços;
- 4.9. Permitir registrar para o agrupamento os apontamentos com, no mínimo, data, motivo e observação do apontamento;
- 4.10. Permitir registrar no encerramento do agrupamento, no mínimo:
 - Data de encerramento;
 - Nível de complexidade;
 - Situação do encerramento;
 - Motivo e observação da não execução;
 - Tempo de deslocamento;
 - Distância percorrida;
 - Nível de satisfação;
 - Responsável pela execução;
 - Parecer final.
- 4.11. Permitir pesquisa de ordens de serviço por, no mínimo:
 - Número e exercício;
 - Data da abertura;
 - Data de encerramento;
 - Tipo de execução;
 - Requerente;
 - Órgão solicitante.
- 4.12. Permitir pesquisa de agrupamentos por, no mínimo:
 - Número e exercício;
 - Órgão responsável pela execução;
 - Data da abertura;
 - Data de término;
 - Status.
- 4.13. Permitir que sejam cadastradas as subunidades que estão ligadas aos órgãos da empresa que não estão cadastradas no organograma;
- 4.14. Permitir que usuários com permissão registrem ordens de serviço com tipo de execução interno para atendimento pelos órgãos responsáveis pela execução;

116



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.15. Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas ao registrar uma ordem de serviço externa. Permitir que o andamento da ordem de serviço seja liberado somente após o pagamento da taxa ou liberação manual da ordem de serviço;
- 4.16. Para ordens de serviço internas, o usuário deve informar o órgão solicitante e a subunidade ligada ao órgão que será atendida.
- 4.17. Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ordem de serviço.
- 4.18. Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.

5. PORTAL DO CONTRIBUINTE

- 5.1. Possuir funcionalidade que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro no sistema para que possa registrar e acompanhar suas requisições. Nesse cadastro devem constar, no mínimo:

- Nome
 - CPF/CNPJ;
 - E-mail;
 - Senha.
- 5.2. A senha de acesso ao portal do cidadão deve exigir letras, números e caracteres especiais;
- 5.3. Permitir definir, no catálogo de assuntos, para quais assuntos o cidadão poderá registrar requisições;
- 5.4. Permitir que o cidadão possa consultar as requisições abertas por ele através do portal do cidadão;
- 5.5. Permitir que o cidadão possa consultar as demandas abertas presencialmente através do atendimento ao cidadão;
- 5.6. Permitir o registro de requisições com, no mínimo, as informações:
- Assunto;
 - Mais detalhes sobre o motivo;
 - Local da ocorrência.
- 5.7. Permitir que o cidadão possa registrar sua requisição através aplicativo Mobile, atendendo os requisitos do item 5.8 e este aplicativo deve sugerir o Local de Ocorrência através do posicionamento de GPS de seu celular;
- 5.8. Permitir que o cidadão fique anônimo ao realizar sua requisição;
- 5.9. Permitir que o cidadão possa alterar seus dados pessoais, no mínimo:
- Endereço;
 - E-mail;
 - Telefone.
- 5.10. Caso o cidadão esqueça sua senha, o sistema deve disponibilizar recurso para definição de nova senha;
- 5.11. Após registro da requisição, enviar e-mail de confirmação de abertura para o cidadão;
- 5.12. Após registro do cidadão no portal, enviar e-mail de confirmação de cadastro para o cidadão;
- 5.13. Permitir a anexação de arquivos digitais na abertura da requisição;
- 5.14. Ter recurso para permitir que o cidadão, sem a necessidade de cadastro no portal, acompanhe o andamento das suas demandas pela internet. Possibilitar ou não, no momento da consulta, a exigência de um código de acesso fornecido no momento da abertura da demanda;
- 5.15. Possibilitar que o portal do cidadão seja acessado em várias plataformas web com responsividade;

117



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 5.16. Possibilidade de customização das imagens do portal do cidadão, conforme necessidade da gestão atual;
- 5.17. A requisição cadastrada pelo cidadão deverá ser encaminhada para o órgão responsável pelo assunto ou para o ouvidor responsável;
- 5.18. Permitir que o cidadão possa consultar o catálogo de serviços da gestão, permitir que seja parametrizado quais serviços serão exibidos neste catálogo;
- 5.19. Permitir que sejam emitidas taxas de arrecadação a partir dos serviços disponíveis no catálogo de serviços, permitir ainda que cada serviço possua seu valor parametrizado para cobrança, as taxas geradas deverão ser emitidas pelo sistema de tributos.

6. Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)

- 6.1. Possuir sistema que atenda a Lei de Acesso à Informação (LAI), "LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011" (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm) referente ao "CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO".

- 6.2. Possuir funcionalidade que permita a alteração dos prazos previstos na Lei de forma fácil e ágil sem a intervenção de desenvolvimento;
- 6.3. Possuir funcionalidade que permita que a mensagens de notificação ao Cidadão possam ser previamente parametrizadas;
- 6.4. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de informação;
- 6.5. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de recurso;
- 6.6. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de reclamação;
- 6.7. Possuir funcionalidade para cadastrar a comissão responsável por julgar os recursos e reclamações referentes ao pedido de informação. Dentro de cada comissão deverá ter a possibilidade de informar os membros participantes e assegurar que somente estes membros tenham acesso às respectivas informações no sistema;
- 6.8. Possuir funcionalidade que permita o cadastro de avaliações com períodos de vigência;
- 6.9. Emitir relatório das avaliações por período contendo, no mínimo:

- Número, exercício do pedido de informação;
 - Data de abertura;
 - Prazo de resposta;
 - Solicitante;
 - Os dados conforme o cadastro de avaliação executada;
- 6.10. Possuir funcionalidade que permita que o pedido de informação possa ser tramitado entre os órgãos da administração pública;
- 6.11. Emitir relatório dos pedidos de informação contendo, no mínimo:
- Numeração e exercício do pedido de informação;
 - Situação em que encontra o pedido de informação;
 - Solicitante;
 - Prazo de resposta;
 - Detalhamento do pedido de informação;
 - Dados da resposta.
- 6.12. Possuir um portal que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro para registrar e acompanhar seus pedidos de informação. Nesse cadastro devem constar, no mínimo:
- Nome
 - CPF/CNPJ;

118



143

- E-mail;
- Senha.

- 6.13. A senha de acesso ao portal deve exigir letras, números e caracteres especiais.
- 6.14. O portal deve permitir que o Cidadão seja responsável pelo seu cadastro.
- 6.15. O portal deverá de acesso ao Cidadão deverá ser responsivo para melhor visualização em dispositivos móveis.

7. TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

- 7.1. Sistema deverá possuir funcionalidade para realizar o registro de processos digitais. Este procedimento deverá ser realizado em forma de passos, organizado por contextos. A abertura do processo digital e físico deverão ser executados na mesma funcionalidade onde o assunto determinará se o processo deverá se tornar digital ou físico. A numeração de processo deverá ser única e sequencial por exercício, ou seja, a numeração para processo digital e processo físico deverá ser contínua não podendo cada modalidade ter a sua numeração.
- 7.2. Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por cadastro do sistema de tributos como mobiliário ou imobiliário.
- 7.3. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar o solicitante por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação.
- 7.4. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar beneficiário por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação, e deverá possibilitar incluir mais de um beneficiário, sendo que o sistema deverá possibilitar que seja definido um destes beneficiários como principal.
- 7.5. Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por meio do código de uma taxa gerada previamente.
- 7.6. Na tela de registro de processos digitais, deverá ser permitido o cadastramento do solicitante, conforme parametrização do sistema, deverá ser obrigatório informar o CPF/CNPJ e endereço do contribuinte.
- 7.7. Na tela de registro de processos digitais deverá existir campo para buscar e selecionar o assunto do processo, este campo deverá permitir digitação parcial para realizar a busca do assunto. Ao selecionar o assunto sistema deverá realizar validação se já existem processos abertos com o assunto selecionado para o solicitante previamente selecionado. Caso o assunto não tenha uma classificação única para processo, digital ou físico, o sistema deverá permitir que o atendente determine qual tipo o processo será aberto.
- 7.8. Na tela de registro de processos digitais ao selecionar um assunto, sistema deverá permitir ao usuário consultar informações sobre o assunto que o auxiliem com orientações para abertura ou informações ao contribuinte.
- 7.9. Na tela de registro de processos digitais deverá existir funcionalidade que permita ao usuário realizar o cadastramento de textos pré-definidos para serem utilizados para preenchimento do campo complementar do assunto.
- 7.10. Na tela de registro de processos digitais deverá possuir campos para informar o endereço de atendimento do processo, esta informação deverá ser obrigatória conforme parametrização do assunto, deverá ainda limitar a busca por somente endereços do município.
- 7.11. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para informar mais detalhes, ponto de referência, relacionados ao endereço de atendimento, deverá existir configuração que oblige a quantidade mínima de caracteres exigidos.



- 7.12. Na tela de registro de processos digitais deverá ter funcionalidade que liste os documentos obrigatórios necessários para a abertura do processo, deverá também ter opção para confirmar a anexação dos documentos e obrigatório anexação de arquivos digitais destes documentos, e possibilitar assinar digitalmente estes documentos no padrão do ICP-BRASIL.

7.13. Na tela de registro de processos digitais, antes de finalizar a abertura, deverá ter listagem de processos existentes no sistema para o mesmo requerente selecionado. A listagem deverá exibir no mínimo o número, ano, assunto, data de abertura e status atual dos processos.

7.14. Após finalizar a abertura do processo digital o sistema deve gerar virtualmente a relação de documentos do processo digital, esta relação deverá ser controlada nas ações do sistema para incorporar novos documentos. Caso um documento tenha sido assinado com certificado digital o sistema deverá gerar este com o certificado na visualização.

7.15. Para todo documento gerado do processo digital o sistema deverá gerar um código de autenticidade (hash) podendo ser consultado pelo cidadão sua autenticidade, e caso seja feita alguma alteração o sistema deverá garantir que o código gerado não tenha mais validade.

7.16. Na tela de busca de processos digitais deverá permitir realizar filtro por qualquer parte do texto ou pelo começo do texto, deve permitir realizar filtro excluindo/desconsiderando registros do filtro (não coincidentes). O Filtro deverá permitir aos usuários buscar vários termos diferentes na mesma coluna, utilizando os operadores "OU" e "E" para concatenar os termos.

7.17. Na tela de busca de processos digitais, deverá ser permitido realizar a impressão da ficha do processo, deverá ainda ter opção para selecionar o conteúdo a ser impresso, como Providência, Trâmites, Respostas, Pendência.

7.18. Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção para exportar a lista filtrada no formato de planilha, deverá ainda permitir ocultar as colunas que não deseja ser exportadas.

7.19. Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção que permita ao usuário visualizar e/ou emitir guias (taxas de pagamento) para o processo.

7.20. Na tela de consulta do processo digitais deverá ter opção para visualizar o processo digital, deverá permitir "foliar" os documentos do processo em ordem cronológica de inserção. Os documentos do processo deverão estar assinados digitalmente e/ou assinatura eletrônica gerada pelo próprio sistema com autenticação via QRcode e Hash.

7.21. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o encaminhamento (tramitação) de processos digitais para os setores, órgãos e departamentos cadastrados no sistema, deverá permitir ainda informar o nome do usuário que de forma obrigatória ou opcional.

7.22. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ser permitido a digitação das providências, o texto digitado deverá permitir formatação de fonte, tamanho de fonte, cor de fonte, negrito e sublinhado. A providência mediante a parametrização poderá ser obrigatória ou não. A providência ainda poderá ser assinada com certificado digital no padrão do ICP-BRASIL, e ao registrar a providência deverá gerar virtualmente um documento a ser anexado ao processo, e respeitar a assinatura com certificado digital.

7.23. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de receptionar um processo, este ato informa que o processo digital foi recebido pelo usuário e dado início a análise do processo no setor.

7.24. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção colocar o processo sobre a responsabilidade do usuário, isso faz com que mais nenhum usuário possa executar a análise daquele processo digital.

7.25. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a anexação de arquivos digitais.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

- 7.26. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter campo para informar situação e despacho.
- 7.27. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá permitir realizar o envio de um único processo ou um lote de processos para o mesmo destino ou destinos diferentes, ao finalizar o envio, sistema deverá gerar relatório agrupado por locais de origens e destinos.
- 7.28. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para exibir a tela de consulta com os dados do processo selecionado para envio.
- 7.29. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar o encerramento local do processo.
- 7.30. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a digitação de justificativa de atraso do processo.
- 7.31. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de apensar processos, este ato faz que os processos sejam tramitados em conjunto.
- 7.32. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para gerar uma ordem de serviço para os processos selecionados, a geração da ordem somente deverá ser permitida caso o parlamento do assunto do processo permita a geração de ordens de serviço.
- 7.33. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o cancelamento de uma remessa de encaminhamento de processos digitais, deverá permitir o cancelamento total ou parcial da remessa.
- 7.34. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a anexação digital (juntada) de documentos após a abertura do processo. Juntada poderá ser assinada eletronicamente pelo usuário utilizando certificado eletrônico digital padrão do ICP-BRASIL. O arquivo digital deverá ser anexado ao processo em ordem cronológica logo após o término de juntação gerado pelo sistema.
- 7.35. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a desanexação de documentos juntados ao processo digital, deverá gerar termo de desanexação destes arquivos digitais em ordem cronológica.
- 7.36. Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário requisitar um processo digital obrigando que no próximo trâmite deste processo o usuário seja notificado que alguém o requisitou.
- 7.37. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o envio de respostas para os processos digitais concluídos, estas respostas deverão ser encaminhadas por e-mail e carta.
- 7.38. Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário realizar um "monitoramento" do processo digital, este "monitoramento" poderá ser pessoal ou corporativo, quando pessoalmente o usuário poderá visualizar e remover o "monitoramento", quando corporativo os usuários lotados no mesmo setor poderão visualizar o "monitoramento". Deve ter a opção para ativar notificação da tramitação por e-mail para o usuário que registrou o "monitoramento".

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

**ANEXO I.C
SUPORTE TÉCNICO E SUSTENTAÇÃO DO AMBIENTE**

1. Ficam definidos os seguintes tipos de chamados técnicos previstos:

1. Correção:

São problemas em funcionalidades, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado nos manuais do sistema, podendo ocorrer em telas, regras de negócio, relatórios e interfaces com outros Sistemas. Este tipo de chamado pode enquadrar-se em quaisquer das prioridades: P1, P2, P3 ou P4.

2. Ajuste legal:

É decorrente de mudanças na legislação em qualquer nível Federal, Estadual ou Municipal. Deverá ser preparada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas sem prejuízos a operação do sistema. Esse tipo de chamado enquadra-se na prioridade P4.

3. Desenvolvimento:

Visa garantir a evolução do sistema, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação às novas tecnologias, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento da CONTRATADA. Caracteriza-se por alteração ou adição de uma funcionalidade, tais como telas, relatórios, rotinas, regras de negócio e interfaces com outros sistemas para troca de informações. A CONTRATADA deverá, no prazo de 5 (dias) úteis, contatos a partir da abertura do chamado, analisar a solicitação e produzir uma estimativa de tempo (em dias) para desenvolvimento e entrega da solução. Esse tipo de chamado terá sua prioridade definida como P4, devendo o tempo de atendimento e custo serem acordados entre as partes.

2. Prioridades dos chamados

A contagem de tempo para a solução deve ser realizada considerando apenas o período das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Esta contagem será realizada somente quando o chamado estiver sendo trabalhado pela CONTRATADA, sendo assim, a contagem do tempo irá parar quando o técnico enviar algum questionamento à CONTRATANTE, neste momento o chamado passa para o status "aguardando solicitante". A contagem do tempo somente reiniciará após a resposta do solicitante.

Prioridade	Definição	Atendimento
P1	Estão relacionados a problemas de alto impacto nas operações do sistema, cujo o não atendimento em curto espaço de tempo causará graves prejuízos de ordem financeira, operacional ou legal (incluindo situações de auditoria) para a CONTRATANTE, ou ainda a terceiros (compradores, fornecedores, etc). Atendimento em até 10 horas para a solução.	16 horas
P2	Estão relacionados a problemas ou situações de médio impacto nas operações do sistema ou que afetem parcialmente as operações (degradação).	32 horas
P3	Estão relacionados a problemas ou situações que não causem impacto na operação do sistema, que não afetem gravemente o fluxo de trabalho.	64 horas

143

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

P4	Tratar-se de intervenções no código fonte do sistema, ou seja, situações de Acordado entre as partes, adaptação ou desenvolvimento de rotinas
----	---

4. Nível de Serviço

A CONTRATADA deverá manter o Nível de Serviço conforme a tabela abaixo:

Indicador	Definição	Cumprimento	Período
(TAC) Tempo de atendimento dos chamados	Apuração do tempo decorrido entre a abertura do chamado e o envio da solução. Os tempos serão 70% dos chamados registrados e apurados através do website de Help atendidos no prazo. Desk disponibilizado pela CONTRATADA.	Mínimo de 70%	Apuração Mensal

A apuração se dará em agrupamento por sistema. Portanto, será apresentado no relatório do sistema o índice TAC apurado para cada umas das 4 (quatro) prioridades.

Exemplo:

Subsistema: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			
Período Apurado:	Prioridade	Tempo de atendimento	Atendimento do SLA
Chamado	P1	7h	Sim
11111111	P2	30h	Sim
22222222	P3	59h	Sim
33333333	P2	40h	Não
44444444			
Total de chamados:	4	Atendidos: 3	TAC: 70%

Será definida entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, a tabela com os principais módulos, funções e rotinas de cada sistema com suas respectivas prioridades de atendimento, visando a padronização no enquadramento da situação para a abertura e atendimento do chamado.

Exemplo ilustrativo de relatório:

Subsistema: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			
Módulo	Descrição	PRIORIDADES	
		Correção	Ajuste
NF Se	Enquadramento	Nível 2	Nível 3
	Cobrança indevida	Nível 1	Nível 3
	Erro geração NF Se	Nível 1	Nível 3
			Desenvolvimento
			Nível 4
			Nível 4
			Nível 4

A CONTRATANTE deverá abrir os chamados no portal de atendimento indicado pela CONTRATADA.

A CONTRATANTE deverá responder de forma clara e no menor tempo possível os questionamentos feitos pelos técnicos da CONTRATADA.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

A CONTRATADA disponibilizará no portal de atendimento o relatório mensal com o TAC de acordo com o modelo.

Os funcionários de ambas as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar treinados para o tratamento de cada chamado dentro dos padrões definidos. Os casos em que não haja entendimento para o tratamento do chamado serão acordados entre o Gestor de Suporte da CONTRATADA e com o responsável da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá receber e avaliar cada chamado (solicitação) em até 8 (oito) horas e informar ao solicitante apenas nos casos em que a solução necessite de maior tempo, em função de sua complexidade, e não possa ser aplicada obedecendo o enquadramento de prioridades definidos.

Nos casos em que não houver o contato do analista da CONTRATADA com o solicitante para reavaliação do enquadramento de prioridade do chamado, será considerado o atendimento dentro da prioridade definida.

Quando não for possível a solução no prazo solicitado pela Prefeitura, o analista da CONTRATADA deverá definir em conjunto com o solicitante o prazo razoável para solução, documentando no próprio chamado aberto a alteração deste prazo. Para estes casos a CONTRATADA poderá apresentar uma Solução de Contorno.

A Solução de Contorno, é definida como a disponibilização de um recurso, em caráter temporário, que atenda a necessidade pontual do chamado aberto, dentro do mesmo prazo definido para a prioridade que o chamado foi enquadrado.

Os casos de maior complexidade em que não houver entendimentos quanto aos enquadramentos dos chamados (Prioridade), e portanto, não possa ser aplicada a solução definitiva ou ainda a solução de contorno, serão tratados entre o Gestor de Suporte da CONTRATADA e o responsável da CONTRATANTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO I.C

TABELA DE ITENS ESSENCIAIS PARA APROVAÇÃO NA PROVA DE CONCEITO

Item	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	CADASTRO ÚNICO DE CONTRIBUINTE Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas de forma a consultar um cadastro único para contribuintes que deverá ser compartilhado para os setores da prefeitura.		Não	Não
002	Permitir a consulta e localização de todos os relacionamentos e qual o contribuinte é responsável (Imóvel, Empresa, Parcelamentos de Débito, Certidões, Processos de Execução Locais, Alvarás, Etc).		Não	Não
003	Permitir pesquisar os débitos atualizados e emitir documento com demonstrativo dos débitos para pagamento, no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, referente a todos os relacionamentos que o contribuinte é responsável.		Não	Não
004	Contar rotina que permita a utilização dos cadastros de Contribuintes possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização de base de dados. Todos os vínculos existentes para os contribuintes excluídos devem ser migrados para o cadastro que ficou ativo.		Não	Não
005	Contar rotina para registrar todas as alterações dos cadastros, que deverá possuir no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual e permitir a consulta dessas dados por usuário habilitado.		Não	Não
006	Contar rotina que permita a criação de registro espelho de cadastros excluídos, quando esse excluído for necessária.		Não	Não
007	Possuir registro de históricos de ocorrências registrando data, usuário e o histórico e número do processo administrativo.		Não	Não
008	Contar rotina para alterações coletivas do registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelo usuário com editores para essa tarefa.		Não	Não
009	Contar rotina específica de críticas CNPJ e CPF que permita a identificação e apresentação de outros contribuintes idênticos.		Não	Não
010	Contar rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelo usuário da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.		Não	Não
011	Permitir ao gestor incluir novas características ao cadastro de contribuintes, para fins de armazenamento de informações extras. Os tipos que devem ser aceitos são Textos, Dados, Decimais, Inteiros e Tabelas (onde o gestor configure quais serão os possíveis valores para seleção).		Não	Não
Item	CADASTRO ÚNICO DE ENCIÇÕES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
012	Permitir o cadastro de endereços de forma a consultar um cadastro único que deverá ser compartilhado para todos os setores da prefeitura.		Não	Não
013	Contar rotina que permita a unificação dos cadastros de endereços possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados.		Não	Não
014	Contar rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criada e mantida pelo usuário com editores para essa tarefa.		Não	Não
Item	IMOBILIÁRIO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

015	Contar o Cadastro Técnico Imobiliário para registro dos lotes urbanos do município onde serão vinculadas os detalhes descritos nos itens abaixo.			Sim
016	Permitir a alteração da situação do cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensa) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Contar também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.			Sim
017	Permitir informar todos os proprietários, compraventas e possuidores (Principal e Curator), o período de início e fim de cada registro, a fim de manter o histórico das transações. Esses cadastros deverão constar no Cadastro Único de Contribuintes.			Sim
018	Contar histórico que demonstre que houve alteração nas endereços do imóvel e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro imobiliário.			Sim
019	Permitir o cadastro das testadas adicionais, contendo lanierito em metros e o Logradouro para qual esta direcionada.			Sim
020	Permitir o cadastro de Áreas Constituídas informando minímo e máximo o tipo de área, metragem e ano de construção. O sistema também deve permitir parametrização para que um usuário gestor do sistema cite características diversas para a área constituída (Ex: acabamento, revestimento, tipo de piso, etc) para fins de uso em cálculos de taxas e impostos.			Sim
021	Contar cadastro de empreendimentos imobiliários e permitir sua associação no cadastro imobiliário.			Sim
022	Contar cadastro de Imobiliárias e permitir sua associação no Cadastro Imobiliário.			Sim
023	Contar cadastro de Tipos de Entrega e permitir sua associação com o Cadastro Técnico Imobiliário com a finalidade de permitir faturar para emissão e entrega dos carnês de IPTU e outras responsabilidades de cobrança.			Sim
024	O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro imobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro imobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.			Sim
025	Possuir registro de históricos para alterações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro imobiliário.			Sim
026	Mantiver registros históricos dos lançamentos por exercício de IPTU, considerando os dados referentes aos valores venais lançados, os valores de metro quadrado do terreno e construção e todos os fatores utilizados para a apuração do lançamento.			Sim
027	Contar Cadastro das Conformações do imóvel podendo informar a metragem, lote e a identificação do confrontante a qual que faz divisa.			Sim
028	Contar o Cadastro dos Projetos de construções para o imóvel e possibilitando o lançamento do ISS de construção.			Sim
029	Contar Cadastro que permita registrar as isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do imóvel, contendo o tipo de isenção e prazo de duração.			Sim
030	Contar estrutura para que o usuário anexe ao cadastro imobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de Imagens ou Lector de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

031	Permitir que o usuário possa incluir uma restrição temporária que impeça o lançamento de parcelamentos para este cadastro durante um período pré determinado.	Sim
032	Contar rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criada a menção pelos usuários com filtros para essa tarefa.	Sim
033	Contar rotina para o desmembramento de um registro do cadastro imobiliário e a geração de vários outros registros com as mesmas características para posterior alteração.	Sim
034	Contar rotina que permita fazer o agrupamento de vários cadastros imobiliários em um único registro, tomando os registros origem em cadastros inativos, registrando os históricos das ocorrências.	Sim
035	Disponibilizar consulta em tela das ocorrências de desmembramento e agrupamentos para os usuários do setor de cadastro.	Sim
036	Contar rotina para criação de cotações coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e enviada pelos usuários de prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.	Sim
037	Contar Cadastro Técnico de Logradouros oficiais do município, contendo minuciosamente as informações de Oficializado / Denominado, Tipo de Logradouro, Nome do Logradouro, Bairro, Descrição de normas anteriores, Legislação de Origem, Faixa de Numeração. Contar rotina que permita ao usuário incluir históricos manuais das alterações contendo data de registro, dados do processo que originou esta alteração e um campo de digitação livre para descrição do histórico. Permitir dentro do cadastro de logradouros oficiais que o usuário possa consultar este histórico. Disponibilizar também um local onde o usuário possa verificar quais são as faixas de quadras vinculadas ao logradouro.	Sim
038	Contar Cadastro de Faixas das Quadras para associá-las ao cadastro imobiliário, contendo os equipamentos urbanos disponíveis e o valor da Planta Genérica de Valores, para o cálculo dos valores venais. Disponibilizar também um histórico de averbação manual para o cadastro de faixas de quadra para fins de anotações diversas que o usuário tiver a necessidade de lançar.	Sim
039	Contar Cadastro de Lotamentos e permitir que seja associado ao imóvel.	Sim
040	Contar Cadastro de Características de Terreno e de edificações de forma que o usuário gestor possa criar campos customizados no cadastro a fim de não limitar as informações que a prefeitura deseja informar.	Sim
041	Permitir visualizar as empresas relacionadas ao imóvel.	Sim
042	Contar rotina para a simulação do cálculo e lançamento dos valores venais e IPTU do exercício atual e até de exercícios anteriores. Permitindo que o usuário realize um filtro e selecione quais imóveis ele deseja realizar os lançamentos. O cálculo automaticamente deve considerar possíveis isenções ou imunidades cadastradas para os cadastros imobiliários selecionados. Permitir também que sejam parametrizados os cálculos para que o sistema realize o lançamento recalculando o lançamento anterior ou criando novo lançamento.	Sim
043	Emissão de Darme de segunda via de IPTU, no formato A4 com três linhas por folha, com código de barras para Ficha de Compensação ou ficha de arrecadação e deverá conter obrigatoriamente uma lâmina de Notificação com o descritivo dos dados do lançamento.	Sim
044	Contar rotina para exportar os lançamentos do IPTU em formato texto para emissão das cédulas em gráfica de tecidos, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados de acordo com filtros de campos do cadastro imobiliário.	Sim

117

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

045	Emissão de Ficha de Lançamento contendo os dados do imóvel, características e fatores utilizados para o lançamento do IPTU do Exercício.	Sim
046	Contar rotina para o cadastro e lançamento de ITBI, e sistema deve permitir a inclusão de mais de um adquirente, transmissor, adquirente e usufrutuário. Em relação ao cálculo, o sistema deve realizar o cálculo automaticamente sobre o maior valor entre venal, de compra ou de avaliação da prefeitura. O lançamento do ITBI também deve permitir a inclusão de vários imóveis para lançamento de única guia para todas as transações efetuadas. Também deve permitir o lançamento do ITBI complementar para casos em que se faça necessário um complemento via arrolamento.	Não
047	Emissão de Documento de Arrecadação do ITBI, contendo a descrição dos dados cadastrados e o documento de arrecadação no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação.	Sim
048	Emissão de Boletim de Inscrição Cadastral (BIC), contendo todas as características do cadastro e permitir que um usuário da prefeitura com o devido treinamento adote o BIC de acordo com a necessidade da prefeitura via software fornecido pela própria empresa do sistema. Rotina para a emissão coletiva, Geral ou parcial de carnês de IPTU lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem impressos a partir de um filtro realizado por informações do lançamento ou do cadastro.	Sim
049	Permitir cadastramento do imóvel rural com no mínimo as seguintes características: Inscrição do Inova, Valor da Área e o Tipo da Área, Endereço, Situação de Cobrança, Matrícula, Cartório vinculado e campo de Observação. Permitir cadastramento do imóvel rural com no mínimo as seguintes características: Inscrição do Inova, Valor da Área e o Tipo da Área, Endereço, Situação de Cobrança, Matrícula, Cartório vinculado e campo de Observação. Permitir vinculação de outros proprietários junto ao imóvel com no mínimo as seguintes características: se é principal, qual percentual possui, a data de entrada e saída.	Sim
051	Realizar a cópia de um cadastro e permitir alteração dos dados pelo operador, facilitando o preenchimento de imóveis com dados similares.	Sim
052	Permitir consulta dos imóveis por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do imóvel, Bairro do imóvel, Matrícula, Inscrição do Inova e Situação.	Sim
053	Permitir a ordenação dos registros em tela por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do imóvel, Bairro do imóvel, Matrícula, Inscrição do Inova e Situação.	Sim
054	Possibilitar exportação de dados exibidos em tela e escolher pelo operador, em formato .csv, Lançamento Geral.	Sim
055	Permitir lançamento de taxas avulsas junto ao imóvel, possibilitando a emissão de guias com código de barras e QR Code/FIX.	Sim
056	Visualizar todas as guias lançadas para o respectivo imóvel, demonstrando no mínimo os seguintes dados: Exercício, Situação, Data de Geração, Valor Original, Valor Juro, Valor de Multa, Valor Correção, Base Escala e Usuário Lançador.	Sim
057	Permitir lançamento de histórico junto ao imóvel. O sistema deverá informar a data e qual usuário realizou o lançamento.	Sim
058	Permitir a visualização do detalhe com valores corrigidos, com no mínimo os seguintes dados: Nome Tributo, Número Parcela, Situação Parcela, Exercício, Vencimento, Valor Original, Juro, Multa e Correção.	Sim
059	Realizar a impressão da guia de recolhimento, possibilitando inserir observação a ser impressa junto a guia.	Sim
060	Realizar a impressão de demonstrativo por parcela.	Sim
061	Realizar a impressão de demonstrativo por exercício.	Sim
Item	DOI – Declaração de Operações Imobiliárias	ATENÇAO NÃO ATENDIDO

128

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

062	Todas as telas de listagem deverão possuir permissão para verificar qual filtro está sendo utilizado no momento.	Sim
063	Todas as telas de listagem deverão possuir a possibilidade de salvar o filtro de consulta atual durante o uso do sistema.	Sim
064	Todas as telas de listagem deverão possuir impressão nos seguintes formatos: XLS, PDF, PageMaker, PDF Fixado e TXT.	Sim
065	Todas as telas de listagem deverão possuir a limpeza de todos os filtros de forma coletiva.	Sim
066	Todas as telas de listagem deverão possuir escolha dos campos que são demonstrados em tela. Após a escolha dos campos, poderão ser impressos nos formatos conforme item 1.3.	Sim
067	Todas as telas de listagem deverão possuir ordenação da informação exibida em tela, através da função drag-and-drop e com a escolha de ordenação ascendente e descendente.	Sim
068	Todas as telas de listagem deverão possuir consultas dos campos exibidos em tela.	Sim
069	Todas as telas de listagem deverão possuir a demonstração de qual campo está sendo filtrado no momento.	Sim
070	Todas as telas de cadastro deverão possuir as seguintes opções: inclusão, visualização e Edição.	Sim
071	Durante a visualização de item de cadastro não será permitida alteração da informação.	Sim
072	Todas os itens cadastrados não podem ser excluídos, somente inativados.	Sim
073	Os itens de cadastro deverão seguir padrão conforme layout versado 6.1.	Sim
074	Posso cadastro de Situação de Operação Imobiliária.	Sim
075	Posso cadastro de Atribuição ISDO.	Sim
076	Posso cadastro de Tipo de Transação.	Sim
077	Posso cadastro de Restrição e Ali.	Sim
078	Posso cadastro de Forma da Alenação/Aquisição.	Sim
079	Posso cadastro de Valor da Alenação não consta.	Sim
080	Posso cadastro de Tipo de Imóvel.	Sim
081	Posso cadastro de Situação de Construção.	Sim
082	Posso cadastro de Localização do Imóvel.	Sim
083	Posso cadastro de Área não informada/consta.	Sim
084	Posso cadastro de Valor do IPTU ou ITCD informado/não consta.	Sim
085	Permitido somente importar arquivo com extensão .DEC. Caso o usuário tentar importar arquivo com qualquer outra extensão, o sistema deverá barrar a importação.	Não
086	O sistema deverá realizar as validações e críticas durante a importação do arquivo, para posterior validação operador do sistema.	Não
087	Ao tentar importar e mesmo arquivo já importado anteriormente, o sistema deverá barrar a importação.	Não
088	O sistema deverá apresentar em tela todos os arquivos já importados.	Não
089	Permitir ignorar a operação imobiliária (rural e urbana) de outro município, imóvel com dados já atualizados ou qualquer outra informação que o operador julgar necessário. Obrigar o operador informar o porquê ignorou a operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico.	Não

129



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

090	Posso rotina para reabilitar a operação imobiliária ignorada. Obrigar o operador informar o porquê da reabilitação da operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico.	Não
091	Deixar a possibilidade para o operador ignorar ou reabilitar de forma coletiva as operações imobiliárias, ou seja, de 2 ou mais operações.	Não
092	Posso rotina onde o operador possa verificar todas as informações envolvidas na operação imobiliária: dados da operação, localização do imóvel (rural ou urbano), alienante, adquirente, dados de alienação e matrícula.	Não
093	Informar ao operador todas as críticas que o sistema localizou durante a importação da operação imobiliária, tais como:	Não
094	Imóvel não pertence ao município.	Não
095	Matrícula não encontrada na base de imóvel.	Não
096	Matrícula encontrada em duplicidade na base de imóvel.	Não
097	Identificação não encontrada na base de imóvel.	Não
098	Identificação encontrada em duplicidade na base de imóvel.	Não
099	Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base de imóvel.	Não
100	Matrícula não encontrada na base do imóvel rural.	Não
101	Matrícula encontrada em duplicidade na base do imóvel rural.	Não
102	Identificação não encontrada na base do imóvel rural.	Não
103	Identificação encontrada com duplicidade na base do imóvel rural.	Não
104	Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base do imóvel rural.	Não
105	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de contribuintes.	Não
106	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico x contribuintes.	Não
107	Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel.	Não
108	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico rural x contribuintes.	Não
109	Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel rural.	Não
110	Valor CPF/CNPJ do adquirente não foi localizado na base de contribuintes.	Não
111	Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel.	Não
112	Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel.	Não
113	Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel rural.	Não
114	Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel rural.	Não
115	Apps o operador ajustar os itens da crítica, o sistema deverá possuir uma forma de atualizar a crítica sem a necessidade de nova importação do arquivo, para que o operador saiba se a crítica foi solucionada.	Não
116	Caso exista mais de um adquirente na operação imobiliária, o que possuir maior percentual deverá ser o proprietário principal do imóvel (rural ou urbano).	Não

130



MES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Quando o operador efetivar a operação imobiliária conforme informações disponibilizadas pelo DO, o sistema deverá atualizar o cadastro de proprietário, de adquirente e transmissor no cadastro de imóvel (rural e urbano).	ATENCIDO	NÃO ATENDIDO	Não ESSENCIAL
117	MCIBILIÁRIO			
118	Conter o Cadastro Técnico Econômico (Cadastro Mobiliário) conforme detalhes descritos nos itens abaixo.			Sim
119	Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.			Sim
120	O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro mobiliário e lerir no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro mobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.			Sim
121	Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro mobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Lector de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.			Não
122	Conter Cadastro de Atividades Econômicas de forma e permitir que seja formada mais de uma atividade para o cadastro, o período inicial e final de vigência de cada atividade, atividade principal.			Sim
123	Conter Cadastro dos Contadores e sua associação ao Cadastro Mobiliário, devendo o cadastro de contadores ser baseado no Cadastro Único de Contribuintes.			Sim
124	Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços de localização e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro mobiliário.			Sim
125	Permitir a associação do Cadastro Mobiliário ao Cadastro Técnico Imobiliário do local do estabelecimento.			Sim
126	Conter Cadastro de Enquadramento no Simples Nacional, permitindo informar o período de início e fim do enquadramento, mantendo o histórico dos períodos anteriores.			Sim
127	Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo.			Sim
128	Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro mobiliário.			Sim
129	Cadastro dos Sócios, que deverá estar contido no Cadastro Único de Contribuintes, podendo registrar o período de início e fim de sua vigência.			Sim
130	Conter Cadastro de Atividades diversas para configuração de lançamentos dos tributos a taxa do mobiliário (ISS Fixo, Taxa de Licença, Ocupação Solo, Publicidades, Etc.) associados ao Cadastro Mobiliário, permitindo informar valores, quantidades e alíquotas e o período sua vigência para cálculos proporcionais.			Sim
131	Conter uma tela para visualização de registro dos Movimentos Econômicos de prestadores de serviços contendo: Valor do Movimento Econômico da Empresa, Exercício e Mês de Competência, Valor das Deduções, valor do imposto e o tipo de declaração (Declaração, Fiscalizada, Sem Movimento, Etc.).			Sim

131



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Corrêas, nº 500 - Jardim de Lucca
136 (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Corrêas, nº 500 - Jardim de Lucca
136 (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

132

132	Conter Cadastro de Taxa contendo no mínimo as informações de: CNH, Condutor (vinculado ao cadastro de contribuintes), CPF, Chassis, decreto de emissão, Ano de Fabricação e dados do taxímetro			Sim
133	Conter Cadastro de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) contendo minimamente dados de gráfico, Data de emissão, pedido e validade, lista de notas liberadas e série			Não
134	Conter Cadastro que permita registrar as isenções, multidades e reduções para o cálculo dos tributos do Cadastro Mobiliário, contendo o tipo de isenção e prazo de duração para ser utilizado no cálculo das taxas e impostos.			Sim
135	Conter Cadastro de Horário permitindo informar os horários de funcionamento normais e os adicionais.			Sim
136	Conter Cadastro de Anúncios para os lançamentos de Taxas de Publicidade			Sim
137	Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.			Sim
138	Conter rotina para os cálculos e lançamentos dos Tributos de ISS, Taxas de Licença, Ocupação de Solo, Etc., possibilitando o lançamento geral ou parcial, permitindo ao usuário os catálogos e selecionar os registros a serem calculados. Os cálculos deverão levar em consideração períodos proporcionais incompletos conforme a Data de início de Atividade, isenções, reduções e descontos.			Sim
139	Conter rotina para o lançamento de ISS para prestações de serviços com as parcelas sem valor de lançamento, referente às 12 competências do ano, considerando sempre a proporcionalidade da Data de início de Atividade, que deverão ter seus valores atualizados conforme a declaração no sistema de ISSQN online.			Sim
140	Conter rotina para exportar os lançamentos de Tributos e Taxas do Mobiliário em formato texto para emissão de etiquetas em gráfico de serigrafia, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados.			Sim
141	Conter Cadastro de Alvarás abrangendo todos os tipos de alvarás (Mobilidade, Imobiliário, Obras, Etc.). O sistema deve permitir que um usuário treinado da prefeitura possa ajustar o layout dos alvarás conforme necessidade de cada setor.			Sim
142	Conter rotina para a emissão coletiva Geral ou parcial de Carnês de tributos lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados a partir de filtros do cadastro ou do lançamento e informar a ordenação que deverá ser impresso, e possibilitando a impressão em formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/PDF.			Sim
143	Conter rotina para geração de Certidões (Negativa de débitos, Positiva de débitos, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Valor Venal, Etc.), e emissão da certidão conforme o contexto. Deverá ter críticas para as verificações das certidões, não poderá gerar uma certidão negativa quando houver débito vencido, nos casos que tenha débitos parcelados em dia, deverá ser gerado Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Etc.			Sim
Item	AUTO DE INFRAÇÃO	ATENCIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
144	Conter rotina para o Cadastro de Notificações e geração automática de Auto de Infração respectiva quando a notificação não for atendida, registrar ocorrências de alteração da situação (Notificação, Suspensão, Cancelada, Ativa, Etc.) e impressão de Ficha de Notificação O lançamento de uma notificação deve permitir a seleção de um ou mais dispositivos legais infringidos para lançamento em um único débito O sistema deve permitir lançamento de notificações para qualquer tipo de cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou diretamente para o Contribuinte).			Sim

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

145	Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade acusada e a legalidade do lançamento de notificação.	Sim
146	O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento da notificação, ela seja alterada apenas pelo usuário para edição por um usuário com permissão específica para fazer a notificação para edição.	Sim
147	O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais a notificação e estes serão relacionados e partir do cadastro de fiscais do sistema.	Sim
148	Contar rotina de armazenamento de históricos manuais digitados pelo usuário contendo minuciosamente campos de data, histórico, processo a usuário. Este histórico ficará disponível por consulta durante a visualização ou edição de uma notificação.	Sim
149	Contar rotina para o lançamento de Auto de Infração diretamente para os casos onde não cabe notificação prévia e a dívida gerada automaticamente da guia de recolhimento, emissão do documento de arrecadação em formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, ambos com código de barra e QR-Code/Pix. O lançamento de autos deve permitir também a seleção de uma ou mais dispositivos legais infringidos, emissão do Auto de Infração e registro de ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Altra, Etc.)	Sim
150	Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade acusada e a legalidade do lançamento do auto de infração.	Sim
151	O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento do auto de infração, ele seja alterado apenas pelo usuário para edição por um usuário com permissão específica para lançar o auto para edição.	Sim
152	O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais ao auto de infração e estes serão relacionados e partir do cadastro de fiscais do sistema.	Sim
Item	PARÂMETROS E CONFIGURAÇÕES	ATENIDO NÃO ATENDIDO ESSENCIAL
153	Contar Cadastro de Parâmetros para a montagem do código de barras dos documentos de arrecadação de forma que o usuário gestor possa parametrizar qual o banco, conta e tipo de comércio será utilizado para pagamento dos documentos emitidos.	Sim
154	Contar cadastro de departamentos, onde serão vinculadas os usuários de cada departamento, os preços públicos, os alvarás, as certidões e os tipos de infrações que os usuários de departamento poderão lançar.	Sim
155	Contar Cadastro de Índices de atualização monetária, permitindo registrar qualquer índice de correção ou medida que a prefeitura tenha necessidade.	Sim
156	Outros responsáveis para emissão de documentos e que possam ser notificados pelo usuário gestor da prefeitura conforme sua necessidade.	Sim
157	Contar Cadastro de configurações dos cálculos de correção, juros, multa, descontos e honorários advocatícios, utilizados para as atualizações dos débitos municipais conforme desconto objeto tributário do município. Contar Cadastro de Parâmetros e rotinas para programar o refinanciamento fiscal de débitos vencidos (REFIS), contendo no mínimo: Período de vigência do programa, período dos vencimentos dos débitos, percentuais de isenções para as várias classes de correção, juros, multa e honorários advocatícios, definição de quais rubricas poderão entrar no programa de revisão fiscal, valores mínimos para lançamento de parcelas em caso de parcelamento, limite de parcelas para casos de parcelamento e quais situações de cobrança de débitos este REFIS será aplicado (Dívida corrente, Altra ou judicial).	Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

158	Contar Cadastro de condições de lançamentos de débitos em mais de uma parcela onde o usuário poderá configurar em até quantas parcelas o débito será lançado, junto com seu valor mínimo, bem como em casos de pagamento em conta única, definir também quantas cotas serão lançadas e o fator de desconto para cada cota única.	Sim
159	Contar Cadastro de configuração de lançamentos que permita ao usuário gestor configurar os procedimentos de lançamentos de tributos contendo no mínimo os seguintes campos: Exercício de lançamento, parâmetros de vencimentos, as rubricas que compõem o lançamento, valor mínimo do lançamento, a moeda utilizada para indexação do cálculo, a possibilidade de configurar se o sistema deve ou não recalcular sempre os débitos lançados, possibilidade de lançar valores zerados e a data do efetivo lançamento. Garantir também que seja possível definir quais são os departamentos que poderão realizar o lançamento de débitos desta configuração. Contar a possibilidade do cadastro características específicas deste lançamento que o usuário não pode preencher durante o lançamento deste tipo de débito e que serão armazenadas junto com cada lançamento para detalhamento do cálculo realizado. Permitir que o usuário vincule as fundamentações legais de lançamento do cada rubrica para utilização em certidões de dívida ativa.	Sim
160	Contar Cadastro de fórmulas de cálculo por rubricas de utilizadas no lançamento, que permitirá ao usuário gestor treinar pelo sistema a flexibilidade para configurar os cálculos dos valores lançados no sistema.	Sim
161	Contar configuração de integração com o sistema comitê diretamente no cadastro das rubricas. Permitindo ao usuário configurar quais contas de rubricas serão integradas para cada tipo de lançamento anualizado (Valores originais, multa, juros, correção e dívida ativa). Essa funcionalidade deve conter uma rotina para replicar as configurações de integração com a contabilidade de um exercício para outro, a fim de evitar redigitação manual anualizada.	Sim
162	Contar rotina que permita ao usuário gestor criar procedimento para exportação de qualquer informação da base de dados via arquivo texto.	Sim
163	Contar rotina que permita o cadastro de outros devedores co-responsáveis aos débitos de um cadastro.	Sim
164	Contar rotina de cadastro de textos padrões que será utilizado pelo gestor da prefeitura para ajustar textos fixos utilizáveis em relatórios, boletins e certidões.	Sim
165	Contar Cadastro de dias úteis e não úteis bancários a serem utilizados pelas rotinas de baixa.	Sim
166	Contar rotina para que o usuário gestor tenha condições de realizar um comitente excluído erroneamente no sistema.	Sim
167	Contar rotina para que o usuário gestor tenha condições de receber um cadastro de CEP aplicado erroneamente no sistema.	Sim
168	Contar rotina de auditoria das ações do sistema, onde o auditor poderá marcar cada auditoria como já avaliada e consultar as origens de cada auditoria gerada pelo sistema, permitindo ao auditor uma avaliação completa do lançamento ou alteração realizada pelo usuário.	Sim
169	Permitir a emissão de guias de arrecadação com código e barras e QR-Code PIX, contendo parâmetros para devida configuração do convênio estabelecido entre a Prefeitura e o Banco.	Sim
Item	TECOURARIA	ATENIDO NÃO ATENDIDO ESSENCIAL



146

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

170	As rotinas de baixas de tributos (financeiras) deverão assegurar que: em casos de baixas de Documentos com valor a menor, o saldo deverá constar como débito ainda em aberto. Quando a parcela paga for a ÚNICA paga após o vencimento (em caso de desconto) ou com valor a menor, as demais parcelas deverão ser baixas proporcionalmente ao pagamento do único, restando também saldo em aberto. Documentos baixados com valor a maior, o saldo deverá ser armazenado e classificado em conta contábil diferente utilizando a localização e restituição desses créditos quando solicitado.	Sim							
171	Conter rotina para recepção de arquivo dos agentes arrecadadores com a arrecadação de tributos para reduzir as baixas de forma automática, fazer apontamento e emissão de relatório das não-exonerações encontradas, emitir relatório com a classificação das receitas recebidas e a extração de arquivo para envio à contabilidade.	Sim							
172	Possibilitar também a transferência de baixas entre parcelas, quando há erro na autenticação do carnê.	Sim							
173	Conter rotina para baixa financeira manual de documentos de arrecadação emitidos pela prefeitura, para os casos em que o pagamento dos valores não ocorreram por pagamento via código de barras e emitir relatório com a classificação contábil das rubricas registradas comprovando quais valores serão enviados à contabilidade.	Sim							
174	Conter rotina para efetuar cancelamentos de tributos por processo autuado, devendo ser relacionada com um processo administrativo e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.	Sim							
175	A tarefa deve permitir também o estorno do cancelamento em caso de erro de lançamento, bem como um histórico manual para anotações do usuário com no mínimo os campos: Data, usuário e histórico.	Sim							
176	O sistema deve apresentar a cada parcela selecionada para baixa, os valores originais, de multa, juros, correção para cada rubrica lançada na parcela.	Sim							
177	Conter rotina de compensação ou restituição de valores pagos de forma financeira, possibilitando ao usuário informar o valor total a ser compensado, processo administrativo e escolher quais parcelas deverão ser compensadas e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.	Sim							
178	Esta rotina deve permitir estorno para caso houver alguma falha de lançamento feito pelo usuário.	Sim							
179	Conter rotina para cancelamento em lote de lançamentos pendentes originais de baixas com valores pagos a menor.	Sim							
180	Conter rotina para importação dos arquivos DAF607 com as seguintes características: Manter os registros históricos para consultas posteriores; Conter rotinas para informações de contribuintes não cadastrados na prefeitura; Possibilitar o cadastramento automático de contribuintes ainda não cadastrados para posterior análise do setor de cadastro; Gerar automaticamente o lançamento e a baixa para cada registro informado no arquivo e a classificação das receitas contábeis.	Sim							
181	Conter rotina de transferência de débitos entre contribuintes devedores, contendo informações do cadastro de origem e de destino da transação. Também deve permitir consultar os débitos que o cadastro de origem tem em aberto e selecionar para quais débitos o usuário deseja realizar esta transferência. Antes de executar a transferência, o sistema deve checar se os débitos já tem CDAs geradas em nome do devedor de origem e caso houver, disponibilizar em tela quais são os débitos que tem esta restrição a fim de evitar problemas no processo de cobrança.	Sim							
Item	DÍVIDA ATIVA		ATENIDO	NÃO ATENDIDO					ESSENCIAL

135



Prefeitura do Município de Ituba
Av. Luciano Cavaliere nº 500, Jardim de Lucca
Tel. (11) 3183-9655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.ituba.sp.gov.br
Internet: www.ituba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

182	Conter rotina para inscrição coletiva ou individual de débitos vencidos e emissão do Livro de Dívida Ativa com páginas numeradas sequencialmente	Sim							
183	Conter rotina de geração da Certidão de Dívida Ativa, identificando o responsável, data de inscrição, número do livro, número da folha, número do certidão, tributo inscrito sobre o imóvel e a fundamentação legal do lançamento do tributo e suas atualizações. A rotina deve permitir impressão da CDA, bem como a sua customização por um usuário capacitado pela empresa para realizar tais alterações em ferramenta disponibilizada pela contratada. Conter rotina de crítica de CDA's, onde o sistema deve apresentar quais CDA's tiveram alegação de valor devido e alteração do responsável pelo débito. Neste caso, permitir também que o usuário faça a atualização ou substituição da CDA, conforme necessidade da prefeitura.	Sim							
184	Conter rotina para a geração e arquivamento do processo administrativo de execução fiscal, contendo uma ou mais certidões do contribuinte, a emissão da penhora inicial, citação e as certidões de dívida do processo. A geração deve permitir que o usuário filtre os débitos que deseja gerar processo para ajustamento por no mínimo as seguintes informações: Tipo de Cadastro (Contribuinte, mobilização ou imobiliário), faixa de inscrições, faixa de exercícios, faixa de valores e filtro de tributos que deseja-se aplicar.	Sim							
185	Conter rotina para o parcelamento e refinanciamento dos lançamentos vencidos e inscritos em dívida ativa com as seguintes características: Permitir a escolha de um programa de refinanciamento de débito vigente na prefeitura, Permitir associar o parcelamento a um processo administrativo, Registrar e manter histórico dos débitos e suas atualizações que compõem a origem do parcelamento, Permitir informar a quantidade de parcelas para o parcelamento, desde que considerado a quantidade mínima prevista para o programa de refinanciamento emulado; Emitir Termo de confissão de dívida conforme legislação vigente; Emitir Carnê com as parcelas do parcelamento, em formulário A4 com três lâminas por folha e formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, código de barras e QR-Code/Pix; Emitir Relatório de Ficha Técnica do Parcelamento contendo os dados dos responsáveis, dos débitos de origem do parcelamento e das parcelas do parcelamento.	Sim							
186	O sistema deve conter rotina para acompanhamento do parcelamento onde será demonstrado quais parcelas das origens estão sendo pagas a cada pagamento de uma parcela do parcelamento.	Sim							
187	Conter rotina para o cancelamento de parcelamentos com a quantidade de parcelas vencidas e não pagas definida pela lei municipal, de forma individual e coletiva. Os valores pagos deverão ser compensados nas parcelas de origem do parcelamento, considerando a ordem cronológica, quando do débito mais antigo para o mais atual.	Sim							
188	Conter rotina para registrar as despesas processuais (Obrigação, Postulação, Etc.) da execução fiscal, inserindo automaticamente na conta-corrente do contribuinte.	Sim							
Item	PREÇOS PÚBLICOS		ATENIDO	NÃO ATENDIDO					ESSENCIAL

136



Prefeitura do Município de Ituba
Av. Luciano Cavaliere nº 600, Jardim de Lucca
Tel. (11) 3183-9655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.ituba.sp.gov.br
Internet: www.ituba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

200	Conter rotina para emitir as CDAs's selecionadas de acordo com as seguintes regras: Cerrido, penhora ao Ajuizamento, Cerrido sem débito em aberto, Cerrido não tem fundamentação, O cadastro não possui dados de endereço; O cadastro não possui informação no campo Nome; O cadastro não possui informação completa no endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Bairro do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Cidade do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo CEP do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo CEP do endereço de correspondência; O cadastro possui informação inválida no campo CEP do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Número; O cadastro não possui informação no campo CNPJ/CNPJ; O cadastro não possui informação válida no campo CNPJ/CNPJ; O cadastro não tem dados de endereço; Cerrido não pode ser protestada, pois o seu Estado não coincide com o Estado da Prefeitura e Cerrido não pode ser protestada, pois o endereço de entrega não pertence ao município.	Sim
201	Conter a opção de criação da lista de distribuição para armazenamento das CDAs's selecionadas e criticadas, permitindo a criação de protestos e remessas por lote posteriormente e partir da lista de distribuição.	Sim
202	Conter opção de geração, mediata dos protestos e remessas das CDAs's selecionadas sem antes criar lista de distribuição.	Sim
203	O envio de arquivos de remessa deverá ser efetuado por WebService, utilizando integração com a Central de Remessa de Arquivos - CRA.	Sim
204	Conter funcionalidade para assinatura digital automática dos Documentos de Arrecadação Municipal e Certidão de Dívida Ativa enviadas junto aos arquivos de remessa por meio dos certificados A3 ou A1. Esta funcionalidade deverá ser executada no momento do envio do arquivo.	Sim
205	Conter tela de consulta dos protestos enviados utilizando Filtros: Tipo de Cerrido (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte), Nº do Cadastro, Situação do Protesto (Protestado, Pago, Retirado, Devolvido por Inespecificidade, Anulação, Confirmação em Cartório e Protesto Cancelado); Código de Registro de Contribuinte; Data do Protesto; Nº da Remessa; Data do Protocolo; Nº de Protocolo; Código do Cartório, Saldo do Protesto e CPF/CNPJ.	Sim
206	Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.	Não
207	Conter funcionalidade para que os arquivos de confirmação e retorno sejam solicitados, recebidos e processados de forma automática pelo sistema digitalmente.	Não
208	O sistema deve disponibilizar para o usuário um histórico das ocorrências relacionadas às remessas, bem como o usuário que a realizou, horário da ocorrência e arquivo enviado ou recebido para Envio do Arquivo de Remessa à Central de Remessa de Arquivos - CRA; Recibo do Envio do Arquivo de Remessa pelo CRA; Solicitação de Arquivo de Confirmação; Retorno do Arquivo de Confirmação; Solicitação de Arquivo de Retorno; Retorno do Arquivo de Retorno; Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência; Recibo do Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência pelo CRA.	Sim
209	Conter funcionalidade para envio em lote dos cancelamentos e desistências dos protestos.	Sim
210	O sistema deverá obter o tipo de envio (cancelamento ou desistência) automaticamente pela situação do protesto no momento do envio.	Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	SERVICIOS ON-LINE	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
183	Conter cadastro de Preços Públicos e rotina para lançamento de Taxas Diversas, identificando o contribuinte, data de emissão, contendo um ou mais preços públicos e a emissão de documento de arrecadação, demonstrando a relação dos preços públicos associados e documento no formato de ficha de compensação ou folha de arrecadação para recebimento na rede bancária com código de barras e QR-Code/Pix.	Sim		
184	Em um mesmo lançamento o sistema deve possibilitar a inclusão de vários preços públicos para geração de uma única guia. Ao selecionar um preço público, o usuário poderá informar uma quantidade multiplicadora e até mesmo definir o valor do preço público manualmente.			
185	Uma vez lançada a guia referencial taxa diversa, o sistema deve bloquear a alteração de qualquer informação do preço público e apenas permitir sua alteração caso um usuário com permissão especial para isso libere a taxa diversa para edição.			
186	Conter rotina para consulta de débitos imobiliários e Mobiliários em aberto apresentando ao contribuinte os alcores Originais, Correção, Juros, Multas, Descontos e Honorários Advocatórios, possibilitando-o a selecionar os registros para a emissão de documento de arrecadação demonstrando os débitos selecionados. Disponibilizar também rotina para geração de extrato (PDF) de débitos abertos selecionados a consulta citada neste item.	Sim		
187	Conter rotina para geração e emissão de certidões como: Certidão Negativa de Débito, Certidão Positiva de Débito, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Certidão Negativa de Débito para o Documento (CNPJ ou CPF) e Certidão de Valores Venais Imobiliários, Certidão de Comprovação de Ativa Constituída do Imóvel, Certidão e Comprovação de Lançamento de IPTU. Também deve conter rotina para validar a autenticidade de todas as certidões emitidas.	Sim		
188	Permitir ao contribuinte a emissão de Boletim Cadastral Imobiliário.	Não		
189	Emissão de segunda via de Cart. de IPTU, ISS e Taxas.	Sim		
190	Emissão de segunda via de Cart. de Parcelamento de Débito.	Não		
191	Conter rotina onde o contribuinte possa solicitar uma atualização de endereço de entrega para o cadastro mobiliário e imobiliário.	Não		
192	Conter cadastro de contribuintes que não estão domiciliados neste município. A efetivação do cadastro deve depender de uma avaliação e aprovação de usuário da prefeitura que validará as informações e realizará o definitivo ou insuflamento do cadastro.	Não		
Item	PROTESTO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
197	O módulo deve ser disponibilizado em ambiente web e permitir acesso por navegadores padrões de mercado, tais como Mozilla Firefox, Chrome e Internet Explorer.			Não
198	Conter tela para Busca de CDAs's Protestas, permitindo que os dados sejam filtrados por Nº do Cadastro, Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte); Emissão de Inscrição em Dívida Ativa; Código de Registro de Contribuinte; Descrição do Tributo; Valor do Débito; CPF/CNPJ.			Sim
199	Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.			Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

211	Caso o(s) protesto(s) selecionado(s) possua(m) a situação Processado, o sistema irá definir o tipo de envio como assistência, e caso a situação seja Protestado o tipo de envio será definido pelo sistema como cancelamento.	Sim		
212	Para o envio de cancelamento, o sistema deve apresentar a opção de o usuário selecionar o motivo do cancelamento, tal como Renúncia Indevida (Quando o protesto foi enviado individualmente) ou Débito Regularizado (Quando o protesto foi devolvido pelo cartório e negociado posteriormente pela Prefeitura e representado a anuidade do título).	Sim		
213	Para os envios de cancelamento por renúncia indevida ou desistência dos protestos, o sistema deve possibilitar que o usuário descreva o motivo pelo qual o protesto foi cancelado para que seja registrado no sistema.	Sim		
214	Tela para consulta dos cancelamentos enviados para os protestos utilizando filtros: Nº do Cadastro; Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte); Situação do Protesto; Código de Registro do Contribuinte; Data do Protocolo; Nº da Renúncia; Data do Protocolo; Nº de Protocolo; Código do Cartório; Saldo do Protesto e CPF/CNPJ.	Sim		
215	Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.	Não		
216	Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de quitação do débito pela Prefeitura.	Sim		
217	Relatório contendo lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de parcelamento do débito pela Prefeitura, desde que haja pagamento respeitando a regra imposta pela Prefeitura.	Sim		
218	Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de cancelamento do débito pela Prefeitura.	Sim		
219	Relatório contendo a lista dos protestos pagos na Prefeitura ou Cartório por período, bem como a quantidade total e valor total pagos.	Sim		
220	Relatório contendo a lista de protestos devolvidos por irregularidade.	Sim		
221	Relatório contendo a lista de cancelamentos enviados por tipo de envio.	Sim		
222	Relatório contendo a lista de débitos protestados por faixa de valor.	Sim		
223	Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade e valor total dos protestos enviados e pagos na Prefeitura por período.	Sim		
224	Relatório gráfico do comparativo, entre a quantidade e valor total protestos enviados e pagos no Cartório por período.	Sim		
225	Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade de protestos enviados e devolvidos por período.	Sim		
226	Relatório gráfico do comparativo quantidade de protestos por situação dos protestos enviados para o período.	Sim		
227	Relatório gráfico do comparativo entre os tipos de cancelamentos enviados por período.	Sim		
Item	PETICIONAMENTO ELETRÔNICO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
228	Possuir ferramenta de gerenciamento que permita efetiva organização e controle da distribuição de processos entre os procuradores, através de integração via WEBSERVICE junto ao Tribunal de Justiça.			Não
229	Possuir ferramenta que possibilite a identificação dos processos que não possuem distribuição eletrônica permitindo a emissão das Petições e CDA em formato PDF para impressão e distribuição física.			Não
230	Possuir o controle das informações do processo de execução fiscal contendo informações (diária), parâmetros, documentos, localização do contribuinte, dados da CDA, tributos e valor original.			Não
231	Possuir registro dos procuradores do município para controle e gerenciamento possibilitando a associação no respectivo processo.			Não

139



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Lusitano Cosentino, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3163-0655 - E-mail: licita-oes@licitacoes-itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

232	Possuir ferramenta que permita eleger o registro do protocolo do processo de execução fiscal, via integração WEBSERVICE e dos dados de envio e retorno da integração, com assinatura do procurador e seu respectivo certificado digital, associado com a assinatura digital da Prefeitura, para envio ao Tribunal de Justiça.			Não
233	Possuir ferramenta que permita obter, através do registro do protocolo enviado através da integração WEBSERVICE, o número do processo unificado para efetiva distribuição judicial com as informações de data de distribuição e a vari.			Não
234	Possuir ferramenta de leitura das intimações eletrônicas enviadas pelo sistema de integração WEBSERVICE, associado a cada processo.			Não
235	Possuir ferramenta que, quando selecionado, possibilite a geração da cópia da intimação.			Não
236	Contar rotina diária para identificar e alertar os processos cujos débitos foram quitados, parcelados ou suspensos, para as devidas petições junto ao Fofur.			Não
237	Possuir controle de agendamento por procurador, com a visualização de prazos girados de acordo com a intimações do processo de execução fiscal, individualizada e associada automaticamente ao respectivo processo e demais agendamentos necessários para o acompanhamento do processo.			Não
238	Possuir aplicativo para identificação atualizada dos tributos que compõem a CDA do processo com emissão de demonstrativo dos débitos atualizados e emissão de guias bancárias para quitação da dívida, padrão Febraban definido para emissão do documento.			Não
239	Possuir ferramenta que permita a inclusão das despesas processuais e/ou honorários advocatícios, para cada processo individualmente, gerando lançamento respectivo no cadastro fiscal do devedor, com o objetivo de ressarcir ao erário público.			Não
240	Contar módulo de editor de textos, compatível com padrão RTF ou similar, possibilitando a integração com o sistema para utilização das petições previamente cadastradas, sendo a inicial ou diversas.			Não
241	Possuir configuração de petições e documentos de maneira a possibilitar a assinalação no registro, da realização de ato processual de suspensão, settlement e extinção do feito quando o ato processual o exigir.			Não

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Item	1-CONTROLES GERAIS:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Controlar o acesso do usuário ao sistema por Unidade Gestora, podendo o mesmo acessar somente uma ou várias débitos.			Sim
002	Permitir o gerenciamento de rotinas, módulos e telas por usuário controlando o nível de acesso que pode ter de consulta ou inclusão e manutenção de dados.			Sim
003	Disponibilizar recurso de dupla cópia utilizando o conceito de usuário autorizador, em qualquer rotina, selecionada e critério do usuário.			Não
004	Efetuar o controle de métricas pre-definidas para os códigos de planos de contas, sem delimitação de níveis de quantidade de dígitos, gerenciadas de forma independente por execução.			Não
005	Visualização dos planos de contas de receita, despesa e contábil em modo hierárquico.			Não
006	Mesmo sem o efetivamento contábil do mês ou exercício anterior, permitir a execução de lançamentos em mês posterior, sem afetar a constância dos dados e atualizando saldos.			Sim

140



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Lusitano Cosentino, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3163-0655 - E-mail: licita-oes@licitacoes-itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

		Atendido	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
007	Possibilidade gerenciamento de atas dos últimos lançamentos das rotinas de receita, despesa e financeira sendo que nas operações de inserção a última data de cada rotina deve ser categorizada, porém permitindo que a mesma possa ser alterada.		Não	Não
008	Ainda sobre o gerenciamento do sim7, permitir parametrização para Anisar ou bloquear lançamentos com data inferior a do último lançamento efetuado;		Sim	Não
009	Possibilitar a consulta em cada nota, de saldo até a data do lançamento;		Não	Não
010	Permitir que a emissão dos relatórios seja realizada de forma Consolidada ou individual por Unidade Gestora, trazendo no cabeçalho informações que permitam a identificação do Órgão ou Unidade Gestora responsável, tendo no mínimo o nome e brasão;		Sim	Sim
011	Permitir que os relatórios sejam emitidos em intervalos de período variáveis, podendo ser em dias específicos intervalos de dias, meses ou de exercícios anteriores;		Sim	Sim
012	Possibilitar que sejam definidas para cada relação, assinaturas individualizadas em cada exercício de forma independente, podendo ser por Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária;		Não	Não
013	Permitir que o usuário mude de uma unidade gestora e de exercício sem ter que realizar um novo login no sistema;		Não	Não
Item	PLANO PLURIANUAL	Atendido	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
014	Permitir configurar o nível de detalhamento em que o PPA será elaborado. As informações de Unidades Executoras, Função / Subfunção, Ação e Fonte de Recurso poderão ou não ser solicitadas no PPA, conforme parametrização individual de cada afirmação;		Não	Não
015	Possuir cadastros básicos de suporte às rotinas do PPA como os cadastros de: Natureza da Receita, Função e Subfunção Programática, Natureza da Despesa, Unidade Orçamentária, Vinculo/Fonte de Recurso;		Não	Não
016	Possuir cadastro de Programas criando a unidade responsável, o objetivo, a justificativa, o coordenador, prioridade, se é exclusivo de uma LDO, data de início e término, a possível restrição para a conclusão do mesmo, o status (original, inclusões), público alvo e horizonte temporal;		Sim	Sim
017	Possuir cadastro de Ações contendo o eixo de desenvolvimento, objetivo do milênio, prioridade, unidade responsável, horizonte temporal, produto, indicador, data de aferição, unidade de medida, índice recente e futuro do indicador;		Não	Não
018	Possuir cadastro de indicadores de programas permitindo o gerenciamento de metas para cada ano do PPA. Deverá possuir no mínimo unidade, índice recente, índice futuro, produto, metodologia de cálculo e base geográfica;		Não	Não
019	Permitir o cadastro das fontes de financiamento do PPA estimadas para os 04 anos com possibilidade de inclusão de novas fontes (inclusões) e alterações nas fontes já lançadas após aprovação da peça original;		Não	Não
020	Permitir o cadastro da Despesa PPA prevista para os 04 anos informando metas físicas e financeiras de cada ação com possibilidade de inclusão de novas despesas (inclusões) e alterações nas despesas já lançadas após a aprovação da peça original;		Não	Não
021	Permitir que as inclusões e alterações na despesa do PPA, original possam ser aprovadas individualmente ou em lote informando número, data e publicação da legislação que as autorizou;		Não	Não
022	Possuir rotina de atualização detalhada das peças de planejamento da receita através de percentuais de crescimento ou decréscimo: informados, percentual através de percentuais de crescimento ou decréscimo: informados, podendo haver ou não arredondamento;		Não	Não
023	Possuir rotina de atualização detalhada das peças de planejamento da despesa através de percentuais de crescimento ou decréscimo: informados, podendo haver ou não arredondamento;		Não	Não

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

		Atendido	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
024	Permitir a criação de simulações de planejamento da despesa, inclusive com a possibilidade de emissão dos relatórios baseados nos dados de simulação;			Não
025	Permitir que as simulações de planejamento possam ser armazenadas e posteriormente restauradas a critério do usuário;			Não
026	Emissão de Anexo I – Fontes de Financiamento dos Programas;			Não
027	Emissão de Anexo II – Descrição dos Programas Governamentais/Meios/Custos;			Não
028	Emissão do Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;			Não
029	Emissão de Anexo IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Organizacionais e Evoluções;			Não
030	Emissão de Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Meios/Custos para o Exercício;			Não
031	Emissão do Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;			Não
032	Emissão de Quadro de Detalhamento – Programas Governamentais;			Não
033	Emissão de relatório de Programas e seus Respostas Indicadores;			Não
034	Gerar e emissão dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais de acordo com a 7ª Edição dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;			Não
Item	ELABORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Atendido	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	Permitir que para um novo PPA possam ser importadas a partir de planejamentos anteriores, as informações de receita e/ou despesa;			Não
036	Possibilitar a importação dos dados da LOA de um exercício anterior informado pelo usuário para a geração dos dados da LOA de exercício futuro;			Não
037	Permitir a definição de proposta orçamentária da receita, individualizada por Unidade Gestora e contendo Natureza da Receita, Vinculo e Tipo de Receita (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);			Sim
038	Permitir que em cada classificação da receita da LOA, mais de um vinculo possa ser relacionado;			Sim
039	Permitir a definição da proposta orçamentária da despesa, individualizada por Unidade Gestora e contendo Unidade Orçamentária, Natureza de Despesa, Classificação Funcional, Vinculo e Tipo de Despesa (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);			Sim
040	Permitir que a critério do órgão, ao elaborar a proposta orçamentária, divergências de valores entre ela e as peças PPA e LDO sejam regularizadas automaticamente;			Não
041	Possibilitar a emissão dos relatórios relativos à proposta orçamentária de forma individualizada por Unidade Gestora ou de forma Consolidada;			Sim
042	Emissão de Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;			Sim
043	Emissão de Anexo 2 – Resumo Geral da Receita;			Sim
044	Emissão de Anexo 2 – Natureza da Despesa;			Sim
045	Emissão de Anexo 2 – Consolidação da Despesa por Órgão;			Sim
046	Emissão de Anexo 2 – Consolidação Geral da Despesa;			Sim
047	Emissão de Anexo 6 – Programa de Trabalho;			Sim
048	Emissão de Anexo 7 – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais;			Sim
049	Emissão de Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vinculo com os Recursos;			Sim
050	Emissão de Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;			Sim

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

051	Emissão de Especificação da Receita por Fontes e Legislação.		Não
052	Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Receita.		Não
053	Emissão do Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo.		Não
054	Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Despesa.		Sim
055	Emissão de Quadro de Detachamento da Despesa (QDD).		Sim
056	Emissão de Orçamento da Seguridade Social.		Não
057	Permitir a criação de novos créditos Especiais ou Extraordinários, não contemplados nas peças de planejamento originais, com a devida autorização legal.		Sim
058	Permitir que a criação desse novo crédito possua, a critério do usuário, atualizar as peças PPA e LDO, inclusive com a possibilidade de aprovação dessas alterações com legislação diferente da que criou os novos créditos.		Sim
Item	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FIMANÇEIRA.	ATENDEDO	NÃO ATENDIDO
059	Permitir a realização de controle no cadastro de fornecedores para permitir ou não a inclusão de fornecedores com CNPJ/CPF duplicado, ou inválido. Sendo que esse cadastro deve conter no mínimo as informações de endereço, nome (logradouro, bairro, cidade, estado e CEP), contato (e-mail e telefone) e documentação (CPF, CNPJ, inscrição Municipal, inscrição Estadual, inscrição no INSS e PIS/PASEP).		ESSENCIAL
060	Para o caso do fornecedor ser um consórcio deverá ser possível informar a área de atuação do mesmo, além do data de encerramento e finalizado.		Não
061	Permitir unificar cadastro e movimentação de fornecedores com o mesmo número de CNPJ/CPF.		Não
062	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às dotações de forma geral, por unidade orçamentária, por dotação ou por vínculo.		Sim
063	Permitir que a realização das movimentações de despesa (alteração orçamentária, reserva, empenho, liquidação, ordem bancária e pagamento) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta.		Sim
064	Permitir que no cadastro de dotações possam ser inseridos mais de um vínculo para cada dotação.		Sim
065	Possuir cadastro de modelos padronizados de impressão de minutas de decreta e projetos de lei, sendo que ao emit-la deverá ser possível a seleção do modelo.		Não
066	Permitir gerar Minuta de Decreto de alteração orçamentária a ser enviada ao Legislativo. Após a aprovação do mesmo, possibilitar a inclusão automática dessas alterações na rotina de alteração orçamentária.		Não
067	Possuir no cadastro de alterações orçamentárias informações do tipo de autorização (lei, decreto, portaria e ato), do tipo de alteração (suplementação e anulação) e de valor por recurso empregado.		Sim
068	No cadastro de alterações orçamentárias, quando se referir a abertura de Créditos Adicionais, não permitir a finalização deste procedimento sem a introdução da legislação que autoriza.		Sim
069	Possuir controle para possibilitar nos casos de alteração orçamentária por redução orçamentária que seja informada as dotações que receberam os recursos.		Sim
070	Permitir o controle de limites da autorização legal para criação de créditos adicionais e operações de Remanejamento, Transposição ou Transferência de acordo com percentual definido pelo usuário, observando critérios definidos na LOA ou na LDO.		Sim

143



Prefeitura do Município de Itaboa
Av. Luciano Cordeiro, nº 650, Jardim de Luiza
Tel: (11) 3163-0655 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itaboa.sp.gov.br
Internet: www.itaboa.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

071	Permitir que o usuário defina os conceitos de Remanejamento, Transposição e Transferência e que a partir desses conceitos, o sistema identifique automaticamente essas operações ao cadastrar alterações orçamentárias.		Não
072	Permitir que o usuário configure o comportamento do sistema ao ultrapassar os limites definidos no item 12, se a operação deve ser bloqueada ou se deverá apenas emitir um alerta.		Sim
073	Permitir a atualização do PPA e LDO a partir das alterações orçamentárias lançadas na LOA.		Sim
074	Possuir rotina de cadastro de históricos patentizados para serem utilizados nas reservas e empenhos.		Sim
075	Permitir o gerenciamento de numeração de documentos de forma individualizada por Unidade Gestora e exercício para as rotinas de reserva, anulação de reserva, empenho, anulação de empenho, liquidação, anulação de liquidação e ordem bancária, sendo que a numeração de empenho e liquidação extrajornamentárias deve ser independente das movimentações orçamentárias.		Sim
076	Possibilitar a realização do complemento ou anulação de reserva de dotação orçamentária.		Sim
077	Integração entre as rotinas de reserva e empenho permitindo a transferência automática de deltas relativos a reserva para o empenho. Permitir através de configuração, que o histórico lançado na reserva seja transferido automaticamente para o registro de empenho.		Sim
078	Permitir informar os dados do processo licitatório (modalidade, número do processo, exercício, causa da dispensa ou inexigibilidade) na inclusão do empenho.		Sim
079	Permitir o controle da execução orçamentária através de estrutura de eventos/costos de custos estruturados de forma hierárquica.		Sim
080	Permitir o controle da execução orçamentária por fontes de recursos gerenciais.		Sim
081	Utilização do empenho para controle do comprometimento de créditos orçamentários, permitindo sua anulação total ou parcial.		Sim
082	Possuir rotina que permita ao usuário na inclusão do empenho delimitar se a despesa orçamentária executada será ou não considerada na geração do arquivo do DIRF, podendo esta informação ser alterada nas rotinas de pagamento ou ordem bancária conforme necessário.		Não
083	Permitir a movimentação/controlar de empenhos de retéis e pagar em exercícios futuros ao seu exercício de origem em base única e respaldando sua numeração e classificação de despesa original.		Sim
084	Permitir a realização de liquidação total ou parcial dos empenhos e da mesma forma a anulação total ou parcial das liquidações.		Sim
085	Permitir através de configuração, que o histórico lançado no empenho seja transferido automaticamente para o registro de liquidação.		Sim
086	Possuir rotina para cadastramento de descontos individualizado por Unidade Gestora, onde os mesmos serão vinculados a rubricas da receita, sendo também possível definir a rotina em que serão gerados de forma automática (empenho, liquidação ou pagamento) e se houver apropriação, a rotina em que isto ocorrerá (liquidação ou pagamento).		Sim
087	Possuir rotina para o cadastramento de serviços que serão associados a descontos, individualizado por Unidade Gestora, permitindo definição do percentual de desconto a ser calculado e a associação de mais de um desconto por serviço.		Sim
088	Possuir rotina que permita ao usuário selecionar qual tipo de dotação utilizada no pagamento (orçamentária, extrajornamentária, resios a pagar de outros exercícios ou todas) e qual o tipo de desconto (orçamentário, extrajornamentário ou ambos) serão lançados de forma automática no movimento de receita.		Sim

144



Prefeitura do Município de Itaboa
Av. Luciano Cordeiro, nº 650, Jardim de Luiza
Tel: (11) 3163-0655 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itaboa.sp.gov.br
Internet: www.itaboa.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

009	Possuir rotina para consulta e atualização de INSS a ser retido de pessoas físicas de acordo com cadastro de retenções em outras fontes para o tomador;	Não
090	Permitir a emissão de guias patronizadas de INSS, IRRF e ISS a partir das retenções realizadas nas rotinas de liquidação, ordem bancária e pagamento. As guias de IRRF e ISS poderão ser geradas com código de barras (FEBRADAM) ou centricônicas contábilmente;	Não
091	Permitir a integração com Sistema de Administração de Pessoal / Recursos Humanos para a geração automática de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos;	Sim
092	Permitir que a geração da movimentação do item 4.33 seja feita por fonte de recurso;	Sim
093	Possuir relatório para conferência/prévia dos lançamentos a serem gerados na integração citada no item 4.33 permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação, fidoespesa antes da realização de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos oriundos de mesma;	Sim
094	Permitir a integração com Sistema de Administração de Materiais e Compras para a geração automática de reservas, empenhos e liquidações;	Sim
095	Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde podem ser relacionadas uma ou mais liquidações;	Sim
096	Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde as liquidações são inseridas automaticamente a partir de filtros diversos definidos pelo usuário;	Não
097	Permitir a anulação total ou parcial de ordens bancárias;	Sim
098	Efetuar a partir de ordem bancária a geração de arquivos em formato definido pelo banco (CENBANC ou CNAB240) contendo registros para pagamentos em meio eletrônico e com número de remessa dos mesenos gerados de forma independente por Unidade Gestora;	Sim
099	Permitir a realização de pagamento de empenhos e liquidações através de ordem bancária ou pagamento direto, realizando o controle de saldos dos empenhos e liquidações já vinculados e alguma(s) destas formas de pagamento;	Sim
100	Efetuar controle para não permitir o pagamento de liquidação com data de vencimento superior a data do pagamento;	Não
101	Possuir rotina para gerenciamento da quebra de ordem cronológica de pagamento, com validação e justificativa de registros que ocorrem na quebra através de dupla custódia e log de ocorrências para consulta;	Não
102	Permitir indicar quais naturezas de despesas devam controlar a ordem cronológica de pagamentos;	Não
103	Permitir excluir uma liquidação que inicialmente devente entrar no controle de ordem cronológica, com registro de autorização de usuário com privilégio superior e justificativa;	Não
104	Permitir suspender o pagamento de uma liquidação que está no controle de ordem cronológica, caso haja pendência por parte do tomador. Não prejudicando o pagamento das demais liquidações que fazem parte do controle de Ordem Cronológica de Pagamento;	Não
105	Permitir a integração de histórico complementar para identificação nos movimentos de anulação de todas as rotinas da execução orçamentária;	Sim
106	Permitir ao usuário a configuração da anulação automática de movimentos anteriores ao movimento de pagamento quando da anulação de pagamento podendo optar para todos os empenhos ou somente empenhos de adiantamento e podendo anular até o documento de pagamento, liquidação, empenho ou reserva;	Não
107	Permitir controle para bloquear a alteração do processo administrativo nas rotinas de liquidação, ordem bancária ou pagamento;	Sim
108	Permitir o envio de e-mail contendo a nota de empenho e nota de liquidação ao fornecedor relacionados às mesmas;	Não

145

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

109	Permitir a inserção automática (câmera óptica) ou manual do código de barras quando da liquidação de convênios tais como equt. luz e telefone para posterior geração de informação em ordens bancárias nos padrões OB/NB06 CNAB240;	Não
110	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às rubricas de receita de forma geral, por rubrica ou por vínculo;	Não
111	Permitir que a realização das movimentações de receita (arrecadação, previsão atualizada) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consultiva;	Sim
112	Permitir a integração com Sistema de Administração Tributária para a geração automática de arrecadações de tributos;	Sim
113	Possuir relatório para conferência/prévia dos registros a serem gerados a partir de integração citada no item 4, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da receita antes da realização da mesma;	Sim
114	Permitir controle de receitas vinculadas ao Sistema de Administração Tributária, não permitindo o inóculo e alteração destas receitas através de lançamento diretos no Sistema de Contabilidade, sendo possível a movimentação destas receitas somente através da rotina de integração;	Sim
115	Permitir a exclusão de lançamentos de receitas oriundas da integração com o Sistema de Administração Tributária apenas quando selecionado o lote completo;	Sim
116	Permitir que no cadastro de rubricas possam ser inseridos mais de um vínculo para cada rubrica;	Sim
117	Possuir rotina para geração e controle da previsão atualizada de receita do exercício, sendo que para cada rubrica e vínculo deverá ser possível definir e percentual correspondente de cada mês em relação ao total previsto no ano;	Sim
118	Emissão de Previsão Atualizada da Receita contendo os campos data do movimento das previsões, código da receita e sua descrição, vínculo da receita (fonte de recurso), valor arrecadado e valor individualizado das previsões com o histórico, totalizando todos os valores das previsões, arrecadado até a data base e calculando a diferença entre o valor das previsões e o valor arrecadado;	Não
119	Emissão de Movimento Diário da Receita - Analítico contendo os campos data de registro do lançamento, histórico registrando quando do lançamento, valor do lançamento, número de ficha de receita, sua natureza, descrição e vínculo (fonte de recurso). Deverá ser totalizado por conta bancária, quando existir. Caso não tenha sido registrado pela rede bancária, ou seja, transferência entre receitas, os dados deverão ser impressos no início do relatório. O relatório poderá ser selecionado por período (data), conta bancária, vínculo (fonte de recurso);	Sim
120	Emissão de Balanço da Receita contendo os campos código da natureza da receita e sua descrição, valor da previsão orçamentária, valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referencial e o valor da diferença da previsão para o arrecadado até o mês. Deverá totalizar por grupo de contas da receita e o total orçamentário. Deverá emitir para as receitas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, devendo ter os campos valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referencial. Deverá conter um totalizador por grupo de contas contábil e um total das receitas extras orçamentárias. Deverá trazer os valores analíticos (selos) das contas bancárias do exercício anterior e um total geral;	Sim
121	Emissão de Demonstrativo da Receita Arrecadada onde permita selecionar o período e nível hierárquico da receita, contendo os campos descrição da receita, ctempa com a receita prevista, receita arrecadada no período, receita arrecadada até o período. As colunas dos valores deverão ter um total geral;	Não

146

149

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

122	Emissão de Movimento de Recolha - Exibir conteúdo os campos código de natureza da receita, descrição e vínculo (fonte de recurso) e descrição, data do registro do lançamento, histórico, valor do lançamento, acumulado no mês e acumulado até o mês, deverá trazer o campo do valor acumulado anterior ao período selecionado. Deverá ter os campos de previsão, anotação até o mês selecionado e um saldo que deverá ter o resultado da previsão menos o arrecadado.	Não
123	Permitir controle de movimentações extracomplementares permitindo somente o pagamento de despesas cujos valores foram previamente aprovados (verbalmente) ou a arrecadação de receitas cujos valores foram previamente pagos (recolhidos).	Não
124	Possuir rotina para gerenciamento da concessão de adiantamento a funcionários e prestação de contas do mesmo.	Sim
125	Emissão de Saldo de Dotação com e seleção por período (data de início e fim), e deverá ter os seguintes campos: ordem por secretaria (unidade organizacional), classificação funcional programática e descrição, código de natureza da despesa, descrição e vínculo (fonte de recurso), detalhando os valores da dotação inicial, a movimentação e o saldo atual.	Sim
126	Emissão de Movimento Alteração Orçamentária contendo os campos período de seleção (data inicial e final), ordenado por Secretaria (Unidade Organizacional), natureza da despesa e descrição, código de funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e descrição, data do lançamento, tipo de autorização, data da autorização, tipo de movimentação, número e data do decreto e valor da alteração, fonte de recurso utilizado e o valor por recurso.	Sim
127	Emissão de Movimento Alteração Orçamentária por Ato Legal contendo os campos: ordenado por tipo de ato, campos número da autorização, data da autorização, Unidade Orçamentária, códigos da natureza da despesa e funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e valor. Deverá ter total de suplementações e anulações por tipo de ato e total geral de suplementações e anulações.	Sim
128	Emissão de Movimento de Reserva que deverá ser por Secretaria (Unidade Organizacional) e período selecionado, contendo os seguintes campos: código da natureza da despesa e descrição, código de funcional programática, vínculo (fonte de recurso), data de reserva, nº da requisição e nº da reserva, razão social que deverá existir, nº do processo, código do evento e descrição, histórico, valor unitário e valor total.	Sim
129	Emissão de Movimento de Reserva - Cálculo de Saldo: A seleção deverá permitir por período ou anual, indicando a data pelo usuário, deverá ser ordenado por Secretaria (Unidade Organizacional) com os campos para cada registro: código de natureza da despesa até o nível de subelemento e sua descrição, código de funcional programática e a descrição do artigo, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data de reserva, nº da reserva, fornecedor, se houver, nº do processo e valor. No final de cada registro, o sistema deverá totalizar por vínculo (fonte de recurso) com os campos Dotação Inicial, suplementação / remanejamento, anulação / remanejamento, despesa autorizada, valor reservado e o saldo.	Sim
130	Emissão de Relação de Reservas a Empenhar: Deverá ordenar por Secretaria (Unidade Organizacional), com totalizadores por dotação, e por órgão/Secretarias (unidade organizacional) e total geral. Os registros devem conter os seguintes campos: nº da reserva, fornecedor, se houver, data do registro, nº do processo e valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição.	Sim

147

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

131	Emissão de Relação de Reservas e seus Movimentos: Deverá ter os seguintes campos: nº da reserva, data de reserva, nº do processo, valor da reserva e histórico. Deverá conter a movimentação da reserva (complemento, anulação de reservas, empenhos e anulação de empenhos), com os campos: data do registro, nº do documento e nº das anulações quando for o caso, nº do processo, valor e saldo da reserva. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no caso superior a direita.	Sim
132	Emissão de Movimento de Empenho, por Secretaria (Unidade Organizacional) com os campos: exercício do empenho, código da natureza da despesa e descrição, código de classificação funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso), data do empenho, liquidação / anulação, seleção por ordem bancária / anulação e pagamento / cancelamento) com suas datas, nº do processo, histórico, valor do movimento e saldo do empenho. Deverá ter o código do evento do empenho e sua descrição, histórico e valor. Deverá ter um totalizador por empenho, com os campos: saldo anterior, valor do empenho e saldo atual do empenho.	Sim
133	Emissão de Relação de Empenho e seus Movimentos: Deverá ser selecionado pelo nº do empenho e deve conter os seguintes campos: nº do empenho, tipo do empenho, data do empenho, fornecedor, valor, nº da reserva, nº do processo, histórico do empenho. Deverá conter a movimentação, quando houver, (anulação do empenho, liquidação / anulação, seleção por ordem bancária / anulação e pagamento / cancelamento) com suas datas, nº do processo, histórico, valor do movimento e saldo do empenho. Deverá ter o resumo das rotinas efetuadas no empenho como: Totais acumulados de empenho, liquidação, pagamento, ordem bancária, os totais de anulação quando houver, e os saldos das mesmas rotinas referentes ao empenho específicos.	Sim
134	Emissão de Movimento de Liquidação: Deverá ser ordenados por Secretaria (Unidade Organizacional) e dotação, contendo os seguintes campos: Código e descrição da Secretaria (Unidade Organizacional), código da natureza da despesa e sua descrição, código de funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, nº da liquidação e data, nº do empenho e fornecedor, nº do processo, valor do empenho, histórico da liquidação, saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. Para cada registro deverá conter o tipo de documento (Nota fiscal, futura, etc.) e seu número e data de emissão do documento. Deverá ainda ter o total por vínculo e o total por dotação. No final do relatório, deverá ter o resumo (total geral) das colunas: saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no caso superior a direita.	Sim
135	Emissão de Relatório de Ordem Bancária sintética, para envio ao banco. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente, com a mesma numeração da ordem bancária. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizamos efetuarmos os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número.....". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, valor líquido a ser creditado para cada fornecedor. Deverá ter total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por evento. Deverá ser impresso no final do relatório até seis assinaaturas.	Não

148

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

136	Emissão de relatório de Ordem Bancária analítica. Deverá ser numerada seqüencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição: "Autorizados efetuarem os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:.....". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, exercício do empenho, número do empenho, código da dotação, histórico, número da liquidação, data da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, código de depósito identificado, se houver, valor bruto do pagamento, descontos, se houver, e o valor líquido a ser creditado. No caso de descontos, deverá discriminar o nome do desconto (tipo de documento (NF, futura, etc., digitais na liquidação) e o valor do desconto. Deverá ter um total por fornecedor, total líquido, total dos descontos e total líquido. No final do relatório deverá ter totais gerais do valor bruto, descontos e líquido. Deverá ter a quantidade de liquidações selecionadas e o total a se debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assenturas.	Não
137	Relatório contendo um Resumo de Pagamentos Via Ordem Bancária, ordenados por dia e nº da ordem bancária, contendo os seguintes campos: dados cadastrais do fornecedor, inclusive com os dados bancários. Tipos de documentos pagos e número, Valor bruto pago e a discriminação dos descontos analiticamente, totalização dos descontos e o total líquido, número do processo de pagamento, nº da ordem bancária, data da emissão da ordem bancária, conta em que foi debitada.	Não
138	Emissão de relatório de Ordem Bancária contendo os valores enviados e recebidos via ordem bancária em meio magnético aos bancos de acordo com seus respectivos layouts, que deverão ser lidos e pefit dos arquivos gerados em meio magnético e os enviados pelos bancos como retorno;	Sim
139	Emissão de relatório de Ordem Bancária por Fornecedor e Tipo de Serviço. Deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, tipo de serviços relativo ao desconto (descrição), valor bruto, valor líquido, valor líquido, número do processo de pagamento e data da ordem bancária. Deverá ter os totais dos valores bruto, líquido e líquido;	Sim
140	Emissão de relatório de Movimento de Pagamento. Deverá ser ordenado por exercício da dotação e código da lotação. Deverá ter os seguintes campos: código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do pagamento, número do empenho e número da liquidação, nome do fornecedor, número do processo de pagamento, código e descrição da conta bancária de pagamento, tipo de pagamento (orden bancária e pagamento normal) e seu número, valor do pagamento bruto, desconto e valor líquido, tipo de documento e seu número, histórico do empenho e o valor do empenho. No final do relatório deverá ser apresentado os totais gerais dos campos valor bruto, valor desconto e valor líquido, total geral orçamentária e extraorçamentária.	Sim
141	Permitir a emissão / remissão a nota de Reserva, de Complemento de Reserva e de Anulação de Reserva contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor (se houver), valor da operação.	Sim
142	Permitir a emissão / remissão a nota de Empenho e de Anulação de Empenho contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor do empenho ou anulação;	Sim
143	Permitir a emissão / remissão a nota de Liquidação e de Anulação de Liquidação contendo número do documento, data da operação, classificação	Sim

149



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

144	Funcional, natureza da despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor de liquidação ou anulação.	Sim
145	Emissão do relatório de Pagamentos por Fornecedor. Deverá ser ordenado por fornecedor, contendo seus pagamentos com os seguintes campos: nome do fornecedor, exercício do empenho, nº do empenho, nº da liquidação, código da unidade orçamentária, código da natureza da despesa, código da classificação funcional programática. Deverá ter total por exercício do empenho, por fornecedor e total geral.	Não
146	Emissão de relatório de Empenhos Pagos no Período. Deverá permitir selecionar a data, mostrar o período selecionado, imprimir os registros separados por dia com total, e deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor, código da dotação, nº do empenho, data da emissão do empenho, valor pago, nº da liquidação, nº do documento/histórico e no final do relatório deverá ter um total geral.	Não
147	Emissão de relatório de Empenhos a Pagar Processados e Não Processados. Deverá ser impresso por exercício, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: execução do empenho, código da função e sua descrição, código da sub-função e sua descrição, nome do fornecedor, nº do empenho, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do empenho, nº do processo, valor do empenho, valor processado (total), valor não processado, valor pago no empenho, e o valor a pagar. Deverá ter um totalizador por cada dotação e total da secretaria (Unidade orçamentária). No final do relatório deverá ter um total geral por exercício e um total geral de todos os exercícios.	Sim
148	Emissão de Balanete da Despesa. No nível de elemento da natureza da despesa. Deverá ser emitido por mês, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos e totalizadores: código da natureza da despesa e descrição do elemento, código da classificação funcional e a descrição da ação, valor inicial da dotação, valor suplantado no ano, valor anulado do ano, valor da dotação autorizada, valor empenhado no mês, valor empenhado no ano, valor liquidado no mês, valor liquidado no ano, valor pago no mês, valor pago no ano, valor a pagar da dotação e o campo saldo atual da dotação. Totalizar os campos acima no final de cada Unidade orçamentária e órgão. Emitir para as despesas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, o valor pago no mês e no ano. Emitir o saldo das contas bancárias que passa para o mês seguinte, com o nome da conta bancária (descrição) e o saldo no final do mês solicitado. Deve totalizar por grupo de contas bancárias, valor total das contas bancárias e um total geral do Balanete da despesa.	Sim
149	Emissão de relatório de Despesa por Função e Grupo de Despesa. Deverá selecionar por mês e deverá conter os seguintes campos: código da função e sua descrição, código da natureza da despesa no nível de grupo de despesa e sua descrição, valor empenhado no mês e empenhado no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano. Deverá totalizar por função de governo e no final do relatório um total geral dos campos citados acima.	Não

150



150

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

150	Emissão de Demonstrativo da Despesa Realizada, permitindo a seleção por período (data inicial e data final) de empenhada, liquidada, paga e reservada, nível da natureza da despesa, do modalidade, elemento e subelemento apresentando seus graus superiores. Deverá ter os seguintes campos: Descrição do código; da natureza da despesa; valor do empenho; valor da dotação autorizada; valor da realização do período selecionado; valor da realização até o período selecionado. Deverá no final do relatório ter um totalizador dos campos citados acima.	Sim
151	Emissão de Posição da Situação Atual da Despesa demonstrando a posição atual da Despesa, com a seleção por período (data inicial e data final), orientado por Secretaria (Unidade Orçamentária) com os seguintes campos: código da Secretaria (Unidade Orçamentária) e descrição; código da classificação funcional programática e descrição; código da natureza da despesa e sua descrição; código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição; valor da dotação inicial; valor suplementado; valor anulado; valor refinanciado por acréscimo e valor remanescente por redução; valor autorizado da dotação; valor reservado na dotação e a reservar; valor empenhado e a empenhar; valor liquidado e a liquidar; valor pago e a pagar e o saldo da dotação. Deverá ter um total por Secretaria (Unidade Orçamentária) e um total geral dos campos citados acima.	Não
152	Emissão de relação de Empenhos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade Orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática; código da natureza da despesa; nº do empenho; e nome do fornecedor; data do pagamento; histórico e valor. Deverá ter um total por secretaria e um total geral.	Sim
153	Emissão de relação de Pagamentos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade Orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática; código da natureza da despesa; nº do empenho e nome do fornecedor; data do pagamento; histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral.	Não
154	Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da execução orçamentária, permitindo a seleção por mês, analítico ou sintético, com ou sem vínculo (fonte de recurso). Caso analítico, poderá selecionar a emissão dos vínculos ou não. No caso de sintético não permitirá a emissão dos vínculos (fontes de recursos). Quando analítico deverá ter os seguintes campos: código da Secretaria (Unidade Orçamentária) e sua descrição; código da classificação funcional programática e a descrição; código da natureza da despesa e sua descrição; código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição; valor da dotação inicial; dotação autorizada; empenhado no mês; empenhado no ano; liquidado no mês; liquidado no ano; pago no mês; pago no ano. Caso tenha mais de um vínculo, deverá totalizar a dotação com os vínculos.	Sim
155	Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para Educação em determinado período.	Sim
156	Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para a Saúde para Educação em determinado período.	Sim
157	Emissão de Demonstrativo da Execução da Despesa com seleção mensal, discriminando as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicação e elemento da despesa, com os seguintes campos: despesa orçada; despesa autorizada; empenhado no mês; empenhado no ano; liquidado no mês; liquidado no ano; pago no mês e pago no ano; saldo a empenhar e saldo a pagar. Deverá ter um total geral no final do relatório dos campos citados acima.	Sim

151



Professora do Município de Itatiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 500, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3163-0955 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

158	Emissão de relatório de Despesa por Ação, com a seleção por mês e por nível da natureza da despesa, ordenando pelo código da ação e detalhando por natureza da despesa no nível selecionado com os campos: natureza da despesa e descrição; valor orçado; valor da alteração com os campos: natureza da despesa e descrição; valor do empenhado no mês; valor do empenhado no ano; valor do liquidado no mês e valor no liquidado no ano; valor pago no mês e valor pago no ano; saldo a empenhar; saldo a liquidar e saldo a pagar. Deverá ter um totalizador dos campos acima por ação e um total geral dos mesmos campos.	Sim
159	Emissão de Resumo de Despesa por Nível da Unidade Orçamentária, com a seleção por vínculo (fonte de recurso), nível de órgão e mês. Deverá ter os seguintes campos: código do órgão e descrição; dotação atualizada; valor reservado no mês e no ano; valor empenhado no mês e no ano; valor liquidado no mês e no ano; valor pago no mês e no ano e o valor a pagar até o período selecionado (acumulado). No final do relatório deverá ter um totalizador dos campos acima.	Sim
160	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário aos movimentos de contas bancárias de forma geral, por tipo de conta, por conta bancária ou por vínculo.	Não
161	Permitir que a realização das movimentações financeiras seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consultadora ser realizada somente consultiva.	Sim
162	Permitir que as movimentações de contas bancárias possam ser controladas por vínculos.	Sim
163	Permitir controlar quais vínculos de receita e/ou despesa poderão ser movimentados em determinada conta bancária.	Não
164	Possuir rotina de integração dos movimentos de receita e de despesa com o movimento financeiro.	Sim
165	Possuir rotina para gerenciamento de conciliação bancária seja no momento de inclusão do lançamento no movimento financeiro, seja através da rotina de integração entre o movimento financeiro e os movimentos de receita e despesa, ou seja, em rotina específica de controle de conciliação bancária.	Não
166	Possuir rotina que permita o gerenciamento da conciliação bancária por lote, permitindo fazer, alterar ou desfazer a conciliação bancária de vários lançamentos financeiros simultaneamente.	Sim
167	Possuir rotina de gerenciamento de manutenção independente por Unidade Gestora, na emissão do Livro da Tesouraria e Boletim Financeiro.	Sim
168	Emissão do Movimento Financeiro contendo os campos código contatos da conta corrente, descrição da conta, período selecionado por data inicial e final, código da agência e conta bancária, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, data do lançamento, histórico, saldo até o dia anterior, valor do lançamento, saldo atual, status de conciliação bancária.	Sim
169	Emissão de Boletim Financeiro contendo os campos descrição da conta bancária, data solicitada para emissão, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior, ao da seleção, movimentação sintética (valores acumulados) dos entradas e das saídas, e o saldo atual; total por grupo de contas de todas as colunas e total geral.	Sim
170	Emissão de Boletim da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá trazer a data solicitada para emissão, saldo em tempo que encerrou o exercício anterior e o saldo em tempo na data, total de receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias arrecadadas, bem como os seus respectivos cancelamentos efetuados na data. Se houver diferença entre o total de movimentações financeiras no dia e o total de movimentações de receita e despesa, a mesma deve ser apresentada. Deverá apresentar relação de contas bancárias separadas por tipo de	Sim

152



Professora do Município de Itatiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 500, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3163-0955 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	DESCRIÇÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
181	At realizar uma Liquidação que resulte em uma arrecadação extraparamentária, ou repasse (gestão de empreito e liquidação extraparamentária correspondente) será realizado automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos além do pagamento do mesmo.			Não
	CORTABILIDADE			
182	Possuir Plano de Contas conforme o modelo PCASP definido pela Secretaria do Tesouro Nacional e observando as particularidades adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado, contendo os grupos de contas. Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), Controle Orçamentário e Demais Controles, permitindo manutenção no mesmo pelo usuário.			Sim
183	Permitir que a realização dos lançamentos contábeis seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Contábil/obra ser realizada somente consulta.			Sim
184	Realizar a contabilização automática das variações financeiras e das mutações patrimoniais dependentes e independentes da execução orçamentária.			Sim
185	Não permitir que os lançamentos contábeis sejam realizados em contas contábeis de nível sintético.			Sim
186	Possuir rotina de verificação das inconsistências nos lançamentos contábeis para atendimento às normas contábeis vigentes.			Sim
187	Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados nos lançamentos contábeis, permitindo também a complementação deste histórico pelo usuário.			Sim
188	Permitir o gerenciamento individualizado por Unidade Gestora do encerramento contábil mensal e da numeração de páginas do Livro Diário, para não permitir que sejam realizadas movimentações dependentes ou independentes da execução orçamentária em meses que constam como encerrados.			Sim
189	Possuir rotina que efetue a transferência dos saldos contábeis de balanço do exercício anterior para exercício seguinte, individualizado por Unidade Gestora.			Sim
190	Permitir a geração de arquivos para o sistema AIDESP TCE/SP dos Módulos de Balancete Isolado e Balanço Anual.			Sim
191	Emissão de Balancete Contábil - Analítico/Sintético com codificação do plano de contas PCASP adotado pelo Tribunal de Contas do Estado, com os seguintes campos e na seguinte ordem: Código da conta contábil, descrição da conta contábil, saldo do exercício anterior se houver, valor acumulado do mês anterior, movimento a débito no mês, movimento a crédito no mês e saldo atual. Deverá ser emitido por mês selecionado, e no final do relatório deverá ter os totais das colunas acima.			Sim
192	Emissão de Diário Legal contendo os seguintes campos: descrição da conta contábil, data do lançamento, código da conta contábil, histórico do lançamento, valor lançado a débito e valor lançado a crédito. Deverá totalizar por grupo de contas do plano de contas por dia (débito e crédito) e o total geral (débito e crédito). Deverá permitir a seleção mês a mês ou anual.			Sim
193	Emissão de Razão Analítica que devere permitir a seleção por mês, anual, abertura e encerramento do exercício. Deverá ter os seguintes campos: código da conta contábil superior e sua descrição, código da conta contábil analítica e sua descrição, saldo anterior da conta, quando houver, data do lançamento, histórico, movimento de débito, movimento de crédito e saldo atual, indicando se saldo devedor ou credor. No final do relatório deverá totalizar os movimentos de débito, créditos e saldo por conta analítica.			Sim
194	Gerar e emissão das Demonstrações Contábeis (Anexo de Balanço) de acordo com a 7ª Edição ou superior do Manual de Contabilização Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.			Sim
195	Resumo Geral da Receita - Anexo 02.			Sim

154



Prefeitura do Município de Itumbia
Av. Luciano Costeira, nº 600, Jardim do Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itumbia.sp.gov.br
Internet: www.itumbia.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

171	copista (Movimento, Aplicação e Visibilidade) fazendo descrição da conta bancária, vínculo (fonte de recurso), vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação histórica (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual total por grupo de contas de todas as colunas e total geral.			
172	Emissão de Livro de Teorização de deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá imprimir analiticamente os registros, incluindo pelo saldo da conta até o dia anterior, se houver, discriminar as receitas orçamentárias e extras orçamentárias arrecadadas em os campos de descrição, histórico, valor e totalizar por tipo de receita (orçamentária e extraparamentária). Deverá ter a movimentação das entradas e receitas bancárias, separadamente, com a descrição das contas bancárias, histórico e valor, separando por grupo de contas. Deverá emitir a movimentação das despesas pagas orçamentárias e extraparamentária e seus cancelamentos, que tenha os campos foneador, número do instrumento, número da ordem bancária e o valor. No final do relatório deve ter um resumo, demonstrando os saldos das contas bancárias e caixa do exercício anterior e os valores arrecadados no dia da seleção do relatório e o acumulado até o dia anterior trazendo um totalizador. Nas despesas, as rubricas as despesas pagas até o dia anterior, as pagas no dia selecionado, os saldos das contas bancárias e caixa e um total geral das despesas. O fechamento do livro tem que ser diariamente. Caso não feche, o sistema deve assuar o valor da diferença no mesmo relatório.	Sim		
173	Emissão da Mapa de Conciliação bancária com a assição mensal por conta individualizada, com os seguintes campos: Banco, agência e conta bancária, contábil e descrição, vínculo (fonte recurso) da conta bancária, saldo bancário que deve conter e saldo constante no extrato bancário, itens pendentes de conciliação. Deverá constar a soma dos valores não conciliados e o saldo contábil.			Sim
174	Possuir rotina para o cadastro de débitos e suas adequações (adiativos e cancelamentos), bem como sua vinculação junto às reservas e empréstimos, permitindo o controle do período de vigência e saldo residual.			Sim
175	Possuir rotina para o cadastro de convênios e suas adequações (adiativos e cancelamentos/quitações), bem como a verificação de existência de convênio e o controle do período de vigência nos movimentos de receita, reservas e empréstimos através do código de aplicação.			Sim
176	Realizar a emissão de relatórios para acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira de convênios.			Não
177	Permitir o bloqueio de utilização das rotinas de execução orçamentária quando efetuado o encerramento de execução orçamentária no exercício ou quando necessário, permitindo somente a realização de consultas.			Não
178	Possuir rotina para cadastramento de divida fundada e as movimentações de empréstimos vinculadas às messas.			Sim
179	Elencar a geração dos arquivos para Recúlia Federal como o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais e DRRF - Declaração do Imposto Rótulo na Fonte.			Sim
180	Elencar a geração do arquivo SEFP referente às retinções de INSS realizadas para fornecedores autônomos a ser encaminhado à Previdência Social. Permitir a geração de arquivos para o sistema AIDESP TCE/SP dos Módulos Planejamento (Incial e Anualizado), Conciliação Bancária Mensal e Pre-saldos.			Sim

153



Prefeitura do Município de Itumbia
Av. Luciano Costeira, nº 600, Jardim do Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itumbia.sp.gov.br
Internet: www.itumbia.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

196	Comparativo da Receita Oculada com Arrecadação - Anexo 10;	Sim
197	Demonstrativo Receita e Despesa Segundo Categorias Econômicas - Anexo 01;	Sim
198	Sumário Geral Receita para Funções e Despesa para Funções Governo;	Sim
199	Natureza da Despesa - Anexo 02;	Sim
200	Discriminação da Despesa Segundo o Vínculo dos Recursos;	Sim
201	Natureza da Despesa - Anexo 02- Consolidação por Órgão;	Sim
202	Natureza da Despesa - Anexo 02- Consolidação Geral;	Sim
203	Programa de Trabalho - Anexo 06;	Sim
204	Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07;	Sim
205	Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções, Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 08;	Sim
206	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 09;	Sim
207	Análise das Despesas Corrente e de Capital em Percentuais;	Sim
208	Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Categoria Econômica;	Sim
209	Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11;	Sim
210	Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada por Ação;	Sim
211	Comparativo Receita Oculada com Arrecadação Mensal e Acumulada;	Sim
212	Comparativo Despesa Autorizada com Realizada Mensal e Acumulada;	Sim
213	Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 1 - Sintético;	Sim
214	Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 1 - Analítico;	Sim
215	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional- STN;	Sim
216	Anexo I - Balanço Orçamentário;	Sim
217	Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Sub-Função;	Sim
218	Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;	Sim
219	Anexo IV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;	Sim
220	Anexo V - Demonstrativo do Resultado Nominal;	Sim
221	Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Primário;	Sim
222	Anexo VII - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;	Sim
223	Anexo VIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;	Sim
224	Anexo IX - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;	Sim
225	Anexo X - Demonstrativo de Projeção Anual do Regime de Previdência;	Sim
226	Anexo XI - Demonstrativo da Receita de Aliminação de Alvos e Aplicação de Recursos;	Sim
227	Anexo XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;	Sim
228	Anexo XIII - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;	Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

229	Anexo XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;	Sim
230	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal - Relatórios da Gestão Fiscal de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional- STN;	Sim
231	Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;	Sim
232	Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL;	Sim
233	Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;	Sim
234	Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito;	Sim
235	Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;	Sim
236	Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal;	Sim

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

Item	DESCRIÇÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	CADASTRO DE PESSOAL Permitir a captação e manutenção de informações pessoais de todos os servidores com no mínimo as seguintes dados: matrícula, nome, filiação, data de nascimento, sexo, grau de instrução, estado civil, fotografia, endereço, CPF, PIS, RG (número, órgão expedidor e data de expedição), carteira de trabalho (número e série), carteira nacional de habilitação, naturalidade, nacionalidade, tipo sanguíneo, identificar se é doador de sangue, identificar se é pessoa com deficiência.			Sim
002	Permitir a captação e manutenção de informações do vínculo que o servidor teve ou tem com o Órgão, com no mínimo os seguintes dados: regime jurídico, vínculo, cargo, salário, carga horária semanal, data de nomeação, data da posse, data de admissão, data de término do contrato temporário (se for o caso), lotação, unidade orçamentária, horário de trabalho, tipo de ponto, local do trabalho.			Sim
003	Permitir a captação e manutenção de informações da qualificação profissional incluindo a escolaridade, formação, treinamentos realizados e experiências anteriores.			Sim
004	Controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e in- posto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente;			Sim
005	Permitir o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos como celetistas, estatutários, RJU e contratos temporários.			Sim
006	Permitir cadastramento de pensões judiciais com o nome do(s) pensionista(s) e alimentantia(s), se houver, CPF, data de inclusão, banco e conta para pagamento, dados para cálculo (percentual, valor fixo ou salário-mínimo); Permitir o cadastramento do organograma de estrutura administrativa, por exercício, para manter o histórico da lotação e custeio, com informação do fonte de recurso que será utilizada para captação de valores a serem utilizados para pagamento dos servidores informados no custeio;			Sim
007	Registrar e manter o histórico das alterações de nome, cargo, salário, unidade gestora, lotação, custeio, vínculo, regime jurídico, local do trabalho e banco/ajustadora beneficiária dos servidores, registrando as informações do motivo da alteração, data e hora da operação e usuário que efetuou a alteração;			Sim
008	Permitir o cadastramento de todas as referências salariais contendo, no mínimo, o símbolo da referência e o histórico dos valores para cada referência;			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

010	Permitir o cadastramento de todos os cargos do quadro de pessoal de natureza efetivo, comissionado e temporário com, no mínimo, a nomenclatura, natureza, grau de instrução, CBO referência salarial local, quantidade de vagas criadas, data e motivo de criação, com possibilidade de incluir modificação de suplementação ou alteração de cargos, influenciando nos respectivos quantitativos do quadro de ocupação, e registrar as atribuições necessárias em cada cargo.	Sim
011	Possuir formas de acesso simplificado (telnet) para consulta de dados dos servidores permitido que, de um órgão local, possam ser consultadas diversas informações, como dados financeiros, dependentes, frequência, licenças e afastamentos, férias e força primária.	Sim
012	Possibilitar estabelecer um único código de registro para o servidor, para que arquivos possam ser aproveitados os dados cadastrais de servidor que já trabalhou no Órgão Público e permitir controlar todos os vínculos empregatícios que o servidor tenha ou tenha a ter com este, possibilitando a consulta de dados históricos, independentemente do período trabalhado.	Sim
013	Validar dígito verificador do número do CPF.	Sim
014	Validar dígito verificador do número do PIS.	Sim
015	Permitir o cadastramento parcial ou global das referências salariais.	Não
016	Permitir o cadastramento de plan de cargos, informando, por unidade administrativa, os cargos aprovados e quantidade de vagas aprovadas para cada unidade.	Sim
017	Permitir o cadastramento e controle dos vínculos dos servidores efetivos que estão nomeados em cargo de comissão, possibilitando a consulta das informações cadastrais de ambos os vínculos.	Sim
018	Enviar as fichas de dados cadastrais dos servidores.	Não
019	Permitir consulta em tela ou relatório dos servidores comissionados que fazem parte do quadro efetivo e também daqueles que não fazem parte do quadro efetivo, fazendo separadamente.	Sim
020	Localizar servidores por nome do(a) titular.	Sim
021	Localizar servidores pelo CPF.	Sim
022	Localizar servidores pelo RG (folha de identidade).	Não
023	Localizar servidores pela data de assentimento.	Sim
024	Permitir a inclusão de um novo contrato a partir de informações de um contrato já existente, selecionando um ou vários servidores. Isto é muito utilizado na reconstrução de servidores temporários.	Sim
025	Possuir controle de Contratação temporária via processo coletivo, de forma que todos os contratos de servidores vinculados a um mesmo processo de contratação temporária (PCT), aus datas de início, término e prorrogação, sejam automaticamente controladas.	Sim
026	Permitir a informação do desligamento de um servidor para pagamento individual de rescisão, bem como a formação de um único desligamento a um grupo de servidores para pagamento coletivo, funcionalidade necessária na rescisão de servidores temporários cujos contratos vencem no mesmo dia.	Sim
027	Permitir desligamento de todos os contratos vinculados a contratação temporária via processo para que, no vencimento do PCT, todos os servidores vinculados a este possam ser desligados sem a necessidade de repetição da informação de desligamento para cada um deles individualmente.	Sim
028	Possibilitar a configuração das formas de desligamento por regime de trabalho e motivo de rescisão, para garantir que não seja informado um desligamento inadequado para o serviço, como término de contrato para um servidor efetivo.	Sim
028	Possibilitar a configuração das formas de admissão por regime de trabalho, categoria funcional, regime previdenciário e tipo de admissão, para garantir	Sim

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	que não seja admitido um servidor com informações fora dos padrões permitidos.			
030	Permitir o cadastramento de todos os lançamentos fixos dos servidores (edificações, gratificações, consignações, etc), para efeito de pagamento ou desconto em folha com, no mínimo, o código da verba (verificando se a verba está prevista para o regime de trabalho do servidor), número e data do processo de concessão, data de concessão, data do último reajuste, data de vencimento e histórico dos valores e percentuais.	Sim		
031	Enviar contrato de trabalho temporário com assinatura digitalizada do responsável.	Não		
032	Permitir gerar e controlar a ficha de vacinas dos dependentes, possibilitando informar todas as vacinas, principalmente as do caráter obrigatório.	Não		
033	Permitir o cadastramento de lançamentos parcelados - a crédito ou a débito - para os servidores de forma a controlar as parcelas lançadas em folha e o saldo atual remanescente. O lançamento das parcelas em folha deve ser de forma automática, podendo ser pego ou descontado o total ou parte do valor baseado em uma fórmula de cálculo que calcule um percentual sobre a remuneração, permitindo o lançamento até o limite deste percentual, atualizando o saldo remanescente automaticamente após o encerramento da folha.	Sim		
034	Permitir transformações coletivas de local de trabalho, lotação, cuneta, cargo, pedido de salário.	Sim		
035	Permitir lançamentos coletivos de lançamentos fixos, lançamentos variáveis, mensagens nos históricos e informações do currículo funcional.	Sim		
Item	CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO		ATENDEDO	NÃO ATENDIDO
036	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, atendendo as falhas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo o pedido e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.	Sim		
037	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Licença Prêmio, abatendo as falhas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.	Não		
038	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Férias, abatendo as falhas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, considerando os dias de direito de gozo, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.	Sim		
039	Calcular o tempo de efetivo exercício para controle temporal do Estágio Probatório, abatendo as falhas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, validando também em regime jurídico, tipo de vínculo, categorias funcionais, temporalidade (em meses ou dias) de cada fase e quantidades de bases, considerando as parametrizações efetuadas, frequências e demais ocorrências funcionais que interferem no contagem.	Sim		
040	Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Progressão Salarial, abatendo as falhas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo o pedido para concessão e atualização do salário para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.	Não		

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

041	Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de aposentadoria, abatendo as férias injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão demonstrando o tempo de efetivo exercício até a data atual. Permitir a informação de vínculos de trabalho anteriores ocorridos de outros órgãos, consolidando todo o tempo na certidão para fins de aposentadoria.		Não
042	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de SEXTA-PARTE, abatendo as férias injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, considerando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de atidências em relação ao limite estabelecido.		Não
Item	FERIAS	ATENCIDO	NÃO-ATENDIDO
043	Mantém o cadastro de todos os períodos aquisitivos de férias dos servidores desde a admissão até a concessão;		ESSENCIAL
044	Permitir o lançamento de férias que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de férias, controlando o saldo restante das férias;		Sim
045	Permitir o lançamento de férias em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo, controlando o saldo restante das férias;		Sim
046	Permitir o pagamento de 120s férias íntegras ou proporcional a cada período de gozo lançado;		Sim
047	Permitir o apossatamento das férias em gozo por necessidade de administração, devolvendo os dias apossatados para o saldo das férias para gozo futuro;		Sim
048	Emitir relação de férias vencidas e a vencer por unidade administrativa;		Sim
049	Emitir avisos de férias;		Sim
050	Permitir o lançamento de um mesmo período de gozo para um grupo de servidores, facilitando este lançamento quando houver lançamento de férias coletivas;		Sim
051	Permitir o lançamento e pagamento do adiantamento de 13º salário por ocasião das férias;		Sim
Item	LICENÇA PRÊMIO	ATENCIDO	NÃO-ATENDIDO
052	Mantém o cadastro de todos os períodos aquisitivos (quinzenais) de licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a concessão;		ESSENCIAL
053	Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, controlando o saldo restante dos dias;		Sim
054	Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo controlando o saldo restante dos dias;		Não
055	Permitir o apossatamento de licença prêmio em gozo por necessidade de administração, devolvendo os dias apossatados para o saldo de licença prêmio para gozo oportuno;		Não
Item	PORTAL DE SERVIÇOS WEB	ATENCIDO	NÃO-ATENDIDO
056	Possuir consulta de Informações Financeiras (bilhetes) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;		ESSENCIAL
057	Possuir consulta do Informe de Rendimentos pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;		Sim
058	Possuir Atualização Cadastral (necessariamente) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;		Sim
059	Possuir Agendamento de Férias pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;		Não
060	Possuir consulta de Margem Disponível pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;		Não
061	Possuir consulta de Faltas Abonadas pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;		Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

062	Permitir entrega de Declaração de Bens pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;			Sim
063	Permitir parametrização de liberação dos serviços a serem disponibilizados no Portal do Servidor, dentro da cidade;			Sim
Item	ATOS ADMINISTRATIVOS	ATENCIDO	NÃO-ATENDIDO	ESSENCIAL
064	Mantém o cadastro de todos os atos que dão origem a atos administrativos como portarias, decretos, contratos e termos de posse;			Sim
065	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licenças e/ou afastamentos, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;			Sim
066	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de férias em gozo e/ou pecúnia ou apossatamento de férias, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;			Não
067	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licença sem vencimento, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;			Sim
068	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de suspensão ou advertência, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;			Não
069	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de Insalubridade, Periculosidade ou Gratificações, com registro no currículo funcional do servidor;			Não
070	Gerar automaticamente o contrato de servidores temporários a partir do lançamento do servidor;			Sim
071	Gerar automaticamente o termo de posse de servidores a partir do lançamento da posse/assinado;			Não
072	Permitir a emissão de atos administrativos individuais ou coletivos conforme textos configurados pelo próprio usuário;			Não
073	Permitir a visualização dos atos expedidos em tela, papel ou em arquivo PDF para publicação na Internet;			Sim
Item	FREQUENCIA	ATENCIDO	NÃO-ATENDIDO	ESSENCIAL
074	Elaborar o lançamento de todos os tipos necessários de licenças, como licença pela, licença nojo e licença sem vencimentos, informando no mínimo a identificação do servidor, tipo de licença, documento apresentado, data de início e término da licença;			Sim
075	Permitir o lançamento de, no mínimo, as seguintes ocorrências, com a importação da data da ocorrência: falta abonada, falta injustificada, suspensão, horas extras;			Sim
076	Integrar dados com módulo de Ponto Eletrônico, exportando para este as informações de licenças, afastamentos, férias, licença prêmio e desligamentos para que as ausências possam ser justificadas no módulo de ponto, e importar os dados deste módulo para processamento em folha de pagamento;			Sim
077	Garantir o registro de uma única informação em um período na frequência, não permitindo duplicidade ou concorrência de lançamentos, como lançamento de férias para um servidor que está afastado no mesmo período ou parte dele;			Sim
078	Permitir o controle e registro de justificativas para faltas descontadas individualmente, com possibilidade de restituição na folha de pagamento a partir do registro da justificativa;			Sim
079	Emitir boletim de frequência			Não
080	Possuir calendário de férias e dias úteis;			Sim
081	Permitir o lançamento de uma ocorrência na frequência informando o período todo, com data início e fim, evitando desta forma que sejam realizados vários lançamentos da mesma ocorrência para um mesmo servidor;			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

104	A folha de Licença Prêmio deverá ser processada com as informações dos dados do usuário e/ou geo lançadas na Licença Prêmio, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;	Não
105	Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;	Sim
106	Gerar automaticamente os valores relativos ao salário-família dos dependentes;	Sim
107	Posstar rotinas de cálculos através de fórmulas e expressões em português para qualquer vencimento e desconto, tornando o cálculo da folha totalmente configurável e administrado pelo próprio usuário. Possibilitar que o próprio usuário configure novas variáveis de vencimentos ou descontos, com base em uma já existente, configurando as incidências e a regra de cálculo. As regras de cálculo previstas em legislação federal ou estadual deverão estar no sistema e não deverão ser alteradas por usuário comum;	Sim
108	Possibilitar a execução do cálculo do recibo de diversas formas, como cálculo individual, por faixa de matrícula ou seleção aleatória. Calcular e processar os valores relativos à contribuição individual e patronal para o RGPS (INSS) e RPPS (Previdência Municipal), de acordo com o regime previdenciário do servidor. O tempo para cálculo de 300 funcionários não deverá exceder 5 minutos;	Sim
109	Gerar arquivo SEFIP no formato texto com extensão .RE para importação, validação e envio em software da Caixa Econômica Federal, e possuir mecanismo de reinfecção;	Sim
110	Enviar relatório Folha Análisis por folha processada ou de forma consolidada, com todas as folhas processadas no mês;	Sim
111	Enviar relatório Mapa Financeiro com o resumo dos vencimentos e descontos de todas as folhas com possibilidade de, dentro de 60 dias, emitir valores das folhas separadamente ou consolidando-as em um único resumo;	Sim
112	Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, empréstimos, descontos diversos e após julgados, para um servidor ou um grupo de servidores no caso de lançamento comum a todos;	Sim
113	Permitir a importação de dados via arquivo-texto de valores a serem comprometidos em folha controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento, gerando um arquivo de retorno para o convênio com os valores desbalanceados em folha e também os rejeitados pelo processamento, informando o motivo da rejeição;	Sim
114	Enviar resumo dos valores líquidos de folha por banco e fonte de recurso; Possuir integração com o Módulo de Administração Organizacional e Financeira, disponibilizando os dados necessários para reserva, empenho, liquidação e pagamento das despesas com pessoal, possibilitando programar datas diferentes para pagamento de convênios, sem utilização de arquivo-texto ou semelhante;	Sim
115	Permitir seleção das despesas organizacionais e extrajornadas a serem contabilizadas para contabilidade;	Sim
116	Gerar as informações anuais para a DIRF, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software da Receita Federal;	Sim
117	Gerar as informações anuais para a RAIS, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software do SEPPRO;	Sim
118	Permitir a emissão do Informe de Rendimentos para servidores com retenção de Imposto de Renda na Fonte e para aqueles que não tiveram retenção;	Sim
119	Gerar as informações de admissão e associação necessárias ao CAGED, via arquivo-texto, para importação em software do Ministério do Trabalho;	Sim
120	Mantém histórico de pagamento para cada servidor com detalhamento de todos os vencimentos e descontos, permitindo consulta ou emissão de relatório;	Sim
121	Possibilitar cálculo de contribuição ao INSS proporcional em folha de pagamento para servidores com outro vínculo empregatício fora do Órgão;	Sim
122		Sim

162



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
002	Controlar os lançamentos de folha (bonificação, não permitindo inserir economias além de limite estabelecido pelo órgão);	Sim	Não
003	Gerar automaticamente desconto de Descanso Semanal Remunerado (DSR) quando do lançamento da folha ineficaz, de acordo com parametrização;	Sim	Sim
004	Permitir o lançamento de férias e licenças de meio dia. Este lançamento deverá influenciar na contagem de tempo de serviço, caso esteja configurado;	Não	Sim
005	Permitir o lançamento de frequência de forma descentralizada, controlado por Unidade Gestora, possibilitando que os lançamentos feitos por estas unidades sejam exclusivamente de servidores lotados nas mesmas;	Sim	Sim
006	VALE TRANSPORTE	ATENDIDO	ESSENCIAL
006	Permitir o cadastramento das empresas que fornecem o vale-transporte;	Sim	Sim
007	Controlar a compra e distribuição de diversos tipos de passagens, como ticket, passagem, cartão descartável e cartão recarregável;	Não	Não
008	Permitir o controle dos rotinos para os quais serão utilizados os passes;	Não	Não
009	Permitir o registro de quantidade de passes diários utilizados pelo servidor no percurso de ida e retorno do trabalho, com possibilidade de adição de passes para outros percursos, no caso de servidores que se deslocam para mais de um local;	Não	Não
010	Controlar o saldo dos passes (quantidade de créditos) existentes para garantir a distribuição;	Não	Não
011	Gerar mapa de compra de vale-transporte com a quantidade e o valor, discriminados por tipo de passe, baseado na informação dos passes requisitados para cada servidor e os dias úteis do período a ser utilizado;	Não	Não
012	Permitir alteração do mapa de compra por usuário devidamente habilitado;	Não	Não
013	Permitir a configuração dos códigos para desconto e restituição de vale-transporte em folha de pagamento;	Não	Não
014	Gerar mapa de entrega de passes para cada servidor baseado na informação dos passes requisitados e os dias úteis do período a ser utilizado;	Não	Não
015	Enviar documento de confirmação de entrega de passes com local para assinatura do servidor;	Não	Não
016	Controlar a entrega de passagens reavizando a quantidade em casos de faltas, férias, licenças e afastamentos lançados;	Não	Não
017	Gerar informação para desconto do vale-transporte em folha de pagamento após lançamento da entrega dos passes;	Não	Não
Item	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
018	Permitir o processamento das folhas de pagamento Mensal, Rescisão, Afastamento de Férias, Licença Prêmio, Afastamento Salarial, Afastamento de Décimo Terceiro Salário, Décimo Terceiro Salário e Complementar;	Sim	Sim
019	Permitir o processamento de várias folhas de pagamento para a mesma referência, separando por grupo de servidores de mesmo vínculo, ou mesmo regime, ou mesma data de pagamento;	Sim	Sim
100	Permitir o processamento de folha de rescisão individual ou coletiva, com cálculos de férias indenizadas, proporcional e 13º salário automaticamente, sem a necessidade de lançamento avulso na folha;	Sim	Sim
101	Enviar o Termo de Rescisão e Quitação do Contrato de Trabalho, conforme exigido pela legislação vigente;	Sim	Sim
102	Controlar os vencimentos e descontos permitidos em cada regime de trabalho, impossibilitando que seja efetuado um lançamento de vencimento ou desconto exclusivo de um regime para outro;	Sim	Sim
103	A folha de Afastamento de Férias deverá ser processada com as informações das datas do período e/ou geo lançadas nas férias, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;	Sim	Sim

161



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

123	Possuir cálculo de IRRF proporcionalizado para servidores com mais de um vínculo empregatício com o Órgão, com somatória das bases de cálculo e desconto proporcional em cada vínculo de acordo com o valor da remuneração.	Sim
124	Permitir a geração de Informe de Rendimentos em arquivo-texto para impressão e envio eletrônico, com opção de emissão de endereço do servidor.	Sim
125	Emitir demonstrativo de pagamento, permitindo a inclusão de taxas e mensagens para determinados servidores, para um grupo de servidores selecionados ou para todos.	Sim
126	Permitir a geração de arquivos para crédito em conta – corrente ou poupança – da rede bancária, emitindo relação dos créditos contendo matrícula, nome, número da conta e valor a ser creditado.	Sim
127	Emitir demonstrativo de pagamento de meses anteriores (segunda via).	Sim
128	Emitir Guia de Recolhimento de INSS, com opção para emissão por fonte de recurso e geral.	Sim
129	Possuir rotinas de controle e cálculo para pagamento das pensões judiciais, a partir do desconto efetuado para o servidor, incluindo depósito em conta.	Sim
130	Emitir recibos para pagamento de pensão judicial.	Sim
131	Emitir relação das valores consignados em folha com opção de geração em arquivo-texto.	Sim
132	Emitir Guia de Recolhimento de Previdência Municipal.	Sim
133	Possuir rotina de cálculo de insuficiência de saldo para servidores com maioria de descontos maior que o total de vencimentos na folha, efetuando ajuste automático dos descontos limitados até um teto configurado pelo usuário. A prioridade dos descontos deve ser configurada pelo usuário e os valores consignados que não foram descontados deverão ser registrados, possibilitando a emissão de relatórios destes valores para envio aos estabelecimentos conveniados.	Sim
134	Possuir rotinas de cálculo de margem consignável, com emissão de relatório da margem disponível para gabarito nos estabelecimentos conveniados.	Sim
135	Possuir rotina para inclusão no sistema das fichas financeiras que não estão em meio magnético, ou seja, fichas financeiras que estão em papel.	Sim
136	Permitir a inclusão de lançamentos pendentes para servidores afastados, sendo que o efetivo processamento destes somente poderá ocorrer na folha de pagamento em que o servidor retornar do afastamento. Os lançamentos devem ficar pendentes durante todo o período do afastamento, sendo incluído automaticamente na folha somente após término do afastamento e efetivo retorno do servidor ao trabalho.	Sim
137	Possuir rotina de comparação entre duas folhas (Folha Atual e Folha Anterior), com possibilidade de confrontar servidores calculados na folha anterior e não na atual, servidores calculados na folha atual e não na anterior, servidores calculados nas duas porém com diferenças no valor de uma ou mais verbas e servidores calculados nas duas porém com diferenças na quantia de uma ou mais verbas.	Sim
138	Possuir rotina para identificação de divergências na folha de pagamento processada, de forma que apresente um diagnóstico dos problemas encontrados, baseado em parâmetros previamente configurados, possibilitando a correção destas divergências antes do fechamento do processamento.	Sim
139	Possuir rotina de Geração de Arquivos Digitais no INSS – MANAID, possibilitando a prestação de informações via arquivo-texto, conforme Instrução Normativa MP/SRSP nº 12, de 20/06/2005 – DOU de 04/07/2006.	Sim
140	Gerar relação de Salários de Contribuição para o INSS.	Sim
141	Gerar arquivo texto para utilização em cálculo atuarial.	Sim

163

Professora do Município de Itaboa
Av. Luciano Cordeiro, nº 590, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0565 – E-mail: licitacoes@itaboa.sp.gov.br
Internet: www.itaboa.sp.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

142	Gerar as informações referentes aos provisionamentos, baixas e estornos de fôleas, 13o salário e seus respectivos encargos patronais, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	Sim		
143	Possuir rotina de apuração de diferenças entre o arquivo gerado pela folha de pagamento e o sistema SEFIP.	Sim		
144	Possuir rotina para importação do lançamento de variáveis/dados, via arquivo-texto, para execução da folha de pagamento, controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento.	Sim		
145	Emitir relatório consolidado das verbas processadas em folha de pagamento, possibilitando a escolha dos grupos de processamento, parâmetro ou competência.	Sim		
Item	eSocial	ATENCIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
146	O sistema deverá possuir ferramenta que realize busca na base de dados e após cruzamento de dados com a base do eSocial, apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo governo, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros.			Sim
147	O sistema deverá possuir módulo web que possibilite a realização de um recadastramento para atualização de dados cadastrais dos funcionários, permitindo que os mesmos acessem uma interface e informem seus dados pessoais, documentação, endereço, dependências, cursos e certificados de formação profissional e demais informações pessoais, com possibilidade de anexar documentos digitalizados.			Sim
148	O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial nos prazos estipulados pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos xml nos padrões estipulados nos layouts do eSocial, com assinatura digital, dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabela, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos.			Sim
Item	PRESTAÇÃO DE CONTAS AUDESP (TCE-SP)	ATENCIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
148	Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Atos de Pessoal (Atos Normativos, Cargos/Funções, Quadro de Pessoal, Agência Pública, Locação de Agente Público).			Sim
150	Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Remunerações (Cadastro de Verbas Remuneratórias, Folha Ordinária, Resumo Mensal de Folha de Pagamento, Pagamento de Folha Ordinária, Folha Suplementar, Cadastro de Aposentados e Pensionistas).			Sim
151	O sistema deverá possuir funcionalidade de alerta para inconsistências de dados antes da geração dos arquivos, evitando o retrabalho de envio das prestações de contas AUDESP TCE/SP.			Sim
Item	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	ATENCIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
152	Permitir parametrização da avaliação de desempenho contendo parâmetro de resultados e identificação dos períodos de avaliação por fato gerador, associado a(s) questionário(s).			Não
153	O questionário deve conter (tópicos e descrição do assunto, campo para pergunta e a descrição, com o peso de cada pergunta).			Não
154	Permitir criar grupos de respostas para perguntas de múltipla escolha e/ou alternativa para ser associado ao questionário.			Não
155	Permitir configurar opções de respostas: múltipla escolha, alternativa, resposta aberta ou associada a eventos externos.			Não
156	Permitir cadastrar a pontuação de cada resposta, e, em caso da resposta associada a evento externo, permitir configurar a manutenção no valor computado, preservando o valor original.			Não

164

Professora do Município de Itaboa
Av. Luciano Cordeiro, nº 590, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0565 – E-mail: licitacoes@itaboa.sp.gov.br
Internet: www.itaboa.sp.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	Atendido	Essencial
157	Permitir associar eventos externos que influenciam na pontuação de cada resposta, e a parametrização do processamento do cálculo da pontuação na ocorrência (valor fixo, valor multiplicado pela quantidade de ocorrência ou por escala). Por exemplo, em casos excessos de faltas, o total de pontos de determinada resposta pode ser reduzido.	Não	ESSENCIAL
158	Associar cada avaliação ao funcionalário dentro do período parametrizado e de acordo com o fato gerador.	Não	ESSENCIAL
159	Agenciar ao término de cada avaliação o resultado final.	Não	ESSENCIAL
160	Pressupor íntegras em cada módulo de avaliação: envio de avaliação realizada para o setor de Recursos Humanos, recepção e homologação para finalização.	Não	ESSENCIAL
161	Permitir revisão da avaliação.	Não	ESSENCIAL
162	Permitir histórico das avaliações aplicadas.	Não	ESSENCIAL
163	Permitir emissão de relatórios.	Não	ESSENCIAL

Item	Descrição	Atendido	Essencial
001	Deverá possuir proteção contra ataque de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema.	Sim	Sim
002	Deverá possuir proteção contra ataque XSS.	Sim	Sim
003	Deverá possuir mecanismo de exportação de toda a base de dados, a qualquer momento, por um usuário de alto nível, em formato SQL.	Sim	Sim
004	Deverá ser uma aplicação web, com todas as funcionalidades acessíveis através de navegador de internet podendo ter complementos no computador do usuário em casos de necessidade de comunicação com hardware para que possibite a funcionalidade ser executada via navegador. Como Certificado Digital, por exemplo.	Não	ESSENCIAL
005	Deverá ser escrito na sua totalidade em linguagem de programação compatível com os propósitos do sistema em questão, com suporte técnico do fabricante, caso não utilize linguagem de programação de código aberto.	Sim	Sim
006	Deverá ser totalmente compatível com o sistema operacional MS Windows, em sua mais recente versão e nas 3 versões anteriores.	Sim	Sim
007	Deverá ser totalmente compatível com os navegadores de internet Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas mais recentes versões.	Não	ESSENCIAL
008	Deverá possuir mecanismo de integração a outros sistemas, e estar 100% integrado com os sistemas de Recursos Humanos, em especial a Folha de Pagamento da Prefeitura.	Sim	Sim
009	Os dados devem ser armazenados em banco de dados hospedado em nuvem, sendo que deve possuir licença tipo free, sem limites de usuários, de tamanho e com controle transacional. Ou, caso utilizem softwares proprietários, a CONTRATADA deverá fazer a cessão do licenciamento dos softwares devidamente licenciados para governo caso o sistema tenha que ser hospedado na CONTRATANTE, ao final do contrato.	Sim	Sim
010	O sistema de ponto eletrônico deve atender as reais necessidades nos licenciamentos dentro das especificações adotadas por meio de posturas dos horários / escalas de servidores em cada órgão. CONTRATANTE, bem como	Sim	Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	Atendido	Essencial
011	Deverá ser capaz de ser acessado, de forma simultânea e concomitante, sem degradação do tempo de resposta aos demais usuários, por pelo menos 50% dos usuários cadastrados no sistema.	NÃO ATENDIDO	NÃO
012	Deverá suportar e armazenar em banco de dados carga de dados de marcações ao longo de 35 anos.	ATENDIDO	Sim
013	Serão contempladas todos os funcionários dos órgãos CONTRATANTES Da Regionalização.	ATENDIDO	ESSENCIAL
014	Deverá apresentar em sua totalidade, informações em português brasileiro, incluindo informações para os usuários em tela e relatórios.	ATENDIDO	Sim
015	Deverá apresentar informações referentes à data e hora em formato português brasileiro.	ATENDIDO	Sim
016	Deverá apresentar informações referentes a valores numéricos em formato português brasileiro.	ATENDIDO	Sim
017	Deverá apresentar informações referentes à moeda, em formato adequado à correta localização da informação, no caso de o sistema utilizar informações monetárias.	ATENDIDO	Sim
018	Das Funcionalidades.	ATENDIDO	ESSENCIAL
019	Deverá funcionar em conformidade com as regras definidas nas legislações do Município de Itaboa, e com as regras definidas pela portaria 071/2021 e suas posteriores alterações.	ATENDIDO	Sim
020	Deverá controlar número limitado de relógios;	ATENDIDO	Não
021	Deverá permitir a inclusão de escala mensal para grupos específicos de profissionais e manter o histórico das escalas.	ATENDIDO	Sim
022	Deverá aceitar tratar e gerar o registro, ajuste e tratamento de 2 (duas) matrículas diferentes para o mesmo servidor, identificado através do número nº de PASEP/PPIS, ou mecanismo que venha a substituir, com 2 (duas) jornadas de trabalho diferentes, sendo que o servidor com duas matrículas poderá efetuar suas marcações num mesmo relógio ou em mais de um relógio.	ATENDIDO	Sim
023	Deverá permitir o cadastramento "on line" dos equipamentos Relógios, independentemente de serem eletrônicos ou vituais;	ATENDIDO	Sim
024	Deverá realizar monitoramento online de todos os relógios (eletrônicos ou vituais) instalados, apresentando o estado de cada um, como com ou sem comunicação;	ATENDIDO	Não
025	Deverá codificar e identificar digitalmente através de equipamento leitor de biometria e chip (cartões), possibilitando o cadastro dos servidores na base de dados do sistema.	ATENDIDO	Não
026	Deverá controlar os seguintes tipos de jornadas de trabalho: jornadas administrativas normais, jornadas de turno com obrigações de trabalho em jornadas com controle apenas por carga horária (com ou sem limites definidos no dia), jornadas flexíveis com horários e períodos de flexibilização, rezeiros com reconhecimento automático de permissões, manuseio de referência opcional ou obrigatória em todos os tipos de jornadas, horários flexíveis de refeição com limites definidos em todos os tipos de jornadas, tolerâncias nas marcações, jornadas duplas (dois períodos de trabalho num mesmo dia);	ATENDIDO	Sim
027	Deverá permitir a composição de horários por todos os tipos de jornadas de qualquer tipo, com repetição programada, mantendo as seguintes características: controle completo de banco de horas, controle de períodos de compensação, controle de diversos calendários, conforme as diversas localidades da	ATENDIDO	Sim



154

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

028	empresa, controle de diversos tipos de dia (normal, feriado, etc), com possibilidade de criação de tipos de dias específicos pelo usuário, sem necessidade de programação adicional;					
029	Deverá executar as seguintes funções sem precisar de programação adicional: apuração de horas normais, apuração de horas extras e plantões em dias normais, apuração de horas extras e plantões em dias feriados, ou de folga; apuração de horas extras e plantões com percentuais diferenciados; apuração de atrasos; apuração de saídas antecipadas; apuração de saídas intermedias; apuração de interjornadas; apuração de ausências; apuração de horas noturnas com período fixo ou de acordo com o horário realizado; quebra de dia de 24 horas ou em qualquer outro horário indicado pelo usuário; alocação das ocorrências no dia de jornada ou nos dias em que realmente aconteceu; reconhecimento do dia de jornada pelo dia da entrada ou pelo dia da saída; determinação de períodos de afastamento integral; determinação de períodos de afastamento parcial por tempo; determinação de períodos de afastamento parcial por horário; compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas com limite de ocorrências e/ou de tempo num determinado período; cálculo das verbas para a eliminação da folha de pagamento;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
030	Deverá integrar com sistema atual de coleta de pontos do Departamento de Processamento de Dado do CONTRATANTE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
031	Deverá coletar, de forma remota e automática, além de ser possível agendar a periodicidade da imponente das marcações efetuadas nos equipamentos REP, e de forma on-line e marcação por marcação para o relógio virtual;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
032	Deverá permitir cadastro de justificativas individual e coletiva;	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
033	Deverá permitir a visualização do ponto diário dos servidores;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
034	Deverá permitir controle de tolerância parametrizada para entrada e saída;	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
035	Deverá permitir controle de abono e atrasos, faltas com registro de motivos, horas extras, saídas antecipadas; afastamentos, férias, licenças de saúde, congresso, cursos, licença prêmio, etc;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
036	Deverá permitir controle de vários bancos de horas (Quantos foram negociados) e controle de compensação programável;	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
037	Deverá permitir controle de banco de horas e compensação;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
038	Deverá permitir criar modelos de jornada de trabalho específica;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
039	Deverá permitir ao usuário escolher o período de apuração de frequência; Deverá permitir parametrização de regras e fórmulas definidas pelo administrador chefe;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
040	Deverá apresentar apuração de totais de horas trabalhadas, horas normais, horas extras, faltas, atrasos, horas de adicional noturno, controle de descanso semanal remunerado, etc;	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
041	Deverá possuir consulta de espelho ponto;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
042	Deverá permitir justificar faltas e atrasos;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
043	Deverá permitir notificação por e-mail para o chefe/gestor de eventos como HE, aticosa e faltas;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
044	Deverá apresentar aleta ou indicação dos funcionários que faz horas extras;	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
045	Deverá gerar relatórios em tela e nos formatos PDF, CSV, QDS (Open Document) e arquivo texto além de ser possível fazer o envio dos mesmos formatos por email através da própria aplicação;	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
046	Deverá gerar relatórios com possibilidade de imprimir a cada impressora;	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
047		Não	Sim	Sim	Sim	Sim

167



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

048	Deverá possuir relatório de histórico de horários / escalas dos servidores;					Não
Item	CONTROLE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE E PATRIMÔNIO GESTÃO DE SUPRIMENTOS NA WEB	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL		
001	Registrar localidades de maneira normalizada a ser utilizadas nos cadastros de Fornecedor, Locais de Entrega, etc;			Sim		
002	Controle de acesso de usuários individualizados por menu do sistema, possibilitando que seja realizada a cópia de perfil e restrições de acesso baseado em um perfil já existente;			Sim		
003	Possuir relatório com a relação de usuários do sistema e de permissão de acesso por usuário;			Não		
004	Permitir a definição de algumas rotinas específicas que necessitam de supervisão por usuário e serem para sua realização (Dupla Custódia);			Não		
005	Permitir ao usuário configurar seus menus de acesso através da opção de favoritos, dessa maneira possibilitando que o usuário configure seu perfil de trabalho;			Não		
Item	GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL		
006	Codificar os materiais por Catálogo e manter registro do tipo de material;			Sim		
007	A classificação de materiais e serviços deverá ser única e padronizada. O catálogo de materiais/serviços deverá estar disponível para todos os módulos do sistema: materiais e serviços, fornecedores, compras, estoque, contratos, contratos, (com restrição de uso para certos usuários);			Sim		
008	O catálogo de materiais e serviços deverá disponibilizar automaticamente para consulta as especificações e respectivos códigos para efeito de solicitação de aquisição e/ou contratação e controle de estoque;			Sim		
009	O sistema deverá disponibilizar no momento da consulta dos códigos de materiais e/ou serviços categorizados a informação do status em que se encontra o mesmo (ATIVO, INATIVO, DESABILITADO PARA COMPRAS, LICITANDO). Para efeito de aquisições, os usuários de sistema apenas não utilizar os materiais que encontram-se ATIVOS;			Não		
010	O sistema deverá permitir classificação dos materiais ou serviços (inclusive serviços de engenharia e obras) por natureza de despesa, devendo permitir a vinculação da natureza de despesa por material/serviço;			Sim		
011	O sistema deverá possibilitar, a critério do usuário habilitado ou administrador do sistema, o gerenciamento e controle do material por código de barras para as funções de armazenamento e controle, quando definido, armazenar mais de um código de barras para um mesmo item, permitindo também a movimentação e identificação de itens através desse controle;			Não		
012	O sistema deverá permitir que somente usuários responsáveis pela configuração e/ou administração de Materiais e Serviços possam incluir um novo material/serviço no catálogo;			Não		
013	O sistema não deverá permitir a codificação / cadastramento de dois itens de material ou serviço com o mesmo código;			Sim		
014	O sistema não deverá permitir a exclusão de um código de material e/ou serviço cadastrado quando tiver sido utilizado anteriormente, ou seja, livro histórico de compra e ou contratação, permitindo a INATIVAÇÃO, DESATIVAÇÃO, ATIVAÇÃO (quando estiver inativo);			Sim		
015	O sistema deverá possuir mecanismos de busca de materiais e serviços, através do fornecimento de palavras iniciais ou parte de palavras contidas no nome ou na descrição dos itens;			Não		
016	O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais com informações entre os módulos do sistema (fornecedores, materiais, banco de preços, estoque/inventariário, patrimônio, contratos, compras/licitações). Ex:			Não		

168



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	DESCRIÇÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
017	Relação dos patrimônios por matrizes. Relação das matrizes sem movimentação a partir de uma data; Revolução de matrizes em estoque por Almo-xarife; Relação de apropriação de consumo por centro de custo; Relatório de materiais/serviços adquiridos em determinado período.		Não	
018	Permitir e consulta de disponibilidade de material, informando qual a quantidade em estoque de acordo com o Almoxarifado, se existem bens parame-triais disponíveis ou se são indisponíveis a uma Ata de Registro de Preços.		Não	
019	Gerar relatório de licitações, com informação de número de processo, ab-jeto, secretário requisitante, modalidade, data de abertura, data de homolo-gação, valor estimado, fornecedor, tipo de contrato (contrato, autorização de fornecimento ou ordem de serviço), ou ata de registro de preços, valor contratado, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF, odli, docx	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
020	Item CADASTRO DE FORNECEDORES O sistema deverá conter tela para cadastro de fornecedores, tanto pessoas físicas como jurídicas, para acesso e controle ÚNICO e visualização/trami-niação por todos os módulos do sistema integrado de gestão de materiais e serviços, compras, estoque, patrimônio, contrato, organograma, financeiro e contábil, relacionando os fornecedores aos catálogos de materiais/servi-ços/engenharia e obras ofertados.		Não	Sim
021	Os campos de cadastramento de todos os Fornecedor devem ser habilita-dos automaticamente de acordo com o Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica) a ser cadastrada. (Exemplo: O sistema não poderá permitir a digitação do campo CNPJ para pessoa física ex-cv-versal). Deverá guardar histórico das alterações da razão social do fornecedor para critério de consulta.		Não	Não
022	Após carregar os dados essenciais do fornecedor para a tela de cadastro de Fornecedor, o sistema deverá permitir a atualização de dados sobre a emissão e atualizações do Certificado de Registro Cadastral, controlando e existência de documentos verdadeiros, quando da visualização do CRC (Certificado de Registro Cadastral).		Não	Não
023	O sistema deverá manter o cadastro dos catálogos de materiais, obras ou serviços ofertados pelo fornecedor permitindo a vinculação de mais de uma linha de fornecimento;		Não	Não
024	O sistema deve possuir controle e penalidades, controlando prazo de vali-dade das penalidades aplicadas logo após o cadastramento dos fornece-dores com situações irregulares nos processos licitatórios.		Sim	
025	No campo para inclusão do catálogo atendido pelo Fornecedor, deverá ser permitido que seja feita a inclusão para mais de um Fornecedor de uma vez de vários catálogos, acelerando o cadastramento.		Não	
026	O sistema deverá permitir busca de fornecedores a partir de palavras conti-nuas no seu nome, razão social ou nome fantasia, a partir de CPF/CNPJ e Cidade;		Sim	
027	Emitir relatório de atestado de capacidade técnica;		Não	
028	Estar disponível mapa de colação, colação para envio a fornecedor, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF, odli, docx de todos os campos disponibilizados	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
Item	BANCO DE PREÇOS			
029	Permitir o cadastramento de índices de câmbio a ser utilizado para atuali-zação monetária dos valores registrados no banco de preços;		Sim	
030	Permitir a parametrização do preço de consulta de valores do Banco de Preços a serem consideradas como válidos aplicar a atualização monetária e utilização como valores válidos para estimativa nestes requisições de com-pras.		Não	

169

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	DESCRIÇÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
031	Após a conclusão do procedimento de aquisição e/ou contratação, o Sis-tema deverá registrar no Banco de Preços o valor do preço a partir de ge-ração da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços ou Ata de Re-gistro de Preços.			Não
032	O sistema deverá informar aos usuários, no momento da criação das Re-quisições de Compras informações relativas ao banco de preços com o va-lor da época, o índice acumulado de atualização e seu valor atualizado, ob-servando as configurações de prazos para consultas de preços e per-centual de garantia para correções previamente definidos pelo adminis-tra-dor do sistema;			Não
033	O sistema deverá permitir a emissão de relatórios de preços constantes do Banco de Preços, por tipo de preço (Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço e Ata de Registro de Preços), Modalidade de Licitação, faixa de itens, taxa de despesa, tipo analítico e sintético e quantidade de preços para análise por material / serviço;			Sim
034	Integrar e gerar automaticamente relatório de homologação para processos integrar e gerar automaticamente relatório de homologação para processos comuns e registro de preços, em arquivo TXT, odli, docx a critério da Prefeitura;			Sim
035	Integrar e gerar automaticamente atas de registro de preços, em arquivo TXT, odli, docx a critério da Prefeitura;			Sim
036	Permitir a inclusão de cadastro de reserva na Ata de Registro de Preços, gerando automaticamente relatório em arquivo TXT, odli, docx a critério da Prefeitura			Sim
Item	AQUISIÇÕES POR LICITAÇÕES E COMPRAS		ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
037	O sistema deverá permitir a criação da Requisição de Compras e/ou Requi-sição de Serviços pelos diversos unidades que compõem a administração, através de usuários devidamente habilitados com o respectivo permissivo;			Sim
038	O sistema deverá ter integração automática com o módulo orçamentário contábil, para efeito de reservas, empenhos, liquidação e suas respectivas anulações;			Sim
039	O sistema deverá permitir o cadastramento de Cargos e Comissões de Li-citações;			Não
040	A partir da criação da Requisição de Compras, o sistema deverá informar ao usuário caso o leilão/código de material que esteja sendo incluído exista em estoque, ou seja, um item pertencente a uma Ata de Registro de Preços;			Não
041	Permitir vincular uma requisição a uma Adesão de Registro de Preços, re-ferenciado qual a Adesão deve estar associada, a fim de permitir que sejam inseridos somente itens da Adesão para criação de uma Dispensa de Lic-itação;			Não
042	O sistema deverá disponibilizar a relação de Dotações Orçamentárias dis-poníveis para vinculação no Módulo Orçamentário Contábil, de acordo com as naturezas de despesas dos itens constantes na Requisição de Compras ou Serviços;			Não
043	Após vinculação das dotações orçamentárias contábeis na Requisição de compras ou serviços, o sistema deverá permitir a solicitação de reserva de valores ao Módulo Orçamentário / Contábil, podendo ser: de Exercício ou Plurianual;			Não
044	Após a criação de reserva, de forma integrada a Requisição de Compras ou Serviços no Módulo Orçamentário / Contábil o sistema deverá visualizar as Requisições que não efetuar compras de mesmo código a fim de criar um equipamento de compras planejando uma economia de escala na mo-dalidade correspondente;			Sim
045	O sistema deverá permitir o agrupamento de várias requisições para fins de organização do procedimento licitatório, que pode ser criado por item ou Lote;			Sim

170

155

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

046	O sistema deverá permitir o processamento de contratações realizadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.132/21; deverá atender todas as modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021	Sim
047	O sistema deverá controlar os valores de aquisições/contratações por limite de despesa por vitor, saneamento quando o teto máximo de exercício da despesa for atingido, através do histórico acumulado	Não
048	O sistema deverá monitor o status da Requisição de Compras/Serviços do início ao fim do processo (Aprovada, Não Aprovada e Reservada)	Não
049	O sistema deverá controlar a aquisição de materiais e contratação de serviços ou obras, desde a Requisição até a contratação em si, realizada através das modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021 ou dispensas licitação direta, licitação dispensada ou excepcionalidade, sendo todas as etapas até a homologação do procedimento, empenho, emissão de Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço e Acompanhamento das Entregas ou Prestação dos Serviços e Liquidação de Despesa.	Sim
050	O sistema deverá armazenar informações relativas às aquisições realizadas, tais como: Modalidade/Nº de Aquisição, Tipo de Licitação, Objeto, Responsáveis, Comissão de Licitação, Datas e Horas de Abertura, Entregas de Envelopes, Sessões, Participantes, Processo Administrativo, Parceiros de Licitação, e demais dados referentes ao andamento histórico das atividades do processo;	Não
051	Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos atos.	Não
052	O sistema deverá permitir a definição automática do vencedor de acordo com as propostas das empresas ou ainda a definição do vencedor de forma manual a critério do usuário.	Sim
053	O sistema deverá emitir todos os documentos referentes ao processo licitatório, tais quais: atas, editais, mapa comparativo, dentre outros.	Sim
054	O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos.	Não
055	O sistema deverá manter o registro de motivos de dispensa de licitação para seleção dos empenhos devidamente justificados no módulo organograma contábil.	Não
056	As Requisições de Compras ou Serviços que estejam Agrupadas ao final do procedimento deverão possuir a emissão de Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, individualizada a fim de facilitar a identificação da liquidação de despesa.	Não
057	O sistema deverá disponibilizar um acompanhamento de entregas por Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, relatando as solicitações, as entregas, os atícios e alterações de preços, saldo físico e financeiro por item.	Não
058	O sistema deve possibilitar emissões de Entrega para Materiais ou Serviços com entrega parcelada, devendo ser numeradas por Exercício e vinculadas diretamente à Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, controlando o saldo físico das entregas ou execuções a serem realizadas pelo Fornecedor.	Não
059	O sistema deverá permitir a aplicação das disposições da Lei Complementar 147/2014.	Sim
060	O sistema deverá controlar o status do processo, conforme os seguintes descritivos (Adjudicado / Alvo, Anulado / Suspenso, Deserto, Fancassado, Homologado, Homologado – Parcial, Revogado, Outra)	Não
061	Permitir a verificação e o comparativo do valor de última aquisição e/ou estimado para as Aquisições / Contratações, com os valores finais ofertados pelo licitante vencedor.	Não

171

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

062	Quando o processo de Aquisição ou Contratação chegar à Homologação e/ou julgamento final das propostas, o sistema deverá realizar via integração com o Módulo Orçamentário Contábil, o empenho da despesa.	Sim		
063	Após a emissão de nota de empenho, o sistema deverá permitir ao usuário homologar, a geração de Autorização de Fomento/Ordem de Serviço aos vencedores.	Não		
064	O sistema deverá permitir a realização de Adiantamento à Autorização de Fomento ou Ordem de Serviço, vinculando-o ao processo Licitatório ou que originou a contratação, permitindo ainda a realização de reserva orgânica via integração automática com o módulo Orçamentário/Contábil.	Sim		
065	O sistema deverá ser integrado com os módulos de estoque e contratos, encerrando o processo de Aquisição / Contratação com a entrega dos materiais nos locais definidos em Edital e Boletim de Recebimento de Material ou Boletim de Prestação de Serviços, permitindo a emissão dos documentos pelo Almoarifado ou pelo Gestor da Aquisição / Contratação.	Sim		
066	Permitir a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP conforme disposições da Lei 14.133/21.	Sim		
Item	COTAÇÃO DE PREÇOS O sistema deverá contar mecanismo de cotação de preços, integrado ao módulo de Aquisições e Registro de Preços, permitindo que a cotação seja realizada com base em uma Requisição de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras ou tendo apenas como base os itens que desejam ser cotados, sem vínculo com requisição/agrupamento. O sistema deverá permitir o controle dos fornecedores que ofertarem propostas para os itens da Cotação de Preços, emitindo o Mapa Comparativo para auxiliar no julgamento, demonstrando informações sobre o preço médio do item e total pela média, Menor e Maior Preço, Desvio Padrão dos preços apresentados, coeficiente de variação e os preços ordenados por ordem crescente de valores. O sistema deverá destacar no Mapa Comparativo de Preços, as propostas que contem o menor preço. Após o término da cotação de preços os valores apurados deverão retornar às Requisições de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras tanto para processo comum de contratação como para processos de Registro de Preços com as opções de Média, Menor ou Maior, permitindo o lançamento de acréscimo percentual (%) como margem de segurança, para os casos das cotações com vínculo a requisição/agrupamento. O sistema deverá possibilitar a exportação da cotação para Excel, permitindo que o fornecedor possa consultá-la e posteriormente o sistema deverá importar o arquivo atualizando os preços conforme a planilha. O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada.	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
067	O sistema deverá permitir o registro e emissão de Requisições de Registro de Preços pelas Unidades Requisitantes com planejamento quantitativas a serem utilizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços (máximo de 12 meses).	Sim		
070	As Requisições de Registro de Preços deverão conter no mínimo os seguintes campos: N.º Ano Requisição, Unidade Requisitante, Justificativa, Item, Quantidade Estimada, Local de Entrega, Observação e o Tipo de Requisição (Grupo de Materiais ou Item).	Não		
071	Permitir a emissão de Relatório de Registro de Preços, permitindo a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada.	Sim		
Item	REGISTRO DE PREÇOS O sistema deverá permitir o registro e emissão de Requisições de Registro de Preços pelas Unidades Requisitantes com planejamento quantitativas a serem utilizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços (máximo de 12 meses).	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
072	As Requisições de Registro de Preços deverão conter no mínimo os seguintes campos: N.º Ano Requisição, Unidade Requisitante, Justificativa, Item, Quantidade Estimada, Local de Entrega, Observação e o Tipo de Requisição (Grupo de Materiais ou Item).	Sim		
073	Permitir a emissão de Relatório de Registro de Preços, permitindo a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada.	Não		
074	Permitir a emissão de Relatório de Registro de Preços, permitindo a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada.	Sim		

172

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

075	O sistema deverá permitir a digitação de especificação complementar do item na Requisição de Registro de Preços e sua emissão na Requisição, integrando com o módulo de Cotação de Preços para pesquisa de mercado;	Não
076	O sistema deverá permitir Tipos de Requisição por Grupo para materiais onde não seja possível a definição de quantidade ou identificação como, por exemplo, peças de veículos;	Sim
077	O sistema deverá permitir a emissão da Requisição de Registro de Preços para fins de composição e abertura do processo licitatório, contendo empenho para assinatura pelo Requisitante responsável e Secretário do Órgão Gerenciador;	Não
078	O sistema deverá permitir a aprovação ou cancelamento das Requisições de Registro de Preços;	Não
079	O sistema deverá demonstrar o status de Requisição de Registro de Preços (Ativa e Cancelada);	Não
080	O sistema deverá disponibilizar a criação de um Agrupamento de Requisições de Registro de Preços que estejam aprovadas para um ou máximo possível de quantidades a serem licitadas, em busca de economia de escala, além de minimizar o número de centenas a ser excluídas. Deverá permitir o gerenciamento da consolidação das Requisições, demonstrando as informações referentes aos Órgãos Participantes com seus itens e quantidades respectivas;	Sim
081	O sistema deverá permitir a organização do item em Lotes de maneira que for mais conveniente à Administração;	Sim
082	Suportar todas as fases das Licitações realizadas através do Sistema de Registro de Preços desde o pedido, contratação e acompanhamento das Atas de Registro de Preços (cotas, contratos, unidades requisitantes, remanejamento de cotas, reajustes de preços) de cada item;	Sim
083	Após o fim do procedimento licitatório, conforme modalidade adotada, o sistema deverá manter registro das propostas dos licitantes que dispuseram o certame, a sua classificação para efeitos de posterior emissão de Ata de registro de Preços;	Sim
084	O sistema deverá gerar a emitir Ata de Registro de Preços, contendo no mínimo as informações: Órgão Gerenciador, Participantes, Grupos / Materiais ou Serviços com sua quantidade estimada para a validade da Ata, informações do Fornecedor vinculado à Ata, a sua classificação, o valor a ser registrado, número e ano da Ata e descrição dos materiais/serviços e valor total estimado e caso se trate de um processo por desconto, registrar o valor do desconto na Ata;	Sim
085	O sistema deverá permitir a emissão do relatório de Ata de Registro de Preços;	Não
086	O sistema deverá possuir recurso para envio para republicação da ata de registro de preço trimestramente, sendo a quantidade de dias de antecedência para o aviso configurável;	Não
087	Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes ao edital;	Não
088	O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais Recursos, Impugnações e questionamentos;	Não
089	O sistema deverá permitir ao Órgão Participante (Secretaria / Unidade Organizacional) solicitar a aquisição / contratação dos materiais ou serviços constantes na Ata de Registro de Preços, emitindo a Solicitação de Entrega de Materiais ou Solicitação de Serviço;	Não
090	A Solicitação de Materiais ou Solicitação de Serviços deverá conter informações relativas à Ata de Registro de Preços, item com o código e descrição do material / serviço, quantidade requisitada, valor registrado, justificativa de compra e observação;	Não

173



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

091	Após a criação da Solicitação de Materiais ou Solicitação de Serviços, o sistema deverá permitir a inclusão via integração automática ao módulo de gerenciamento / controle de informações relativas a dotação orçamentária para fins de reserva e empenho da despesa;	Não
092	Ação de empacotamento da despesa o sistema deverá permitir a emissão da Autorização de Fomento ou Ordem de Execução de Serviços;	Sim
093	O sistema deverá permitir o gerenciamento e controle da Ata de Registro de Preços, permitindo realização do acompanhamento de contratações na Ata, controlando as quantidades máximas da Ata bem como as quantidades específicas dos órgãos participantes (Unidades Organizacionais) conforme o planejamento anual das quantidades a serem utilizadas, permitindo a emissão de relatórios e a consulta em tela destas informações;	Sim
094	O sistema deverá controlar/generar as entregas relativas às Autorizações de Fomento ou Ordem de Execução de Serviço emitidas, controlando o saldo e cancelamentos realizados;	Não
095	O sistema deverá permitir o controle de transferências de cota das Unidades Organizacionais sem que seja alterada a quantidade da Ata de Registro de Preços;	Sim
096	O sistema deverá gravar os preços dos primeiros colocados para cada item no momento de geração da Ata de Registro de Preços no módulo de Banco de Preços identificando se o valor do banco de preços é um "PREÇO REGISTADO" em Ata;	Não
097	O sistema deverá permitir o cancelamento do item registrado na ata para o Fornecedor, bloqueando assim as futuras entregas desse item;	Sim
098	O sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, o sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 (quando a licitação for realizada nos termos da Lei 14.133/21), não permitindo o registro de solicitações de empenho após o término do prazo de vigência;	Sim
099	O sistema deverá controlar na Solicitação de Entregas de Materiais ou Execução de Serviços pela Unidade Organizacional Participante o saldo quantitativo para a Unidade, informando quando não possuir saldo na respectiva Ata de Registro de Preços;	Sim
100	O sistema deverá permitir a revisão de preços da Ata de Registro de Preços por motivos imprevisíveis ou incontroláveis pela Administração, sempre que o valor registrado denotar diferenças em relação ao preço de mercado (para cima ou para baixo);	Sim
101	O sistema deverá manter registro histórico, inclusive disponibilizar relatórios, das revisões dos preços registrados;	Não
102	O sistema deverá permitir o remanejamento de cotas entre Unidades Organizacionais Participantes da Ata de Registro de Preços e entre as Participantes e Unidades Organizacionais que não tenham participado do certame, considerando os respectivos saldos resultantes do remanejamento;	Sim
103	O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;	Não
104	O sistema deverá permitir a utilização nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade;	Sim
Item	ESTOQUE / ALMOXARIFADO	ATENCIDO
105	O sistema deverá permitir registro da estrutura hierárquica dos almoxarifados com subordinação dos locais de armazenamento. Exemplo: 1.02.000 - Almoxarifado Totalizador da Saúde - 1.02.001 - Almoxarifado Central da Saúde e 1.02.002 - Almoxarifado Ambulatorial;	NÃO ATENDIDO
106	O sistema deverá controlar as ordens físicas de localização de conteúdos / ruas, pallets e escaninhos para armazenamento de materiais;	ESSENCIAL

174



156

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

107	O sistema deverá possibilitar a definição do responsável pelo almoxarifado, esse responsável deverá estar vinculado ao cadastro de usuários do sistema.	Sim
108	O sistema deverá bloquear as movimentações dos almoxarifados que estejam sem responsável vinculado.	Sim
109	O sistema deverá possibilitar o controle de acesso de usuários a almoxarifados, possibilitando que o usuário do sistema possa ter acesso a mais de um almoxarifado.	Sim
110	O sistema deverá permitir o controle de armazenamento de materiais perigosos, registrando o Lote, Data de Fabricação e Vencimento e respectiva quantidade.	Sim
111	O sistema deverá controlar todas as movimentações dos materiais no estoque, que, registrando as entradas e saídas e seus respectivos valores efetuando o cálculo de balancetes para encerramento mensal.	Sim
112	Com base na movimentação histórica, em cada almoxarifado será calculado o ponto de reposição emitindo relatório de materiais em ponto de reposição.	Sim
113	O controle físico e financeiro dos materiais deverá ser efetuado automaticamente fornecendo a posição de estoque para cada material do almoxarifado.	Sim
114	O sistema deverá utilizar o conceito de Centro de Custos para as Unidades Requisitantes e preço médio ponderado para efetuar os movimentos de saída.	Não
115	Mantém histórico de documentos responsáveis pelas movimentações como, por exemplo, Notas Fiscais, Requisição de Material ao Estoque, Alto de Recebimento de Mercadorias ou Execução de Serviços, Devolução de Mercadorias, Inventários, etc.	Sim
116	Os mecanismos para controle das movimentações tais como entradas, saídas e transferências devem ser informatizados, permitindo a emissão de documentos para arquivamento nos setores.	Sim
117	As Requisições de Materiais pelas Unidades Administrativas devem ser geradas de forma eletrônica com numeração sequencial por exercício.	Sim
118	O sistema deverá permitir que as requisições de material em estoque possam ser atendidas integralmente ou parcialmente.	Sim
119	O sistema deverá permitir aprovação, cancelamento e eliminação de pendência para o material requisitado, bem como o estorno da Requisição de Material em Estoque.	Sim
120	O sistema deverá ter mecanismos que bloqueiem os almoxarifados para entradas e saídas durante os períodos de inventário.	Sim
121	O sistema deverá permitir o lançamento de vários lotes de materiais perigosos lidos para as entradas quanto para as saídas de materiais perigosos.	Não
122	O sistema deverá permitir que nas saídas de materiais perigosos seja possível o remanejamento de lotes, lidos quantos forem necessários para o atendimento à quantidade a ser movimentada, bloqueando o movimento até que a quantidade dos lotes sejam necessárias ao atendimento da requisição.	Não
123	O sistema deverá permitir listar todos os materiais perigosos a vencer em determinado lote por almoxarifado e em geral, individualizada por almoxarifado ou gema.	Não
124	O sistema deverá disponibilizar a Apropriação de Consumo por Centro de Custo, através das movimentações históricas.	Não
125	O sistema deverá permitir o cadastramento/inclusão de notas fiscais quando do recebimento do material pelo almoxarifado, permitindo a emissão de Boletim de Recebimento de Material / Serviços, liberando a respectiva nota fiscal para pagamento pelo setor financeiro (liquidação).	Sim
126	O sistema deverá permitir e controlar historicamente as transferências de materiais entre almoxarifados.	Sim

175


Prefeitura do Município de Curitiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 509, Jardim de Lucca
Tel. (11) 3183-6555 – E-mail: licitacoes@licitacoes.curitiba.sp.gov.br
Internet: www.curitiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

127	O sistema deverá possuir integração com os módulos de Materiais e Serviços, Fornecedores, Aquisições, Patrimônio, Contrato, Orçamentário / Contábil.	Não	
128	O sistema deverá projetar as previsões de consumo para futuras compras, baseado em entregas que estão pendentes e o período de consumo a ser analisado.	Sim	
129	O sistema deverá listar materiais em estoque por almoxarifado.	Sim	
130	O sistema deverá imprimir as requisições de materiais em estoque eletrônicas.	Sim	
131	O sistema deverá permitir a saída por deterioração de materiais perigosos que venceram ou que sofreram algum dano ou acidente natural.	Sim	
132	O sistema deverá disponibilizar dados para cruzadas, relativos à curva ABC, ponto de reposição e o consumo médio para cada item de material.	Sim	
133	O sistema deverá permitir que a "Requisição de Material em Estoque" (RME) que não for atendida pelo setor de Almoxarifado possa ser alterada, desde que seu status não seja "CANCELADA" ou "APROVADA", porém, deve haver permissões especiais para DESAPROVAR (RMEs) marcadas como APROVADA, se necessário for.	Sim	
134	Na saída de material do estoque para materiais perigosos, o sistema deverá indicar sempre os lotes mais antigos, antes de se utilizar outro lote mais recente.	Não	
135	O sistema deverá fornecer a opção de bloqueio para itens requisitados para uma Unidade Administrativa que possua uma Requisição de Material em Estoque a ser atendida.	Não	
136	Quando do atendimento de RME, o sistema deverá emitir uma Nota de Entrega do Material, para o Requisitante e Almoxarifado. Quando se tratar de material perigosos, deverão constar os lotes utilizados no atendimento da Requisição.	Não	
137	O sistema deverá manter histórico das quantidades solicitadas na requisição de Material em estoque, as quantidades fornecidas e os saldos não atendidos a fim de possibilitar análise sobre demanda reprimida.	Sim	
138	O sistema deverá permitir o estorno de lançamentos de Notas Fiscais, validando se existe saldo físico e financeiro para realizar a operação de forma integrada ao módulo orçamentário / contábil, gerando um estorno de liquidação eletrônica.	Sim	
139	O sistema deverá permitir a criação de Inventário, registrando a forma de geração do inventário (intervalo de catálogo, se foram selecionados somente itens com saldo ou itens que estejam sem preço médio), o usuário que criou o inventário, o respnsável e a periodicidade do inventário.	Sim	
140	O sistema deverá permitir a visualização do resumo do inventário, a emissão de Ficha de Contagem, a digitação das contagens, visualização e emissão de consistência do inventário (resultado apurado com a contagem), e efetuação dos ajustes do inventário e seu respectivo encerramento.	Sim	
141	O sistema deverá permitir a digitação do valor de preço médio para materiais que são localizados no estoque durante o inventário e não existam em estoque, bem como, para aqueles materiais que estão sem valor pré-definido.	Não	
142	O sistema deverá possuir consulta ao resultado do inventário.	Não	
143	O sistema deverá permitir a emissão de etiquetas para fixação nas prateleiras.	Não	
144	Permitir a seleção do empunho a ser liquidado na emissão da nota fiscal.	Não	
145	Permitir o cálculo e fechamento mensal do balancete integrado ao módulo contábil.	Sim	
Item	CONTRATOS	ATENDIDO NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL

176


Prefeitura do Município de Curitiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 509, Jardim de Lucca
Tel. (11) 3183-6555 – E-mail: licitacoes@licitacoes.curitiba.sp.gov.br
Internet: www.curitiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

146	Permitir o registro dos cotistas (firmando número e ano do contrato, Foi- receber contatado, datas de início e término, data de publicação, data de assinatura, vigência (meses ou dias), objeto, veículo de publicação e valor.	Sim
147	Possibilitar a inclusão de Contratos formalizados a partir de um processo de aquisição por Compra ou Licitação, carregando as seguintes informações de forma integrada: fornecedores, modalidade, número e ano da licitação ou dispensa, itens do contrato, intimações dos empenhos, dados de publicação e órgão responsável.	Sim
148	Registrar e registro do contrato/licitação motivo, data da rescisão, data de publicação, veículo de publicação e observação.	Sim
149	Registrar os dados de adiantamento, equitativos econômicos financeiros, reajustes e revisões.	Sim
150	Registrar as penalidades do contrato alinhando prazo final de vigência de acordo com os prazos de prorrogação.	Não
151	Registrar as medidas de execução do contrato informando o percentual de conclusão e cada modificação e relatório de execução do contrato.	Não
152	Registrar as penalidades sofridas pelo contratado e as garantias exigidas.	Não
153	O sistema deverá possuir relações básicas para o gerenciamento do contrato - relatório geral de contratos a vencer, contratos anulados, contratos em prorrogação.	Sim
154	O sistema deverá permitir a emissão de contratos que estão a vencer, permitindo a definição pelo usuário, da quantidade de dias de antecedência que ele gostaria de ser avisado o vencimento dos contratos.	Sim
155	O sistema deverá possuir integração ao módulo de fornecedores, compras, materiais e serviços, estoque e patrimônio, facilitando o trâmite de informações sobre contratos.	Sim
156	Emitir ficha do contrato relacionado todos os dados registrados para o contrato.	Sim
157	O sistema deverá permitir a emissão de relatórios referentes aos contratos vencidos e a vencer, a partir de filtros de pesquisas por fornecedor, número contrato, data vencimento e ainda taxa de datas. Ano etc.	Sim
158	O sistema deverá emitir relatório que liste o contrato e suas respectivas liquidações e pagamentos em formato de extrato.	Não
159	O sistema deverá permitir a exportação de uma lista de contratos em Excel.	Sim
160	O sistema deverá permitir o anexo de arquivos vinculados ao contrato.	Sim
Item	PATRIMÔNIO	ATENCIDO NÃO ATENDIDO ESSENCIAL
161	O sistema deverá controlar o cadastro de bens móveis, imóveis, intangíveis e ativos, oferecendo meios para o controle de numeração dos bens patrimoniais que forem cadastrados no sistema e mecanismos para localização por unidade orçamentária, tipo e código de material, número de patrimônio, classe, processo, tipo de documento, data de aquisição e incorporação.	Sim
162	Permitir o controle do ciclo de vida do ativo, desde sua aquisição integrada ao módulo de Aquisições, incorporação patrimonial, reavaliações, transferências, depreciações e baixas.	Sim
163	A incorporação de bens móveis deverá ser efetuada de maneira integrada às movimentações de entrada/outração, somente sendo incorporado quando da sua destinação ao uso, realizando automaticamente a saída do almoxarifado.	Sim
164	O sistema deverá controlar os bases de acordo com a classificação do Grupo de Bens Contábil e Classe Patrimonial, para todos os tipos de Bens, facilitando a contabilização de valores.	Sim

177



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

165	Quando se tratar de bens móveis, deverá conter no mínimo as informações: Unidade Administrativa Responsável pelo bem, descrição, código do item de material correspondente, número do tombamento atual e anterior, informações sobre a aquisição, data de incorporação, estado de conservação, informações referentes ao veículo (placa, renavam, chassis, ano de fabricação e modelo, número de empenho, se a vida útil é definida ou indefinida e nos casos de definida, qual o prazo, vetores de aquisição e depreciação), o cálculo da depreciação deve ser automático de acordo com a classificação patrimonial, valores acumulados de depreciação e valor líquido e observações do bem.	Sim
166	O sistema deverá permitir controle de bens imóveis, incluindo Unidades Administrativas Responsáveis, Destinação, dados de endereço do imóvel, inscrição municipal, lotamento, dados de registro de cartório (matrícula, ficha, livro), Lei/Decreto Municipal sobre incorporação medidas e área construída, proprietários anterior e atual, valor de aquisição, reavaliações e depreciação mensal e acumulada, assim como emitir relatórios (estado o bem imóvel).	Sim
167	O sistema deverá permitir o controle de bens patrimoniais cedidos para utilização a órgãos da Administração Pública ou a cidadãos por intermédio de decisão judicial.	Não
168	O sistema deverá permitir o registro de declaração de inservibilidade de bens para processo futuro de Leilão e Baixa, consolidando o Destacamento de Bens.	Sim
169	O sistema deverá permitir controle de bens de terceiros cedidos em comodato por contratos, contratos administrativos ou cessão de uso disponibilizando campos para entrada de dados referentes ao processo.	Não
170	Para o controle de bens de terceiros o sistema deverá disponibilizar os seguintes campos: Número de Registro, Proprietário do Bem, Estado de Conservação, Localização, Data de Entrega do Bem, Previsão de Devolução e Data Efetiva de Devolução do Bem.	Não
171	O sistema deverá permitir transferência e registro histórico da movimentação de bens entre Unidades Administrativas, registrando o estado de conservação no momento da transferência.	Sim
172	O sistema deverá controlar o histórico de manutenções ocorridas no patrimônio.	Sim
173	O sistema deverá permitir a entrada de dados de garantia, número de série de equipamentos, e deverá manter o controle sobre vencimento dos prazos de garantias do fabricante ou do mantenedor de bem oferecidas ao material ou manutenção.	Não
174	O sistema deverá permitir a avaliação de bens registrando o prazo de vida útil, valor de mercado, valor apurado de reavaliação ou perda de valor recuperável.	Sim
175	O sistema deverá permitir controle de incorporações, quanto aos bens móveis, integrado ao módulo de Aquisições controlando a quantidade a ser incorporada de acordo com a Nota Fiscal ou documento correspondente.	Sim
176	O sistema deverá permitir controle de baixas patrimoniais com base nos bens declarados como inservíveis, disponibilizando campo para registro de laudo (motivo) comprovando de baixa e processo administrativo associado.	Sim
177	Quando se tratar de baixa por alienação por venda, o sistema deverá registrar o valor de venda para apuração do 'ganho' ou 'perda' com a venda o bem.	Sim
178	O sistema deverá permitir o registro de inventário patrimonial de bens móveis, exportando dados para coletor.	Sim
179	O sistema deverá registrar as anomalias de localização de bens durante o inventário. Isto é, bens localizados em obsoleto, mas pertencentes a outro plano de fatura regularização.	Sim

178



157

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

180	O sistema deverá permitir o controle de contrato de locação de bens patrimoniais móveis a terceiros, com informações do locatário, formas de pagamento, periodicidade do pagamento, data de início e fim, valor global;	Não
181	O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coleter;	Não
182	O sistema deverá registrar e emitir o Termo de Responsabilidade, individual ou setorial dos bens patrimoniais;	Não
183	O sistema deverá emitir relatório para inventário (levantamento físico de bens) de bens por unidade administrativa com informações sobre a conservação do material inventariado e se o material está em uso ou ocioso, gerado em formato pdf e planilha compatível com Microsoft Excel;	Sim
184	O sistema deverá possuir rotina para inventário de bens (móveis, acervo, intangível e veículo) possibilitando informar a localização atual do bem e o estado de conservação;	Sim
185	O sistema deverá realizar as movimentações necessárias no patrimônio para estados dos bens (localização e estado de conservação) de acordo com o informado no inventário;	Não
186	O sistema deverá bloquear a movimentação de patrimônio para a unidade gestora ou unidade organizacional que estiver com o inventário patrimonial aberto a fim de garantir a confiabilidade nas informações do inventário;	Sim
187	O sistema deverá permitir a emissão de relatório demonstrando os bens inventariados; "Localizados e pertencentes ao setor"; Localizados mas pertencentes a outro setor"; e "Não Localizados";	Sim
188	O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coleter;	Não
189	O sistema deverá efetuar o controle mensal financeiro do bem demonstrando o valor anterior do bem, o valor de baixa, reavaliação, depreciação, redução de valor recuperável, valor líquido de baixa e valor atual do bem, emitindo relatório de movimentação de bens;	Sim
190	O sistema deverá, a cada evento de lançamento de valores no controle patrimonial, possuir integração ao módulo orçamentário / contábil sobre os eventos contábeis a serem efetuados;	Sim
191	O sistema deverá emitir relatório, por período, mensal e anual, das manutenções preventivas e corretivas dos bens para auxiliar na gestão patrimonial;	Não
192	O sistema deverá possuir filtros de busca e localização de cadastros de bens patrimoniais;	Sim
193	O sistema deverá permitir busca de bens patrimoniais por palavras iniciais ou parte de palavras;	Sim
194	O sistema deverá permitir o controle e registro de bens imóveis afetados a terceiros;	Não
195	O sistema deverá permitir emissão de relatório de bens móveis por unidade organizacional, por forma de aquisição, por código de material (quando se tratar de bens móveis), por faixa de valores de aquisição e por data de aquisição e incorporação;	Sim
196	O sistema deverá permitir a inclusão de fotos e arquivos de quaisquer formatos para os bens;	Não
197	Permitir a emissão de relatório de bens biológicos (por exemplo por período, por tipo de patrimônio, por tipo de baixa e por faixa de patrimônio);	Sim
198	O sistema deverá permitir a alteração do número de planilha do patrimônio;	Sim
199	Classificar o cálculo de depreciação, exatidão ou amonização de acordo com o Grupo e Classe do Bem Patrimonial;	Sim

179



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 500, Jardim do Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@itatabia.sp.gov.br
Internet: www.itatabia.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

200	Permitir o estorno de operações que envolvam os lançamentos e movimentações nos bens, quando cabível;		Sim
201	Permitir a reclassificação de bens de uma classe patrimonial para outra, realizando o movimento de incorporação e baixa financeira, integrado aos eventos contábeis;		Não
202	Permitir o cálculo patrimonial para atualização dos bens;	ATENDIDO	Sim
Item	PRESTAÇÃO DE CONTAS	ATENDIDO	ESSENCIAL
203	Permitir a geração dos arquivos XMLs em atendimento a AUDESP, ISEE IV para envio ao TCE-RP;		Sim
204	Fornecer relatório de validação das informações que devem ser preenchidas no sistema para facilitar a identificação de inconsistências nos processos antes de enviá-los ao Tribunal de contas do estado;		Sim

Item	PORTAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	O Portal de Transparência deverá ser um sistema Web e permitir a busca de informações de sistemas pertencentes à empresa e/ou terceiros, se assim for necessário, evitando a leitura direta dos sistemas integrados, que serão disponibilizados;			Sim
002	O Portal deverá possuir integração com os módulos de Contabilidade, Licitações e Contratos, RH e Folha de Pagamento para fornecimento de informações;			Sim
003	O Portal deverá possuir ambiente de configuração de forma fácil e ágil, separando as funcionalidades, para organização das telas;			Sim
004	Cadastro de estrutura organizacional, que deverá conter:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
005	A criação de unidades, permitindo editar, Ativar/Desativar e excluir;			Sim
006	Possibilitar a criação de níveis e subníveis, dentro de estrutura organizacional;			Sim
007	Permitir a movimentação de subníveis dentro do organograma;			Sim
008	Possibilitar incluir nomenclatura do responsável pela unidade, permitindo também a opção de inserir foto do mesmo;			Não
009	Possibilitar criação de texto informativo com atribuições de cada unidade;			Não
010	Possibilitar a inclusão de responsável de cada unidade, permitindo a inserção de foto do mesmo;			Não
011	Possibilitar a inclusão de endereço, telefones e horários de atendimento ao público;			Sim
012	Possibilitar anexação de arquivos, como fluxograma e legislação do órgão;			Sim
013	Permitir a inclusão de departamentos ou secretarias, com link para direcionamento a uma determinada página web;			Sim
014	Permitir integração com Google maps, auxiliando o usuário na localização do endereço da unidade;			Não
015	Permitir glossário com termos e suas definições, que deverão ser exibidos em ordem alfabética para fácil localização visual;			Não
016	Possibilitar que o usuário cadastrado, tenha permissão de incluir, excluir, ativar, editar e desativar, termos cadastrados no glossário;			Não

180



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 500, Jardim do Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@itatabia.sp.gov.br
Internet: www.itatabia.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

017	Possibilitar cadastro de perguntas frequentes feitas pelo cidadão e suas respostas. O sistema deverá permitir que as perguntas criadas possam ser fixadas e desativadas, a qualquer momento, mantendo o histórico das perguntas cadastradas anteriormente.		Sim
018	9. Possuir no portal, funcionalidade de acessibilidade de conteúdo, através de tradutor de textos, alto contraste e redimensionamento de fonte.	ATENDIDO	Sim
019	9. Permitir que os usuários devidamente cadastrados no sistema, possam alterar configurações gerais, que deverão refletir automaticamente, tais como:	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
020	9.1. Título de exibição no portal;		Sim
021	9.2. Cores dos menus;		Não
022	9.3. Teclas e rodapé;		Sim
023	9.4. Cores das fontes dos títulos;		Não
024	9.5. Imagem de fundo de tela;		Não
025	9.6. Imagem de fundo do home;		Não
026	9.7. Banner e botão;		Sim
027	10. Possuir no acesso ao portal gráficos, indicadores para melhor análise do cidadão, por que possa assim visualizar.	ATENDIDO	ESSENCIAL
028	10.1. Indicador do tipo Coluna;		Não
029	10.2. Indicador do tipo Pizza;		Não
030	10.3. Indicador do tipo Barra;		Não
031	10.4. Indicador do tipo Denúcia;		Não
032	11. Permitir que os usuários de sistema possam configurar:	ATENDIDO	ESSENCIAL
033	11.1. Indicadores gráficos;		Não
034	11.2. Informações de exibição;		Sim
035	11.3. Possibilitar ordenação dessas informações no acesso ao portal;		Sim
036	12. Possuir indicadores gráficos que deverão possibilitar ao cidadão, o direcionamento a fim das informações;		Não
037	13. Disponibilizar de forma detalhada, o registro de qualquer repasses ou transferências de recursos financeiros, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;		Sim
038	14. Disponibilizar de forma detalhada, registros contendo informações de remunerações dos servidores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;		Sim
039	15. Disponibilizar de forma detalhada, as informações inerentes aos servidores públicos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;		Sim
040	16. Disponibilizar informações procedimentais licitatórias, inclusive os respectivos editais, bem como todos os contratos celebrados, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;		Sim
041	17. Disponibilizar informações de receitas, previsão, arrecação e lançamentos, classificação orçamentária, com a especificação da natureza e a fonte de recursos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;		Sim

181



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

042	18. Disponibilizar de forma detalhada, as informações de despesas, contendo dados referentes ao emprego, liquidação, pagamento, classificação orçamentária e beneficiário, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;		Sim
043	19. Disponibilizar registro de contratos com convênio contendo informações de início de contratação, data de término e valores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;		Sim
044	20. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;		Sim
045	21. Disponibilização de relatórios de orçamento PPA, LDO e LOA;		Sim
046	22. Possibilitar a exposição de relatórios em diversos formatos eletrônicos, atendendo no mínimo os formatos PDF, XLS, TXT e CSV;		Sim
047	23. Exibir informações em formato de lista, tendo como alternativa, ajuste de visualização através de filtros por periodicidades, sendo eles:		Sim
048	23.1. Periodicidade: Mensal, Bimestral, Trimestral, Quadrimestral, Semestral e Anual;		Não
049	23.2. Filtro Periodicidade em conjunto com o mês, com opção de Janeiro a Dezembro;		Não
050	23.3. Permitir filtrar por exercício dos últimos 5 anos;		Não
051	24. Permitir o cadastro de deslignamento das informações do portal, permitir também a alteração das suas cores, com possibilidade de alteração em:		Não
052	24.1. Cores da fonte do título;		Não
053	24.2. Cores de fundo do título;		Não
054	24.3. Cores das fontes dos grupos;		Não
055	24.4. Cores do total;		Não
056	24.5. Cores da fonte do total;		Não
057	24.6. Cores do fundo total;		Não
058	25. Possuir sumário com ferramentas de enumeração das divóes, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que foram cadastradas, permitir a cópia;		Sim
059	26. Possuir integração com o sistema e-SIC, Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;		Sim
060	27. Exibir os pedidos de informações registrados no e-SIC;		Não
061	27.1. Quantidade de pedidos do e-SIC;		Sim
062	27.2. Quantidade de atendimentos respondidos;		Sim
063	27.3. Prazo médio de resposta;		Sim
064	28. Aos pedidos de recursos registrados via SIC, permitir visualizar;		Não
065	28.1. Quantidade de recursos atendidos, se houver;		Não
066	28.2. Quantidade de pedidos de recursos respondidos, se houver, respondidos;		Não
067	29. Com relação às reclamações registradas, permitir visualizar;		Não
068	29.1. Quantidade de reclamações atendidas;		Não
069	29.2. Quantidade de reclamações respondidas;		Não

182



158

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

070	30. Possuir funcionalidade que direcione o cidadão a acessar o SIC.		Sim
071	31. Possibilitar na página introdutória, informações referentes ao e-SIC, a exibição gráfica de indicadores, para melhor análise de cidadão, possibilitar visualizar como:		Não
072	31.1. Indicador de tipo Coluna;		Não
073	31.2. Indicador de tipo Pizza;		Não
074	31.3. Indicador de tipo Barra;		Não
075	32. Permitir por usuários gerenciais, a configuração das informações gráficas, como:		Não
076	32.1. Exibição do tipo Mensal;		Não
077	32.2. Exibição do tipo Bimestral;		Não
078	32.3. Exibição do tipo Semestral;		Não
079	32.4. Exibição do tipo Anual;		Não
080	33. Disponibilizar no acesso as informações no portal, a data da última atualização dos dados no portal, contendo no mínimo: configuração das informações gráficas, como:		Sim
081	33.1. Data da última atualização;		Sim
082	33.2. Mês da última atualização;		Sim
083	33.3. Ano da última atualização;		Sim
084	33.4. Horário da última atualização;		Sim
085	34. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam, alterar o nome das colunas no portal;		Sim
086	35. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam habilitar e desabilitar, colunas já existentes, facilitando assim a administração dos dados pelos gestores;		Sim
087	36. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados aos registros de portais;		Sim
088	37. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados às Licitações;		Sim
089	38. Permitir por usuários gerenciais, a criação de tipos de usuários, sendo no mínimo:		Sim
090	38.1. Usuário do tipo padrão;		Sim
091	38.2. Usuário do tipo gerencial;		Sim
092	39. Possuir recurso de orientação sobre qual diretores necessárias para criação de senha, para acesso a área gerencial;		Sim
093	40. Permitir que usuários gerenciais com permissão, possam bloquear e liberar o acesso ao sistema para outros usuários;		Sim
094	41. O Portal deverá estar disponibilizado em nuvem, para assim diminuir riscos de instabilidade e praticidade na realidade de manutenção;		Sim
095	42. Possibilitar que as visões de módulos diferentes, possam ser conectadas;		Não
096	43. Possuir ferramenta que possibilite a extração periódica dos dados, para armazenamento em repositório de nuvem;		Sim
097	44. A ferramenta de extração de dados deverá possibilitar aos usuários, devidamente cadastrados, o agendamento do período que a extração acontecerá		Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	QUVIDORIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
	SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS			
	QUVIDORIA			
	Possibilitar o registro através da internet de sugestões e reclamações, denúncias e elogios relativos a serviços públicos e controlar o andamento das demandas e efetuar os registros necessários ao sistema;			Sim
002	Permitir que o requerente possa ficar com seus dados em sigilo quando desejar;			Sim
003	Permitir registro do custo das providências adotadas;			Não
004	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitido ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;			Sim
005	Permitir consulta a uma determinada ouvidoria, fornecendo informações sobre o seu andamento a em que órgão se encontra;			Sim
006	Possuir controle dos prazos de conclusão das ouvidorias recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;			Sim
007	Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;			Sim
008	Ao cadastrar uma ouvidoria, possibilitar informar o local de ocorrência;			Não
009	Possibilitar para ouvidoria sigilosa que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do requerente;			Sim
010	Possibilitar informar o beneficiário da ouvidoria;			Sim
011	Possibilitar a classificação da ouvidoria como, no mínimo: • Pedido de informação; • Pedido de serviço; • Reclamação; • Denúncia; • Sugestão; • Elogio;			Sim
012	Possibilitar ao cidadão consultar as ouvidorias na internet informando número e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;			Sim
013	Possibilitar após o término do cadastro a distribuição automática da solicitação ao órgão ou ouvidor responsável;			Sim
014	Permitir o cadastramento de um usuário do sistema como ouvidor e possibilitar o vínculo de órgãos sob sua responsabilidade;			Sim
015	Permitir arquivar aos assuntos a condição de sigiloso;			Sim
016	Possuir funcionalidade para proporcionar ao ouvidor gerenciar o andamento das demandas das modalidades processo, solicitação e ouvidoria;			Não
017	Emitir relatórios para gerenciamento pelo ouvidor;			Não
018	Possibilitar arquivar no cadastro de assuntos a obrigatoriedade do local ou endereço de inspeção. Ouvidorias pertinentes a estes assuntos não poderão ser cadastradas caso não seja informado o endereço ou local de inspeção;			Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

019	Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar o registro de ouvidorias;		Sim	
020	Permitir o registro de observações relativas a ouvidoria por usuário, permitindo que um usuário apenas visualize as observações registradas pelos demais usuários do sistema;		Não	
021	Permitir classificar a prioridade da ouvidoria como, no mínimo: Urgente, Alta, Normal;		Sim	
022	Permitir que ouvidorias classificadas com prioridades alta ou urgente sejam transmitidas inicialmente para o usuário e não para o órgão responsável pelo assunto;		Sim	
023	Permitir anexar arquivos digitais no momento da abertura de uma ouvidoria;		Sim	
024	Permitir registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;		Não	
025	Permitir ao usuário atribuir status de sigilo à ouvidoria mesmo quando o assunto solicitado não exigir;		Sim	
026	Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;		Sim	
027	Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar: • Transmissão; • Encerramento; • Envio de resposta; • Reativação;		Sim	
028	Permitir registrar avisos de pendências relativos às ouvidorias aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;		Não	
029	Permitir visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a ouvidoria;		Sim	
030	Permitir a anulação de, no mínimo, uma imagem para cada providência registrada;		Sim	
031	Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da ouvidoria;		Sim	
032	Permitir escolher se as respostas serão enviadas aos requerentes diretamente pelo órgão responsável pelo encerramento ou somente pelo ouvidor;		Não	
033	Permitir alterar o sigilo do requerente nas ouvidorias;		Não	
034	Permitir a reativação de ouvidoria, onde o gestor do sistema poderá encerrar a ouvidoria para qualquer órgão executar uma nova análise;		Não	
035	Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde esta mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bâim. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações referentes àquela ouvidoria;		Sim	
036	Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bâim;		Não	
037	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das ouvidorias registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos;		Sim	
Item	ATENDIMENTO AO CIDADÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
038	Registrar reclamações, sugestões do município e encaminhá-las via sistema para o órgão responsável;		Sim	
039	Possuir controle dos prazos de conclusão das solicitações recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;		Sim	

185



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

040	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupo e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de todos previstos para tramitação com definição de tempo de permanência por local;		Sim
041	Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não adoção quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;		Não
042	Permitir a reativação de solicitações, onde o gestor do sistema poderá encerrar a solicitação para qualquer órgão executar uma nova análise;		Sim
043	Permitir a consulta das solicitações por, no mínimo: • Requerente; • Beneficiário; • Data de registro; • Assunto; • Complemento do assunto; • Número e ano; • Órgão atual; • Endereço de inspeção;		Sim
044	Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento;		Não
045	Permitir a distribuição automática ao órgão responsável pelo assunto;		Sim
046	Permitir a emissão de relatório gerencial;		Sim
047	Emitir relatório por órgão dos assuntos solicitados, tempo total de permanência e a quantidade de dias em atraso;		Não
048	Permitir ao cidadão consultar as solicitações no internet informando número e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos de administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;		Não
049	Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual e custo de execução a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;		Não
050	Permitir informar o beneficiário da solicitação;		Sim
051	Permitir encerrar as solicitações aos ouvidores de ourem (usuário) e assegurar que somente o destinatário possa dar andamento à solicitação;		Não
052	Permitir registrar mais informações sobre o assunto para auxílio durante o atendimento ao cidadão;		Sim
053	Permitir a impressão da carta e/ou envio de e-mail da respectiva ao requerente;		Sim
054	Permitir a consulta a providências registradas para as solicitações;		Sim
055	Permitir registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;		Não
056	Emitir relatório de solicitações tramitadas contendo, no mínimo, órgão, período e assunto;		Não
057	Permitir que o agente de atendimento possa definir a prioridade da solicitação;		Não
058	Permitir atribuir aos usuários direitos de tramitação de solicitações em mais de um órgão;		Não
059	Permitir a geração de uma ordem de serviço a partir de uma solicitação em aberto, podendo bloquear a tramitação da solicitação até a conclusão da ordem de serviço gerada;		Não
060	Permitir a consulta ao histórico de trâmites das solicitações entre os órgãos;		Não

186



159

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

061	Enviar relatório do total geral de tempo de permanência e término a partir da data de abertura e o prazo estimado para término.	Não
062	Casos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser manidos apenas por usuários autorizados.	Não
063	Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às solicitações aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail.	Sim
064	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a solicitação.	Não
065	Permitir a anexação de arquivos digitais à solicitação na abertura ou em qualquer momento, desde que a solicitação esteja em aberto.	Não
066	Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da solicitação.	Não
067	Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela demanda.	Não
068	Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.	Não
069	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das demandas registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.	Não
Item	PROTOCOLO	ATENDIDO
070	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupo e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local.	ESSENCIAL
071	Permitir a abertura de processos registrando os dados do requerente, assunto, possíveis documentos e local de atendimento. Permitir ainda que tal registro seja efetuado em forma de países, que proporcione maior praticidade no andamento ao cidadão.	Sim
072	Possibilitar que numeração dos processos seja única ou por exercício.	Sim
073	Enviar comprovante de protocolização para o interessado no momento da inclusão do processo com, no mínimo, as seguintes informações: • Número do Processo; • Data de Abertura; • Requerente; • Assunto; • Órgão responsável pelo Assunto; • Código para acesso à consulta via internet.	Sim
074	Enviar etiquetas de protocolo contendo, no mínimo: • Número do Processo; • Data de Abertura; • Requerente; • Assunto.	Sim
075	Permitir o acompanhamento da tramitação do processo e a situação que se encontra, mantendo histórico dos trâmites e providências/despachos adotados.	Sim
076	Possuir rotina de confirmação de recebimento dos processos em trânsito. Permitir o recebimento somente por usuários com acesso ao órgão.	Sim
077	Enviar relatório de processos pendentes de confirmação de recebimento.	Sim
078	Possibilitar a representação em modo gráfico dos processos por assunto para acompanhamento dos níveis de solicitação.	Sim
079	Possibilitar o apontamento/anexação de processos gerando documento combinatório com, no mínimo, as informações: • Órgão onde foi realizado o apontamento; • Data/Hora do apontamento; • Processos apontados; •	Sim

187



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	Processo principal; • Usuário que apontou; • Órgão de origem do usuário; • Local para assinatura.	
080	Possibilitar o cadastramento de locais de arquivamento com informações que facilite a localização física dos processos. Permitir informar, no mínimo: • Órgão; • Descrição do local; • Responsável; • Tempo de arquivamento;	Sim
081	Permitir consultar os processos que excederam a temporalidade prevista para o local;	Não
082	Enviar relatório informando os detalhes entre estimativas de prazo de conclusão e tempo de permanência;	Não
083	Possibilitar a exportação dos dados de processos para planilha, permitindo selecionar as colunas desejadas para a composição da planilha;	Sim
084	Possuir rotina para registrar o empacotamento e a devolução do processo e manter o histórico das operações;	Não
085	Na protocolização, verificar se o requerente possui processos abertos com o mesmo assunto, exibindo para o atendente, em caso afirmativo, a lista dos processos existentes;	Sim
086	Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento, bem como os documentos necessários para o andamento do processo;	Não
087	Possibilitar configurar a obrigatoriedade da providência ao tramitar o processo. Permitir, contudo, configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;	Sim
088	Possuir rotina de configuração para definir se os processos com apontamentos podem ser tramitados ao arquivo morto ou devem ser desanexados antes da operação;	Não
089	Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual, custo de execução e usuário responsável pela providência e cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;	Sim
090	Possibilitar a abertura de novos volumes para o Processo. Permitir informar, no mínimo, o solicitante e o usuário responsável pela abertura, imprimindo o termo de encerramento e abertura de volumes;	Sim
091	Permitir que os volumes gerados possam ser emprestados entre os órgãos da administração;	Não
092	Possuir rotina para incorporação de processos. Permitir configurar se os processos incorporados devem tramitar junto ao principal;	Sim
093	Possibilitar a conclusão dos processos em qualquer órgão, havendo a possibilidade de transferir para o arquivo morto sem a necessidade de reativação;	Não
094	Possibilitar o cancelamento de trâmites de processos que foram reanexados, porém ainda não foi confirmado o recebimento;	Sim
095	Possibilitar que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do processo sigiloso;	Sim
096	Possibilitar cadastrar no catálogo de assuntos qual a relação de documentos obrigados para o andamento do processo;	Sim
097	Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de um processo em aberto, podendo bloquear a tramitação do processo até a conclusão da ordem de serviço gerada;	Sim
098	Possibilitar registrar avisos de pendências dos processos aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;	Sim
099	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para o processo;	Sim

188



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

100	Possibilitar o acompanhamento das fases de execução da ordem de serviço geradas para o processo.	Sim
101	Possibilitar consulta detalhada de dados do processo, possibilitando a impressão dos dados conforme necessidade do usuário.	Sim
102	Permitir registrar a localização física de boletins de pagamento dos processos de compra.	Não
103	Possibilitar anexar arquivos digitais em diversos formatos ao processo.	Sim
104	Possibilitar que os processos possam ser requisitados, impedindo a tramitação para outro órgão que não seja o que o requisitou.	Não
105	Possibilitar que o processo encerrado ou que se encontra em órgão de arquivo morto possam ser informados os dados do local físico do arquivamento.	Sim
106	Possibilitar a solicitação do desarquivamento de processos, onde o arquivista poderá atender ou rejeitar a solicitação.	Sim
107	Possuir uma funcionalidade que permita ao usuário verificar o status das suas solicitações de desarquivamento pelo sistema.	Sim
108	Permitir registrar documentos para juntar aos processos onde, no mínimo, devem ser informados os dados do responsável pela entrega e o motivo. Emitir comprovante de protocolização ao término do registro.	Sim
109	Possibilitar o encaminhamento de documentos a serem juntados fisicamente aos processos.	Sim
110	Possibilitar a confirmação do recebimento dos documentos aos processos.	Sim
111	Permitir a retirada de documento juntado aos processos onde, no mínimo, deve ser registrado o motivo e o usuário que retirou.	Sim
112	Possibilitar a emissão, no sistema de Infralua através da integração, de taxas referentes aos documentos recebidos.	Sim
113	Permitir pesquisar todo histórico e documentos juntados aos processos.	Sim
114	Possibilitar a minimização de taxa de arquivamento dos processos sem necessidade de transferir os processos novamente.	Não
115	Possuir rotina para realizar trâmites dos processos digitalmente, sem necessidade de envio do processo físico, permitir enviar para os órgãos com acesso exclusivo a esse tipo de limitação, enviar e-mail ao responsável pelo recebimento. Enquanto esse processo estiverem nesse tipo de tramitação não será permitida a tramitação por vias normais. Permitir ainda, configurar tempo máximo de permanência do processo nesse tipo de tramitação. Possibilitar que os processos possam voltar a serem tramitados pela forma tradicional.	Sim
116	Permitir o controle de numeração processos por empresas, sem repetição da numeração dos processos.	Não
117	Permitir incluir os locais de arquivamento e estabelecer nomenclaturas próprias de cada local.	Sim
118	Emitir relatório de processos que foram reativados por período de reativação.	Não
119	Emitir relatório de controle dos processos por órgão onde deve constar, no mínimo, o total de processos, a quantidade atrasada e quantidade em dia, com percentuais.	Sim
120	Emitir relatório de processos abertos por período contendo, no mínimo: • Número, Ano do Processo, • Data de abertura, • Requerente, • Assunto, • Complemento do assunto, • Órgão atual.	Sim

189



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

121	Emitir relatório estatístico das tramitações realizadas por órgão e período, podendo emitir das ações de recebimento, envio ou distribuição.			Sim
122	Permitir integração com o sistema de gestão tributária através da geração de guias para pagamento de taxas pertinentes ao assunto solicitado no momento da abertura do processo.			Sim
123	Permitir que o andamento do processo seja liberado somente após o pagamento ou liberação manual do processo.			Sim
124	Permitir, para abertura do processo, a importação dos dados do contribuinte através dos cadastros do sistema de gestão tributária, tais como mobiliário, imobiliário e outros.			Sim
125	Permitir a pesquisa e reimpressão de guias de pagamento das taxas de um processo.			Sim
126	Emitir relatório das guias de pagamento geradas pelo sistema de protocolo por período.			Não
127	Permitir que os usuários de órgãos, que não seja o protocolo, autuem processos administrativos internos, nessa modalidade o requerente sempre será a empresa tendo como solicitante o órgão interessado.			Sim
128	Permitir que seja gerado o número do processo de forma rápida, preenchendo apenas o requerente sem a necessidade de preencher assunto e demais informações visando a rapidez no andamento. O sistema deverá possuir uma funcionalidade que permita revisar todos os processos pendentes que precisam ser alterados.			Não
129	Permitir que usuários com permissão possam preencher o requerente do pagamento de taxas pertinentes ao assunto.			Não
130	Possibilitar a adição de arquivos digitais quando for realizado o recebimento de um documento.			Sim
131	Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá existir informações inerentes a aquele processo.			Não
132	Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.			Não
133	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos dos processos registrados no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.			Não
Item	GESTÃO DE ATIVIDADES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
134	Permitir gerar ordens de serviço a partir de solicitações ou processos, bem como através da entrada de dados via digitação.			Sim
135	Permitir que em uma ordem de serviço possam ser associados um ou mais serviços para execução.			Sim
136	Permitir o cancelamento individual de serviços associados à ordem de serviço (OS). Caso todos os serviços da OS sejam cancelados ou concluídos, ocorre o encerramento automático da ordem de serviço.			Sim
137	Permitir estabelecer prioridade para execução das ordens de serviço registradas.			Sim
138	Permitir realizar o agendamento de serviços para posterior agendamento e execução.			Sim
139	Permitir para os agrupamentos que aguardam execução, renovar serviços, cancelar o agrupamento e liberar serviços e cancelar o agrupamento e serviços.			Sim

190



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

140	Permitir que, para os agrupamentos que aguardam execução, sejam re-gistrados, no mínimo: previsão de atendimento, previsão de término, valor estimado, responsáveis pela execução, veículos e materiais a serem utiliza-dos na execução;	Não
141	Enviar relatório de liberação do agrupamento para execução contendo, no mínimo: • Numeração; • Previsão de atendimento; • Previsão de encerra-mento; • Telefones para contato; • Serviços a executar; • Local para exe-cução dos serviços.	Sim
142	Permitir registrar para o agrupamento os apontamentos com, no mínimo, data, motivo e observação do apontamento;	Sim
143	Permitir registrar no encerramento do agrupamento, no mínimo: • Data de encerramento; • Nível de complexidade; • Situação de encerramento; • Motivo e observação do não execução; • Tempo de deslocamento; • Dis-tância percorrida; • Nível de satisfação; • Responsável pela execução; • Parecer final.	Sim
144	Permitir pesquisa de ordens de serviço por, no mínimo: • Número e exer-cício; • Data de abertura; • Data de encerramento; • Tipo de execução; • Requerente; • Órgão solicitante.	Sim
145	Permitir pesquisa de agrupamentos por, no mínimo: • Número e exercício; • Órgão responsável pela execução; • Data de abertura; • Data de término; • Status.	Sim
146	Permitir que sejam cadastradas as subunidades que estão ligadas aos ór-gãos da empresa que não estão cadastradas no organograma;	Não
147	Permitir que usuários com permissão registrem ordens de serviço com tipo de execução mesmo para atendimento pelos órgãos responsáveis pela execução;	Sim
148	Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas ao registrar uma ordem de serviço externa. Permitir que o anota-torio da ordem de serviço seja liberado somente após o pagamento da taxa ou liberação manual da ordem de serviço.	Sim
149	Para ordens de serviço internas, o usuário deve informar o órgão solici-tante e a subunidade ligada ao órgão que será atendida.	Sim
150	Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sis-tema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ordem de serviço.	Sim
151	Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sis-tema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.	Sim
Item	PORTAL DO CONTRIBUINTE	ATENCIDO
152	Possuir funcionalidade que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro no sistema para que possa registrar e acompanhar suas requisições. Nesse cadastro devem constar, no mínimo: • Nome; • CPF/CNPJ; • E-mail; • Senha.	NÃO ATENDIDO
153	A senha de acesso ao portal do cidadão deve exigir letras, números e ca-racteres especiais;	ESSENCIAL
154	Permitir definir, no catálogo de assuntos, para quais assuntos o cidadão poderá registrar requisições;	Sim
155	Permitir que o cidadão possa consultar as requisições abertas por ele atra-vez do portal do cidadão;	Sim
156	Permitir que o cidadão possa consultar as demandas abertas presencial-mente através do atendimento ao cidadão.	Sim

191

 Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0855 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

157	Permitir o registro de requisições com, no mínimo, as informações: • As-sunto; • Mais detalhes sobre o motivo; • Local da ocorrência.	Sim
158	Permitir que o cidadão possa registrar sua requisição através aplicativo Mobile, atendendo os requisitos do item a este aplicativo deve seguir o Local de Ocorrência através do posicionamento de GPS de seu celular.	Não
159	Permitir que o cidadão fluje anônimo ao marcar sua requisição;	Não
160	Permitir que o cidadão possa alterar seus dados pessoais, no mínimo: • Endereço; • E-mail; • Telefone.	Sim
161	Caso o cidadão esqueça sua senha, o sistema deve disponibilizar recurso para definição de nova senha;	Sim
162	Após registro da requisição, enviar e-mail de confirmação de abertura para o cidadão;	Sim
163	Após registro do cidadão no portal, enviar e-mail de confirmação de ca-dastro para o cidadão;	Sim
164	Permitir a anexação de arquivos digitais na abertura da requisição;	Sim
165	Ter recurso para permitir que o cidadão, sem a necessidade de cadastro no portal, acompanhe o andamento das suas demandas pela internet. Possibilitar ou não, no momento da consulta, a exigência de um código de acesso fornecido no momento da abertura da demanda.	Não
166	Possibilitar que o portal do cidadão seja acessado em várias plataformas web com responsividade;	Sim
167	Possibilidade de customização das imagens do portal do cidadão, con-forme necessidade de gestão atual;	Sim
168	A requisição cadastrada pelo cidadão deverá ser encaminhada para o ór-gão responsável pelo assunto ou para o condutor responsável.	Sim
169	Permitir que o cidadão possa consultar o catálogo de serviços da gestão. Permitir que após parametrizado quais serviços serão exibidos neste cata-lógo.	Sim
170	Permitir que sejam emitidas taxas de arrecatção a partir dos serviços disponíveis no catálogo de serviços, permitir ainda que cada serviço pos-sua seu valor parametrizado para cobrança, as taxas geradas deverão ser emitidas pelo sistema de tributos.	Sim
171	Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	ATENCIDO
172	Possuir sistema que atenda a Lei de Acesso a Informação (LAI), "LEI Nº 537, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011" (http://www.planalto.gov.br/brd-2011/001/ato2011-204/ato20110252.htm) referente ao "CAPÍTULO III - DO PRO-CEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO".	NÃO ATENDIDO
173	Possuir funcionalidade que permita a alteração dos prazos previstos na Lei de forma fácil e ágil sem a intervenção de desenvolvimento;	Sim
174	Possuir funcionalidade que permita que a mensagem de notificação ao Cidadão possam ser previamente parametrizadas;	Sim
175	Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de re-formação;	Sim
176	Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de re-curso;	Sim
177	Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de re-claimação;	Sim

192

 Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Cordeiro, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0855 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

178	Possuir funcionalidade para cadastrar a comissão responsável por julgar os recursos e reclamações referentes ao pedido de informação. Dentro de cada comissão deverá ter a possibilidade de informar os membros participantes e assegurar que somente estes membros tenham acesso às respectivas informações no sistema.	Sim
179	Possuir funcionalidade que permita o cadastro de avaliações com períodos de vigência.	Sim
180	Emitir relatório das averções por período considerado, no mínimo: • Número, exercício do pedido de informação; • Data de abertura; • Prazo de resposta; • Solicitante; • Os dados conforme o cadastro de avaliação executada.	Não
181	Possuir funcionalidades que permita que o pedido de informação possa ser encaminhado entre os órgãos de administração pública.	Sim
182	Emitir relatório dos pedidos de informação contendo, no mínimo: • Numeração e exercício do pedido de informação; • Situação em que encontra o pedido de informação; • Solicitante; • Prazo de resposta; • Distribuição do pedido de informação; • Dado de resposta.	Não
183	Possuir um portal que permita acodado criar seu próprio cadastro para registrar e acompanhar seus pedidos de informação. Nesse cadastro deverá constar, no mínimo: • Nome; • CPF/CNPJ; • E-mail; • Senha.	Sim
184	A senha de acesso ao portal deverá exigir letras, números e caracteres especiais.	Sim
185	O portal deve permitir que o Cidadão seja responsável pelo seu cadastro.	Sim
186	O portal deverá de acesso ao Cidadão deverá ser responsivo para melhor visualização em dispositivos móveis.	Sim
Item	TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS	ESSENCIAL
187	Sistema deverá possuir funcionalidade para realizar o registro de processos digitais. Este procedimento deverá ser realizado em forma de passo, organizado por contextos. A abertura do processo digital e físico deverão ser executadas na mesma funcionalidade onde o assunto determinará se o processo deverá ser formal digital ou físico. A numeração do processo deverá ser única e sequencial por exercício, ou seja, a numeração para processo digital e processo físico deverá ser contínua não podendo cada modalidade ter a sua numeração.	Sim
188	Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por cadastro do sistema de tributos como mobiliário ou imobiliário.	Sim
189	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar o solicitante por meio de digitação o nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação.	Sim
190	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar beneficiário por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação, e deverá possibilitar incluir mais de um beneficiário, sendo que o sistema deverá possibilitar que seja definido um assistente beneficiários como principal.	Sim
191	Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por meio de digitação de uma taxa gerada previamente.	Não
192	Na tela de registro de processos digitais, deverá ser permitido o cadastramento do solicitante, conforme aramntização do sistema, deverá ser obrigatório informar o CPF/CNPJ e endereço do contribuinte.	Sim
193	Na tela de registro de processos digitais deverá existir campo para buscar e selecionar o assunto do processo; este campo deverá permitir digitação	Sim

193



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	perceber para realizar a busca do assunto. Ao selecionar o assunto sistema deverá realizar validação se já existem processos abertos com o assunto selecionado para o solicitante previamente selecionado. Caso o assunto não tenha uma classificação única para processo, digital ou físico, o sistema deverá permitir que o atendente determine qual tipo o processo será aberto.		
194	Na tela de registro de processos digitais ao selecionar um assunto, sistema deverá permitir ao usuário consultar informações sobre o assunto que o auxilium com anotações para abertura ou informações ao contribuinte.		Não
195	Na tela de registro de processos digitais deverá existir funcionalidade que permita ao usuário realizar o cadastramento de todos pré-definidos para serem utilizados para preenchimento do campo complementar do assunto.		Não
196	Na tela de registro de processos digitais deverá possuir campos para informar o endereço de atendimento do processo, esta informação deverá ser obrigatória conforme parametrização do assunto; deverá ainda facilitar a busca por somente endereços do município.		Não
197	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para informar mais detalhes, ponto de referência, relacionados ao endereço de atendimento, deverá existir configuração que oblique a quantidade mínima de caracteres exigidos.		Sim
198	Na tela de registro de processos digitais deverá ter funcionalidade que liste os documentos obrigatórios necessários para a abertura do processo, deverá também ter opção para confirmar e anexação dos documentos e obter anexação de arquivos digitais desses documentos, e possibilitar assinar digitalmente estes documentos no padrão do ICP-BRASIL.		Sim
199	Na tela de registro de processos digitais, antes de finalizar a abertura, deverá ter listagem de processos existentes no sistema para o mesmo requerente selecionado. A listagem deverá exibir no mínimo o número, ano, assunto, data de abertura e status atual dos processos.		Sim
200	Após finalizar a abertura do processo digital o sistema deve gerar virtualmente a relação de documentos do processo digital, esta relação deverá ser controlada nas ações do sistema para incorporar novos documentos. Caso um documento tenha sido assinado com certificado digital o sistema deverá gerar este com o certificado na visualização.		Sim
201	Para todo documento gerado do processo digital o sistema deverá gerar um código de autenticidade (hash) podendo ser consultado pelo cidadão sua autenticidade, e caso seja feita alguma alteração o sistema deverá garantir que o código gerado não tenha mais validade.		Sim
202	Na tela de busca de processos digitais deverá permitir realizar filtro por qualquer parte do texto ou pelo começo do texto, deve permitir realizar o filtro excluindo/desconsiderando registros do filtro (não coincidentes). O Filtro deverá permitir aos usuários buscar vários termos diferentes na mesma coluna, utilizando as operações "OU" e "E" para pontualizar os termos.		Sim
203	Na tela de busca de processos digitais, deverá ser permitido realizar a impressão da ficha do processo, deverá ainda ter opção para selecionar o conteúdo a ser impresso, como Providência, Trâmites, Respostas, Pendências.		Sim
204	Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção para exportar a lista filtrada no formato de planilha, deverá ainda permitir ocultar as colunas que não deseja ser exportadas.		Sim
205	Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção que permita ao usuário visualizar e/ou emitir guias (taxas de pagamento) para o processo.		Sim
206	Na tela de consulta do processo digitais deverá ter opção para visualizar o processo digital, deverá permitir "baixar" os documentos do processo em		Sim

194



161

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

207	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o encaminhamento (transmissão) de processos digitais para os setores, órgãos e departamentos cadastrados no sistema, deverá permitir ainda informar o nome do usuário que dá forma obrigatória ou opcional.	Sim
208	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ser permitido a digitação das providências, o texto digitado deverá permitir formatação de fonte, tamanho de fonte, cor de fonte, negrito e sublinhado. A providência mediante a parametrização poderá ser obrigatória ou não. A providência ainda poderá ser assinada com certificado digital no padrão do ICP-Brasil. SEL, e o registro a providência deverá gerar virtualmente um documento a ser anexado ao processo, e respeitar a assinatura com certificado digital.	Sim
209	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de recepção: um processo, este ato informa que o processo digital foi recebido pelo usuário e dado início a análise do processo no ato.	Sim
210	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção colorir o processo sobre a responsabilidade do usuário, isto faz com que mais nenhum usuário possa executar a análise daquele processo digital.	Sim
211	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a anulação de arquivos digitais.	Sim
212	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter campo para informar situação e despacho.	Sim
213	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá permitir realizar o envio de um único processo ou um lote de processos para o mesmo destino ou destinos diferentes, ao finalizar o envio, sistema deverá gerar relatório agrupado por locais de origens e destinos.	Sim
214	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para exibir a tela de consulta com os dados do processo selecionado para envio.	Sim
215	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar o encaminhamento local do processo.	Não
216	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a digitação de justificativa de atraso do processo.	Sim
217	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de apensar processos, isto ato faz que os processos sejam encaminhados em conjunto.	Sim
218	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para gerar uma ordem de serviço para os processos seccionados, a geração da ordem somente deverá ser permitida caso o parâmetro do assunto do processo permita a geração de ordem de serviço.	Sim
219	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o cancelamento de uma remessa de encaminhamento de processos digitais, deverá permitir o cancelamento total ou parcial da remessa.	Sim
220	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a anexação digital (jurizada) de documentos após a abertura do processo. Anexada posteriormente será assinada eletronicamente pelo usuário utilizando certificado eletrônico digital padrão do ICP-Brasil. O arquivo digital deverá ser anexado ao processo em ordem cronológica logo após o um termo de Jurizada gerado pelo sistema.	Sim
221	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a desanexação de documentos juntados ao processo digital, deverá gerar termo de desanexação destes arquivos digitais em ordem cronológica.	Sim

195



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
222	Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário requisitar um processo digital obrigando que no próximo tramite do processo o usuário seja notificado que alguém o requisitou.			Sim
223	Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário realizar um encaminhamento por e-mail e carta.			Sim
224	Sistema deve possuir funcionalidades que permita ao usuário realizar um "monitoramento" do processo digital, esse "monitoramento" poderá ser pessoal ou corporativo, quando pessoal somente o usuário poderá visualizar e remover o "monitoramento", quando corporativo os usuários lotados no mesmo setor poderão visualizar o "monitoramento". Deve ter a opção para ativar notificação de transmissão por e-mail para o usuário que registrou o "monitoramento".			Sim
Item	CADASTROS BÁSICOS	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Cadastro de Cemitérios: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, descrição e dados de endereçamento postal (CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF); Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
002	Cadastro de Grupos de Parentesco: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
003	Cadastro de Causas Mortis: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim
004	Cadastro de Características Físicas: Fornecer cadastros independentes de Cor dos Olhos, Cores, Cabelo, Círculo, Tipo Sanguíneo, Naturalidade, mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição para cada cadastro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
005	Cadastro de Funerárias: Fornecer cadastros independentes de Funerárias mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim
006	Cadastro de Entidades Hospitalares: Fornecer cadastros independentes de entidades hospitalares mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
007	Cadastro de Pessoas: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, Nome, Tipo de Pessoa, número do CPF/CNPJ, dados de endereçamento postal CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF, número do logradouro, complemento do endereço; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim
008	Cadastro de Endereçamento: Fornecer cadastros Logradouro, Bairros, Cidades e UF, mantendo informações em forma de registros; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim
Item	Pesquisas	ATENRIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL

196



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

009	Requisitos Básicos: Todas as empresas devem possibilitar as pesquisas em forma de registros, filtrando o conteúdo desejados de acordo com a necessidade, permitindo, inclusive, misturar vários filtros em uma única consulta.	Sim
010	Possibilitar a escolha dos registros que ordenarão a listagem.	Sim
011	Possibilitar a seleção das colunas para impressão da pesquisa em relatório e exportar o conteúdo da pesquisa para arquivo em formato texto, PDF e EXCEL (.xls).	Sim
Item	ROTINAS DIÁRIAS	ATENDEDO NÃO ATENDIDO ESSENCIAL
	Cadastro de Concessões - Manter informações em forma de registros com: • Número da Sepultura; • Número da Quadra; • Descritivo da Construção; • Ano e Número do processo administrativo que gerou a concessão; • Data da Concessão; • Cemitério buscando dados no cadastro de cemitérios; • Tipo de Concessão (Perpetua ou Temporária); • Período de Concessão no caso de concessão temporária e valor da concessão.	Sim
012	Possibilitar o cadastramento de viços autorizados em forma de registro, vinculados a uma determinada concessão, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e grau de parentesco do cadastro de grau de parentesco;	Sim
014	Possibilitar adicionar arquivos digitalizados ou imagens ao registro da concessão.	Não
Item	Cadastro de Falecidos	ATENDEDO NÃO ATENDIDO ESSENCIAL

197

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

015	Manter informações em forma de registros com: Concessão Buscando do cadastro de concessões trazendo (Nº da Sepultura e Nº da Quadra), Carneira, Concessionária e Autorização filtrando de acordo com a concessão: • Dados do falecido buscados no cadastro de pessoas; • Data de Nascimento; • Data de Sepultamento; • Data do Falecimento; • Cartório; • Data do Atestado de Óbito; • Idade; • Declarante buscando do cadastro de pessoas; • Causa Mortis possibilitando o registro de mais de uma quando houver; • Nome e CRM do médico que concedeu atestado; • Observações do Óbito; • Sexo; • Estado Civil; • Nascimento (Sim/Não); • Tempo da gestação de nascimento; • Membrão; • Filiação (Nome do Pai e da Mãe); • Causa; • Cor dos Olhos; • Cabeleço; • Funerária; • Região Procedente; • Cidade; • Nacionalidade; • Nacionalidade; • Raça; • Profissão; • Entidade que prestou assistência hospitalar.	Sim
016	Possibilitar o cadastramento de viços parentes em forma de registro, vinculados a um determinado falecido, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e o grau de parentesco do cadastro de grau de parentesco;	Não
017	Possibilitar vincular arquivos digitalizados ou imagens ao registro do falecido.	Sim
Item	Movimentação de Falecido	ATENDEDO NÃO ATENDIDO ESSENCIAL
018	Possibilitar registrar as movimentações ocorridas com os registros de falecidos no cemitério, desde a sua inclusão até a retirada definitiva para ossário ou traslado para outro cemitério.	Sim
019	Permitir consultar todas as movimentações ocorridas com o falecido.	Sim
Item	Ordem de Serviço	ATENDEDO NÃO ATENDIDO ESSENCIAL

198

102

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

020	<p>Possibilitar manter em forma de registro com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número sequencial gerado por sistema; • Arco; • Status que pode ser Aguardando Execução, Em Execução, Concluído ou Cancelado; • Data abertura; • Data previsão de execução; • Observação; • Responsável pela execução que pode ser um funcionário ou um terceiro; • Cemitério; • Identificação da concessão; • Data de conclusão; • Prioridade que pode ser Baixa, Normal, Alta ou Urgente; • Identificação do falecido; • Pessoa que solicitou 	Não		
021	<p>Permitir que sejam incluídos itens de serviço na Ordem de Serviço com a identificação do serviço, quantidade e valor unitário;</p>	Sim		
022	<p>Possibilitar o apontamento de materiais utilizados na execução da ordem de serviço com a descrição do material, quantidade e observação;</p>	Sim		
023	<p>Enviar a Ordem de Serviço com os dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número e ano; • Data e hora de abertura; • Previsão de atendimento; • Responsável; • Cemitério; • Status; • Solicitante; • Falecido; • Concessão; • Itens de serviço; 	Sim		
Item	Relatório	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
024	<p>Falecidos por Causa Mortis: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por período de falecimento e causa mortis. Possibilitar a visualização nos modos Síntese e Analítico. O modelo Síntese deve agrupar os falecidos por Causa Mortis e totalizar por mês de Janeiro a Dezembro, inclusive possibilitar a opção de visualização por gráficos. No modelo Analítico, possibilitar visualizar os Falecidos por Causa Mortis e demais informações pertinentes ao falecido.</p>	Não		
025	<p>Falecidos por Quadra: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por quadra inicial e quadra final, apresentando quadro por quadra. Possibilitar selecionar o cemitério e o período de falecimento;</p>	Sim		
026	<p>Concessionários e Autorizados por Concessão: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por concessão, apresentando quadro por concessão contendo o NP e Ano do processo administrativo, Quadra e Sepultura;</p>	Não		
027	<p>Falecidos para exumação: Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, período de vencimento e permanência, apresentando os falecidos, localização, sepultura e data do vencimento da mesma.</p>	Sim		
028	<p>Falecidos por período: Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, mês e ano de sepultamento, apresentando os dados do falecido e do óbito, com as Causas Mortis.</p>	Não		

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

029	<p>Movimento de falecidos no período: Possibilitar filtrar registros dos movimentos dos falecidos em um determinado período e por tipo de movimentação realizada.</p>	Não		
030	<p>Relatórios de Inunapções por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividade Profissional; • Naturalidade; • Entidade de Assistência Hospitalar; • Região de Proveniência; • Empresa Funerária; • Concessão; • Período de Sepultamento; • Idade e Sexo; • Estado Civil e Sexo; • Localização; • Causa Mortis 	Sim		
031	<p>Possibilitar a emissão de forma resumida ou registro a registro</p>	Sim		
032	<p>Possibilitar filtrar os registros por determinado período de sepultamento.</p>	Sim		
033	<p>Possibilitar filtrar os registros de um cemitério ou de todos</p>	Não		
034	<p>Para as emissões resumidas permitir selecionar impressão de um gráfico</p>	Não		
Item	Formulários	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	<p>Guia de Sepultamento: Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos: Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Hora do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carmelo, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento e as assinaturas do Concessionário/Autorizado e do Declarante sortendo seus respectivos nomes.</p>	Sim		
036	<p>Ficha do Falecido: Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos: Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carmelo, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento, Nome do Concessionário/Autorizado e do Declarante.</p>	Sim		
Item	5 - Administrativo	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
037	<p>Usuários: Possuir um cadastro de usuários do sistema que deviam ter uma identificação e senhas individuais para entrar no sistema, e cada usuário deve ter as seguintes permissões, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cemitérios - Incluir, Alterar, Excluir; • Pessoas - Incluir, Alterar, Excluir; • Concessão - Incluir, Alterar, Excluir; • Falecido - Incluir, Alterar, Excluir, Alterar Concessão, Movimentar; • Usuários - Incluir, Alterar; • Cadastros Básicos - Incluir, Alterar, Excluir; • Ordem de Serviço - Incluir, Alterar, Excluir; • Guia de Pagamento - Visualizar, Registrar, Parcelamento, Informar data de vencimento, Liberar para execução, Reimprimir. 	Sim		
038	<p>Permitir que em caso de perda de senha pelo usuário, o administrador possa reinitializar a senha para que o usuário informe nova senha.</p>	Sim		
039	<p>Possibilitar que o usuário possa trocar a senha sempre que achar necessário, informando a senha atual e a nova senha.</p>	Sim		
Item	Auditória	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	Atendido	Não Atendido	Essencial
040	Possibilitar o rastreamento de alterações efetuadas pelos usuários no sistema, com tela para consulta e/ou apresentação os dados. Tabela do sistema. Consulta da tabela. Identificação do registro alterado. Usuário que alterou. Data e hora da alteração. Valor antes da alteração. Valor depois da alteração.		Não	
Item	Inibição	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
041	Permitir a integração com o sistema de gestão tributária através da emissão de guias para pagamento de taxas pertinentes aos serviços prestados pela administração do município. O sistema deve possibilitar o controle das guias pagas, autorizando a execução se a guia for validada/ou permitir que o usuário que tiver permissão possa autorizar manualmente a execução. Os dados do contribuinte devem ser incluídos automaticamente quando não forem encontrados no cadastro do sistema de gestão tributária, para possibilitar a emissão da guia. Permitir e reimpressão da guia para pagamento das taxas.			Sim
Item	Operacional	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
044	Todas as funcionalidades cadastradas devem estar disponíveis na plataforma web e acessadas via internet pelo navegador (Internet Explorer / Mozilla Firefox).			Sim
045	Todos os relatórios devem ser gerados no formato PDF - Portable Document Format.			Sim

ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS				
Item	Descrição	Atendido	Não Atendido	Essencial
001	Cadastros Básicos Cadastro de Seguradora - Permitir o cadastro de seguradora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.			Não
002	Cadastro de Locadora de Veículo - Permitir o cadastro de Locadoras, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.			Não
003	Cadastro de Locais e Pátios - Permitir o cadastro de Locais e Pátios, informando a descrição, Endereço, Número de Vagas e Dados para Contato.			Sim
004	Documentos do Veículo - Permitir o cadastro de tipos de Documentos e Documentos associados aos veículos.			Sim
Item	Categoria Auxiliares	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
005	Tipo de Ocorrência			Não
006	Tipo de Despesa			Não
007	Teg Pedágio			Sim
Item	Cadastro de Veículos	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
008	Permitir o gerenciamento dos veículos que compõem a frota, informando o RENAVALAM, Chassi, a placa, o ano, o modelo, o fabricante, a cor, o tipo do veículo, o tipo de combustível, e incluída orientações a que está vinculado, os dados da locadora caso seja terceirizado.			Sim
009	Possuir integração parametrizável com o sistema de Patrimônio, possibilitando a imputação de forma manual ou automática dos veículos no momento de sua incorporação no Patrimônio para o Módulo de Frotas.			Sim
Item	Aplcação de Infrações	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	Atendido	Não Atendido	Essencial
010	Permitir o controle das multas recebidas pela frota, informando o motorista infrator, o veículo multado, número da autuação, data e hora da infração, local, tipo, pontuação, descrição da infração, data do pagamento.			Sim
Item	Aplicação de Seguro	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
011	Permitir o controle das aplicações dos seguros dos veículos, informando o número, data de validade, veículo, seguradora, valor segurado e valor da franquia.			Não
012	Cadastro de Documentos - Permitir o cadastro e controle do DPVAT e do licenciamento dos veículos.			Sim
013	Cadastro de Ocorrências - Permitir informar a data, o motorista, o veículo, o tipo da ocorrência, o local e um resumo do ocorrido.			Sim
014	Cadastro de Colaboradores e Motoristas - Permitir o cadastro de colaboradores, contendo no mínimo: matrícula, nome, CPF, cargo ou função, e-mail, endereço e telefone.			Sim
015	Quando o colaborador for motorista permitir também informar Número da carteira, categoria, data de emissão e data de vencimento.			Sim
Item	Controle de Reserva	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
016	Permitir controlar a reserva de veículos informando o veículo, condutor, a finalidade (manutenção, serviço ou viagem), data de início e data término.			Sim
017	As reservas deverão ser exibidas em calendário a fim de facilitar a consulta e novos cadastros.			Sim
Item	Cadastro de Viagem	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
018	Permitir cadastrar viagens, contendo no mínimo as informações: Situação, passagens, origem, destino, assunto, data de saída e data do retorno.			Sim
019	Deverá permitir a associação com outros veículos e os motoristas de cada veículo.			Sim
Item	Local de Abastecimento	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
020	Permitir o cadastro de locais contendo as informações: nome, uso interno ou externo, endereço e contato.			Não
021	Para os casos de abastecimento interno permitir cadastrar as informações da bomba, descrição, fabricante, modelo, tipo do medidor e combustíveis associados a bomba.			Não
Item	Módulo Abastecimento	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
022	Gerenciar os abastecimentos realizados, informando o motorista, veículo, data do abastecimento, combustível, km anterior e km atual, valor do litro, quantidade, com cálculo automático do total.			Sim
023	Possuir integração com módulo de compras permitindo associar a autorização de fornecimento associada ao abastecimento e o empenho utilizado.			Sim
024	Possuir controle de aprovação a liberação do abastecimento.			Sim
025	Possuir integração com módulo de almoxarifado, gerando requisição de material em estoque no ato do abastecimento quando for aprovado ou contrário.			Sim
Item	Módulo Manutenção	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
026	Permitir o controle de solicitações de serviço de frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários serviços.			Sim
027	Permitir o controle de solicitações de material para manutenção da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários materiais.			Sim
028	Unizar o mesmo cadastro os materiais do módulo de compras e almoxarifado.			Não
029	Possuir controle de aprovação das manutenções.			Sim
Item	Relatórios	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



163

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	Atendido	Não Atendido	Essencial
030	Ficha do Veículo			Não
031	Relação de Condutores			Não
032	Solicitação de Abastecimento com demonstrativo dos últimos 3 abastecimentos.			Não
Item	Administrativo - Perfil de Acesso	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
033	Permitir a criação de perfis de acesso para os usuários, possibilitando definir as funcionalidades cada usuário terá acesso dentro do sistema. Em seu cadastro é informado um nome para cada perfil, assim como realizada a vinculação das funcionalidades que farão parte deste.			Sim
034	Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o perfil.			Sim
Item	Administrativo - Grupo de Acesso	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	Permitir a criação de grupos de acesso para os usuários, informando um nome para o grupo e vinculando a este os perfis de acesso desejados. Possibilitando a criação de um controle que reúna vários perfis de acesso já existentes, estabelecendo uma forma de permissão mais ampla e definida, destinada a grupos de usuários que tenham acesso às mesmas determinadas rotinas.			Sim
036	Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o grupo.			Sim

203

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	Atendido	Não Atendido	Essencial
017	Sinalizar, em tempo real, quais os itens que o licitante logado está vencendo.			Não
018	Possuir chat para envio de mensagens entre o pregoeiro e licitantes.			Sim
019	Permitir envio de mensagem direcionada ao licitante selecionado.			Não
020	Possuir cronograma individual nos itens para acompanhamento do tempo em lance.			Não
021	Possuir lances automáticos para o critério Aberto e Fechado com informação ao licitante de fechamento momento do item.			Sim
022	Possuir prerrogativas de lances automáticas conforme o critério adotado inicialmente.			Sim
023	Permitir que o pregoeiro tenha a opção de encerrar um ou mais lotes para a fase de disputa.			Não
024	Possuir configuração de intervalo mínimo de diferença de valores ou de porcentuais entre os lances.			Não
025	Permitir a negociação com o licitante do melhor lance ofertado para o item.			Sim
026	Permitir julgamento de lances para itens com atendimento a LC 7/0			Sim
027	Permitir a verificação automática e concessão do benefício da LC 3/00			Sim
028	Possuir critérios de desempate por sorteio para os licitantes empatados.			Sim
029	Permitir aceitação do item.			Não
030	Permitir Habilitação dos licitantes vencedores ou todos os licitantes.			Sim
031	Permitir habilitação dos licitantes, repassando o item automaticamente para o licitante que esteja apto e de melhor classificação na etapa de lances.			Sim
032	Permitir ao licitante a filtragem dos itens apenas em lance ou finalizados, para melhor visualização na etapa de lances.			Não
033	Possuir tela para manifestação de intenção de recursos por parte dos licitantes.			Sim
034	Disponibilizar cronômetro para acompanhar prazo de intenção de recurso.			Não
035	Permitir definição de tempo máximo para abertura de intenção de recursos.			Não
036	Possuir tela para Registro de recursos por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.			Sim
037	Possuir tela para Registro de contrarrazões por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.			Sim
038	Envio de e-mail com recursos e contrarrazões registrados para todos os licitantes participantes e pregoeiro, contendo os motivos e anexos enviados.			Sim
039	Permitir ao pregoeiro a análise dos documentos de habilitação inseridos, após o fim da etapa de lances.			Sim
040	Permitir a suspensão da sessão por questão Administrativa, Judicial ou Cautelar com informação do motivo e data e horário previsto para retorno.			Sim

204

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

041	Permitir o reinício da atividade empresarial etapa onde esta foi paralisada.	Sim
042	Disponibilizar funcionalidade que possibilite o acompanhamento dos Pregões Eletrônicos pelo público interessado.	Sim
043	Permitir a geração e disponibilização de ata para download na plataforma.	Não
044	Permitir que o proponente, execute a adjudicação do processo.	Sim
045	Permitir que o proponente ou a autoridade competente, execute a homologação do processo.	Sim
046	Possuir integração com o módulo de Compras e Licitações de forma que os dados de compras sejam retomados a qualquer tempo sem a necessidade de reutilização das informações.	Sim

SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO		
Item	DESCRIÇÃO	ESSENCIAL
CONTROLE DE PONTO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAUDE OCUPACIONAL		
001	Emitir relatório do documento e controlar o PCMSO de (s) unidades(s).	Sim
002	Controlar os exames ocupacionais e seus resultados.	Sim
003	Permitir e controlar a convocação de exames periódicos.	Sim
004	Registrar ASO e Requeimento a exames individuais.	Sim
005	Emitir o Relatório Analítico (Atual), conforme ASO e Requeimento de Exames cadastrados.	Sim
006	Possuir Agenda integrada para o CONTROLE dos atendimentos previstos e realizados.	Sim
007	Registrar as doenças conforme CID 10.	Sim
008	Registrar a Anamnese Ocupacional / Ficha Médica totalmente parametrizável e flexível.	Não
009	Emitir Questionário de Anamnese respondido ou para que seja respondido.	Não
010	Inserir Documento Base Introduzido do PCMSO.	Não
011	Ser integrado com PPRAP/GR permitindo a troca de informações de identificações de Riscos automaticamente.	Sim
012	Permitir Cadastro de Exames e a Periodicidade.	Sim
013	Permitir cadastro de prontuário médico para gestão, seguindo os padrões do CFM – Conselho Federal de Medicina.	Sim
Item Relatórios		
014	Atestado de Saúde Ocupacional(ASO) completo, com riscos e exames.	ESSENCIAL
015	Exames realizados por tipo e data.	Sim
016	CONTROLE de Vencimento de Exames.	Sim
017	Relatório Analítico Anual, conforme legislação.	Não
018	Relatório do PCMSO.	Sim
019	Emitir Laudo de Passagem com Dificuldade.	Não
020	Permitir ao usuário ajustar os relatórios conforme sua necessidade através de ferramenta de design de relatório.	Não
Item Controle de Absenteísmo e Afastamentos		
021	Realizar o Controle de Absenteísmo dos funcionários referenciando as causas de absenteísmo.	ESSENCIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

022	Possibilitar o Lançamento do Atestado Médico	Sim
023	Permitir registrar o absenteísmo por doença / CID 10.	Sim
024	Permitir registrar o absenteísmo a partir de uma ocorrência (evento).	Sim
025	Realizar o Controle das Licenças médicas por motivo legal.	Não
026	Realizar o Controle da Perícia Médica	Não
027	Realizar o Controle de Reabilitação e Rescisão Funcional.	Sim
028	Emitir Relatório de Afastamento para Perícia Médica.	Não
029	Permitir Aprovação de Atestados por período lançado.	Sim
030	Permitir Triagem de Atestado Médico para aprovação	Sim
031	Consultar os Atestados lançados por período do Servidor	Sim
032	Permitir Controle de atestados lançados por Período e CID dos últimos 50 dias para afastamento previdenciário.	Sim
033	Receber Atestado Médico pelo Portal do Servidor e realizar o lançamento respectivamente.	Sim
034	Realizar o controle de Subnormalidades para gestão interna da equipe de Medicina e realizar campanhas	Não
035	Realizar Cadastro de Médico e Posto de Atendimento	Sim
036	Realizar Cadastro de CID 10	Sim
Item Controle de PPRAP/GR		
Emitir e controlar o PPRAP/GR de atividades executadas em conformidade com a Norma Regulamentadora 01.		
037	Permitir inserir documento base PPRAP/GR introduzido	Não
038	Permitir realizar o mapeamento dos riscos (físico, químico, biológico, ergonômico e de acidente).	Sim
039	Clair e controlar o andamento das atividades do cronograma de PPRAP/GR.	Sim
040	Mantém o histórico dos riscos dos funcionários para preenchimento do PPP	Sim
041	Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação recomendados.	Sim
042	Realizar o controle dos riscos por funcionário, com o histórico do mesmo.	Sim
043	Catálogo os riscos e agentes detalhadamente, incluindo as medidas realizadas e reconhecimento dos riscos.	Não
044	Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação Recomendados.	Sim
045	Permitir o cadastro dos Grupos Homogêneos de Exposição.	Não
046	Permitir associar os riscos através de OHE - Grupos Homogêneos de Exposição.	Sim
047	Permitir Cadastro de Agentes Nocivos.	Sim
048	Permitir cadastro de E.P.C. - Equipamento de Proteção Coletiva	Sim
049	Permitir o cadastro de Ambientes.	Não
050	Permitir Cadastro de Treinamentos Diversos - Normativos e Intermédios.	Sim
051	Permitir Cadastro de Responsáveis.	Sim
052	Permitir cadastro de Plano de Ação com seus respectivos Riscos e Riscos.	Sim
053	Permitir cadastro de Acidentes e Ocorrências	Sim
Item Controle de Acidentes e Ocorrências		
054	Permitir gerar relatórios dos CAT S realizados com informações para controle de Acidentes de Trabalho (passado / presente / futuro).	ESSENCIAL
055	Emitir a CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho	Sim
056	Permitir levantamento de dados para Cálculo de taxa de frequência (TFA) e gravidade (TGA).	Não
057	Permitir levantamento de dados para Estatística de Acidentes por setor / cargo / dia / turnos / parte do corpo / lesão.	Sim
058	Permitir a Consulta por qualquer item da ficha de acidentes.	Não

164

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	DESCRIÇÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
059	Permitir e consulta de endereço das vias públicas através de sistema externo envio o preenchimento manualmente, e no item Perfil Profissionalístico Previdenciário o subitem. Permitir o acesso com os dados administrativos do setor de RH			Sim
060	Controlar os EPI em poder dos funcionários e seu vencimento			ESSENCIAL
061	Indicar os EPI a incomerdiados conforme o risco / carga			Sim
062	Emitir o recibo de Entrega para assinatura dos funcionários			Não
063	Permitir o cadastro das especializações do EPI (com anexo de foto), inclusive com o controle de CA.			Sim
064	Permitir o controle de entrega por bimestre ou por sexta			Não
Item	PREVIDENCIÁRIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
065	Perfil Profissionalístico Previdenciário			Sim
066	Emitir o Perfil Profissionalístico Previdenciário, conforme IN da INSS.			Sim
067	Permitir processar e emitir em lote o PPP, minimizando o trabalho manual; integrar-se automaticamente aos seguintes módulos de PCMSO / PPR/APRGR com os Riscos Identificados e Controle de acidentes.			Sim
Item	ES-SOCIAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
069	Validar todos os eventos antes da geração do XML para envio a Receita Federal			Sim
070	Controlar os prazos para envio dos avisos			Sim
071	Quitar todo o histórico dos eventos enviados			Sim
072	Possuir um painel de controle de todos os eventos			Sim
073	Reatuar os eventos a qualquer momento			Sim
074	Configurar as informações geradas			Não
075	Notificar caso houver alguma inconsistência de informações			Não
076	Gerar os arquivos em XML, no lay-out da Receita Federal (lay-out 2.2) para os eventos a seguir: S-2210 - Comunicação da Accidente de Trabalho; S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador; S-2240 - Condição Ambiental de Trabalho - Fatores de Risco			Sim
077	Após a geração dos eventos no layout da Receita Federal, os arquivos no formato xml da Receita Federal o software deverá realizar os serviço de mensageria, ou seja, envio dos dados a RFB			Sim
Item	Assistência Social			ESSENCIAL
078	Realocação			Sim
079	Permitir Cadastro de Realocação, permitindo vincular junto aos contatos do servidor.			Sim
080	Permitir Visualização de Históricos de Realocação;			Sim
081	Associar Realizações ao servidor junto ao cadastro de realocação.			Sim
082	Permitir inclusão de Anúncios - Documentos e Imagens para evidências.			Sim
083	Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações referentes a realocação do servidor.			Sim
Item	Cessão	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
084	Permitir cadastro de servidor com as seguintes informações			Não
085	Permitir cadastro com Tipo de Movimentação;			Sim
086	Permitir cadastro com Tipo de Pagamento;			Não
087	Permitir realizar o cadastro com inclusão de Período;			Sim
088	Permitir cadastro de informação com dados do tribunal;			Não
089	Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações referentes a cessão do servidor.			Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	DESCRIÇÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
Item	SISTEMA WEB DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES (BUSINESS INTELLIGENCE)			ESSENCIAL
001	A solução proposta deverá exibir dashboards utilizando a plataforma WEB. A solução deverá permitir atribuir permissões de visualização dos gráficos para os usuários cadastrados			Sim
002	Permitir que os gráficos para análises gerenciais possam ser visualizados pela internet através dos seguintes navegadores: Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome.			Não
003	Permitir acesso a fontes de dados locais e fontes de dados online (Nuvem).			Sim
004	Permitir que os gráficos sejam obtidos através de informações originadas na base de dados utilizada em produção pelo órgão público.			Sim
005	A solução deve permitir análises que envolvam diferentes visualizações (tabelas, gráficos de barra, gráficos de dispersão, gráficos de setores, listas, matrizes).			Não
006	As formas de visualizações gráficas deverão estar interligadas, ou seja, uma ação em uma forma de visualização deverá refletir nas demais.			Não
007	A solução deve permitir efetuar cálculos durante a análise, criando indicadores temporários que não estão presentes da estrutura de dados.			Não
008	A solução deve possuir funcionalidade que permita análise gráfica dos indicadores com base em comparação de resultados entre períodos correntes com os períodos anteriores.			Sim
009	A solução deve possuir função para geração de relatórios e análises que exportem uma ou mais dimensões em linhas e colunas.			Não
010	A solução deve possuir ambiente de portal, onde o acesso de qualquer usuário utilize a mesma interface, possibilitando a customização desta interface única.			Não
011	A solução deve possibilitar a navegação e detalhamento das informações através de opções de "Drill". O recurso de detalhamento deverá possibilitar a navegação entre as informações no mesmo recurso visual (gráficos).			Não
012	O processo e mecanismo de extração, transformação e carga das informações deverão ser planejados pela empresa contratada.			Sim
013	No caso de amarramentamento das informações em nuvem, a empresa contratada deverá estabelecer planejamento e mecanismo de carga de informação. Caberá a empresa contratante fornecer requisitos para execução do planejamento de carga das informações.			Sim
014	A solução proposta deverá ser compatível com a modelagem multidimensional de dados.			Sim
015	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça o detalhamento de licitações efetuadas pelo órgão. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
016	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações de licitações e fornecedores. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
017	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo de despesas. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Não
018	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo de receitas. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
019	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo de despesas. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
020	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada liquidada e paga. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
021	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada liquidada e paga. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

022	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
023	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa fixada e despesas realizadas. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
024	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e receita arrecadada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
025	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e receita arrecadada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
026	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo/horas extras por cargo. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
027	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo com horas extras por secretaria. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
028	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de quantidade de funcionários. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Não
029	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a evolução do custo com folha de pagamento. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
030	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento (Bruto, líquido e descontos). Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Sim
031	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento por verba. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais.			Não

ANEXO II

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
PREGÃO ELETRÔNICO XX/2024
EDITAL Nº XX/2024
Processo nº 2.356/2024

MODELO DE CREDENCIAMENTO
PROCURAÇÃO

(nome da empresa), (CNPJ n.º), com sede a (endereço completo), neste ato representada pelo(s) diretor(es) ou sócio(s), com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, quem conferir(m) amplos poderes para junto à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º (ou de forma genérica para licitações em geral); usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assinar contratos, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação)

..... de de 2024.

Assinatura do representante legal
Nome
RG nº

165

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO III

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
PREGÃO ELETRÔNICO XX/2024
EDITAL Nº XX/2024
Processo nº 2.356/2024

DECLARAÇÃO

Eu, _____ (nome), CPF: _____ representante legal da
firma _____ CNPJ _____ interessada em participar no Processo Licitatório (Pregão nº
XX/2024), da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA, DECLARO, sob as penas da Lei, que, nos
termos do item 6.1.5, subitem 6.1.5.1 do Edital, que inexistiu impedimento legal contra a firma
_____ para licitar ou contratar com a Administração

_____ de _____ de 2024,

Assinatura do representante legal
Nome _____
RG nº _____

211

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO IV

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
PREGÃO ELETRÔNICO XXI/2024
EDITAL Nº XXI/2024
Processo nº 2.356/2024

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO MICROEMPRESA
OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas aplicáveis, que a empresa
_____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____
para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra,
estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento
licitatório realizado mediante _____ (modalidade/nº) _____, bem como estando apta para exercer o direito de
ser habilitada ainda que os documentos de regularidade fiscal apresentados contenham ressalvas ou
restituições, declarando, no mais, ciência de que tais ressalvas ou restrições deverão ser supridas no prazo
de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da adjudicação do objeto, sob pena de decair do direito a
contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da lei federal nº 8.666/93, que esta empresa,
na presente data enquadra-se como:
() MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14.12.2006.

_____ de _____ de 2024,

Assinatura do representante legal
Nome _____
RG nº _____

212

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO V

MODELO - Proposta
Pregão nº XX/2024
Processo nº 2.356/2024

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBA

Fornecedor: _____ CNPJ nº _____
 Endereço: _____ nº _____ Complemento: _____ Bairro: _____
 Estado: _____ CEP: _____
 E-mail: _____
 Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____
 Telefone para contato: _____

Segue nossa proposta para fimcimento dos serviços a seguir:

Item	Material	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1.1	2.05.26.0469-0 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	UN	1		
IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme Anexo I					
1.2	2.05.26.0460-4 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme Anexo I					
1.3	2.05.26.0481-2 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	UN	1		
IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, conforme Anexo I					
1.4	2.05.26.0462-0 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, conforme Anexo I					
1.5	2.05.26.0463-9 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	UN	1		
IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, conforme Anexo I					



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Anexo I

1.6	2.05.26.0464-7 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, conforme Anexo I					
1.7	2.05.26.0465-5 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	UN	1		
IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO, conforme Anexo I					
1.8	2.05.26.0466-9 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO, conforme Anexo I					
1.9	2.05.26.0467-1 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	UN	1		
IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, conforme Anexo I					
1.10	2.05.26.0468-0 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, conforme Anexo I					
1.11	2.05.26.0469-8 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	UN	1		
IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, conforme Anexo I					
1.12	2.05.26.0470-1 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, conforme Anexo I					
1.13	2.05.26.0471-0 - IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	UN	1		
IMPLANTACÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, conforme Anexo I					



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.14	2.05.26.0472-6 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	MESES	12	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, conforme Anexo I				
1.15	2.05.26.0473-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	UN	1	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS, conforme Anexo I				
1.16	2.05.26.0474-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	MESES	12	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS, conforme Anexo I				
1.17	2.05.26.0475-2 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	UN	1	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS, conforme Anexo I				
1.18	2.05.26.0476-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	MESES	12	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS, conforme Anexo I				
1.19	2.05.26.0477-8 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	UN	1	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS, conforme Anexo I				
1.20	2.05.26.0478-7 - LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	MESES	12	
LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO, conforme Anexo I				
1.21	2.05.26.0479-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO À TOMADA DE DECISÕES	UN	1	
LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO, conforme Anexo I				
1.22	2.05.26.0480-9 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO À TOMADA DE DECISÕES	MESES	12	
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO À TOMADA DE DECISÕES, conforme Anexo I				
1.23	2.05.26.0481-7 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	UN	1	

215


 Prefeitura do Município de Itatiba
 Av. Luciano Cardoso, nº 600, Jardim de Lucca
 Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
 Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.24	2.05.26.0482-5 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	MESES	12	
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS, conforme Anexo I				
1.25	2.05.26.0483-3 - SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATA CENTER)	MESES	12	
SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATA CENTER), conforme Anexo I				
1.26	2.05.26.0480-8 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	UN	1	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL, conforme Anexo I				
1.27	2.05.26.0491-4 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	MESES	12	
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL, conforme Anexo I				
VALOR TOTAL DO LOTE 01 -				

..... de de 2024.


Assinatura do representante legal
 Nome
 RG nº

216


 Prefeitura do Município de Itatiba
 Av. Luciano Cardoso, nº 600, Jardim de Lucca
 Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
 Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO VI

		PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA Departamento de Suprimentos Av. Luciano Consolin, nº 600 - Jd. de Lucca - Itatiba/SP CEP: 50.122-571/0001-77 I.E.: Isento Fone/Fax: 11 3183-0655 / 3183-0699		ORDEM DE SERVIÇO N° _____	
		Modalidade:		Valor por extensão	
N° RC		Valor total (R\$)		Valor por extensão	
Fornecedor Endereço Bairro Telefone CNPJ/CPF Banco		Cep Cidade		Inscrição Estadual/RG Conta	
Agência		Agência		Agência	
Condição de pagamento: Prazo de Entrega Local de Entrega CEP		Fonte de Recurso/Convênio Observação		Unidade Requisitante Nota de Empenho Destinação/Elemento de Despesa	
Item		Descrição		Quantidade Marca	
Valor Unitário		Valor Unitário		Valor Total	
<p>1</p> <p>Nota: NA NOTA FISCAL DEVERÁ CONSTAR A DESCRIÇÃO IDÊNTICA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. A partir de 01/04/2011 as entregas deverão ser efetuadas mediante a emissão de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos do inciso I da cláusula 2º do protocolo ICMS 42/2009. Deverá constar na Nota Fiscal o endereço Autorização de Fornecimento. Após o vencimento do prazo de entrega o PMI se reserva no direito de comunicar e cancelar o serviço, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A empresa que não cumprir as obrigações assumidas, especialmente quanto aos prazos, especificações e preços, serão sujeitas as penalidades estabelecidas na legislação em vigor. Para cada pedido deverá ser feita uma Nota Fiscal.</p> <p>Autorizo o fornecimento,</p> <p>Itatiba/SP, de 2017.</p> <p>Departamento de Suprimentos</p>					

217



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Consolin, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
SECRETARIA XXXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.368/2024
Pregão Eletrônico XX/2024

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA, através da SECRETARIA DA XXXX, representada por xxxxxxxxxxxx, Prefeito Municipal, neste ato assistido por xxxxxxxx, Secretário de xxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediada(a) na xxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por xxxxxxxxxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado (a) xxxxxxxxxxxx tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxxxxxxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º xxxxxxxxxxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxxxxx nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência;

218



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Consolin, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0655 - E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

167

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

b) O Edital de Licitação;

c) A Proposta do contratado;

d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

4.2 - O valor total da contratação é de R\$ (.....)

4.3 - Para fazer frente às despesas do presente contrato, existem recursos orçamentários reservados, onerando a dotação classificada na Natureza nº _____ da Unidade Orçamentária _____, classificação funcional _____.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de variação do IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitarem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

9.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.6 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.10 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para resultado da Provisória Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.11 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 As infrações e multas ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

221



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, devendo ser certificado nos autos pelo Gestor do Contrato.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a realocação do cronograma fixado para o contrato, mediante Termo Aditivo ao Contrato.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a conclusão da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

222



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNICP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 9º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1 Fica eleito o Foro de Justiça Federal em Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

223



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Consoine, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0655 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto ao endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br o EDITAL de Licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

Nome da Empresa: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone () _____ FAX: () _____

E-mail: _____

Contato: _____

IMPORTANTE: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER PREENCHIDO (DATILOGRAFADO OU DIGITADO) E ENVIADO ATRAVÉS DO E-MAIL: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br, AOS CUIDADOS DO PREGOEIRO.

A Prefeitura de Itatiba não se responsabilizará pelo não envio de informações, tais como: esclarecimentos, alterações do edital de abertura, de suspensão, de julgamento/homologação, referentes ao Edital, caso a empresa não preencha e transmita as informações acima descritas.

Fone para contato (011) 3183-0655

Pregão Eletrônico Nº XX/2024, Edital Nº XX/2024, Tipo Menor Preço por Global. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública. Os cadastros das Propostas serão recebidos até o dia xxx de 2024, às 08h50min, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbinet.com.br). O edital fica disponível na Seção de Licitações – Av. Luciano Consoine, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobbinet.com.br. Informações: tel.(11) 3183-0655. xxxxx – Pregoeria.

224



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Consoine, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0655 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

165

**Secretaria Municipal de Governo
Seção de Licitações**

Processo: 2356/2024

Interessado: Prefeitura do Município de Itatiba

Assunto: Análise de Minuta de Edital – Contratação de empresa para Licenciamento de Uso de Software

Itatiba, 28 de maio de 2024.

À
Secretaria dos Negócios Jurídicos

Nos termos do art. 53, da Lei n.º 14.133/2021 encaminhamos o referido processo para que seja analisada e aprovada minuta do edital para prosseguimento do procedimento licitatório.

Atenciosamente,


Adriana Stocco
Seção de Licitações





Prefeitura do Município de Itatiba
Secretaria dos Negócios Jurídicos

170 FLS
SNJ

Encaminhem-se os autos para:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Ana Júlia de M. Guerra | <input type="checkbox"/> João Victor G. de Oliveira |
| <input type="checkbox"/> Antonio de Carvalho | <input type="checkbox"/> Marco Antonio L. Tombi |
| <input type="checkbox"/> Daniel R. Moreira | <input type="checkbox"/> Matheus P. Massaretto |
| <input type="checkbox"/> Edson F. Sebastião | <input type="checkbox"/> Paulo Rogerio Cosenza |
| <input type="checkbox"/> Fábio G. Pacheco | <input type="checkbox"/> Sérgio L. Gregolini |
| <input type="checkbox"/> Fernando B. Lucio | <input type="checkbox"/> Vanessa K. Albuquerque |
| <input checked="" type="checkbox"/> Jonathas T. Viana | |

Data: 27/5/24



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

Processo nº: 2356/2024

Consulente: SELI

Assunto: Análise de Minuta de Edital – Pregão – Menor preço por GLOBAL

DAS RAZÕES DA CONSULTA

O procedimento foi encaminhado pela Seção de Licitações, buscando, por força do disposto no artigo 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, em controle preventivo de legalidade, visto a elaboração da minuta de edital licitatório pelo referido setor competente da administração, concebido na modalidade PREGÃO, de julgamento por MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO, quanto ao parcelamento do objeto: adotada a contratação GLOBAL, tendo por objeto a aquisição de licenciamento de uso de software de gestão pública, de acordo com o anexo I (Termo de Referência) e demais condições estabelecidas no edital.

É a síntese. Segue o parecer.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PARECER

PRELIMINARMENTE

O presente parecer, neste momento processual, se presta e se limita à análise dos requisitos formais do procedimento, especialmente a minuta de edital, não se imiscuindo nas razões de mérito administrativo (conveniência e oportunidade), na identificação das demandas (razões e fundamentos) e seus respectivos riscos (gestão, matriz e mapa de risco), definição, detalhamento e descrição (qualidade e quantidade) de objetos, instrumentalizados por meio de estudo técnico preliminar, anteprojeto, termo de referência, projeto básico, projeto executivo e demais documentos correlatos, cotações e orçamentos, compatibilização com o Plano Anual de Contratações, quando houver (art. 12, VII do caput c/c at. 18, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021) conformações e adequações financeiro-orçamentárias, bem como de todo e qualquer ato realizado na fase preparatória do processo licitatório, especialmente todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação (art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021) em observância aos princípios normativos da segregação de funções, eficiência, razoabilidade e celeridade (art. 5º da Lei Federal 14.133/2021), visto que referidos documentos são elaborados por órgãos municipais competentes e de notável expertise para tanto, cujos arazoados, dados, cálculos, justificativas, motivações fáticas e técnicas são de suas exclusivas responsabilidades e, portanto, serão reputados como fidedignos, válidos, aptos e eficazes, salvo prova em contrário, situação que, em ocorrendo, será analisada mediante provocação específica do órgão gestor municipal e/ou autoridade responsáveis.

DA ANÁLISE FORMAL PROPRIAMENTE DITA

A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no *caput* do art. 18.

O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja evidenciada pelas Secretarias Municipais requisitantes e demais órgãos municipais que são afetos à licitações e compras públicas, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial.

Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar todo esse encadeamento lógico.

Nesta linha de inteligência, encontrar-se nos autos, ainda que em documentos esparsos, os documentos que evidenciam a definição da demanda, a identificação da solução adotada através de meios e modos em lei admitidos para obter o melhor resultado, segundo levantamentos, dados, preços, conformação com as disponibilidades orçamentárias, motivações e justificativas e decisão/escolha, tudo sob a exclusiva e direta responsabilidade da Secretaria(s) Municipal(is) gestora(s) e das Secretaria(s) que, eventual ou obrigatoriamente, se manifestam acerca do procedimento em tela, juntando aos autos suas considerações técnicas, mercadológicas, financeiro-orçamentárias e de gestão próprias de sua atuação.

Sendo assim, dos atos administrativos colacionados aos autos (de responsabilidade direta e exclusiva dos seus subscritores), em análise perfunctória e sob o prisma exclusivamente jurídico (aspecto formal), esta Procuradoria, por força do disposto no art. 53 "caput" e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, verifica-se o quanto segue:

- 1) **Compatibilidade com o Plano Anual de Contratação, nos termos do art. 5º, art. 12, VII e art. 18, "caput", todos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

Vide fl. 95 dos autos

- 2) **Compatibilização com as disponibilidades financeiro-orçamentárias – art. 18 "caput"**

Há manifestação da Secretaria de Finanças – SEFI – vide fl. 98 dos autos.

Há menção expressa acerca da fonte dos recursos no edital, conforme IN 01/2020 do E. TCE/SP.



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

- 3) Descrição da necessidade de contratação fundamentada em estudo técnico preliminar – Art. 6º, XX e art. 18, I e §§ 1º e 2º, todos da Lei Federal nº 14.133/2023.

Há estudo técnico preliminar (ETP) com suas respectivas justificativas - vide fls. 03/09 dos autos, de inteira e exclusiva responsabilidade da(s) Secretaria(s) responsável(is) por sua elaboração.

Depreende-se que as informações detalhadas, muitas vezes, são obtidas pela análise de outros documentos jungidos aos autos, *ex vi*, da minuta de edital e seus anexos (fls. 106/168), podendo ser extraídas na aferição do procedimento como um todo.

- 4) Definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso – art. 6º, XXIII (termo de referência), XXIV (anteprojeto), XXV (projeto básico), XXVI (projeto executivo); art. 18, II e §§ 1º e 2º, todos da Lei Federal nº 14.133/2023

Há termo de referência com suas respectivas justificativas - vide fls. 36/79 e minuta de edital de fls. 49/58 dos autos.

- 5) Definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento - art. 18, III da Lei Federal nº 14.133/2023.

Vide fls. 04/09, 36/79 e minuta de edital (fls. 106/168) dos autos.

- 6) Orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação – art. 18, IV e art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2023.

Vide fls. 25/35 e 80/86 dos autos.

Adotou-se a modelagem de composição de preço combinada, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa da escolha dos respectivos fornecedores, na cotação direta, no respectivo ETP.

Os documentos que retratam as cotações, porque elaborados e descritas pelo órgão municipal competente, presumem-se verdadeiros quanto aos seus dados, informações e descritivos.



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

175

- 7) **Motivação circunstanciada das condições do edital, análise de riscos, divulgação do orçamento, modalidade de licitação, critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto – art. 18, VII, VIII, IX, X e XI da Lei Federal nº 14.133/2023.**

Vide fls. 04/09, 36/79 e minuta de edital (fls. 106/168) dos autos.

Indicadores gerais:

Divulgação do orçamento ¹ :	sim (não sigiloso)
Análise de risco ² :	sim – fls. 99/105 dos autos
Modalidade escolhida ³ :	pregão
Critério de julgamento ⁴ :	menor preço
Modo de disputa ⁵ :	aberto

- 8) **Elaboração do edital de licitação, fazendo acompanhar de todos os anexos necessários para o desenvolvimento regular do certame – art. 18, V e VI; art. 25; art. 92, todos da Lei Federal nº 14.133/2023.**

Afere-se, que se adotou o parcelamento do objeto (GLOBAL), por força do art. 40 e art. 47 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021 – fls. 10/11 – cujas justificativas de responsabilidade direta e exclusiva da Secretaria(s) Municipal(is) requisitante(s).

O edital, em linhas gerais, prevê o processamento da licitação de acordo com as especificidades da modalidade escolhida, prestigiando a finalidade perseguida, com a preservação da ampla concorrência, a obtenção de garantias mínimas, para alcance do melhor resultado em conformidade com os princípios e regras que orientam o procedimento licitatório, observando-se, ainda, as disposições legais aplicáveis à espécie.

Ademais, afere-se que consta do edital de forma bem definida o objeto do certame, bem como os critérios da participação, do credenciamento, da habilitação, do desempate, do julgamento das propostas, das sanções, dos recursos, da fiscalização, da fixação de prazos, das condições de pagamento e as demais peculiaridades.

¹ Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021

² Art. 18, X da Lei Federal nº 14.133/2021

³ Art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021

⁴ Art. 33 da Lei Federal nº 14.133/2021

⁵ Art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

Ainda, anota-se que a minuta elaborada observa o disposto na Lei Complementar nº 123/06 consolidada.

A presente minuta de edital, na modalidade pregão, é compatível com a minuta aprovada pelo governo federal (art. 19, IV da Lei Federal nº 14.133/2021), com pequenas alterações, especialmente quanto ao sistema eletrônico utilizado pela Prefeitura de Itatiba (BBMNET Licitações) e suas características particulares.

DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, em análise perfunctória e exclusivamente sob o aspecto técnico-formal do instrumento convocatório e demais atos elaborados nos autos, esta Procuradoria Municipal opina pelo prosseguimento do feito, DESDE QUE:

1) A SELI altere (ou justifique):

- 1.1 Fazer constar a norma federal (decretos – art. 19, IV e 187 da Lei Federal nº 14.133/2021) que regerá o presente procedimento na minuta de edital, caso haja esta opção⁶ ou norma municipal regulatória própria (quando existente), fazendo constar link de acesso das referidas normas – nos termos do Comunicado GP nº 03/2024 do E. TECSP;

Ainda, destaca-se que, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município de Itatiba, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021 e que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Por fim, cumpre repisar, sem embargo ao registro preliminar deste parecer, que incumbe a esta Procuradoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico (aspecto formal), não lhe competindo se imiscuir na conveniência e oportunidade do ato administrativo respectivo (cuja decisão de mérito cabe à autoridade superior competente para tanto), nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa e financeira próprias das Secretarias Municipais competentes, a teor do que dispõe o art. 18, “caput” e 53, §3º, todos da Lei Federal 14.133/2021 (questões técnicas, orçamentárias, mercadológicas e de gestão, NÃO AFETAS à apreciação deste órgão jurídico-consultivo).

⁶ Opção esta que deverá ser realizada caso o procedimento dependa de regulamentação para o seu adequado desenvolvimento e desfecho.



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

A observância e a implementação das adequações sugeridas neste parecer, não deflagram a necessidade de nova análise por esta Procuradoria.

É o parecer, nos termos do art. 53, §1º, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

SNJ, 03 de junho de 2024.

JONATHAS TOFFANELLO VIANA

Procurador do Município

Ciente e de acordo com a manifestação precedente,

À SELI para ciência, providências e encaminhamentos

SNJ, 03 de junho de 2024.

ANTONIO DE CARVALHO

Secretário dos Negócios Jurídicos



Processo: 2356/2024

Interessado: Prefeitura do Município de Itatiba

À

Seção de Licitações

Considerando o teor do parecer exarado pela Procuradoria Municipal, e nos termos do artigo 53, §3º, e artigo 54, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **determino a divulgação do edital de licitação na forma da lei.**

Cumpra-se.

Itatiba, 07 de junho de 2024.

THOMÁS ANTONIO CAPELETTO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

179

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.356/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024
EDITAL Nº 65/2024

OBJETO

Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.358.733,04 (dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e trinta e três reais e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA – Data 28 de junho de 2024

Cadastro das Propostas até:	28/06/2024	08h50min
Abertura das Propostas:	28/06/2024	09 horas
Início do Pregão (fase competitiva)	28/06/2024	09h10min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP

NÃO



180

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
SECRETARIA DE FINANÇAS, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE GOVERNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.356/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024
EDITAL Nº 65/2024

Torna-se público que a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**, por meio da **SECRETARIA DE FINANÇAS, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO e SECRETARIA DE GOVERNO** sediada à Avenida Luciano Consoline, nº 600, Jardim de Luca, Itatiba/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 – O objeto desta licitação será subsidiado com Recursos Próprios da Administração.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame, empresários, sociedades empresárias e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação e que atendam às condições de credenciamento do presente edital.

2.2. **O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.**

2.3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no edital.

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

2.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.6. Não poderão disputar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



181

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.
- 3.2. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso "credenciamento – licitantes (fornecedores)".
- 3.3. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 3.4. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnet.com.br.
- 3.5. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no sítio www.novobbmnet.com.br, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação".
- 3.6. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.7. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.7.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua



182

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.7.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.7.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.7.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.8. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.7 ou 3.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes quando convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta.

3.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.17. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

3.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

3.19. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

3.20. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal www.novobrmnet.com.br, que



183

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento

3.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo: **VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE.**

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5



184

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedidos pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União.

c) Certidão de **regularidade de débitos com a Fazenda Municipal**, da sede/ domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa;

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" deste item, mesmo que os documentos exigidos em tais itens apresentem ressalvas ou restrições.

5.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso. Caso a licitante apresente certidão positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor

5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado(s) ou certidão(ões)** fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, com clara identificação de seu subscritor.

5.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo III).

5.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.6.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, exceto para a Certidão negativa de falência ou concordata (item 5.3) onde é solicitado o prazo de 90 (noventa) dias.

5.6.2 - Se o licitante for executar o contrato por seu estabelecimento matriz, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da matriz; se o licitante for executar o contrato por estabelecimento filial, todos os documentos deverão estar em nome de tal estabelecimento, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANÇES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6



185

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE.
- 6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se



186

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.23. **Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.**

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



187

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.8. A sessão será suspensa para a apresentação e análise das documentações e os envelopes de habilitação, devidamente rubricados pelo(a) pregoeiro(a) e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do(a) pregoeiro(a), sendo exibidos aos licitantes na reabertura da sessão que será marcada, com no mínimo três (03) dias úteis de antecedência, pela Imprensa Oficial do Município, para prosseguimento dos trabalhos.
- 7.9 O licitante classificado em primeiro lugar, terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da sessão de processamento da licitação, para apresentar a PROVA CONCEITO, conforme termos do Anexo I.**
- 7.10 - A falta da apresentação dentro do prazo estabelecido caracterizará desistência de proposta e a entrega em desconformidade com as especificações contidas no edital implicará em desclassificação.
- 7.11 - O Setor Técnico requisitante apresentará nos autos manifestação fundamentada sobre o atendimento ou não das especificações contidas no edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no item 05, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, através do sistema da BBMnet.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 8.6.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação.
- 8.7. A exigência das documentações de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
 - 8.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 8.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.9. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.6.1.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.12. As empresas Vencedoras, deverão enviar **no prazo de máximo de 48 horas, do término da sessão (adjudicação do objeto)**, para a Seção de Licitações, localizada à Avenida Luciano Consoline, nº 600 – Jardim de Lucca, CEP 13.250-000, das 09h às 17h, os documentos abaixo relacionados:

8.12.1 - Proposta escrita de Preços, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinha contendo os seguintes elementos:

- a) Preços unitários e totais dos itens, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- b) Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, número de agência de conta bancária, além da indicação de e-mail para envio da Autorização de Fornecimento e Ata de Registro de Preços;
- c) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- d) Especificação completa do produto oferecido e marca, contendo informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, conforme descrito no ANEXO I deste Edital.

8.12.2 - Documentos de Habilitação, para o caso dos documentos enviados pelo sistema que não sejam autenticados digitalmente, enviar dentro do prazo estabelecido os documentos originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas.

- a) Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- b) A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.13 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas ou empresas de pequeno porte um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a



189

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos;
 - 9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações, localizada na Avenida Luciano Consoline, 600 – Jardim de Lucca, Itatiba/SP.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 10.1.5. fraudar a licitação



190

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta



192

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do sistema da BBMnet ou e-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



192

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Modelo de Procuração

12.11.3. ANEXO III – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração

12.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de qualificação microempresa ou empresa de pequeno porte

12.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta

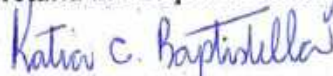
12.11.6. ANEXO VI – Minuta de Ordem de Serviço

12.11.7. ANEXO VII – Minuta de Contrato

Itatiba, 07 de junho de 2024.



FRANCIELI GUINAM DOS SANTOS
Secretária Municipal de Administração



KÁTIA CECÍLIA BAPTISTELLA
Secretária Municipal de Finanças



JACKELINE ROBERTA BOAVA MONTE
Secretária Municipal de Governo



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO I

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
PREGÃO ELETRÔNICO 53/2024
EDITAL Nº 65/2024
Processo nº 2.356/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública, de acordo com as especificações, quantitativos máximos e condições mínimas abaixo apresentadas:

2 - ITENS E QUANTITATIVOS

LOTE 01					
Item	Material	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1.1	2.05.26.0459-0 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	UN	1	57.000,00	57.000,00

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
 A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
 Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
 Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
 Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
 Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
 Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
 Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
 O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO
 A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
 Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários
 Migração e Conversão:
 Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.



194

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.2	2.05.26.0460-4 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	MESES	12	42.333,33	507.999,96
-----	--	-------	----	-----------	------------

LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Sistema integrado que auxilia a gestão administrativa tributária municipal contendo o grupo de funcionalidades referentes a: cadastro único de contribuinte, cadastro único de endereços, gestão imobiliário, gestão mobiliária, auto de infração, parâmetros e configurações, tesouraria, dívida ativa, preços públicos, serviços on-line, protesto, peticionamento eletrônico.

1.3	2.05.26.0461-2 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	UN	1	36.300,00	36.300,00
-----	---	----	---	-----------	-----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.

Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.4	2.05.26.0462-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	MESES	12	26.900,00	322.800,00
-----	---	-------	----	-----------	------------



195

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Sistema integrado que auxilia à gestão administrativa orçamentária e financeira, contendo o grupo de funcionalidades relacionadas a: controles gerais, plano plurianual, elaboração e programação orçamentária, execução orçamentária e financeira, contabilidade, lei de responsabilidade fiscal.

1.5	2.05.26.0463-9 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	UN	1	29.000,00	29.000,00
-----	---	----	---	-----------	-----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Entrada em produção dos sistemas.
TREINAMENTO
A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários
Migração e Conversão:
Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.6	2.05.26.0464-7 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	MESES	12	21.500,00	258.000,00
-----	--	-------	----	-----------	------------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
Sistema integrado que auxilia à gestão de Recursos Humanos, no que se refere os grupos de funcionalidades, referente ao cadastro de pessoal, contagem de tempo de serviço, férias, licença prêmio, portal de serviços web, atos administrativos, frequência, vale transporte, folha de pagamento, e-social, prestação de contas Audesp (tce-sp), avaliação de desempenho.

1.7	2.05.26.0465-5 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO	UN	1	7.333,33	7.333,33
-----	--	----	---	----------	----------



196

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

SISTEMA DE PONTO ELET RÔNICO						
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários</p> <p>Migração e Conversão:</p> <p>Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>						
1.8	2.05.26.0466-3 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	MESES	12	5.333,33	63.999,96	
<p>LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO</p> <p>Sistema integrado que auxilia à gestão de Ponto eletrônico dos servidores da Prefeitura de Itatiba, através dos grupos de funcionalidades: Registro e gestão eletrônica de ponto,</p>						
1.9	2.05.26.0467-1 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	UN	1	7.333,33	7.333,33	
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p>						



197

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
 Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
 Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
 Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
 Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
 O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
 Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
 Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
 Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.10	2.05.26.0468-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	MESES	12	5.333,33	63.999,96
------	---	-------	----	----------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO
 Sistema Integrado que auxilia à gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho, contendo os grupos de módulos: medicina do trabalho, segurança do trabalho, previdenciária, e-social, assistência social

1.11	2.05.26.0469-8 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	UN	1	28.333,33	28.333,33
------	--	----	---	-----------	-----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
 Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
 Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
 Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
 O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)



198

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.12	2.05.26.0470-1 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	MESES	12	21.000,00	252.000,00
------	--	-------	----	-----------	------------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO
Sistema integrado que auxilia à gestão de Públicas, Estoque, Almojarifado, Patrimônio, contendo o grupo de módulos gestão de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, banco de preços, aquisições por licitações e compras, cotação de preços, registro de preços, estoque / almojarifado, contratos, patrimônio, prestação de contas

1.13	2.05.26.0471-0 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	UN	1	7.333,33	7.333,33
------	--	----	---	----------	----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Sistema integrado que auxilia à gestão de Públicas, Estoque, Almojarifado, Patrimônio, contendo o grupo de módulos gestão de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, banco de preços, aquisições por licitações e compras, cotação de preços, registro de preços, estoque / almojarifado, contratos, patrimônio, prestação de contas

A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.

Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.



199

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários
Migração e Conversão:
 Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
 Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
 Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.14	2.05.26.0472-8 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	MESES	12	5.333,33	63.999,96
------	--	--------------	----	----------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO
 Sistema integrado que auxilia à gestão de Pregão Eletrônico com funcionamento integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.

1.15	2.05.26.0473-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	UN	1	6.000,00	6.000,00
------	---	-----------	---	----------	----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS
 A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
 Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
 Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
 Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
 Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
 Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
 Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
 O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
 Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários
Migração e Conversão:
 Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
 Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
 Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.



200

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.16	2.05.26.0474-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	MESES	12	4.333,33	51.999,96
------	---	-------	----	----------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS
O Sistema de Administração de Frotas, em plataforma web e integrado aos demais sistemas e módulos, deverá oferecer os instrumentos necessários para administração de toda a frota de veículos, máquinas e equipamentos. Controlar os agendamentos para as viagens, motoristas, abastecimentos, manutenções e serviços.

1.17	2.05.26.0475-2 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	UN	1	4.666,67	4.666,67
------	--	----	---	----------	----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS
A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.18	2.05.26.0476-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	MESES	12	3.333,33	39.999,96
------	---	-------	----	----------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS

O sistema com o objetivo de controlar todas as informações referentes a falecimento e outros fatos ocorridos nesta área pública, com o intuito de fornecer relatórios gerências e estatísticos além de propiciar a seus operadores uma fácil visualização e consulta a dados atuais e históricos, mantendo a integridade de tais dados.



201

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.19	2.05.26.0477-9 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	UN	1	4.333,33	4.333,33
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.</p> <p>Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.</p> <p>Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.</p> <p>Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.</p> <p>Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.</p> <p>Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.</p> <p>Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.</p> <p>O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:</p> <p>PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.</p> <p>SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.</p> <p>TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA) Entrada em produção dos sistemas.</p> <p>TREINAMENTO</p> <p>A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.</p> <p>Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários</p> <p>Migração e Conversão:</p> <p>Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.</p> <p>Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.</p> <p>Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.</p>					
1.20	2.05.26.0478-7 - LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	MESES	12	3.166,67	38.000,04
<p>LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO</p> <p>O Portal de Transparência deverá garantir a toda população o acesso às informações inerentes à administração municipal, de forma fácil e ágil, conforme disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao que se refere à Lei de Acesso à Informação. Portal de Transparência e Acesso à Informação</p>					
1.21	2.05.26.0479-5 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES	UN	1	3.066,67	3.066,67
<p>IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES</p> <p>A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.</p>					



202

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
 Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
 Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
 Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
 Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
 Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
 O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:
PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.
SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.
TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)
 Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.22	2.05.26.0480-9 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES	MESES	12	2.233,33	26.799,96
------	--	--------------	----	----------	-----------

LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES

Licenciamento do Sistema de Apoio a Tomada de Decisões. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça o detalhamento das mais variadas informações geradas pelo órgão.

1.23	2.05.26.0481-7 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	UN	1	21.000,00	21.000,00
------	--	-----------	---	-----------	-----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS

A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.

Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim



203

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.24	2.05.26.0482-5 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROL E DE PROCESSOS	MESES	12	13.333,33	159.999,96
------	--	-------	----	-----------	------------

LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS

Sistema, com objetivo de controlar as informações sobre as solicitações dos cidadãos à administração e permitir a geração de ordens de serviço para o controle operacional dos serviços executados através da internet. Oferece segurança, facilidade, agilidade e qualidade no atendimento tanto externo quanto interno através dos módulos: SAC (Serviços de Atendimento ao Cidadão), Ouvidoria, Protocolo, Gestão de Atividades e Portal do Cidadão. Os módulos WEB permitem a integração de todos os setores do município através de um único sistema, mesmo que os setores estejam separados geograficamente. Além disso, facilita os acessos dos munícipes de qualquer lugar que desejarem, permitindo assim, facilidades de comunicação e um melhor atendimento à população.

1.25	2.05.26.0483-3 - SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATA CENTER)	MESES	12	16.000,00	192.000,00
------	---	-------	----	-----------	------------

SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATA CENTER)

A solução ofertada deverá ser fornecida on-cloud (em ambiente nuvem). Os sistemas on-cloud obrigatoriamente devem estar hospedados em território nacional a fim de atender aos requisitos do que diz a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ter um SLA mínimo de 99,95% de disponibilidade a fim de manter a estabilidade esperada.

Todas as operações de backup e de retenção de dados ficará sob responsabilidade da empresa contratada, e deve ter a retenção mínima dos 30 últimos dias, o último dia de cada mês dos últimos 12 meses e 1 posição do último dia dos últimos 2 anos, e deve ter o tempo de recuperação menor ou igual a 4 horas.

Não serão aceitos custos e valores extras, ou valores a cobrar conforme o uso. Os custos para o sistema on-cloud devem ser fixos para o ano, observando-se apenas as correções previstas em contrato.

O ambiente ofertado em nuvem deve prever escalabilidade adequada de forma a atender de forma satisfatória a performance esperada na usabilidade do sistema, seja ela de qualquer natureza for, como por exemplo, mas não somente, throughput de rede, performance e escalabilidade de discos e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário.

Cabe a CONTRATANTE julgar a relatividade da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performance necessários.



204

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.26	2.05.26.0490-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	UN	1	10.633,33	10.633,33
------	---	----	---	-----------	-----------

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL

A Contratada deverá apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.

Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.

Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.

Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.

Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.

Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.

Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.

O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.

Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários

Migração e Conversão:

Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.

Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.

Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

1.27	2.05.26.0491-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	MESES	12	7.900,00	94.800,00
------	---	-------	----	----------	-----------

LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL

Sistema integrado que auxilia à gestão administrativa orçamentária e financeira, contendo o grupo de funcionalidades relacionadas a: controles gerais, plano plurianual, elaboração e programação orçamentária, execução orçamentária e financeira, contabilidade, lei de responsabilidade fiscal.

VALOR TOTAL DO LOTE 01 – R\$ 2.358.733,04 (dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e trinta e três reais e quatro centavos)



205

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

3 - PRAZO E CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO:

- 3.1 - O prazo de implantação da solução é de até 90 (noventa) dias após assinatura do contrato;
- 3.2 - Após a implantação total da solução e com o início da utilização do sistema será iniciado o pagamento mensal referente as licenças do sistema

4 DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE DE PREÇO:

- 4.1 - O prazo de vigência do contrato será de 15 (quinze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, até o limite legal estabelecido na nº 14.133/2021 e suas alterações;

5- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 5.1 - O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a manifestação favorável do Setor Fiscalizante na Nota Fiscal Eletrônica (NFe) apresentada, ficando assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.
- 5.2 - Os pagamentos serão realizados mediante procedimento bancário, em conta do fornecedor contratado.
- 5.3 - Havendo erro na NFe ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da NFe será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da NFe, reapresentada nos mesmos termos do item 5.1.
- 5.4 - Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);



206

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 6.7.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7.3 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.5 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.7.6 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.7.7 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.7.8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.8 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.8.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.8.2 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.8.3 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.9 - O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.10 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.11 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. DA CONTRATAÇÃO

- 7.1 - A Contratação decorrente da presente licitação vigorará até o recebimento definitivo do objeto do contrato.



207

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

7.2 - A adjudicatária será convocada via endereço eletrônico (e-mail) ou meio equivalente para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para atendimento, contados da data de transmissão da convocação. Na ocasião, serão exigidos os seguintes documentos:

7.3 - Indicação, por escrito, de endereço de e-mail para a realização de quaisquer comunicações sobre a execução do contrato;

7.4 - Apresentar o(s) documento(s) de identidade, R.G. e CPF, do(s) sócio(s) ou procurador(es) que assinará(o) o contrato com a Prefeitura do Município de Itatiba;

7.5 - Quando a empresa se fizer representar por procurador, este deverá apresentar procuração, por instrumento público ou particular com firma reconhecida, que lhe confira poderes para assinar contrato. Ou deverá trazer cópia simples acompanhada do documento original para autenticação por servidor.

7.6 - Tratando-se a adjudicatária de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições ou ressalvas à época da etapa de habilitação, deverá comprovar previamente à assinatura do contrato o suprimento da(s) pendência(s) constante(s) do(s) documento(s) apresentado(s) e, em consequência, comprovar a sua regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério desta Administração, contados da data da declaração do vencedor, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da imposição das sanções previstas neste edital.

8 - DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1 - Não será exigida garantia contratual.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - A Contratante, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

9.1.1 - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no Contrato;

9.1.2 - promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

9.1.3 - comunicar à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.4 - notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

10.1.1 - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

10.1.2 - atender as demais condições descritas no Termo de Referência;

10.1.3 - responsabilizar-se pela execução dos serviços, objeto do Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

11 - DA DOTAÇÃO A SER ONERADA

11.1 - Para fazer frente às despesas do ajuste, existem recursos orçamentários reservados, onerando as dotações classificadas nas Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Unidade Orçamentária 02.02.01 – Secretaria de Governo, 02.05.01 – Secretaria de Administração, 02.10.01 – Secretaria de Finanças. Classificação Funcional: 04.122.005.2.109 – Manutenção a Secretaria

29



208

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

de Governo/Departamento de Tecnologia, 04.122.0004.2.056 – Manutenção da Secretaria de Administração, 04.122.0004.2.009 – Manutenção da Secretaria de Finanças.

12 – PENALIDADES

12.1 - Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar, ao Contratado, as penalidades previstas no instrumento editalício e contratual, além daquelas penalidades previstas em lei.



209

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO I.A
CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS

1. CARACTERIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SOLUÇÃO INTEGRADA

- 1.1. A solução ofertada deverá ser fornecida on-cloud (em ambiente nuvem).
- 1.2. Os sistemas on-cloud obrigatoriamente devem estar hospedados em território nacional a fim de atender aos requisitos do que diz a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e deve ter um SLA mínimo de 99,95% de disponibilidade a fim de manter a estabilidade esperada.
 - 1.2.1. Todas as operações de backup e de retenção de dados ficará sob responsabilidade da empresa contratada, e deve ter a retenção mínima dos 30 últimos dias, o último dia de cada mês dos últimos 12 meses e 1 posição do último dia dos últimos 2 anos, e deve ter o tempo de recuperação menor ou igual a 4 horas.
 - 1.2.2. Não serão aceitos custos e valores extras, ou valores a cobrar conforme o uso. Os custos para o sistema on-cloud devem ser fixos para o ano, observando-se apenas as correções previstas em contrato.
 - 1.2.3. O ambiente ofertado em nuvem deve prever escalabilidade adequada de forma a atender de forma satisfatória a performance esperada na usabilidade do sistema, seja ela de qualquer natureza for, como por exemplo, mas não somente, throughput de rede, performance e escalabilidade de discos e volumes de dados, memória, processadores e qualquer outro requisito que se faça necessário.
 - 1.2.4. Cabe a CONTRATANTE julgar a relatividade da performance esperada no uso do sistema, requisitando assim os devidos ajustes e performance necessários.
- 1.3. O sistema deverá ser executado através de navegador web e ser plenamente compatível com os 3 browsers mais usados globalmente em suas últimas versões estáveis, sem a necessidade de instalação de plugins ou softwares adicionais, a lista pública dos browsers mais popularmente usados está disponível no site <https://gs.statcounter.com/browser-market-share>, atualmente Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox.
- 1.4. A arquitetura do sistema proposto deverá ser estruturada por micro serviços, utilizando-se de APIs HTTP e HTTPS para a integração com qualquer módulo do próprio sistema ou qualquer sistema de terceiros, possibilitando escalabilidade horizontal e ganhos de flexibilidade e desempenho das aplicações;
- 1.5. A autenticação no sistema deverá permitir no mínimo 2 modalidades de escolha sendo:
 - 1.5.1. Método convencional (usuário e senha);
 - 1.5.2. Por autenticidade digital A1 e-cpf;
- 1.6. O sistema deverá mostrar as informações de endereço IP e data/hora, do último acesso que o usuário realizou;



210

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.7. O sistema deverá ter o recurso de Single Sign-On, possibilitando que o usuário acesse todos os módulos disponíveis na solução, sem ter que se logar novamente. Todas as permissões para cada módulo deverão ser validadas no acesso;
- 1.8. O sistema deverá disponibilizar de recurso parametrizado para solicitar/forçar o nível de senha do usuário, devendo este ter no mínimo 5 possibilidades de escolha;
- 1.9. Possuir mecanismo de time-out para logoff de usuários após determinado tempo de inatividade, a ser controlado por parametrização customizável;
- 1.10. Permitir recurso de bloqueio de acesso para o caso de tentativas fracassadas de login, de forma parametrizável;
- 1.11. O sistema não deverá permitir a eliminação de transação já concretizada. Caso seja necessária uma retificação de qualquer informação, esta deverá ser estornada para que fique registrada permanentemente.
- 1.12. Possibilitar que o administrador do sistema configure qual será o sistema padrão ("default") para cada usuário;
- 1.13. Dar autonomia ao administrador do sistema para que ele consiga bloquear qualquer usuário no sistema, desde que tenha as devidas permissões para isso;
- 1.14. Permitir que os usuários possam realizar a recuperação de senha através do e-mail que consta em seu cadastro;
- 1.15. O acesso aos dados deve poder também ser limitado para um determinado setor do organograma, de forma que usuários de setores que descentralizam o controle de recursos não visualizem ou possam alterar dados de outros setores.
- 1.16. Deverá disponibilizar documentação on-line sobre o modo de operação das tarefas e funcionalidades, com possibilidade de visualização em tela ou download do arquivo;
- 1.17. Para os processos de negócio onde o fluxo das ações deve ser seguido, deverá haver assistentes automáticos (wizards) que tem por objetivo guiar e auxiliar o operador do sistema. As etapas de cada passagem deverão ser visualizadas através de identificação (breadcrumbs);
- 1.18. Possibilitar que todos os usuários do sistema possam realizar a mudança de tema (cor) do sistema como um todo;
- 1.19. Cada usuário deve possuir privilégios de salvar algumas configurações da tabela/grid em que trabalha, possibilitando que ele salve quantas quiser.
- 1.20. Oferecer mecanismo de favoritizar as funcionalidades no próprio sistema, dando agilidade ao operador do sistema;
- 1.21. Possuir funcionalidade de gerenciamento SMTP, possibilitando que o envio de e-mails pelo sistema seja configurado por sistema/módulo. Deverá suportar os protocolos SSL e TLS para os serviços de envio de e-mail, e estar conforme e perfeitamente compatível com os sistemas de colaboração Google Workspace e Microsoft 365.
- 1.22. As pesquisas deverão ser por todos os campos que são apresentados na lista, podendo informar um ou mais campos, por valor ou por faixa, de acordo com o tipo de dado, consulta com exatidão, o início ou qualquer parte do valor informado, seleção de registros não coincidentes com os valores pesquisados e ordenação do resultado dos registros por qualquer campo disponível na listagem;



211

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.23. As transações devem ficar registrados permanentemente, de acordo com a necessidade do usuário, processo este, que pode ser habilitado ou desabilitado pelo administrador do sistema, com a indicação do usuário, data, hora exata, endereço IP, informação da situação antes e depois, para eventuais necessidades de auditoria posterior;
- 1.24. As regras de Integridade dos Dados devem estar parcialmente alojadas no Servidor de Banco de Dados, de tal forma que um usuário que acesse o Banco de Dados por outras vias não o torne inconsistente;
- 1.25. As funcionalidades deverão ser acessíveis somente aos usuários autorizados especificamente a cada uma delas. A solução integrada deve contar com um catálogo de perfis de acesso, podendo ser agrupados, e esses deverão ser associados aos usuários. Para cada funcionalidade autorizada, o administrador de segurança poderá alterar o perfil de acesso, modificando as ações que estão disponíveis para cada funcionalidade. Exemplo: Consulta, Inclusão;
- 1.26. Os menus de acesso às funcionalidades do sistema devem aparecer apenas quando o usuário tem acesso, impossibilitando o clique/apresentação deste quando o usuário não possuir acesso liberado, podendo atribuí-los a grupos ou usuários específicos;
- 1.27. Prover controle de restrição de acesso às funcionalidades da solução integrada, através do uso de dupla abordagem de autorização, utilizando o conceito de usuário autorizador e senha em qualquer função, selecionado a critério do usuário;
- 1.28. Os relatórios deverão permitir a inclusão do brasão da Contratante;
- 1.29. Possibilitar a inclusão nos relatórios em que se faça necessário, de campo destinado à assinatura do responsável pela exatidão das informações, de forma parametrizada;
- 1.30. Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam gravados em disco, em formatos como HTML, PDF, RTF, XML, XLS, TXT que permitam serem visualizados posteriormente ou impressos, além de permitir a seleção e configuração da impressora local ou de rede disponível;
- 1.31. Permitir que os relatórios possam ser salvos em disco, em formato PDF assinados com certificados digitais, evitando que possam ser efetuadas alterações em seu conteúdo, garantindo assim a integridade da informação;
- 1.32. Permitir o envio de relatórios por e-mail a partir da tela de seleção do relatório;
- 1.33. Permitir que o usuário defina os critérios de seleção e classificação das informações constantes de cada relatório, e que essas opções de filtro e classificação fiquem gravadas na tela de chamada do relatório, para posteriores consultas, enquanto não seja feito novo login;
- 1.34. O sistema, para fins de recursos de integração, deverá suportar de forma nativa os padrões abertos de conectividade: REST, WSDL, SOAP;
- 1.35. Deverá possuir APIs para integração, que deverão estar documentadas em catálogos de ativos, para possibilitar o consumo destes artefatos funcionais;
- 1.36. As operações de maior processamento, como relatórios analíticos, devem suportar execução síncrona e assíncrona, devendo inclusive ser parametrizável sua escolha de execução.

2. REQUISITOS GERAIS EXIGIDOS PARA O SISTEMA

33



212

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.1. Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser realizado sempre em conjunto com a equipe técnica de servidores da Prefeitura de Itatiba.
- 2.2. Realizar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelos sistemas licitados.
- 2.2.3. O volume de dados que deverá ser convertido é de 1,5 TB.
- 2.3. Executar os serviços de migração dos dados existentes nos atuais cadastros e tabelas dos sistemas licitados, utilizando os meios disponíveis no Município. O Município fornecerá os arquivos dos dados em formato "txt" para migração, com os respectivos layouts.

3. METODOLOGIA

A Contratada deverá:

- 3.1. Apresentar a metodologia a ser adotada para a implantação dos Sistemas, contemplando a identificação das fases, etapas, atividades e tarefas, com seus pré-requisitos, produtos, técnicas, ferramentas e prazos, que deverá ser aprovada pela equipe da Prefeitura de Itatiba.
- 3.2. Descrever as ferramentas utilizadas em cada fase da metodologia, possibilitando ganho de produtividade nos trabalhos de implantação.
- 3.3. Demonstrar a compatibilidade da metodologia com o software a ser implementado, apresentando ferramentas que direcionem as atividades de configuração.
- 3.4. Descrever os métodos utilizados para realização e controle dos testes de validação dos processos configurados.
- 3.5. Apresentar as ferramentas e padrões utilizados na documentação técnica e funcional das configurações.
- 3.6. Apresentar os métodos de controle de qualidade a serem utilizados em cada fase do projeto.
- 3.7. Todas as atividades componentes das metodologias a serem adotadas devem ser descritas em língua portuguesa, assim como todos os demais elementos.
- 3.8. O prazo para implantação e treinamento dos sistemas será de 90 (noventa) dias e será dividido em 3 etapas, sendo:

PRIMEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Elaboração e apresentação do plano de trabalho do projeto, contendo as condições de implantação migração e conversão dos Dados.

SEGUNDA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Instalação e treinamento operacional dos servidores, para plena utilização dos Sistemas.

TERCEIRA ETAPA (EM DATA A SER DEFINIDA)

Entrada em produção dos sistemas.

4. TREINAMENTO



213

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.1. A CONTRATADA deverá prestar serviço de treinamento dos módulos/sistemas contratados.
- 4.2. Os treinamentos serão realizados em turmas de até 20 funcionários ou quantidade a ser acordada entre a Contratada e a Contratante.
- 4.3. Estima-se em 150 a quantidade de servidores que deverão ser treinados.
- 4.4. As quantidades apresentadas contemplam todos os órgãos inclusos no presente Termo de Referência.

5. DA PRESTAÇÃO DO OBJETO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A solução integrada deverá ser instalada pela CONTRATADA, após a assinatura do Contrato, observado o prazo de instalação informado na proposta, sendo certo que todas as despesas necessárias correrão exclusivamente por conta da contratada, não podendo ser superior a 90 dias, contados da emissão da ordem de serviço.

5.2. Todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do Contrato correrão exclusivamente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas com os programas em si, os serviços de instalação, funcionamento, conversão total de dados, apresentação, treinamento de pessoal, além dos deslocamentos, diárias, estadias, e, custo com pessoal para atendimentos técnicos "in-loco", quando requisitado pela prefeitura.

5.2.1. Por questão de segurança e para facilitar a participação dos usuários, a prefeitura disponibilizará à contratada local e estrutura necessária para realização dos treinamentos, sendo disponibilizados computadores, mesas e cadeiras para acomodação dos usuários. Demais equipamentos, como projetor multimídia, tela de projeção, equipamentos de áudio e vídeo, e materiais didáticos, ficarão a cargo da contratada.

5.3. A CONTRATADA deverá possuir um sistema WEB, disponível através da rede mundial de computadores (internet), para abertura de chamados técnicos, de qualquer natureza, que possibilite o acompanhamento do status do referido chamado através do número de protocolo.

5.4. Imediatamente após a emissão da ordem de serviço, a contratada deverá dar início aos trabalhos de implantação da solução integrada e conversão dos dados contidos atualmente em uso pela prefeitura. O prazo máximo para que a solução integrada esteja totalmente implantado e plenamente operante em todas suas funções, e, com todos os dados convertidos, não poderá ser superior a 90 dias, contados da emissão da ordem de serviço.

5.5. Depois de implantado a solução integrada e convertido os dados, a empresa contratada deverá realizar a apresentação oficial da nova solução aos usuários e técnicos da prefeitura, visando apurar o efetivo atendimento de todas as condições exigidas pelo edital, e, o funcionamento pleno para todas as áreas licitadas.

5.5.1. Constatadas irregularidades no funcionamento da solução integrada, a prefeitura poderá determinar à contratada a correção da falha, devendo a nova solução ser adequada inteiramente ao exigido pelo edital, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



214

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

5.5.2. O período de implantação, conversão de dados, apresentação da solução integrada e correção de eventuais falhas não será computado para efeito de pagamento, não sendo devido, portanto, o pagamento da manutenção mensal até a efetiva entrada em funcionamento da nova solução contratada

5.6. São obrigações da contratada, além daquelas implícitas nas cláusulas do edital, anexos e Contrato:

5.6.1. Implantar a nova solução integrada licitada, objeto desse contrato, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado e nos prazos estipulados.

5.6.2. Corrigir eventuais problemas de funcionamento da solução integrada.

5.6.3. Prestar manutenção a solução integrada.

5.6.4. O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições expressadas no edital, anexos e Contrato.

5.6.5. Manter sigilo absoluto das informações processadas.

5.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser refeito/corrigido às custas da Contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

5.8. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais.

5.9. A CONTRATADA não poderá transferir, subcontratar ou ceder suas obrigações ou realizar fusão, cisão ou incorporação, sem autorização da CONTRATANTE.

5.10. Os sistemas deverão ser hospedados em Nuvem (Cloud) garantindo recursos tecnológicos necessários para o funcionamento e segurança. Os serviços de disponibilização dos sistemas em Datacenter poderão ser subcontratos, sem necessidade de anuência da Prefeitura.

5.11. Manter o sigilo e a segurança de todas as informações que estarão sob sua guarda ou tratadas através dos sistemas, cumprindo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13.709/2018.

6. ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

6.1. Encerrada a etapa de lances e habilitação, a solução de sistemas proposta pela empresa classificada em primeiro lugar, será avaliada por meio de provas de conceito, para verificação da aderência aos sistemas que se pretende contratar.

6.2. A verificação da aderência será efetuada após cinco dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro, e será efetuada pela comissão constituída por profissionais da Prefeitura e dos órgãos participantes do processo, nas dependências da Prefeitura, que disponibilizará sala apropriada e projetor.

6.2.1. Os servidores públicos envolvidos nas atividades de suas respectivas secretarias, farão o acompanhamento das Provas de Conceito, apresentadas e serão os responsáveis pela avaliação.

6.3. Serão avaliados objetivamente os requisitos descritos no item 1, do Anexo 1-A (Caracterização Tecnológica dos Sistemas Integrados) e item 1 do Anexo 1-B (Funcionalidades dos Sistemas Integrados), ambos do Termo de Referência.



215

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

6.4. A licitante deverá atender a integralidade das características descritas no item 1-A (Caracterização Tecnológica dos Sistemas Integrados), já que tais características são essenciais para que a Prefeitura não tenha necessidade de reestruturações e adequações em sua estrutura tecnológica.

6.5. Para aprovação das funcionalidades dos sistemas (item 1 – Anexo 1-B), a licitante deverá atender a totalidade dos itens marcados como essencial.

- Administração Tributária;
- Administração Orçamentária e Financeira;
- Administração de Recursos Humanos;
- Ponto Eletrônico;
- Gestão de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho
- Aquisições Públicas, Estoque, Patrimônio e Gestão de Suprimentos;
- Pregão Eletrônico;
- Administração de Frotas;
- Administração de Cemitérios;
- Portal de Acesso à Informação;
- Apoio na Tomada de Decisões;
- Atendimento ao Cidadão e Controle de Processos.

Câmara Municipal de Itatiba (SIAFIC)

- Administração Orçamentária e Financeira.

6.6. A licitante deverá realizar a apresentação em equipamento próprio, tais como microcomputador, impressora, etc., devidamente configurados para permitir o funcionamento dos sistemas a serem apresentados. Os equipamentos serão operados por profissionais da empresa licitante, que deverão se apresentar, no prazo e horário, definidos pelo Pregoeiro.

6.7. Os sistemas deverão ser demonstrados na Web, sem a necessidade de emulação.

6.8. A equipe técnica apresentará o resultado da avaliação, expresso por ATENDIDO ou NÃO ATENDIDO.

6.9. Caso o resultado seja "NÃO ATENDIDO", a Prefeitura convocará a empresa segunda colocada, para que, caso cumpra todas as exigências de habilitação, realize a Prova de Conceito, e assim sucessivamente, até a apuração de uma empresa que atenda às exigências estabelecidas.



216

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO I.B

1 - FUNCIONALIDADES DOS SISTEMAS INTEGRADOS

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CADASTRO ÚNICO DE CONTRIBUINTE

1. Permitir o cadastro de pessoas (Física e Jurídica) de forma a constituir um cadastro único para contribuintes que deverá ser compartilhado para os setores da prefeitura.
2. Permitir a consulta e localização de todos os relacionamentos a qual o contribuinte é responsável (Imóvel, Empresa, Parcelamentos de debito, Certidões, Processos de Execuções fiscais, Alvarás, Etc.).
3. Permitir pesquisar os débitos atualizados e emitir documento com demonstrativo dos débitos para pagamento, no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, referente a todos os relacionamentos que o contribuinte é responsável.
4. Conter rotina que permita a unificação dos cadastros de Contribuintes possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados. Todos os vínculos existentes para os contribuintes excluídos devem ser migrados para o cadastro que ficou ativo.
5. Conter rotina para registrar todas as alterações dos cadastros, que deverá possuir no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual e permitir a consulta desses dados por usuário habilitado.
6. Conter rotina que permita a criação de registro espelho de cadastros excluídos, quando essa exclusão for necessária.
7. Possuir registro de históricos de ocorrências registrando data, usuário e o histórico e número do processo administrativo.
8. Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.
9. Conter rotina específica de crítica de CNPJ e CPF que permita a identificação e apresentação de outros contribuintes idênticos.
10. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
11. Permitir ao gestor incluir novas características ao cadastro de contribuintes, para fins de armazenamento de informações extras. Os tipos que devem ser aceitos são Textos, Datas, Decimais, Inteiros e Tabelas (onde o gestor configura quais serão os possíveis valores para seleção).

CADASTRO ÚNICO DE ENDEREÇOS

12. Permitir o cadastro de endereços de forma a constituir um cadastro único que deverá ser compartilhado para todos os setores da prefeitura.
13. Conter rotina que permita a unificação dos cadastros de endereços possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados.
14. Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.



217

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

IMOBILIÁRIO

15. Conter o Cadastro Técnico Imobiliário para registro dos lotes urbanos do município onde serão vinculados os detalhes descritos nos itens abaixo.
16. Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspenso) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.
17. Permitir informar todos os proprietários, compromissários e possuidores (Principal e Outros), o período de início e fim de cada registro, a fim de manter o histórico das transações. Esses cadastros deverão constar no Cadastro Único de Contribuintes.
18. Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços do imóvel e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro imobiliário.
19. Permitir o cadastro das testadas adicionais, contendo tamanho em metros e o Logradouro para qual está direcionada.
20. Permitir o cadastro de Áreas Construídas adicionais informando minimamente o tipo de área, metragem e ano de construção. O sistema também deve permitir parametrização para que um usuário gestor do sistema crie características diversas para a área construída (Ex: acabamento, revestimento, tipo de piso, etc) para fins de uso em cálculos de taxas e impostos.
21. Conter cadastro de empreendimentos imobiliários e permitir sua associação no cadastro imobiliário.
22. Conter cadastro de Imobiliárias e permitir sua associação no Cadastro Imobiliário.
23. Conter cadastro de Tipos de Entrega e permitir sua associação com o Cadastro Técnico Imobiliário com a finalidade de permitir filtros para emissão e entrega dos carnês de IPTU e outras correspondências de cobrança.
24. O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro imobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro imobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.
25. Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro imobiliário.
26. Manter registros históricos dos lançamentos por exercício de IPTU, constando os dados referentes aos valores venais lançados, os valores de metro quadrado de terreno e construção e todos os fatores utilizados para a apuração do lançamento.
27. Conter Cadastro das Confrontações do imóvel podendo informar a metragem, lado e a identificação do confrontante a qual que faz divisa.
28. Conter o Cadastro dos Projetos de construções para o imóvel e possibilitando o lançamento do ISS de construção.
29. Conter Cadastro que permita registrar as Isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do imóvel, contendo o tipo de isenção e prazo de duração.
30. Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro imobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir



218

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.
31. Permitir que o usuário possa incluir uma restrição temporária que impeça o lançamento de parcelamentos para este cadastro durante um período pré-determinado.
 32. Conter rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.
 33. Conter rotina para o desmembramento de um registro do cadastro imobiliário e a geração de vários outros registros com as mesmas características para posterior alteração.
 34. Conter rotina que permita fazer o agrupamento de vários cadastros imobiliários em um único registro, tornado os registros origem em cadastros inativos, registrando os históricos das ocorrências.
 35. Disponibilizar consulta em tela das ocorrências de desmembramento e agrupamentos para os usuários do setor de cadastro.
 36. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
 37. Conter Cadastro Técnico de Logradouros oficiais do município, contendo minimamente as informações de Oficializado / Denominado; Tipo de Logradouro; Nome do Logradouro; Bairro; Descrição de nome anterior; Legislação de Origem; Faixa de Numeração. Conter rotina que permita ao usuário incluir históricos manual das alterações contendo data de registro, dados do processo que originou este histórico e um campo de digitação livre para descrição do histórico. Permitir dentro do cadastro de logradouros oficiais que o usuário possa consultar este histórico. Disponibilizar também um local onde o usuário possa verificar quais são as faces de quadras vinculadas ao logradouro.
 38. Conter Cadastro de Faces das Quadras para associá-las ao cadastro imobiliário, contendo os equipamentos urbanos disponíveis e o valor da Planta Genérica de Valores, para o cálculo dos valores venais. Disponibilizar também um histórico de averbação manual para o cadastro de face de quadra para fins de anotações diversas que o usuário tiver a necessidade de lançar.
 39. Conter Cadastro de Loteamentos e permitir que seja associado ao imóvel.
 40. Conter Cadastro de Características de terreno e de edificações de forma que o usuário gestor possa criar campos customizados no cadastro a fim de não limitar as informações que a prefeitura deseja informar.
 41. Permitir visualizar as empresas relacionadas ao imóvel.
 42. Conter rotina para a simulação do cálculo e lançamento dos valores venais e IPTU do exercício atual e até de exercícios anteriores. Permitindo que o usuário realize um filtro e selecione quais imóveis ele deseja realizar os lançamentos. O cálculo automaticamente deve considerar possíveis isenções ou imunidades cadastradas para os cadastros imobiliários selecionados. Permitir também que sejam parametrizados os cálculos para que o sistema realize o lançamento recalculando o lançamento anterior ou criando novo lançamento.
 43. Emissão de Carnê de segunda via de IPTU, no formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/Pix para Ficha de Compensação ou ficha de arrecadação e deverá conter obrigatoriamente uma lâmina de Notificação com o descritivo dos dados do lançamento.
 44. Conter rotina para exportar os lançamentos de IPTU em formato texto para emissão das carnês em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados de acordo com filtros de campos do cadastro imobiliário.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

45. Emissão de Ficha de Lançamento contendo os dados do imóvel, características e fatores utilizados para o lançamento do IPTU do Exercício.
46. Conter rotina para o cadastro e lançamento de ITBI, o sistema deve permitir a inclusão de mais de um adquirente, transmitente, anuente e usufrutuário. Em relação ao cálculo, o sistema deve realizar o cálculo automaticamente sobre o maior valor entre venal, de compra ou de avaliação da prefeitura.
O lançamento do ITBI também deve permitir a inclusão de vários imóveis para lançamento de única guia para todas as transações efetuadas. Também deve permitir o lançamento de ITBI complementar para casos em que se faça necessário um complemento via arbitramento.
47. Emissão de Documento de arrecadação de ITBI, contendo a descrição dos dados cadastrados e o documento de arrecadação no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, com código de barras e QR Code/Pix.
48. Emissão de Boletim de Inscrição Cadastral (BIC), contendo todas as características do cadastro e permitir que um usuário da prefeitura com o devido treinamento adêque o BIC de acordo com a necessidade da prefeitura via software fornecido pela própria empresa do sistema. Rotina para a emissão coletiva, Geral ou parcial de carnes de IPTU lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem impressos a partir de um filtro realizado por informações do lançamento ou do cadastro.
49. Permitir cadastramento do imóvel rural com no mínimo as seguintes características: Inscrição do Incra, Valor da Área e o Tipo da Área, Endereço, Situação da Cobrança, Matrícula, Cartório vinculado e campo de Observação.
50. Permitir vinculação de outros proprietários junto ao imóvel com no mínimo as seguintes características: se é principal, qual percentual possui, a data de entrada e saída.
51. Realizar a cópia de um cadastro e permitir alteração dos dados pelo operador, facilitando o preenchimento de imóveis com dados similares.
52. Permitir consulta dos imóveis por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do Imóvel, Bairro do Imóvel, Matrícula, Inscrição do Incra e Situação.
53. Permitir a ordenação dos registros em tela por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do Imóvel, Bairro do Imóvel, Matrícula, Inscrição do Incra e Situação.
54. Possibilitar exportação de dados exibidos em tela a escolher pelo operador, em formato .csv; Lançamento Geral.
55. Permitir lançamento de taxas avulsas junto ao imóvel, possibilitando a emissão de guias com código de barras e QR Code/Pix.
56. Visualizar todas as guias lançadas para o respectivo imóvel, demonstrando no mínimo os seguintes dados: Exercício, Situação, Data da Geração, Valor Original, Valor Juro, Valor de Multa, Valor Correção, Baixa Bancária e Usuário Lançador.
57. Permitir lançamento de histórico junto ao imóvel. O sistema deverá informar a data e qual usuário realizou o lançamento.
58. Permitir a visualização do débito com valores corrigidos, com no mínimo os seguintes dados: Nome Tributo, Número Parcela, Situação Parcela, Exercício, Vencimento, Valor Original, Juro, Multa e Corrigido.
59. Realizar a impressão da guia de recolhimento, possibilitando inserir observação a ser impressa junto a guia.
60. Realizar a impressão de demonstrativo por parcela.
61. Realizar a impressão de demonstrativo por exercício.



220

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

DOI – Declaração de Operações Imobiliárias

62. Todas as telas de listagem deverão possuir permissão para verificar qual filtro está sendo utilizado no momento;
63. Todas as telas de listagem deverão possuir a possibilidade de salvar o filtro da consulta atual durante o uso do sistema;
64. Todas as telas de listagem deverão possuir impressão nos seguintes formatos: XLS, PDF Paisagem, PDF Retrato e TXT;
65. Todas as telas de listagem deverão possuir a limpeza de todos os filtros de forma coletiva;
66. Todas as telas de listagem deverão possuir escolha dos campos que são demonstrados em tela; Após a escolha dos campos, poderão ser impressos nos formatos conforme item 1.3;
67. Todas as telas de listagem deverão possuir ordenação da informação exibida em tela, através da função drag-and-drop e com a escolha de ordenação ascendente e descendente;
68. Todas as telas de listagem deverão possuir consultas dos campos exibidos em tela;
69. Todas as telas de listagem deverão possuir a demonstração de qual campo está sendo filtrado no momento;
70. Todos os itens de cadastro deverão possuir as seguintes opções: Inclusão, Visualização e Edição;
71. Durante a visualização do item de cadastro não será permitida alteração da informação;
72. Todos os itens cadastrados não podem ser excluídos, somente inativados;
73. Os itens de cadastro deverão seguir padrão conforme leiaute versão 6.1;
74. Possuir cadastro de Situação da operação imobiliária;
75. Possuir cadastro de Atribuição da DOI;
76. Possuir cadastro de Tipo da Transação;
77. Possuir cadastro de Retificação do Ato;
78. Possuir cadastro de Forma da Alienação/Aquisição;
79. Possuir cadastro de Valor da Alienação não consta;
80. Possuir cadastro de Tipo de Imóvel;
81. Possuir cadastro de Situação da Construção;
82. Possuir cadastro de Localização do imóvel;
83. Possuir cadastro de Área não informada/consta;
84. Possuir cadastro de Valor do ITBI ou ITCD informada/não consta;
85. Permitido somente importar arquivo com extensão .DEC. Caso o usuário tentar importar arquivo com qualquer outra extensão, o sistema deverá barrar a importação;
86. O sistema deverá realizar as validações e críticas durante a importação do arquivo, para posterior validação do operador do sistema;
87. Ao tentar importar o mesmo arquivo já importado anteriormente, o sistema deverá barrar a importação;
88. O sistema deverá apresentar em tela todos os arquivos já importados;
89. Permitir ignorar a operação imobiliária (rural e urbana) de outro município, imóvel com dados já atualizados ou qualquer outra informação que o operador julgar necessário. Obrigar o operador informar o porquê ignorou a operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;
90. Possuir rotina para reabilitar a operação imobiliária ignorada. Obrigar o operador informar o porquê da reabilitação da operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;
91. Dar a possibilidade para o operador ignorar ou reabilitar de forma coletiva as operações imobiliárias, ou seja, de 2 ou mais operações;



221

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

92. Possuir tela onde o operador possa verificar todas as informações envolvidas na operação imobiliária: dados da operação, localização do imóvel (rural ou urbano), alienante, adquirente, dados da alienação e matrícula;
93. Informar ao operador todas as críticas que o sistema localizou durante a importação da operação imobiliária, tais como:
 - 93.1. Imóvel não pertence ao município;
 - 93.2. Matrícula não encontrada na base de imóvel;
 - 93.3. Matrícula encontrada em duplicidade na base de imóvel;
 - 93.4. Identificação não encontrada na base de imóvel;
 - 93.5. Identificação encontrada em duplicidade na base de imóvel;
 - 93.6. Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base do imóvel;
 - 93.7. Matrícula não encontrada na base do imóvel rural;
 - 93.8. Matrícula encontrada com duplicidade na base do imóvel rural;
 - 93.9. Identificação não encontrada na base do imóvel rural;
 - 93.10. Identificação encontrada com duplicidade na base do imóvel rural;
 - 93.11. Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base do imóvel rural;
 - 93.12. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de contribuintes;
 - 93.13. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico x contribuinte;
 - 93.14. Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel;
 - 93.15. Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico rural x contribuinte;
 - 93.16. Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel rural;
 - 93.17. Valor CPF/CNPJ do adquirente não foi localizado na base de contribuintes;
 - 93.18. Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel;
 - 93.19. Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel;
 - 93.20. Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel rural;
 - 93.21. Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel rural.
94. Após o operador ajustar os itens da crítica, o sistema deverá possuir uma forma de atualizar a crítica sem a necessidade de nova importação do arquivo, para que o operador saiba se a crítica foi solucionada;
95. Caso exista mais de um adquirente na operação imobiliária, o que possuir maior percentual deverá ser o proprietário principal do imóvel (rural ou urbano);
96. Quando o operador efetivar a operação imobiliária conforme informações disponibilizadas pelo DOI, o sistema deverá atualizar o cadastro de proprietário, de adquirente e transmitente no cadastro de imóvel (rural e urbano);

MOBILIÁRIO

97. Conter o Cadastro Técnico Econômico (Cadastro Mobiliário) conforme detalhes descritos nos itens abaixo.
98. Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspenso) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.



222

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

99. O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro mobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro mobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.
100. Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro mobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.
101. Conter Cadastro de Atividades Econômicas de forma a permitir que seja informada mais de uma atividade para o cadastro, o período inicial e final de vigência de cada atividade, atividade principal.
102. Conter Cadastro dos Contadores e sua associação ao Cadastro Mobiliário, devendo o cadastro de contadores ser baseado no Cadastro Único de Contribuintes.
103. Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços de localização e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro mobiliário.
104. Permitir a associação do Cadastro Mobiliário ao Cadastro Técnico Imobiliário do local do estabelecimento.
105. Conter Cadastro de Enquadramento no Simples Nacional, permitindo informar o período de início e fim do enquadramento, mantendo o histórico dos períodos anteriores.
106. Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo.
107. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro mobiliário.
108. Cadastro dos Sócios, que deverá estar contido no Cadastro Único de Contribuintes, podendo registrar o período de início e fim de sua vigência.
109. Conter Cadastro de Atividades diversas para configuração de lançamentos dos tributos e taxas do mobiliário (ISS Fixo, Taxa de Licença, Ocupação Solo, Publicidades, Etc.) associados ao Cadastro Mobiliário, permitindo informar valores, quantidade e alíquotas e o período sua vigência para cálculos proporcionais.
110. Conter uma tela para visualização de registro dos Movimentos Econômicos de prestadores de serviços contendo: Valor do Movimento Econômico da Empresa, Exercício e Mês de Competência, Valor das Deduções, valor do imposto e o tipo de declaração (Declarado, Fiscalizado, Sem Movimento, Etc.).
111. Conter Cadastro de Táxi contendo no mínimo as informações de: CNH, Condutor (vinculado ao cadastro de contribuintes), CPF, Chassis, decreto de permissão, Ano de Fabricação e dados do taxímetro.
112. Conter Cadastro de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) contendo minimamente dados da gráfica, Datas de emissão, pedido e validade, faixa de notas liberadas e série.
113. Conter Cadastro que permita registrar as Isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do Cadastro Mobiliário, contendo o tipo de isenção e prazo de duração para ser utilizado no cálculo das taxas e impostos.
114. Conter Cadastro de Horário permitindo informar os horários de funcionamento normais e os adicionais.
115. Conter Cadastro de Anúncios para os lançamentos de Taxas de Publicidade.



223

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

116. Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.
117. Conter rotina para os cálculos e lançamentos dos Tributos de ISS, Taxas de licença, Ocupação de Solo Etc., possibilitando o lançamento geral ou parcial, permitindo ao usuário os cadastros e selecionar os registros a serem calculados. Os cálculos deverão levar em consideração períodos proporcionais incompletos conforme a Data de Início de Atividade, isenções, reduções e descontos.
118. Conter rotina para o lançamento de ISS para prestadores de serviços com as parcelas sem valor de lançamento, referente às 12 competências do ano, considerando sempre a proporcionalidade da Data de Início de Atividade, que deverão ter seus valores atualizados conforme a declaração no sistema de ISSQN online.
119. Conter rotina para exportar os lançamentos de Tributos e Taxas do Mobiliário em formato texto para emissão das carnes em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados.
120. Conter Cadastro de Alvarás abrangendo todos os tipos de alvarás (Mobiliário, Imobiliário, Obras, Etc.). O sistema deve permitir que um usuário treinado da prefeitura possa ajustar o layout dos alvarás conforme necessidade de cada setor.
121. Conter rotina para a emissão coletiva Geral ou parcial de carnês de tributos lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados a partir de filtros do cadastro ou do lançamento e informar a ordenação que deverá ser impresso, e possibilitando a impressão em formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/PIX.
122. Conter rotina para geração de Certidões (Negativa de débitos, Positiva de débitos, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Valor Venal, Etc.), e emissão da certidão conforme o contexto. Deverá ter críticas para as validações das certidões, não poderá gerar uma certidão negativa quando houver débito vencido, nos casos que tenha débitos parcelados em dia, deverá ser gerado Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Etc.

AUTO DE INFRAÇÃO

123. Conter rotina para o Cadastro de Notificações e geração automática de Auto de Infração respectiva quando a notificação não for atendida, registrar ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.) e Impressão de Ficha de Notificação. O lançamento de uma notificação deve permitir a seleção de um ou mais dispositivos legais infringidos para lançamento em um único débito. O sistema deve permitir lançamento de notificações para qualquer tipo de cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou diretamente para o Contribuinte).
124. Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento de notificação.
125. O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento da notificação, ela seja alterada apenas se for reaberta para edição por um usuário com permissão específica para liberar a notificação para edição.
126. O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais a notificação e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.
127. Conter rotina de armazenamento de históricos manuais digitados pelo usuário contendo minimamente campos de data, histórico, processo e usuário. Este histórico ficará disponível para consulta durante a visualização ou edição de uma notificação.



224

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

128. Conter rotina para o lançamento de Auto de Infração diretamente para os casos onde não cabe notificação prévia e a devida geração automática da guia de recolhimento, emissão de documento de arrecadação em formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, ambos com código de barras e QR-Code/PIX. O lançamento de autos deve permitir também a seleção de uma ou mais dispositivos legais infringidos, emissão do Auto de Infração e registro de ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.)
129. Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento do auto de infração.
130. O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento do auto de infração, ele seja alterado apenas se for reaberto para edição por um usuário com permissão específica para liberar o auto para edição.
131. O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais ao auto de infração e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.

PARÂMETROS E CONFIGURAÇÕES

132. Conter Cadastro de Parâmetros para a montagem do código de barras dos documentos de arrecadação de forma que o usuário gestor possa parametrizar qual o banco, conta e tipo de convênio será utilizado para pagamento dos documentos emitidos.
133. Conter cadastro de departamento, onde serão vinculados os usuários de cada departamento, os preços públicos, os alvarás, as certidões e os tipos de infrações que os usuários do departamento poderão lançar.
134. Conter Cadastro de Índices de atualização monetária, permitindo registrar qualquer índice de correção ou moeda que a prefeitura tenha necessidade.
135. Conter Cadastro que permita registrar as assinaturas digitalizadas de funcionários responsáveis para emissão de documentos e que possam ser modificados pelos usuários gestor da prefeitura conforme sua necessidade.
136. Conter Cadastro de configuração dos cálculos de correção, juros, multa, descontos e honorários advocatícios, utilizados para as atualizações dos débitos municipais conforme descrito código tributário do município.
137. Conter Cadastro de Parâmetros e rotinas para programas de refinanciamento fiscal de débitos vencidos (REFIS), contendo no mínimo: Período de vigência do programa, período dos vencimentos dos débitos, percentuais de isenções para os valores de correção, juros, multa e honorários advocatícios, definição de quais rubricas poderão entrar no programa de revisão fiscal, valores mínimos para lançamento de parcelas em caso de parcelamento, limite de parcelas para casos de parcelamento e quais situações de cobrança de débitos este REFIS será aplicado (Divida corrente, ativa ou judicial).
138. Conter Cadastro de condições de lançamentos de débitos em mais de uma parcela onde o usuário poderá configurar em até quantas parcelas o débito será lançado, junto com seu valor mínimo, bem como em casos de pagamento em cota única, definir também quantas cotas serão lançadas e o fator de desconto para cada cota única.
139. Conter Cadastro de configuração de lançamentos que permita ao usuário gestor configurar os procedimentos de lançamentos de tributos contendo no mínimo os seguintes campos: Exercício de lançamento, parâmetros de vencimentos, as rubricas que compõem o lançamento, valor mínimo do lançamento, a moeda utilizada para indexação do cálculo, a possibilidade de configurar se o sistema deve ou não recalculer sempre os débitos lançados, possibilidade de lançar valores



225

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

zerados e a data do efetivo lançamento. Garantir também que seja possível definir quais são os departamentos que podem realizar o lançamento de débitos desta configuração. Conter a possibilidade de cadastrar características específicas deste lançamento que o usuário pode preencher durante o lançamento deste tipo de débito e que serão armazenados junto com cada lançamento para detalhamento do cálculo realizado. Permitir que o usuário vincule as fundamentações legais de lançamento de cada rubrica para utilização em certidões de dívida ativa.

140. Conter Cadastro de fórmulas de cálculo por rubricas de utilizadas no lançamento, que permitirá ao usuário gestor treinado pela empresa a flexibilidade para configurar os cálculos dos valores lançados no sistema.
141. Conter configuração de integração com o sistema contábil diretamente no cadastro das rubricas. Permitindo ao usuário configurar quais contas de receita serão integradas para cada tipo de lançamento anualmente (Valores originais, multa, juros, correção e dívida ativa). Esta funcionalidade deve conter uma rotina para replicar as configurações de integração com a contabilidade de um exercício para outro, a fim de evitar redigitação manual anualmente.
142. Conter rotina que permita ao usuário gestor criar procedimento para exportação de qualquer informação da base de dados via arquivo texto.
143. Conter rotina que permita o cadastro de outros devedores co-responsáveis aos débitos de um cadastro.
144. Conter rotina de cadastro de textos padrões que será utilizado pelo gestor da prefeitura para ajustar textos fixos utilizados em relatórios, boletos e certidões.
145. Conter Cadastro de dias úteis e não úteis bancários a serem utilizados pelas rotinas de baixas.
146. Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um contribuinte excluído erroneamente no sistema.
147. Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um cadastro de CEP excluído erroneamente no sistema.
148. Conter rotina de auditoria das ações do sistema, onde o auditor poderá marcar cada auditoria como já avaliada e consultar as origens de cada auditoria gerada pelo sistema, permitindo ao auditor uma avaliação completa do lançamento ou alteração realizada pelo usuário.
149. Permitir a emissão de guias de arrecadação com código e barras e QR-Code PIX, contendo parâmetros para devida configuração do convênio estabelecido entre a Prefeitura e o Banco.

TESOURARIA

150. As rotinas de baixas de tributos (financeiras) deverão assegurar que: em casos de baixas de Documentos com valor a menor, o saldo deverá conste como débito ainda em aberto. Quando a parcela paga for a ÚNICA paga após o vencimento (em caso de desconto) ou com valor a menor, as demais parcelas deverão ser baixas proporcionalmente ao pagamento da única, restando também saldo em aberto. Documentos baixados com valor a maior, o saldo deverá ser armazenado e classificado em conta contábil diferente facilitando a localização e restituição desses créditos quando solicitado.
151. Conter rotina para recepção de arquivo dos agentes arrecadadores com a arrecadação de tributos para efetuar as baixas de forma automática, fazer apontamento e emissão de relatório das inconsistências encontradas, emitir relatório com a classificação das receitas recebidas e a extração de arquivo para envio à contabilidade.



226

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

152. Possibilitar também a transferência de baixas entre parcelas, quando há erro na autenticação do carnê.
153. Conter rotina para baixa financeira manual de documentos de arrecadação emitidos pela prefeitura, para os casos em que o pagamento dos valores não ocorreram por pagamento via código de barras e emitir relatório com a classificação contábil das rubricas registradas comprovar quais valores serão enviados à contabilidade.
154. Conter rotina para efetuar cancelamentos de tributos por processo autorizado, devendo ser relacionada com um processo administrativo e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.
155. A tarefa deve permitir também o estorno do cancelamento em caso de erro de lançamento, bem como um histórico manual para anotações do usuário com no mínimo os campos: Data, usuário e histórico.
156. O sistema deve apresentar a cada parcela selecionada para baixa, os valores originais, de multa, juros, correção para cada rubrica lançada na parcela.
157. Conter rotina de compensação ou restituição de valores pagos de forma financeira, possibilitando ao usuário informar o valor total a ser compensado, processo administrativo e escolher quais parcelas deverão ser compensadas e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.
158. Esta rotina deve permitir estorno para caso houver alguma falha de lançamento feito pelo usuário.
159. Conter rotina para cancelamento em lote de lançamentos pendentes originados de baixas com valores pagos a menor.
160. Conter rotina para importação dos arquivos DAF607 com as seguintes características:
- 160.1. Manter os registros históricos para consultas posteriores.
 - 160.2. Conter críticas para informações de contribuintes não cadastrados na prefeitura.
 - 160.3. Possibilitar o cadastramento automático de contribuintes ainda não cadastrados para posterior análise do setor de cadastro.
 - 160.4. Gerar automaticamente o lançamento e a baixa para cada registro informado no arquivo e a classificação das receitas contábeis.
161. Conter rotina de transferência de débitos entre contribuintes devedores, contendo informações do cadastro de origem e de destino da transação. Também deve permitir consultar os débitos que o cadastro de origem tem em aberto e selecionar para quais débitos o usuário deseja realizar esta tarefa. Antes de executar a transferência, o sistema deve checar se os débitos já tem CDAs geradas em nome do devedor de origem e caso houver, demonstrar em tela quais são os débitos que tem esta restrição a fim de evitar problemas no processo de cobrança.

DÍVIDA ATIVA

162. Conter rotina para inscrição coletiva ou individual de débitos vencidos e emissão do Livro de Dívida Ativa com páginas numeradas sequencialmente.
163. Conter rotina de geração da Certidão de Dívida Ativa, identificando o responsável, data de inscrição, número do livro, número da folha, número da certidão, tributo inscrito valor original e a fundamentação legal do lançamento do tributo e suas atualizações. A rotina deve permitir impressão da CDA bem como a sua customização por um usuário capacitado pela empresa para realizar tais alterações em ferramenta disponibilizada pela contratada. Conter rotina de crítica de CDA's, onde o sistema deve apresentar quais CDA's tiveram alteração



227

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

de valor devido e alteração de responsável pelo débito. Neste caso, permitir também que o usuário faça a atualização ou substituição da CDA conforme necessidade da prefeitura.

164. Conter rotina para a geração e acompanhamento do processo administrativo de execução fiscal, contendo uma ou mais certidões do contribuinte, a emissão da petição inicial, citação e as certidões de dívida do processo. A geração deve permitir que o usuário filtre os débitos que deseja gerar processo para ajuizamento por no mínimo as seguintes informações: Tipo de Cadastro (Contribuinte, mobiliário ou imobiliário), faixa de inscrições, faixa de exercícios, faixa de valores e filtro de tributos que deseja-se ajuizar.
165. Conter rotina para o parcelamento e refinanciamento dos lançamentos vencidos e inscritos em dívida ativa com as seguintes características:
- 165.1. Permitir a escolha de um programa de refinanciamento de débito vigente na prefeitura.
 - 165.2. Permitir associar o parcelamento a um processo administrativo.
 - 165.3. Registrar e manter histórico dos débitos e suas atualizações que compõem a origem do parcelamento.
 - 165.4. Permitir informar a quantidade de parcelas para o parcelamento, desde que considerado a quantidade mínima prevista para o programa de refinanciamento enquadrado.
 - 165.5. Emitir Termo de confissão de dívida conforme legislação vigente.
 - 165.6. Emitir Carnê com as parcelas do parcelamento, em formulário A4 com três lâminas por folha e formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, código de barras e QR-Code/PIX.
 - 165.7. Emitir Relatório de Ficha Técnica do Parcelamento contendo os dados dos responsáveis, dos débitos de origem do parcelamento e das parcelas do parcelamento.
 - 165.8. O sistema deve conter rotina para acompanhamento do parcelamento onde será demonstrado quais parcelas das origens estão sendo pagas a cada pagamento de uma parcela do parcelamento.
166. Conter rotina para o cancelamento de parcelamentos com a quantidade de parcelas vendidas e não pagas definida pela lei municipal, de forma individual e coletiva. Os valores pagos deverão ser compensados nas parcelas de origem do parcelamento, considerando a ordem cronológica, quitando do débito mais antigo para o mais atual.
167. Conter rotina para registrar as despesas processuais (Diligências, Postagem. Etc.) da execução fiscal, inserindo automaticamente na conta-corrente do contribuinte.

PREÇOS PÚBLICOS

168. Conter cadastro de Preços Públicos e rotina para lançamento de Taxas Diversas identificando o contribuinte, data de emissão, contendo um ou mais preços públicos e a emissão de documento de arrecadação demonstrando a relação dos preços públicos associados e documento no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação para recolhimento na rede bancária com código de barras e QR-Code/PIX. Em um mesmo lançamento o sistema deve possibilitar a inclusão de vários preços públicos para geração de uma única guia. Ao selecionar um preço público, o usuário poderá informar uma quantidade multiplicadora e até mesmo definir o valor do preço público manualmente. Uma vez lançada a guia referente à taxa diversa, o sistema deve bloquear a alteração de qualquer informação do preço público e apenas permitir sua alteração caso um usuário com permissão especial para isso libere a taxa diversa para edição.

SERVIÇOS ON-LINE



228

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

169. Conter rotina para consulta de débitos imobiliários e Mobiliários em aberto apresentando ao contribuinte os valores Originais, Correção, Juros, Multas, Descontos e Honorários Advocatícios, possibilitando-o a selecionar os registros para a emissão de documento de arrecadação demonstrando os débitos selecionados. Disponibilizar também rotina para geração de extrato (PDF) de débitos abertos selecionados na consulta citada neste item.
170. Conter rotina para geração e emissão de certidões como: Certidão Negativa de Débito, Certidão Positiva de Débito, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Certidão Negativa de Débito para o Documento (CNPJ ou CPF) e Certidão de Valores Venais Imobiliários, Certidão de Comprovação de Área Construída do Imóvel, Certidão de Comprovação de Lançamento de IPTU. Também deve conter rotina para validar a autenticidade de todas as certidões emitidas.
171. Permitir ao contribuinte a emissão de Boletim Cadastral Imobiliário.
172. Emissão de segunda via de Carne de IPTU, ISS e Taxas.
173. Emissão de segunda via de Carne de Parcelamento de Débito.
174. Conter rotina onde o contribuinte possa solicitar uma atualização de endereço de entrega para o cadastro mobiliário e imobiliário.
175. Conter cadastro de contribuintes que não estão domiciliados neste município. A efetivação do cadastro deve depender de uma avaliação e aprovação de usuário da prefeitura que validará as informações e realizará o deferimento ou indeferimento do cadastro.
176. Possuir rotina de parcelamento WEB, com acesso ao contribuinte.

PROTESTO

1. O módulo deve ser disponibilizado em ambiente web e permitir acesso por navegadores padrões de mercado, tais como Mozilla Firefox, Chrome e Internet Explorer.
 2. Conter tela para Busca de CDAS a Protestar, permitindo que os dados sejam filtrados por:
 - 2.1. Nº do Cadastro;
 - 2.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
 - 2.3. Exercício de Inscrição em Dívida Ativa
 - 2.4. Código de Registro de Contribuinte
 - 2.5. Descrição do Tributo
 - 2.6. Valor do Débito
 - 2.7. CPF/CNPJ
- Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.
3. Conter rotina para criticar as CDA's selecionadas de acordo com as seguintes regras:
 - 3.1. Certidão pertence ao Ajuizamento
 - 3.2. Certidão sem débito em aberto.
 - 3.3. Certidão não tem fundamentação.
 - 3.4. O cadastro não possui dados de endereço.
 - 3.5. O cadastro não possui informação no campo Nome.
 - 3.6. O cadastro não possui informação completa no endereço de correspondência
 - 3.7. O cadastro não possui informação no campo Bairro do endereço de correspondência
 - 3.8. O cadastro não possui informação no campo Cidade do endereço de correspondência
 - 3.9. O cadastro não possui informação no campo Estado do endereço de correspondência
 - 3.10. O cadastro não possui informação no campo CEP do endereço de correspondência
 - 3.11. O cadastro possui informação inválida no campo CEP do endereço de correspondência
 - 3.12. O cadastro não possui informação válida no campo Número
 - 3.13. O cadastro não possui informação no campo CNPJ/CPF.



22a

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 3.14. O cadastro não possui informação válida no campo CNPJ/CPF.
- 3.15. O cadastro não tem dados de endereço.
- 3.16. Certidão não pode ser protestada, pois o seu Estado não coincide com o Estado da Prefeitura.
- 3.17. Certidão não pode ser protestada, pois o endereço de entrega não pertence ao município
4. Conter a opção de criação de lista de distribuição para armazenamento das CDAs selecionadas e criticadas, permitindo a criação de protestos e remessas por lote posteriormente a partir da lista de distribuição.
5. Conter opção de geração imediata dos protestos e remessas das CDAs selecionadas sem antes criar lista de distribuição.
6. O envio de arquivos de remessa deverá ser efetuado por Webservice, utilizando integração com a Central de Remessa de Arquivos – CRA.
7. Conter funcionalidade para assinatura digital automática dos Documentos de Arrecadação Municipal e Certidão de Dívida Ativas enviadas junto aos arquivos de remessa por meio dos certificados A3 ou A1.

Esta funcionalidade deverá ser executada no momento do envio do arquivo.

8. Conter tela de consulta dos protestos enviados utilizando filtros:
 - 8.1. Nº do Cadastro
 - 8.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
 - 8.3. Situação do Protesto (Protestado, Pago, Retirado, Devolvido por Irregularidade, Anuência Confirmada em Cartório e Protesto Cancelado)
 - 8.4. Código de Registro de Contribuinte
 - 8.5. Data do Protesto
 - 8.6. Nº da Remessa
 - 8.7. Data do Protocolo
 - 8.8. Nº de Protocolo
 - 8.9. Código do Cartório
 - 8.10. Saldo do Protesto
 - 8.11. CPF/CNPJ

Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.

9. Conter funcionalidade para que os arquivos de confirmação e retorno sejam solicitados, recebidos e processados de forma automática pelo sistema diariamente.

10. O sistema deve disponibilizar para o usuário um histórico das ocorrências relacionadas às remessas, bem como o usuário que a realizou, horário da ocorrência e arquivo enviado ou recebido para:
 - 10.1. Envio do Arquivo de Remessa à Central de Remessa de Arquivos – CRA
 - 10.2. Recibo do Envio do Arquivo de Remessa pelo CRA
 - 10.3. Solicitação de Arquivo de Confirmação
 - 10.4. Recebimento do Arquivo de Confirmação
 - 10.5. Solicitação de Arquivo de Retorno
 - 10.6. Recebimento do Arquivo de Retorno
 - 10.7. Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência
 - 10.8. Recibo do Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência pelo CRA
11. Conter funcionalidade para envio em lote dos cancelamentos e desistências dos protestos.
12. O sistema deverá definir o tipo de envio (cancelamento ou desistência) automaticamente pela situação do protesto no momento do envio.



230

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Caso o(s) protesto(s) selecionado(s) possua(m) a situação Processado, o sistema irá definir o tipo de envio como desistência, e caso a situação seja Protestado o tipo de envio será definido pelo sistema como cancelamento.

Para o envio de cancelamento, o sistema deve apresentar a opção de o usuário selecionar o motivo do cancelamento, tais como Remessa Indevida (Quando o protesto foi enviado indevidamente) ou Débito Regularizado (Quando o protesto foi devolvido pelo cartório e negociado posteriormente pela Prefeitura e representa a anuência do título).

Para os envios de cancelamento por remessa indevida ou desistência dos protestos, o sistema deve possibilitar que o usuário descreva o motivo pelo qual o protesto foi cancelado para que seja registrado no sistema.

13. Tela para consulta dos cancelamentos enviados para os protestos utilizando filtros:
 - 13.1. Nº do Cadastro
 - 13.2. Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte)
 - 13.3. Situação do Protesto
 - 13.4. Código de Registro de Contribuinte
 - 13.5. Data do Protesto
 - 13.6. Nº da Remessa
 - 13.7. Data do Protocolo
 - 13.8. Nº de Protocolo
 - 13.9. Código do Cartório
 - 13.10. Saldo do Protesto
 - 13.11. CPF/CNPJ.

Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.

14. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de quitação do débito pela Prefeitura.

15. Relatório contendo lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de parcelamento do débito pela Prefeitura, desde que haja pagamento respeitando a regra imposta pela Prefeitura.

16. Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de cancelamento do débito pela Prefeitura.

17. Relatório contendo a lista dos protestos pagos na Prefeitura ou Cartório por período, bem como a quantidade total e valor total pagos.

18. Relatório contendo a lista de protestos devolvidos por irregularidade.

19. Relatório contendo a lista de cancelamentos enviados por tipo de envio.

20. Relatório contendo a lista de débitos protestados por faixa de valor.

21. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade e valor total dos protestos enviados e pagos na Prefeitura por período.

22. Relatório gráfico do comparativo, entre a quantidade e valor total protestos enviados e pagos no Cartório por período.

23. Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade de protestos enviados e devolvidos por período.

24. Relatório gráfico do comparativo quantidade de protestos por situação dos protestos enviados para o período.

25. Relatório gráfico do comparativo entre os tipos de cancelamentos enviados por período.

PETICIONAMENTO ELETRÔNICO



231

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1. Possuir ferramenta de gerenciamento que permite efetiva organização e controle da distribuição de processos entre os procuradores, através da integração via WEBSERVICE junto ao Tribunal de Justiça.
2. Possuir ferramenta que possibilite a identificação dos processos que não possuem distribuição eletrônica permitindo a emissão das Petições e CDA em formato PDF para impressão e distribuição física.
3. Possuir o controle das informações do processo de execução fiscal contendo informações da(s) parte(s), documentos, localização do contribuinte, dados da CDA, tributos e valor original.
4. Possuir registro dos procuradores do município para controle e gerenciamento possibilitando a associação no respectivo processo.
5. Possuir ferramenta que permita efetuar o registro do protocolo do processo de execução fiscal, via integração WEBSERVICE e dos dados de envio e retorno da integração, com assinatura do procurador e seu respectivo certificado digital, associado com a assinatura digital da Prefeitura, para envio ao Tribunal de Justiça.
6. Possuir ferramenta que permita obter, através do registro do protocolo enviado através da integração WEBSERVICE, o número do processo unificado para efetiva distribuição judicial com as informações de data de distribuição e a vara.
7. Possuir ferramenta de leitura das intimações eletrônicas enviadas pelo sistema de integração WEBSERVICE, associado a cada processo.
8. Possuir ferramenta que, quando selecionado, possibilite a geração da ciência da intimação.
9. Conter rotina diária para identificar e alertar os processos cujos débitos foram quitados, parcelados ou suspensos, para as devidas petições junto ao Fórum.
10. Possuir controle de agendamento por procurador, com a visualização de prazos geradas de acordo com a intimações do processo de execução fiscal, individualizada e associada automaticamente ao respectivo processo e demais agendamentos necessários para o acompanhamento do processo.
11. Possuir aplicativo para identificação atualizada dos tributos que compõem a CDA do processo com emissão de demonstrativo dos débitos atualizados e emissão de guias bancárias para quitação da dívida, padrão Febraban definido para emissão do documento.
12. Possuir ferramenta que permita a inclusão das despesas processuais e/ou honorários advocatícios, para cada processo individualmente, gerando lançamento respectivo no cadastro fiscal do devedor, com o objetivo de ressarcir ao erário público.
13. Conter módulo de editor de textos, compatível com padrão RTF ou similar, possibilitando a integração com o sistema para utilização das petições previamente cadastradas, sendo a inicial ou diversas.
14. Possuir configuração de petições e documentos de maneira a possibilitar a assinalação no registro, da realização de ato processual de suspensão, sobrestamento e extinção do feito quando o ato processual o exigir.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1- CONTROLES GERAIS:

- 1.1. Controlar o acesso do usuário ao sistema por Unidade Gestora, podendo o mesmo acessar somente uma ou várias delas;
- 1.2. Permitir o gerenciamento de rotinas, módulos e tarefas por usuário controlando o nível de acesso que pode ser de consulta ou inclusão e manutenção de dados;
- 1.3. Disponibilizar recurso de dupla custódia utilizando o conceito de usuário autorizador, em qualquer rotina, selecionada a critério do usuário;



202

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.4. Efetuar o controle de máscaras pré-definidas para os códigos de planos de contas, sem delimitação de níveis ou quantidade de dígitos, gerenciadas de forma independente por exercício;
- 1.5. Visualização dos planos de contas de receita, despesa e contábil em modo hierárquico;
- 1.6. Mesmo sem o encerramento contábil do mês ou exercício anterior, permitir a execução de lançamentos em mês posterior, sem afetar a consistência dos dados e atualizando saldos;
- 1.7. Possibilidade gerenciamento de datas dos últimos lançamentos das rotinas de receita, despesa e financeiro, sendo que nas operações de inserção a última data de cada rotina deve ser carregada, porém permitindo que a mesma pode ser alterada;
- 1.8. Ainda sobre o gerenciamento do item 1.7, permitir parametrização para Avisar ou Bloquear lançamentos com data inferior à do último lançamento efetuado;
- 1.9. Possibilitar a consulta em cada rotina, de saldo até a data do lançamento;
- 1.10. Permitir que a emissão dos relatórios seja realizada de forma Consolidada ou individual por Unidade Gestora, trazendo no cabeçalho informações que permitam a identificação do Órgão ou Unidade Gestora responsável, tendo no mínimo o nome e brasão;
- 1.11. Permitir que os relatórios sejam emitidos em intervalos de período variados, podendo ser em dias específicos, intervalos de dias, meses ou de exercícios anteriores;
- 1.12. Possibilitar que sejam definidas para cada relatório assinaturas individualizadas em cada exercício de forma independente, podendo ser por Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária;
- 1.13. Permitir que o usuário mude de uma unidade gestora e de exercício sem ter que realizar um novo login no sistema;

2 – PLANO PLURIANUAL

- 2.1. Permitir configurar o nível de detalhamento em que o PPA será elaborado. As informações de 'Unidade Executora', 'Função / Subfunção', 'Ação' e 'Fonte de Recurso' poderão ou não ser solicitadas no PPA conforme parametrização individual de cada informação;
- 2.2. Possuir cadastros básicos de suporte às rotinas do PPA como os cadastros de: Natureza da Receita, Função e Subfunção Programática, Natureza da Despesa, Unidade Orçamentária e Vínculo/Fonte de Recurso;
- 2.3. Possuir cadastro de Programas contendo a unidade responsável, o objetivo, a justificativa, o coordenador, prioridade, se é exclusivo de uma LDO, data de início e término, a possível restrição para a conclusão do mesmo, o status (original, inclusões), público alvo e horizonte temporal;
- 2.4. Possuir cadastro de Ações contendo o eixo de desenvolvimento, objetivo do milênio, prioridade, unidade responsável, horizonte temporal, produto, indicador, data de aferição, unidade de medida, índice recente e futuro do indicador;
- 2.5. Possuir cadastro de Indicadores de programas permitindo o gerenciamento de metas para cada ano do PPA. Deverá possuir no mínimo unidade, índice recente, índice futuro, produto, metodologia de cálculo e base geográfica;
- 2.6. Permitir o cadastro das fontes de financiamento do PPA estimadas para os 04 anos com possibilidade de inclusão de novas fontes (inclusões) e alterações nas fontes já lançadas após a aprovação da peça original;
- 2.7. Permitir o cadastro da Despesa do PPA prevista para os 04 anos informando metas físicas e financeiras de cada ação com possibilidade de inclusão de novas despesas (inclusões) e alterações nas despesas já lançadas após a aprovação da peça original;
- 2.8. Permitir que as inclusões e alterações na despesa do PPA original possam ser aprovadas individualmente ou em lote informando número, data e publicação da legislação que as autorizou;



233

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.9. Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da receita através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;
- 2.10. Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da despesa através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;
- 2.11. Permitir a criação de simulações do planejamento da despesa, inclusive com a possibilidade emissão dos relatórios baseados nos dados de simulação;
- 2.12. Permitir que as simulações do planejamento possam ser armazenadas e posteriormente restauradas a critério do usuário;
- 2.13. Emissão de Anexo I – Fontes de Financiamento dos Programas;
- 2.14. Emissão de Anexo II – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos;
- 2.15. Emissão de Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
- 2.16. Emissão de Anexo IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras;
- 2.17. Emissão de Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício;
- 2.18. Emissão de Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
- 2.19. Emissão de Quadro de Detalhamento – Programas Governamentais;
- 2.20. Emissão de relatório de Programas e seus Respective Indicadores;
- 2.21. Geração e emissão dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais de acordo com a 7ª Edição dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

3- ELABORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 3.1. Permitir que para um novo PPA possam ser importadas, a partir de planejamentos anteriores, as informações de receita e/ou despesa;
- 3.2. Possibilitar a importação dos dados da LOA de um exercício anterior informado pelo usuário para a geração dos dados da LOA de exercício futuro;
- 3.3. Permitir a definição da proposta orçamentária da receita, individualizada por Unidade Gestora e contendo Natureza da Receita, Vínculo e Tipo de Receita (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);
- 3.4. Permitir que em cada classificação da receita da LOA, mais de um vínculo possa ser relacionado;
- 3.5. Permitir a definição da proposta orçamentária da despesa, individualizada por Unidade Gestora e contendo Unidade Orçamentária, Natureza de Despesa, Classificação Funcional, Vínculo e Tipo de Despesa (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);
- 3.6. Permitir que a critério do órgão, ao elaborar a proposta orçamentária, divergências de valores entre ela e as peças PPA e LDO sejam regularizadas automaticamente.
- 3.7. Possibilitar a emissão dos relatórios relativos à proposta orçamentária de forma individualizada por Unidade Gestora ou de forma Consolidada;
- 3.8. Emissão de Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- 3.9. Emissão de Anexo 2 – Resumo Geral da Receita;
- 3.10. Emissão de Anexo 2 – Natureza da Despesa;
- 3.11. Emissão de Anexo 2 – Consolidação da Despesa por Órgão;
- 3.12. Emissão de Anexo 2 – Consolidação Geral da Despesa;
- 3.13. Emissão de Anexo 6 – Programa de Trabalho;
- 3.14. Emissão de Anexo 7 – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais;



234

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 3.15. Emissão de Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os Recursos;
- 3.16. Emissão de Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- 3.17. Emissão de Especificação da Receita por Fontes e Legislação;
- 3.18. Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Receita;
- 3.19. Emissão de Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;
- 3.20. Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Despesa;
- 3.21. Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD);
- 3.22. Emissão de Orçamento da Seguridade Social;
- 3.23. Permitir a criação de novos créditos Especiais ou Extraordinários, não contemplados nas peças de planejamento originais, com a devida autorização legal;
- 3.24. Permitir que a criação desse novo crédito possa, a critério do usuário, atualizar as peças PPA e LDO, inclusive com a possibilidade de aprovação dessas alterações com legislação diferente da que criou os novos créditos;

4- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- 4.1. Permitir a realização de controle no cadastro de fornecedores para permitir ou não a inclusão de fornecedores com CNPJ/CPF duplicado e/ou inválido. Sendo que esse cadastro deve conter no mínimo as informações de endereçamento (logradouro, bairro, cidade, estado e CEP), contato (e-mail e telefone) e documentação (CPF, CNPJ, Inscrição Municipal, Inscrição Estadual, Inscrição no INSS e PIS/PASEP);
- 4.2. Para o caso do fornecedor ser um consórcio deverá ser possível informar a área de atuação do mesmo, além de data de encerramento e finalidade.
- 4.3. Permitir unificar cadastro e movimentação de fornecedores com o mesmo número de CNPJ/CPF.
- 4.4. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às dotações de forma geral, por unidade orçamentária, por dotação ou por vínculo;
- 4.5. Permitir que a realização das movimentações de despesa (alteração orçamentária, reserva, empenho, liquidação, ordem bancária e pagamento) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;
- 4.6. Permitir que no cadastro de dotações possam ser inseridos mais de um vínculo para cada dotação;
- 4.7. Possuir cadastro de modelos padronizados de impressão de minutas de decretos e projetos de lei, sendo que ao emití-la deverá ser possível a seleção do modelo;
- 4.8. Permitir gerar Minuta de Decreto de alteração orçamentária a ser enviada ao Legislativo. Após a aprovação do mesmo, possibilitar a inclusão automática destas alterações na rotina de alteração orçamentária;
- 4.9. Possuir no cadastro de alterações orçamentárias informações do tipo de autorização (lei, decreto, portaria e ato), do tipo de alteração (suplementação e anulação) e do valor por recurso empregado;
- 4.10. No cadastro de alteração orçamentária, quando se referir a abertura de Créditos Adicionais, não permitir a finalização deste procedimento sem a informação da legislação que autorizou;
- 4.11. Possuir controle para possibilitar nos casos de alteração orçamentária por redução orçamentária que seja informada as dotações que receberão os recursos;
- 4.12. Permitir o controle de limites da autorização legal para criação de créditos adicionais e operações de Remanejamento, Transposição ou Transferência de acordo com percentual definido pelo usuário, observando critérios definidos na LOA ou na LDO;



235

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.13. Permitir que o usuário defina os conceitos de Remanejamento, Transposição e Transferência e que a partir desses conceitos, o sistema identifique automaticamente essas operações ao cadastrar alterações orçamentárias
- 4.14. Permitir que o usuário configure o comportamento do sistema ao ultrapassar os limites definidos no item 4.12, se a operação deve ser bloqueada ou se deverá apenas emitir um alerta.
- 4.15. Permitir a atualização do PPA e LDO a partir das alterações orçamentárias lançadas na LOA;
- 4.16. Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados em reservas e empenhos;
- 4.17. Permitir o gerenciamento de numeração de documentos de forma individualizada por Unidade Gestora e exercício para as rotinas de: reserva, anulação de reserva, empenho, anulação de empenho, liquidação, anulação de liquidação e ordem bancária, sendo que a numeração de empenho e liquidação extraorçamentários deve ser independente das movimentações orçamentárias;
- 4.18. Possibilitar a realização de complemento ou anulação de reserva de dotação orçamentária;
- 4.19. Integração entre as rotinas de reserva e empenho permitindo a transferência automática de dados relativos a reserva para o empenho. Permitir através de configuração, que o histórico lançado na reserva seja transferida automaticamente para o registro de empenho;
- 4.20. Permitir informar os dados do processo licitatório (modalidade, número do processo, exercício, causa da dispensa ou inexigibilidade) na inclusão do empenho;
- 4.21. Permitir o controle da execução orçamentária através de estrutura de eventos\centros de custos estruturados de forma hierárquica;
- 4.22. Permitir o controle da execução orçamentária por fontes de recursos gerenciais;
- 4.23. Utilização do empenho para controle do comprometimento de créditos orçamentários, permitindo sua anulação total ou parcial;
- 4.24. Possuir rotina que permita ao usuário na inclusão do empenho determinar se a despesa orçamentária executada será ou não considerada na geração do arquivo da DIRF, podendo esta informação ser alterada nas rotinas de pagamento ou ordem bancária conforme necessário;
- 4.25. Permitir a movimentação e controle de empenhos de restos a pagar em exercícios futuros ao seu exercício de origem em base única e respeitando sua numeração e classificação da despesa originais;
- 4.26. Permitir a realização de liquidação total ou parcial dos empenhos e da mesma forma a anulação total ou parcial das liquidações;
- 4.27. Permitir através de configuração, que o histórico lançado no empenho seja transferida automaticamente para o registro de liquidação;
- 4.28. Possuir rotina para cadastramento de descontos individualizado por Unidade Gestora, onde os mesmos serão vinculados a rubricas de receita, sendo também possível definir a rotina em que serão gerados de forma automática (empenho, liquidação ou pagamento) e se houver apropriação, a rotina em que isto ocorrerá (liquidação ou pagamento);
- 4.29. Possuir rotina para o cadastramento de serviços que serão associados a descontos, individualizado por Unidade Gestora, permitindo definição do percentual de desconto a ser calculado e a associação de mais de um desconto por serviço;
- 4.30. Possuir rotina que permita ao usuário selecionar qual tipo de dotação utilizada no pagamento (orçamentária, extraorçamentária, restos a pagar de outros exercícios ou todas) e qual o tipo de desconto (orçamentário, extraorçamentário ou ambos) serão lançados de forma automática no movimento de receita;
- 4.31. Possuir rotina para correta apuração de INSS a ser retido de pessoas físicas de acordo com cadastro de retenções em outras fontes para o fornecedor;



236

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.32. Permitir a emissão de guias padronizadas de INSS, IRRF e ISS a partir das retenções realizadas nas rotinas de liquidação, ordem bancária e pagamento. As guias de IRRF e ISS poderão ser geradas com código de barras (FEBRABAN) ou certificadas contabilmente;
- 4.33. Permitir a integração com Sistema de Administração de Pessoal / Recursos Humanos para a geração automática de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos;
- 4.34. Permitir que a geração da movimentação do item 4.33 seja feita por fonte de recurso;
- 4.35. Possuir relatório para conferência prévia dos lançamentos a serem gerados na integração citada no item 4.33, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da despesa antes da realização de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos oriundos da mesma;
- 4.36. Permitir a integração com Sistema de Administração de Materiais e Compras para a geração automática de reservas, empenhos e liquidações;
- 4.37. Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde podem ser relacionadas uma ou mais liquidações;
- 4.38. Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde as liquidações são inseridas automaticamente a partir de filtros diversos definidos pelo usuário;
- 4.39. Permitir a anulação total ou parcial de ordens bancárias;
- 4.40. Efetuar a partir de ordem bancária a geração de arquivos em formato determinado pelo banco (OBN601 ou CNAB240) contendo registros para pagamentos em meio eletrônico e com número de remessa dos mesmos gerados de forma independente por Unidade Gestora;
- 4.41. Permitir a realização de pagamento de empenhos e liquidações através de ordem bancária ou pagamento direto, realizando o controle de saldos dos empenhos e liquidações já vinculados a alguma(s) destas formas de pagamento;
- 4.42. Efetuar controle para não permitir o pagamento de liquidação com data de vencimento superior à data de pagamento;
- 4.43. Possuir rotina para gerenciamento de quebra de ordem cronológica de pagamentos, com validação e justificativa de registros que incorreram na quebra através de dupla custódia e log de ocorrências para consulta.
- 4.44. Permitir indicar quais naturezas da despesa devem controlar a ordem cronológica de pagamentos.
- 4.45. Permitir excluir uma liquidação que inicialmente deveria entrar no controle de ordem cronológica, com registro de autorização de usuário com privilégio superior e justificativa.
- 4.46. Permitir suspender o pagamento de uma liquidação que está no controle de ordem cronológica, caso haja pendência por parte do fornecedor. Não prejudicando o pagamento das demais liquidações que fazem parte do controle de Ordem Cronológica de Pagamento.
- 4.47. Permitir a informação de histórico complementar para identificação nos movimentos de anulação de todas as rotinas da execução orçamentária;
- 4.48. Permitir ao usuário a configuração da anulação automática de movimentos anteriores ao movimento de pagamento quando da anulação de pagamento podendo optar para todos os empenhos ou somente empenhos de adiantamento e podendo anular até o documento de pagamento; liquidação, empenho ou reserva;
- 4.49. Permitir controle para bloquear a alteração do processo administrativo nas rotinas de liquidação, ordem bancária ou pagamento;
- 4.50. Permitir o envio de e-mail contendo a nota de empenho e nota de liquidação ao fornecedor relacionado às mesmas;
- 4.51. Permitir a inserção automática (caneta óptica) ou manual do código de barras quando de liquidação de convênios tais como água, luz e telefone para posterior geração de informação em ordens bancárias nos padrões OBN601 e CNAB240;



237

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.52. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às rubricas de receita de forma geral, por rubrica ou por vínculo;
- 4.53. Permitir que a realização das movimentações de receita (arrecadação, previsão atualizada) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;
- 4.54. Permitir a integração com Sistema de Administração Tributária para a geração automática de arrecadações de tributos;
- 4.55. Possuir relatório para conferência prévia dos registros a serem gerados a partir da integração citada no item 4.54, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da receita antes da realização da mesma;
- 4.56. Permitir controle de receitas vinculadas ao Sistema de Administração Tributária, não permitindo a inclusão e alteração destas receitas através de lançamentos diretos no Sistemas de Contabilidade, sendo possível a movimentação destas receitas somente através da rotina de integração;
- 4.57. Permitir a exclusão de lançamentos de receitas oriundas da integração com o Sistema de Administração Tributária apenas quando selecionado o lote completo;
- 4.58. Permitir que no cadastro de rubricas possam ser inseridos mais de um vínculo para cada rubrica;
- 4.59. Possuir rotina para geração e controle da previsão atualizada da receita do exercício, sendo que para cada rubrica e vínculo deverá ser possível definir o percentual correspondente de cada mês em relação ao total previsto no ano;
- 4.60. Emissão de Previsão Atualizada da Receita contendo os campos data do movimento das previsões, código da receita e sua descrição, vínculo da receita (fonte de recurso), valor arrecadado e valor individualizado das previsões com o histórico, totalizando todos os valores das previsões, arrecadado até a data base e calculando a diferença entre o valor das previsões e o valor arrecadado;
- 4.61. Emissão de Movimento Diário da Receita – Analítico contendo os campos data de registro do lançamento, histórico registrando quando do lançamento, valor do lançamento, número da ficha da receita, sua natureza, descrição e vínculo (fonte de recurso). Deverá ser totalizado por conta bancária, quando existir. Caso não tenha sido registrado pela rede bancária, ou seja, transferência entre receitas, os dados deverão ser impressos no início do relatório. O relatório poderá ser selecionado por período (data), conta bancária, vínculo (fonte de recurso);
- 4.62. Emissão de Balancete da Receita contendo os campos código da natureza da receita e sua descrição, valor da previsão orçamentária, valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referência e o valor da diferença da previsão para o arrecadado até o mês. Deverá totalizar por grupo de contas da receita e o total orçamentário. Deverá emitir para as receitas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, devendo ter os campos valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referência. Deverá conter um totalizador por grupo de contas contábil e um total das receitas extras orçamentárias. Deverá trazer os valores analíticos (saldo) das contas bancárias do exercício anterior e um total geral;
- 4.63. Emissão de Demonstrativo da Receita Arrecadada onde permita selecionar o período e nível hierárquico da receita, contendo os campos descrição da receita, campo com a receita prevista, receita arrecadada no período, receita arrecadada até o período. As colunas dos valores deverão ter um total geral;
- 4.64. Emissão de Movimento da Receita – Extrato contendo os campos código da natureza da receita, descrição e vínculo (fonte de recurso) e descrição; data do registro do lançamento, histórico, valor do lançamento, acumulado no mês e acumulado até o mês; deverá trazer o campo do valor acumulado anterior ao período selecionado. Deverá ter os campos da previsão, arrecadado até o mês selecionado e um saldo que deverá ter o resultado da previsão menos o arrecadado;



238

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.65. Permitir controle de movimentações extraorçamentárias permitindo somente o pagamento de despesas cujos valores foram previamente arrecadados (retidos) ou a arrecadação de receitas cujos valores foram previamente pagos (recolhidos);
- 4.66. Possuir rotina para gerenciamento de concessão de adiantamento a funcionários e prestação de contas do mesmo;
- 4.67. Emissão de Saldo de Dotação com a seleção por período (data de início e fim), e deverá ter os seguintes campos: ordenar por secretaria (unidade orçamentária), classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa, descrição e vínculo (fonte de recurso), detalhando os valores da dotação inicial, a movimentação e o saldo atual;
- 4.68. Emissão de Movimento Alteração Orçamentária contendo os campos período da seleção (data inicial e final), ordenado por Secretaria (Unidade orçamentária), natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e descrição, data do lançamento, tipo da autorização, data da autorização, tipo de movimentação, número e data do decreto e valor da alteração, fonte de recurso utilizado e o valor por recurso;
- 4.69. Emissão de Movimento Alteração Orçamentária por Ato Legal contendo os campos: ordenado por tipo de ato, campos número da autorização, data da autorização, Unidade Orçamentária, códigos da natureza da despesa e funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e valor. Deverá ter total de suplementações e anulações por tipo de ato e total geral de suplementações e anulações;
- 4.70. Emissão de Movimento de Reserva que deverá ser por Secretaria (Unidade Orçamentária) e período selecionado, contendo os seguintes campos: código da natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso), data da reserva, nº da requisição e nº da reserva, razão social quando existir, nº do processo, código do evento e descrição, histórico, valor unitário e valor total;
- 4.71. Emissão de Movimento de Reserva – Cálculo de Saldo. A seleção deverá permitir por período ou anual, indicando a data pelo usuário, deverá ser ordenado por Secretaria (Unidade Orçamentária) com os campos para cada registro: código da natureza da despesa até o nível de subelemento e sua descrição, código da funcional programática e a descrição da ação, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data da reserva, nº da reserva, fornecedor, se houver, nº do processo e valor. No final de cada registro, o sistema deverá totalizar por vínculo (fonte de recurso) com os campos Dotação inicial, suplementação / remanejamento, anulação / remanejamento, despesa autorizada, valor reservado e o saldo;
- 4.72. Emissão de Relação de Reservas a Empenhar. Deverá ordenar por Secretaria (unidade orçamentária), com totalizadores por dotação, e por órgão/Secretarias (unidade orçamentária) e total geral. Os registros devem conter os seguintes campos: nº da reserva, fornecedor, se houver, data do registro, nº do processo e valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição;
- 4.73. Emissão de Relação de Reservas e seus Movimentos. Deverá ter os seguintes campos: nº da reserva, data da reserva, nº do processo, valor da reserva e histórico. Deverá conter a movimentação da reserva (complemento, anulação de reservas, empenhos e anulação de empenhos), com os campos data do registro, nº do documento e nº das anulações quando for o caso, nº do processo, valor e saldo da reserva. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;
- 4.74. Emissão de Movimento de Empenho, por secretaria (Unidade orçamentária) com os campos: exercício do empenho, código da natureza da despesa e descrição, código da classificação funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso), data do empenho, requisição, se houver, nº do empenho, nº da reserva, nome do fornecedor, nº do processo, fonte de recurso (centro de custos), tipo de licitação, nº da licitação quando houver, tipo do empenho, código do evento do empenho e sua descrição, histórico e valor. Deverá ter um totalizador por empenho, com os campos: saldo anterior, valor do empenho e saldo atual do empenho;



239

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

4.75. Emissão da relação de Empenho e seus Movimentos. Deverá ser selecionado pelo nº do empenho e deve conter os seguintes campos: nº do empenho, tipo do empenho, data do empenho, fornecedor, valor, nº da reserva, nº do processo, histórico do empenho. Deverá conter a movimentação, quando houver, (anulação do empenho, liquidação / anulação, seleção por ordem bancária / anulação e pagamento / cancelamento) com suas datas, nº do processo, histórico, valor do movimento e saldo do empenho. Deverá ter o resumo das rotinas efetuadas no empenho como: Totais acumulados de: empenho, liquidação, pagamento, ordem bancária, os totais de anulação quando houver, e os saldos das mesmas rotinas referentes ao empenho específico;

4.76. Emissão de Movimento de Liquidação. Deverão ser ordenados por Secretaria (Unidade orçamentária) e dotação, contendo os seguintes campos: Código e descrição da Secretaria (Unidade orçamentária), código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, nº da liquidação e data, nº do empenho e fornecedor, nº do processo, valor do empenho, histórico da liquidação, saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. Para cada registro deverá conter o tipo de documento (Nota fiscal, fatura, etc.) e seu número e data da emissão do documento. Deverá ainda ter o total por vínculo e o total por dotação. No final do relatório, deverá ter o resumo (total geral) das colunas: saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;

4.77. Emissão de relatório de Ordem Bancária sintética, para envio ao banco. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente, com a mesma numeração da ordem bancária. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizamos efetuarem os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, valor líquido a ser creditado para cada fornecedor. Deverá ter total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;

4.78. Emissão de relatório de Ordem Bancária analítica. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizamos efetuarem os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, exercício do empenho e número do empenho, código da dotação, histórico, número da liquidação, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, código de depósito identificado, se houver, valor bruto do pagamento, descontos, se houver, e o valor líquido a ser creditado. No caso de descontos, deverá discriminar o nome do desconto tipo de documento (NF, fatura, etc., digitados na liquidação) e o valor do desconto. Deverá ter um total por fornecedor, total bruto, total dos descontos e total líquido. No final do relatório deverá ter totais gerais do valor bruto, descontos e líquido. Deverá ter a quantidade de liquidações selecionadas e o total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;

4.79. Relatório contendo um Resumo de Pagamentos Via Ordem Bancária, ordenados por dia e nº da ordem bancária, contendo os seguintes campos: dados cadastrais do fornecedor, inclusive com os dados bancários, Tipos de documentos pagos e número, Valor bruto pago e a discriminação dos descontos analiticamente, totalização dos descontos e o total líquido, número do processo de pagamento, nº da ordem bancária, data da emissão da ordem bancária, conta em que foi debitada;



240

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.80. Emissão de relatório de Ordem Bancária contendo os valores enviados e recebidos via ordem bancária em meio magnético aos bancos de acordo com seus respectivos leiautes, que deverão ser lidos a partir dos arquivos gerados em meio magnético e os enviados pelos bancos como retorno;
- 4.81. Emissão de relatório de Ordem Bancária por Fornecedor e Tipo de Serviço. Deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, tipo de serviços relativo ao desconto (descrição), valor bruto, valor retido, valor líquido, número do processo de pagamento e data da ordem bancária. Deverá ter os totais dos valores bruto, retido e líquido;
- 4.82. Emissão de relatório de Movimento de Pagamento. Deverá ser ordenado por exercício da dotação e código da dotação. Deverá ter os seguintes campos: código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do pagamento, número do empenho e número da liquidação, nome do fornecedor, número do processo de pagamento, código e descrição da conta bancária de pagamento, tipo de pagamento (ordem bancária e pagamento normal) e seu número, valor do pagamento bruto, desconto e valor líquido, tipo de documento e seu número, histórico do empenho e o valor do empenho. No final do relatório deverá ser apresentado os totais gerais dos campos valor bruto, valor desconto e valor líquido, total geral orçamentário e extraorçamentário;
- 4.83. Permitir a emissão / reemissão da nota de Reserva, de Complemento de Reserva e de Anulação de Reserva contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor (se houver), valor da operação;
- 4.84. Permitir a emissão / reemissão da nota de Empenho e de Anulação de Empenho contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor do empenho ou anulação;
- 4.85. Permitir a emissão / reemissão da nota de Liquidação e de Anulação de Liquidação contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor da liquidação ou anulação;
- 4.86. Emissão de relatório de Pagamentos por Fornecedor. Deverá ser ordenado por fornecedor, contendo seus pagamentos com os seguintes campos: nome do fornecedor, exercício do empenho, nº do empenho, nº da liquidação, código da unidade orçamentária, código da natureza da despesa, código da classificação funcional programática. Deverá ter total por exercício do empenho, por fornecedor e total geral;
- 4.87. Emissão de relatório de Empenhos Pagos no Período. Deverá permitir selecionar a data, mostrar o período selecionado, imprimir os registros separados por dia com total, e deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor, código da dotação, nº do empenho, data da emissão do empenho, valor pago, nº da liquidação, nº do documento/histórico e no final do relatório deverá ter um total geral;
- 4.88. Emissão de relatório de Empenhos a Pagar por Dotação ordenados por secretaria (Unidade Orçamentária) e dotação. Deverá ter os seguintes campos: Unidade orçamentária, exercício do empenho, descrição da dotação, nome do fornecedor, nº do empenho, data do empenho, nº do processo, valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição e o total da dotação. No final do relatório deverá totalizar geral por Secretaria (Unidade orçamentária) e total geral;
- 4.89. Emissão de relatório Empenhos a Pagar Processados e Não Processados. Deverá ser impresso por exercício, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: exercício do empenho, código da função e sua descrição, código da sub-função e sua descrição, nome do fornecedor, nº do empenho, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do empenho, nº do processo, valor do empenho, valor processado (total), valor não processado, valor pago no empenho, e o valor a pagar. Deverá ter um totalizador por cada dotação e total da secretaria (Unidade orçamentária). No final do relatório deverá ter um total geral por exercício e um total geral de todos os exercícios;



241

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

4.90. Emissão de Balancete da Despesa. No nível de elemento da natureza da despesa. Deverá ser emitido por mês, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos e totalizadores: código da natureza da despesa e descrição do elemento, código da classificação funcional e a descrição da ação, valor inicial da dotação, valor suplementado no ano, valor anulado do ano, valor da dotação autorizada, valor empenhado no mês, valor empenhado no ano, valor liquidado no mês, valor liquidado no ano, valor pago no mês, valor pago no ano, valor a pagar da dotação e o campo saldo atual da dotação. Totalizar os campos acima no final de cada Unidade orçamentária e órgão. Emitir para as despesas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, o valor pago no mês e no ano. Emitir o saldo das contas bancárias que passa para o mês seguinte, com o nome da conta bancária (descrição) e o saldo no final do mês solicitado. Deve totalizar por grupo de contas bancárias, valor total das contas bancárias e um total geral do Balancete da despesa;

4.91. Emissão de relatório de Despesa por Função e Grupo de Despesa. Deverá selecionar por mês e deverá conter os seguintes campos: código da função e sua descrição, código da natureza da despesa no nível de grupo de despesa e sua descrição, valor empenhado no mês e empenhado no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano. Deverá totalizar por função de governo e no final do relatório um total geral dos campos citados acima;

4.92. Emissão de Demonstrativo da Despesa Realizada, permitindo a seleção por período (data inicial e data final) se empenhada, liquidada, paga e reservada, nível da natureza da despesa, se modalidade, elemento e subelemento apresentando seus graus superiores. Deverá ter os seguintes campos: Descrição do código da natureza da despesa, valor orçado, valor da dotação autorizada, valor da realização do período selecionado, valor da realização até o período selecionado. Deverá no final do relatório ter um totalizador dos campos citados acima;

4.93. Emissão de Posição da Situação Atual da Despesa demonstrando a posição atual da Despesa, com a seleção por período (data inicial e data final), ordenado por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: código da secretaria (Unidade orçamentária) e descrição, código da classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, valor suplementado, valor anulado, valor remanejado por acréscimo e valor remanejado por redução, valor autorizado da dotação, valor reservado na dotação e a reservar, valor empenhado e a empenhar, valor liquidado e a liquidar, valor pago e a pagar e o saldo da dotação. Deverá ter um total por Secretaria (Unidade orçamentária) e um total geral dos campos citados acima;

4.94. Emissão de relação de Empenhos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do empenho, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral;

4.95. Emissão de relação de Pagamentos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do pagamento, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral;

4.96. Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da execução orçamentária, permitindo a seleção por mês, analítico ou sintético, com ou sem vínculo (fonte de recurso). Caso analítico, poderá selecionar a emissão dos vínculos ou não. No caso de sintético não permitirá a emissão dos vínculos (fontes de recursos). Quando analítico deverá ter os seguintes campos: código da Secretaria (Unidade orçamentária) e sua descrição, código da classificação funcional programática e a descrição da ação, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, dotação autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês,



242

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

liquidado no ano, pago no mês, pago no ano. Caso tenha mais de um vínculo, deverá totalizar a dotação com os vínculos;

4.97. Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para Educação em determinado período;

4.98. Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para a Saúde para Educação em determinado período;

4.99. Emissão de Demonstrativo da Execução da Despesa com seleção mensal, discriminando as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicação e elemento da despesa, com os seguintes campos: despesa orçada, despesa autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês e pago no ano, saldo a empenhar e saldo a pagar. Deverá ter um total geral no final do relatório dos campos citados acima;

4.100. Emissão de relatório de Despesa por Ação, com a seleção por mês e por nível da natureza da despesa, ordenando pelo código da ação e detalhando por natureza da despesa no nível selecionado com os campos: natureza da despesa e descrição, valor orçado, valor da alteração da dotação, valor da dotação atualizada, valor do empenhado no mês, valor do empenhado no ano, valor do liquidado no mês e valor no liquidado no ano, valor pago no mês e valor pago no ano, saldo a empenhar, saldo a liquidar e saldo a pagar. Deverá ter um totalizador dos campos acima por ação e um total geral dos mesmos campos;

4.101. Emissão de Resumo da Despesa por Nível de Unidade Orçamentária, com a seleção por vínculo (fonte de recurso), nível de órgão e mês. Deverá ter os seguintes campos: código do órgão e descrição, dotação atualizada, valor reservado no mês e no ano, valor empenhado no mês e no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano e o valor a pagar até o período selecionado (acumulado). No final do relatório deverá ter um totalizador dos campos acima;

4.102. Permitir o gerenciamento de acesso do usuário aos movimentos de contas bancárias de forma geral, por tipo de conta, por conta bancária ou por vínculo;

4.103. Permitir que a realização das movimentações financeiras seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;

4.104. Permitir que as movimentações de contas bancárias possam ser controladas por vínculos;

4.105. Permitir controlar quais vínculos de receita e/ou despesa poderão ser movimentados em determinada conta bancária;

4.106. Possuir rotina de integração dos movimentos de receita e de despesa com o movimento financeiro;

4.107. Possuir rotina para gerenciamento da conciliação bancária seja no momento da inclusão do lançamento no movimento financeiro, seja através da rotina de integração entre o movimento financeiro e os movimentos de receita e despesa, ou seja, em rotina específica de controle de conciliação bancária;

4.108. Possuir rotina que permita o gerenciamento da conciliação bancária por lote, permitindo fazer, alterar ou desfazer a conciliação bancária de vários lançamentos financeiros simultaneamente;

4.109. Possuir rotina de gerenciamento da numeração independente por Unidade Gestora, na emissão do Livro da Tesouraria e Boletim Financeiro;

4.110. Emissão de Movimento Financeiro contendo os campos código contábil da conta corrente, descrição da conta, período selecionado por data inicial e final, código da agência e conta bancária, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, data do lançamento, histórico, saldo até o dia anterior, valor do lançamento, saldo atual, status de conciliação bancária;

4.111. Emissão de Boletim Financeiro contendo os campos descrição da conta bancária, data solicitada para emissão, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual; total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;

4.112. Emissão de Boletim da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá trazer a data solicitada para emissão, saldo em banco que encerrou o exercício anterior e o



243

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

saldo em banco na data, total de receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias arrecadadas, bem como os seus respectivos cancelamentos efetuados na data. Se houver diferença entre o total de movimentações financeiros no dia e o total de movimentações de receita e despesa, a mesma deve ser apresentada. Deverá apresentar relação de contas bancárias separadas por tipo de conta (Movimento, Aplicação e Vinculada) trazendo descrição da conta bancária, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual; total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;

4.113. Emissão de Livro da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá imprimir analiticamente os registros, iniciando pelo saldo de caixa até o dia anterior, se houver, discriminar as receitas orçamentárias e extras orçamentárias arrecadadas com os campos da descrição, histórico, valor e totalizar por tipo de receita (orçamentária e extraorçamentária). Deverá ter a movimentação das entradas e retidas bancárias, separadamente, com a descrição das contas bancárias, histórico e valor, separando por grupo de contas. Deverá emitir a movimentação das despesas pagas orçamentárias e extraorçamentária e seus cancelamentos, que tenha os campos fornecedor, número do empenho, número da ordem bancária e o valor. No final do relatório deve ter um resumo, demonstrando os saldos das contas bancárias e caixa do exercício anterior e os valores arrecadados no dia da seleção do relatório e o acumulado até o dia anterior trazendo um totalizador. Nas despesas, as referentes as despesas pagas até o dia anterior, as pagas no dia selecionado, os saldos das contas bancárias e caixa e um total geral da despesa. O fechamento do livro tem que ser diariamente. Caso não feche, o sistema deve acusar o valor da diferença no mesmo relatório;

4.114. Emissão de Mapa de Conciliação Bancária com a seleção mensal, por conta individualizada, com os seguintes campos: Banco, agência e conta bancária, contábil e descrição, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, saldo bancário que deve conter o saldo constante no extrato bancário, itens pendentes de conciliação. Deverá conter a soma dos valores não conciliados e o saldo contábil;

4.115. Possuir rotina para o cadastro de contratos e suas adequações (aditivos e cancelamentos), bem como sua vinculação junto às reservas e empenhos, permitindo o controle do período de vigência e saldo residual;

4.116. Possuir rotina para o cadastro de convênios e suas adequações (aditivos e cancelamentos/quitações), bem como a verificação de existência de convênio e o controle do período de vigência nos movimentos de receita, reservas e empenhos através do código de aplicação;

4.117. Realizar a emissão de relatórios para acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira de convênios;

4.118. Permitir o bloqueio da utilização das rotinas da execução orçamentária quando efetuado o encerramento da execução orçamentária no exercício ou quando necessário, permitindo somente a realização de consultas;

4.119. Possuir rotina para cadastramento de dívida fundada e as movimentações de empenhos vinculadas às mesmas;

4.120. Efetuar a geração dos arquivos para Receita Federal como o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais e DIRF - Declaração do Imposto Retido na Fonte;

4.121. Efetuar a geração do arquivo SEFIP referente às retenções de INSS realizadas para fornecedores autônomos a ser encaminhado à Previdência Social;

4.122. Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos Planejamento (Inicial e Atualizado), Conciliação Bancária Mensal e Precatórios.

4.123. Ao realizar uma Liquidação que resulte em uma arrecadação extraorçamentária, o repasse (geração de empenho e liquidação extraorçamentária correspondentes) será realizado automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos além do pagamento do mesmo.



2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

5- CONTABILIDADE:

- 5.1. Possuir Plano de Contas conforme o modelo PCASP definido pela Secretaria do Tesouro Nacional e observando as particularidades adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado, contendo os grupos de contas: Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), Controle Orçamentário e Demais Controles, permitindo manutenção no mesmo pelo usuário;
- 5.2. Permitir que a realização dos lançamentos contábeis seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;
- 5.3. Realizar a contabilização automática das variações financeiras e das mutações patrimoniais dependentes e independentes da execução orçamentária;
- 5.4. Não permitir que os lançamentos contábeis sejam realizados em contas contábeis de nível sintético;
- 5.5. Possuir rotina de verificação das inconsistências nos lançamentos contábeis para atendimento às normas contábeis vigentes;
- 5.6. Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados nos lançamentos contábeis, permitindo também a complementação deste histórico pelo usuário;
- 5.7. Permitir o gerenciamento individualizado por Unidade Gestora do encerramento contábil mensal e da numeração de páginas do Livro Diário, para não permitir que sejam realizadas movimentações dependentes ou independentes da execução orçamentária em meses que constam como encerrados;
- 5.8. Possuir rotina que efetue a transferência dos saldos contábeis de balanço do exercício anterior para exercício seguinte, individualizado por Unidade Gestora;
- 5.9. Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos de Balancete Isolado e Balanço Anual;
- 5.10. Emissão de Balancete Contábil – Analítico/Sintético com codificação do plano de contas PCASP adotado pelo Tribunal de Contas do Estado, com os seguintes campos e na seguinte ordem: Código da conta contábil, descrição da conta contábil, saldo do exercício anterior se houver, valor acumulado do mês anterior, movimento a débito no mês, movimento a crédito no mês e saldo atual. Deverá ser emitido por mês selecionado, e no final do relatório deverá ter os totais das colunas acima;
- 5.11. Emissão de Diário Legal contendo os seguintes campos: descrição da conta contábil, data do lançamento, código da conta contábil, histórico do lançamento, valor lançado a débito e valor lançado a crédito. Deverá totalizar por grupo de contas do plano de contas por dia (débito e crédito) e o total geral (débito e crédito). Deverá permitir a seleção mês a mês ou anual;
- 5.12. Emissão de Razão Analítico que deverá permitir a seleção por mês, anual, abertura e encerramento do exercício. Deverá ter os seguintes campos: código da conta contábil superior e sua descrição, código da conta contábil analítica e sua descrição, saldo anterior da conta, quando houver, data do lançamento, histórico, movimento de débito, movimento de crédito e saldo atual, indicando se saldo devedor ou credor. No final do relatório deverá totalizar os movimentos de débito, créditos e saldo por conta analítica;
- 5.13. Geração e emissão das Demonstrações Contábeis (Anexos de Balanço) de acordo com a 7ª Edição ou superior do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;
- 5.14. Resumo Geral da Receita - Anexo 02;
- 5.15. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada - Anexo 10;
- 5.16. Demonstrativo Receita e Despesa Segundo Categoria Econômica - Anexo 01;
- 5.17. Sumário Geral Receita para Fontes e Despesa para Funções Governo;
- 5.18. Natureza da Despesa - Anexo 02;
- 5.19. Discriminação da Despesa Segundo o Vínculo dos Recursos;



245

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 5.20. Natureza da Despesa - Anexo 02 - Consolidação por Órgão;
- 5.21. Natureza da Despesa - Anexo 02 - Consolidação Geral;
- 5.22. Programa de Trabalho - Anexo 06;
- 5.23. Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07;
- 5.24. Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções, Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 08;
- 5.25. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 09;
- 5.26. Análise das Despesas Corrente e de Capital em Percentuais;
- 5.27. Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Categoria Econômica;
- 5.28. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11;
- 5.29. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada por Ação;
- 5.30. Comparativo Receita Orçada com Arrecadada Mensal e Acumulada;
- 5.31. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada Mensal e Acumulada;
- 5.32. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada – Anexo 11 – Sintético;
- 5.33. Comparativo Despesa Autorizada com Realizada – Anexo 11 – Analítico.

6 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN:

- 6.1. Anexo I – Balanço Orçamentário;
- 6.2. Anexo II – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Sub-Função;
- 6.3. Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- 6.4. Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- 6.5. Anexo V – Demonstrativo do Resultado Nominal;
- 6.6. Anexo VI – Demonstrativo do Resultado Primário;
- 6.7. Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- 6.8. Anexo VIII – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;
- 6.9. Anexo IX – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- 6.10. Anexo X – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;
- 6.11. Anexo XI – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos;
- 6.12. Anexo XII – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 6.13. Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;
- 6.14. Anexo XIV – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

7 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal – Relatórios da Gestão Fiscal de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN:

- 7.1. Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- 7.2. Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL;
- 7.3. Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- 7.4. Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito;
- 7.5. Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;
- 7.6. Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.



246

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

Objetivo: Apoiar a Administração de Recursos Humanos e o gerenciamento dos processos de Administração de Pessoal, com base em informações de admissão, qualificação profissional, evolução salarial, lotação e outros dados de assentamento funcional e pagamento de pessoal.

1 – CADASTRO DE PESSOAL

Objetivo: Manter base de dados atualizada com as informações pessoais e funcionais principais e acessórias necessárias à gestão dos Recursos Humanos e ao pagamento do pessoal.

- 1.1 Permitir a captação e manutenção de informações pessoais de todos os servidores com no mínimo os seguintes dados: matrícula, nome, filiação, data de nascimento, sexo, grau de instrução, estado civil, fotografia, endereço, CPF, PIS, RG (número, órgão expedidor e data de expedição), carteira de trabalho (número e série), carteira nacional de habilitação, naturalidade, nacionalidade, tipo sanguíneo, identificar se é doador de sangue, identificar se é pessoa com deficiência;
- 1.2 Permitir a captação e manutenção de informações do vínculo que o servidor teve e/ou tem com o Órgão, com no mínimo os seguintes dados: regime jurídico, vínculo, cargo, salário, carga horária semanal, data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término do contrato temporário (se for o caso), lotação, unidade orçamentária, horário de trabalho, tipo de ponto, local de trabalho;
- 1.3 Permitir a captação e manutenção de informações da qualificação profissional incluindo a escolaridade, formação, treinamentos realizados e experiências anteriores;
- 1.4 Controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e imposto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente;
- 1.5 Permitir o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos como: celetistas, estatutários, RJU e contratos temporários.
- 1.6 Permitir o cadastramento de pensões judiciais com o nome do(a) pensionista e alimentando(a), se houver, CPF, data de inclusão, banco e conta para pagamento, dados para cálculo (percentual, valor fixo ou salário-mínimo);
- 1.7 Permitir o cadastramento do organograma da estrutura administrativa, por exercício, para manter o histórico da lotação e custeio, com informação da fonte de recurso que será utilizada para captação de valores a serem utilizados para pagamento dos servidores informados no custeio;
- 1.8 Registrar e manter o histórico das alterações de nome, cargo, salário, unidade gestora, lotação, custeio, vínculo, regime jurídico, local de trabalho e banco/agência/conta bancária dos servidores, registrando as informações do motivo da alteração, data e hora da operação e usuário que efetuou a alteração;
- 1.9 Permitir o cadastramento de todas as referências salariais contendo, no mínimo, o símbolo da referência e o histórico dos valores para cada referência;
- 1.10 Permitir o cadastramento de todos os cargos do quadro de pessoal de natureza efetivo, comissionado e temporário com, no mínimo, a nomenclatura, natureza, grau de instrução, CBO, referência salarial inicial, quantidade de vagas criadas, data e motivo de extinção, com possibilidade de incluir movimentação de suplementação ou anulação de cargos, influenciando nos relatórios quantitativos do quadro de ocupação, e registrar as atribuições necessárias em cada cargo;



247

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.11 Possuir formas de acesso simplificado (atalhos) para consulta de dados dos servidores permitindo que, de um mesmo local, possam ser consultadas diversas informações, como dados financeiros, dependentes, frequência, licenças e afastamentos, férias e licença prêmio;
- 1.12 Possibilitar estabelecer um único código de registro para o servidor, para que através deste possam ser aproveitados os dados cadastrais de servidor que já trabalhou no Órgão Público e permitir controlar todos os vínculos empregatícios que o servidor tenha ou venha a ter com este, possibilitando a consulta de dados históricos, independente do período trabalhado;
- 1.13 Validar dígito verificador do número do CPF;
- 1.14 Validar dígito verificador do número do PIS;
- 1.15 Permitir o reajuste parcial ou global das referências salariais;
- 1.16 Permitir o cadastramento de plano de cargos, informando, por unidade administrativa, os cargos aprovados e a quantidade de vagas aprovadas para cada unidade;
- 1.17 Permitir o cadastramento e controle dos vínculos dos servidores efetivos que estão nomeados em cargo de comissão, possibilitando a consulta das informações cadastrais de ambos os vínculos;
- 1.18 Emitir as fichas de dados cadastrais dos servidores;
- 1.19 Permitir consulta em tela ou relatório dos servidores comissionados que fazem parte do quadro efetivo e também daqueles que não fazem parte do quadro efetivo, listando separadamente;
- 1.20 Localizar servidores por nome ou parte dele;
- 1.21 Localizar servidores pelo CPF;
- 1.22 Localizar servidores pelo RG (cédula de identidade);
- 1.23 Localizar servidores pela data de nascimento;
- 1.24 Permitir a inclusão de um novo contrato a partir de informações de um contrato já existente, selecionando um ou vários servidores. Isto é muito utilizado na recontração de servidores temporários;
- 1.25 Possuir controle de Contração Temporária via processo coletivo, de forma que todos os contratos de servidores vinculados a um mesmo processo de contratação temporária (PCT), suas datas de início, término e prorrogação, sejam automaticamente controladas;
- 1.26 Permitir a informação do desligamento de um servidor para pagamento individual da rescisão, bem como a informação de um único desligamento a um grupo de servidores para pagamento coletivo, funcionalidade necessária na rescisão de servidores temporários cujos contratos vencem no mesmo dia;
- 1.27 Permitir desligamento de todos os contratos vinculados à contratação temporária via processo para que, no vencimento do PCT, todos os servidores vinculados a este possam ser desligados sem a necessidade de repetição da informação de desligamento para cada um deles individualmente;
- 1.28 Possibilitar a configuração das formas de desligamento por regime de trabalho e motivo de rescisão, para garantir que não seja informado um desligamento inadequado para o servidor, como término de contrato para um servidor efetivo;
- 1.29 Possibilitar a configuração das formas de admissão por regime de trabalho, categoria funcional, regime previdenciário e tipo de admissão, para garantir que não seja admitido um servidor com informações fora dos padrões permitidos;
- 1.30 Permitir o cadastramento de todos os lançamentos fixos dos servidores (adicionais, gratificações, consignações, etc), para efeito de pagamento ou desconto em folha com, no mínimo, o código da verba (verificando se a verba está prevista para o regime de trabalho do servidor), número e data do processo de concessão, data de concessão, data do último reajuste, data de vencimento e histórico dos valores ou percentuais;
- 1.31 Emitir contrato de trabalho temporário com assinatura digitalizada do responsável;
- 1.32 Permitir gerar e controlar a ficha de vacinas dos dependentes, possibilitando informar todas as vacinas, principalmente as de caráter obrigatório;



248

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.33 Permitir o cadastramento de lançamentos parcelados – a crédito ou a débito – para os servidores de forma a controlar as parcelas lançadas em folha e o saldo atual remanescente. O lançamento das parcelas em folha deve ser de forma automática, podendo ser pago ou descontado o total ou parte do valor baseado em uma fórmula de cálculo que calcule um percentual sobre a remuneração, permitindo o lançamento até o limite deste percentual, atualizando o saldo remanescente automaticamente após o encerramento da folha;

1.34 Permitir transferências coletivas de local de trabalho, lotação, custeio, cargo, padrão de salário;

1.35 Permitir lançamentos coletivos de lançamentos fixos, lançamentos variáveis, mensagens nos holerites e informações do currículo funcional;

2 – CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Objetivo: Efetuar a contagem do tempo de efetivo exercício para fatos geradores controlados pelo órgão, atualizando percentuais de Adicional por Tempo de Serviço, dias de Férias, dias de Licença Prêmio, etapas do Estágio Probatório, períodos aquisitivos para Progressão Salarial e tempo para Aposentadoria.

2.1 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.2 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Licença Prêmio, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.3 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Férias, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, concedendo os dias de direito de gozo, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.4 Calcular o tempo de efetivo exercício para controle temporal do Estágio Probatório, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, validando também regime jurídico, tipo de vínculo, categorias funcionais, temporalidade (em meses ou dias) de cada fase e quantidades de fases, considerando as parametrizações efetuadas, frequência e demais ocorrências funcionais que interferem na contagem;

2.5 Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Progressão Salarial, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão para concessão e atualização do salário para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;

2.6 Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Aposentadoria, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão demonstrando o tempo de efetivo exercício até a data atual. Permitir a informação de vínculos de trabalho anteriores oriundos de outros órgãos, consolidando todo o tempo na certidão para fins de aposentadoria

2.7 Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de SEXTA-PARTE, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.



249

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

3 – FÉRIAS

Objetivo: Manter o controle de todas as informações referentes aos períodos aquisitivo e gozo de férias dos servidores.

- 3.1 Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos de férias dos servidores desde a admissão até a exoneração;
- 3.2 Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de férias, controlando o saldo restante dos dias de férias;
- 3.3 Permitir o lançamento de férias em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo, controlando o saldo restante dos dias de férias;
- 3.4 Permitir o pagamento de 1/3 de férias integral ou proporcional a cada período de gozo lançado;
- 3.5 Permitir o apostilamento das férias em gozo por necessidade da administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo das férias para gozo oportuno;
- 3.6 Emitir relação de férias vencidas e a vencer por unidade administrativa;
- 3.7 Emitir avisos de férias;
- 3.8 Permitir o lançamento de um mesmo período de gozo para um grupo de servidores, facilitando este lançamento quando houver lançamento de férias coletivas;
- 3.9 Permitir o lançamento e pagamento do adiantamento de 13º salário por ocasião das férias;

4 - LICENÇA PRÊMIO

Objetivo: Manter o controle de todas as informações referentes aos períodos aquisitivo e gozo de licença prêmio dos servidores.

- 4.1 Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos (quinquênios) de licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a exoneração;
- 4.2 Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, controlando o saldo restante dos dias;
- 4.3 Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo controlando o saldo restante dos dias;
- 4.4 Permitir o apostilamento de licença prêmio em gozo por necessidade da administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo da licença prêmio, para gozo oportuno;

5 - PORTAL DE SERVIÇOS WEB

Objetivo: Permitir acesso a dados de pagamento, agendamento de férias e outras informações pertinentes aos servidores.

- 5.1 Possuir consulta de Informações Financeiras (holerite) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.2 Possuir consulta do Informe de Rendimentos pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.3 Possuir Atualização Cadastral (recadastramento) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.4 Possuir Agendamento de Férias pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;



250

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 5.5 Possuir consulta de Margem Consignável pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.6 Possuir consulta de Falta Abonada pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.7 Permitir entrega de Declaração de Bens pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;
- 5.8 Permitir parametrização da liberação dos serviços a serem disponibilizados no Portal do Servidor, dentre os citados.

6 - ATOS ADMINISTRATIVOS

Objetivo: Manter o registro histórico de todas as portarias, decretos, contratos e termos expedidos para os servidores, mantendo atualizado o currículo funcional do servidor para consulta.

- 6.1 Manter o cadastro de todos os textos que darão origem a atos administrativos como portaria, decretos, contratos e termos de posse;
- 6.2 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licenças e/ou afastamentos, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.3 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de férias em gozo e/ou pecúnia ou apostilamento de férias, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.4 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de licença sem vencimento, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.5 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de suspensão ou advertência, com o registro no currículo funcional do servidor, após a tramitação;
- 6.6 Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lançamento de Insalubridade, Periculosidade ou Gratificação, com registro no currículo funcional do servidor;
- 6.7 Gerar automaticamente o contrato de servidores temporários a partir do lançamento da admissão;
- 6.8 Gerar automaticamente o termo de posse de servidores a partir do lançamento da posse/admissão;
- 6.9 Permitir a emissão de atos administrativos individuais ou coletivos conforme textos configurados pelo próprio usuário;
- 6.10 Permitir a visualização dos atos expedidos em tela, papel ou em arquivo PDF para publicação na Internet;

7 - FREQUÊNCIA

Objetivo: Permitir o lançamento de diversas licenças, como paternidade, nojo, gala e registrar as ocorrências do ponto.

- 7.1 Efetuar o lançamento de todos os tipos necessários de licenças, como licença gala, licença nojo e licença sem vencimentos, informando no mínimo a identificação do servidor, tipo de licença, documento apresentado, data de início e término da licença;
- 7.2 Permitir o lançamento de, no mínimo, as seguintes ocorrências, com a informação da data da ocorrência: falta abonada, falta injustificada, suspensão, horas extras;



251

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 7.3 Integrar dados com módulo de Ponto Eletrônico, exportando para este as informações de licenças, afastamentos, férias, licença prêmio e desligamentos para que as ausências possam ser justificadas no módulo de ponto, e importar os dados deste módulo para processamento em folha de pagamento;
- 7.4 Garantir o registro de uma única informação em um período na frequência, não permitindo duplicidade ou concomitância de lançamentos, como lançamento de férias para um servidor que está afastado no mesmo período ou parte dele;
- 7.5 Permitir o controle e registro de justificativas para faltas descontadas indevidamente, com possibilidade de restituição na folha de pagamento a partir do registro da justificativa;
- 7.6 Emitir boletim de frequência
- 7.7 Possuir calendário de feriados e dias úteis;
- 7.8 Permitir o lançamento de uma ocorrência na frequência informando o período todo, com data início e fim, evitando desta forma que sejam realizados vários lançamentos da mesma ocorrência para um mesmo servidor;
- 7.9 Controlar os lançamentos de falta abonada, não permitindo inserir ocorrências além de limite estabelecido pelo órgão;
- 7.10 Gerar automaticamente desconto de Descanso Semanal Remunerado (DSR) quando do lançamento da falta injustificada, de acordo com parametrização;
- 7.11 Permitir o lançamento de faltas e licenças de meio dia. Este lançamento deverá influenciar na contagem de tempo de serviço, caso esteja configurado;
- 7.12 Permitir o lançamento de frequência de forma descentralizada, controlando por Unidade Gestora, possibilitando que os lançamentos feitos por estas unidades sejam exclusivamente de servidores lotados nas mesmas;

8 – VALE TRANSPORTE

Objetivo: Efetuar o controle da compra, requisição, distribuição e devolução do vale-transporte

- 8.1 Permitir o cadastramento das empresas que fornecem o vale-transporte;
- 8.2 Controlar a compra e distribuição de diversos tipos de passes, como ticket, passagem, cartão descartável e cartão recarregável;
- 8.3 Permitir o controle dos roteiros para os quais serão utilizados os passes;
- 8.4 Permitir o registro da quantidade de passes diários utilizados pelo servidor no percurso de ida e retorno do trabalho, com possibilidade de adição de passes para outros percursos, no caso de servidores que se deslocam para mais de um local;
- 8.5 Controlar o saldo dos passes (quantidade de créditos) existentes para garantir a distribuição;
- 8.6 Gerar mapa de compra de vales-transporte com a quantidade e o valor, discriminados por tipo de passe, baseado na informação dos passes requisitados para cada servidor e os dias úteis do período a ser utilizado;
- 8.7 Permitir alteração do mapa de compra por usuário devidamente habilitado;
- 8.8 Permitir a configuração dos códigos para desconto e restituição de vale-transporte em folha de pagamento;
- 8.9 Gerar mapa de entrega de passes para cada servidor baseado na informação dos passes requisitados e os dias úteis do período a ser utilizado;
- 8.10 Emitir documento de confirmação de entrega de passes com local para assinatura do servidor;
- 8.11 Controlar a entrega de passes reduzindo a quantidade em casos de faltas, férias, licenças e afastamentos lançados;



252

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

8.12 Gerar informação para desconto do vale-transporte em folha de pagamento após lançamento da entrega dos passes;

9 - FOLHA DE PAGAMENTO

Objetivo: Permitir a configuração dos cálculos, o processamento, pagamento e o recolhimento das diversas folhas de pagamento.

- 9.1 Permitir o processamento das folhas de pagamento Mensal, Rescisão, Adiantamento de Férias, Licença Prêmio, Adiantamento Salarial, Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, Décimo Terceiro Salário e Complementar;
- 9.2 Permitir o processamento de várias folhas de pagamento para a mesma referência, separando por grupo de servidores de mesmo vínculo, ou mesmo regime, ou mesma data de pagamento;
- 9.3 Permitir o processamento de folha de rescisão individual ou coletiva, com cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente, sem a necessidade de lançamento avulso na folha;
- 9.4 Emitir o Termo de Rescisão e Quitação do Contrato de Trabalho, conforme exigido pela legislação vigente;
- 9.5 Controlar os vencimentos e descontos permitidos em cada regime de trabalho, impossibilitando que seja efetuado um lançamento de vencimento ou desconto exclusivo de um regime para outro;
- 9.6 A folha de Adiantamento de Férias deverá ser processada com as informações dos dias de pecúnia e/ou gozo lançadas nas férias, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;
- 9.7 A folha de Licença Prêmio deverá ser processada com as informações dos dias de pecúnia e/ou gozo lançadas na Licença Prêmio, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;
- 9.8 Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;
- 9.9 Gerar automaticamente os valores relativos ao salário-família dos dependentes;
- 9.10 Possuir rotinas de cálculos através de fórmulas e expressões em português para qualquer vencimento e desconto, tornando o cálculo da folha totalmente configurável e administrado pelo próprio usuário. Possibilitar que o próprio usuário crie novas verbas de vencimentos ou descontos, com base em uma já existente, configurando as incidências e a regra de cálculo. As regras de cálculo previstas em legislação federal ou estadual deverão estar no sistema e não deverão ser alteradas por usuário comum;
- 9.11 Possibilitar a execução do cálculo ou recálculo de diversas formas, como cálculo individual, por faixa de matrícula ou seleção aleatória. Calcular e processar os valores relativos à contribuição individual e patronal para o RGPS (INSS) e RPPS (Previdência Municipal), de acordo com o regime previdenciário do servidor. O tempo para cálculo de 300 funcionários não deverá exceder 5 minutos;
- 9.12 Gera arquivo SEFIP no formato texto com extensão .RE para importação, validação e envio em software da Caixa Econômica federal, e possuir mecanismo de retificação.
- 9.13 Emitir relatório Folha Analítica por folha processada ou de forma consolidada, com todas as folhas processadas no mês;
- 9.14 Emitir relatório Mapa Financeiro com o resumo dos vencimentos e descontos de todas as folhas com possibilidade de, dentro do mês, emitir valores das folhas separadamente ou consolidando-os em um único resumo;
- 9.15 Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, empréstimos, descontos diversos e ações judiciais, para um servidor ou um grupo de servidores no caso de lançamento comum a todos;



253

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 9.16 Permitir a importação de dados via arquivo-texto de valores a serem consignados em folha controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento, gerando um arquivo de retorno para o convênio com os valores debitados em folha e também os rejeitados pelo processamento, informando o motivo da rejeição;
- 9.17 Emitir resumo dos valores líquidos da folha por banco e fonte de recurso;
- 9.18 Possuir integração com o Módulo de Administração Orçamentária e Financeira, disponibilizando os dados necessários para reserva, empenho, liquidação e pagamento das despesas com pessoal, possibilitando programar datas diferentes para pagamento de convênios, sem utilização de arquivo-texto ou semelhante;
- 9.19 Emitir relação das despesas orçamentárias e extraorçamentárias a serem contabilizadas, para conferência;
- 9.20 Gerar as informações anuais para a DIRF, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software da Receita Federal;
- 9.21 Gerar as informações anuais para a RAIS, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software do SERPRO;
- 9.22 Permitir a emissão do Informe de Rendimentos para servidores com retenção de Imposto de Renda na Fonte e para aqueles que não tiveram retenção;
- 9.23 Gerar as informações de admissão e rescisão necessárias ao CAGED, via arquivo-texto, para importação em software do Ministério do Trabalho;
- 9.24 Manter histórico de pagamento para cada servidor com detalhamento de todos os vencimentos e descontos, permitindo consulta ou emissão de relatórios;
- 9.25 Possibilitar cálculo de contribuição ao INSS proporcional em folha de pagamento para servidores com outro vínculo empregatício fora do Órgão;
- 9.26 Possuir cálculo de IRRF proporcionalizado para servidores com mais de um vínculo empregatício com o Órgão, com somatória das bases de cálculo e desconto proporcional em cada vínculo de acordo com o valor da remuneração;
- 9.27 Permitir a geração do Informe de Rendimentos em arquivo-texto para impressão e envelopamento, com opção de emissão do endereço do servidor;
- 9.28 Emitir demonstrativo de pagamento, permitindo a inclusão de textos e mensagens para determinados servidores, para um grupo de servidores selecionados ou para todos;
- 9.29 Permitir a geração de arquivos para crédito em conta – corrente ou poupança – da rede bancária, emitindo relação dos créditos contendo matrícula, nome, número da conta e valor a ser creditado;
- 9.30 Emitir demonstrativo de pagamento de meses anteriores (segunda via);
- 9.31 Emitir Guia de Recolhimento de INSS, com opção para emissão por fonte de recurso e geral;
- 9.32 Possuir rotinas de controle e cálculo para pagamento das pensões judiciais, a partir do desconto efetuado para o servidor, incluindo depósito em conta;
- 9.33 Emitir recibos para pagamento de pensão judicial;
- 9.34 Emitir relação dos valores consignados em folha com opção de geração em arquivo-texto;
- 9.35 Emitir Guia de Recolhimento de Previdência Municipal;
- 9.36 Possuir rotinas de cálculo de insuficiência de saldo para servidores com somatória de descontos maior que o total de vencimentos na folha, efetuando ajuste automático dos descontos limitados até um teto configurado pelo usuário. A prioridade dos descontos deve ser configurada pelo usuário e os valores consignados que não foram descontados deverão ser registrados, possibilitando a emissão de relatórios destes valores para envio aos estabelecimentos conveniados;
- 9.37 Possuir rotinas de cálculo de margem consignável, com emissão de relatórios da margem disponível para gastos nos estabelecimentos conveniados;



254

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 9.38 Possuir rotina para inclusão no sistema das fichas financeiras que não estão em meio magnético, ou seja, fichas financeiras que estão em papel;
- 9.39 Permitir a inclusão de lançamentos pendentes para servidores afastados, sendo que o efetivo processamento destes somente poderá ocorrer na folha de pagamento em que o servidor retornar do afastamento. Os lançamentos devem ficar pendentes durante todo o período do afastamento, sendo incluído automaticamente na folha somente após término do afastamento e efetivo retorno do servidor ao trabalho;
- 9.40 Possuir rotina de comparação entre duas folhas (Folha Atual e Folha Anterior), com possibilidade de confrontar servidores calculados na folha anterior e não na atual, servidores calculados na folha atual e não na anterior, servidores calculados nas duas porém com diferenças no valor de uma ou mais verbas e servidores calculados nas duas porém com diferenças na quantidade de uma ou mais verbas;
- 9.41 Possuir rotina para identificação de divergências na folha de pagamento processada, de forma que apresente um diagnóstico dos problemas encontrados, baseado em parâmetros previamente configurados, possibilitando a correção destas divergências antes do fechamento do processamento;
- 9.42 Possuir rotina de Geração de Arquivos Digitais do INSS – MANAD, possibilitando a prestação de informações via arquivo-texto, conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20/06/2006 – DOU de 04/07/2006;
- 9.43 Gerar relação do Salários de Contribuição padrão INSS;
- 9.44 Gerar arquivo texto para utilização em cálculo atuarial;
- 9.45 Gerar as informações referentes aos provisionamentos, baixas e estornos de férias, 13º salário e seus respectivos encargos patronais, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- 9.46 Possuir rotina de apuração de diferenças entre o arquivo gerado pela folha de pagamento e o sistema SEFIP;
- 9.47 Possuir rotina para importação de lançamento de variáveis/dados, via arquivo texto, para execução da folha de pagamento, controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento;
- 9.48 Emitir relatório consolidado das verbas processadas em folha de pagamento, possibilitando a escolha dos grupos de processamento, parâmetro ou competência;

10 – eSocial

Objetivo: Permitir emissão de dados para atendimento às exigências do eSocial.

- 10.1 O sistema deverá possuir ferramenta que realize busca na base de dados e, após cruzamento de dados com a base do eSocial, apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo governo, facilitando a realização de um recadastramento para atualização dos cadastros;
- 10.2 O sistema deverá possuir módulo web que possibilite a realização de um recadastramento para atualização de dados cadastrais dos funcionários, permitindo que os mesmos acessem uma interface e informem seus dados pessoais, documentação, endereço, dependentes, cursos e certificados de formação profissional e demais informações pessoais, com possibilidade de anexar documentos digitalizados;
- 10.3 O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial nos prazos estipulados pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos xml nos padrões estipulados nos layouts do eSocial, com assinatura digital, dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos;

11 – PRESTAÇÃO DE CONTAS AUDESP (TCE-SP)

76



255

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Objetivo: Permitir a geração de arquivos obrigatórios para prestação de contas periódicas da Fase III do AUDESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

11.1. Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Atos de Pessoal (Atos Normativos, Cargos/Funções, Quadro de Pessoal, Agente Público, Lotação de Agente Público);

11.2. Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Remunerações (Cadastro de Verbas Remuneratórias, Folha Ordinária, Resumo Mensal da Folha de Pagamento, Pagamento de Folha Ordinária, Folha Suplementar, Cadastro de Aposentados e Pensionistas).

11.3. O sistema deverá possuir funcionalidade de alerta para inconsistências de dados antes da geração dos arquivos, evitando o retrabalho de envio das prestações de contas AUDESP TCE/SP.

12 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Objetivo: Permitir parametrização e controle de avaliações de desempenho de acordo com a necessidade do Órgão.

12.1 Permitir parametrização da avaliação de desempenho contendo parâmetro de resultados e identificação dos períodos de avaliação por fato gerador, associado ao(s) questionário(s);

12.2 O questionário deve conter tópicos e descrição do assunto, campo para pergunta e a descrição, com o peso de cada pergunta;

12.3 Permitir criar grupos de respostas para perguntas de múltipla escolha e/ou alternativa para ser associado ao questionário;

12.4 Permitir configurar opções de respostas: múltipla escolha, alternativa, resposta aberta ou associada a eventos externos;

12.5 Permitir cadastrar a pontuação de cada resposta, e, em caso de resposta associada a evento externo, permitir configurar a manutenção no valor computado, preservando o valor original;

12.6 Permitir associar eventos externos que influenciem na pontuação de cada resposta, e a parametrização do processamento do cálculo da pontuação na ocorrência (valor fixo, valor multiplicado pela quantidade da ocorrência ou por escala). Por exemplo, em caso de excesso de faltas, o total de pontos de determinada resposta pode ser reduzido;

12.7 Associar cada avaliação ao funcionário dentro do período parametrizado e de acordo com o fato gerador;

12.8 Apresentar ao término de cada avaliação o resultado final;

12.9 Possuir fases em cada módulo da avaliação: envio da avaliação realizada para o setor de Recursos Humanos, recepção e homologação para finalização;

12.10 Permitir revisão da avaliação;

12.11 Permitir histórico das avaliações aplicadas;

12.12 Permitir emissão de relatórios;

SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

1. MEDICINA DO TRABALHO



256

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Gestão integrada da Medicina do Trabalho com as áreas de Segurança do Trabalho e Previdenciária contendo os módulos e funções a seguir:

1.1. CONTROLE DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL

- 1.1.1. Emitir relatório do documento e controlar o PCMSO da(s) unidade(s),
- 1.1.2. Controlar os exames ocupacionais e seus resultados;
- 1.1.3. Permitir e controlar a convocação de exames periódicos;
- 1.1.4. Registrar ASO e Requerimento de exames individuais;
- 1.1.5. Emitir o Relatório Analítico (Anual), conforme ASO e Requerimento de Exames cadastrados;
- 1.1.6. Possuir Agenda Integrada para o CONTROLE dos atendimentos previstos e realizados;
- 1.1.7. Registrar as doenças conforme CID 10;
- 1.1.8. Registrar a Anamnese Ocupacional / Ficha Médica totalmente parametrizável e flexível;
- 1.1.9. Emitir Questionário de Anamnese respondido ou para que seja respondido.
- 1.1.10. Inserir Documento Base Introdório do PCMSO;
- 1.1.11. Ser Integrado com PPRA/PGR, garantindo a troca de informações de Identificações de Riscos automaticamente;
- 1.1.12. Permitir Cadastro de Exames e a Periodicidade;
- 1.1.13. Permitir cadastro de prontuário médico para gestão, seguindo os padrões do CFM – Conselho Federal de Medicina.

1.2. Relatórios

Emitir relatórios diversos já padronizados, tais como:

- 1.2.1. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) completo, com riscos e exames;
- 1.2.2. Exames realizados por tipo e data;
- 1.2.3. CONTROLE de Vencimento de Exames;
- 1.2.4. Relatório Analítico Anual, conforme legislação;
- 1.2.5. Relatório do PCMSO;
- 1.2.6. Emitir Laudo de Pessoa com Deficiência
- 1.2.7. Permitir ao usuário ajustar os relatórios conforme sua necessidade através de ferramenta de design de relatório.

1.3. Controle de Absenteísmo e afastamentos

- 1.3.1. Realizar o Controle de Absenteísmo dos funcionários referenciando as causas de absenteísmo;
- 1.3.2. Possibilitar o Lançamento de Atestado Médico
- 1.3.3. Permitir registrar o absenteísmo por doença / CID 10;
- 1.3.4. Permitir registrar o absenteísmo a partir de uma ocorrência (acidente);
- 1.3.5. Realizar o Controle das Licenças médicas por motivo legal;
- 1.3.6. Realizar o Controle de Perícia Médica
- 1.3.7. Realizar o Controle de Readaptação e Restrição Funcional;
- 1.3.8. Emitir Relatório de afastamento para Perícia Médica;
- 1.3.9. Permitir Aprovação de Atestados por período lançado;
- 1.3.10. Permitir Triagem de Atestado Medico para aprovação

78



257

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.3.11. Consultar os Atestados lançados por período do Servidor
- 1.3.12. Permitir Controle de atestados lançados por Período e CID dos últimos 60 dias para afastamento previdenciário.
- 1.3.13. Receber Atestado Médico pelo Por tal do Servidor e realizar o lançamento respectivamente.
- 1.3.14. Realizar o controle de Subnormalidades para gestão Interna da equipe de Medicina e realizar campanhas.
- 1.3.15. Realizar Cadastro de Médico e Posto de Atendimento
- 1.3.16. Realizar Cadastro de CID 10

2. SEGURANÇA DO TRABALHO

2.1. Controle de PPRA/PGR

- 2.1.1. Emitir e controlar o PPRA/PGR de atividades executadas em conformidade com a Norma Regulamentadora 01.
- 2.1.2. Permitir Inserir documento base PPRA/PGR Introdutório
- 2.1.3. Permitir realizar o mapeamento dos riscos (físico, químico, biológico, ergonômico e de acidente).
- 2.1.4. Criar e controlar o andamento das atividades do cronograma de PPRA/PGR;
- 2.1.5. Manter o histórico dos riscos dos funcionários para preenchimento do PPP
- 2.1.6. Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação recomendados.
- 2.1.7. Realizar o controle dos riscos por funcionário, com o histórico do mesmo;
- 2.1.8. Cadastrar os riscos e agentes detalhadamente, incluindo as medições realizadas e reconhecimento dos riscos;
- 2.1.9. Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação Recomendados;
- 2.1.10. Permitir o cadastro dos Grupos Homogêneos de Exposição.
- 2.1.11. Permitir associar os riscos através de GHE - Grupos Homogêneos de Exposição.
- 2.1.12. Permitir Cadastro de Agentes Nocivos;
- 2.1.13. Permitir cadastro de E.P.C – Equipamento de Proteção Coletiva
- 2.1.14. Permitir o cadastro de Ambientes;
- 2.1.15. Permitir Cadastro de Treinamentos Diversos – Normativos e Internos;
- 2.1.16. Permitir Cadastro de Responsáveis;
- 2.1.17. Permitir cadastro de Plano de Ação com seus respectivos Perigos e Riscos.

2.2. Controle de Acidentes e Ocorrências

- 2.2.1. Permitir gerar relatórios dos CAT'S realizados com informações para controle de Acidentes de Trajeto (percurso/ transito/Típico);
- 2.2.2. Emitir a CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho
- 2.2.3. Permitir levantamento de dados para Cálculo de taxa de frequência (TFA) e gravidade (TGA);
- 2.2.4. Permitir levantamento de dados para Estatística de Acidentes por setor / cargo / dia / turnos / parte do corpo / lotação;
- 2.2.5. Permitir a Consulta por qualquer item da ficha de acidentes;
- 2.2.6. Permitir a consulta de endereço das vias públicas através de sistema externo e/ou o preenchimento manualmente; e no item Perfil Profissiográfico Previdenciário o subitem: Permitir o acesso com os dados administrativos do setor de RH.

79



258

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

2.3. Controle de EPI

- 1.1.1. Controlar os EPI em poder dos funcionários e seu vencimento
- 1.1.2. Indicar os EPI's recomendados conforme o risco / cargo
- 1.1.3. Emitir o recibo de Entrega para assinatura dos funcionários
- 1.1.4. Permitir o cadastro das especificações do EPI (com anexo de foto), inclusive com o controle de CA.
- 1.1.5. Permitir o controle de entrega por biometria ou por senha

3. PREVIDENCIÁRIA

Gestão Previdenciária integrada com as áreas de Medicina do Trabalho e Segurança do Trabalho, contendo os módulos e funções a seguir:

3.1 Perfil Profissiográfico Previdenciário

- 1.1.1. Emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário, conforme IN do INSS;
- 1.1.2. Permitir processar e emitir em lote o PPP, minimizando o trabalho manual;
- 1.1.3. Integrar-se automaticamente aos seguintes módulos do PCMSO / PPRA/PGR com os Riscos identificados e Controle de acidentes.

3.2 E-SOCIAL

- 1.1.1. Validar todos os eventos antes da geração do XML para envio a Receita Federal
- 1.1.2. Controlar os prazos para envio dos eventos
- 1.1.3. Guardar todo o histórico dos eventos enviados
- 1.1.4. Possuir um painel de controle de todos os eventos
- 1.1.5. Rastrear os eventos a qualquer momento
- 1.1.6. Congelar as informações geradas
- 1.1.7. Notificar caso houver alguma inconsistência de informações
- 1.1.8. Gerar os arquivos em XML no lay-out da Receita Federal (lay-out 2.2) para os eventos a seguir:
 - S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho
 - S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador
 - S-2240 – Condição Ambientais de Trabalho – Fatores de Risco
- 1.1.1. Após a geração dos eventos no layout da Receita Federal, os arquivos no formato xml da Receita Federal o software deverá realizar os serviços de mensageria, ou seja, envio dos dados a RFB.

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1. Readaptação

- 2.1.1. Permitir Cadastro de Readaptação, permitindo vincular junto aos contratos do servidor;



259

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.1.2. Permitir Visualização de Históricos de Readaptação;
- 2.1.3. Associar Restrições ao servidor junto ao cadastro de readaptação;
- 2.1.4. Permitir inclusão de Arquivos - Documentos e Imagens para evidências.
- 2.1.5. Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a readapção do servidor.

2.2. Cessão

2.2.1. Permitir cadastro de servidor com as seguintes informações:

- 2.2.1.1. Permitir cadastro com Tipo de Movimentação;
- 2.2.1.2. Permitir cadastro com Tipo de Pagamento;
- 2.2.1.3. Permitir realizar o cadastro com inclusão de Período;
- 2.2.1.4. Permitir cadastro de informação com dados do tribunal;
- 2.2.1.5. Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a cessão do servidor.

CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO

1 Da Segurança do Sistema.

- 1.1 - Deverá possuir proteção contra ataque de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema;
- 1.2 - Deverá possuir proteção contra ataque XSS;
- 1.3 - Deverá possuir mecanismo de exportação de toda a base de dados, a qualquer momento, por um usuário de alto nível, em formato SQL;

2 Da Compatibilidade.

- 2.1 - Deverá ser uma aplicação web, com todas as funcionalidades acessíveis através de navegador de Internet, podendo ter complementos no computador do usuário em casos de necessidade de comunicação com hardware para que possibilite a funcionalidade ser executada via navegador. Como Certificado Digital, por exemplo;
- 2.2 - Deverá ser escrito na sua totalidade em linguagem de programação compatível com os propósitos do sistema em questão, com suporte técnico do fabricante, caso não utilize linguagem de programação de código aberto;
- 2.3 - Deverá ser totalmente compatível com o sistema operacional MS Windows, em sua mais recente versão e nas 3 versões anteriores;
- 2.4 - Deverá ser totalmente compatível com os navegadores de Internet Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas mais recentes versões;
- 2.5 - Deverá possuir mecanismo de integração a outros sistemas, e estar 100% integrado com os sistemas de Recursos Humanos, em especial a Folha de Pagamento da Prefeitura;
- 2.6 - Os dados devem ser armazenados em banco de dados hospedado em nuvem, sendo que deve possuir licença tipo free, sem limites de usuários, de tamanho e com controle transacional. Ou, caso utilizem softwares proprietários, a CONTRATADA deverá fazer a cessão do licenciamento dos softwares devidamente licenciados para governo caso o sistema tenha que ser hospedado na CONTRATANTE ao final do contrato;



260

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

2.7 - O sistema de ponto eletrônico deve atender as reais necessidades nos lançamentos dentro das especificações adotadas por meio de portaria dos horários / escalas de servidores em cada órgão CONTRATANTE, bem como de horas extras em forma de pagamento ou banco de horas quando autorizadas pela liderança.

3 Da Performance.

3.1 - Deverá ser capaz de ser acessado, de forma simultânea e concorrente, sem degradação do tempo de resposta aos demais usuários, por pelo menos 50% dos usuários cadastrados no sistema;

3.2 - Deverá suportar e armazenar em banco de dados carga de dados de marcações ao longo de 35 anos;

3.3- Serão contemplados todos os funcionários dos órgãos CONTRATANTES.

4 Da Regionalização.

4.1 - Deverá apresentar em sua totalidade, informações em português brasileiro, incluindo informações para os usuários em tela e relatórios;

4.2 - Deverá apresentar informações referentes à data e hora em formato português brasileiro;

4.3 - Deverá apresentar informações referentes a valores numéricos em formato português brasileiro;

4.4 - Deverá apresentar informações referentes à moeda, em formato adequado à correta localização da informação, no caso de o sistema utilizar informações monetárias.

5 Das Funcionalidades.

5.1 – Deverá funcionar em conformidade com as regras definidas nas legislações do Município de Itatiba, e com as regras definidas pela portaria 671/2021 e suas posteriores alterações;

5.2- Deverá controlar número ilimitado de relógios;

5.3 - Deverá permitir a inclusão de escalas mensais para grupos específicos de profissionais e manter o histórico das escalas;

5.4 - Deverá aceitar tratar e gerenciar o registro, ajuste e tratamento de 2 (duas) matrículas diferentes ativas para o mesmo servidor, identificado através do mesmo nº de PASEP/PIS, ou mecanismo que venha a substituir, com 2 (duas) jornadas de trabalho diferentes, sendo que o servidor com duas matrículas poderá efetuar suas marcações num mesmo relógio ou em mais de um relógio;

5.5 - Deverá permitir o cadastramento "on line" dos equipamentos Relógios, independentemente de serem eletrônicos ou virtuais;

5.6 - Deverá realizar monitoramento online de todos os relógios (eletrônicos ou virtuais) instalados, apresentando o estado de cada um, como com ou sem comunicação;

5.7 - Deverá coletar e identificar digitais através de equipamento coletor de biometria e chip (crachás), possibilitando o cadastro dos servidores na base de dados do sistema;

5.8 - Deverá controlar os seguintes tipos de jornadas de trabalho; jornadas administrativas normais, jornadas de turno com obrigatoriedade de trabalho em jornadas com controle apenas por carga horária (com ou sem limites definidos no dia), jornadas flexíveis com horário e períodos de flexibilização, revezamentos com reconhecimento automático de permutas, marcação de refeição opcional ou obrigatória em todos os tipos de jornadas, horários flexível de refeição com limites definidos em todos os tipos de jornadas, tolerâncias nas marcações, jornadas duplas (dois períodos de trabalho num mesmo dia);



201

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 5.9 - Deverá permitir a composição de horários por ciclos de jornadas de qualquer tipo, com repetição programada, mantendo as seguintes características: controle completo de banco de horas, controle de períodos de compensações, controle de diversos calendários, conforme as diversas localidades da empresa, controle de diversos tipos de dia (normal, feriado, etc), com possibilidade de criação de tipos de dias específicos pelo usuário, sem necessidade de programação adicional;
- 5.10 - Deverá executar as seguintes funções sem precisar de programação adicional: apuração de horas normais, apuração de horas extras e plantões em dias normais, apuração de horas extras e plantões em dias feriados, ou de folga, apuração de horas extras e plantões com percentuais diferenciados, apuração de atrasos, apuração de saídas antecipadas, apuração de saídas intermediárias, apuração de interjornadas, apuração de ausências, apuração de horas noturnas com período fixo ou de acordo com o horário realizado, quebra de dia às 24 horas ou em qualquer outro horário indicado pelo usuário, alocação das ocorrências no dia da jornada ou nos dias em que realmente aconteceu, reconhecimento do dia da jornada pelo dia da entrada ou pelo dia da saída, determinação de períodos de afastamento integral, determinação de períodos de afastamento parcial por tempo, determinação de períodos de afastamento parcial por horário, compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas com limite de ocorrências e/ou de tempo num determinado período, cálculo das verbas para a alimentação da folha de pagamento;
- 5.11 - Deverá permitir cadastro de várias empresas, lotações e cargos dos servidores;
- 5.12 - Deverá integrar com sistema atual de coleta de pontos do Departamento de Processamento de Dados da CONTRATANTE
- 5.13 - Deverá coletar, de forma remota e automática, além de ser possível agendar a periodicidade da importação das marcações efetuadas nos equipamentos REP; e de forma on-line e marcação por marcação para o relógio virtual;
- 5.14 - Deverá permitir cadastro de justificativas individual e coletiva;
- 5.15 - Deverá permitir a visualização do ponto diário dos servidores;
- 5.16 - Deverá permitir controle de tolerância parametrizada para entrada e saída;
- 5.17 - Deverá permitir controle de abono e atrasos, faltas com registro de motivos, horas extras, saídas antecipadas, afastamentos, férias, licenças de saúde, congresso, cursos, licença prêmio, etc.;
- 5.18 - Deverá permitir controle de vários bancos de horas (Quantos forem necessários) e controle de compensação programável;
- 5.19 - Deverá permitir controle de banco de horas e compensação;
- 5.20 - Deverá permitir criar modelos de jornada de trabalho específica;
- 5.21 - Deverá permitir ao usuário escolher o período de apuração de frequência;
- 5.22 - Deverá permitir parametrização de regras e fórmulas definidas pelo administrador e/ou chefia;
- 5.23 - Deverá apresentar apuração de totais de horas trabalhadas, horas normais, horas extras, faltas, atrasos, horas de adicional noturno, controle de descanso semanal remunerado, etc.
- 5.24 - Deverá possuir consulta de espelho ponto;
- 5.25 - Deverá permitir justificar faltas e atrasos;
- 5.26 - Deverá permitir notificação por e-mail para o chefe/gestor de eventos como HE, atrasos e faltas;
- 5.27 - Deverá apresentar alerta ou indicação dos funcionários que faz horas extras;
- 5.28 - Deverá gerar relatórios em tela e nos formatos PDF, CSV, ODS (Open Document) e arquivo texto além de ser possível fazer o envio dos mesmos formatos por email através da própria aplicação;
- 5.29 - Deverá gerar relatórios com possibilidade de imprimi-los pela impressora;
- 5.30 - Deverá possuir relatório de histórico de horários / escalas dos servidores;

CONTROLE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE E PATRIMÔNIO GESTÃO DE SUPRIMENTOS NA WEB

83



262

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Registro de Informações básicas e tarefas administrativas (Unidades Orçamentárias / Administrativas), associação dos respectivos centros de custos integrados ao módulo Contábil / Orçamentário. Controle de Acesso. Parâmetros de funcionalidades. Gestão de cadastros de Materiais e serviços de forma padronizada. Controle de situação dos cadastros de Materiais e Serviços.

- 1.1. Registrar localidades de maneira normalizada a ser utilizadas nos cadastros de Fornecedores, Locais de Entrega, etc;
- 1.2. Controle de acesso de usuários individualizados por menu do sistema, possibilitando que seja realizada a cópia de perfil e restrições de acesso baseado em um perfil já existente;
- 1.3. Possuir relatório com a relação de usuários do sistema e de permissão de acesso por usuário;
- 1.4. Permitir a definição de algumas rotinas específicas que necessitam de aprovação por usuário e senha para sua realização (Dupla Custódia);
- 1.5. Permitir ao usuário configurar seus menus de acesso através da opção de favoritos, dessa maneira possibilitando que o usuário configure seu perfil de trabalho;

a) GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

- 1.6. Codificar os materiais por Catálogo e manter registro do tipo de material;
- 1.7. A classificação de materiais e serviços deverá ser única e padronizada. O catálogo de materiais/serviços deverá estar disponível para todos os módulos do sistema: materiais e serviços, fornecedores, compras, estoque, patrimônio, contratos, (com restrição de uso para certos usuários);
- 1.8. O catálogo de materiais e serviços deverá disponibilizar automaticamente para consulta as especificações e respectivos códigos para efeito de solicitação de aquisição e/ou contratação e controle de estoque;
- 1.9. O sistema deverá disponibilizar no momento da consulta dos códigos de materiais e/ou serviços catalogados a informação do status em que se encontra o mesmo (ATIVO, INATIVO, DESABILITADO PARA COMPRAS, LICITANDO). Para efeito de aquisições, os usuários de sistema apenas irão utilizar os materiais que encontrarem-se ATIVOS;
- 1.10. O sistema deverá permitir classificação dos materiais ou serviços (inclusive serviços de engenharia e obras) por natureza de despesa, devendo permitir a vinculação da natureza de despesa por material/serviço;
- 1.11. O sistema deverá possibilitar, a critério do usuário habilitado ou administrador do sistema, o gerenciamento e controle do material por código de barras para as funções de armazenamento, devendo, quando definido, armazenar mais de um código de barras para um mesmo item, permitindo também a movimentação e identificação de itens através desse controle;
- 1.12. O sistema deverá permitir que somente usuários responsáveis pela codificação e/ou administração de Materiais e Serviços possam incluir um novo material/serviço no catálogo;
- 1.13. O sistema não deverá permitir a codificação / cadastramento de dois itens de material ou serviço com o mesmo código;
- 1.14. O sistema não deverá permitir a exclusão de um código de material e/ou serviço cadastrado quando tiver sido utilizado anteriormente, ou seja, tiver histórico de compra e ou contratação, permitindo a INATIVAÇÃO, DESATIVAÇÃO, ATIVAÇÃO (quando estiver inativo);
- 1.15. O sistema deverá possuir mecanismos de busca de materiais e serviços, através do fornecimento de palavras inteiras ou parte de palavras contidas no nome ou na descrição dos itens;
- 1.16. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais com informações entre os módulos do sistema (fornecedores, materiais, banco de preços, estoque/almoxarifado, patrimônio, contratos, compras/licitações). Ex.: Relação dos patrimônios por materiais, Relação dos materiais sem



263

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

movimentação a partir de uma data; Relação de materiais em estoque por Almojarifado; Relação da apropriação de consumo por centro de custo; Relatório de materiais/serviços adquiridos num determinado período;

1.17. Permitir a consulta de disponibilidade de material, informando qual a quantidade em estoque de acordo com o Almojarifado, se existem bens permanentes disponíveis ou se são itens pertencentes a uma Ata de Registro de Preços;

1.18. Gerar relatório de licitações, com informação de número de processo, objeto, secretaria requisitante, modalidade, data de abertura, data de homologação, valor estimado, fornecedor, tipo de contrato (contrato, autorização de fornecimento ou ordem de serviços), ou ata de registro de preços, valor contratado, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF .odt, .docx

b) CADASTRO DE FORNECEDORES

1.19. O sistema deverá conter tela para cadastro de fornecedores, tanto pessoas físicas como jurídicas, para acesso e controle ÚNICO e visualização/tramitação por todos os módulos do sistema integrado de gestão de materiais e serviços, compras, estoque, patrimônio, contrato, orçamentário, financeiro e contábil, relacionando os fornecedores aos catálogos de materiais/serviços/engenharia e obras ofertados;

1.20. Os campos de cadastramento de dados do Fornecedor devem ser habilitados automaticamente de acordo com o Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica) a ser cadastrada. (Exemplo: O sistema não poderá permitir a digitação do campo CNPJ para pessoa física e vice-versa);

1.21. Deverá guardar histórico das alterações da razão social do fornecedor para critério de consulta;

1.22. Após carregar os dados essenciais do fornecedor para a tela de cadastro de Fornecedores, o sistema deverá permitir a atualização de dados sobre a emissão e atualizações de Certificado de Registro Cadastrais, controlando a existência de documentos vencidos, quando da visualização do CRC (Certificado de Registro Cadastral);

1.23. O sistema deverá manter o cadastro dos catálogos de materiais, obras ou serviços ofertados pelo fornecedor, permitindo a vinculação de mais de uma linha de fornecimento;

1.24. O sistema deve possuir controle de penalidades, controlando prazo de validade das penalidades aplicadas bloqueando automaticamente os fornecedores com situações irregulares nos processos licitatórios;

1.25. No campo para inclusão do catálogo atendido pelo Fornecedor, deverá ser permitido que seja feita a inclusão para mais de um Fornecedor de uma vez de vários catálogos, acelerando o cadastramento;

1.26. O sistema deverá permitir busca de fornecedores a partir de palavras contidas no seu nome, razão social ou nome fantasia, a partir de CPF/CNPJ e Cidade;

1.27. Emitir relatório de atestado de capacidade técnica;

1.28. Estar disponível mapa de cotação, cotação para envio à fornecedor, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF .odt, .docx de todos os campos disponibilizados.

c) BANCO DE PREÇOS

1.29. Permitir o cadastramento de índices de correção a ser utilizado para atualização monetária dos valores registrados no banco de preços;

1.30. Permitir a parametrização do prazo de consulta de valores do Banco de Preços a serem considerados como válidos aplicar a atualização monetária e utilização como valores válidos para estimativa nas requisições de compras;

1.31. Após a conclusão do procedimento de aquisição e/ou contratação, o Sistema deverá registrar no Banco de Preços o valor do preço a partir de geração da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços ou Ata de Registro de Preços;



264

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.32. O sistema deverá informar aos usuários, no momento da criação das Requisições de Compras informações relativas ao banco de preços com o valor da época, o índice acumulado de atualização e seu valor atualizado, obedecendo às configurações de prazos para consultas de preços e percentual de garantia para correções previamente definidos pelo administrador do sistema;
- 1.33. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios de preços constantes do Banco de Preços, por tipo de preço (Autorização de Fornecimento, Ordens de Serviço e Ata de Registro de Preços), Modalidade de Licitação, faixa de itens, faixa de datas, tipo analítico e sintético e quantidade de preços para análise por material / serviço;
- 1.34. Integrar e gerar automaticamente relatório de homologação para processos comum e registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;
- 1.35. Integrar e gerar automaticamente atas de registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;
- 1.36. Permitir a inclusão de cadastro de reserva na Ata de Registro de Preços, gerando automaticamente relatório em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura.

d) AQUISIÇÕES POR LICITAÇÕES E COMPRAS

- 1.37. O sistema deverá permitir a criação da Requisição de Compras e/ou Requisição de Serviços pelas diversas unidades que compõem a administração, através de usuários devidamente habilitados com a respectiva permissão;
- 1.38. O sistema deverá ter integração automática com o módulo orçamentário contábil, para efeito de reservas, empenhos, liquidação e suas respectivas anulações;
- 1.39. O sistema deverá permitir o cadastramento de Cargos e Comissões de Licitações;
- 1.40. A partir da criação da Requisição de Compras, o sistema deverá informar ao usuário caso o item/código de material que esteja sendo incluído exista em estoque, ou seja, um item pertencente a uma Ata de Registro de Preços;
- 1.41. Permitir vincular uma requisição a uma Adesão de Registro de Preços, referenciado qual a Adesão deve estar associada, a fim de permitir que sejam inseridos somente itens da Adesão para criação de uma Dispensa de Licitação;
- 1.42. O sistema deverá disponibilizar a relação de Dotações Orçamentárias disponíveis para vinculação no Módulo Orçamentário Contábil, de acordo com as naturezas de despesas dos itens constantes na Requisição de Compras ou Serviços;
- 1.43. Após vinculação das dotações orçamentárias contábeis na Requisição de compras ou serviços, o sistema deverá permitir a solicitação de reserva de valores ao Módulo Orçamentário / contábil, podendo ser: do Exercício ou Plurianuais;
- 1.44. Após a efetivação da reserva, de forma integrada à Requisição de Compras ou Serviços no Módulo Orçamentário / Contábil o sistema deverá visualizar as Requisições que irão efetivar compras de mesmo catálogo a fim de criar um agrupamento de compras almejando uma economia de escala na modalidade correspondente;
- 1.45. O sistema deverá permitir o agrupamento de várias requisições para fins de organização do procedimento licitatório, que pode ser criado por Item ou Lote;
- 1.46. O sistema deverá permitir o processamento de contratações realizadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/21; deverá atender todas as modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021
- 1.47. O sistema deverá controlar os valores de aquisições/contratações por limite da dispensa por valor, sinalizando quando o teto máximo do exercício da despesa for atingido, através de histórico acumulativo



265

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.48. O sistema deverá mostrar o status da Requisição de Compras/Serviços do início ao fim do processo (Aprovada, Não Aprovada e Reservada);
- 1.49. O sistema deverá controlar a aquisição de materiais e contratação de serviços ou obras, desde a Requisição até a contratação em si, realizada através das modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021 ou dispensas (aquisição direta, licitação dispensada ou inexigibilidade), seguindo todas as etapas até a homologação do procedimento, empenho, emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço e Acompanhamento das Entregas ou Prestação dos Serviços e Liquidação de Despesa;
- 1.50. O sistema deverá armazenar informações relativas às aquisições realizadas, tais como: Modalidade/Nº da Aquisição, Tipo de Licitação, Objeto, Responsáveis, Comissão de Licitação, Datas e Horas de Abertura, Entregas de Envelopes, Sessões, Participantes, Processo Administrativo, Pareceres da Licitação, e demais dados referentes ao andamento histórico das atividades do processo;
- 1.51. Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais;
- 1.52. O sistema deverá permitir a definição automática do vencedor de acordo com as propostas das empresas ou ainda a definição do vencedor de forma manual a critério do usuário;
- 1.53. O sistema deverá emitir todos os documentos referentes ao processo licitatório, tais quais: atas, editais, mapa comparativo, dentre outros;
- 1.54. O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos;
- 1.55. O sistema deverá manter o registro de motivos de dispensa de licitação para efetivação dos empenhos devidamente justificados no módulo orçamentário contábil;
- 1.56. As Requisições de Compras ou Serviços que estarão Agrupadas ao final do procedimento deverão possuir a emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviços, individualizada a fim de facilitar a identificação da liquidação da despesa;
- 1.57. O sistema deverá disponibilizar um acompanhamento de entregas por Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, relatando as solicitações, as entregas, os aditivos e alterações de preços, saldo físico e financeiro por item;
- 1.58. O sistema deve possibilitar emissões de Solicitações de Entrega para Materiais ou Serviços com entregas parceladas, devendo ser numeradas por Exercício e vinculadas diretamente à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, controlando o saldo físico das entregas ou execuções a serem realizadas pelo Fornecedor;
- 1.59. O sistema deverá *permitir* a aplicação das disposições da Lei Complementar 147/2014;
- 1.60. O sistema deverá controlar o status do processo, conforme os seguintes descritivos (Adjudicado / Ativo, Anulado / Suspenso, Deserto, Fracassado, Homologado, Homologado – Parcial, Revogado, Outra);
- 1.61. Permitir a verificação e o comparativo do valor de última aquisição e/ou estimado para as Aquisições / Contratações, com os valores finais ofertados pelo licitante vencedor;
- 1.62. Quando o processo de Aquisição ou Contratação chegar à Homologação e/ou julgamento final das propostas, o sistema deverá realizar via integração com o Módulo Orçamentário Contábil, o empenho da despesa;
- 1.63. Após a emissão de nota de empenho, o sistema deverá permitir ao usuário habilitado, a geração de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço aos vencedores;
- 1.64. O sistema deverá permitir a realização de Aditamento à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, vinculando-o ao processo Licitatório ou que originou a contratação, permitindo ainda a realização de reserva orçamentária via integração automática com o módulo Orçamentário/Contábil;
- 1.65. O sistema deverá ser integrado com os módulos de estoque e contratos, encerrando o processo de Aquisição / Contratação com a entrega dos materiais nos locais definidos emitindo o Boletim de



266

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Recebimento de Material ou Boletim de Prestação de Serviços, permitindo a emissão dos documentos pelo Almojarifado ou pelo Gestor da Aquisição / Contratação;

1.66. Permitir a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP conforme disposições da Lei 14.133/21;

e) COTAÇÃO DE PREÇOS

1.67. O sistema deverá conter mecanismo de cotação de preços, integrado ao módulo de Aquisições e Registro de Preços, permitindo que a cotação seja realizada com base em uma Requisição de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras ou tendo apenas como base os itens que desejam ser cotados, sem vínculo com requisição/agrupamento;

1.68. O sistema deverá permitir o controle dos fornecedores que ofertarem propostas para os itens da Cotação de Preços, emitindo o Mapa Comparativo para auxiliar no julgamento, demonstrando informações sobre o preço médio do item e total pela média, Menor e Maior Preço, Desvio Padrão dos preços apresentados, coeficiente de variação e os preços ordenados por ordem crescente de valores;

1.69. O sistema deverá destacar no Mapa Comparativo de Preços, as propostas que contém o menor preço;

1.70. Após o término da cotação de preços os valores apurados deverão retornar às Requisições de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras tanto para processo comum de contratação como para processos de Registro de Preços com as opções de Média, Menor ou Maior, permitindo o lançamento de acréscimo percentual (%) como margem de segurança, para os casos das cotações com vínculo a requisição/agrupamento;

1.71. O sistema deverá possibilitar a exportação da cotação para Excel, permitindo que o fornecedor possa preenchê-la e posteriormente o sistema deverá importar o arquivo atualizando os preços conforme a planilha;

1.72. O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;

f) REGISTRO DE PREÇOS

1.73. O sistema deverá permitir o registro e emissão de Requisições de Registro de Preços pelas Unidades Requisitantes com planejamento quantidades a serem utilizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços (máximo de 12 meses);

1.74. A Requisição de Registro de Preços deverá seguir o número sequencial a partir do número 1 seguido do ano referente ao exercício corrente;

1.75. As Requisições de Registros de Preços deverão conter no mínimo os seguintes campos: N.º / Ano Requisição, Unidade Requisitante, Justificativa, Item, Quantidade Estimada, Local de Entrega, Observação e o Tipo de Requisição (Grupo de Materiais ou Item);

1.76. O sistema deverá permitir a digitação de especificação complementar do item na Requisição de Registro de Preços e sua emissão na Requisição, integrando com o módulo de Cotação de Preços para pesquisa de mercado;

1.77. O sistema deverá permitir Tipos de Requisição por Grupo para materiais onde não seja previsível a definição de quantidade ou identificação como, por exemplo, peças de veículos;

1.78. O sistema deverá permitir a emissão da Requisição de Registro de Preços para fins de composição e abertura do processo licitatório, contendo campos para assinatura pelo Requisitante responsável e Secretário do Órgão Gerenciador;

1.79. O sistema deverá permitir a aprovação ou cancelamento das Requisições de Registro de Preços;

1.80. O sistema deverá demonstrar o status da Requisição de Registro de Preços (Ativa e Cancelada);



267

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.81. O sistema deverá disponibilizar a criação de um Agrupamento de Requisições de Registros de Preços que estejam aprovadas para unir o máximo possível de quantidades a serem licitadas, em busca de economia de escala, além de minimizar o número de certames a ser executado. Deverá permitir o gerenciamento da consolidação das Requisições, demonstrando as informações referentes aos Órgãos Participantes com seus itens e quantidades respectivas;
- 1.82. O sistema deverá permitir a organização do item em Lotes de maneira que for mais conveniente à Administração;
- 1.83. Suportar todas as fases das Licitações realizadas através do Sistema de Registro de Preços desde o pedido, contratação e acompanhamento das Atas de Registro de Preços (cotas, saldos, unidades requisitantes, remanejamento de cotas, reajustes de preços) de cada item;
- 1.84. Ao final do procedimento licitatório, conforme modalidade adotada, o sistema deverá manter registro das propostas dos Licitantes que disputaram o certame, e sua classificação para efeitos de posterior emissão de Ata de registro de Preços;
- 1.85. O sistema deverá gerar e emitir a Ata de Registro de Preços, contendo no mínimo as informações: Órgão Gerenciador, Participantes, Grupos / Materiais ou Serviços com sua quantidade estimada para a validade da Ata, informações do Fornecedor vinculado à Ata, a sua classificação, o valor a ser registrado, numero e ano da Ata, a descrição dos materiais/serviços e valor total estimado e caso se trate de um processo por desconto, registrar o valor do desconto na Ata;
- 1.86. O sistema deverá permitir a emissão do relatório da Ata de Registro de Preços;
- 1.87. O sistema deverá possuir recurso para aviso para republicação da ata de registro de preço trimestralmente, sendo a quantidade de dias de antecedência para o aviso configurável;
- 1.88. Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais;
- 1.89. O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos;
- 1.90. O sistema deverá permitir ao Órgão Participante (Secretaria / Unidade Orçamentária) solicitar a aquisição / contratação dos materiais ou serviços constantes na Ata de Registro de Preços, emitindo a Solicitação de Entrega de Materiais ou Solicitação de Serviço;
- 1.91. A Solicitação de Materiais e/ou Solicitação de Serviços deverá conter informações relativas à Ata de Registro de Preços, item com o código e descrição do material / serviço, quantidade requisitada, valor registrado, justificativa de compra e observação;
- 1.92. Após a criação da Solicitação de Materiais ou Solicitação de Serviços, o sistema deverá permitir a inclusão via integração automática ao módulo orçamentário / contábil de informações relativas a dotação orçamentária para fins de reserva e empenho da despesa;
- 1.93. Após o empenhamento da despesa o sistema deverá permitir a emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviços;
- 1.94. O sistema deverá permitir o gerenciamento e controle da Ata de Registro de Preços, permitindo realização do acompanhamento de contratações na Ata, controlando as quantidades máximas da Ata bem como as quantidades específicas dos órgãos participantes (Unidades Orçamentárias) conforme o planejamento anual das quantidades a serem utilizadas, permitindo a emissão de relatórios e a consulta em tela destas informações;
- 1.95. O sistema deverá controlar/gerenciar as entregas relativas às Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviço emitida, controlando o saldo e cancelamentos realizados;
- 1.96. O sistema deverá permitir o controle de transferências de cotas das Unidades Orçamentárias sem que seja alterada a quantidade da Ata de Registro de Preços;



268

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.97. O sistema deverá gravar os preços dos primeiros colocados para cada item no momento de geração da Ata de Registro de Preços no módulo de Banco de Preços identificando se o valor do banco de preços é um "PREÇO REGISTRADO" em Ata;
- 1.98. O sistema deverá permitir o cancelamento do item registrado na ata para o Fornecedor, bloqueando assim as futuras entregas desse item;
- 1.99. O sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, o sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 (quando a licitação for realizada regida pela Lei 14.133/21), não permitindo o registro de solicitações de execução após o término do prazo de vigência.
- 1.100. O sistema deverá controlar na Solicitação de Entrega de Materiais ou Execução de Serviços pela Unidade Orçamentária Participante o saldo quantitativo para a Unidade, informando quando não possuir saldo na respectiva Ata de Registro de Preços;
- 1.101. O sistema deverá permitir a revisão de preços da Ata de Registro de Preços por motivos imprevisíveis ou incontornáveis pela Administração, sempre que o valor registrado denotar diferenças em relação ao preço de mercado (para cima ou para baixo);
- 1.102. O sistema deverá manter registro histórico, inclusive disponibilizar relatórios, das revisões dos preços registrados;
- 1.103. O sistema deverá permitir o remanejamento de cotas entre Unidades Orçamentárias Participantes da Ata de Registro de Preços e entre as Participantes e Unidades Orçamentárias que não haviam participado do certame, controlando os respectivos saldos resultantes do remanejamento;
- 1.104. O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;
- 1.105. O sistema deverá permitir a utilização nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade;

g) ESTOQUE / ALMOXARIFADO

- 1.106. O sistema deverá permitir registro da estrutura hierárquica dos almoxarifados com subordinação dos locais de armazenamento. Exemplo:
- 1.02.000 – Almoxarifado Totalizador da Saúde
- 1.02.001 – Almoxarifado Central da Saúde
- 1.02.002 – Almoxarifado Ambulatorial
- 1.107. O sistema deverá controlar as divisões físicas de localização de corredores / ruas, pallets e escaninhos para armazenamento de materiais;
- 1.108. O sistema deverá possibilitar a definição do responsável pelo almoxarifado, esse responsável deverá estar vinculado ao cadastro de usuários do sistema;
- 1.109. O sistema deverá bloquear as movimentações dos almoxarifados que estejam sem responsável vinculado;
- 1.110. O sistema deverá possibilitar o controle de acesso de usuários a almoxarifados, possibilitando que o usuário de sistema possa ter acesso a mais de um almoxarifado;
- 1.111. O sistema deverá permitir o controle de armazenamento de materiais perecíveis, registrando o Lote, Data de Fabricação e Vencimento e respectiva quantidades;
- 1.112. O sistema deverá controlar todas as movimentações dos materiais no estoque, registrando as entradas e saídas e seus respectivos valores efetuando o cálculo de balancetes para encerramento mensal;



269

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.113. Com base na movimentação histórica, em cada almoxarifado será calculado o ponto de reposição emitindo relatório de materiais em ponto de reposição;
- 1.114. O controle físico e financeiro dos materiais deverá ser efetuado automaticamente fornecendo a posição do estoque para cada material do almoxarifado;
- 1.115. O sistema deverá utilizar o conceito de Centro de Custos para as Unidades Requisitantes e preço médio ponderado para efetuar os movimentos de saída;
- 1.116. Manter histórico de documentos responsáveis pelas movimentações como, por exemplo, Notas Fiscais, Requisição de Material ao Estoque, Atesto de Recebimento de Mercadorias ou Execuções de Serviços, Devolução de Mercadorias, Inventários, etc.;
- 1.117. Os mecanismos para controle das movimentações tais como entradas, saídas e transferências devem ser informatizados, permitindo a emissão de documentos para arquivamento nos setores;
- 1.118. As Requisições de Materiais pelas Unidades Administrativas devem ser geradas de forma eletrônica com numeração sequencial por exercício;
- 1.119. O sistema deverá permitir que as requisições de material em estoque possam ser atendidas integralmente ou parcialmente;
- 1.120. O sistema deverá permitir aprovação, cancelamento e eliminação de pendência para o material requisitado, bem como o estorno da Requisição de Material em Estoque;
- 1.121. O sistema deverá ter mecanismos que bloqueiem os almoxarifados para entradas e saídas durante os períodos de inventário;
- 1.122. O sistema deverá permitir o lançamento de vários lotes de materiais perecíveis tanto para as entradas quanto para as saídas de materiais perecíveis;
- 1.123. O sistema deverá permitir que nas saídas de materiais perecíveis seja possível o remanejamento de lotes, tantos quantos forem necessários para o atendimento à quantidade a ser movimentada, bloqueando o movimento até que a quantidade dos lotes sejam necessárias ao atendimento da requisição;
- 1.124. O sistema deverá permitir listar todos os materiais perecíveis a vencer em determinada data por almoxarifado e em geral, individualizada por almoxarifado ou geral;
- 1.125. O sistema deverá disponibilizar a Apropriação de Consumo por Centro de Custo, através das movimentações históricas;
- 1.126. O sistema deverá permitir o cadastramento/inclusão de notas fiscais quando do recebimento do material pelo almoxarifado, permitindo a emissão de Boletim de Recebimento de Material / Serviços, liberando a respectiva nota fiscal para pagamento pelo setor financeiro (liquidação);
- 1.127. O sistema deverá permitir e controlar historicamente as transferências de materiais entre almoxarifados;
- 1.128. O sistema deverá possuir integração com os módulos de Materiais e Serviços, Fornecedores, Aquisições, Patrimônio, Contrato, Orçamentário / Contábil;
- 1.129. O sistema deverá projetar as previsões de consumo para futuras compras, baseados em entregas que estão pendentes e o período de consumo a ser analisado;
- 1.130. O sistema deverá listar materiais em estoque por almoxarifado;
- 1.131. O sistema deverá imprimir as requisições de materiais em estoque efetuadas;
- 1.132. O sistema deverá permitir a saída por deterioração de materiais perecíveis que venceram ou que sofreram algum dano ou acidente natural;
- 1.133. O sistema deverá disponibilizar dados para criticidade, relativos à curva ABC, ponto de reposição e o consumo médio para cada item de material;
- 1.134. O sistema deverá permitir que a "Requisição de Material em Estoque" (RME) que não for atendida pelo setor de Almoxarifado possa ser alterada, desde que seu status não seja "CANCELADA" ou



270

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

"APROVADA", porém, deve haver permissões especiais para DESAPROVAR (RME)s marcadas como APROVADA, se necessário for;

1.135. Na saída de material do estoque para materiais perecíveis, o sistema deverá indicar sempre os lotes mais antigos, antes de se utilizar outro lote mais recente;

1.136. O sistema deverá fornecer a opção de aviso ou de bloqueio para itens requisitados para uma Unidade Administrativa que possua uma Requisição de Material em Estoque a ser atendida;

1.137. Quando do atendimento de RME, o sistema deverá emitir uma Nota de Entrega de Material, para o Requisitante e Almoxarifado. Quando se tratar de material perecível, deverão constar os lotes utilizados no atendimento da Requisição;

1.138. O sistema deverá manter histórico das quantidades solicitadas na requisição de Material em estoque, as quantidades fornecidas e os saldos não atendidos a fim de possibilitar análise sobre demanda reprimida;

1.139. O sistema deverá permitir o estorno de lançamentos de Notas Fiscais, validando se existe saldo físico e financeiro para realizar a operação de forma integrada ao módulo orçamentário / contábil, gerando um estorno de liquidação efetivada;

1.140. O sistema deverá permitir a criação de Inventário, registrando a forma de geração do Inventário (intervalo de catálogo, se foram selecionados somente itens com saldo ou itens que estejam sem preço médio), o usuário que criou o inventário, o responsável e a periodicidade do inventário;

1.141. O sistema deverá permitir a visualização do resumo do inventário, a emissão de Ficha de Contagem, a digitação das contagens, visualização e emissão de consistência do inventário (resultado apurado com a contagem), a efetivação dos ajustes de inventário e seu respectivo encerramento;

1.142. O sistema deverá permitir a digitação do valor de preço médio para materiais que são localizados no estoque durante o inventário e não existiam em estoque, bem como, para aqueles materiais que estão sem valor pré-definido;

1.143. O sistema deverá possuir consulta ao resultado do Inventário;

1.144. O sistema deverá permitir a emissão de etiquetas para fixação nas prateleiras;

1.145. Permitir a seleção do empenho a ser liquidado na entrada da nota fiscal;

1.146. Permitir o cálculo e fechamento mensal do balancete integrado ao módulo contábil;

h) CONTRATOS

1.147. Permitir o registro dos contratos informando número e ano do contrato, Fornecedor contratado, datas de início e término, data de publicação, data de assinatura, vigência (meses ou dias), objeto, veículo de publicação e valor;

1.148. Possibilitar a inclusão de Contratos formalizados a partir de um processo de Aquisição por Compra ou Licitação, carregando as seguintes informações de forma integrada: fornecedores, modalidade, número e ano da licitação ou dispensa, itens do contrato, informações dos empenhos, dados de publicação e órgão responsável;

1.149. Registrar a rescisão do contrato indicando motivo, data da rescisão, data de publicação, veículo de publicação e observação;

1.150. Registrar os dados de aditamentos, equilíbrios econômicos financeiros, reajustes e revisões;

1.151. Registrar as paralisações do contrato alterando prazo final de vigência de acordo com os prazos de paralisações;

1.152. Registrar as medições da execução do contrato informando o percentual de conclusão a cada medição e relatório de execução do contrato;

1.153. Registrar as penalidades sofridas pelo contratado e as garantias exigidas;



271

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.154. O sistema deverá possuir relatórios gerenciais básicos para o gerenciamento do contrato – relatório geral de contratos a vencer, contratos anulados, contratos em prorrogação;
- 1.155. O sistema deverá possuir rotina que liste os contratos que estão a vencer, permitindo a definição pelo usuário, da quantidade de dias de antecedência que ele gostaria de ser avisado do vencimento dos contratos;
- 1.156. O sistema deverá possuir integração ao módulo de fornecedores, compras, materiais e serviços, estoque e patrimônio, facilitando o trâmite de informações sobre contratos;
- 1.157. Emitir ficha do contrato relacionando todos os dados registrados para o contrato;
- 1.158. O sistema deverá permitir a emissão de relatórios referentes aos contratos vencidos e a vencer, a partir de filtros de pesquisa por fornecedor, número contrato, data vencimento e ainda faixa de datas, Ano etc.;
- 1.159. O sistema deverá emitir relatório que liste o contrato e suas respectivas liquidações e pagamentos em formato de extrato;
- 1.160. O sistema deverá permitir a exportação de uma lista de contratos em Excel;
- 1.161. O sistema deverá permitir o anexo de arquivos vinculados ao contrato;

i) PATRIMÔNIO

- 1.162. O sistema deverá controlar o cadastro de bens móveis, imóveis, intangíveis e acervos, oferecendo meios para o controle de numeração dos bens patrimoniais que forem cadastrados no sistema e mecanismos para localização por unidade orçamentária, tipo e código de material, número de patrimônio, classe, processo, tipo de documento, data de aquisição e incorporação;
- 1.163. Permitir o controle do ciclo de vida do ativo, desde sua aquisição integrada ao módulo de Aquisições, incorporação patrimonial, reavaliações, transferências, depreciações e baixa;
- 1.164. A incorporação de bens móveis deverá ser efetuada de maneira integrada às movimentações de entrada do almoxarifado, somente sendo incorporado quando da sua destinação ao uso, realizando automaticamente a saída do almoxarifado;
- 1.165. O sistema deverá controlar os bens de acordo com a classificação do Grupo de Bens Contábil e Classe Patrimonial, para todos os tipos de Bens, facilitando a contabilização de valores;
- 1.166. Quando se tratar de bens móveis, deverá conter no mínimo as informações: Unidade Administrativa Responsável pelo bem, descrição, código do item de material correspondente, número do tombamento atual e anterior, informações sobre a Aquisição, data de incorporação, estado de conservação, informações referentes a veículo (placa, renavam, chassi, ano de fabricação e modelo, número do empenho, se a vida útil é definida ou indefinida e nos casos de definida, qual o prazo, valores de aquisição e depreciações, o cálculo da depreciação deve ser automático de acordo com a classificação patrimonial, valores acumulados de depreciação e valor líquido e observações do bem;
- 1.167. O sistema deverá permitir controle de bens imóveis, incluindo Unidade Administrativa Responsável, Destinação, dados de endereço do imóvel, inscrição municipal, loteamento, dados de registro de cartório (matrícula, folha, livro), Lei/Decreto Municipal sobre incorporação medidas e área construída, proprietários anterior e atual, valor de aquisição, reavaliações e depreciação mensal e acumulada, assim como emitir relatórios listando o bem imóvel;
- 1.168. O sistema deverá permitir o controle de bens patrimoniais cedidos para utilização a órgãos da Administração Pública ou a cidadãos por intermédio de decisão judicial;
- 1.169. O sistema deverá permitir o registro de declaração de inservibilidade de bens para processo futuro de Leilão e Baixa, concluindo o Desfazimento de Bens;



272

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.170. O sistema deverá permitir controle de bens de terceiros cedidos em comodato por convênios, contratos administrativos ou cessão de uso disponibilizando campos para entrada de dados referentes ao processo;
- 1.171. Para o controle de bens de terceiros o sistema deverá disponibilizar os seguintes campos: Número de Registro, Proprietário do Bem, Estado de Conservação, Localização, Data de Entrega do Bem, Previsão de Devolução e Data Efetiva de Devolução e Descrição do Bem;
- 1.172. O sistema deverá permitir transferência e registro histórico da movimentação de bens entre Unidades Administrativas, registrando o estado de conservação no momento da transferência;
- 1.173. O sistema deverá controlar o histórico de manutenções ocorridas no patrimônio;
- 1.174. O sistema deverá permitir a entrada de dados de garantia, número de série de equipamentos, e deverá manter o controle sobre vencimento dos prazos de garantias do fabricante ou do mantenedor do bem oferecidas ao material ou manutenção;
- 1.175. O sistema deverá permitir a avaliação de bens registrando o prazo de vida útil, valor de mercado, valor apurado de reavaliação ou perda de valor recuperável;
- 1.176. O sistema deverá permitir controle de incorporações, quanto aos bens móveis, integrado ao módulo de Aquisições controlando a quantidade a ser incorporada de acordo com a Nota Fiscal ou documento correspondente;
- 1.177. O sistema deverá permitir controle de baixas patrimoniais com base nos bens declarados como inservíveis, disponibilizando campo para registro de laudo (motivo) comprobatório da baixa e processo administrativo associado;
- 1.178. Quando se tratar de baixa por alienação por venda, o sistema deverá registrar o valor de venda para apuração do "ganho" ou "perda" com a venda o bem;
- 1.179. O sistema deverá permitir o registro de inventário patrimonial de bens móveis, exportando dados para coletor;
- 1.180. O sistema deverá registrar as anomalias de localização de bens durante o inventário, isto é, bens localizados em determinado setor, mas pertencentes a outro para fins de futura regularização;
- 1.181. O sistema deverá permitir o controle de contrato de locação de bens patrimoniais imóveis a terceiros, com informações do locatário, formas de pagamento, periodicidade do pagamento, data de início e fim, valor global;
- 1.182. O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;
- 1.183. O sistema deverá registrar e emitir o Termo de Responsabilidade, individual ou setorial dos bens patrimoniais;
- 1.184. O sistema deverá emitir relatório para inventário (levantamento físico de bens) de bens por unidade administrativa com informações sobre a conservação do material inventariado e se o material está em uso ou ocioso, gerado em formato pdf e planilha compatível com Microsoft Excel;
- 1.185. O sistema deverá possuir rotina para inventário de bens (móveis, acervo, intangível e veículo) possibilitando informar a localização atual do bem e o estado de conservação;
- 1.186. O sistema deverá realizar as movimentações necessárias no patrimônio para ajustes dos bens (localização e estado de conservação) de acordo com o informado no inventário;
- 1.187. O sistema deverá bloquear a movimentação de patrimônio para a unidade gestora ou unidade orçamentária que estiver com o inventário patrimonial aberto a fim de garantir a confiabilidade nas informações do inventário;
- 1.188. O sistema deverá permitir a emissão de relatório demonstrando os bens inventariados: "Localizados e pertencentes ao setor", "Localizados mas pertencentes a outro setor", e "Não Localizados";



273

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.189. O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;
- 1.190. O sistema deverá efetuar o controle mensal financeiro do bem demonstrando o valor anterior do bem, o valor de baixa, reavaliação, depreciação, redução de valor recuperável, valor líquido de baixa e valor atual do bem, emitindo relatório da movimentação de bens;
- 1.191. O sistema deverá, a cada evento de lançamento de valores no controle patrimonial, possuir integração ao módulo orçamentário / contábil sobre os eventos contábeis a serem efetuados;
- 1.192. O sistema deverá emitir relatório, por período, mensal e anual, das manutenções preventivas e corretivas dos bens para auxiliar na gestão patrimonial;
- 1.193. O sistema deverá possuir filtros de busca e localização de cadastros de bens patrimoniais;
- 1.194. O sistema deverá permitir busca de bens patrimoniais por palavras inteiras ou parte de palavras;
- 1.195. O sistema deverá permitir o controle e registro de bens imóveis aforados a terceiros;
- 1.196. O sistema deverá permitir emissão de relatórios de bens móveis por unidade orçamentária, por forma de aquisição, por código de material (quando se tratar de bens móveis), por faixa de valores de aquisição e por data de aquisição e incorporação;
- 1.197. O sistema deverá permitir a inclusão de fotos e arquivos de quaisquer formatos para os bens;
- 1.198. Permitir a emissão de relatório de itens baixados (por exemplo: por período, por tipo de patrimônio, por tipo de baixa e por faixa de patrimônio);
- 1.199. O Sistema deverá permitir a alteração do número de plaqueta do patrimônio;
- 1.200. Classificar o cálculo de depreciação, exaustão ou amortização de acordo com o Grupo e Classe de Bem Patrimonial;
- 1.201. Permitir o estorno de operações que envolvam os lançamentos e movimentações nos bens, quando cabível;
- 1.202. Permitir a reclassificação de bens de uma classe patrimonial para outra, realizando o movimento de incorporação e baixa financeira, integrado aos eventos contábeis;
- 1.203. Permitir o cálculo patrimonial para atualização dos bens;

j) PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 1.204. Permitir a geração dos arquivos XMLs em atendimento a AUDEPS fase IV para envio ao TCE-SP;
- 1.205. Possuir relatório de validação das informações que devem ser preenchidas no sistema para facilitar a identificação de inconsistências nos processos antes de enviá-los ao tribunal de contas do estado;

PREGÃO ELETRÔNICO

1. Funcionar integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.
2. Possuir manual on-line
3. Permitir o licitante cadastrar-se na Plataforma.
4. Permitir o licitante inserir valores da proposta e anexar a proposta digitalizada.
5. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do fabricante na inclusão das propostas.
6. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do modelo na inclusão das propostas.
7. Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento da marca na inclusão das propostas.
8. Permitir o licitante inserir os documentos para a Habilitação através do sistema de pregão eletrônico.

95



274

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

9. Permitir o licitante efetuar lances de menor valor ou de valores intermediários na etapa de disputa e em tempo real.
10. Vedar a identificação dos licitantes na sessão até o fim da etapa de lances.
11. Permitir definir critério de disputa Aberto ou Aberto e Fechado para o processo.
12. Possuir parametrização padronizada pelo sistema referente aos tempos adotados na sessão, permitindo alterações se necessário.
13. Possuir geração de chave de acesso na inclusão das Propostas para acesso e participação da sessão pelo Licitante.
14. Possuir menu detalhado e resumido para acompanhamento do Pregoeiro.
15. Permitir classificação e abertura de itens em lance sem limitação de itens abertos.
16. Permitir ao pregoeiro a reabertura do item após o encerramento da etapa de lances no Modo de disputa aberto, caso não houver prorrogação automática do lance.
17. Sinalizar, em tempo real, quais os itens que o licitante logado está vencendo.
18. Possuir chat para envio de mensagens entre o pregoeiro e licitantes.
19. Permitir envio de mensagem direcionada ao licitante selecionado.
20. Possuir cronometragem individual nos itens para acompanhamento do tempo em lance.
21. Possuir lances randômicos automáticos para o critério Aberto e Fechado com informação ao licitante de fechamento iminente do item.
22. Possuir prorrogações de lances automáticas conforme o critério adotado inicialmente.
23. Permitir que o pregoeiro tenha a opção de encerrar um ou mais lote para a fase de disputa.
24. Possuir configuração de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances.
25. Permitir a negociação com o licitante do melhor lance ofertado para o item.
26. Permitir julgamento de lances para itens com atendimento a LC 147/2014.
27. Permitir a verificação automática e concessão do benefício da LC 123/2006.
28. Possuir critérios de desempate por sorteio para os licitantes empatados.
29. Permitir aceitação do item.
30. Permitir Habilitação dos licitantes vencedores ou todos os licitantes.
- Permitir Inabilitação dos licitantes, repassando o item automaticamente para o licitante que esteja apto e de melhor classificação na etapa de lances.
31. Permitir ao licitante a filtragem dos itens apenas em lance ou finalizados, para melhor visualização na etapa de lances.
32. Possuir tela para manifestação da intenção de recursos por parte dos licitantes.
33. Disponibilizar cronômetro para acompanhar prazo de intenção de recurso.
34. Permitir definição de tempo máximo para abertura de intenção de recurso.
35. Possuir tela para Registro de recursos por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.
36. Possuir tela para Registro de contrarrazões por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.
37. Envio de e-mail com recursos e contrarrazões registrados para todos os licitantes participantes e pregoeiro, contendo os motivos e anexos enviados.
38. Permitir ao pregoeiro a análise dos documentos de habilitação inseridos, após o fim da etapa de lances.
39. Permitir a suspensão da sessão por questão Administrativa, Judicial ou Cautelar com informação do motivo e data e horário previsto para retorno.
40. Permitir o reinício da sessão em mesma etapa onde esta foi paralisada.
41. Disponibilizar funcionalidade que possibilite o acompanhamento dos Pregões Eletrônicos pelo público interessado.



275

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

42. Permitir a geração e disponibilização de ata para download na plataforma.
43. Permitir que o pregoeiro, execute a adjudicação do processo.
44. Permitir que o pregoeiro ou a autoridade competente, execute a homologação do processo
45. Possuir integração com o módulo de Compras e Licitações de forma que os dados do pregão sejam retornados a origem sem a necessidade de redigitação das informações.

ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS

O Sistema de Administração de Frotas, em plataforma web e integrado aos demais sistemas e módulos, deverá oferecer os instrumentos necessários para administração de toda a frota de veículos, máquinas e equipamentos. Controlar os agendamentos para as viagens, motoristas, abastecimentos, manutenções e serviços.

1. Cadastros Básicos

1.1 Cadastro de Seguradora

1.1.1 Permitir o cadastro de seguradora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.

1.2 Cadastro de Locadora de Veículos

1.2.1 Permitir o cadastro da Locadora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.

1.3 Cadastro de Locais e Pátios

1.3.1. Permitir o cadastro da Locais e Pátios, informando a descrição, Endereço, Número de Vagas e Dados para Contato.

1.4. Documentos do Veículo

1.4.1. Permitir o cadastro de tipos de Documentos e Documentos associados aos veículos.

1.5. Cadastros Auxiliares

1.5.1. Tipo de Ocorrência

1.5.2. Tipo de Despesa

1.5.3. Tag Pedágio

1.6. Cadastro de Veículos

1.6.1. Permitir o gerenciamento dos veículos que compõem a frota, informando o RENAVAM, Chassi, a placa, o ano, o modelo, o fabricante, a cor, o tipo do veículo, o tipo de combustível, a unidade orçamentária a que está vinculado, os dados da locadora caso seja terceirizado.

1.6.2. Possuir integração parametrizável com o sistema de Patrimônio, possibilitando a importação de forma manual ou automática dos veículos no momento de sua incorporação no Patrimônio para o Módulo de Frotas.

1.7. Aplicação de Infrações

1.7.1. Permitir o controle das multas recebidas pela frota, informando o motorista infrator, o veículo multado, número da autuação, data e hora da infração, local, tipo, pontuação, descrição da infração, data do pagamento.

1.8. Apólices de Seguro

1.8.1. Permitir o controle das apólices dos seguros dos veículos, informando o número, data de validade, veículo, seguradora, valor segurado e valor da franquia.

1.9. Cadastro de Documentos

1.9.1. Permitir o cadastro e controle do DPVAT e do licenciamento dos veículos.

1.10. Cadastro de Ocorrências

1.10.1. Permitir informar a data, o motorista, o veículo, o tipo da ocorrência, o local e um resumo do ocorrido.

1.11. Cadastro de Colaboradores e Motoristas



276

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.11.1. Permitir o cadastro de colaboradores, contendo no mínimo: matrícula, nome, CPF, cargo ou função, e-mail, endereço e telefone.
- 1.11.2. Quando o colaborador for motorista permitir também informar Número da carteira, categoria, data de emissão e data de vencimento.
- 1.12. Controle de Reserva
 - 1.12.1 Permitir controlar a reserva de veículos informando o veículo, condutor, a finalidade (manutenção, serviço ou viagem), data de início e data término.
 - 1.12.2. As reservas deverão ser exibidas em calendário a fim de facilitar a consulta e novos cadastros.
- 1.13. Cadastro de Viagem
 - 1.13.1. Permitir cadastrar viagens, contendo no mínimo as informações: Situação, passageiros, origem, destino, assunto, data da saída e data do retorno.
 - 1.13.2. Deverá permitir associar um ou mais veículos e os motoristas de casa veículo.
- 1.14. Locais de Abastecimento
 - 1.14.1. Permitir o cadastro de locais contendo as informações: nome, uso interno ou externo, endereço e contato.
 - 1.14.2. Para os casos de abastecimento interno permitir cadastrar as informações da bomba: descrição, fabricante, modelo, tipo do medidor e combustíveis associados a bomba.
2. Módulo Abastecimento
 - 2.1. Gerenciar os abastecimentos realizados, informando o motorista, veículo, data do abastecimento, combustível, km anterior e km atual, valor do litro, quantidade, com cálculo automático do total.
 - 2.2. Possuir integração com módulo de compras permitindo associar a autorização de fornecimento associada ao abastecimento e o empenho utilizado.
 - 2.3. Possuir controle de aprovação e liberação do abastecimento.
 - 2.4. Possuir integração com módulo de almoxarifado, gerando requisição de material em estoque no ato do abastecimento quando for aprovado ou concluído.
3. Módulo Manutenção
 - 3.1. Permitir o controle de solicitações de serviço da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários serviços.
 - 3.2. Permitir o controle de solicitações de material para manutenção da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários materiais.
 - 3.3. Utilizar o mesmo cadastro de materiais do módulo de compras e almoxarifado.
 - 3.4. Possuir controle de aprovação das manutenções.
4. Relatórios
 - 4.1. Ficha do Veículo
 - 4.2. Relação de Condutores
 - 4.3. Solicitação de Abastecimento com demonstrativo dos últimos 3 abastecimentos.
5. Administrativo
 - 5.1. Perfil de Acesso
 - 5.1.1. Permitir a criação de perfis de acesso para os usuários, possibilitando definir a quais rotinas/funcionalidades cada usuário terá acesso dentro do sistema. Em seu cadastro é informado um nome para cada perfil, assim como realizada a vinculação das funcionalidades que farão parte deste.
 - 5.1.2. Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o perfil.
 - 5.2. Grupo de Acesso
 - 5.2.1. Permitir a criação de grupos de acesso para os usuários, informando um nome para o grupo e vinculando a este os perfis de acesso desejados. Possibilitando a criação de um controle que reúna vários



277

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

perfis de acesso já existentes, estabelecendo uma forma de permissão mais ampla e definida, destinada a grupos de usuários que tenham acesso as mesmas determinadas rotinas.

5.2.2. Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o grupo.

ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS

O sistema deve ser desenvolvido com o objetivo de controlar todas as informações referentes a falecimento e outros fatos ocorridos nesta área pública, com o intuito de fornecer relatórios gerências e estatísticos além de propiciar a seus operadores uma fácil visualização e consulta a dados atuais e históricos, mantendo a integridade de tais dados.

1 – Cadastros Básicos:

1.1 – Cadastro de Cemitérios:

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, descrição e dados de endereçamento postal (CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF); Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.2 – Cadastro de Graus de Parentesco:

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.3 – Cadastro de Causa Mortis:

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.4 – Cadastro de Características Físicas

Fornecer cadastros independentes de Cor dos Olhos, Cúrtis, Cabelo, Cicatriz, Tipo Sanguíneo, Naturalidade, mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição para cada cadastro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.5 – Cadastro de Funerárias

Fornecer cadastros independentes de Funerárias mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.6 – Cadastro de Entidades Hospitalares

Fornecer cadastros independentes de entidades hospitalares mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.7 – Cadastro de Pessoas

Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, Nome, Tipo de Pessoa, número do CPF/CNPJ, dados de endereçamento postal CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF, número do logradouro, complemento do endereço; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

1.8 – Cadastro de Endereçamento



278

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Fornecer cadastros Logradouro, Bairros, Cidades e UF, mantendo informações em forma de registro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.

2 – Pesquisas

2.1 – Requisitos Básicos

Todas os cadastros devem possibilitar as pesquisas em forma de registros, filtrando os conteúdos desejados de acordo com a necessidade, permitindo, inclusive, mesclar vários filtros em uma única consulta;

Possibilitar a escolha dos registros que ordenarão a listagem;

Possibilitar a seleção das colunas para impressão da pesquisa em relatório e exportar o conteúdo da pesquisa para arquivo em formato texto, PDF e EXCEL (.xls).

3 – ROTINAS DIÁRIAS

3.1 – Cadastro de Concessões:

Manter informações em forma de registros com:

- Número da Sepultura;
- Número da Quadra;
- Descritivo da Construção;
- Ano e Número do processo administrativo que gerou a concessão;
- Data da Concessão;
- Cemitério buscando dados no cadastro de cemitérios;
- Tipo de Concessão (Perpétua ou Temporária);
- Período de Concessão no caso de concessão temporária e valor da concessão;

Possibilitar o cadastramento de vários autorizados em forma de registro, vinculados a uma determinada concessão, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e grau de parentesco do cadastro de grau de parentesco;

Possibilitar adicionar arquivos digitalizados ou imagens ao registro da concessão.

3.2 – Cadastro de Falecido

Manter informações em forma de registros com:

- Concessão Buscando do cadastro de concessões trazendo (Nº da Sepultura e Nº da Quadra), Carneira, Concessionária e Autorizado filtrando de acordo com a concessão;
- Dados do falecido buscando do cadastro de pessoas;
- Data de Nascimento;
- Data de Sepultamento;
- Data de Falecimento;
- Cartório;
- Data do Atestado de Obito;



239

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- Idade;
- Declarante buscando do cadastro de pessoas;
- Causa Mortis possibilitando o registro de mais de uma quando houver;
- Nome e CRM do médico que concedeu atestado;
- Observações do Óbito;
- Sexo;
- Estado Civil;
- Natimorto (Sim/Não);
- Tempo de gestação de natimorto;
- Membro;
- Filiação (Nome do Pai e da Mãe);
- Cútis;
- Cor dos Olhos;
- Cabelos;
- Funerária;
- Região Procedente;
- Cicatriz;
- Naturalidade;
- Nacionalidade;
- Raça;
- Profissão;
- Entidade que prestou assistência hospitalar.

Possibilitar o cadastramento de vários parentes em forma de registro, vinculados a um determinado falecido, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e o grau de parentesco do cadastro de Grau de Parentesco;

Possibilitar vincular arquivos digitalizados ou imagens ao registro do falecido.

3.3 – Movimentação de Falecido

Possibilitar registrar as movimentações ocorridas com os registros de falecidos no cemitério, desde a sua inclusão até a retirada definitiva para ossário ou trasladação para outro cemitério.

Permitir consultar todas as movimentações ocorridas com o falecido.

3.4 – Ordem de Serviço

Possibilitar manter em forma de registro com:

- Número sequencial gerado por sistema;
- Ano;
- Status que pode ser Aguardando Execução, Em Execução, Concluído ou Cancelado
- Data abertura;
- Data previsão de execução;
- Observação;
- Responsável pela execução que pode ser um funcionário ou um terceiro;



280

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- Cemitério;
- Identificação da concessão;
- Data de conclusão;
- Prioridade que pode ser Baixa, Normal, Alta ou Urgente;
- Identificação do falecido;
- Pessoa que solicitou.

Permitir que sejam incluídos itens de serviço na Ordem de Serviço com a identificação do serviço, quantidade e valor unitário;

Possibilitar o apontamento de materiais utilizados na execução da ordem de serviço com a descrição do material, quantidade e observação;

Emitir a Ordem de Serviço com os dados:

- Número e ano;
- Data e hora de abertura;
- Previsão de atendimento;
- Responsável;
- Cemitério;
- Status;
- Solicitante;
- Falecido;
- Concessão;
- Itens de serviço.

4 – Relatórios

4.1 – Falecidos por Causa Mortis

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por período de falecimento e causa mortis; Possibilitar a visualização nos modelos Sintético e Analítico. O modelo Sintético deve agrupar os falecidos por Causa Mortis e totalizar por mês de Janeiro a Dezembro, inclusive possibilitar a opção de visualização por gráficos. No modelo Analítico, possibilitar visualizar os Falecidos por Causa Mortis e demais informações pertinentes ao falecido.

4.2 – Falecidos por Quadra

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por quadra inicial e quadra final, apresentando quebra por quadra; Possibilitar selecionar o cemitério e o período de falecimento;

4.3 – Concessionário e Autorizados por Concessão

Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por concessão, apresentando quebra por concessão contendo o Nº e Ano do processo administrativo, Quadra e Sepultura;

4.4 – Falecidos para exumação

Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, período de vencimento e permanência, apresentando os falecidos, localização, sepultura e data de vencimento da mesma.



281

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

4.5 – Falecidos por período

Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, mês e ano de sepultamento, apresentando os dados do falecido e do óbito, com as Causas Mortis.

4.6 – Movimento de falecidos no período

Possibilitar filtrar registros dos movimentos dos falecidos em um determinado período e por tipo de movimentação realizada.

4.7 – Relatórios de Inumações por :

- Atividade Profissional;
- Naturalidade;
- Entidade de Assistência Hospitalar;
- Região de Procedência;
- Empresa Funerária;
- Concessão;
- Período de Sepultamento;
- Idade e Sexo;
- Estado Civil e Sexo;
- Localização.
- Causa Mortis

Possibilitar a emissão de forma resumida ou registro a registro.

Possibilitar filtrar os registros por determinado período de sepultamento.

Possibilitar filtrar os registros de um cemitério ou de todos.

Para as emissões resumidas permitir selecionar impressão de um gráfico.

5 – Formulários

5.1 – Guia de Sepultamento

Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos N° da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Hora do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento e as assinaturas do Concessionário/Autorizado e do Declarante contendo seus respectivos nomes;

5.2 – Ficha do Falecido

Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos N° da Seqüência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento, Nome do Concessionário/Autorizado e do Declarante;

6 – Administrativo



282

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

6.1 – Usuários

Possuir um cadastro de usuários do sistema que devem ter uma identificação e senhas individuais para entrar no sistema, e cada usuário deve ter as seguintes permissões, no mínimo:

- Cemitérios – Incluir, Alterar, Excluir;
- Pessoas – Incluir, Alterar, Excluir;
- Concessão – Incluir, Alterar, Excluir;
- Falecido – Incluir, Alterar, Excluir, Alterar Concessão, Movimentar;
- Usuários – Incluir, Alterar;
- Cadastros Básicos – Incluir, Alterar, Excluir;
- Ordem de Serviço – Incluir, Alterar, Excluir;
- Guia de Pagamento – Visualiza, Registra, Parcelamento, Informa data de vencimento, Libera para execução, Reimprimir.

Permitir que em caso de perda de senha pelo usuário, o administrador possa reinicializar a senha para que o usuário informe nova senha.

Possibilitar que o usuário possa trocar a senha sempre que achar necessário, informando a senha atual e a nova senha.

6.2 – Auditoria

Possibilitar o rastreamento de alterações efetuadas pelos usuários no sistema, com tela para consulta onde apresente os dados:

- Tabela do sistema;
- Coluna da tabela;
- Identificação do registro alterado;
- Usuário que alterou;
- Data e hora da alteração;
- Valor antes da alteração;
- Valor depois da alteração.

7 – Integração

Permitir a integração com o sistema de gestão tributária através da emissão de guias para pagamentos de taxas pertinentes aos serviços prestados pela administração do cemitério. O sistema deve possibilitar o controle das guias pagas, autorizando a execução se a guia for baixada /ou permitir que o usuário que tiver permissão possa autorizar manualmente a execução.

Os dados do solicitante devem ser incluídos automaticamente quando não forem encontrados nos cadastros do sistema de gestão tributária, para possibilitar a emissão da guia.

Permitir a reimpressão da guia para pagamento das taxas.

8 – Operacional



8.1 – Requisito Imprescindível

Todas as funcionalidades citadas devem estar disponíveis na plataforma web e acessadas via internet pelos browser (Internet Explorer / Mozilla Firefox);

Todos os relatórios devem ser gerados no formato PDF – Portable Document Format.

PORTAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Objetivo: O Portal de Transparência deverá garantir a toda população o acesso às informações inerentes à administração municipal, de forma fácil e ágil, conforme disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao que se refere à Lei de Acesso à Informação. Portal de Transparência e Acesso à Informação

1. O Portal de Transparência deverá ser um sistema Web e permitir a busca de informações de sistemas pertencentes à empresa e/ou terceiros, se assim for necessário, extraindo a leitura direta dos sistemas integrados, que serão disponibilizados;
2. O Portal deverá possuir integração com os módulos de Contabilidade, Licitações e Contratos, RH e Folha de Pagamento para fornecimento de informações;
3. O Portal deverá possuir ambiente de configuração de forma fácil e ágil, separando as funcionalidades, para organização das tarefas;
4. Permitir cadastro de estrutura organizacional, que deverá conter:
 - 4.1. A criação de unidades, permitindo editar, Ativar/Desativar e excluir;
 - 4.2. Possibilitar a criação de níveis e subníveis, dentro da estrutura organizacional;
 - 4.3. Permitir a movimentação de subnível dentro do organograma;
 - 4.4. Possibilitar incluir nomenclatura do responsável pela unidade, permitindo também a opção de inserir foto do mesmo;
 - 4.5. Possibilitar criação de texto informativo com atribuições de cada unidade;
 - 4.6. Possibilitar a inclusão de responsável de cada unidade, permitindo a inserção de foto do mesmo;
 - 4.7. Possibilitar a inclusão de endereço, telefones e horários de atendimento ao público;
 - 4.8. Possibilitar anexação de arquivos, como fluxograma e legislação do órgão;
 - 4.9. Permitir a inclusão de departamentos ou secretarias, com link para direcionamento a uma determinada página web;
 - 4.10. Possuir integração com google maps, auxiliando o cidadão na localização do endereço da autarquia;
5. Possuir glossário com termos e suas definições, que deverão ser exibidos em ordem alfabética para fácil localização visual.
6. Possibilitar que o usuário cadastrado, tenha permissão de incluir, excluir, alterar, ativar e desativar, termos cadastrados no glossário;
7. Possibilitar cadastro de perguntas frequentes feitas pelo cidadão e suas respostas. O sistema deverá permitir que as perguntas criadas possam ser ativadas e desativadas, a qualquer momento, mantendo o histórico das perguntas cadastradas anteriormente;
8. Possuir no portal, funcionalidade de acessibilidade de conteúdo, através de tradutor de libras, alto contraste e redimensionamento de fonte;
9. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam alterar configurações gerais, que deverão refletir automaticamente, tais como:
 - 9.1. Título de exibição no portal;
 - 9.2. Cores dos menus;
 - 9.3. Tabelas e rodapé;



284

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 9.4. Cores das fontes dos títulos;
- 9.5. Imagem de fundo de tela;
- 9.6. Imagem de fundo da home;
- 9.7. Banner e brasão;
10. Possuir no acesso ao portal, gráficos indicadores para melhor análise do cidadão, para que possa assim visualizar:
 - 10.1. Indicador do tipo Coluna;
 - 10.2. Indicador do tipo Pizza;
 - 10.3. Indicador do tipo Barra;
 - 10.4. Indicador do tipo Donuts;
11. Permitir que os usuários do sistema possam configurar:
 - 11.1 Indicadores gráficos;
 - 11.2 Informações de exibição;
 - 11.3 Possibilitar ordenação dessas informações no acesso ao portal;
12. Possuir indicadores gráficos que deverão possibilitar ao cidadão, o direcionamento a fonte das informações;
13. Disponibilizar de forma detalhada, o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
14. Disponibilizar de forma detalhada, registros contendo informações de remunerações dos servidores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
15. Disponibilizar de forma detalhada, as informações inerentes aos servidores públicos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
16. Disponibilizar informações e procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, bem como todos os contratos celebrados, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
17. Disponibilizar informações de receitas, previsão, arrecadação e lançamentos, classificação orçamentária, com a especificação da natureza e a fonte de recursos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
18. Disponibilizar de forma detalhada, as informações de despesas, contendo dados referentes ao empenho, liquidação, pagamento, classificação orçamentária e beneficiário, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
19. Disponibilizar registro de contratos com convênio contendo informações de início de contratação, data de término e valores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;
20. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;
21. Disponibilização de relatórios de orçamento PPA, LDO e LOA.
22. Possibilitar a exportação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, atendendo no mínimo os formatos: .PDF, .XLS .TXT e CSV;
23. Exibir informações em formato de lista, tendo como alternativa, ajuste de visualização através de filtros por periodicidades, sendo eles:
 - 23.1. Periodicidade: Mensal, Bimestral, Trimestral, Quadrimestral, Semestral e Anual;
 - 23.2. Filtro: Periodicidade em conjunto com o mês, com opção de Janeiro a Dezembro;
 - 23.3. Permitir filtrar por exercícios dos últimos 5 anos;
24. Permitir o cadastro de detalhamento das informações do portal, permitir também a alteração das suas cores, com possibilidade de alteração em:
 - 24.1. Cores da fonte do título;



285

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 24.2. Cores de fundo do título;
- 24.3. Cores das fontes dos grupos;
- 24.4. Cores do total;
- 24.5. Cores da fonte do total;
- 24.6. Cores do fundo total;
25. Possuir sumário com ferramentas de enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que foram cadastradas, permitir ao cidadão;
26. Possuir integração com o sistema e-SIC, Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;
27. Exibir os pedidos de informações registrados no e-SIC::
 - 27.1. Quantidade de pedidos do e-SIC;
 - 27.2. Quantidade de atendimentos respondidos;
 - 27.3. Prazo médio de resposta;
28. Aos pedidos de recursos registrados via SIC, permitir visualizar:
 - 28.1. Quantidade de recursos atendidos, se houver;
 - 28.2. Quantidade de pedidos de recursos respondidos, se houver; respondidos;
29. Com relação às reclamações registradas, permitir visualizar:
 - 29.1. Quantidade de reclamações atendidas;
 - 29.2. Quantidade de reclamações respondidas;
30. Possuir funcionalidade que direcione o cidadão a acessar o e-SIC;
31. Possibilitar na página introdutória, informações referentes ao e-SIC, a exibição gráfica de indicadores, para melhor análise do cidadão, possibilitar visualizar como:
 - 31.1. Indicador do tipo Coluna;
 - 31.2. Indicador do tipo Pizza;
 - 31.3. Indicador do tipo Barra;
32. Permitir por usuários gerenciais, a configuração das informações gráficas, como:
 - 32.1. Exibição do tipo Mensal;
 - 32.2. Exibição do tipo Bimestral;
 - 32.3. Exibição do tipo Semestral;
 - 32.4. Exibição do tipo Anual;
33. Disponibilizar no acesso as informações no portal, a data da última atualização dos dados no portal; contendo no mínimo: configuração das informações gráficas, como:
 - 33.1. Data da última atualização;
 - 33.2. Mês da última atualização;
 - 33.3. Ano da última atualização;
 - 33.4. Horário da última atualização;
34. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam, alterar o nome das colunas no portal;
35. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam habilitar e desabilitar, colunas já existentes; facilitando assim a administração dos dados pelos gestores;
36. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados aos registros de contratos;
37. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados às Licitações;
38. Permitir por usuários gerenciais, a criação de tipos de usuários, sendo no mínimo;
 - 38.1. Usuário do tipo padrão;
 - 38.2. Usuário do tipo integrador;



286

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 38.3. Usuário do tipo integrador;
39. Possuir recurso de orientação sobre qual diretrizes necessárias para criação de senha, para acesso a área gerencial;
40. Permitir que usuários gerenciais com permissão, possam bloquear e liberar o acesso ao sistema para outros usuários;
41. O Portal deverá estar disponibilizado em nuvem, para assim diminuir riscos de instabilidade e praticidade na necessidade de manutenção;
42. Possibilitar que as visões de módulos diferentes, possam ser conectadas;
43. Possuir ferramenta que possibilite a extração periódica dos dados, para armazenamento em repositório da nuvem;
44. A ferramenta de extração de dados deverá possibilitar aos usuários devidamente cadastrados, o agendamento do período que a extração acontecerá

SISTEMA WEB DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES (BUSINESS INTELLIGENCE)

1. A solução proposta devesa exibir dashboards utilizando a plataforma WEB;
2. A solução deverá permitir atribuir permissões de visualização dos gráficos, para os usuários cadastrados.
3. Permitir que os gráficos para análises gerenciais possam ser visualizados pela internet através dos seguintes navegadores: Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome;
4. Permitir acesso a fontes de dados locais e fontes de dados online (Nuvem);
5. Permitir que os gráficos sejam obtidos através de informações originadas na base de dados utilizada em produção pelo órgão público;
6. A solução deve permitir análises que envolvam diferentes visualizações (tabelas, gráficos de barra, gráficos de dispersão, gráficos de setores, listas, matrizes);
7. As formas de visualizações gráficas deverão estar interligadas, ou seja, uma ação em uma forma de visualização deverá refletir nas demais;
8. A solução deve permitir efetuar cálculos durante a análise, criando indicadores temporários que não estão presentes da estrutura de dados.
9. A solução deve possuir funcionalidade que permita análise gráfica dos indicadores com base em comparação de resultados entre periodos correntes com os periodos anteriores;
10. A solução deve possuir função para geração de relatórios e análises que cruzem uma ou mais dimensões em linhas e colunas;
11. A solução deve possuir ambiente de portal, onde o acesso de qualquer usuário utilize a mesma interface, possibilitando a customização desta interface única;
12. A solução deve possibilitar a navegação e detalhamento das informações através de opções de "Drill". O recurso de detalhamento deverá possibilitar a navegação entre as informações no mesmo recurso visual (gráfico);
13. O processo e mecanismo de extração, transformação e carga das informações deverão ser planejados pela empresa contratada;
14. No caso de armazenamento das informações em nuvem, a empresa contratada deverá estabelecer planejamento e mecanismo de carga de informação. Caberá à empresa contratante fornecer requisitos para execução do planejamento de carga das informações;
15. A solução proposta deverá ser compatível com a modelagem multidimensional de dados;
16. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça o detalhamento de licitações efetuado pelo órgão. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;



287

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

17. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações de licitações e fornecedores. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
18. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
19. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da receita. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
20. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao demonstrativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
21. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada liquidada e paga. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
22. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
23. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa fixada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
24. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita arrecadada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
25. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
26. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e receita arrecadada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
27. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo horas extras por cargo. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
28. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo com horas extras por secretaria. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
29. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de quantidade de funcionários. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
30. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a evolução do custo com folha de pagamento. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;
31. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento (Bruto, Líquido e descontos). Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;



288

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

32. A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento por verba. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;

SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS

Objetivo: Controlar as informações sobre as solicitações dos cidadãos à administração e permitir a geração de ordens de serviço para o controle operacional dos serviços executados através da internet. Oferece segurança, facilidade, agilidade e qualidade no atendimento tanto externo quanto interno através dos módulos: SAC (Serviços de Atendimento ao Cidadão), Ouvidoria, Protocolo, Gestão de Atividades e Portal do Cidadão. Os módulos WEB permitem a integração de todos os setores do município através de um único sistema, mesmo que os setores estejam separados geograficamente. Além disso, facilita os acessos dos munícipes de qualquer lugar que desejarem, permitindo assim, facilidades de comunicação e um melhor atendimento à população.

1. OUVIDORIA

- 1.1. Possibilitar o registro através da internet de sugestões e reclamações, denúncias e elogios relativos a serviços públicos e controlar o andamento das demandas e efetuando os registros necessários ao sistema;
- 1.2. Permitir que o requerente possa ficar com seus dados em sigilo quando desejar;
- 1.3. Permitir registro do custo das providências adotadas;
- 1.4. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;
- 1.5. Permitir consulta a uma determinada ouvidoria, fornecendo informações sobre o seu andamento e em que órgão se encontra;
- 1.6. Possuir controle dos prazos de conclusão das ouvidorias recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;
- 1.7. Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;
- 1.8. Ao cadastrar uma ouvidoria, possibilitar informar o local da ocorrência;
- 1.9. Possibilitar para ouvidoria sigilosa que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do requerente;
- 1.10. Possibilitar informar o beneficiário da ouvidoria;
- 1.11. Possibilitar a classificação da ouvidoria como, no mínimo:
 - Pedido de informação;
 - Pedido de serviço;
 - Reclamação;
 - Denúncia;
 - Sugestão;
 - Elogio.
- 1.12. Possibilitar ao cidadão consultar as ouvidorias na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;



289

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 1.13. Possibilitar após o término do cadastro a distribuição automática da solicitação ao órgão ou ouvidor responsável;
- 1.14. Permitir o cadastramento de um usuário do sistema como ouvidor e possibilitar o vínculo de órgãos sob sua responsabilidade;
- 1.15. Permitir atribuir aos assuntos a condição de sigiloso;
- 1.16. Possuir funcionalidade para proporcionar ao ouvidor gerenciar o andamento das demandas das modalidades processo, solicitação e ouvidoria;
- 1.17. Emitir relatórios para gerenciamento pelo ouvidor;
- 1.18. Possibilitar atribuir no cadastro de assuntos a obrigatoriedade do local ou endereço de inspeção. Ouvidorias pertinentes a estes assuntos não poderão ser cadastradas caso não seja informado o endereço ou local de inspeção;
- 1.19. Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar o registro de ouvidorias;
- 1.20. Possibilitar o registro de observações relativas a ouvidoria por usuário, permitindo que um usuário apenas visualize as observações registradas pelos demais usuários do sistema;
- 1.21. Possibilitar classificar a prioridade da ouvidoria como, no mínimo:
- Urgente;
 - Alta;
 - Normal.
- 1.22. Permitir que ouvidorias classificadas com prioridades alta ou urgente sejam tramitadas inicialmente para o ouvidor e não para o órgão responsável pelo assunto;
- 1.23. Possibilitar anexar arquivos digitais no momento da abertura de uma ouvidoria;
- 1.24. Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 1.25. Permitir ao ouvidor atribuir status de sigilo à ouvidoria mesmo quando o assunto solicitado não exigir;
- 1.26. Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;
- 1.27. Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar:
- Tramitação;
 - Encerramento;
 - Envio de resposta;
 - Reativação.
- 1.28. Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às ouvidorias aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 1.29. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a ouvidoria;
- 1.30. Permitir a anexação de, no mínimo, uma imagem para cada providência registrada;
- 1.31. Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da ouvidoria;
- 1.32. Possibilitar escolher se as respostas serão enviadas aos requerentes diretamente pelo órgão responsável pelo encerramento ou somente pelo ouvidor;
- 1.33. Permitir alterar o sigilo do requerente nas ouvidorias;
- 1.34. Permitir a reativação de ouvidorias, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a ouvidoria para qualquer órgão executar uma nova análise.
- 1.35. Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ouvidoria.



290

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.36. Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.

1.37. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das ouvidorias registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

2. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

2.1. Registrar reclamações, sugestões do munícipe e encaminhá-la via sistema para o órgão responsável;
2.2. Possuir controle dos prazos de conclusão das solicitações recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;

2.3. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;

2.4. Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;

2.5. Permitir a reativação de solicitações, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a solicitação para qualquer órgão executar uma nova análise;

2.6. Possibilitar a consulta das solicitações por, no mínimo:

- Requerente;
- Beneficiário;
- Data de registro;
- Assuntos;
- Complemento do assunto;
- Número e ano;
- Órgão atual;
- Endereço de inspeção.

2.7. Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento;

2.8. Possibilitar a distribuição automática ao órgão responsável pelo assunto;

2.9. Permitir a emissão de relatório gerencial;

2.10. Emitir relatório por órgão dos assuntos solicitados, tempo total de permanência e a quantidade de dias em atraso;

2.11. Possibilitar ao cidadão consultar as solicitações na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;

2.12. Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual e custo de execução a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;

2.13. Possibilitar informar o beneficiário da solicitação;

2.14. Possibilitar encaminhar as solicitações aos cuidados de outrem (usuário) e assegurar que somente o destinatário possa dar andamento à solicitação;

2.15. Possibilitar registrar mais informações sobre o assunto para auxílio durante o atendimento ao cidadão;

2.16. Possibilitar a reimpressão da carta e/ou reenvio de e-mail da resposta ao requerente;

2.17. Possibilitar a consulta às providências registradas para as solicitações;



292

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 2.18. Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 2.19. Emitir relatório de solicitações tramitadas contendo, no mínimo, órgão, período e assunto;
- 2.20. Possibilitar que o agente de atendimento possa definir a prioridade da solicitação;
- 2.21. Possibilitar atribuir aos usuários direitos de tramitação de solicitações em mais de um órgão;
- 2.22. Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de uma solicitação em aberto, podendo bloquear a tramitação da solicitação até a conclusão da ordem de serviço gerada;
- 2.23. Possibilitar a consulta ao histórico de trâmites das solicitações entre os órgãos;
- 2.24. Emitir relatório do total geral de tempo de permanência e trânsito a partir da data de abertura e o prazo estimado para término;
- 2.25. Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;
- 2.26. Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às solicitações aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 2.27. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a solicitação;
- 2.28. Permitir a anexação de arquivos digitais à solicitação na abertura ou em qualquer momento, desde que a solicitação esteja em aberto;
- 2.29. Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da solicitação.
- 2.30. Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela demanda.
- 2.31. Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.
- 2.32. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das demandas registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

3. PROTOCOLO

- 3.1. Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;
- 3.2. Permitir a abertura de processos registrando os dados do requerente, assunto, possíveis documentos e local de atendimento. Permitir ainda que tal registro seja efetuado em forma de passos, que proporcione maior praticidade no atendimento ao cidadão;
- 3.3. Possibilitar que numeração dos processos seja única ou por exercício;
- 3.4. Emitir comprovante de protocolização para o interessado no momento da inclusão do processo com, no mínimo, as seguintes informações:
 - Número do Processo;
 - Data de Abertura;
 - Requerente;
 - Assunto;
 - Órgão responsável pelo Assunto;
 - Código para acesso à consulta via internet.
- 3.5. Emitir etiquetas de protocolo contendo, no mínimo:
 - Número do Processo;



292

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- Data de Abertura;
- Requerente;
- Assunto.

- 3.6. Permitir o acompanhamento da tramitação do processo e a situação que se encontra, mantendo histórico dos trâmites e providências/despachos adotados;
- 3.7. Possuir rotina de confirmação de recebimento dos processos em trânsito. Permitir o recebimento somente por usuários com acesso ao órgão;
- 3.8. Emitir relatório de processos pendentes de confirmação de recebimento;
- 3.9. Possibilitar a representação em modo gráfico dos processos por assunto para acompanhamento dos níveis de solicitação;
- 3.10. Possibilitar o apensamento/anexação de processos gerando documento comprobatório com, no mínimo, as informações:
- Órgão onde foi realizado o apensamento;
 - Data/Hora do apensamento;
 - Processos apensados;
 - Processo principal;
 - Usuário que apensou;
 - Órgão de lotação do usuário;
 - Local para assinatura.
- 3.11. Possibilitar o cadastramento de locais de arquivamento com informações que facilite a localização física dos processos. Permitir informar, no mínimo:
- Órgão;
 - Descrição do local;
 - Responsável;
 - Tempo de arquivamento;
- 3.12. Permitir consultar os processos que excederam a temporalidade prevista para o local;
- 3.13. Emitir relatório informando os desvios entre estimativas de prazo de conclusão e tempo de permanência;
- 3.14. Possibilitar a exportação dos dados de processos para planilha, permitindo selecionar as colunas desejadas para a composição da planilha;
- 3.15. Possuir rotina para registrar o empréstimo e a devolução do processo e manter o histórico das operações;
- 3.16. Na protocolização, verificar se o requerente possui processos abertos com o mesmo assunto, exibindo para o atendente, em caso afirmativo, a lista dos processos existentes;
- 3.17. Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento, bem como os documentos necessários para o andamento do processo;
- 3.18. Possibilitar configurar a obrigatoriedade da providência ao tramitar o processo. Permitir, contudo, configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;
- 3.19. Possuir rotina de configuração para definir se os processos com apensos/anexos podem ser tramitados ao arquivo morto ou devem ser desanexados antes da operação;
- 3.20. Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual, custo de execução e usuário responsável pela providência a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;
- 3.21. Possibilitar a abertura de novos volumes para o Processo. Permitir informar, no mínimo, o solicitante e o usuário responsável pela abertura, imprimindo o termo de encerramento e abertura de volume;
- 3.22. Permitir que os volumes gerados possam ser emprestados entre os órgãos da administração;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 3.23. Possuir rotina para incorporação de processos. Permitir configurar se os processos incorporados devem tramitar junto ao principal;
- 3.24. Possibilitar a conclusão dos processos em qualquer órgão, havendo a possibilidade de tramitá-los para o arquivo morto sem a necessidade de reativação;
- 3.25. Possibilitar o cancelamento de trâmites de processos que foram remetidos, porém ainda não foi confirmado o recebimento;
- 3.26. Possibilitar que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do processo sigiloso;
- 3.27. Possibilitar cadastrar no catálogo de assuntos qual a relação de documentos exigidos para o andamento do processo;
- 3.28. Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de um processo em aberto, podendo bloquear a tramitação do processo até a conclusão da ordem de serviço gerada;
- 3.29. Possibilitar registrar avisos de pendências dos processos aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;
- 3.30. Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para o processo;
- 3.31. Possibilitar o acompanhamento das fases de execução da ordem de serviço geradas para o processo;
- 3.32. Possibilitar consulta detalhada dos dados do processo, possibilitando a impressão dos dados conforme a necessidade do usuário;
- 3.33. Permitir registrar a localização física de boletos de pagamento dos processos de compra;
- 3.34. Possibilitar anexar arquivos digitais em diversos formatos ao processo;
- 3.35. Possibilitar que os processos possam ser requisitados, impedindo a tramitação para outro órgão que não seja o que o requisitou;
- 3.36. Possibilitar que o processo encerrado ou que se encontra em órgão de arquivo morto possam ser informados os dados do local físico do arquivamento;
- 3.37. Possibilitar a solicitação do desarquivamento de processos, onde o arquivista poderá atender ou rejeitar a solicitação;
- 3.38. Possuir uma funcionalidade que permita ao usuário verificar o status das suas solicitações de desarquivamento pelo sistema;
- 3.39. Permitir registrar documentos para juntar aos processos onde, no mínimo, devem ser informados os dados do responsável pela entrega e o motivo. Emitir comprovante de protocolização ao término do registro;
- 3.40. Possibilitar o encaminhamento dos documentos a serem juntados fisicamente aos processos;
- 3.41. Possibilitar a confirmação do recebimento dos documentos aos processos;
- 3.42. Permitir a retirada de documentos juntados aos processos onde, no mínimo, deve ser registrado o motivo e o usuário que retirou;
- 3.43. Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas referentes aos documentos recebidos;
- 3.44. Permitir pesquisar todo histórico de documentos juntados aos processos;
- 3.45. Possibilitar a movimentação de local de arquivamento dos processos sem necessidade de tramitar os processos novamente;
- 3.46. Possuir rotina para realizar trâmites dos processos digitalmente, sem necessidade de envio do processo físico, permitir enviar para os órgãos com acesso exclusivo a esse tipo de tramitação, enviar e-mail ao responsável pelo recebimento. Enquanto esses processos estiverem nesse tipo de tramitação não será permitida a tramitação por vias normais. Permitir ainda, configurar tempo máximo de permanência do processo nesse tipo de tramitação. Possibilitar que os processos possam voltar a serem tramitados pela forma tradicional;



294

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 3.47. Permitir o controle de numeração de processos por empresas, sem repetição da numeração dos processos;
- 3.48. Permitir incluir os locais de arquivamento e estabelecer nomenclaturas próprias de cada local;
- 3.49. Emitir relatório de processos que foram reativados por período de reativação;
- 3.50. Emitir relatório de controle dos processos por órgão onde deve constar, no mínimo, o total de processos, a quantidade atrasada e quantidade em dia, com percentuais;
- 3.51. Emitir relatório de processos abertos por período contendo, no mínimo:
- Número, Ano do Processo;
 - Data de abertura;
 - Requerente;
 - Assunto;
 - Complemento do assunto;
 - Órgão atual.
- 3.52. Emitir relatório estatístico das tramitações realizadas por órgão e período, podendo emitir das ações de recebimento, envio ou distribuição;
- 3.53. Permitir integração com o sistema de gestão tributária através da geração de guias para pagamento de taxas pertinentes ao assunto solicitado no momento da abertura do processo;
- 3.54. Permitir que o andamento do processo seja liberado somente após o pagamento ou liberação manual do processo;
- 3.55. Permitir, para abertura do processo, a importação dos dados do contribuinte através dos cadastros do sistema de gestão tributária, tais como mobiliário, imobiliário e outros;
- 3.56. Permitir a pesquisa e reimpressão da guia de pagamento das taxas de um processo;
- 3.57. Emitir relatório das guias de pagamento geradas pelo sistema de protocolo por período;
- 3.58. Permitir que os usuários de órgãos, que não seja o protocolo, autuem processos administrativos internos, nessa modalidade o requerente sempre será a empresa tendo como solicitante o órgão interessado;
- 3.59. Permitir que seja gerado o número de processo de forma rápida, preenchendo apenas o requerente sem a necessidade de preencher assunto e demais informações visando a rapidez no atendimento. O sistema deverá possuir uma funcionalidade que permita revisar todos os processos pendentes que precisarem ser alterados;
- 3.60. Permitir que usuários com permissão possam isentar o requerente do pagamento de taxas pertinentes ao assunto;
- 3.61. Possibilitar a adição de arquivos digitais quando for realizado o recebimento de um documento.
- 3.62. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquele processo.
- 3.63. Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.
- 3.64. Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos dos processos registrados no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.

4. GESTÃO DE ATIVIDADES

- 4.1. Permitir gerar ordens de serviço a partir de solicitações ou processos, bem como através da entrada de dados via digitação;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.2. Permitir que em uma ordem de serviço possam ser associados um ou mais serviços para execução;
- 4.3. Permitir o cancelamento individual de serviços associados à ordem de serviço (OS). Caso todos os serviços da OS sejam cancelados ou concluídos, dar-se o encerramento automático da ordem de serviço;
- 4.4. Permitir estabelecer prioridade para execução das ordens de serviço registradas;
- 4.5. Permitir realizar o agrupamento de serviços para posterior agendamento e execução;
- 4.6. Permitir para os agrupamentos que aguardam execução: remover serviços, cancelar o agrupamento e liberar serviços e cancelar o agrupamento e serviços;
- 4.7. Permitir que, para os agrupamentos que aguardam execução, sejam registrados, no mínimo: previsão de atendimento, previsão de término, valor estimado, responsáveis pela execução, veículos e materiais a serem utilizados na execução;
- 4.8. Emitir relatório na liberação do agrupamento para execução contendo, no mínimo:
 - Numeração;
 - Previsão de atendimento;
 - Previsão de encerramento;
 - Telefones para contato;
 - Serviços a executar;
 - Local para execução dos serviços.
- 4.9. Permitir registrar para o agrupamento os apontamentos com, no mínimo, data, motivo e observação do apontamento;
- 4.10. Permitir registrar no encerramento do agrupamento, no mínimo:
 - Data de encerramento;
 - Nível de complexidade;
 - Situação do encerramento;
 - Motivo e observação da não execução;
 - Tempo de deslocamento;
 - Distância percorrida;
 - Nível de satisfação;
 - Responsável pela execução;
 - Parecer final.
- 4.11. Permitir pesquisa de ordens de serviço por, no mínimo:
 - Número e exercício;
 - Data da abertura;
 - Data de encerramento;
 - Tipo de execução;
 - Requerente;
 - Órgão solicitante.
- 4.12. Permitir pesquisa de agrupamentos por, no mínimo:
 - Número e exercício;
 - Órgão responsável pela execução;
 - Data da abertura;
 - Data de término;
 - Status.
- 4.13. Permitir que sejam cadastradas as subunidades que estão ligadas aos órgãos da empresa que não estão cadastradas no organograma;
- 4.14. Permitir que usuários com permissão registrem ordens de serviço com tipo de execução interno para atendimento pelos órgãos responsáveis pela execução;



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 4.15. Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas ao registrar uma ordem de serviço externa. Permitir que o andamento da ordem de serviço seja liberado somente após o pagamento da taxa ou liberação manual da ordem de serviço;
- 4.16. Para ordens de serviço internas, o usuário deve informar o órgão solicitante e a subunidade ligada ao órgão que será atendida.
- 4.17. Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ordem de serviço.
- 4.18. Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.

5. PORTAL DO CONTRIBUINTE

- 5.1. Possuir funcionalidade que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro no sistema para que possa registrar e acompanhar suas requisições. Nesse cadastro devem constar, no mínimo:
 - Nome
 - CPF/CNPJ;
 - E-mail;
 - Senha.
- 5.2. A senha de acesso ao portal do cidadão deve exigir letras, números e caracteres especiais;
- 5.3. Permitir definir, no catálogo de assuntos, para quais assuntos o cidadão poderá registrar requisições;
- 5.4. Permitir que o cidadão possa consultar as requisições abertas por ele através do portal do cidadão;
- 5.5. Permitir que o cidadão possa consultar as demandas abertas presencialmente através do atendimento ao cidadão;
- 5.6. Permitir o registro de requisições com, no mínimo, as informações:
 - Assunto;
 - Mais detalhes sobre o motivo;
 - Local da ocorrência.
- 5.7. Permitir que o cidadão possa registrar sua requisição através aplicativo Mobile, atendendo os requisitos do item 5.6 e este aplicativo deva sugerir o Local de Ocorrência através do posicionamento de GPS de seu celular.
- 5.8. Permitir que o cidadão fique anônimo ao realizar sua requisição;
- 5.9. Permitir que o cidadão possa alterar seus dados pessoais, no mínimo;
 - Endereço;
 - E-mail;
 - Telefone.
- 5.10. Caso o cidadão esqueça sua senha, o sistema deve disponibilizar recurso para definição de nova senha;
- 5.11. Após registro da requisição, enviar e-mail de confirmação de abertura para o cidadão;
- 5.12. Após registro do cidadão no portal, enviar e-mail de confirmação de cadastro para o cidadão;
- 5.13. Permitir a anexação de arquivos digitais na abertura da requisição;
- 5.14. Ter recurso para permitir que o cidadão, sem a necessidade de cadastro no portal, acompanhe o andamento das suas demandas pela internet. Possibilitar ou não, no momento da consulta, a exigência de um código de acesso fornecido no momento da abertura da demanda;
- 5.15. Possibilitar que o portal do cidadão seja acessado em várias plataformas web com responsividade;



297

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 5.16. Possibilidade de customização das imagens do portal do cidadão, conforme necessidade da gestão atual;
- 5.17. A requisição cadastrada pelo cidadão deverá ser encaminhada para o órgão responsável pelo assunto ou para o ouvidor responsável.
- 5.18. Permitir que o cidadão possa consultar o catálogo de serviços da gestão, permitir que seja parametrizado quais serviços serão exibidos neste catálogo.
- 5.19. Permitir que sejam emitidas taxas de arrecadação a partir dos serviços disponíveis no catálogo de serviços, permitir ainda que cada serviço possua seu valor parametrizado para cobrança, as taxas geradas deverão ser emitidas pelo sistema de tributos.

6. Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)

- 6.1. Possuir sistema que atenda a Lei de Acesso a Informação (LAI), "LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011" (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm) referente ao "CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO".
- 6.2. Possuir funcionalidade que permita a alteração dos prazos previstos na Lei de forma fácil e ágil sem a intervenção de desenvolvimento.
- 6.3. Possuir funcionalidade que permita que a mensagens de notificação ao Cidadão possam ser previamente parametrizadas;
- 6.4. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de Informação;
- 6.5. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de recurso;
- 6.6. Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de reclamação;
- 6.7. Possuir funcionalidade para cadastrar a comissão responsável por julgar os recursos e reclamações referentes ao pedido de informação. Dentro de cada comissão deverá ter a possibilidade de informar os membros participantes e assegurar que somente estes membros tenham acesso às respectivas informações no sistema;
- 6.8. Possuir funcionalidade que permita o cadastro de avaliações com períodos de vigência;
- 6.9. Emitir relatório das avaliações por período contendo, no mínimo:
- Número; exercício do pedido de informação;
 - Data de abertura;
 - Prazo de resposta;
 - Solicitante;
 - Os dados conforme o cadastro da avaliação executada;
- 6.10. Possuir funcionalidade que permita que o pedido de informação possa ser tramitado entre os órgãos da administração pública;
- 6.11. Emitir relatório dos pedidos de informação contendo, no mínimo:
- Numeração e exercício do pedido de informação;
 - Situação em que encontra o pedido de informação;
 - Solicitante;
 - Prazo de resposta;
 - Detalhamento do pedido de informação;
 - Dados da resposta.
- 6.12. Possuir um portal que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro para registrar e acompanhar seus pedidos de informação. Nesse cadastro devem constar, no mínimo:
- Nome
 - CPF/CNPJ;



298

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- E-mail;
- Senha.

6.13. A senha de acesso ao portal deve exigir letras, números e caracteres especiais.

6.14. O portal deve permitir que o Cidadão seja responsável pelo seu cadastro.

6.15. O portal deverá de acesso ao Cidadão deverá ser responsivo para melhor visualização em dispositivos móveis;

7. TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

7.1. Sistema deverá possuir funcionalidade para realizar o registro de processos digitais. Este procedimento deverá ser realizado em forma de passos, organizado por contextos. A abertura do processo digital e físico deverão ser executados na mesma funcionalidade onde o assunto determinará se o processo deverá se tornar digital ou físico. A numeração de processo deverá ser única e sequencial por exercício, ou seja, a numeração para processo digital e processo físico deverá ser contínua não podendo cada modalidade ter a sua numeração.

7.2. Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por cadastro do sistema de tributos como mobiliário ou imobiliário.

7.3. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar o solicitante por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação.

7.4. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar beneficiário por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação, e deverá possibilitar incluir mais de um beneficiário, sendo que o sistema deverá possibilitar que seja definido um destes beneficiários como principal.

7.5. Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por meio do código de uma taxa gerada previamente.

7.6. Na tela de registro de processos digitais, deverá ser permitido o cadastramento do solicitante, conforme parametrização do sistema, deverá ser obrigatório informar o CPF/CNPJ e endereço do contribuinte.

7.7. Na tela de registro de processos digitais deverá existir campo para buscar e selecionar o assunto do processo, este campo deverá permitir digitação parcial para realizar a busca do assunto. Ao selecionar o assunto sistema deverá realizar validação se já existem processos abertos com o assunto selecionado para o solicitante previamente selecionado. Caso o assunto não tenha uma classificação única para processo, digital ou físico, o sistema deverá permitir que o atendente determine qual tipo o processo será aberto.

7.8. Na tela de registro de processo digitais ao selecionar um assunto, sistema deverá permitir ao usuário consultar informações sobre o assunto que o auxiliem com orientações para abertura ou informações ao contribuinte.

7.9. Na tela de registro de processos digitais deverá existir funcionalidade que permita ao usuário realizar o cadastramento de textos pré-definidos para serem utilizado para preenchimento do campo complementar do assunto.

7.10. Na tela de registro de processos digitais deverá possuir campos para informar o endereço de atendimento do processo, esta informação deverá ser obrigatória conforme parametrização do assunto, deverá ainda limitar a busca por somente endereços do município.

7.11. Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para informar mais detalhes, ponto de referência, relacionados ao endereço de atendimento, deverá existir configuração que obrigue a quantidade mínima de caracteres exigidos.



299

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 7.12. Na tela de registro de processos digitais deverá ter funcionalidade que liste os documentos obrigatórios necessários para a abertura do processo, deverá também ter opção para confirmar a anexação dos documentos e obrigar anexação de arquivos digitais destes documentos, e possibilitar assinar digitalmente estes documentos no padrão do ICP-BRASIL.
- 7.13. Na tela de registro de processos digitais, antes de finalizar a abertura, deverá ter listagem de processos existentes no sistema para o mesmo requerente selecionado. A listagem deverá exibir no mínimo o número, ano, assunto, data de abertura e status atual dos processos.
- 7.14. Após finalizar a abertura do processo digital o sistema deve gerar virtualmente a relação de documentos do processo digital, esta relação deverá ser controlada nas ações do sistema para incorporar novos documentos. Caso um documento tenha sido assinado com certificado digital o sistema deverá gerar este com o certificado na visualização.
- 7.15. Para todo documento gerado do processo digital o sistema deverá gerar um código de autenticidade (hash) podendo ser consultado pelo cidadão sua autenticidade, e caso seja feita alguma alteração o sistema deverá garantir que o código gerado não tenha mais validade.
- 7.16. Na tela de busca de processos digitais deverá permitir realizar filtro por qualquer parte do texto ou pelo começo do texto, deve permitir realizar filtro excluindo/desconsiderando registros do filtro (não coincidentes). O Filtro deverá permitir aos usuários buscar vários termos diferentes na mesma coluna, utilizando os operadores "OU" e "E" para concatenar os termos.
- 7.17. Na tela de busca de processos digitais, deverá ser permitido realiza a impressão da ficha do processo, deverá ainda ter opção para selecionar o conteúdo a ser impresso, como Providência, Trâmites, Respostas, Pendência.
- 7.18. Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção para exportar a lista filtrada no formato de planilha, deverá ainda permitir ocultar as colunas que não deseja ser exportadas.
- 7.19. Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção que permita ao usuário visualizar e/ou emitir guias (taxas de pagamento) para o processo.
- 7.20. Na tela de consulta do processo digitais deverá ter opção para visualizar o processo digital, deverá permitir "folear" os documentos do processo em ordem cronológica de inserção. Os documentos do processo deverão estar assinados digitalmente e/ou assinatura eletrônica gerada pelo próprio sistema com autenticação via QRcode e Hash.
- 7.21. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o encaminhamento (tramitação) de processos digitais para os setores, órgãos e departamentos cadastrados no sistema, deverá permitir ainda informar o nome do usuário que de forma obrigatória ou opcional.
- 7.22. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ser permitido a digitação das providências, o texto digitado deverá permitir formatação de fonte, tamanho de fonte, cor de fonte, negrito e sublinhado. A providência mediante a parametrização poderá ser obrigatória ou não. A providência ainda poderá ser assinada com certificado digital no padrão do ICP-BRASIL, e ao registrar a providência deverá gerar virtualmente um documento a ser anexado ao processo, e respeitar a assinatura com certificado digital.
- 7.23. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de recepcionar um processo, este ato informa que o processo digital foi recebido pelo usuário e dado início a análise do processo no setor;
- 7.24. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção colocar o processo sobe a responsabilidade do usuário, isso faz com que mais nenhum usuário possa executar a análise daquele processo digital.
- 7.25. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a anexação de arquivos digitais.



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 7.26. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter campo para informar situação e despacho.
- 7.27. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá permitir realizar o envio de um único processo ou um lote de processos para o mesmo destino ou destinos diferentes, ao finalizar o envio, sistema deverá gerar relatório agrupado por locais de origens e destinos.
- 7.28. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para exibir a tela de consulta com os dados do processo selecionado para envio.
- 7.29. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar o encerramento local do processo.
- 7.30. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a digitação de justificativa de atraso do processo.
- 7.31. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de apensar processos, este ato faz que os processos sejam tramitados em conjunto.
- 7.32. Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para gerar uma ordem de serviço para os processos selecionados, a geração da ordem somente deverá ser permitida caso o parâmetro do assunto do processo permita a geração de ordens de serviço.
- 7.33. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o cancelamento de uma remessa de encaminhamento de processos digitais, deverá permitir o cancelamento total ou parcial da remessa.
- 7.34. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a anexação digital (juntada) de documentos após a abertura do processo. Ajuntada poderá ser assinada eletronicamente pelo usuário utilizando certificado eletrônico digital padrão do ICP-BRASIL. O arquivo digital deverá ser anexado ao processo em ordem cronológica logo após o um termo de juntada gerado pelo sistema.
- 7.35. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a desanexação de documentos juntados ao processo digital, deverá gerar termo de desanexação destes arquivos digitais em ordem cronológica.
- 7.36. Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário requisitar um processo digital obrigando que no próximo tramite deste processo o usuário seja notificado que alguém o requisitou.
- 7.37. Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o envio de respostas para os processos digitais concluídos, estas respostas deverão ser encaminhadas por e-mail e carta.
- 7.38. Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário realizar um "monitoramento" do processo digital, este "monitoramento" poderá ser pessoal ou corporativo, quando pessoal somente o usuário poderá visualizar e remover o "monitoramento", quando corporativo os usuários lotados no mesmo setor poderão visualizar o "monitoramento". Deve ter a opção para ativar notificação de tramitação por e-mail para o usuário que registrou o "monitoramento".



301

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO I.C
SUPORTE TÉCNICO E SUSTENTAÇÃO DO AMBIENTE

1. Ficam definidos os seguintes tipos de chamados técnicos previstos:

1. Correção:

São problemas em funcionalidades, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado nos manuais do sistema, podendo ocorrer em telas, regras de negócio, relatórios e interfaces com outros Sistemas. Este tipo de chamado pode enquadrar-se em quaisquer das prioridades: P1, P2, P3 ou P4.

2. Ajuste legal:

É decorrente de mudanças na legislação em qualquer nível Federal, Estadual ou Municipal. Deverá ser preparada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas sem prejuízos a operação do sistema. Esse tipo de chamado enquadra-se na prioridade P4.

3. Desenvolvimento:

Visa garantir a evolução do sistema, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação às novas tecnologias, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento da CONTRATADA. Caracteriza-se por alteração ou adição de uma funcionalidade, tais como telas, relatórios, rotinas, regras de negócio e interfaces com outros sistemas para troca de informações. A CONTRATADA deverá, no prazo de 5 (dias) úteis, contados a partir da abertura do chamado, analisar a solicitação e produzir uma estimativa de tempo (em dias) para desenvolvimento e entrega da solução. Esse tipo de chamado terá sua prioridade definida como P4, devendo o tempo de atendimento e custo serem acordados entre as partes.

2 Prioridades dos chamados

A contagem de tempo para a solução deve ser realizada considera apenas o período das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta feira, exceto feriados. Esta contagem será realizada somente quando o chamado estiver sendo trabalhado pela CONTRATADA, sendo assim, a contagem do tempo irá parar quando o técnico enviar algum questionamento à CONTRATANTE, neste momento o chamado passa para o status "aguardando solicitante". A contagem do tempo somente reiniciará após a resposta do solicitante.

Prioridade	Definição	Atendimento
P1	Estão relacionados a problemas de alto impacto nas operações do sistema, cujo o não atendimento em curto espaço de tempo causará graves prejuízos de ordem financeira, operacional ou legal (incluindo situações de auditoria) para a CONTRATANTE, ou ainda a terceiros (contribuintes, fornecedores, etc). Atendimento em até 16 horas para a solução.	16 horas
P2	Estão relacionados a problemas ou situações de médio impacto nas operações do sistema ou que afetem parcialmente as operações (degradação).	32 horas
P3	Estão relacionados a problemas ou situações que não causem impacto na operação do sistema, que não afetem gravemente o fluxo de trabalho.	64 horas
P4	Tratar-se de intervenções no código fonte do sistema, ou seja, situações de	Acordado entre as



302

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

adaptação ou desenvolvimento de rotinas	partes.
---	---------

2. Nível de Serviço

A CONTRATADA deverá manter o Nível de Serviço conforme a tabela abaixo:

Indicador	Definição	Cumprimento	Período
(TAC) Tempo de atendimento dos chamados	Apuração do tempo decorrido entre a abertura do chamado e o envio da solução. Os tempos serão registrados e apurados através do website de Help Desk disponibilizado pela CONTRATADA.	Mínimo de 70% dos chamados atendidos no prazo.	Apuração Mensal

A apuração se dará em agrupamento por sistema. Portanto, será apresentado no relatório do sistema o índice TAC apurado para cada umas das 4 (quatro) prioridades.

Exemplo:

Subsistema: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			
Período Apurado: Janeiro			
Chamado	Prioridade	Tempo de atendimento	Atendimento do SLA
111111111	P1	7h	Sim
222222222	P2	30h	Sim
333333333	P3	59h	Sim
444444444	P2	40h	Não
Total de chamados: 4		Atendidos: 3	TAC: 70%

Será definida entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, a tabela com os principais módulos, funções e rotinas de cada sistema com suas respectivas prioridades de atendimento, visando a padronização no enquadramento da situação para a abertura e atendimento do chamado.

Exemplo ilustrativo de relatório:

Subsistema: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA				
Módulo	Descrição	PRIORIDADES		
		Correção	Ajuste	Desenvolvimento
NFSe	Enquadramento	Nível 2	Nível 3	Nível 4
	Cobrança indevida	Nível 1	Nível 3	Nível 4
	Erro geração NFSe	Nível 1	Nível 3	Nível 4

A CONTRATANTE deverá abrir os chamados no portal de atendimento indicado pela CONTRATADA.



303

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

A CONTRATANTE deverá responder de forma clara e no menor tempo possível os questionamentos feitos pelos técnicos da CONTRATADA.

A CONTRATADA disponibilizará no portal de atendimento o relatório mensal com o TAC de acordo com o modelo.

Os funcionários de ambas as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar treinados para o tratamento de cada chamado dentro dos padrões definidos. Os casos em que não haja entendimento para o tratamento do chamado serão acordados entre o Gestor de Suporte da CONTRATADA e com o responsável da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá receber e avaliar cada chamado (solicitação) em até 8 (oito) horas e informar ao solicitante apenas nos casos em que a solução necessite de maior tempo, em função de sua complexidade, e não possa ser aplicada obedecendo o enquadramento de prioridades definidos.

Nos casos em que não houver o contato do analista da CONTRATADA com o solicitante para reavaliação do enquadramento de prioridade do chamado, será considerado o atendimento dentro da prioridade definida.

Quando não for possível a solução no prazo solicitado pela Prefeitura, o analista da CONTRATADA deverá definir em conjunto com o solicitante o prazo razoável para solução, documentando no próprio chamado aberto a alteração deste prazo. Para estes casos a CONTRATADA poderá apresentar uma Solução de Contorno.

A Solução de Contorno, é definida como a disponibilização de um recurso, em carácter temporário, que atenda a necessidade pontual do chamado aberto, dentro do mesmo prazo definido para a prioridade que o chamado foi enquadrado.

Os casos de maior complexidade em que não houver entendimentos quanto aos enquadramentos dos chamados (Prioridade), e portanto, não possa ser aplicada a solução definitiva ou ainda a solução de contorno, serão tratados entre o Gestor de Suporte da CONTRATADA e o responsável da CONTRATANTE.



304

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO I.C

TABELA DE ITENS ESSENCIAIS PARA APROVAÇÃO NA PROVA DE CONCEITO

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA				
Item	CADASTRO ÚNICO DE CONTRIBUINTE	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Permitir o cadastro de pessoas (Física e Jurídica) de forma a constituir um cadastro único para contribuintes que deverá ser compartilhado para os setores da prefeitura.			Não
002	Permitir a consulta e localização de todos os relacionamentos a qual o contribuinte é responsável (Imóvel, Empresa, Parcelamentos de débito, Certidões, Processos de Execuções fiscais, Alvarás, Etc.)			Não
003	Permitir pesquisar os débitos atualizados e emitir documento com demonstrativo dos débitos para pagamento, no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, referente a todos os relacionamentos que o contribuinte é responsável.			Não
004	Conter rotina que permita a unificação dos cadastros de Contribuintes possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados. Todos os vínculos existentes para os contribuintes excluídos devem ser migrados para o cadastro que ficou ativo.			Não
005	Conter rotina para registrar todas as alterações dos cadastros, que deverá possuir no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual e permitir a consulta desses dados por usuário habilitado.			Não
006	Conter rotina que permita a criação de registro espelho de cadastros excluídos, quando essa exclusão for necessária.			Não
007	Possuir registro de históricos de ocorrências registrando data, usuário e o histórico e número do processo administrativo.			Não
008	Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.			Não
009	Conter rotina específica de crítica de CNPJ e CPF que permita a identificação e apresentação de outros contribuintes idênticos.			Não
010	Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.			Não
011	Permitir ao gestor incluir novas características ao cadastro de contribuintes, para fins de armazenamento de informações extras. Os tipos que devem ser aceitos são Textos, Datas, Decimais, Inteiros e Tabelas (onde o gestor configura quais serão os possíveis valores para seleção).			Não
Item	CADASTRO ÚNICO DE ENDEREÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
012	Permitir o cadastro de endereços de forma a constituir um cadastro único que deverá ser compartilhado para todos os setores da prefeitura.			Não
013	Conter rotina que permita a unificação dos cadastros de endereços possibilitando ao usuário a eliminação de cadastros duplicados e a higienização da base de dados.			Não



305

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	IMOBILIÁRIO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
014	Conter Rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.			Não
015	Conter o Cadastro Técnico Imobiliário para registro dos lotes urbanos do município onde serão vinculados os detalhes descritos nos itens abaixo.			Sim
016	Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.			Sim
017	Permitir informar todos os proprietários, compromissários e possuidores (Principal e Outros), o período de início e fim de cada registro, a fim de manter o histórico das transações. Esses cadastros deverão constar no Cadastro Único de Contribuintes.			Sim
018	Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços do imóvel e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro imobiliário.			Sim
019	Permitir o cadastro das testadas adicionais, contendo tamanho em metros e o Logradouro para qual está direcionada.			Sim
020	Permitir o cadastro de Áreas Construídas adicionais informando minimamente o tipo de área, metragem e ano de construção. O sistema também deve permitir parametrização para que um usuário gestor do sistema crie características diversas para a área construída (Ex: acabamento, revestimento, tipo de piso, etc) para fins de uso em cálculos de taxas e impostos.			Sim
021	Conter cadastro de empreendimentos imobiliários e permitir sua associação no cadastro imobiliário.			Sim
022	Conter cadastro de Imobiliárias e permitir sua associação no Cadastro Imobiliário.			Sim
023	Conter cadastro de Tipos de Entrega e permitir sua associação com o Cadastro Técnico Imobiliário com a finalidade de permitir filtros para emissão e entrega dos carnês de IPTU e outras correspondências de cobrança.			Sim
024	O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro imobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual. No cadastro imobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.			Sim
025	Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo. Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro imobiliário.			Sim
026	Manter registros históricos dos lançamentos por exercício de IPTU, constando os dados referentes aos valores venais lançados, os valores de metro quadrado de terreno e construção e todos os fatores utilizados para a apuração do lançamento.			Sim
027	Conter Cadastro das Confrontações do imóvel podendo informar a metragem, lado e a identificação do confrontante a qual que faz divisa.			Sim
028	Conter o Cadastro dos Projetos de construções para o imóvel e possibilitando o lançamento do ISS de construção.			Sim
029	Conter Cadastro que permita registrar as Isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do imóvel, contendo o tipo de isenção e prazo de duração.			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SISTEMA DE LICITAÇÕES

206

030	Conter estrutura para que o usuário ative no cadastro imobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso de sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de Imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade da download dos arquivos antes da visualização.			Sim
031	Permitir que o usuário possa incluir uma restrição temporária que impeça o lançamento de parcelamentos para este cadastro durante um período pré determinado.			Sim
032	Conter rotina para alterações coletivas de registros, que permita alterar qualquer informação para um conjunto de registros selecionados, e que deverá ser criadas e mantidas pelos usuários com direitos para essa tarefa.			Sim
033	Conter rotina para o desmembramento de um registro do cadastro imobiliário e a geração de vários outros registros com as mesmas características para posterior alteração.			Sim
034	Conter rotina que permita fazer o agrupamento de vários cadastros imobiliários em um único registro, tornado os registros origem em cadastros inativos, registrando os históricos das ocorrências.			Sim
035	Disponibilizar consulta em tela das ocorrências de desmembramento e agrupamentos para os usuários do setor de cadastro.			Sim
036	Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.			Sim
037	Conter Cadastro Técnico de Logradouros oficiais do município, contendo minimamente as informações de Oficializado / Denominado; Tipo de Logradouro; Nome do Logradouro; Bairro; Descrição de nome anterior; Legislação de Origem; Faixa de Numeração. Conter rotina que permita ao usuário incluir históricos manual das alterações contendo data de registro, dados do processo que originou este histórico e um campo de digitação livre para descrição do histórico. Permitir dentro do cadastro de logradouros oficiais que o usuário possa consultar este histórico. Disponibilizar também um local onde o usuário possa verificar quais são as faces de quadras vinculadas ao logradouro.			Sim
038	Conter Cadastro de Faces das Quadras para associá-las ao cadastro imobiliário, contendo os equipamentos urbanos disponíveis e o valor da Planta Genérica de Valores, para o cálculo dos valores venais. Disponibilizar também um histórico de averbação manual para o cadastro de face de quadra para fins de anotações diversas que o usuário tiver a necessidade de lançar.			Sim
039	Conter Cadastro de Loteamentos e permitir que seja associado ao imóvel.			Sim
040	Conter Cadastro de Características de terreno e de edificações de forma que o usuário gestor possa criar campos customizados no cadastro a fim de não limitar as informações que a prefeitura deseja informar.			Sim
041	Permitir visualizar as empresas relacionadas ao imóvel.			Sim
042	Conter rotina para a simulação do cálculo e lançamento dos valores venais e IPTU do exercício atual e até de exercícios anteriores. Permitindo que o usuário realize um filtro e selecione quais imóveis ele deseja realizar os lançamentos. O cálculo automaticamente deve considerar possíveis isenções ou imunidades cadastradas para os cadastros imobiliários selecionados. Permitir também que sejam parametrizados os lançamentos para que o sistema realize o lançamento recalculando o lançamento anterior ou criando novo lançamento.			Sim



307

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

043	Emissão de Carne de segunda via de IPTU, no formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras para Ficha de Compensação ou ficha de arrecadação e deverá conter obrigatoriamente uma lâmina de Notificação com o descritivo dos dados do lançamento.		Sim
044	Conter rotina para exportar os lançamentos de IPTU em formato texto para emissão das carnes em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados de acordo com filtros de campos do cadastro imobiliário.		Sim
045	Emissão de Ficha de Lançamento contendo os dados do imóvel, características e fatores utilizados para o lançamento do IPTU do Exercício.		Sim
046	Conter rotina para o cadastro e lançamento de ITBI, o sistema deve permitir a inclusão de mais de um adquirente, transmitente, anuente e usufrutuário. Em relação ao cálculo, o sistema deve realizar o cálculo automaticamente sobre o maior valor entre venal, de compra ou de avaliação da prefeitura. O lançamento do ITBI também deve permitir a inclusão de vários imóveis para lançamento de única guia para todas as transações efetuadas. Também deve permitir o lançamento de ITBI complementar para casos em que se faça necessário um complemento via arbitramento.		Não
047	Emissão de Documento de arrecadação de ITBI, contendo a descrição dos dados cadastrados e o documento de arrecadação no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação.		Sim
048	Emissão de Boletim de Inscrição Cadastral (BIC), contendo todas as características do cadastro e permitir que um usuário da prefeitura com o devido treinamento adêque o BIC de acordo com a necessidade da prefeitura via software fornecido pela própria empresa do sistema. Rotina para a emissão coletiva, Geral ou parcial de carnes de IPTU lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem impressos a partir de um filtro realizado por informações do lançamento ou do cadastro.		Sim
049	Permitir cadastramento do imóvel rural com no mínimo as seguintes características: Inscrição do Incri, Valor da Área e o Tipo da Área, Endereço, Situação da Cobrança, Matrícula, Cartório vinculado e campo de Observação.		Sim
050	Permitir vinculação de outros proprietários junto ao imóvel com no mínimo as seguintes características: se é principal, qual percentual possui, a data de entrada e saída.		Sim
051	Realizar a cópia de um cadastro e permitir alteração dos dados pelo operador, facilitando o preenchimento de imóveis com dados similares.		Sim
052	Permitir consulta dos imóveis por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do Imóvel, Bairro do Imóvel, Matrícula, Inscrição do Incri e Situação.		Sim
053	Permitir a ordenação dos registros em tela por no mínimo os seguintes filtros: Endereço do Imóvel, Bairro do Imóvel, Matrícula, Inscrição do Incri e Situação.		Sim
054	Possibilitar exportação de dados exibidos em tela a escolher pelo operador, em formato .csv; Lançamento Geral.		Sim
055	Permitir lançamento de taxas avulsas junto ao imóvel, possibilitando a emissão de guias com código de barras e QR Code/Pix.		Sim
056	Visualizar todas as guias lançadas para o respectivo imóvel, demonstrando no mínimo os seguintes dados: Exercício, Situação, Data da Geração, Valor Original, Valor Juro, Valor de Multa, Valor Correção, Baixa Bancária e Usuário Lançador.		Sim
057	Permitir lançamento de histórico junto ao imóvel. O sistema deverá informar a data e qual usuário realizou o lançamento.		Sim



308

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

058	Permitir a visualização do débito com valores corrigidos, com no mínimo os seguintes dados: Nome Tributo, Número Parcela, Situação Parcela, Exercício, Vencimento, Valor Original, Juro, Multa e Corrigido.			Sim
059	Realizar a impressão da guia de recolhimento, possibilitando inserir observação a ser impressa junto a guia.			Sim
060	Realizar a impressão de demonstrativo por parcela.			Sim
061	Realizar a impressão de demonstrativo por exercício.			Sim
Item	DOI – Declaração de Operações Imobiliárias	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
062	Todas as telas de listagem deverão possuir permissão para verificar qual filtro está sendo utilizado no momento;			Sim
063	Todas as telas de listagem deverão possuir a possibilidade de salvar o filtro da consulta atual durante o uso do sistema;			Sim
064	Todas as telas de listagem deverão possuir impressão nos seguintes formatos: XLS, PDF Paisagem, PDF Retrato e TXT;			Sim
065	Todas as telas de listagem deverão possuir a limpeza de todos os filtros de forma coletiva;			Sim
066	Todas as telas de listagem deverão possuir escolha dos campos que são demonstrados em tela; Após a escolha dos campos, poderão ser impressos nos formatos conforme item 1.3;			Sim
067	Todas as telas de listagem deverão possuir ordenação da informação exibida em tela, através da função drag-and-drop e com a escolha de ordenação ascendente e descendente;			Sim
068	Todas as telas de listagem deverão possuir consultas dos campos exibidos em tela;			Sim
069	Todas as telas de listagem deverão possuir a demonstração de qual campo está sendo filtrado no momento;			Sim
070	Todos os itens de cadastro deverão possuir as seguintes opções: Inclusão, Visualização e Edição;			Sim
071	Durante a visualização do item de cadastro não será permitido alteração da informação;			Sim
072	Todos os itens cadastrados não podem ser excluídos, somente inativados;			Sim
073	Os itens de cadastro deverão seguir padrão conforme leiaute versão 6.1;			Sim
074	Possuir cadastro de Situação da operação imobiliária;			Sim
075	Possuir cadastro de Atribuição da DOI;			Sim
076	Possuir cadastro de Tipo da Transação;			Sim
077	Possuir cadastro de Retificação do Ato;			Sim
078	Possuir cadastro de Forma da Alienação/Aquisição;			Sim
079	Possuir cadastro de Valor da Alienação não consta;			Sim
080	Possuir cadastro de Tipo de Imóvel;			Sim
081	Possuir cadastro de Situação da Construção;			Sim
082	Possuir cadastro de Localização do imóvel;			Sim
083	Possuir cadastro de Área não informada/consta;			Sim
084	Possuir cadastro de Valor do ITBI ou ITCD informada/não consta;			Sim
085	Permitido somente importar arquivo com extensão .DEC. Caso o usuário tentar importar arquivo com qualquer outra extensão, o sistema deverá barrar a importação;			Não



309

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

086	O sistema deverá realizar as validações e críticas durante a importação do arquivo, para posterior validação do operador do sistema;		Não
087	Ao tentar importar o mesmo arquivo já importado anteriormente, o sistema deverá barrar a importação;		Não
088	O sistema deverá apresentar em tela todos os arquivos já importados;		Não
089	Permitir ignorar a operação imobiliária (rural e urbana) de outro município, imóvel com dados já atualizados ou qualquer outra informação que o operador julgar necessário. Obrigar o operador informar o porquê ignorou a operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;		Não
090	Possuir rotina para reabilitar a operação imobiliária ignorada. Obrigar o operador informar o porquê da reabilitação da operação imobiliária e esta informação deverá ser registrada em histórico;		Não
091	Dar a possibilidade para o operador ignorar ou reabilitar de forma coletiva as operações imobiliárias, ou seja, de 2 ou mais operações;		Não
092	Possuir tela onde o operador possa verificar todas as informações envolvidas na operação imobiliária: dados da operação, localização do imóvel (rural ou urbano), alienante, adquirente, dados da alienação e matrícula;		Não
093	Informar ao operador todas as críticas que o sistema localizou durante a importação da operação imobiliária, tais como:		Não
094	Imóvel não pertence ao município;		Não
095	Matrícula não encontrada na base de imóvel;		Não
096	Matrícula encontrada em duplicidade na base de imóvel;		Não
097	Identificação não encontrada na base de imóvel;		Não
098	Identificação encontrada em duplicidade na base de imóvel;		Não
099	Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base do imóvel;		Não
100	Matrícula não encontrada na base do imóvel rural;		Não
101	Matrícula encontrada com duplicidade na base do imóvel rural;		Não
102	Identificação não encontrada na base do imóvel rural;		Não
103	Identificação encontrada com duplicidade na base do imóvel rural;		Não
104	Matrícula e identificação está com divergências verificadas na base do imóvel rural;		Não
105	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de contribuintes;		Não
106	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico x contribuinte;		Não
107	Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel;		Não
108	Valor CPF/CNPJ do alienante não foi localizado na base de físico rural x contribuinte;		Não
109	Valor CPF/CNPJ do alienante já está com a data de saída registrada no cadastro dos proprietários deste imóvel rural;		Não
110	Valor CPF/CNPJ do adquirente não foi localizado na base de contribuintes;		Não
111	Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel;		Não
112	Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel;		Não
113	Valor CPF/CNPJ do adquirente já está registrado como proprietário deste imóvel rural;		Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

114	Valor CPF/CNPJ do adquirente está registrado no cadastro de proprietários mas com data de saída registrada para este imóvel rural.			Não
115	Após o operador ajustar os itens da crítica, o sistema deverá possuir uma forma de atualizar a crítica sem a necessidade de nova importação do arquivo, para que o operador saiba se a crítica foi solucionada;			Não
116	Caso exista mais de um adquirente na operação imobiliária, o que possuir maior percentual deverá ser o proprietário principal do imóvel (rural ou urbano);			Não
117	Quando o operador efetivar a operação imobiliária conforme informações disponibilizadas pelo DOI, o sistema deverá atualizar o cadastro de proprietário, de adquirente e transmitente no cadastro de imóvel (rural e urbano);			Não
Item	MOBILIÁRIO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
118	Conter o Cadastro Técnico Econômico (Cadastro Mobiliário) conforme detalhes descritos nos itens abaixo.			Sim
119	Permitir a alteração da situação de cadastro (Ativo, Inativo, Cancelado, Suspensão) registrando a data de alteração desta situação, bem como os dados do processo e um histórico manual que o usuário possa descrever o motivo desta alteração. Conter também uma tela para visualizar todo o histórico de alteração da situação do cadastro.			Sim
120	O sistema deve registrar automaticamente as alterações do cadastro mobiliário e terá no mínimo os seguintes dados: Usuário, data, informação alterada, valor anterior e valor atual.No cadastro mobiliário o sistema deve possibilitar ao usuário acessar os históricos automáticos gerados pelo sistema.			Sim
121	Conter estrutura para que o usuário anexe ao cadastro mobiliário imagens ou documentos que sejam de interesse do município. O sistema deve permitir a abertura destes arquivos para visualização. No caso do sistema não dispor de mecanismo interno para visualização, deve-se garantir que a visualização em sistemas externos (Ex: Visualizador de imagens ou Leitor de PDF) com chamada direta, sem a necessidade de download dos arquivos antes da visualização.			Não
122	Conter Cadastro de Atividades Econômicas de forma a permitir que seja informada mais de uma atividade para o cadastro, o período inicial e final de vigência de cada atividade, atividade principal.			Sim
123	Conter Cadastro dos Contadores e sua associação ao Cadastro Mobiliário, devendo o cadastro de contadores ser baseado no Cadastro Único de Contribuintes.			Sim
124	Conter histórico que demonstre que houve alteração nos endereços de localização e de entrega, registrando a data da alteração e disponibilizar para consulta dos usuários no mesmo contexto de consulta do cadastro mobiliário.			Sim
125	Permitir a associação do Cadastro Mobiliário ao Cadastro Técnico Imobiliário do local do estabelecimento.			Sim
126	Conter Cadastro de Enquadramento no Simples Nacional, permitindo informar o período de início e fim do enquadramento, mantendo o histórico dos períodos anteriores.			Sim
127	Possuir registro de históricos para anotações de ocorrências registrando data, usuário, histórico e número do processo administrativo.			Sim
128	Permitir que o usuário possa acessar esses históricos a partir do cadastro mobiliário.			Sim
129	Cadastro dos Sócios, que deverá estar contido no Cadastro Único de Contribuintes, podendo registrar o período de início e fim de sua vigência.			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

130	Conter Cadastro de Atividades diversas para configuração de lançamentos dos tributos e taxas do mobiliário (ISS Fixo, Taxa de Licença, Ocupação Solo, Publicidades, Etc.) associados ao Cadastro Mobiliário, permitindo informar valores, quantidade e alíquotas e o período sua vigência para cálculos proporcionais.			Sim
131	Conter uma tela para visualização de registro dos Movimentos Econômicos de prestadores de serviços contendo: Valor do Movimento Econômico da Empresa, Exercício e Mês de Competência, Valor das Deduções, valor do imposto e o tipo de declaração (Declarado, Fiscalizado, Sem Movimento, Etc.).			Sim
132	Conter Cadastro de Táxi contendo no mínimo as informações de: CNH, Condutor (vinculado ao cadastro de contribuintes), CPF, Chassis, decreto de permissão, Ano de Fabricação e dados do taxímetro.			Sim
133	Conter Cadastro de Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) contendo minimamente dados da gráfica, Datas de emissão, pedido e validade, faixa de notas liberadas e série.			Não
134	Conter Cadastro que permita registrar as Isenções, imunidades e reduções para o cálculo dos tributos do Cadastro Mobiliário, contendo o tipo de isenção e prazo de duração para ser utilizado no cálculo das taxas e impostos.			Sim
135	Conter Cadastro de Horário permitindo informar os horários de funcionamento normais e os adicionais.			Sim
136	Conter Cadastro de Anúncios para os lançamentos de Taxas de Publicidade.			Sim
137	Conter rotina para criação de críticas coletivas dos dados do cadastro, que possa ser criada e mantida pelos usuários da prefeitura e emissão de relatórios dos registros encontrados.			Sim
138	Conter rotina para os cálculos e lançamentos dos Tributos de ISS, Taxas de licença, Ocupação de Solo Etc., possibilitando o lançamento geral ou parcial, permitindo ao usuário os cadastros e selecionar os registros a serem calculados. Os cálculos deverão levar em consideração períodos proporcionais incompletos conforme a Data de Início de Atividade, isenções, reduções e descontos.			Sim
139	Conter rotina para o lançamento de ISS para prestadores de serviços com as parcelas sem valor de lançamento, referente às 12 competências do ano, considerando sempre a proporcionalidade da Data de Início de Atividade, que deverão ter seus valores atualizados conforme a declaração no sistema de ISSQN online.			Sim
140	Conter rotina para exportar os lançamentos de Tributos e Taxas do Mobiliário em formato texto para emissão das carnes em gráfica de terceiros, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados.			Sim
141	Conter Cadastro de Alvarás abrangendo todos os tipos de alvarás (Mobiliário, Imobiliário, Obras, Etc.). O sistema deve permitir que um usuário treinado da prefeitura possa ajustar o layout dos alvarás conforme necessidade de cada setor.			Sim
142	Conter rotina para a emissão coletiva Geral ou parcial de carnes de tributo lançados, permitindo ao usuário selecionar os registros a serem exportados a partir de filtros do cadastro ou do lançamento e informar a ordenação que deverá ser impresso, e possibilitando a impressão em formato A4 com três lâminas por folha, com código de barras e QR Code/PIX.			Sim
143	Conter rotina para geração de Certidões (Negativa de débitos, Positiva de débitos, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Valor Venal, Etc.), e emissão da certidão conforme o contexto, Deverá ter críticas para as validações das certidões, não poderá gerar uma certidão negativa quando houver debito vencido, nos casos que tenha débitos parcelados em dia, deverá ser gerado Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Etc.			Sim
Item	AUTO DE INFRAÇÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



312

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

144	Conter rotina para o Cadastro de Notificações e geração automática de Auto de Infração respectiva quando a notificação não for atendida, registrar ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.) e Impressão de Ficha de Notificação. O lançamento de uma notificação deve permitir a seleção de um ou mais dispositivos legais infringidos para lançamento em um único débito. O sistema deve permitir lançamento de notificações para qualquer tipo de cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou diretamente para o Contribuinte).			Sim
145	Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento de notificação.			Sim
146	O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento da notificação, ela seja alterada apenas se for reaberta para edição por um usuário com permissão específica para liberar a notificação para edição.			Sim
147	O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais a notificação e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.			Sim
148	Conter rotina de armazenamento de históricos manuais digitados pelo usuário contendo minimamente campos de data, histórico, processo e usuário. Este histórico ficará disponível para consulta durante a visualização ou edição de uma notificação.			Sim
149	Conter rotina para o lançamento de Auto de Infração diretamente para os casos onde não cabe notificação prévia e a devida geração automática da guia de recolhimento, emissão de documento de arrecadação em formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, ambos com código de barras e QR-Code/PIX. O lançamento de autos deve permitir também a seleção de uma ou mais dispositivos legais infringidos, emissão do Auto de Infração e registro de ocorrências de alteração da situação (Notificada, Suspensa, Cancelada, Ativa, Etc.)			Sim
150	Permitir inclusão de imagens e documentos que serviram de embasamento investigativo para comprovar a irregularidade apurada e a legalidade do lançamento do auto de infração.			Sim
151	O sistema deve prover dispositivo para que após o lançamento do auto de infração, ele seja alterado apenas se for reaberto para edição por um usuário com permissão específica para liberar o auto para edição.			Sim
152	O sistema deve permitir a inclusão de um ou mais fiscais ao auto de infração e estes serão selecionados a partir do cadastro de fiscais do sistema.			Sim
Item	PARÂMETROS E CONFIGURAÇÕES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
153	Conter Cadastro de Parâmetros para a montagem do código de barras dos documentos de arrecadação de forma que o usuário gestor possa parametrizar qual o banco, conta e tipo de convênio será utilizado para pagamento dos documentos emitidos.			Sim
154	Conter cadastro de departamento, onde serão vinculados os usuários de cada departamento, os preços públicos, os alvarás, as certidões e os tipos de infrações que os usuários do departamento poderão lançar.			Sim
155	Conter Cadastro de Índices de atualização monetária, permitindo registrar qualquer índice de correção ou moeda que a prefeitura tenha necessidade.			Sim
156	Conter Cadastro que permita registrar as assinaturas digitalizadas de funcionários responsáveis para emissão de documentos e que possam ser modificados pelos usuários gestor da prefeitura conforme sua necessidade.			Sim



313

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

157	Conter Cadastro de configuração dos cálculos de correção, juros, multa, descontos e honorários advocatícios, utilizados para as atualizações dos débitos municipais conforme descrito código tributário do município. Conter Cadastro de Parâmetros e rotinas para programas de refinanciamento fiscal de débitos vencidos (REFIS), contendo no mínimo: Período de vigência do programa, período dos vencimentos dos débitos, percentuais de isenções para os valores de correção, juros, multa e honorários advocatícios, definição de quais rubricas poderão entrar no programa de revisão fiscal, valores mínimos para lançamento de parcelas em caso de parcelamento, limite de parcelas para casos de parcelamento e quais situações de cobrança de débitos este REFIS será aplicado (Dívida corrente, ativa ou judicial).			Sim
158	Conter Cadastro de condições de lançamentos de débitos em mais de uma parcela onde o usuário poderá configurar em até quantas parcelas o débito será lançado, junto com seu valor mínimo, bem como em casos de pagamento em cota única, definir também quantas cotas serão lançadas e o fator de desconto para cada cota única.			Sim
159	Conter Cadastro de configuração de lançamentos que permita ao usuário gestor configurar os procedimentos de lançamentos de tributos contendo no mínimo os seguintes campos: Exercício de lançamento, parâmetros de vencimentos, as rubricas que compõem o lançamento, valor mínimo do lançamento, a moeda utilizada para indexação do cálculo, a possibilidade de configurar se o sistema deve ou não recalcular sempre os débitos lançados, possibilidade de lançar valores zerados e a data do efetivo lançamento. Garantir também que seja possível definir quais são os departamentos que podem realizar o lançamento de débitos desta configuração. Conter a possibilidade de cadastrar características específicas deste lançamento que o usuário pode preencher durante o lançamento deste tipo de débito e que serão armazenados junto com cada lançamento para detalhamento do cálculo realizado. Permitir que o usuário vincule as fundamentações legais de lançamento de cada rubrica para utilização em certidões de dívida ativa.			Sim
160	Conter Cadastro de fórmulas de cálculo por rubricas de utilizadas no lançamento, que permitirá ao usuário gestor treinado pela empresa a flexibilidade para configurar os cálculos dos valores lançados no sistema.			Sim
161	Conter configuração de integração com o sistema contábil diretamente no cadastro das rubricas. Permitindo ao usuário configurar quais contas de receita serão integradas para cada tipo de lançamento anualmente (Valores originais, multa, juros, correção e dívida ativa). Esta funcionalidade deve conter uma rotina para replicar as configurações de integração com a contabilidade de um exercício para outro, a fim de evitar redigitação manual anualmente.			Sim
162	Conter rotina que permita ao usuário gestor criar procedimento para exportação de qualquer informação da base de dados via arquivo texto.			Sim
163	Conter rotina que permita o cadastro de outros devedores co-responsáveis aos débitos de um cadastro.			Sim
164	Conter rotina de cadastro de textos padrões que será utilizado pelo gestor da prefeitura para ajustar textos fixos utilizados em relatórios, boletos e certidões.			Sim
165	Conter Cadastro de dias úteis e não úteis bancários a serem utilizados pelas rotinas de baixas.			Sim
166	Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um contribuinte excluído erroneamente no sistema.			Sim
167	Conter rotina para que o usuário gestor tenha condições de reativar um cadastro de CEP excluído erroneamente no sistema.			Sim



314

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

168	Conter rotina de auditoria das ações do sistema, onde o auditor poderá marcar cada auditoria como já avaliada e consultar as origens de cada auditoria gerada pelo sistema, permitindo ao auditor uma avaliação completa do lançamento ou alteração realizada pelo usuário.			Sim
169	Permitir a emissão de guias de arrecadação com código e barras e QR-Code PIX, contendo parâmetros para devida configuração do convênio estabelecido entre a Prefeitura e o Banco.			Sim
Item	TESOURARIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
170	As rotinas de baixas de tributos (financeiras) deverão assegurar que: em casos de baixas de Documentos com valor a menor, o saldo deverá conste como débito ainda em aberto. Quando a parcela paga for a ÚNICA paga após o vencimento (em caso de desconto) ou com valor a menor, as demais parcelas deverão ser baixas proporcionalmente ao pagamento da única, restando também saldo em aberto. Documentos baixados com valor a maior, o saldo deverá ser armazenado e classificado em conta contábil diferente facilitando a localização e restituição desses créditos quando solicitado.			Sim
171	Conter rotina para recepção de arquivo dos agentes arrecadadores com a arrecadação de tributos para efetuar as baixas de forma automática, fazer apontamento e emissão de relatório das inconsistências encontradas, emitir relatório com a classificação das receitas recebidas e a extração de arquivo para envio à contabilidade.			Sim
172	Possibilitar também a transferência de baixas entre parcelas, quando há erro na autenticação do carnê.			Sim
173	Conter rotina para baixa financeira manual de documentos de arrecadação emitidos pela prefeitura, para os casos em que o pagamento dos valores não ocorreram por pagamento via código de barras e emitir relatório com a classificação contábil das rubricas registradas comprovar quais valores serão enviados à contabilidade.			Sim
174	Conter rotina para efetuar cancelamentos de tributos por processo autorizado, devendo ser relacionada com um processo administrativo e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.			Sim
175	A tarefa deve permitir também o estorno do cancelamento em caso de erro de lançamento, bem como um histórico manual para anotações do usuário com no mínimo os campos: Data, usuário e histórico.			Sim
176	O sistema deve apresentar a cada parcela selecionada para baixa, os valores originais, de multa, juros, correção para cada rubrica lançada na parcela.			Sim
177	Conter rotina de compensação ou restituição de valores pagos de forma financeira, possibilitando ao usuário informar o valor total a ser compensado, processo administrativo e escolher quais parcelas deverão ser compensadas e deverá conter ainda características de restrição específicas para garantir que somente usuários autorizados possam executar essa tarefa.			Sim
178	Esta rotina deve permitir estorno para caso houver alguma falha de lançamento feito pelo usuário.			Sim
179	Conter rotina para cancelamento em lote de lançamentos pendentes originados de baixas com valores pagos a menor.			Sim
180	Conter rotina para importação dos arquivos DAF607 com as seguintes características: Manter os registros históricos para consultas posteriores; Conter críticas para informações de contribuintes não cadastrados na prefeitura; Possibilitar o cadastramento automático de contribuintes ainda não cadastrados para posterior análise do setor de cadastro; Gerar automaticamente o lançamento e a baixa para cada registro informado no arquivo e a classificação das receitas contábeis.			Sim



315

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

181	Conter rotina de transferência de débitos entre contribuintes devedores, contendo informações do cadastro de origem e de destino da transação. Também deve permitir consultar os débitos que o cadastro de origem tem em aberto e selecionar para quais débitos o usuário deseja realizar esta tarefa. Antes de executar a transferência, o sistema deve checar se os débitos já tem CDAs geradas em nome do devedor de origem e caso houver, demonstrar em tela quais são os débitos que tem esta restrição a fim de evitar problemas no processo de cobrança.			Sim
Item	DÍVIDA ATIVA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
182	Conter rotina para inscrição coletiva ou individual de débitos vencidos e emissão do Livro de Dívida Ativa com páginas numeradas sequencialmente.			Sim
183	Conter rotina de geração da Certidão de Dívida Ativa, identificando o responsável, data de inscrição, número do livro, número da folha, número da certidão, tributo inscrito valor original e a fundamentação legal do lançamento do tributo e suas atualizações. A rotina deve permitir impressão da CDA bem como a sua customização por um usuário capacitado pela empresa para realizar tais alterações em ferramenta disponibilizada pela contratada. Conter rotina de crítica de CDAs, onde o sistema deve apresentar quais CDAs tiveram alteração de valor devido e alteração de responsável pelo débito. Neste caso, permitir também que o usuário faça a atualização ou substituição da CDA conforme necessidade da prefeitura.			Sim
184	Conter rotina para a geração e acompanhamento do processo administrativo de execução fiscal, contendo uma ou mais certidões do contribuinte, a emissão da petição inicial, citação e as certidões de dívida do processo. A geração deve permitir que o usuário filtre os débitos que deseja gerar processo para ajuizamento por no mínimo as seguintes informações: Tipo de Cadastro (Contribuinte, mobiliário ou imobiliário), faixa de inscrições, faixa de exercícios, faixa de valores e filtro de tributos que deseja-se ajuizar.			Sim
185	Conter rotina para o parcelamento e refinanciamento dos lançamentos vencidos e inscritos em dívida ativa com as seguintes características: Permitir a escolha de um programa de refinanciamento de débito vigente na prefeitura; Permitir associar o parcelamento a um processo administrativo; Registrar e manter histórico dos débitos e suas atualizações que compõem a origem do parcelamento; Permitir informar a quantidade de parcelas para o parcelamento, desde que considerado a quantidade mínima prevista para o programa de refinanciamento enquadrado; Emitir Termo de confissão de dívida conforme legislação vigente; Emitir Carnê com as parcelas do parcelamento, em formulário A4 com três lâminas por folha e formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação, código de barras e QR-Code/Pix; Emitir Relatório de Ficha Técnica do Parcelamento contendo os dados dos responsáveis, dos débitos de origem do parcelamento e das parcelas do parcelamento.			Sim
186	O sistema deve conter rotina para acompanhamento do parcelamento onde será demonstrado quais parcelas das origens estão sendo pagas a cada pagamento de uma parcela do parcelamento.			Sim
187	Conter rotina para o cancelamento de parcelamentos com a quantidade de parcelas vencidas e não pagas definida pela lei municipal, de forma individual e coletiva. Os valores pagos deverão ser compensados nas parcelas de origem do parcelamento, considerando a ordem cronológica, quitando do débito mais antigo para o mais atual.			Sim
188	Conter rotina para registrar as despesas processuais (Diligências, Postagem, Etc.) da execução fiscal, inserindo automaticamente na conta-corrente do contribuinte.			Sim
Item	PREÇOS PÚBLICOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



316

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

m				
189	Conter cadastro de Preços Públicos e rotina para lançamento de Taxas Diversas identificando o contribuinte, data de emissão, contendo um ou mais preços públicos e a emissão de documento de arrecadação demonstrando a relação dos preços públicos associados e documento no formato de ficha de compensação ou ficha de arrecadação para recolhimento na rede bancária com código de barras e QR-Code/Pix. Em um mesmo lançamento o sistema deve possibilitar a inclusão de vários preços públicos para geração de uma única guia. Ao selecionar um preço público, o usuário poderá informar uma quantidade multiplicadora e até mesmo definir o valor do preço público manualmente. Uma vez lançada a guia referente à taxa diversa, o sistema deve bloquear a alteração de qualquer informação do preço público e apenas permitir sua alteração caso um usuário com permissão especial para isso libere a taxa diversa para edição			Sim
Item	SERVIÇOS ON-LINE	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
190	Conter rotina para consulta de débitos imobiliários e Mobiliários em aberto apresentando ao contribuinte os valores Originais, Correção, Juros, Multas, Descontos e Honorários Advocáticos, possibilitando-o a selecionar os registros para a emissão de documento de arrecadação demonstrando os débitos selecionados. Disponibilizar também rotina para geração de extrato (PDF) de débitos abertos selecionados na consulta citada neste item.			Sim
191	Conter rotina para geração e emissão de certidões como: Certidão Negativa de Débito, Certidão Positiva de Débito, Certidão Positiva com Efeito de Negativa, Certidão Negativa de Débito para o Documento (CNPJ ou CPF) e Certidão de Valores Venais Imobiliários, Certidão de Comprovação de Área Construída do Imóvel, Certidão de Comprovação de Lançamento de IPTU. Também deve conter rotina para validar a autenticidade de todas as certidões emitidas.			Sim
192	Permitir ao contribuinte a emissão de Boletim Cadastral Imobiliário.			Não
193	Emissão de segunda via de Carne de IPTU, ISS e Taxas.			Sim
194	Emissão de segunda via de Carnê de Parcelamento de Débito.			Não
195	Conter rotina onde o contribuinte possa solicitar uma atualização de endereço de entrega para o cadastro mobiliário e imobiliário.			Não
196	Conter cadastro de contribuintes que não estão domiciliados neste município. A efetivação do cadastro deve depender de uma avaliação e aprovação de usuário da prefeitura que validará as informações e realizará o deferimento ou indeferimento do cadastro.			Não
Item	PROTESTO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
197	O módulo deve ser disponibilizado em ambiente web e permitir acesso por navegadores padrões de mercado, tais como Mozilla Firefox, Chrome e Internet Explorer.			Não
198	Conter tela para Busca de CDAS a Protestar, permitindo que os dados sejam filtrados por: Nº do Cadastro; Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte); Exercício de Inscrição em Dívida Ativa; Código de Registro de Contribuinte; Descrição do Tributo; Valor do Débito; CPF/CNPJ.			Sim
199	Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.			Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

200	Conter rotina para criticar as CDA's selecionadas de acordo com as seguintes regras: Certidão pertence ao Ajuizamento; Certidão sem débito em aberto; Certidão não tem fundamentação; O cadastro não possui dados de endereço; O cadastro não possui informação no campo Nome; O cadastro não possui informação completa no endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Bairro do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Cidade do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo Estado do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação no campo CEP do endereço de correspondência; O cadastro possui informação inválida no campo CEP do endereço de correspondência; O cadastro não possui informação válida no campo Número; O cadastro não possui informação no campo CNPJ/CPF; O cadastro não possui informação valida no campo CNPJ/CPF; O cadastro não tem dados de endereço; Certidão não pode ser protestada, pois o seu Estado não coincide com o Estado da Prefeitura e Certidão não pode ser protestada, pois o endereço de entrega não pertence ao município.			Sim
201	Conter a opção de criação de lista de distribuição para armazenamento das CDAs selecionadas e criticadas, permitindo a criação de protestos e remessas por lote posteriormente a partir da lista de distribuição.			Sim
202	Conter opção de geração imediata dos protestos e remessas das CDAs selecionadas sem antes criar lista de distribuição.			Sim
203	O envio de arquivos de remessa deverá ser efetuado por Webservice, utilizando integração com a Central de Remessa de Arquivos – CRA.			Sim
204	Conter funcionalidade para assinatura digital automática dos Documentos de Arrecadação Municipal e Certidão de Dívida Ativas enviadas junto aos arquivos de remessa por meio dos certificados A3 ou A1. Esta funcionalidade deverá ser executada no momento do envio do arquivo.			Sim
205	Conter tela de consulta dos protestos enviados utilizando filtros: Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte); N° do Cadastro; Situação do Protesto (Protestado, Pago, Retirado, Devolvido por Irregularidade, Anuência Confirmada em Cartório e Protesto Cancelado); Código de Registro de Contribuinte; Data do Protesto; N° da Remessa; Data do Protocolo; N° de Protocolo; Código do Cartório; Saldo do Protesto e CPF/CNPJ			Sim
206	Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.			Não
207	Conter funcionalidade para que os arquivos de confirmação e retorno sejam solicitados, recebidos e processados de forma automática pelo sistema diariamente.			Não
208	O sistema deve disponibilizar para o usuário um histórico das ocorrências relacionadas às remessas, bem como o usuário que a realizou, horário da ocorrência e arquivo enviado ou recebido para: Envio do Arquivo de Remessa à Central de Remessa de Arquivos – CRA; Recibo do Envio do Arquivo de Remessa pelo CRA; Solicitação de Arquivo de Confirmação; Recebimento do Arquivo de Confirmação; Solicitação de Arquivo de Retorno; Recebimento do Arquivo de Retorno; Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência; Recibo do Envio do Arquivo de Cancelamento ou Desistência pelo CRA.			Sim
209	Conter funcionalidade para envio em lote dos cancelamentos e desistências dos protestos.			Sim
210	O sistema deverá definir o tipo de envio (cancelamento ou desistência) automaticamente pela situação do protesto no momento do envio.			Sim
211	Caso o(s) protesto(s) selecionado(s) possua(m) a situação Processado, o sistema irá definir o tipo de envio como desistência, e caso a situação seja			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	Protestado o tipo de envio será definido pelo sistema como cancelamento.			
212	Para o envio de cancelamento, o sistema deve apresentar a opção de o usuário selecionar o motivo do cancelamento, tais como Remessa Indevida (Quando o protesto foi enviado indevidamente) ou Débito Regularizado (Quando o protesto foi devolvido pelo cartório e negociado posteriormente pela Prefeitura e representa a anuência do título).			Sim
213	Para os envios de cancelamento por remessa indevida ou desistência dos protestos, o sistema deve possibilitar que o usuário descreva o motivo pelo qual o protesto foi cancelado para que seja registrado no sistema.			Sim
214	Tela para consulta dos cancelamentos enviados para os protestos utilizando filtros: Nº do Cadastro; Tipo de Cadastro (Imobiliário, Mobiliário ou Contribuinte); Situação do Protesto; Código de Registro de Contribuinte; Data do Protesto; Nº da Remessa; Data do Protocolo; Nº de Protocolo; Código do Cartório; Saldo do Protesto e CPF/CNPJ.			Sim
215	Os filtros devem apresentar a opção de busca por faixa de valores e opção de registros não coincidentes.			Não
216	Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de quitação do débito pela Prefeitura.			Sim
217	Relatório contendo lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de parcelamento do débito pela Prefeitura, desde que haja pagamento respeitando a regra imposta pela Prefeitura.			Sim
218	Relatório contendo a lista dos protestos para envio de cancelamento por motivo de cancelamento do débito pela Prefeitura.			Sim
219	Relatório contendo a lista dos protestos pagos na Prefeitura ou Cartório por período, bem como a quantidade total e valor total pagos.			Sim
220	Relatório contendo a lista de protestos devolvidos por irregularidade.			Sim
221	Relatório contendo a lista de cancelamentos enviados por tipo de envio.			Sim
222	Relatório contendo a lista de débitos protestados por faixa de valor.			Sim
223	Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade e valor total dos protestos enviados e pagos na Prefeitura por período.			Sim
224	Relatório gráfico do comparativo, entre a quantidade e valor total protestos enviados e pagos no Cartório por período.			Sim
225	Relatório gráfico do comparativo entre a quantidade de protestos enviados e devolvidos por período.			Sim
226	Relatório gráfico do comparativo quantidade de protestos por situação dos protestos enviados para o período.			Sim
227	Relatório gráfico do comparativo entre os tipos de cancelamentos enviados por período.			Sim
Item	PETICIONAMENTO ELETRÔNICO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
228	Possuir ferramenta de gerenciamento que permite efetiva organização e controle da distribuição de processos entre os procuradores, através da integração via WEBSERVICE junto ao Tribunal de Justiça.			Não
229	Possuir ferramenta que possibilite a identificação dos processos que não possuem distribuição eletrônica permitindo a emissão das Petições e CDA em formato PDF para impressão e distribuição física.			Não
230	Possuir o controle das informações do processo de execução fiscal contendo informações da(s) parte(s), documentos, localização do contribuinte, dados da CDA, tributos e valor original.			Não
231	Possuir registro dos prócuradores do município para controle e gerenciamento possibilitando a associação no respectivo processo.			Não



319

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

232	Possuir ferramenta que permita efetuar o registro do protocolo do processo de execução fiscal, via integração WEBSERVICE e dos dados de envio e retorno da integração, com assinatura do procurador e seu respectivo certificado digital, associado com a assinatura digital da Prefeitura, para envio ao Tribunal de Justiça.			Não
233	Possuir ferramenta que permita obter, através do registro do protocolo enviado através da integração WEBSERVICE, o número do processo unificado para efetiva distribuição judicial com as informações de data de distribuição e a vara.			Não
234	Possuir ferramenta de leitura das intimações eletrônicas enviadas pelo sistema de integração WEBSERVICE, associado a cada processo.			Não
235	Possuir ferramenta que, quando selecionado, possibilite a geração da ciência da intimação.			Não
236	Conter rotina diária para identificar e alertar os processos cujos débitos foram quitados, parcelados ou suspensos, para as devidas petições junto ao Fórum.			Não
237	Possuir controle de agendamento por procurador, com a visualização de prazos geradas de acordo com a intimações do processo de execução fiscal, individualizada e associada automaticamente ao respectivo processo e demais agendamentos necessários para o acompanhamento do processo.			Não
238	Possuir aplicativo para identificação atualizada dos tributos que compõem a CDA do processo com emissão de demonstrativo dos débitos atualizados e emissão de guias bancárias para quitação da dívida, padrão Febraban definido para emissão do documento.			Não
239	Possuir ferramenta que permita a inclusão das despesas processuais e/ou honorários advocatícios, para cada processo individualmente, gerando lançamento respectivo no cadastro fiscal do devedor, com o objetivo de ressarcir ao erário público			Não
240	Conter módulo de editor de textos, compatível com padrão RTF ou similar, possibilitando a integração com o sistema para utilização das petições previamente cadastradas, sendo a inicial ou diversas.			Não
241	Possuir configuração de petições e documentos de maneira a possibilitar a assinalação no registro, da realização de ato processual de suspensão, sobrestamento e extinção do feito quando o ato processual o exigir.			Não

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Item	1- CONTROLES GERAIS:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Controlar o acesso do usuário ao sistema por Unidade Gestora, podendo o mesmo acessar somente uma ou várias delas;			Sim
002	Permitir o gerenciamento de rotinas, módulos e tarefas por usuário controlando o nível de acesso que pode ser de consulta ou inclusão e manutenção de dados;			Sim
003	Disponibilizar recurso de dupla custódia utilizando o conceito de usuário autorizador, em qualquer rotina, selecionada a critério do usuário;			Não
004	Efetuar o controle de máscaras pré-definidas para os códigos de planos de contas, sem delimitação de níveis ou quantidade de dígitos, gerenciadas de forma independente por exercício;			Não
005	Visualização dos planos de contas de receita, despesa e contábil em modo hierárquico;			Não
006	Mesmo sem o encerramento contábil do mês ou exercício anterior, permitir a execução de lançamentos em mês posterior, sem afetar a consistência dos dados e atualizando saldos;			Sim

141



320

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

007	Possibilidade gerenciamento de datas dos últimos lançamentos das rotinas de receita, despesa e financeiro, sendo que nas operações de inserção a última data de cada rotina deve ser carregada, porém permitindo que a mesma pode ser alterada;			Não
008	Ainda sobre o gerenciamento do item 7, permitir parametrização para Avisar ou Bloquear lançamentos com data inferior à do último lançamento efetuado;			Sim
009	Possibilitar a consulta em cada rotina, de saldo até a data do lançamento;			Não
010	Permitir que a emissão dos relatórios seja realizada de forma Consolidada ou individual por Unidade Gestora, trazendo no cabeçalho informações que permitam a identificação do Órgão ou Unidade Gestora responsável, tendo no mínimo o nome e brasão;			Sim
011	Permitir que os relatórios sejam emitidos em intervalos de período variados, podendo ser em dias específicos, intervalos de dias, meses ou de exercícios anteriores;			Sim
012	Possibilitar que sejam definidas para cada relatório assinaturas individualizadas em cada exercício de forma independente, podendo ser por Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária;			Não
013	Permitir que o usuário mude de uma unidade gestora e de exercício sem ter que realizar um novo login no sistema;			Não
Item	PLANO PLURIANUAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
014	Permitir configurar o nível de detalhamento em que o PPA será elaborado. As informações de 'Unidade Executora', 'Função / Subfunção', 'Ação' e 'Fonte de Recurso' poderão ou não ser solicitadas no PPA conforme parametrização individual de cada informação;			Não
015	Possuir cadastros básicos de suporte às rotinas do PPA como os cadastros de: Natureza da Receita, Função e Subfunção Programática, Natureza da Despesa, Unidade Orçamentária e Vínculo/Fonte de Recurso;			Não
016	Possuir cadastro de Programas contendo a unidade responsável, o objetivo, a justificativa, o coordenador, prioridade, se é exclusivo de uma LDO, data de início e término, a possível restrição para a conclusão do mesmo, o status (original, inclusões), público alvo e horizonte temporal;			Sim
017	Possuir cadastro de Ações contendo o eixo de desenvolvimento, objetivo do milênio, prioridade, unidade responsável, horizonte temporal, produto, indicador, data de aferição, unidade de medida, índice recente e futuro do indicador;			Não
018	Possuir cadastro de Indicadores de programas permitindo o gerenciamento de metas para cada ano do PPA. Deverá possuir no mínimo unidade, índice recente, índice futuro, produto, metodologia de cálculo e base geográfica;			Não
019	Permitir o cadastro das fontes de financiamento do PPA estimadas para os 04 anos com possibilidade de inclusão de novas fontes (inclusões) e alterações nas fontes já lançadas após a aprovação da peça original;			Não
020	Permitir o cadastro da Despesa do PPA prevista para os 04 anos informando metas físicas e financeiras de cada ação com possibilidade de inclusão de novas despesas (inclusões) e alterações nas despesas já lançadas após a aprovação da peça original;			Não
021	Permitir que as inclusões e alterações na despesa do PPA original possam ser aprovadas individualmente ou em lote informando número, data e publicação da legislação que as autorizou;			Não
022	Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da receita através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;			Não
023	Possuir rotina de atualização dos valores das peças de planejamento da despesa através de percentuais de acréscimo ou decréscimo informados, podendo haver ou não arredondamento;			Não



321

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

024	Permitir a criação de simulações do planejamento da despesa, inclusive com a possibilidade emissão dos relatórios baseados nos dados de simulação;			Não
025	Permitir que as simulações do planejamento possam ser armazenadas e posteriormente restauradas a critério do usuário;			Não
026	Emissão de Anexo I – Fontes de Financiamento dos Programas;			Não
027	Emissão de Anexo II – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos;			Não
028	Emissão de Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;			Não
029	Emissão de Anexo IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras;			Não
030	Emissão de Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício;			Não
031	Emissão de Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;			Não
032	Emissão de Quadro de Detalhamento – Programas Governamentais;			Não
033	Emissão de relatório de Programas e seus Respectivos Indicadores;			Não
034	Geração e emissão dos Anexos de Metas e Riscos Fiscais de acordo com a 7ª Edição dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.			Não
Item	ELABORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	Permitir que para um novo PPA possam ser importadas, a partir de planejamentos anteriores, as informações de receita e/ou despesa;			Não
036	Possibilitar a importação dos dados da LOA de um exercício anterior informado pelo usuário para a geração dos dados da LOA de exercício futuro;			Não
037	Permitir a definição da proposta orçamentária da receita, individualizada por Unidade Gestora e contendo Natureza da Receita, Vínculo e Tipo de Receita (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);			Sim
038	Permitir que em cada classificação da receita da LOA, mais de um vínculo possa ser relacionado;			Sim
039	Permitir a definição da proposta orçamentária da despesa, individualizada por Unidade Gestora e contendo Unidade Orçamentária, Natureza de Despesa, Classificação Funcional, Vínculo e Tipo de Despesa (Fiscal, Seguridade Social e Encargos Sociais);			Sim
040	Permitir que a critério do órgão, ao elaborar a proposta orçamentária, divergências de valores entre ela e as peças PPA e LDO sejam regularizadas automaticamente.			Não
041	Possibilitar a emissão dos relatórios relativos à proposta orçamentária de forma individualizada por Unidade Gestora ou de forma Consolidada;			Sim
042	Emissão de Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;			Sim
043	Emissão de Anexo 2 – Resumo Geral da Receita;			Sim
044	Emissão de Anexo 2 – Natureza da Despesa;			Sim
045	Emissão de Anexo 2 – Consolidação da Despesa por Órgão;			Sim
046	Emissão de Anexo 2 – Consolidação Geral da Despesa;			Sim
047	Emissão de Anexo 6 – Programa de Trabalho;			Sim
048	Emissão de Anexo 7 – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais;			Sim
049	Emissão de Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os Recursos;			Sim
050	Emissão de Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;			Sim

143



322

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

051	Emissão de Especificação da Receita por Fontes e Legislação;			Não
052	Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Receita;			Não
053	Emissão de Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;			Não
054	Emissão de Tabela Explicativa da Evolução da Despesa;			Sim
055	Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD);			Sim
056	Emissão de Orçamento da Seguridade Social;			Não
057	Permitir a criação de novos créditos Especiais ou Extraordinários, não contemplados nas peças de planejamento originais, com a devida autorização legal;			Sim
058	Permitir que a criação desse novo crédito possa, a critério do usuário, atualizar as peças PPA e LDO, inclusive com a possibilidade de aprovação dessas alterações com legislação diferente da que criou os novos créditos;			Sim
Item	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
059	Permitir a realização de controle no cadastro de fornecedores para permitir ou não a inclusão de fornecedores com CNPJ/CPF duplicado e/ou inválido. Sendo que esse cadastro deve conter no mínimo as informações de endereçamento (logradouro, bairro, cidade, estado e CEP), contato (e-mail e telefone) e documentação (CPF, CNPJ, Inscrição Municipal, Inscrição Estadual, Inscrição no INSS e PIS/PASEP);			Sim
060	Para o caso do fornecedor ser um consórcio deverá ser possível informar a área de atuação do mesmo, além de data de encerramento e finalidade;			Não
061	Permitir unificar cadastro e movimentação de fornecedores com o mesmo número de CNPJ/CPF.			Não
062	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às dotações de forma geral, por unidade orçamentária, por dotação ou por vínculo;			Sim
063	Permitir que a realização das movimentações de despesa (alteração orçamentária, reserva, empenho, liquidação, ordem bancária e pagamento) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;			Sim
064	Permitir que no cadastro de dotações possam ser inseridos mais de um vínculo para cada dotação;			Sim
065	Possuir cadastro de modelos padronizados de impressão de minutas de decretos e projetos de lei, sendo que ao emití-la deverá ser possível a seleção do modelo			Não
066	Permitir gerar Minuta de Decreto de alteração orçamentária a ser enviada ao Legislativo. Após a aprovação do mesmo, possibilitar a inclusão automática destas alterações na rotina de alteração orçamentária;			Não
067	Possuir no cadastro de alterações orçamentárias informações do tipo de autorização (lei, decreto, portaria e ato), do tipo de alteração (suplementação e anulação) e do valor por recurso empregado;			Sim
068	No cadastro de alteração orçamentária, quando se referir a abertura de Créditos Adicionais, não permitir a finalização deste procedimento sem a informação da legislação que autorizou;			Sim
069	Possuir controle para possibilitar nos casos de alteração orçamentária por redução orçamentária que seja informada as dotações que receberão os recursos;			Sim
070	Permitir o controle de limites da autorização legal para criação de créditos adicionais e operações de Remanejamento, Transposição ou Transferência de acordo com percentual definido pelo usuário, observando critérios definidos na LOA ou na LDO;			Sim



323

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

071	Permitir que o usuário defina os conceitos de Remanejamento, Transposição e Transferência e que a partir desses conceitos, o sistema identifique automaticamente essas operações ao cadastrar alterações orçamentárias		Não
072	Permitir que o usuário configure o comportamento do sistema ao ultrapassar os limites definidos no item 12, se a operação deve ser bloqueada ou se deverá apenas emitir um alerta.		Sim
073	Permitir a atualização do PPA e LDO a partir das alterações orçamentárias lançadas na LOA;		Sim
074	Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados em reservas e empenhos;		Sim
075	Permitir o gerenciamento de numeração de documentos de forma individualizada por Unidade Gestora e exercício para as rotinas de: reserva, anulação de reserva, empenho, anulação de empenho, liquidação, anulação de liquidação e ordem bancária, sendo que a numeração de empenho e liquidação extraorçamentários deve ser independente das movimentações orçamentárias;		Sim
076	Possibilitar a realização de complemento ou anulação de reserva de dotação orçamentária;		Sim
077	Integração entre as rotinas de reserva e empenho permitindo a transferência automática de dados relativos a reserva para o empenho. Permitir através de configuração, que o histórico lançado na reserva seja transferida automaticamente para o registro de empenho;		Sim
078	Permitir informar os dados do processo licitatório (modalidade, número do processo, exercício, causa da dispensa ou inexigibilidade) na inclusão do empenho;		Sim
079	Permitir o controle da execução orçamentária através de estrutura de eventos/centros de custos estruturados de forma hierárquica;		Sim
080	Permitir o controle da execução orçamentária por fontes de recursos gerenciais;		Sim
081	Utilização do empenho para controle do comprometimento de créditos orçamentários, permitindo sua anulação total ou parcial;		Sim
082	Possuir rotina que permita ao usuário na inclusão do empenho determinar se a despesa orçamentária executada será ou não considerada na geração do arquivo da DIRF, podendo esta informação ser alterada nas rotinas de pagamento ou ordem bancária conforme necessário;		Não
083	Permitir a movimentação e controle de empenhos de restos a pagar em exercícios futuros ao seu exercício de origem em base única e respeitando sua numeração e classificação da despesa originais;		Sim
084	Permitir a realização de liquidação total ou parcial dos empenhos e da mesma forma a anulação total ou parcial das liquidações;		Sim
085	Permitir através de configuração, que o histórico lançado no empenho seja transferida automaticamente para o registro de liquidação;		Sim
086	Possuir rotina para cadastramento de descontos individualizado por Unidade Gestora, onde os mesmos serão vinculados a rubricas de receita, sendo também possível definir a rotina em que serão gerados de forma automática (empenho, liquidação ou pagamento) e se houver apropriação, a rotina em que isto ocorrerá (liquidação ou pagamento);		Sim
087	Possuir rotina para o cadastramento de serviços que serão associados a descontos, individualizado por Unidade Gestora, permitindo definição do percentual de desconto a ser calculado e a associação de mais de um desconto por serviço;		Sim
088	Possuir rotina que permita ao usuário selecionar qual tipo de dotação utilizada no pagamento (orçamentária, extraorçamentária, restos a pagar de outros exercícios ou todas) e qual o tipo de desconto (orçamentário, extraorçamentário ou ambos) serão lançados de forma automática no movimento de receita;		Sim



324

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

089	Possuir rotina para correta apuração de INSS a ser retido de pessoas físicas de acordo com cadastro de retenções em outras fontes para o fornecedor;		Não
090	Permitir a emissão de guias padronizadas de INSS, IRRF e ISS a partir das retenções realizadas nas rotinas de liquidação, ordem bancária e pagamento. As guias de IRRF e ISS poderão ser geradas com código de barras (FEBRABAN) ou certificadas contabilmente;		Não
091	Permitir a integração com Sistema de Administração de Pessoal / Recursos Humanos para a geração automática de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos;		Sim
092	Permitir que a geração da movimentação do item 4.33 seja feita por fonte de recurso;		Sim
093	Possuir relatório para conferência prévia dos lançamentos a serem gerados na integração citada no item 4.33, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da despesa antes da realização de reservas, empenhos, liquidações e pagamentos oriundos da mesma;		Sim
094	Permitir a integração com Sistema de Administração de Materiais e Compras para a geração automática de reservas, empenhos e liquidações;		Sim
095	Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde podem ser relacionadas uma ou mais liquidações;		Sim
096	Possuir rotina de cadastramento de ordens bancárias onde as liquidações são inseridas automaticamente a partir de filtros diversos definidos pelo usuário;		Não
097	Permitir a anulação total ou parcial de ordens bancárias;		Sim
098	Efetuar a partir de ordem bancária a geração de arquivos em formato determinado pelo banco (OBN60 ou CNAB240) contendo registros para pagamentos em meio eletrônico e com número de remessa dos mesmos gerados de forma independente por Unidade Gestora;		Sim
099	Permitir a realização de pagamento de empenhos e liquidações através de ordem bancária ou pagamento direto, realizando o controle de saldos dos empenhos e liquidações já vinculados a alguma(s) destas formas de pagamento;		Sim
100	Efetuar controle para não permitir o pagamento de liquidação com data de vencimento superior à data de pagamento;		Não
101	Possuir rotina para gerenciamento de quebra de ordem cronológica de pagamentos, com validação e justificativa de registros que incorreram na quebra através de dupla custódia e log de ocorrências para consulta.		Não
102	Permitir indicar quais naturezas da despesa devem controlar a ordem cronológica de pagamentos.		Não
103	Permitir excluir uma liquidação que inicialmente deveria entrar no controle de ordem cronológica, com registro de autorização de usuário com privilégio superior e justificativa.		Não
104	Permitir suspender o pagamento de uma liquidação que está no controle de ordem cronológica, caso haja pendência por parte do fornecedor. Não prejudicando o pagamento das demais liquidações que fazem parte do controle de Ordem Cronológica de Pagamento.		Não
105	Permitir a informação de histórico complementar para identificação nos movimentos de anulação de todas as rotinas da execução orçamentária;		Sim
106	Permitir ao usuário a configuração da anulação automática de movimentos anteriores ao movimento de pagamento quando da anulação de pagamento podendo optar para todos os empenhos ou somente empenhos de adiantamento e podendo anular até o documento de pagamento; liquidação, empenho ou reserva;		Não
107	Permitir controle para bloquear a alteração do processo administrativo nas rotinas de liquidação, ordem bancária ou pagamento;		Sim
108	Permitir o envio de e-mail contendo a nota de empenho e nota de liquidação ao fornecedor relacionado às mesmas;		Não

146



325

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

109	Permitir a inserção automática (caneta óptica) ou manual do código de barras quando de liquidação de convênios tais como água, luz e telefone para posterior geração de informação em ordens bancárias nos padrões OBN60e CNAB240;		Não
110	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário às rubricas de receita de forma geral, por rubrica ou por vínculo;		Não
111	Permitir que a realização das movimentações de receita (arrecadação, previsão atualizada) seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;		Sim
112	Permitir a integração com Sistema de Administração Tributária para a geração automática de arrecadações de tributos;		Sim
113	Possuir relatório para conferência prévia dos registros a serem gerados a partir da integração citada no item 4, permitindo ao usuário a identificação de inconsistências de classificação da receita antes da realização da mesma;		Sim
114	Permitir controle de receitas vinculadas ao Sistema de Administração Tributária, não permitindo a inclusão e alteração destas receitas através de lançamentos diretos no Sistemas de Contabilidade, sendo possível a movimentação destas receitas somente através da rotina de integração;		Sim
115	Permitir a exclusão de lançamentos de receitas oriundas da integração com o Sistema de Administração Tributária apenas quando selecionado o lote completo;		Sim
116	Permitir que no cadastro de rubricas possam ser inseridos mais de um vínculo para cada rubrica;		Sim
117	Possuir rotina para geração e controle da previsão atualizada da receita do exercício, sendo que para cada rubrica e vínculo deverá ser possível definir o percentual correspondente de cada mês em relação ao total previsto no ano;		Sim
118	Emissão de Previsão Atualizada da Receita contendo os campos data do movimento das previsões, código da receita e sua descrição, vínculo da receita (fonte de recurso), valor arrecadado e valor individualizado das previsões com o histórico, totalizando todos os valores das previsões, arrecadado até a data base e calculando a diferença entre o valor das previsões e o valor arrecadado;		Não
119	Emissão de Movimento Diário da Receita – Analítico contendo os campos data de registro do lançamento, histórico registrando quando do lançamento, valor do lançamento, número da ficha da receita, sua natureza, descrição e vínculo (fonte de recurso). Deverá ser totalizado por conta bancária, quando existir. Caso não tenha sido registrado pela rede bancária, ou seja, transferência entre receitas, os dados deverão ser impressos no início do relatório. O relatório poderá ser selecionado por período (data), conta bancária, vínculo (fonte de recurso);		Sim
120	Emissão de Balancete da Receita contendo os campos código da natureza da receita e sua descrição, valor da previsão orçamentária, valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referência e o valor da diferença da previsão para o arrecadado até o mês. Deverá totalizar por grupo de contas da receita e o total orçamentário. Deverá emitir para as receitas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, devendo ter os campos valor do arrecadado até o mês anterior, valor arrecadado no mês, valor arrecadado até o mês referência. Deverá conter um totalizador por grupo de contas contábil e um total das receitas extras orçamentárias. Deverá trazer os valores analíticos (saldo) das contas bancárias do exercício anterior e um total geral;		Sim
121	Emissão de Demonstrativo da Receita Arrecadada onde permita selecionar o período e nível hierárquico da receita, contendo os campos descrição da receita, campo com a receita prevista, receita arrecadada no período, receita arrecadada até o período. As colunas dos valores deverão ter um total geral;		Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

122	Emissão de Movimento da Receita – Extrato contendo os campos código da natureza da receita, descrição e vínculo (fonte de recurso) e descrição; data do registro do lançamento, histórico, valor do lançamento, acumulado no mês e acumulado até o mês; deverá trazer o campo do valor acumulado anterior ao período selecionado. Deverá ter os campos da previsão, arrecadado até o mês selecionado e um saldo que deverá ter o resultado da previsão menos o arrecadado;		Não
123	Permitir controle de movimentações extraorçamentárias permitindo somente o pagamento de despesas cujos valores foram previamente arrecadados (recolhidos) ou a arrecadação de receitas cujos valores foram previamente pagos (recolhidos);		Não
124	Possuir rotina para gerenciamento de concessão de adiantamento a funcionários e prestação de contas do mesmo;		Sim
125	6Emissão de Saldo de Dotação com a seleção por período (data de início e fim), e deverá ter os seguintes campos: ordenar por secretaria (unidade orçamentária), classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa, descrição e vínculo (fonte de recurso), detalhando os valores da dotação inicial, a movimentação e o saldo atual;		Sim
126	Emissão de Movimento Alteração Orçamentária contendo os campos período da seleção (data inicial e final), ordenado por Secretaria (Unidade orçamentária), natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e descrição, data do lançamento, tipo da autorização, data da autorização, tipo de movimentação, número e data do decreto e valor da alteração, fonte de recurso utilizado e o valor por recurso;		Sim
127	Emissão de Movimento Alteração Orçamentária por Ato Legal contendo os campos: ordenado por tipo de ato, campos número da autorização, data da autorização, Unidade Orçamentária, códigos da natureza da despesa e funcional programática, tipo de crédito, vínculo (fonte de recurso) e valor. Deverá ter total de suplementações e anulações por tipo de ato e total geral de suplementações e anulações;		Sim
128	Emissão de Movimento de Reserva que deverá ser por Secretaria (Unidade Orçamentária) e período selecionado, contendo os seguintes campos: código da natureza da despesa e descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso), data da reserva, nº da requisição e nº da reserva, razão social quando existir, nº do processo, código do evento e descrição, histórico, valor unitário e valor total;		Sim
129	Emissão de Movimento de Reserva – Cálculo de Saldo. A seleção deverá permitir por período ou anual, indicando a data pelo usuário, deverá ser ordenado por Secretaria (Unidade Orçamentária) com os campos para cada registro: código da natureza da despesa até o nível de subelemento e sua descrição, código da funcional programática e a descrição da ação, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data da reserva, nº da reserva, fornecedor, se houver, nº do processo e valor. No final de cada registro, o sistema deverá totalizar por vínculo (fonte de recurso) com os campos Dotação inicial, suplementação / remanejamento, anulação / remanejamento, despesa autorizada, valor reservado e o saldo;		Sim
130	Emissão de Relação de Reservas a Empenhar. Deverá ordenar por Secretaria (unidade orçamentária), com totalizadores por dotação, e por órgão/Secretarias (unidade orçamentária) e total geral. Os registros devem conter os seguintes campos: nº da reserva, fornecedor, se houver, data do registro, nº do processo e valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição;		Sim



327

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

131	Emissão de Relação de Reservas e seus Movimentos. Deverá ter os seguintes campos: nº da reserva, data da reserva, nº do processo, valor da reserva e histórico. Deverá conter a movimentação da reserva (complemento, anulação de reservas, empenhos e anulação de empenhos), com os campos data do registro, nº do documento e nº das anulações quando for o caso, nº do processo, valor e saldo da reserva. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;		Sim
132	Emissão de Movimento de Empenho, por secretaria (Unidade orçamentária) com os campos: exercício do empenho, código da natureza da despesa e descrição, código da classificação funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso), data do empenho, requisição, se houver, nº do empenho, nº da reserva, nome do fornecedor, nº do processo, fonte de recurso (centro de custos), tipo de licitação, nº da licitação quando houver, tipo do empenho, código do evento do empenho e sua descrição, histórico e valor. Deverá ter um totalizador por empenho, com os campos: saldo anterior, valor do empenho e saldo atual do empenho;		Sim
133	Emissão da relação de Empenho e seus Movimentos. Deverá ser selecionado pelo nº do empenho e deve conter os seguintes campos: nº do empenho, tipo do empenho, data do empenho, fornecedor, valor, nº da reserva, nº do processo, histórico do empenho. Deverá conter a movimentação, quando houver, (anulação do empenho, liquidação / anulação, seleção por ordem bancária / anulação e pagamento / cancelamento) com suas datas, nº do processo, histórico, valor do movimento e saldo do empenho. Deverá ter o resumo das rotinas efetuadas no empenho como: Totais acumulados de: empenho, liquidação, pagamento, ordem bancária, os totais de anulação quando houver, e os saldos das mesmas rotinas referentes ao empenho específico;		Sim
134	Emissão de Movimento de Liquidação. Deverão ser ordenados por Secretaria (Unidade orçamentária) e dotação, contendo os seguintes campos: Código e descrição da Secretaria (Unidade orçamentária), código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, nº da liquidação e data, nº do empenho e fornecedor, nº do processo, valor do empenho, histórico da liquidação, saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. Para cada registro deverá conter o tipo de documento (Nota fiscal, fatura, etc.) e seu número e data da emissão do documento. Deverá ainda ter o total por vínculo e o total por dotação. No final do relatório, deverá ter o resumo (total geral) das colunas: saldo anterior liquidado, valor liquidado, saldo a liquidar, valor dos descontos, se houver e total líquido da liquidação. O relatório deverá conter campo com 50 caracteres para digitação pelo usuário e o mesmo deverá ser impresso no início de cada folha no canto superior a direita;		Sim
135	Emissão de relatório de Ordem Bancária sintética, para envio ao banco. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente, com a mesma numeração da ordem bancária. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizamos efetuarem os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, valor líquido a ser creditado para cada fornecedor. Deverá ter total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;		Não



328

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

136	Emissão de relatório de Ordem Bancária analítica. Deverá ser numerada sequencialmente a partir dos registros incluídos quando da rotina de inclusão de ordem bancária para cada conta bancária separadamente. No início do relatório deverá ter a seguinte descrição "Autorizamos efetuarem os pagamentos dos processos abaixo relacionados, a débito da conta corrente número:". Deverá conter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, exercício do empenho e número do empenho, código da dotação, histórico, número da liquidação, dados da conta bancária do fornecedor como: código do banco, código da agência e conta bancária, código de depósito identificado, se houver, valor bruto do pagamento, descontos, se houver, e o valor líquido a ser creditado. No caso de descontos, deverá discriminar o nome do desconto tipo de documento (NF, fatura, etc., digitados na liquidação) e o valor do desconto. Deverá ter um total por fornecedor, total bruto, total dos descontos e total líquido. No final do relatório deverá ter totais gerais do valor bruto, descontos e líquido. Deverá ter a quantidade de liquidações selecionadas e o total a ser debitado na conta bancária em Real e o valor por extenso. Deverá sair impresso no final do relatório até seis assinaturas;		Não
137	Relatório contendo um Resumo de Pagamentos Via Ordem Bancária, ordenados por dia e nº da ordem bancária, contendo os seguintes campos: dados cadastrais do fornecedor, inclusive com os dados bancários, Tipos de documentos pagos e número, Valor bruto pago e a discriminação dos descontos analiticamente, totalização dos descontos e o total líquido, número do processo de pagamento, nº da ordem bancária, data da emissão da ordem bancária, conta em que foi debitada;		Não
138	Emissão de relatório de Ordem Bancária contendo os valores enviados e recebidos via ordem bancária em meio magnético aos bancos de acordo com seus respectivos leiautes, que deverão ser lidos a partir dos arquivos gerados em meio magnético e os enviados pelos bancos como retorno;		Sim
139	Emissão de relatório de Ordem Bancária por Fornecedor e Tipo de Serviço. Deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor e CPF/CNPJ, tipo de serviços relativo ao desconto (descrição), valor bruto, valor retido, valor líquido, número do processo de pagamento e data da ordem bancária. Deverá ter os totais dos valores bruto, retido e líquido;		Sim
140	Emissão de relatório de Movimento de Pagamento. Deverá ser ordenado por exercício da dotação e código da dotação. Deverá ter os seguintes campos: código da natureza da despesa e sua descrição, código da funcional programática, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do pagamento, número do empenho e número da liquidação, nome do fornecedor, número do processo de pagamento, código e descrição da conta bancária de pagamento, tipo de pagamento (ordem bancária e pagamento normal) e seu número, valor do pagamento bruto, desconto e valor líquido, tipo de documento e seu número, histórico do empenho e o valor do empenho. No final do relatório deverá ser apresentado os totais gerais dos campos valor bruto, valor desconto e valor líquido, total geral orçamentário e extraorçamentário;		Sim
141	Permitir a emissão / reemissão da nota de Reserva, de Complemento de Reserva e de Anulação de Reserva contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor (se houver), valor da operação;		Sim
142	Permitir a emissão / reemissão da nota de Empenho e de Anulação de Empenho contendo número do documento, data da operação, classificação funcional, natureza de despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor do empenho ou anulação;		Sim
143	Permitir a emissão / reemissão da nota de Liquidação e de Anulação de Liquidação contendo número do documento, data da operação, classificação		Sim

150



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	funcional, natureza de despesa, vínculo (fonte de recurso), número da dotação, código e nome do credor, valor da liquidação ou anulação;			
144	Emissão de relatório de Pagamentos por Fornecedor. Deverá ser ordenador por fornecedor, contendo seus pagamentos com os seguintes campos: nome do fornecedor, exercício do empenho, nº do empenho, nº da liquidação, código da unidade orçamentária, código da natureza da despesa, código da classificação funcional programática. Deverá ter total por exercício do empenho, por fornecedor e total geral;			Sim
145	Emissão de relatório de Empenhos Pagos no Período. Deverá permitir selecionar a data, mostrar o período selecionado, imprimir os registros separados por dia com total, e deverá ter os seguintes campos: nome do fornecedor, código da dotação, nº do empenho, data da emissão do empenho, valor pago, nº da liquidação, nº do documento/histórico e no final do relatório deverá ter um total geral;			Não
146	Emissão de relatório de Empenhos a Pagar por Dotação ordenados por secretaria (Unidade Orçamentária) e dotação. Deverá ter os seguintes campos: Unidade orçamentária, exercício do empenho, descrição da dotação, nome do fornecedor, nº do empenho, data do empenho, nº do processo, valor, vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, código do evento e sua descrição e o total da dotação. No final do relatório deverá totalizar geral por Secretaria (Unidade orçamentária) e total geral;			Não
147	Emissão de relatório Empenhos a Pagar Processados e Não Processados. Deverá ser impresso por exercício, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: exercício do empenho, código da função e sua descrição, código da sub-função e sua descrição, nome do fornecedor, nº do empenho, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, data do empenho, nº do processo, valor do empenho, valor processado (total), valor não processado, valor pago no empenho, e o valor a pagar. Deverá ter um totalizador por cada dotação e total da secretaria (Unidade orçamentária). No final do relatório deverá ter um total geral por exercício e um total geral de todos os exercícios;			Sim
148	Emissão de Balancete da Despesa. No nível de elemento da natureza da despesa. Deverá ser emitido por mês, por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos e totalizadores: código da natureza da despesa e descrição do elemento, código da classificação funcional e a descrição da ação, valor inicial da dotação, valor suplementado no ano, valor anulado do ano, valor da dotação autorizada, valor empenhado no mês, valor empenhado no ano, valor liquidado no mês, valor liquidado no ano, valor pago no mês, valor pago no ano, valor a pagar da dotação e o campo saldo atual da dotação. Totalizar os campos acima no final de cada Unidade orçamentária e órgão. Emitir para as despesas extras orçamentárias o código da conta contábil e sua descrição, o valor pago no mês e no ano. Emitir o saldo das contas bancárias que passa para o mês seguinte, com o nome da conta bancária (descrição) e o saldo no final do mês solicitado. Deve totalizar por grupo de contas bancárias, valor total das contas bancárias e um total geral do Balancete da despesa;			Sim
149	Emissão de relatório de Despesa por Função e Grupo de Despesa. Deverá selecionar por mês e deverá conter os seguintes campos: código da função e sua descrição, código da natureza da despesa no nível de grupo de despesa e sua descrição, valor empenhado no mês e empenhado no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano. Deverá totalizar por função de governo e no final do relatório um total geral dos campos citados acima;			Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

150	Emissão de Demonstrativo da Despesa Realizada, permitindo a seleção por período (data inicial e data final) se empenhada, liquidada, paga e reservada, nível da natureza da despesa, se modalidade, elemento e subelemento apresentando seus graus superiores. Deverá ter os seguintes campos: Descrição do código da natureza da despesa, valor orçado, valor da dotação autorizada, valor da realização do período selecionado, valor da realização até o período selecionado. Deverá no final do relatório ter um totalizador dos campos citados acima;			Sim
151	Emissão de Posição da Situação Atual da Despesa demonstrando a posição atual da Despesa, com a seleção por período (data inicial e data final), ordenado por secretaria (Unidade orçamentária) com os seguintes campos: código da secretaria (Unidade orçamentária) e descrição, código da classificação funcional programática e descrição, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, valor suplementado, valor anulado, valor remanejado por acréscimo e valor remanejado por redução, valor autorizado da dotação, valor reservado na dotação e a reservar, valor empenhado e a empenhar, valor liquidado e a liquidar, valor pago e a pagar e o saldo da dotação. Deverá ter um total por Secretaria (Unidade orçamentária) e um total geral dos campos citados acima;			Não
152	Emissão de relação de Empenhos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do empenho, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral;			Sim
153	Emissão de relação de Pagamentos por Unidade Orçamentária e Evento. Deverá ordenar por Secretaria (Unidade orçamentária) e por código do evento e sua descrição, com os campos: código da classificação funcional programática, código da natureza da despesa, nº do empenho e nome do fornecedor, data do pagamento, histórico e valor. Deverá ter um total por evento e secretaria e um total geral;			Não
154	Emissão de Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) da execução orçamentária, permitindo a seleção por mês, analítico ou sintético, com ou sem vínculo (fonte de recurso). Caso analítico, poderá selecionar a emissão dos vínculos ou não. No caso de sintético não permitirá a emissão dos vínculos (fontes de recursos). Quando analítico deverá ter os seguintes campos: código da Secretaria (Unidade orçamentária) e sua descrição, código da classificação funcional programática e a descrição da ação, código da natureza da despesa e sua descrição, código do vínculo (fonte de recurso) e sua descrição, valor da dotação inicial, dotação autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês, pago no ano. Caso tenha mais de um vínculo, deverá totalizar a dotação com os vínculos;			Sim
155	Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para Educação em determinado período;			Sim
156	Emissão de relação de Valores a Serem Repassados para a Saúde para Educação em determinado período;			Sim
157	Emissão de Demonstrativo da Execução da Despesa com seleção mensal, discriminando as categorias econômicas, grupos de despesas, modalidades de aplicação e elemento da despesa, com os seguintes campos: despesa orçada, despesa autorizada, empenhado no mês, empenhado no ano, liquidado no mês, liquidado no ano, pago no mês e pago no ano, saldo a empenhar e saldo a pagar. Deverá ter um total geral no final do relatório dos campos citados acima;			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

158	Emissão de relatório de Despesa por Ação, com a seleção por mês e por nível da natureza da despesa, ordenando pelo código da ação e detalhando por natureza da despesa no nível selecionado com os campos: natureza da despesa e descrição, valor orçado, valor da alteração da dotação, valor da dotação atualizada, valor do empenhado no mês, valor do empenhado no ano, valor do liquidado no mês e valor no liquidado no ano, valor pago no mês e valor pago no ano, saldo a empenhar, saldo a liquidar e saldo a pagar. Deverá ter um totalizador dos campos acima por ação e um total geral dos mesmos campos;			Sim
159	Emissão de Resumo da Despesa por Nível de Unidade Orçamentária, com a seleção por vínculo (fonte de recurso), nível de órgão e mês. Deverá ter os seguintes campos: código do órgão e descrição, dotação atualizada, valor reservado no mês e no ano, valor empenhado no mês e no ano, valor liquidado no mês e no ano, valor pago no mês e no ano e o valor a pagar até o período selecionado (acumulado). No final do relatório deverá ter um totalizador dos campos acima;			Sim
160	Permitir o gerenciamento de acesso do usuário aos movimentos de contas bancárias de forma geral, por tipo de conta, por conta bancária ou por vínculo;			Não
161	Permitir que a realização das movimentações financeiras seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;			Sim
162	Permitir que as movimentações de contas bancárias possam ser controladas por vínculos;			Sim
163	Permitir controlar quais vínculos de receita e/ou despesa poderão ser movimentados em determinada conta bancária;			Não
164	Possuir rotina de integração dos movimentos de receita e de despesa com o movimento financeiro;			Sim
165	Possuir rotina para gerenciamento da conciliação bancária seja no momento da inclusão do lançamento no movimento financeiro, seja através da rotina de integração entre o movimento financeiro e os movimentos de receita e despesa, ou seja, em rotina específica de controle de conciliação bancária;			Não
166	Possuir rotina que permita o gerenciamento da conciliação bancária por lote, permitindo fazer, alterar ou desfazer a conciliação bancária de vários lançamentos financeiros simultaneamente;			Sim
167	Possuir rotina de gerenciamento da numeração independente por Unidade Gestora, na emissão do Livro da Tesouraria e Boletim Financeiro;			Sim
168	Emissão de Movimento Financeiro contendo os campos código contábil da conta corrente, descrição da conta, período selecionado por data inicial e final, código da agência e conta bancária, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, data do lançamento, histórico, saldo até o dia anterior, valor do lançamento, saldo atual, status de conciliação bancária;			Sim
169	Emissão de Boletim Financeiro contendo os campos descrição da conta bancária, data solicitada para emissão, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual; total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;			Sim
170	Emissão de Boletim da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá trazer a data solicitada para emissão, saldo em banco que encerrou o exercício anterior e o saldo em banco na data, total de receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias arrecadadas, bem como os seus respectivos cancelamentos efetuados na data. Se houver diferença entre o total de movimentações financeiros no dia e o total de movimentações de receita e despesa, a mesma deve ser apresentada. Deverá apresentar relação de contas bancárias separadas por tipo de			Sim



332

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	conta (Movimento, Aplicação e Vinculada) trazendo descrição da conta bancária, vínculo (fonte de recurso) vinculado à conta bancária, saldo anterior ao dia selecionado, movimentação sintética (valores acumulados) das entradas e das saídas, e o saldo atual; total por grupo de contas de todas as colunas e total geral;		
171	Emissão de Livro da Tesouraria que deverá ser emitido por dia e ter numeração específica por livro. Deverá imprimir analiticamente os registros, iniciando pelo saldo de caixa até o dia anterior, se houver, discriminar as receitas orçamentárias e extras orçamentárias arrecadadas com os campos da descrição, histórico, valor e totalizar por tipo de receita (orçamentária e extra-orçamentária). Deverá ter a movimentação das entradas e retidas bancárias, separadamente, com a descrição das contas bancárias, histórico e valor, separando por grupo de contas. Deverá emitir a movimentação das despesas pagas orçamentárias e extraorçamentária e seus cancelamentos, que tenha os campos fornecedor, número do empenho, número da ordem bancária e o valor. No final do relatório deve ter um resumo, demonstrando os saldos das contas bancárias e caixa do exercício anterior e os valores arrecadados no dia da seleção do relatório e o acumulado até o dia anterior trazendo um totalizador. Nas despesas, as referentes as despesas pagas até o dia anterior, as pagas no dia selecionado, os saldos das contas bancárias e caixa e um total geral da despesa. O fechamento do livro tem que ser diariamente. Caso não feche, o sistema deve acusar o valor da diferença no mesmo relatório;		Sim
172	Emissão de Mapa de Conciliação Bancária com a seleção mensal, por conta individualizada, com os seguintes campos: Banco, agência e conta bancária, contábil e descrição, vínculo (fonte de recurso) da conta bancária, saldo bancário que deve conter o saldo constante no extrato bancário, itens pendentes de conciliação. Deverá conter a soma dos valores não conciliados e o saldo contábil;		Sim
173	Possuir rotina para o cadastro de contratos e suas adequações (aditivos e cancelamentos), bem como sua vinculação junto às reservas e empenhos, permitindo o controle do período de vigência e saldo residual;		Sim
174	Possuir rotina para o cadastro de convênios e suas adequações (aditivos e cancelamentos/quitacoes), bem como a verificação de existência de convênio e o controle do período de vigência nos movimentos de receita, reservas e empenhos através do código de aplicação;		Sim
175	Realizar a emissão de relatórios para acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira de convênios;		Não
176	Permitir o bloqueio da utilização das rotinas da execução orçamentária quando efetuado o encerramento da execução orçamentária no exercício ou quando necessário, permitindo somente a realização de consultas;		Não
177	Possuir rotina para cadastramento de dívida fundada e as movimentações de empenhos vinculadas às mesmas;		Sim
178	Efetuar a geração dos arquivos para Receita Federal como o MANAD, - Manual Normativo de Arquivos Digitais e DIRF - Declaração do Imposto Retido na Fonte;		Sim
179	Efetuar a geração do arquivo SEFIP referente às retenções de INSS realizadas para fornecedores autônomos a ser encaminhado à Previdência Social;		Sim
180	Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos Planejamento (Inicial e Atualizado), Conciliação Bancária Mensal e Precatórios.		Sim
181	Ao realizar uma Liquidação que resulte em uma arrecadação extraorçamentária, o repasse (geração de empenho e liquidação extraorçamentária cor-		Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Descrição	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
	respondentes) será realizado automaticamente, sem a necessidade de outros procedimentos além do pagamento do mesmo.			
	CONTABILIDADE:			
182	Possuir Plano de Contas conforme o modelo PCASP definido pela Secretaria do Tesouro Nacional e observando as particularidades adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado, contendo os grupos de contas: Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), Controle Orçamentário e Demais Controles, permitindo manutenção no mesmo pelo usuário;			Sim
183	Permitir que a realização dos lançamentos contábeis seja realizada de forma individualizada por Unidade Gestora e com a Unidade Consolidadora ser realizada somente consulta;			Sim
184	Realizar a contabilização automática das variações financeiras e das mutações patrimoniais dependentes e independentes da execução orçamentária;			Sim
185	Não permitir que os lançamentos contábeis sejam realizados em contas contábeis de nível sintético;			Sim
186	Possuir rotina de verificação das inconsistências nos lançamentos contábeis para atendimento às normas contábeis vigentes;			Sim
187	Possuir rotina de cadastro de históricos padronizados para serem utilizados nos lançamentos contábeis, permitindo também a complementação deste histórico pelo usuário;			Sim
188	Permitir o gerenciamento individualizado por Unidade Gestora do encerramento contábil mensal e da numeração de páginas do Livro Diário, para não permitir que sejam realizadas movimentações dependentes ou independentes da execução orçamentária em meses que constam como encerrados;			Sim
189	Possuir rotina que efetue a transferência dos saldos contábeis de balanço do exercício anterior para exercício seguinte, individualizado por Unidade Gestora;			Sim
190	Permitir a geração de arquivos para o sistema AUDESP TCE/SP dos Módulos de Balancete Isolado e Balanço Anual;			Sim
191	Emissão de Balancete Contábil – Analítico/Sintético com codificação do plano de contas PCASP adotado pelo Tribunal de Contas do Estado, com os seguintes campos e na seguinte ordem: Código da conta contábil, descrição da conta contábil, saldo do exercício anterior se houver, valor acumulado do mês anterior, movimento a débito no mês, movimento a crédito no mês e saldo atual. Deverá ser emitido por mês selecionado, e no final do relatório deverá ter os totais das colunas acima;			Sim
192	Emissão de Diário Legal contendo os seguintes campos: descrição da conta contábil, data do lançamento, código da conta contábil, histórico do lançamento, valor lançado a débito e valor lançado a crédito. Deverá totalizar por grupo de contas do plano de contas por dia (débito e crédito) e o total geral (débito e crédito). Deverá permitir a seleção mês a mês ou anual;			Sim
193	Emissão de Razão Analítica que deverá permitir a seleção por mês, anual, abertura e encerramento do exercício. Deverá ter os seguintes campos: código da conta contábil superior e sua descrição, código da conta contábil analítica e sua descrição, saldo anterior da conta, quando houver, data do lançamento, histórico, movimento de débito, movimento de crédito e saldo atual, indicando se saldo devedor ou credor. No final do relatório deverá totalizar os movimentos de débito, créditos e saldo por conta analítica;			Sim
194	Geração e emissão das Demonstrações Contábeis (Anexos de Balanço) de acordo com a 7ª Edição ou superior do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;			Sim
195	Resumo Geral da Receita - Anexo 02;			Sim
196	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada - Anexo 10;			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

197	Demonstrativo Receita e Despesa Segundo Categoria Econômica - Anexo 01;		Sim
198	Sumário Geral Receita para Fontes e Despesa para Funções Governo;		Sim
199	Natureza da Despesa - Anexo 02;		Sim
200	Discriminação da Despesa Segundo o Vínculo dos Recursos;		Sim
201	Natureza da Despesa - Anexo 02- Consolidação por Órgão;		Sim
202	Natureza da Despesa - Anexo 02- Consolidação Geral;		Sim
203	Programa de Trabalho - Anexo 06;		Sim
204	Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07;		Sim
205	Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções, Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 08;		Sim
206	Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 09;		Sim
207	Análise das Despesas Corrente e de Capital em Percentuais;		Sim
208	Demonstrativo das Funções, Subfunções, Programas por Categoria Econômica;		Sim
209	Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 11;		Sim
210	Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada por Ação;		Sim
211	Comparativo Receita Orçada com Arrecadada Mensal e Acumulada;		Sim
212	Comparativo Despesa Autorizada com Realizada Mensal e Acumulada;		Sim
213	Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 1- Sintético;		Sim
214	Comparativo Despesa Autorizada com Realizada - Anexo 1- Analítico;		Sim
215	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;		Sim
216	Anexo I - Balanço Orçamentário;		Sim
217	Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Sub-Função;		Sim
218	Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;		Sim
219	Anexo IV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;		Sim
220	Anexo V - Demonstrativo do Resultado Nominal;		Sim
221	Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Primário;		Sim
222	Anexo VII - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;		Sim
223	Anexo VIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;		Sim
224	Anexo IX - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;		Sim
225	Anexo X - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;		Sim
226	Anexo XI - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos;		Sim
227	Anexo XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;		Sim
228	Anexo XIII - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;		Sim
229	Anexo XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.		Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

230	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Federal – Relatórios da Gestão Fiscal de acordo com a 7ª Edição ou superior dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN;			Sim
231	Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal;			Sim
232	Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL;			Sim
233	Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;			Sim
234	Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito;			Sim
235	Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar;			Sim
236	Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.			Sim

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

Item	CADASTRO DE PESSOAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Permitir a captação e manutenção de informações pessoais de todos os servidores com no mínimo os seguintes dados: matrícula, nome, filiação, data de nascimento, sexo, grau de instrução, estado civil, fotografia, endereço, CPF, PIS, RG (número, órgão expedidor e data de expedição), carteira de trabalho (número e série), carteira nacional de habilitação, naturalidade, nacionalidade, tipo sanguíneo, identificar se é doador de sangue, identificar se é pessoa com deficiência;			Sim
002	Permitir a captação e manutenção de informações do vínculo que o servidor teve e/ou tem com o Órgão, com no mínimo os seguintes dados: regime jurídico, vínculo, cargo, salário, carga horária semanal, data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término do contrato temporário (se for o caso), lotação, unidade orçamentária, horário de trabalho, tipo de ponto, local de trabalho;			Sim
003	Permitir a captação e manutenção de informações da qualificação profissional incluindo a escolaridade, formação, treinamentos realizados e experiências anteriores;			Sim
004	Controlar os dependentes dos servidores para fins de salário-família e imposto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente;			Sim
005	Permitir o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos como: celetistas, estatutários, RJU e contratos temporários.			Sim
006	Permitir o cadastramento de pensões judiciais com o nome do(a) pensionista e alimentando(a), se houver, CPF, data de inclusão, banco e conta para pagamento, dados para cálculo (percentual, valor fixo ou salário-mínimo);			Sim
007	Permitir o cadastramento do organograma da estrutura administrativa, por exercício, para manter o histórico da lotação e custeio, com informação da fonte de recurso que será utilizada para captação de valores a serem utilizados para pagamento dos servidores informados no custeio;			Sim
008	Registrar e manter o histórico das alterações de nome, cargo, salário, unidade gestora, lotação, custeio, vínculo, regime jurídico, local de trabalho e banco/agência/conta bancária dos servidores, registrando as informações do motivo da alteração, data e hora da operação e usuário que efetuou a alteração;			Sim
009	Permitir o cadastramento de todas as referências salariais contendo, no mínimo, o símbolo da referência e o histórico dos valores para cada referência;			Sim
010	Permitir o cadastramento de todos os cargos do quadro de pessoal de natureza efetivo, comissionado e temporário com, no mínimo, a nomenclatura, natureza, grau de instrução, CBO, referência salarial inicial, quantidade de			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	vagas criadas, data e motivo de extinção, com possibilidade de incluir movimentação de suplementação ou anulação de cargos, influenciando nos relatórios quantitativos do quadro de ocupação, e registrar as atribuições necessárias em cada cargo;			
011	Possuir formas de acesso simplificado (atalhos) para consulta de dados dos servidores permitindo que, de um mesmo local, possam ser consultadas diversas informações, como dados financeiros, dependentes, frequência, licenças e afastamentos, férias e licença prêmio;			Sim
012	Possibilitar estabelecer um único código de registro para o servidor, para que através deste possam ser aproveitados os dados cadastrais de servidor que já trabalhou no Órgão Público e permitir controlar todos os vínculos empregatícios que o servidor tenha ou venha a ter com este, possibilitando a consulta de dados históricos, independente do período trabalhado;			Sim
013	Validar dígito verificador do número do CPF;			Sim
014	Validar dígito verificador do número do PIS;			Não
015	Permitir o reajuste parcial ou global das referências salariais;			Sim
016	Permitir o cadastramento de plano de cargos, informando, por unidade administrativa, os cargos aprovados e a quantidade de vagas aprovadas para cada unidade;			Não
017	Permitir o cadastramento e controle dos vínculos dos servidores efetivos que estão nomeados em cargo de comissão, possibilitando a consulta das informações cadastrais de ambos os vínculos;			Sim
018	Emitir as fichas de dados cadastrais dos servidores;			Sim
019	Permitir consulta em tela ou relatório dos servidores comissionados que fazem parte do quadro efetivo e também daqueles que não fazem parte do quadro efetivo, listando separadamente;			Não
020	Localizar servidores por nome ou parte dele;			Sim
021	Localizar servidores pelo CPF;			Sim
022	Localizar servidores pelo RG (cédula de identidade);			Não
023	Localizar servidores pela data de nascimento;			Sim
024	Permitir a inclusão de um novo contrato a partir de informações de um contrato já existente, selecionando um ou vários servidores. Isto é muito utilizado na recontração de servidores temporários;			Sim
025	Possuir controle de Contratação Temporária via processo coletivo, de forma que todos os contratos de servidores vinculados a um mesmo processo de contratação temporária (PCT), suas datas de início, término e prorrogação, sejam automaticamente controladas;			Sim
026	Permitir a informação do desligamento de um servidor para pagamento individual da rescisão, bem como a informação de um único desligamento a um grupo de servidores para pagamento coletivo, funcionalidade necessária na rescisão de servidores temporários cujos contratos vencem no mesmo dia;			Sim
027	Permitir desligamento de todos os contratos vinculados à contratação temporária via processo para que, no vencimento do PCT, todos os servidores vinculados a este possam ser desligados sem a necessidade de repetição da informação de desligamento para cada um deles individualmente;			Sim
028	Possibilitar a configuração das formas de desligamento por regime de trabalho e motivo de rescisão, para garantir que não seja informado um desligamento inadequado para o servidor, como término de contrato para um servidor efetivo;			Sim
029	Possibilitar a configuração das formas de admissão por regime de trabalho, categoria funcional, regime previdenciário e tipo de admissão, para garantir que não seja admitido um servidor com informações fora dos padrões permitidos;			Sim



337

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

030	Permitir o cadastramento de todos os lançamentos fixos dos servidores (adicionais, gratificações, consignações, etc), para efeito de pagamento ou desconto em folha com, no mínimo, o código da verba (verificando se a verba está prevista para o regime de trabalho do servidor), número e data do processo de concessão, data de concessão, data do último reajuste, data de vencimento e histórico dos valores ou percentuais;			Sim
031	Emitir contrato de trabalho temporário com assinatura digitalizada do responsável;			Não
032	Permitir gerar e controlar a ficha de vacinas dos dependentes, possibilitando informar todas as vacinas, principalmente as de caráter obrigatório;			Não
033	Permitir o cadastramento de lançamentos parcelados – a crédito ou a débito – para os servidores de forma a controlar as parcelas lançadas em folha e o saldo atual remanescente. O lançamento das parcelas em folha deve ser de forma automática, podendo ser pago ou descontado o total ou parte do valor baseado em uma fórmula de cálculo que calcule um percentual sobre a remuneração, permitindo o lançamento até o limite deste percentual, atualizando o saldo remanescente automaticamente após o encerramento da folha;			Sim
034	Permitir transferências coletivas de local de trabalho, lotação, custeio, cargo, padrão de salário;			Sim
035	Permitir lançamentos coletivos de lançamentos fixos, lançamentos variáveis, mensagens nos holerites e informações do currículo funcional;			Sim
Item	CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
036	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Adicional por Tempo de Serviço, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;			Sim
037	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Licença Prêmio, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;			Não
038	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de Férias, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, concedendo os dias de direito de gozo, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;			Sim
039	Calcular o tempo de efetivo exercício para controle temporal do Estágio Probatório, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, validando também regime jurídico, tipo de vínculo, categorias funcionais, temporalidade (em meses ou dias) de cada fase e quantidades de fases, considerando as parametrizações efetuadas, frequência e demais ocorrências funcionais que interferem na contagem;			Sim
040	Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Progressão Salarial, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão para concessão e atualização do salário para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos, prorrogando ou cancelando os mesmos, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido;			Não
041	Calcular o tempo de efetivo exercício para fins de Aposentadoria, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão demonstrando o tempo de efetivo exercício até a data atual. Permitir a informação de vínculos de trabalho anteriores oriundos de			Não



338

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	outros órgãos, consolidando todo o tempo na certidão para fins de aposentadoria			
042	Calcular o tempo de efetivo exercício para concessão de SEXTA-PARTE, abatendo as faltas injustificadas e as licenças não consideradas como efetivo exercício, emitindo certidão e atualização do percentual concedido para pagamento em folha, controlando os períodos aquisitivos e prorrogando-os quando necessário, por motivo de excesso de ausências em relação ao limite estabelecido.			Não
Item	FÉRIAS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
043	Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos de férias dos servidores desde a admissão até a exoneração;			Sim
044	Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de férias, controlando o saldo restante dos dias de férias;			Sim
045	Permitir o lançamento de férias em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo, controlando o saldo restante dos dias de férias;			Sim
046	Permitir o pagamento de 1/3 de férias integral ou proporcional a cada período de gozo lançado;			Sim
047	Permitir o apostilamento das férias em gozo por necessidade da administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo das férias para gozo oportuno;			Sim
048	Emitir relação de férias vencidas e a vencer por unidade administrativa;			Sim
049	Emitir avisos de férias;			Sim
050	Permitir o lançamento de um mesmo período de gozo para um grupo de servidores, facilitando este lançamento quando houver lançamento de férias coletivas;			Sim
051	Permitir o lançamento e pagamento do adiantamento de 13º salário por ocasião das férias;			Sim
Item	LICENÇA PRÊMIO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
052	Manter o cadastro de todos os períodos aquisitivos (quinqüênios) de licença prêmio dos servidores, desde a admissão até a exoneração;			Sim
053	Permitir o lançamento de mais que um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, controlando o saldo restante dos dias;			Não
054	Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo controlando o saldo restante dos dias;			Não
055	Permitir o apostilamento de licença prêmio em gozo por necessidade da administração, devolvendo os dias apostilados para o saldo da licença prêmio, para gozo oportuno;			Não
Item	PORTAL DE SERVIÇOS WEB	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
056	Possuir consulta de Informações Financeiras (holerite) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;			Sim
057	Possuir consulta do Informe de Rendimentos pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;			Sim
058	Possuir Atualização Cadastral (recadastramento) pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;			Sim
059	Possuir Agendamento de Férias pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;			Não
060	Possuir consulta de Margem Consignável pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;			Não
061	Possuir consulta de Falta Abonada pelo próprio servidor em computador pessoal ou dispositivos móveis;			Não
062	Permitir entrega de Declaração de Bens pelo próprio servidor em computador			Sim



339

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	peçoal ou dispositivos m6veis;			
063	Permitir parametriza76o da libera76o dos servi76os a serem disponibilizados no Portal do Servidor, dentre os citados.			Sim
Item	ATOS ADMINISTRATIVOS	ATENDIDO	N6O ATENDIDO	ESSENCIAL
064	Manter o cadastro de todos os textos que dar6o origem a atos administrativos como portaria, decretos, contratos e termos de posse;			Sim
065	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lan76amento de licen76as e/ou afastamentos, com o registro no curr6culo funcional do servidor, ap6s a tramita76o;			Sim
066	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lan76amento de f6rias em gozo e/ou pec6nia ou apostilamento de f6rias, com o registro no curr6culo funcional do servidor, ap6s a tramita76o;			N6o
067	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lan76amento de licen76a sem vencimento, com o registro no curr6culo funcional do servidor, ap6s a tramita76o;			Sim
068	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lan76amento de suspens6o ou advert6ncia, com o registro no curr6culo funcional do servidor, ap6s a tramita76o;			N6o
069	Gerar automaticamente o ato administrativo a partir de um lan76amento de Insalubridade, Periculosidade ou Gratifica76o, com registro no curr6culo funcional do servidor;			N6o
070	Gerar automaticamente o contrato de servidores tempor6rios a partir do lan76amento da admiss6o;			Sim
071	Gerar automaticamente o termo de posse de servidores a partir do lan76amento da posse/admiss6o;			N6o
072	Permitir a emiss6o de atos administrativos individuais ou coletivos conforme textos configurados pelo pr6prio usu6rio;			N6o
073	Permitir a visualiza76o dos atos expedidos em tela, papel ou em arquivo PDF para publica76o na Internet;			Sim
Item	FREQ6NCIA	ATENDIDO	N6O ATENDIDO	ESSENCIAL
074	Efetuar o lan76amento de todos os tipos necess6rios de licen76as, como licen76a gala, licen76a nojo e licen76a sem vencimentos, informando no m6nimo a identifica76o do servidor, tipo de licen76a, documento apresentado, data de in6cio e t6rmino da licen76a;			Sim
075	Permitir o lan76amento de, no m6nimo, as seguintes ocorr6ncias, com a informa76o da data da ocorr6ncia: falta abonada, falta injustificada, suspens6o, horas extras;			Sim
076	Integrar dados com m6dulo de Ponto Eletr6nico, exportando para este as informa76es de licen76as, afastamentos, f6rias, licen76a pr6mio e desligamentos para que as aus6ncias possam ser justificadas no m6dulo de ponto, e importar os dados deste m6dulo para processamento em folha de pagamento;			Sim
077	Garantir o registro de uma 6nica informa76o em um per6odo na frequ6ncia, n6o permitindo duplicidade ou concomit6ncia de lan76amentos, como lan76amento de f6rias para um servidor que est6 afastado no mesmo per6odo ou parte dele;			Sim
078	Permitir o controle e registro de justificativas para faltas descontadas indevidamente, com possibilidade de restitu76o na folha de pagamento a partir do registro da justificativa;			Sim
079	Emitir boletim de frequ6ncia			N6o
080	Possuir calend6rio de feriados e dias 6teis;			Sim
081	Permitir o lan76amento de uma ocorr6ncia na frequ6ncia informando o per6odo todo, com data in6cio e fim, evitando desta forma que sejam realizados v6rios			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	lançamentos da mesma ocorrência para um mesmo servidor;			
082	Controlar os lançamentos de falta abonada, não permitindo inserir ocorrências além de limite estabelecido pelo órgão;			Não
083	Gerar automaticamente desconto de Descanso Semanal Remunerado (DSR) quando do lançamento da falta injustificada, de acordo com parametrização;			Sim
084	Permitir o lançamento de faltas e licenças de meio dia. Este lançamento deverá influenciar na contagem de tempo de serviço, caso esteja configurado;			Sim
085	Permitir o lançamento de frequência de forma descentralizada, controlando por Unidade Gestora, possibilitando que os lançamentos feitos por estas unidades sejam exclusivamente de servidores lotados nas mesmas;			Não
Item	VALE TRANSPORTE	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
086	Permitir o cadastramento das empresas que fornecem o vale-transporte;			Sim
087	Controlar a compra e distribuição de diversos tipos de passes, como ticket, passagem, cartão descartável e cartão recarregável;			Não
088	Permitir a controle dos roteiros para os quais serão utilizados os passes;			Não
089	Permitir o registro da quantidade de passes diários utilizados pelo servidor no percurso de ida e retorno do trabalho, com possibilidade de adição de passes para outros percursos, no caso de servidores que se deslocam para mais de um local;			Não
090	Controlar o saldo dos passes (quantidade de créditos) existentes para garantir a distribuição;			Não
091	Gerar mapa de compra de vales-transporte com a quantidade e o valor, discriminados por tipo de passe, baseado na informação dos passes requisitados para cada servidor e os dias úteis do período a ser utilizado;			Não
092	Permitir alteração do mapa de compra por usuário devidamente habilitado;			Não
093	Permitir a configuração dos códigos para desconto e restituição de vale-transporte em folha de pagamento;			Não
094	Gerar mapa de entrega de passes para cada servidor baseado na informação dos passes requisitados e os dias úteis do período a ser utilizado;			Não
095	Emitir documento de confirmação de entrega de passes com local para assinatura do servidor;			Não
096	Controlar a entrega de passes reduzindo a quantidade em casos de faltas, férias, licenças e afastamentos lançados;			Não
097	Gerar informação para desconto do vale-transporte em folha de pagamento após lançamento da entrega dos passes;			Não
Item	FOLHA DE PAGAMENTO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
098	Permitir o processamento das folhas de pagamento Mensal, Rescisão, Adiantamento de Férias, Licença Prêmio, Adiantamento Salarial, Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, Décimo Terceiro Salário e Complementar;			Sim
099	Permitir o processamento de várias folhas de pagamento para a mesma referência, separando por grupo de servidores de mesmo vínculo, ou mesmo regime, ou mesma data de pagamento;			Sim
100	Permitir o processamento de folha de rescisão individual ou coletiva, com cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente, sem a necessidade de lançamento avulso na folha;			Sim
101	Emitir o Termo de Rescisão e Quitação do Contrato de Trabalho, conforme exigido pela legislação vigente;			Sim
102	Controlar os vencimentos e descontos permitidos em cada regime de trabalho, impossibilitando que seja efetuado um lançamento de vencimento ou desconto exclusivo de um regime para outro;			Sim



341

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

103	A folha de Adiantamento de Férias deverá ser processada com as informações dos dias de pecúnia e/ou gozo lançadas nas férias, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;		Sim
104	A folha de Licença Prêmio deverá ser processada com as informações dos dias de pecúnia e/ou gozo lançadas na Licença Prêmio, não permitindo duplicidade de lançamento em variável na folha de pagamento;		Não
105	Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;		Sim
106	Gerar automaticamente os valores relativos ao salário-família dos dependentes;		Sim
107	Possuir rotinas de cálculos através de fórmulas e expressões em português para qualquer vencimento e desconto, tomando o cálculo da folha totalmente configurável e administrado pelo próprio usuário. Possibilitar que o próprio usuário crie novas verbas de vencimentos ou descontos, com base em uma já existente, configurando as incidências e a regra de cálculo. As regras de cálculo previstas em legislação federal ou estadual deverão estar no sistema e não deverão ser alteradas por usuário comum;		Sim
108	Possibilitar a execução do cálculo ou recálculo de diversas formas, como cálculo individual, por faixa de matrícula ou seleção aleatória. Calcular e processar os valores relativos à contribuição individual e patronal para o RGPS (INSS) e RPPS (Previdência Municipal), de acordo com o regime previdenciário do servidor. O tempo para cálculo de 300 funcionários não deverá exceder 5 minutos;		Sim
109	Gera arquivo SEFIP no formato texto com extensão RE para importação, validação e envio em software da Caixa Econômica federal, e possuir mecanismo de retificação;		Sim
110	Emitir relatório Folha Analítica por folha processada ou de forma consolidada, com todas as folhas processadas no mês;		Sim
111	Emitir relatório Mapa Financeiro com o resumo dos vencimentos e descontos de todas as folhas com possibilidade de, dentro do mês, emitir valores das folhas separadamente ou consolidando-os em um único resumo;		Sim
112	Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, empréstimos, descontos diversos e ações judiciais, para um servidor ou um grupo de servidores no caso de lançamento comum a todos;		Sim
113	Permitir a importação de dados via arquivo-texto de valores a serem consignados em folha controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento, gerando um arquivo de retorno para o convênio com os valores debitados em folha e também os rejeitados pelo processamento, informando o motivo da rejeição;		Sim
114	Emitir resumo dos valores líquidos da folha por banco e fonte de recurso;		Sim
115	Possuir integração com o Módulo de Administração Orçamentária e Financeira, disponibilizando os dados necessários para reserva, empenho, liquidação e pagamento das despesas com pessoal, possibilitando programar datas diferentes para pagamento de convênios, sem utilização de arquivo-texto ou semelhante;		Sim
116	Emitir relação das despesas orçamentárias e extraorçamentárias a serem contabilizadas, para conferência;		Sim
117	Gerar as informações anuais para a DIRF, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software da Receita Federal;		Sim
118	Gerar as informações anuais para a RAIS, nos padrões da legislação vigente, via arquivo-texto para importação no software do SERPRO;		Sim
119	Permitir a emissão do Informe de Rendimentos para servidores com retenção de Imposto de Renda na Fonte e para aqueles que não tiveram retenção;		Sim
120	Gerar as informações de admissão e rescisão necessárias ao CAGED, via arquivo-texto, para importação em software do Ministério do Trabalho;		Sim
121	Manter histórico de pagamento para cada servidor com detalhamento de to-		Sim



342

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	dos os vencimentos e descontos, permitindo consulta ou emissão de relatórios;			
122	Possibilitar cálculo de contribuição ao INSS proporcional em folha de pagamento para servidores com outro vínculo empregatício fora do Órgão;			Sim
123	Possuir cálculo de IRRF proporcionalizado para servidores com mais de um vínculo empregatício com o Órgão, com somatória das bases de cálculo e desconto proporcional em cada vínculo de acordo com o valor da remuneração;			Sim
124	Permitir a geração do Informe de Rendimentos em arquivo-texto para impressão e envelopamento, com opção de emissão do endereço do servidor;			Sim
125	Emitir demonstrativo de pagamento, permitindo a inclusão de textos e mensagens para determinados servidores, para um grupo de servidores selecionados ou para todos;			Sim
126	Permitir a geração de arquivos para crédito em conta – corrente ou poupança – da rede bancária, emitindo relação dos créditos contendo matrícula, nome, número da conta e valor a ser creditado;			Sim
127	Emitir demonstrativo de pagamento de meses anteriores (segunda via);			Sim
128	Emitir Guia de Recolhimento de INSS, com opção para emissão por fonte de recurso e geral;			Sim
129	Possuir rotinas de controle e cálculo para pagamento das pensões judiciais, a partir do desconto efetuado para o servidor, incluindo depósito em conta;			Sim
130	Emitir recibos para pagamento de pensão judicial;			Sim
131	Emitir relação dos valores consignados em folha com opção de geração em arquivo-texto;			Sim
132	Emitir Guia de Recolhimento de Previdência Municipal;			Sim
133	Possuir rotinas de cálculo de insuficiência de saldo para servidores com somatória de descontos maior que o total de vencimentos na folha, efetuando ajuste automático dos descontos limitados até um teto configurado pelo usuário. A prioridade dos descontos deve ser configurada pelo usuário e os valores consignados que não foram descontados deverão ser registrados, possibilitando a emissão de relatórios destes valores para envio aos estabelecimentos conveniados;			Sim
134	Possuir rotinas de cálculo de margem consignável, com emissão de relatórios da margem disponível para gastos nos estabelecimentos conveniados;			Sim
135	Possuir rotina para inclusão no sistema das fichas financeiras que não estão em meio magnético, ou seja, fichas financeiras que estão em papel;			Sim
136	Permitir a inclusão de lançamentos pendentes para servidores afastados, sendo que o efetivo processamento destes somente poderá ocorrer na folha de pagamento em que o servidor retornar do afastamento. Os lançamentos devem ficar pendentes durante todo o período do afastamento, sendo incluído automaticamente na folha somente após término do afastamento e efetivo retorno do servidor ao trabalho;			Sim
137	Possuir rotina de comparação entre duas folhas (Folha Atual e Folha Anterior), com possibilidade de confrontar servidores calculados na folha anterior e não na atual, servidores calculados na folha atual e não na anterior, servidores calculados nas duas porém com diferenças no valor de uma ou mais verbas e servidores calculados nas duas porém com diferenças na quantidade de uma ou mais verbas;			Sim
138	Possuir rotina para identificação de divergências na folha de pagamento processada, de forma que apresente um diagnóstico dos problemas encontrados, baseado em parâmetros previamente configurados, possibilitando a correção destas divergências antes do fechamento do processamento;			Sim
139	Possuir rotina de Geração de Arquivos Digitais do INSS – MANAD, possibilitando a prestação de informações via arquivo-texto, conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20/06/2006 – DOU de 04/07/2006;			Sim



343

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

140	Gerar relação do Salários de Contribuição padrão INSS;			Sim
141	Gerar arquivo texto para utilização em cálculo atuarial;			Sim
142	Gerar as informações referentes aos provisionamentos, baixas e estornos de férias, 13o salário e seus respectivos encargos patronais, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;			Sim
143	Possuir rotina de apuração de diferenças entre o arquivo gerado pela folha de pagamento e o sistema SEFIP;			Sim
144	Possuir rotina para importação de lançamento de variáveis/dados, via arquivo texto, para execução da folha de pagamento, controlando os registros válidos e rejeitados pelo processamento;			Sim
145	Emitir relatório consolidado das verbas processadas em folha de pagamento, possibilitando a escolha dos grupos de processamento, parâmetro ou competência;			Sim
Item	eSocial	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
146	O sistema deverá possuir ferramenta que realize busca na base de dados e, após cruzamento de dados com a base do eSocial, apresente relatório de inconsistências das informações pessoais dos funcionários, no mínimo as exigidas pelo governo, facilitando a realização de um cadastramento para atualização dos cadastros;			Sim
147	O sistema deverá possuir módulo web que possibilite a realização de um cadastramento para atualização de dados cadastrais dos funcionários, permitindo que os mesmos acessem uma interface e informem seus dados pessoais, documentação, endereço, dependentes, cursos e certificados de formação profissional e demais informações pessoais, com possibilidade de anexar documentos digitalizados;			Sim
148	O sistema deverá estar preparado para atender as exigências do eSocial nos prazos estipulados pelo Governo Federal para a prestação das informações pelos Órgãos Públicos, gerando os arquivos xml nos padrões estipulados nos layouts do eSocial, com assinatura digital, dos Eventos Iniciais, Eventos de Tabelas, Eventos Não Periódicos e Eventos Periódicos;			Sim
Item	PRESTAÇÃO DE CONTAS AUDESP (TCE-SP)	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
149	Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Atos de Pessoal (Atos Normativos, Cargos/Funções, Quadro de Pessoal, Agente Público, Lotação de Agente Público);			Sim
150	Permitir a geração de arquivos para a Fase III do sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo do Módulo de Remunerações (Cadastro de Verbas Remuneratórias, Folha Ordinária, Resumo Mensal da Folha de Pagamento, Pagamento de Folha Ordinária, Folha Suplementar, Cadastro de Aposentados e Pensionistas);			Sim
151	O sistema deverá possuir funcionalidade de alerta para inconsistências de dados antes da geração dos arquivos, evitando o retrabalho de envio das prestações de contas AUDESP TCE/SP.			Sim
Item	AValiação DE DESEMPENHO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
152	Permitir parametrização da avaliação de desempenho contendo parâmetro de resultados e identificação dos períodos de avaliação por fato gerador, associado ao(s) questionário(s);			Não
153	O questionário deve conter tópicos e descrição do assunto, campo para pergunta e a descrição, com o peso de cada pergunta;			Não
154	Permitir criar grupos de respostas para perguntas de múltipla escolha e/ou alternativa para ser associado ao questionário;			Não
155	Permitir configurar opções de respostas: múltipla escolha, alternativa, resposta aborta ou associada a eventos externos;			Não



344

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

156	Permitir cadastrar a pontuação de cada resposta, e, em caso de resposta associada a evento externo, permitir configurar a manutenção no valor computado, preservando o valor original;		Não
157	Permitir associar eventos externos que influenciem na pontuação de cada resposta, e a parametrização do processamento do cálculo da pontuação na ocorrência (valor fixo, valor multiplicado pela quantidade da ocorrência ou por escala). Por exemplo, em caso de excesso de faltas, o total de pontos de determinada resposta pode ser reduzido;		Não
158	Associar cada avaliação ao funcionário dentro do período parametrizado e de acordo com o fato gerador;		Não
159	Apresentar ao término de cada avaliação o resultado final;		Não
160	Possuir fases em cada módulo da avaliação: envio da avaliação realizada para o setor de Recursos Humanos, recepção e homologação para finalização;		Não
161	Permitir revisão da avaliação;		Não
162	Permitir histórico das avaliações aplicadas;		Não
163	Permitir emissão de relatórios;		Não

Item	CONTROLE DE PONTO ELETRONICO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Deverá possuir proteção contra ataque de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema;			Sim
002	Deverá possuir proteção contra ataque XSS;			Sim
003	Deverá possuir mecanismo de exportação de toda a base de dados, a qualquer momento, por um usuário de alto nível, em formato SQL;			Sim
Item	Da Compatibilidade.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
004	Deverá ser uma aplicação web, com todas as funcionalidades acessíveis através de navegador de Internet, podendo ter complementos no computador do usuário em casos de necessidade de comunicação com hardware para que possibilite a funcionalidade ser executada via navegador. Como Certificado Digital, por exemplo;			Não
005	Deverá ser escrito na sua totalidade em linguagem de programação compatível com os propósitos do sistema em questão, com suporte técnico do fabricante, caso não utilize linguagem de programação de código aberto;			Sim
006	Deverá ser totalmente compatível com o sistema operacional MS Windows, em sua mais recente versão e nas 3 versões anteriores;			Sim
007	Deverá ser totalmente compatível com os navegadores de Internet Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas mais recentes versões;			Não
008	Deverá possuir mecanismo de integração a outros sistemas, e estar 100% integrado com os sistemas de Recursos Humanos, em especial a Folha de Pagamento da Prefeitura;			Sim
009	Os dados devem ser armazenados em banco de dados hospedado em nuvem, sendo que deve possuir licença tipo free, sem limites de usuários, de tamanho e com controle transacional. Ou, caso utilizem softwares proprietários, a CONTRATADA deverá fazer a cessão do licenciamento dos softwares devidamente licenciados para governo caso o sistema tenha que ser hospedado na CONTRATANTE ao final do contrato;			Sim



345

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

010	O sistema de ponto eletrônico deve atender as reais necessidades nos lançamentos dentro das especificações adotadas por meio de portaria dos horários / escalas de servidores em cada órgão CONTRATANTE, bem como de horas extras em forma de pagamento ou banco de horas quando autorizadas pela liderança.			Sim
Item	Da Performance.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
011	Deverá ser capaz de ser acessado, de forma simultânea e concorrente, sem degradação do tempo de resposta aos demais usuários, por pelo menos 50% dos usuários cadastrados no sistema;			Não
012	Deverá suportar e armazenar em banco de dados carga de dados de marcações ao longo de 35 anos;			Sim
013	Serão contemplados todos os funcionários dos órgãos CONTRATANTES.			Sim
014	Da Regionalização.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
015	Deverá apresentar em sua totalidade, informações em português brasileiro, incluindo informações para os usuários em tela e relatórios;			Sim
016	Deverá apresentar informações referentes à data e hora em formato português brasileiro;			Sim
017	Deverá apresentar informações referentes a valores numéricos em formato português brasileiro;			Sim
018	Deverá apresentar informações referentes à moeda, em formato adequado à correta localização da informação, no caso de o sistema utilizar informações monetárias.			Sim
Item	Das Funcionalidades.	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
019	Deverá funcionar em conformidade com as regras definidas nas legislações do Município de Itatiba, e com as regras definidas pela portaria 671/2021 e suas posteriores alterações;			Sim
020	Deverá controlar número ilimitado de relógios;			Não
021	Deverá permitir a inclusão de escalas mensais para grupos específicos de profissionais e manter o histórico das escalas;			Sim
022	Deverá aceitar tratar e gerenciar o registro, ajuste e tratamento de 2 (duas) matrículas diferentes ativas para o mesmo servidor, identificado através do mesmo nº de PASEP/PIS, ou mecanismo que venha a substituir, com 2 (duas) jornadas de trabalho diferentes, sendo que o servidor com duas matrículas poderá efetuar suas marcações num mesmo relógio ou em mais de um relógio;			Sim
023	Deverá permitir o cadastramento "on line" dos equipamentos Relógios, independentemente de serem eletrônicos ou virtuais;			Sim
024	Deverá realizar monitoramento online de todos os relógios (eletrônicos ou virtuais) instalados, apresentando o estado de cada um, como com ou sem comunicação;			Não
025	Deverá coletar e identificar digitais através de equipamento coletor de biometria e chip (crachás), possibilitando o cadastro dos servidores na base de dados do sistema;			Não
026	Deverá controlar os seguintes tipos de jornadas de trabalho: jornadas administrativas normais, jornadas de turno com obrigatoriedade de trabalho em jornadas com controle apenas por carga horária (com ou sem limites definidos no dia), jornadas flexíveis com horário e períodos de flexibilização, revezamentos com reconhecimento automático de permutas, marcação de refeição opcional ou obrigatória em todos os tipos de jornadas, horários flexível de refeição com limites definidos em todos os tipos de jornadas, tolerâncias nas marcações, jornadas duplas (dois períodos de trabalho num mesmo dia);			Sim



346

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

027	Deverá permitir a composição de horários por ciclos de jornadas de qualquer tipo, com repetição programada, mantendo as seguintes características: controle completo de banco de horas, controle de períodos de compensações, controle de diversos calendários, conforme as diversas localidades da empresa, controle de diversos tipos de dia (normal, feriado, etc), com possibilidade de criação de tipos de dias específicos pelo usuário, sem necessidade de programação adicional;			Sim
028	Deverá executar as seguintes funções sem precisar de programação adicional: apuração de horas normais, apuração de horas extras e plantões em dias normais, apuração de horas extras e plantões em dias feriados, ou de folga, apuração de horas extras e plantões com percentuais diferenciados, apuração de atrasos, apuração de saídas antecipadas, apuração de saídas intermediárias, apuração de interjornadas, apuração de ausências, apuração de horas noturnas com período fixo ou de acordo com o horário realizado, quebra de dia às 24 horas ou em qualquer outro horário indicado pelo usuário, alocação das ocorrências no dia da jornada ou nos dias em que realmente aconteceu, reconhecimento do dia da jornada pelo dia da entrada ou pelo dia da saída, determinação de períodos de afastamento integral, determinação de períodos de afastamento parcial por tempo, determinação de períodos de afastamento parcial por horário, compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas com limite de ocorrências e/ou de tempo num determinado período, cálculo das verbas para a alimentação da folha de pagamento;			Sim
029	Deverá permitir cadastro de várias empresas, lotações e cargos dos servidores;			Sim
030	Deverá integrar com sistema atual de coleta de pontos do Departamento de Processamento de Dados da CONTRATANTE			Sim
031	Deverá coletar, de forma remota e automática, além de ser possível agendar a periodicidade da importação das marcações efetuadas nos equipamentos REP; e de forma on-line e marcação por marcação para o relógio virtual;			Sim
032	Deverá permitir cadastro de justificativas individual e coletiva;			Não
033	Deverá permitir a visualização do ponto diário dos servidores;			Sim
034	Deverá permitir controle de tolerância parametrizada para entrada e saída;			Não
035	Deverá permitir controle de abono e atrasos, faltas com registro de motivos, horas extras, saídas antecipadas, afastamentos, férias, licenças de saúde, congresso, cursos, licença prêmio, etc.;			Sim
036	Deverá permitir controle de vários bancos de horas (Quantos forem necessários) e controle de compensação programável;			Não
037	Deverá permitir controle de banco de horas e compensação;			Sim
038	Deverá permitir criar modelos de jornada de trabalho específica;			Sim
039	Deverá permitir ao usuário escolher o período de apuração de frequência;			Sim
040	Deverá permitir parametrização de regras e fórmulas definidas pelo administrador e/ou chefia;			Não
041	Deverá apresentar apuração de totais de horas trabalhadas, horas normais, horas extras, faltas, atrasos, horas de adicional noturno, controle de descanso semanal remunerado, etc.;			Sim
042	Deverá possuir consulta de espelho ponto;			Sim
043	Deverá permitir justificar faltas e atrasos;			Sim
044	Deverá permitir notificação por e-mail para o chefe/gestor de eventos como HE, atrasos e faltas;			Não
045	Deverá apresentar alerta ou indicação dos funcionários que faz horas extras;			Não



347

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

046	Deverá gerar relatórios em tela e nos formatos PDF, CSV, ODS (Open Document) e arquivo texto além de ser possível fazer o envio dos mesmos formatos por email através da própria aplicação;		Sim
047	Deverá gerar relatórios com possibilidade de imprimir-los pela impressora;		Não
048	Deverá possuir relatório de histórico de horários / escalas dos servidores;		Não

Item	CONTROLE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE E PATRIMÔNIO GESTÃO DE SUPRIMENTOS NA WEB	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Registrar localidades de maneira normalizada a ser utilizadas nos cadastros de Fornecedores, Locais de Entrega, etc;			Sim
002	Controle de acesso de usuários individualizados por menu do sistema, possibilitando que seja realizada a cópia de perfil e restrições de acesso baseado em um perfil já existente;			Sim
003	Possuir relatório com a relação de usuários do sistema e de permissão de acesso por usuário;			Não
004	Permitir a definição de algumas rotinas específicas que necessitam de aprovação por usuário e senha para sua realização (Dupla Custódia);			Não
005	Permitir ao usuário configurar seus menus de acesso através da opção de favoritos, dessa maneira possibilitando que o usuário configure seu perfil de trabalho;			Não
Item	GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
006	Codificar os materiais por Catálogo e manter registro do tipo de material;			Sim
007	A classificação de materiais e serviços deverá ser única e padronizada. O catálogo de materiais/serviços deverá estar disponível para todos os módulos do sistema: materiais e serviços, fornecedores, compras, estoque, patrimônio, contratos, (com restrição de uso para certos usuários);			Sim
008	O catálogo de materiais e serviços deverá disponibilizar automaticamente para consulta as especificações e respectivos códigos para efeito de solicitação de aquisição e/ou contratação e controle de estoque;			Sim
009	O sistema deverá disponibilizar no momento da consulta dos códigos de materiais e/ou serviços catalogados a informação do status em que se encontra o mesmo (ATIVO, INATIVO, DESABILITADO PARA COMPRAS, LICITANDO). Para efeito de aquisições, os usuários de sistema apenas irão utilizar os materiais que encontrarem-se ATIVOS;			Não
010	O sistema deverá permitir classificação dos materiais ou serviços (inclusive serviços de engenharia e obras) por natureza de despesa, devendo permitir a vinculação da natureza de despesa por material/serviço;			Sim
011	O sistema deverá possibilitar, a critério do usuário habilitado ou administrador do sistema, o gerenciamento e controle do material por código de barras para as funções de armazenamento, devendo, quando definido, armazenar mais de um código de barras para um mesmo item, permitindo também a movimentação e identificação de itens através desse controle;			Não
012	O sistema deverá permitir que somente usuários responsáveis pela codificação e/ou administração de Materiais e Serviços possam incluir um novo material/serviço no catálogo;			Não
013	O sistema não deverá permitir a codificação / cadastramento de dois itens de material ou serviço com o mesmo código;			Sim
014	O sistema não deverá permitir a exclusão de um código de material e/ou serviço cadastrado quando tiver sido utilizado anteriormente, ou seja, tiver histórico de compra e ou contratação, permitindo a INATIVAÇÃO, DESATIVAÇÃO, ATIVAÇÃO (quando estiver inativo);			Sim
015	O sistema deverá possuir mecanismos de busca de materiais e serviços, através do fornecimento de palavras inteiras ou parte de palavras contidas			Não



348

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	no nome ou na descrição dos itens;			
016	O sistema deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais com informações entre os módulos do sistema (fornecedores, materiais, banco de preços, estoque/almoxarifado, patrimônio, contratos, compras/licitações). Ex.: Relação dos patrimônios por materiais; Relação dos materiais sem movimentação a partir de uma data; Relação de materiais em estoque por Almoxarifado; Relação da apropriação de consumo por centro de custo; Relatório de materiais/serviços adquiridos num determinado período.			Não
017	Permitir a consulta de disponibilidade de material, informando qual a quantidade em estoque de acordo com o Almoxarifado, se existem bens permanentes disponíveis ou se são itens pertencentes a uma Ata de Registro de Preços;			Não
018	Gerar relatório de licitações, com informação de número de processo, objeto, secretaria requisitante, modalidade, data de abertura, data de homologação, valor estimado, fornecedor, tipo de contrato (contrato, autorização de fornecimento ou ordem de serviços), ou ata de registro de preços, valor contratado, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF .odt, .docx			Não
Item	CADASTRO DE FORNECEDORES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
019	O sistema deverá conter tela para cadastro de fornecedores, tanto pessoas físicas como jurídicas, para acesso e controle ÚNICO e visualização/tramitação por todos os módulos do sistema integrado de gestão de materiais e serviços, compras, estoque, patrimônio, contrato, orçamentário, financeiro e contábil, relacionando os fornecedores aos catálogos de materiais/serviços/engenharia e obras ofertados;			Sim
020	Os campos de cadastramento de dados do Fornecedor devem ser habilitados automaticamente de acordo com o Tipo de Pessoa (Física ou Jurídica) a ser cadastrada. (Exemplo: O sistema não poderá permitir a digitação do campo CNPJ para pessoa física e vice-versa);			Não
021	Deverá guardar histórico das alterações da razão social do fornecedor para critério de consulta;			Não
022	Após carregar os dados essenciais do fornecedor para a tela de cadastro de Fornecedores, o sistema deverá permitir a atualização de dados sobre a emissão e atualizações de Certificado de Registro Cadastrais, controlando a existência de documentos vencidos, quando da visualização do CRC (Certificado de Registro Cadastral);			Não
023	O sistema deverá manter o cadastro dos catálogos de materiais, obras ou serviços ofertados pelo fornecedor, permitindo a vinculação de mais de uma linha de fornecimento;			Não
024	O sistema deve possuir controle de penalidades, controlando prazo de validade das penalidades aplicadas bloqueando automaticamente os fornecedores com situações irregulares nos processos licitatórios;			Sim
025	No campo para inclusão do catálogo atendido pelo Fornecedor, deverá ser permitido que seja feita a inclusão para mais de um Fornecedor de uma vez de vários catálogos, acelerando o cadastramento;			Não
026	O sistema deverá permitir busca de fornecedores a partir de palavras contidas no seu nome, razão social ou nome fantasia, a partir de CPF/CNPJ e Cidade;			Sim
027	Emitir relatório de atestado de capacidade técnica;			Não
028	Estar disponível mapa de cotação, cotação para envio à fornecedor, para geração de relatórios a exportação para TXT, XLS/CSV, HTML, PDF .odt, .docx de todos os campos disponibilizados.			Sim
Item	BANCO DE PREÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

029	Permitir o cadastramento de índices de correção a ser utilizado para atualização monetária dos valores registrados no banco de preços;			Sim
030	Permitir a parametrização do prazo de consulta de valores do Banco de Preços a serem considerados como válidos aplicar a atualização monetária e utilização como valores válidos para estimativa nas requisições de compras;			Não
031	Após a conclusão do procedimento de aquisição e/ou contratação, o Sistema deverá registrar no Banco de Preços o valor do preço a partir de geração da Autorização de Fornecimento / Ordem de Serviços ou Ata de Registro de Preços;			Não
032	O sistema deverá informar aos usuários, no momento da criação das Requisições de Compras informações relativas ao banco de preços com o valor da época, o índice acumulado de atualização e seu valor atualizado, obedecendo às configurações de prazos para consultas de preços e percentual de garantia para correções previamente definidos pelo administrador do sistema;			Não
033	O sistema deverá permitir a emissão de relatórios de preços constantes do Banco de Preços, por tipo de preço (Autorização de Fornecimento, Ordens de Serviço e Ata de Registro de Preços), Modalidade de Licitação, faixa de itens, faixa de datas, tipo analítico e sintético e quantidade de preços para análise por material / serviço;			Não
034	Integrar e gerar automaticamente relatório de homologação para processos comum e registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;			Sim
035	Integrar e gerar automaticamente atas de registro de preços, em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura;			Sim
036	Permitir a inclusão de cadastro de reserva na Ata de Registro de Preços, gerando automaticamente relatório em arquivo TXT, .odt, .docx a critério da Prefeitura.			Sim
Item	AQUISIÇÕES POR LICITAÇÕES E COMPRAS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
037	O sistema deverá permitir a criação da Requisição de Compras e/ou Requisição de Serviços pelas diversas unidades que compõem a administração, através de usuários devidamente habilitados com a respectiva permissão;			Sim
038	O sistema deverá ter integração automática com o módulo orçamentário contábil, para efeito de reservas, empenhos, liquidação e suas respectivas anulações;			Sim
039	O sistema deverá permitir o cadastramento de Cargos e Comissões de Licitações;			Não
040	A partir da criação da Requisição de Compras, o sistema deverá informar ao usuário caso o item/código de material que esteja sendo incluído exista em estoque, ou seja, um item pertencente a uma Ata de Registro de Preços;			Não
041	Permitir vincular uma requisição a uma Adesão de Registro de Preços, referenciado qual a Adesão deve estar associada, a fim de permitir que sejam inseridos somente itens da Adesão para criação de uma Dispensa de Licitação;			Não
042	O sistema deverá disponibilizar a relação de Dotações Orçamentárias disponíveis para vinculação no Módulo Orçamentário Contábil, de acordo com as naturezas de despesas dos itens constantes na Requisição de Compras ou Serviços;			Não
043	Após vinculação das dotações orçamentárias contábeis na Requisição de compras ou serviços, o sistema deverá permitir a solicitação de reserva de valores ao Módulo Orçamentário / contábil, podendo ser: do Exercício ou Plurianuais;			Não
044	Após a efetivação da reserva, de forma integrada à Requisição de Compras ou Serviços no Módulo Orçamentário / Contábil o sistema deverá visualizar as Requisições que irão efetivar compras de mesmo catálogo a fim de criar			Sim



350

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	um agrupamento de compras almejando uma economia de escala na modalidade correspondente;		
045	O sistema deverá permitir o agrupamento de várias requisições para fins de organização do procedimento licitatório, que pode ser criado por Item ou Lote;		Sim
046	O sistema deverá permitir o processamento de contratações realizadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/21; deverá atender todas as modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021		Sim
047	O sistema deverá controlar os valores de aquisições/contratações por limite da dispensa por valor, sinalizando quando o teto máximo do exercício da despesa for atingido, através de histórico acumulativo		Não
048	O sistema deverá mostrar o status da Requisição de Compras/Serviços do início ao fim do processo (Aprovada, Não Aprovada e Reservada);		Não
049	O sistema deverá controlar a aquisição de materiais e contratação de serviços ou obras, desde a Requisição até a contratação em si, realizada através das modalidades de licitação e compras constantes na Lei 14.133/2021 ou dispensas (aquisição direta, licitação dispensada ou inexigibilidade), seguindo todas as etapas até a homologação do procedimento, empenho, emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço e Acompanhamento das Entregas ou Prestação dos Serviços e Liquidação de Despesa;		Sim
050	O sistema deverá armazenar informações relativas às aquisições realizadas, tais como: Modalidade/Nº da Aquisição, Tipo de Licitação, Objeto, Responsáveis, Comissão de Licitação, Datas e Horas de Abertura, Entregas de Envelopes, Sessões, Participantes, Processo Administrativo, Pareceres da Licitação, e demais dados referentes ao andamento histórico das atividades do processo;		Não
051	Permitir o cadastro de informações referentes a esclarecimentos, impugnações e providências referentes aos editais;		Não
052	O sistema deverá permitir a definição automática do vencedor de acordo com as propostas das empresas ou ainda a definição do vencedor de forma manual a critério do usuário;		Sim
053	O sistema deverá emitir todos os documentos referentes ao processo licitatório, tais quais: atas, editais, mapa comparativo, dentre outros;		Sim
054	O sistema deverá possuir opção de anexar documentos referentes aos processos, tais como: Atas, Editais, Recursos, Impugnações e questionamentos;		Não
055	O sistema deverá manter o registro de motivos de dispensa de licitação para efetivação dos empenhos devidamente justificados no módulo orçamentário contábil;		Não
056	As Requisições de Compras ou Serviços que estarão Agrupadas ao final do procedimento deverão possuir a emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviços, individualizada a fim de facilitar a identificação da liquidação da despesa;		Não
057	O sistema deverá disponibilizar um acompanhamento de entregas por Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, relatando as solicitações, as entregas, os aditivos e alterações de preços, saído físico e financeiro por Item;		Não
058	O sistema deve possibilitar emissões de Solicitações de Entrega para Materiais ou Serviços com entregas parceladas, devendo ser numeradas por Exercício e vinculadas diretamente à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, controlando o saído físico das entregas ou execuções a serem realizadas pelo Fornecedor;		Não
059	O sistema deverá permitir a aplicação das disposições da Lei Complementar 147/2014;		Sim



351

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

060	O sistema deverá controlar o status do processo, conforme os seguintes descritivos (Adjudicado / Ativo, Anulado / Suspensão, Deserto, Fracassado, Homologado, Homologado – Parcial, Revogado, Outra);			Não
061	Permitir a verificação e o comparativo do valor de última aquisição e/ou estimado para as Aquisições / Contratações, com os valores finais ofertados pelo licitante vencedor;			Não
062	Quando o processo de Aquisição ou Contratação chegar à Homologação e/ou julgamento final das propostas, o sistema deverá realizar via integração com o Módulo Orçamentário Contábil, o empenho da despesa;			Sim
063	Após a emissão de nota de empenho, o sistema deverá permitir ao usuário habilitado, a geração de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço aos vencedores;			Não
064	O sistema deverá permitir a realização de Aditamento à Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, vinculando-o ao processo Licitatório ou que originou a contratação, permitindo ainda a realização de reserva orçamentária via integração automática com o módulo Orçamentário/Contábil;			Sim
065	O sistema deverá ser integrado com os módulos de estoque e contratos, encerrando o processo de Aquisição / Contratação com a entrega dos materiais nos locais definidos emitindo o Boletim de Recebimento de Material ou Boletim de Prestação de Serviços, permitindo a emissão dos documentos pelo Almoxarifado ou pelo Gestor da Aquisição / Contratação;			Sim
066	Permitir a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP conforme disposições da Lei 14.133/21;			Sim
Item	COTAÇÃO DE PREÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
067	O sistema deverá conter mecanismo de cotação de preços, integrado ao módulo de Aquisições e Registro de Preços, permitindo que a cotação seja realizada com base em uma Requisição de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras ou tendo apenas como base os itens que desejam ser cotados, sem vínculo com requisição/agrupamento;			Sim
068	O sistema deverá permitir o controle dos fornecedores que ofertarem propostas para os itens da Cotação de Preços, emitindo o Mapa Comparativo para auxiliar no julgamento, demonstrando informações sobre o preço médio do item e total pela média, Menor e Maior Preço, Desvio Padrão dos preços apresentados, coeficiente de variação e os preços ordenados por ordem crescente de valores;			Não
069	O sistema deverá destacar no Mapa Comparativo de Preços, as propostas que contém o menor preço; Após o término da cotação de preços os valores apurados deverão retornar às Requisições de Compras / Serviços ou Agrupamentos de Compras tanto para processo comum de contratação como para processos de Registro de Preços com as opções de Média, Menor ou Maior, permitindo o lançamento de acréscimo percentual (%) como margem de segurança, para os casos das cotações com vínculo a requisição/agrupamento;			Sim
070	O sistema deverá possibilitar a exportação da cotação para Excel, permitindo que o fornecedor possa preenchê-la e posteriormente o sistema deverá importar o arquivo atualizando os preços conforme a planilha;			Sim
071	O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;			Não
Item	REGISTRO DE PREÇOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
072	O sistema deverá permitir o registro e emissão de Requisições de Registro de Preços pelas Unidades Requisitantes com planejamento quantidades a serem utilizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços (máximo de 12 meses);			Sim
073	A Requisição de Registro de Preços deverá seguir o número sequencial a partir do número 1 seguido do ano referente ao exercício corrente;			Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

090	A Solicitação de Materiais e/ou Solicitação de Serviços deverá conter informações relativas à Ata de Registro de Preços, item com o código e descrição do material / serviço, quantidade requisitada, valor registrado, justificativa de compra e observação;			Não
091	Após a criação da Solicitação de Materiais ou Solicitação de Serviços, o sistema deverá permitir a inclusão via integração automática ao módulo orçamentário / contábil de informações relativas a dotação orçamentária para fins de reserva e empenho da despesa;			Não
092	Após o empenhamento da despesa o sistema deverá permitir a emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviços;			Sim
093	O sistema deverá permitir o gerenciamento e controle da Ata de Registro de Preços, permitindo realização do acompanhamento de contratações na Ata, controlando as quantidades máximas da Ata bem como as quantidades específicas dos órgãos participantes (Unidades Orçamentárias) conforme o planejamento anual das quantidades a serem utilizadas, permitindo a emissão de relatórios e a consulta em tela destas informações;			Sim
094	O sistema deverá controlar/gerenciar as entregas relativas às Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Execução de Serviço emitida, controlando o saldo e cancelamentos realizados;			Não
095	O sistema deverá permitir o controle de transferências de cotas das Unidades Orçamentárias sem que seja alterada a quantidade da Ata de Registro de Preços;			Sim
096	O sistema deverá gravar os preços dos primeiros colocados para cada item no momento de geração da Ata de Registro de Preços no módulo de Banco de Preços identificando se o valor do banco de preços é um "PREÇO REGISTRADO" em Ata;			Não
097	O sistema deverá permitir o cancelamento do item registrado na ata para o Fornecedor, bloqueando assim as futuras entregas desse item;			Sim
098	O sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, o sistema deverá limitar a vigência da Ata de Registro de Preços ao máximo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021 (quando a licitação for realizada regida pela Lei 14.133/21), não permitindo o registro de solicitações de execução após o término do prazo de vigência.			Sim
099	O sistema deverá controlar na Solicitação de Entrega de Materiais ou Execução de Serviços pela Unidade Orçamentária Participante o saldo quantitativo para a Unidade, informando quando não possuir saldo na respectiva Ata de Registro de Preços;			Sim
100	O sistema deverá permitir a revisão de preços da Ata de Registro de Preços por motivos imprevisíveis ou incontornáveis pela Administração, sempre que o valor registrado denotar diferenças em relação ao preço de mercado (para cima ou para baixo);			Sim
101	O sistema deverá manter registro histórico, inclusive disponibilizar relatórios, das revisões dos preços registrados;			Não
102	O sistema deverá permitir o remanejamento de cotas entre Unidades Orçamentárias Participantes da Ata de Registro de Preços e entre as Participantes e Unidades Orçamentárias que não haviam participado do certame, controlando os respectivos saldos resultantes do remanejamento;			Sim
103	O sistema deverá possibilitar a emissão de um gráfico de economicidade por processo, visando facilitar a apuração da economia gerada;			Não
104	O sistema deverá permitir a utilização nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade;			Sim
Item	ESTOQUE / ALMOXARIFADO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



354

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

105	O sistema deverá permitir registro da estrutura hierárquica dos almoxarifados com subordinação dos locais de armazenamento. Exemplo: 1.02.000 – Almoxarifado Totalizador da Saúde ; 1.02.001 – Almoxarifado Central da Saúde e 1.02.002 – Almoxarifado Ambulatorial.		Sim
106	O sistema deverá controlar as divisões físicas de localização de corredores / ruas, pallets e escaninhos para armazenamento de materiais;		Sim
107	O sistema deverá possibilitar a definição do responsável pelo almoxarifado, esse responsável deverá estar vinculado ao cadastro de usuários do sistema;		Sim
108	O sistema deverá bloquear as movimentações dos almoxarifados que estejam sem responsável vinculado;		Sim
109	O sistema deverá possibilitar o controle de acesso de usuários a almoxarifados, possibilitando que o usuário de sistema possa ter acesso a mais de um almoxarifado;		Sim
110	O sistema deverá permitir o controle de armazenamento de materiais perecíveis, registrando o Lote, Data de Fabricação e Vencimento e respectiva quantidades;		Sim
111	O sistema deverá controlar todas as movimentações dos materiais no estoque, registrando as entradas e saídas e seus respectivos valores efetuando o cálculo de balancetes para encerramento mensal;		Sim
112	Com base na movimentação histórica, em cada almoxarifado será calculado o ponto de reposição emitindo relatório de materiais em ponto de reposição;		Sim
113	O controle físico e financeiro dos materiais deverá ser efetuado automaticamente fornecendo a posição do estoque para cada material do almoxarifado;		Sim
114	O sistema deverá utilizar o conceito de Centro de Custos para as Unidades Requisitantes e preço médio ponderado para efetuar os movimentos de saída;		Não
115	Manter histórico de documentos responsáveis pelas movimentações como, por exemplo, Notas Fiscais, Requisição de Material ao Estoque, Atesto de Recebimento de Mercadorias ou Execuções de Serviços, Devolução de Mercadorias, Inventários, etc.;		Sim
116	Os mecanismos para controle das movimentações tais como entradas, saídas e transferências devem ser informatizados, permitindo a emissão de documentos para arquivamento nos setores;		Sim
117	As Requisições de Materiais pelas Unidades Administrativas devem ser geradas de forma eletrônica com numeração sequencial por exercício;		Sim
118	O sistema deverá permitir que as requisições de material em estoque possam ser atendidas integralmente ou parcialmente;		Sim
119	O sistema deverá permitir aprovação, cancelamento e eliminação de pendência para o material requisitado, bem como o estorno da Requisição de Material em Estoque;		Sim
120	O sistema deverá ter mecanismos que bloqueiem os almoxarifados para entradas e saídas durante os períodos de inventário;		Sim
121	O sistema deverá permitir o lançamento de vários lotes de materiais perecíveis tanto para as entradas quanto para as saídas de materiais perecíveis;		Não
122	O sistema deverá permitir que nas saídas de materiais perecíveis seja possível o remanejamento de lotes, tantos quantos forem necessários para o atendimento à quantidade a ser movimentada, bloqueando o movimento até que a quantidade dos lotes sejam necessárias ao atendimento da requisição;		Não
123	O sistema deverá permitir listar todos os materiais perecíveis a vencer em determinada data por almoxarifado e em geral, individualizada por almoxarifado ou geral;		Não
124	O sistema deverá disponibilizar a Apropriação de Consumo por Centro de Custo, através das movimentações históricas.		Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

125	O sistema deverá permitir o cadastramento/inclusão de notas fiscais quando do recebimento do material pelo almoxarifado, permitindo a emissão de Boletem de Recebimento de Material / Serviços, liberando a respectiva nota fiscal para pagamento pelo setor financeiro (liquidação);		Sim
126	O sistema deverá permitir e controlar historicamente as transferências de materiais entre almoxarifados;		Sim
127	O sistema deverá possuir integração com os módulos de Materiais e Serviços, Fornecedores, Aquisições, Patrimônio, Contrato, Orçamentário / Contábil;		Não
128	O sistema deverá projetar as previsões de consumo para futuras compras, baseados em entregas que estão pendentes e o período de consumo a ser analisado;		Sim
129	O sistema deverá listar materiais em estoque por almoxarifado;		Sim
130	O sistema deverá imprimir as requisições de materiais em estoque efetuadas;		Sim
131	O sistema deverá permitir a saída por deterioração de materiais perecíveis que venceram ou que sofreram algum dano ou acidente natural;		Sim
132	O sistema deverá disponibilizar dados para criticidade, relativos à curva ABC, ponto de reposição e o consumo médio para cada item de material;		Sim
133	O sistema deverá permitir que a "Requisição de Material em Estoque" (RME) que não for atendida pelo setor de Almoxarifado possa ser alterada, desde que seu status não seja "CANCELADA" ou "APROVADA", porém, deve haver permissões especiais para DESAPROVAR (RME)s marcadas como APROVADA, se necessário for;		Sim
134	Na saída de material do estoque para materiais perecíveis, o sistema deverá indicar sempre os lotes mais antigos, antes de se utilizar outro lote mais recente;		Não
135	O sistema deverá fornecer a opção de aviso ou de bloqueio para itens requisitados para uma Unidade Administrativa que possua uma Requisição de Material em Estoque a ser atendida;		Não
136	Quando do atendimento de RME, o sistema deverá emitir uma Nota de Entrega de Material, para o Requisitante e Almoxarifado. Quando se tratar de material perecível, deverão constar os lotes utilizados no atendimento da Requisição;		Não
137	O sistema deverá manter histórico das quantidades solicitadas na requisição de Material em estoque, as quantidades fornecidas e os saldos não atendidos a fim de possibilitar análise sobre demanda reprimida;		Sim
138	O sistema deverá permitir o estorno de lançamentos de Notas Fiscais, validando se existe saldo físico e financeiro para realizar a operação de forma integrada ao módulo orçamentário / contábil, gerando um estorno de liquidação efetivada;		Sim
139	O sistema deverá permitir a criação de Inventário, registrando a forma de geração do Inventário (intervalo de catálogo, se foram selecionados somente itens com saldo ou itens que estejam sem preço médio), o usuário que criou o inventário, o responsável e a periodicidade do inventário;		Sim
140	O sistema deverá permitir a visualização do resumo do inventário, a emissão de Ficha de Contagem, a digitação das contagens, visualização e emissão de consistência do inventário (resultado apurado com a contagem), a efetivação dos ajustes de inventário e seu respectivo encerramento;		Sim
141	O sistema deverá permitir a digitação do valor de preço médio para materiais que são localizados no estoque durante o inventário e não existiam em estoque, bem como, para aqueles materiais que estão sem valor pré-definido;		Não
142	O sistema deverá possuir consulta ao resultado do Inventário;		Não



356

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

143	O sistema deverá permitir a emissão de etiquetas para fixação nas prateleiras;			Não
144	Permitir a seleção do empenho a ser liquidado na entrada da nota fiscal;			Não
145	Permitir o cálculo e fechamento mensal do balancete integrado ao módulo contábil;			Sim
Item	CONTRATOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
146	Permitir o registro dos contratos informando número e ano do contrato, Fornecedor contratado, datas de início e término, data de publicação, data de assinatura, vigência (meses ou dias), objeto, veículo de publicação e valor;			Sim
147	Possibilitar a inclusão de Contratos formalizados a partir de um processo de Aquisição por Compra ou Licitação, carregando as seguintes informações de forma integrada: fornecedores, modalidade, número e ano da licitação ou dispensa, itens do contrato, informações dos empenhos, dados de publicação e órgão responsável;			Sim
148	Registrar a rescisão do contrato indicando motivo, data da rescisão, data de publicação, veículo de publicação e observação;			Sim
149	Registrar os dados de aditamentos, equilíbrios econômicos financeiros, reajustes e revisões;			Sim
150	Registrar as paralisações do contrato alterando prazo final de vigência de acordo com os prazos de paralisações;			Não
151	Registrar as medições da execução do contrato informando o percentual de conclusão a cada medição e relatório de execução do contrato;			Não
152	Registrar as penalidades sofridas pelo contratado e as garantias exigidas;			Não
153	O sistema deverá possuir relatórios gerenciais básicos para o gerenciamento do contrato – relatório geral de contratos a vencer, contratos anulados, contratos em prorrogação;			Sim
154	O sistema deverá possuir rotina que liste os contratos que estão a vencer, permitindo a definição pelo usuário, da quantidade de dias de antecedência que ele gostaria de ser avisado do vencimento dos contratos;			Sim
155	O sistema deverá possuir integração ao módulo de fornecedores, compras, materiais e serviços, estoque e patrimônio, facilitando o trâmite de informações sobre contratos;			Sim
156	Emitir ficha do contrato relacionando todos os dados registrados para o contrato;			Sim
157	O sistema deverá permitir a emissão de relatórios referentes aos contratos vencidos e a vencer, a partir de filtros de pesquisa por fornecedor, número contrato, data vencimento e ainda faixa de datas, Ano etc.;			Sim
158	O sistema deverá emitir relatório que liste o contrato e suas respectivas liquidações e pagamentos em formato de extrato;			Não
159	O sistema deverá permitir a exportação de uma lista de contratos em Excel;			Sim
160	O sistema deverá permitir o anexo de arquivos vinculados ao contrato;			Sim
Item	PATRIMÔNIO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
161	O sistema deverá controlar o cadastro de bens móveis, imóveis, intangíveis e acervos, oferecendo meios para o controle de numeração dos bens patrimoniais que forem cadastrados no sistema e mecanismos para localização por unidade orçamentária, tipo e código de material, número de patrimônio, classe, processo, tipo de documento, data de aquisição e incorporação;			Sim
162	Permitir o controle do ciclo de vida do ativo, desde sua aquisição integrada ao módulo de Aquisições, incorporação patrimonial, reavaliações, transferências, depreciações e baixa;			Sim
163	A incorporação de bens móveis deverá ser efetuada de maneira integrada às movimentações de entrada do almoxarifado, somente sendo incorporado quando da sua destinação ao uso, realizando automaticamente a saída do			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	almoxarifado;			
164	O sistema deverá controlar os bens de acordo com a classificação do Grupo de Bens Contábil e Classe Patrimonial, para todos os tipos de Bens, facilitando a contabilização de valores;			Sim
165	Quando se tratar de bens móveis, deverá conter no mínimo as informações: Unidade Administrativa Responsável pelo bem, descrição, código do item de material correspondente, número do tombamento atual e anterior, informações sobre a Aquisição, data de incorporação, estado de conservação, informações referentes a veículo (placa, renavam, chassi, ano de fabricação e modelo, número do empenho, se a vida útil é definida ou indefinida e nos casos de definida, qual o prazo, valores de aquisição e depreciações, o cálculo da depreciação deve ser automático de acordo com a classificação patrimonial, valores acumulados de depreciação e valor líquido e observações do bem;			Sim
166	O sistema deverá permitir controle de bens imóveis, incluindo Unidade Administrativa Responsável, Destinação, dados de endereço do imóvel, inscrição municipal, loteamento, dados de registro de cartório (matrícula, folha, livro), Lei/Decreto Municipal sobre incorporação medidas e área construída, proprietários anterior e atual, valor de aquisição, reavaliações e depreciação mensal e acumulada, assim como emitir relatórios listando o bem imóvel;			Sim
167	O sistema deverá permitir o controle de bens patrimoniais cedidos para utilização a órgãos da Administração Pública ou a cidadãos por intermédio de decisão judicial;			Não
168	O sistema deverá permitir o registro de declaração de inservibilidade de bens para processo futuro de Leilão e Baixa, concluindo o Desfazimento de Bens;			Sim
169	O sistema deverá permitir controle de bens de terceiros cedidos em comodato por convênios, contratos administrativos ou cessão de uso disponibilizando campos para entrada de dados referentes ao processo;			Não
170	Para o controle de bens de terceiros o sistema deverá disponibilizar os seguintes campos: Número de Registro, Proprietário do Bem, Estado de Conservação, Localização, Data de Entrega do Bem, Previsão de Devolução e Data Efetiva de Devolução e Descrição do Bem;			Não
171	O sistema deverá permitir transferência e registro histórico da movimentação de bens entre Unidades Administrativas, registrando o estado de conservação no momento da transferência;			Sim
172	O sistema deverá controlar o histórico de manutenções ocorridas no patrimônio;			Sim
173	O sistema deverá permitir a entrada de dados de garantia, número de série de equipamentos, e deverá manter o controle sobre vencimento dos prazos de garantias do fabricante ou do mantenedor do bem oferecidas ao material ou manutenção;			Não
174	O sistema deverá permitir a avaliação de bens registrando o prazo de vida útil, valor de mercado, valor apurado de reavaliação ou perda de valor recuperável;			Sim
175	O sistema deverá permitir controle de incorporações, quanto aos bens móveis, integrado ao módulo de Aquisições controlando a quantidade a ser incorporada de acordo com a Nota Fiscal ou documento correspondente;			Sim
176	O sistema deverá permitir controle de baixas patrimoniais com base nos bens declarados como inservíveis, disponibilizando campo para registro de laudo (motivo) comprobatório da baixa e processo administrativo associado;			Sim
177	Quando se tratar de baixa por alienação por venda, o sistema deverá registrar o valor de venda para apuração do "ganho" ou "perda" com a venda o bem;			Sim



358

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

178	O sistema deverá permitir o registro de inventário patrimonial de bens móveis, exportando dados para coletor;			Sim
179	O sistema deverá registrar as anomalias de localização de bens durante o inventário, isto é, bens localizados em determinado setor, mas pertencentes a outro para fins de futura regularização;			Sim
180	O sistema deverá permitir o controle de contrato de locação de bens patrimoniais imóveis a terceiros, com informações do locatário, formas de pagamento, periodicidade do pagamento, data de início e fim, valor global;			Não
181	O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;			Não
182	O sistema deverá registrar e emitir o Termo de Responsabilidade, individual ou setorial dos bens patrimoniais;			Não
183	O sistema deverá emitir relatório para inventário (levantamento físico de bens) de bens por unidade administrativa com informações sobre a conservação do material inventariado e se o material está em uso ou ocioso, gerado em formato pdf e planilha compatível com Microsoft Excel;			Sim
184	O sistema deverá possuir rotina para inventário de bens (móveis, acervo, intangível e veículo) possibilitando informar a localização atual do bem e o estado de conservação;			Sim
185	O sistema deverá realizar as movimentações necessárias no patrimônio para ajustes dos bens (localização e estado de conservação) de acordo com o informado no inventário;			Não
186	O sistema deverá bloquear a movimentação de patrimônio para a unidade gestora ou unidade orçamentária que estiver com o inventário patrimonial aberto a fim de garantir a confiabilidade nas informações do inventário;			Sim
187	O sistema deverá permitir a emissão de relatório demonstrando os bens inventariados: "Localizados e pertencentes ao setor"; "Localizados mas pertencentes a outro setor"; e "Não Localizados";			Sim
188	O sistema deverá permitir geração de etiquetas com código de barras contendo o número de tombamento do patrimônio, a fim de agilizar a execução de inventário de bens móveis por coletor;			Não
189	O sistema deverá efetuar o controle mensal financeiro do bem demonstrando o valor anterior do bem, o valor de baixa, reavaliação, depreciação, redução de valor recuperável, valor líquido de baixa e valor atual do bem, emitindo relatório da movimentação de bens;			Sim
190	O sistema deverá, a cada evento de lançamento de valores no controle patrimonial, possuir integração ao módulo orçamentário / contábil sobre os eventos contábeis a serem efetuados;			Sim
191	O sistema deverá emitir relatório, por período, mensal e anual, das manutenções preventivas e corretivas dos bens para auxiliar na gestão patrimonial;			Não
192	O sistema deverá possuir filtros de busca e localização de cadastros de bens patrimoniais;			Sim
193	O sistema deverá permitir busca de bens patrimoniais por palavras inteiras ou parte de palavras;			Sim
194	O sistema deverá permitir o controle e registro de bens imóveis aforados a terceiros;			Não
195	O sistema deverá permitir emissão de relatórios de bens móveis por unidade orçamentária, por forma de aquisição, por código de material (quando se tratar de bens móveis), por faixa de valores de aquisição e por data de aquisição e incorporação;			Sim
196	O sistema deverá permitir a inclusão de fotos e arquivos de quaisquer formatos para os bens;			Não
197	Permitir a emissão de relatório de bens baixados (por exemplo: por período, por tipo de patrimônio, por tipo de baixa e por faixa de patrimônio);			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

198	O Sistema deverá permitir a alteração do número de plaqueta do patrimônio;			Sim
199	Classificar o cálculo de depreciação, exatidão ou amortização de acordo com o Grupo e Classe de Bem Patrimonial;			Sim
200	Permitir o estorno de operações que envolvam os lançamentos e movimentações nos bens, quando cabível;			Sim
201	Permitir a reclassificação de bens de uma classe patrimonial para outra, realizando o movimento de incorporação e baixa financeira, integrado aos eventos contábeis;			Não
202	Permitir o cálculo patrimonial para atualização dos bens;			Sim
Item	PRESTAÇÃO DE CONTAS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
203	Permitir a geração dos arquivos XMLs em atendimento a AUDESP fase IV para envio ao TCE-SP;			Sim
204	Possuir relatório de validação das informações que devem ser preenchidas no sistema para facilitar a identificação de inconsistências nos processos antes de enviá-los ao tribunal de contas do estado;			Sim

Item	PORTAL DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	O Portal de Transparência deverá ser um sistema Web e permitir a busca de informações de sistemas pertencentes à empresa e/ou terceiros, se assim for necessário, extraindo a leitura direta dos sistemas integrados, que serão disponibilizados;			Sim
002	O Portal deverá possuir integração com os módulos de Contabilidade, Licitações e Contratos, RH e Folha de Pagamento para fornecimento de Informações;			Sim
003	O Portal deverá possuir ambiente de configuração de forma fácil e ágil, separando as funcionalidades, para organização das tarefas;			Sim
004	Cadastro de estrutura organizacional, que deverá conter:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
005	A criação de unidades, permitindo editar, Ativar/Desativar e excluir;			Sim
006	Possibilitar a criação de níveis e subníveis, dentro da estrutura organizacional;			Sim
007	Permitir a movimentação de subnível dentro do organograma;			Sim
008	Possibilitar incluir nomenclatura do responsável pela unidade, permitindo também a opção de inserir foto do mesmo;			Não
009	Possibilitar criação de texto informativo com atribuições de cada unidade;			Não
010	Possibilitar a inclusão de responsável de cada unidade, permitindo a inserção de foto do mesmo;			Não
011	Possibilitar a inclusão de endereço, telefones e horários de atendimento ao público;			Sim
012	Possibilitar anexação de arquivos, como fluxograma e legislação do órgão;			Sim
013	Permitir a inclusão de departamentos ou secretarias, com link para direcionamento a uma determinada página web;			Sim
014	Possuir integração com google maps, auxiliando o cidadão na localização do endereço da autarquia;			Não
015	Possuir glossário com termos e suas definições, que deverão ser exibidos em ordem alfabética para fácil localização visual.			Não



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

016	Possibilitar que o usuário cadastrado, tenha permissão de incluir, excluir, alterar, ativar e desativar, termos cadastrados no glossário;			Não
017	Possibilitar cadastro de perguntas frequentes feitas pelo cidadão e suas respostas. O sistema deverá permitir que as perguntas criadas possam ser ativadas e desativadas, a qualquer momento, mantendo o histórico das perguntas cadastradas anteriormente;			Sim
018	8. Possuir no portal, funcionalidade de acessibilidade de conteúdo, através de tradutor de libras, alto contraste e redimensionamento de fonte;			Sim
019	9. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam alterar configurações gerais, que deverão refletir automaticamente, tais como:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
020	9.1. Título de exibição no portal;			Sim
021	9.2. Cores dos menus;			Não
022	9.3. Tabelas e rodapé;			Sim
023	9.4. Cores das fontes dos títulos;			Não
024	9.5. Imagem de fundo de tela;			Não
025	9.6. Imagem de fundo da home;			Não
026	9.7. Banner e brasão;			Sim
027	10. Possuir no acesso ao portal, gráficos indicadores para melhor análise do cidadão, para que possa assim visualizar:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
028	10.1. Indicador do tipo Coluna;			Não
029	10.2. Indicador do tipo Pizza;			Não
030	10.3. Indicador do tipo Barra;			Não
031	10.4. Indicador do tipo Donuts;			Não
032	11. Permitir que os usuários do sistema possam configurar:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
033	11.1 Indicadores gráficos;			Não
034	11.2 Informações de exibição;			Sim
035	11.3 Possibilitar ordenação dessas informações no acesso ao portal;			Sim
036	12. Possuir indicadores gráficos que deverão possibilitar ao cidadão, o direcionamento a fonte das informações;			Não
037	13. Disponibilizar de forma detalhada, o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;			Sim
038	14. Disponibilizar de forma detalhada, registros contendo informações de remunerações dos servidores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;			Sim
039	15. Disponibilizar de forma detalhada, as informações inerentes aos servidores públicos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;			Sim
040	16. Disponibilizar informações e procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, bem como todos os contratos celebrados, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;			Sim
041	17. Disponibilizar informações de receitas, previsão, arrecadação e lançamentos, classificação orçamentária, com a especificação da natureza e a fonte de recursos, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas			Sim



361

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	quando necessário;			
042	18. Disponibilizar de forma detalhada, as informações de despesas, contendo dados referentes ao empenho, liquidação, pagamento, classificação orçamentária e beneficiário, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;			Sim
043	19. Disponibilizar registro de contratos com convênio contendo informações de início de contratação, data de término e valores, possibilitando aos usuários gerenciais a alteração das colunas quando necessário;			Sim
044	20. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;			Sim
045	21. Disponibilização de relatórios de orçamento PPA, LDO e LOA.			Sim
046	22. Possibilitar a exportação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, atendendo no mínimo os formatos: PDF, XLS, TXT e CSV;			Sim
047	23. Exibir informações em formato de lista, tendo como alternativa, ajuste de visualização através de filtros por periodicidades, sendo eles:			Sim
048	23.1. Periodicidade: Mensal, Bimestral, Trimestral, Quadrimestral, Semestral e Anual;			Não
049	23.2. Filtro: Periodicidade em conjunto com o mês, com opção de Janeiro a Dezembro;			Não
050	23.3. Permitir filtrar por exercícios dos últimos 5 anos;			Não
051	24. Permitir o cadastro de detalhamento das informações do portal, permitir também a alteração das suas cores, com possibilidade de alteração em:			Não
052	24.1. Cores da fonte do título;			Não
053	24.2. Cores de fundo do título;			Não
054	24.3. Cores das fontes dos grupos;			Não
055	24.4. Cores do total;			Não
056	24.5. Cores da fonte do total;			Não
057	24.6. Cores do fundo total;			Não
058	25. Possuir sumário com ferramentas de enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que foram cadastradas, permitir ao cidadão;			Sim
059	26. Possuir integração com o sistema e-SIC, Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão;			Sim
060	27. Exibir os pedidos de informações registrados no e-SIC::			Não
061	27.1. Quantidade de pedidos do e-SIC;			Sim
062	27.2. Quantidade de atendimentos respondidos;			Sim
063	27.3. Prazo médio de resposta;			Sim
064	28. Aos pedidos de recursos registrados via SIC, permitir visualizar;			Não
065	28.1. Quantidade de recursos atendidos, se houver;			Não
066	28.2. Quantidade de pedidos de recursos respondidos, se houver; respondidos;			Não
067	29. Com relação às reclamações registradas, permitir visualizar;			Não



362

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

068	29.1. Quantidade de reclamações atendidas;		Não
069	29.2. Quantidade de reclamações respondidas;		Não
070	30. Possuir funcionalidade que direcione o cidadão a acessar o e-SIC;		Sim
071	31. Possibilitar na página introdutória, informações referentes ao e-SIC, a exibição gráfica de indicadores, para melhor análise do cidadão, possibilitar visualizar como:		Não
072	31.1. Indicador do tipo Coluna;		Não
073	31.2. Indicador do tipo Pizza;		Não
074	31.3. Indicador do tipo Barra;		Não
075	32. Permitir por usuários gerenciais, a configuração das informações gráficas, como:		Não
076	32.1. Exibição do tipo Mensal;		Não
077	32.2. Exibição do tipo Bimestral;		Não
078	32.3. Exibição do tipo Semestral;		Não
079	32.4. Exibição do tipo Anual;		Não
080	33. Disponibilizar no acesso as informações no portal, a data da última atualização dos dados no portal; contendo no mínimo: configuração das informações gráficas, como:		Sim
081	33.1. Data da última atualização;		Sim
082	33.2. Mês da última atualização;		Sim
083	33.3. Ano da última atualização;		Sim
084	33.4. Horário da última atualização;		Sim
085	34. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam, alterar o nome das colunas no portal;		Sim
086	35. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam habilitar e desabilitar, colunas já existentes; facilitando assim a administração dos dados pelos gestores;		Sim
087	36. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados aos registros de contratos;		Sim
088	37. Permitir que os usuários previamente cadastrados no sistema, possam anexar e desanexar arquivos vinculados às Licitações;		Sim
089	38. Permitir por usuários gerenciais, a criação de tipos de usuários, sendo no mínimo;		Sim
090	38.1. Usuário do tipo padrão;		Sim
091	38.2. Usuário do tipo gerencial;		Sim
092	39. Possuir recurso de orientação sobre qual diretrizes necessárias para criação de senha, para acesso a área gerencial;		Sim
093	40. Permitir que usuários gerenciais com permissão, possam bloquear e liberar o acesso ao sistema para outros usuários;		Sim
094	41. O Portal deverá estar disponibilizado em nuvem, para assim diminuir riscos de instabilidade e praticidade na necessidade de manutenção;		Sim
095	42. Possibilitar que as visões de módulos diferentes, possam ser conectadas;		Não
096	43. Possuir ferramenta que possibilite a extração periódica dos dados, para armazenamento em repositório da nuvem;		Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

097	44. A ferramenta de extração de dados deverá possibilitar aos usuários devidamente cadastrados, o agendamento do período que a extração acontecerá		Não
-----	--	--	-----

SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS				
Item	OUVIDORIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Possibilitar o registro através da internet de sugestões e reclamações, denúncias e elogios relativos a serviços públicos e controlar o andamento das demandas e efetuando os registros necessários ao sistema;			Sim
002	Permitir que o requerente possa ficar com seus dados em sigilo quando desejar;			Sim
003	Permitir registro do custo das providências adotadas;			Não
004	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;			Sim
005	Permitir consulta a uma determinada ouvidoria, fornecendo informações sobre o seu andamento e em que órgão se encontra;			Sim
006	Possuir controle dos prazos de conclusão das ouvidorias recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;			Sim
007	Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;			Sim
008	Ao cadastrar uma ouvidoria, possibilitar informar o local da ocorrência;			Não
009	Possibilitar para ouvidoria sigilosa que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do requerente;			Sim
010	Possibilitar informar o beneficiário da ouvidoria;			Sim
011	Possibilitar a classificação da ouvidoria como, no mínimo: • Pedido de informação; • Pedido de serviço; • Reclamação; • Denúncia; • Sugestão; • Elogio.			Sim
012	Possibilitar ao cidadão consultar as ouvidorias na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;			Sim
013	Possibilitar após o término do cadastro a distribuição automática da solicitação ao órgão ou ouvidor responsável;			Sim
014	Permitir o cadastramento de um usuário do sistema como ouvidor e possibilitar o vínculo de órgãos sob sua responsabilidade;			Sim
015	Permitir atribuir aos assuntos a condição de sigiloso;			Sim
016	Possuir funcionalidade para proporcionar ao ouvidor gerenciar o andamento das demandas das modalidades processo, solicitação e ouvidoria;			Não
017	Emitir relatórios para gerenciamento pelo ouvidor;			Não



364

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

018	Possibilitar atribuir no cadastro de assuntos a obrigatoriedade do local ou endereço de inspeção. Ouvidorias pertinentes a estes assuntos não poderão ser cadastradas caso não seja informado o endereço ou local de inspeção;			Não
019	Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar o registro de ouvidorias;			Sim
020	Possibilitar o registro de observações relativas a ouvidoria por usuário, permitindo que um usuário apenas visualize as observações registradas pelos demais usuários do sistema;			Não
021	Possibilitar classificar a prioridade da ouvidoria como, no mínimo: • Urgente; • Alta; • Normal.			Sim
022	Permitir que ouvidorias classificadas com prioridades alta ou urgente sejam tramitadas inicialmente para o ouvidor e não para o órgão responsável pelo assunto;			Sim
023	Possibilitar anexar arquivos digitais no momento da abertura de uma ouvidoria;			Sim
024	Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;			Não
025	Permitir ao ouvidor atribuir status de sigilo à ouvidoria mesmo quando o assunto solicitado não exigir;			Sim
026	Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;			Sim
027	Através de configuração, permitir a definição de quais usuários poderão efetuar: • Tramitação; • Encerramento; • Envio de resposta; • Reativação.			Sim
028	Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às ouvidorias aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;			Não
029	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a ouvidoria;			Sim
030	Permitir a anexação de, no mínimo, uma imagem para cada providência registrada;			Sim
031	Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da ouvidoria;			Sim
032	Possibilitar escolher se as respostas serão enviadas aos requerentes diretamente pelo órgão responsável pelo encerramento ou somente pelo ouvidor;			Não
033	Permitir alterar o sigilo do requerente nas ouvidorias;			Não
034	Permitir a reativação de ouvidorias, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a ouvidoria para qualquer órgão executar uma nova análise.			Não
035	Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ouvidoria.			Sim
036	Disponibilizar a visualização das ouvidorias registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.			Não
037	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das ouvidorias registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.			Sim
Item	ATENDIMENTO AO CIDADÃO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



365

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

038	Registrar reclamações, sugestões do munícipe e encaminhá-la via sistema para o órgão responsável;		Sim
039	Possuir controle dos prazos de conclusão das solicitações recebidas, conforme tempo previsto no catálogo de assuntos;		Sim
040	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;		Sim
041	Emitir resposta aos requerentes informando providências adotadas e seu custo ou justificativa da não solução quando concluído. Permitir ainda que seja possível no mínimo o envio por e-mail, correspondência ou simples registro no sistema para consulta do cidadão;		Não
042	Permitir a reativação de solicitações, onde o gestor do sistema poderá encaminhar a solicitação para qualquer órgão executar uma nova análise;		Sim
043	Possibilitar a consulta das solicitações por, no mínimo: • Requerente; • Beneficiário; • Data de registro; • Assuntos; • Complemento do assunto; • Número e ano; • Órgão atual; • Endereço de inspeção.		Sim
044	Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento;		Não
045	Possibilitar a distribuição automática ao órgão responsável pelo assunto;		Sim
046	Permitir a emissão de relatório gerencial;		Sim
047	Emitir relatório por órgão dos assuntos solicitados, tempo total de permanência e a quantidade de dias em atraso;		Não
048	Possibilitar ao cidadão consultar as solicitações na internet informando numeração e chave para consulta. Possibilitar no mínimo, a visualização dos trâmites realizados entre os órgãos da administração, providências adotadas e respostas enviadas, permitindo a impressão dessas informações;		Não
049	Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual e custo de execução a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;		Não
050	Possibilitar informar o beneficiário da solicitação;		Sim
051	Possibilitar encaminhar as solicitações aos cuidados de outrem (usuário) e assegurar que somente o destinatário possa dar andamento à solicitação;		Não
052	Possibilitar registrar mais informações sobre o assunto para auxílio durante o atendimento ao cidadão;		Sim
053	Possibilitar a reimpressão da carta e/ou reenvio de e-mail da resposta ao requerente;		Sim
054	Possibilitar a consulta às providências registradas para as solicitações;		Sim
055	Possibilitar registrar mais informações para o assunto permitindo configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;		Não
056	Emitir relatório de solicitações tramitadas contendo, no mínimo, órgão, período e assunto;		Não
057	Possibilitar que o agente de atendimento possa definir a prioridade da solicitação;		Não



266

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

058	Possibilitar atribuir aos usuários direitos de tramitação de solicitações em mais de um órgão;			Não
059	Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de uma solicitação em aberto, podendo bloquear a tramitação da solicitação até a conclusão da ordem de serviço gerada;			Não
060	Possibilitar a consulta ao histórico de trâmites das solicitações entre os órgãos;			Não
061	Emitir relatório do total geral de tempo de permanência e trânsito a partir da data de abertura e o prazo estimado para término;			Não
062	Os assuntos referentes às demandas da modalidade solicitação/ouvidoria devem ser mantidos apenas por usuários autorizados;			Não
063	Possibilitar registrar avisos de pendências relativos às solicitações aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;			Sim
064	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para a solicitação;			Não
065	Permitir a anexação de arquivos digitais à solicitação na abertura ou em qualquer momento, desde que a solicitação esteja em aberto;			Não
066	Permitir registrar justificativas de atraso do andamento da solicitação.			Não
067	Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela demanda.			Não
068	Disponibilizar a visualização das demandas registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.			Não
069	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos das demandas registradas no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.			Não
Item	PROTOCOLO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
070	Possuir catálogo dos assuntos, possibilitando, no mínimo, a categorização por grupos e órgão responsável. Permitindo ainda o cadastro de roteiro previsto para tramitação com definição de tempo de permanência por local;			Sim
071	Permitir a abertura de processos registrando os dados do requerente, assunto, possíveis documentos e local de atendimento. Permitir ainda que tal registro seja efetuado em forma de passos, que proporcione maior praticidade no atendimento ao cidadão;			Sim
072	Possibilitar que numeração dos processos seja única ou por exercício;			Sim
073	Emitir comprovante de protocolização para o interessado no momento da inclusão do processo com, no mínimo, as seguintes informações: • Número do Processo; • Data de Abertura; • Requerente; • Assunto; • Órgão responsável pelo Assunto; • Código para acesso à consulta via internet.			Sim
074	Emitir etiquetas de protocolo contendo, no mínimo: • Número do Processo; • Data de Abertura; • Requerente; • Assunto.			Sim
075	Permitir o acompanhamento da tramitação do processo e a situação que se encontra, mantendo histórico dos trâmites e providências/despachos adotados;			Sim



367

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

076	Possuir rotina de confirmação de recebimento dos processos em trânsito. Permitir o recebimento somente por usuários com acesso ao órgão;		Sim
077	Emitir relatório de processos pendentes de confirmação de recebimento;		Sim
078	Possibilitar a representação em modo gráfico dos processos por assunto para acompanhamento dos níveis de solicitação;		Não
079	Possibilitar o apensamento/anexação de processos gerando documento comprobatório com, no mínimo, as informações: • Órgão onde foi realizado o apensamento; • Data/Hora do apensamento; • Processos apensados; • Processo principal; • Usuário que apensou; • Órgão de lotação do usuário; • Local para assinatura.		Sim
080	Possibilitar o cadastramento de locais de arquivamento com informações que facilite a localização física dos processos. Permitir informar, no mínimo: • Órgão; • Descrição do local; • Responsável; • Tempo de arquivamento;		Sim
081	Permitir consultar os processos que excederam a temporalidade prevista para o local;		Não
082	Emitir relatório informando os desvios entre estimativas de prazo de conclusão e tempo de permanência;		Não
083	Possibilitar a exportação dos dados de processos para planilha, permitindo selecionar as colunas desejadas para a composição da planilha;		Sim
084	Possuir rotina para registrar o empréstimo e a devolução do processo e manter o histórico das operações;		Não
085	Na protocolização, verificar se o requerente possui processos abertos com o mesmo assunto, exibindo para o atendente, em caso afirmativo, a lista dos processos existentes;		Sim
086	Permitir ao atendente consultar informações complementares sobre o assunto abordado com o cidadão durante o atendimento, bem como os documentos necessários para o andamento do processo;		Não
087	Possibilitar configurar a obrigatoriedade da providência ao tramitar o processo. Permitir, contudo, configurar a quantidade mínima de caracteres exigidos;		Sim
088	Possuir rotina de configuração para definir se os processos com apensos/anexos podem ser tramitados ao arquivo morto ou devem ser desanexados antes da operação;		Não
089	Permitir registrar a providência adotada, despacho, situação atual, custo de execução e usuário responsável pela providência a cada trâmite gerado. Possibilitar ainda que o texto da providência seja formatado;		Sim
090	Possibilitar a abertura de novos volumes para o Processo. Permitir informar, no mínimo, o solicitante e o usuário responsável pela abertura, imprimindo o termo de encerramento e abertura de volume;		Sim
091	Permitir que os volumes gerados possam ser emprestados entre os órgãos da administração;		Não
092	Possuir rotina para incorporação de processos. Permitir configurar se os processos incorporados devem tramitar junto ao principal;		Sim
093	Possibilitar a conclusão dos processos em qualquer órgão, havendo a possibilidade de tramitá-los para o arquivo morto sem a necessidade de reativação;		Não
094	Possibilitar o cancelamento de trâmites de processos que foram remetidos, porém ainda não foi confirmado o recebimento;		Sim
095	Possibilitar que somente usuários autorizados tenham acesso aos dados do processo sigiloso;		Sim



368

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

096	Possibilitar cadastrar no catálogo de assuntos qual a relação de documentos exigidos para o andamento do processo;		Sim
097	Possibilitar a geração de uma ordem de serviço a partir de um processo em aberto, podendo bloquear a tramitação do processo até a conclusão da ordem de serviço gerada;		Sim
098	Possibilitar registrar avisos de pendências dos processos aos requerentes com opções de envio por carta e/ou e-mail;		Sim
099	Possibilitar visualizar todo histórico dos avisos de pendências registrados para o processo;		Sim
100	Possibilitar o acompanhamento das fases de execução da ordem de serviço geradas para o processo;		Sim
101	Possibilitar consulta detalhada dos dados do processo, possibilitando a impressão dos dados conforme a necessidade do usuário;		Sim
102	Permitir registrar a localização física de boletos de pagamento dos processos de compra;		Não
103	Possibilitar anexar arquivos digitais em diversos formatos ao processo;		Sim
104	Possibilitar que os processos possam ser requisitados, impedindo a tramitação para outro órgão que não seja o que o requisitou;		Não
105	Possibilitar que o processo encerrado ou que se encontra em órgão de arquivo morto possam ser informados os dados do local físico do arquivamento;		Sim
106	Possibilitar a solicitação do desarquivamento de processos, onde o arquivista poderá atender ou rejeitar a solicitação;		Sim
107	Possuir uma funcionalidade que permita ao usuário verificar o status das suas solicitações de desarquivamento pelo sistema;		Sim
108	Permitir registrar documentos para juntar aos processos onde, no mínimo, devem ser informados os dados do responsável pela entrega e o motivo. Emitir comprovante de protocolização ao término do registro;		Sim
109	Possibilitar o encaminhamento dos documentos a serem juntados fisicamente aos processos;		Sim
110	Possibilitar a confirmação do recebimento dos documentos aos processos;		Sim
111	Permitir a retirada de documentos juntados aos processos onde, no mínimo, deve ser registrado o motivo e o usuário que retirou;		Sim
112	Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas referentes aos documentos recebidos;		Sim
113	Permitir pesquisar todo histórico de documentos juntados aos processos;		Sim
114	Possibilitar a movimentação de local de arquivamento dos processos sem necessidade de tramitar os processos novamente;		Não
115	Possuir rotina para realizar trâmites dos processos digitalmente, sem necessidade de envio do processo físico, permitir enviar para os órgãos com acesso exclusivo a esse tipo de tramitação, enviar e-mail ao responsável pelo recebimento. Enquanto esses processos estiverem nesse tipo de tramitação não será permitida a tramitação por vias normais. Permitir ainda, configurar tempo máximo de permanência do processo nesse tipo de tramitação. Possibilitar que os processos possam voltar a serem tramitados pela forma tradicional;		Sim
116	Permitir o controle de numeração de processos por empresas, sem repetição da numeração dos processos;		Não



369

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

117	Permitir incluir os locais de arquivamento e estabelecer nomenclaturas próprias de cada local;			Sim
118	Emitir relatório de processos que foram reativados por período de reativação;			Não
119	Emitir relatório de controle dos processos por órgão onde deve constar, no mínimo, o total de processos, a quantidade atrasada e quantidade em dia, com percentuais;			Sim
120	Emitir relatório de processos abertos por período contendo, no mínimo: • Número, Ano do Processo; • Data de abertura; • Requerente; • Assunto; • Complemento do assunto; • Órgão atual.			Sim
121	Emitir relatório estatístico das tramitações realizadas por órgão e período, podendo emitir das ações de recebimento, envio ou distribuição;			Sim
122	Permitir integração com o sistema de gestão tributária através da geração de guias para pagamento de taxas pertinentes ao assunto solicitado no momento da abertura do processo;			Sim
123	Permitir que o andamento do processo seja liberado somente após o pagamento ou liberação manual do processo;			Sim
124	Permitir, para abertura do processo, a importação dos dados do contribuinte através dos cadastros do sistema de gestão tributária, tais como mobiliário, imobiliário e outros;			Sim
125	Permitir a pesquisa e reimpressão da guia de pagamento das taxas de um processo;			Sim
126	Emitir relatório das guias de pagamento geradas pelo sistema de protocolo por período;			Não
127	Permitir que os usuários de órgãos, que não seja o protocolo, autuem processos administrativos internos, nessa modalidade o requerente sempre será a empresa tendo como solicitante o órgão interessado;			Sim
128	Permitir que seja gerado o número de processo de forma rápida, preenchendo apenas o requerente sem a necessidade de preencher assunto e demais informações visando a rapidez no atendimento. O sistema deverá possuir uma funcionalidade que permita revisar todos os processos pendentes que precisam ser alterados;			Não
129	Permitir que usuários com permissão possam isentar o requerente do pagamento de taxas pertinentes ao assunto;			Não
130	Possibilitar a adição de arquivos digitais quando for realizado o recebimento de um documento.			Sim
131	Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquele processo.			Não
132	Disponibilizar a visualização dos processos registrados no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.			Não
133	Disponibilizar a visualização dos dados estatísticos dos processos registrados no sistema, permitindo pelo menos filtro por exercício e mês, tendo a possibilidade de disponibilizar ainda a visualização destes dados em forma de gráficos.			Não
Item	GESTÃO DE ATIVIDADES	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
134	Permitir gerar ordens de serviço a partir de solicitações ou processos, bem como através da entrada de dados via digitação;			Sim
135	Permitir que em uma ordem de serviço possam ser associados um ou mais serviços para execução;			Sim



370

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

136	Permitir o cancelamento individual de serviços associados à ordem de serviço (OS). Caso todos os serviços da OS sejam cancelados ou concluídos, dar-se o encerramento automático da ordem de serviço;			Sim
137	Permitir estabelecer prioridade para execução das ordens de serviço registradas;			Sim
138	Permitir realizar o agrupamento de serviços para posterior agendamento e execução;			Sim
139	Permitir para os agrupamentos que aguardam execução: remover serviços, cancelar o agrupamento e liberar serviços e cancelar o agrupamento e serviços;			Sim
140	Permitir que, para os agrupamentos que aguardam execução, sejam registrados, no mínimo: previsão de atendimento, previsão de término, valor estimado, responsáveis pela execução, veículos e materiais a serem utilizados na execução;			Não
141	Emitir relatório na liberação do agrupamento para execução contendo, no mínimo: • Numeração; • Previsão de atendimento; • Previsão de encerramento; • Telefones para contato; • Serviços a executar; • Local para execução dos serviços.			Sim
142	Permitir registrar para o agrupamento os apontamentos com, no mínimo, data, motivo e observação do apontamento;			Sim
143	Permitir registrar no encerramento do agrupamento, no mínimo: • Data de encerramento; • Nível de complexidade; • Situação do encerramento; • Motivo e observação da não execução; • Tempo de deslocamento; • Distância percorrida; • Nível de satisfação; • Responsável pela execução; • Parecer final.			Sim
144	Permitir pesquisa de ordens de serviço por, no mínimo: • Número e exercício; • Data da abertura; • Data de encerramento; • Tipo de execução; • Requerente; • Órgão solicitante.			Sim
145	Permitir pesquisa de agrupamentos por, no mínimo: • Número e exercício; • Órgão responsável pela execução; • Data da abertura; • Data de término; • Status.			Sim
146	Permitir que sejam cadastradas as subunidades que estão ligadas aos órgãos da empresa que não estão cadastradas no organograma;			Não
147	Permitir que usuários com permissão registrem ordens de serviço com tipo de execução interno para atendimento pelos órgãos responsáveis pela execução;			Sim
148	Possibilitar a emissão, no sistema de tributos através de integração, de taxas ao registrar uma ordem de serviço externa. Permitir que o andamento da ordem de serviço seja liberado somente após o pagamento da taxa ou liberação manual da ordem de serviço;			Sim
149	Para ordens de serviço internas, o usuário deve informar o órgão solicitante e a subunidade ligada ao órgão que será atendida.			Sim
150	Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de pontos, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro. Ao clicar sobre um ponto deverá exibir informações inerentes àquela ordem de serviço.			Sim
151	Disponibilizar a visualização das ordens de serviços registradas no sistema em modo de mapa de calor, onde neste mapa é possível realizar filtros por Exercício, Status, Assunto e Bairro.			Não
Item	PORTAL DO CONTRIBUINTE	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
152	Possuir funcionalidade que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro no sistema para que possa registrar e acompanhar suas requisições. Nesse cadastro devem constar, no mínimo: • Nome; • CPF/CNPJ; • E-			Sim



371

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	mail; • Senha.			
153	A senha de acesso ao portal do cidadão deve exigir letras, números e caracteres especiais;			Sim
154	Permitir definir, no catálogo de assuntos, para quais assuntos o cidadão poderá registrar requisições;			Sim
155	Permitir que o cidadão possa consultar as requisições abertas por ele através do portal do cidadão;			Sim
156	Permitir que o cidadão possa consultar as demandas abertas presencialmente através do atendimento ao cidadão;			Sim
157	Permitir o registro de requisições com, no mínimo, as informações: • Assunto; • Mais detalhes sobre o motivo; • Local da ocorrência.			Sim
158	Permitir que o cidadão possa registrar sua requisição através aplicativo Mobile, atendendo os requisitos do item e este aplicativo deva sugerir o Local de Ocorrência através do posicionamento de GPS de seu celular.			Não
159	Permitir que o cidadão fique anônimo ao realizar sua requisição;			Não
160	Permitir que o cidadão possa alterar seus dados pessoais, no mínimo; • Endereço; • E-mail; • Telefone.			Sim
161	Caso o cidadão esqueça sua senha, o sistema deve disponibilizar recurso para definição de nova senha;			Sim
162	Após registro da requisição, enviar e-mail de confirmação de abertura para o cidadão;			Sim
163	Após registro do cidadão no portal, enviar e-mail de confirmação de cadastro para o cidadão;			Sim
164	Permitir a anexação de arquivos digitais na abertura da requisição;			Sim
165	Ter recurso para permitir que o cidadão, sem a necessidade de cadastro no portal, acompanhe o andamento das suas demandas pela internet. Possibilitar ou não, no momento da consulta, a exigência de um código de acesso fornecido no momento da abertura da demanda,			Não
166	Possibilitar que o portal do cidadão seja acessado em várias plataformas web com responsividade;			Sim
167	Possibilidade de customização das imagens do portal do cidadão, conforme necessidade da gestão atual;			Sim
168	A requisição cadastrada pelo cidadão deverá ser encaminhada para o órgão responsável pelo assunto ou para o ouvidor responsável.			Sim
169	Permitir que o cidadão possa consultar o catálogo de serviços da gestão, permitir que seja parametrizado quais serviços serão exibidos neste catálogo.			Sim
170	Permitir que sejam emitidas taxas de arrecadação a partir dos serviços disponíveis no catálogo de serviços, permitir ainda que cada serviço possua seu valor parametrizado para cobrança, as taxas geradas deverão ser emitidas pelo sistema de tributos.			Sim
171	Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
172	Possuir sistema que atenda a Lei de Acesso a Informação (LAI), "LEI Nº 527, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012" (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20-204/2012/lei/l1252.htm) referente ao "CAPÍTULO III - DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO".			Sim



372

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

173	Possuir funcionalidade que permita a alteração dos prazos previstos na Lei de forma fácil e ágil sem a intervenção de desenvolvimento.			Sim
174	Possuir funcionalidade que permita que a mensagens de notificação ao Cidadão possam ser previamente parametrizadas;			Sim
175	Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de Informação;			Sim
176	Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de recurso;			Sim
177	Possuir funcionalidade que permita o envio da resposta do pedido de reclamação;			Sim
178	Possuir funcionalidade para cadastrar a comissão responsável por julgar os recursos e reclamações referentes ao pedido de informação. Dentro de cada comissão deverá ter a possibilidade de informar os membros participantes e assegurar que somente estes membros tenham acesso as respectivas informações no sistema;			Sim
179	Possuir funcionalidade que permita o cadastro de avaliações com períodos de vigência;			Sim
180	Emitir relatório das avaliações por período contendo, no mínimo: • Número, exercício do pedido de informação; • Data de abertura; • Prazo de resposta; • Solicitante; • Os dados conforme o cadastro da avaliação executada;			Não
181	Possuir funcionalidade que permita que o pedido de informação possa ser tramitado entre os órgãos da administração pública;			Sim
182	Emitir relatório dos pedidos de informação contendo, no mínimo: • Numeração e exercício do pedido de informação; • Situação em que encontra o pedido de informação; • Solicitante; • Prazo de resposta; • Detalhamento do pedido de informação; • Dados da resposta.			Não
183	Possuir um portal que permita ao cidadão criar seu próprio cadastro para registrar e acompanhar seus pedidos de informação. Nesse cadastro devem constar, no mínimo: • Nome; • CPF/CNPJ; • E-mail; • Senha.			Sim
184	A senha de acesso ao portal deve exigir letras, números e caracteres especiais.			Sim
185	O portal deve permitir que o Cidadão seja responsável pelo seu cadastro.			Sim
186	O portal deverá de acesso ao Cidadão deverá ser responsivo para melhor visualização em dispositivos móveis;			Sim
Item	TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
187	Sistema deverá possuir funcionalidade para realizar o registro de processos digitais. Este procedimento deverá ser realizado em forma de passos, organizado por contextos. A abertura do processo digital e físico deverão ser executados na mesma funcionalidade onde o assunto determinará se o processo deverá se tornar digital ou físico. A numeração de processo deverá ser única e sequencial por exercício, ou seja, a numeração para processo digital e processo físico deverá ser contínua não podendo cada modalidade ter a sua numeração.			Sim
188	Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por cadastro do sistema de tributos como mobiliário ou imobiliário.			Sim
189	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar o solicitante por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação.			Sim



373

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

190	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para buscar beneficiário por meio de digitação do nome completo ou parcial e no mesmo campo permitir a busca pelo CPF/CNPJ sem pontuação, e deverá possibilitar incluir mais de um beneficiário, sendo que o sistema deverá possibilitar que seja definido um destes beneficiários como principal.		Sim
191	Na tela de registro de processos digitais deverá ter opção para buscar os dados do requerente por meio do código de uma taxa gerada previamente.		Não
192	Na tela de registro de processos digitais, deverá ser permitido o cadastramento do solicitante, conforme parametrização do sistema, deverá ser obrigatório informar o CPF/CNPJ e endereço do contribuinte.		Sim
193	Na tela de registro de processos digitais deverá existir campo para buscar e selecionar o assunto do processo, este campo deverá permitir digitação parcial para realizar a busca do assunto. Ao selecionar o assunto sistema deverá realizar validação se já existem processos abertos com o assunto selecionado para o solicitante previamente selecionado. Caso o assunto não tenha uma classificação única para processo, digital ou físico, o sistema deverá permitir que o atendente determine qual tipo o processo será aberto.		Sim
194	Na tela de registro de processo digitais ao selecionar um assunto, sistema deverá permitir ao usuário consultar informações sobre o assunto que o auxiliem com orientações para abertura ou informações ao contribuinte.		Não
195	Na tela de registro de processos digitais deverá existir funcionalidade que permita ao usuário realizar o cadastramento de textos pré-definidos para serem utilizados para preenchimento do campo complementar do assunto.		Não
196	Na tela de registro de processos digitais deverá possuir campos para informar o endereço de atendimento do processo, esta informação deverá ser obrigatória conforme parametrização do assunto, deverá ainda limitar a busca por somente endereços do município.		Não
197	Na tela de registro de processos digitais deverá ter campo para informar mais detalhes, ponto de referência, relacionados ao endereço de atendimento, deverá existir configuração que obrigue a quantidade mínima de caracteres exigidos.		Não
198	Na tela de registro de processos digitais deverá ter funcionalidade que liste os documentos obrigatórios necessários para a abertura do processo, deverá também ter opção para confirmar a anexação dos documentos e obrigar anexação de arquivos digitais destes documentos, e possibilitar assinar digitalmente estes documentos no padrão do ICP-BRASIL.		Sim
199	Na tela de registro de processos digitais, antes de finalizar a abertura, deverá ter listagem de processos existentes no sistema para o mesmo requerente selecionado. A listagem deverá exibir no mínimo o número, ano, assunto, data de abertura e status atual dos processos.		Sim
200	Após finalizar a abertura do processo digital o sistema deve gerar virtualmente a relação de documentos do processo digital, esta relação deverá ser controlada nas ações do sistema para incorporar novos documentos. Caso um documento tenha sido assinado com certificado digital o sistema deverá gerar este com o certificado na visualização.		Sim
201	Para todo documento gerado do processo digital o sistema deverá gerar um código de autenticidade (hash) podendo ser consultado pelo cidadão sua autenticidade, e caso seja feita alguma alteração o sistema deverá garantir que o código gerado não tenha mais validade.		Sim
202	Na tela de busca de processos digitais deverá permitir realizar filtro por qualquer parte do texto ou pelo começo do texto, deve permitir realizar		Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

	filtro excluindo/desconsiderando registros do filtro (não coincidentes). O Filtro deverá permitir aos usuários buscar varios termos diferentes na mesma coluna, utilizando os operadores "OU" e "E" para concatenar os termos.		
203	Na tela de busca de processos digitais, deverá ser permitido realiza a impressão da ficha do processo, deverá ainda ter opção para selecionar o conteúdo a ser impresso, como Providência, Trâmites, Respostas, Pendência.		Sim
204	Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção para exportar a lista filtrada no formato de planilha, deverá ainda permitir ocultar as colunas que não deseja ser exportadas.		Sim
205	Na tela de busca de processos digitais deverá existir opção que permita ao usuário visualizar e/ou emitir guias (taxas de pagamento) para o processo.		Sim
206	Na tela de consulta do processo digitais deverá ter opção para visualizar o processo digital, deverá permitir "folear" os documentos do processo em ordem cronológica de inserção. Os documentos do processo deverão estar assinados digitalmente e/ou assinatura eletrônica gerada pelo próprio sistema com autenticação via QRcode e Hash.		Sim
207	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o encaminhamento (tramitação) de processos digitais paras os setores, órgãos e departamentos cadastrados no sistema, deverá permitir ainda informar o nome do usuário que de forma obrigatória ou opcional.		Sim
208	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ser permitido a digitação das providências, o texto digitado deverá permitir formatação de fonte, tamanho de fonte, cor de fonte, negrito e sublinhado. A providência mediante a parametrização poderá ser obrigatória ou não. A providência ainda poderá ser assinada com certificado digital no padrão do ICP-BRASIL, e ao registrar a providência deverá gerar virtualmente um documento a ser anexado ao processo, e respeitar a assinatura com certificado digital.		Sim
209	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de recepcionar um processo, este ato informa que o processo digital foi recebido pelo usuário e dado inicio a análise do processo no setor;		Sim
210	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção colocar o processo sobre a responsabilidade do usuário, isso faz com que mais nenhum usuário possa executar a análise daquele processo digital.		Sim
211	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a anexação de arquivos digitais.		Sim
212	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter campo para informar situação e despacho.		Sim
213	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá permitir realizar o envio de um único processo ou um lote de processos para o mesmo destino ou destinos diferentes, ao finalizar o envio, sistema deverá gerar relatório agrupado por locais de origens e destinos.		Sim
214	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para exibir a tela de consulta com os dados do processo selecionado para envio.		Sim
215	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar o encerramento local do processo.		Não
216	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para realizar a digitação de justificativa de atraso do processo.		Sim
217	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter a possibilidade de apensar processos, este ato faz que os processos sejam tramitados em conjunto.		Sim



375

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

218	Na tela de encaminhamento de processos digitais deverá ter opção para gerar uma ordem de serviço para os processos selecionados, a geração da ordem somente deverá ser permitida caso o parâmetro do assunto do processo permita a geração de ordens de serviço.			Sim
219	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o cancelamento de uma remessa de encaminhamento de processos digitais, deverá permitir o cancelamento total ou parcial da remessa.			Sim
220	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a anexação digital (juntada) de documentos após a abertura do processo. Ajuntada poderá ser assinada eletronicamente pelo usuário utilizando certificado eletrônico digital padrão do ICP-BRASIL. O arquivo digital deverá ser anexado ao processo em ordem cronológica logo após o um termo de juntada gerado pelo sistema.			Sim
221	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar a desanexação de documentos juntados ao processo digital, deverá gerar termo de desanexação destes arquivos digitais em ordem cronológica.			Sim
222	Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário requisitar um processo digital obrigando que no próximo tramite deste processo o usuário seja notificado que alguém o requisitou.			Sim
223	Sistema deve possuir funcionalidade que permita realizar o envio de respostas para os processos digitais concluídos, estas respostas deverão ser encaminhadas por e-mail e carta.			Sim
224	Sistema deve possuir funcionalidade que permita ao usuário realizar um "monitoramento" do processo digital, este "monitoramento" poderá ser pessoal ou corporativo, quando pessoal somente o usuário poderá visualizar e remover o "monitoramento", quando corporativo os usuários lotados no mesmo setor poderão visualizar o "monitoramento". Deve ter a opção para ativar notificação de tramitação por e-mail para o usuário que registrou o "monitoramento".			Sim

ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS

Item	Cadastros Básicos:	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Cadastro de Cemitérios: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, descrição e dados de endereçamento postal (CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF); Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
002	Cadastro de Graus de Parentesco: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
003	Cadastro de Causa Mortis: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim
004	Cadastro de Características Físicas: Fornecer cadastros independentes de Cor dos Olhos, Cútis, Cabelo, Cicatriz, Tipo Sanguíneo, Naturalidade, mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente e descrição para cada cadastro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
005	Cadastro de Funerárias: Fornecer cadastros independentes de Funerárias mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

006	Cadastro de Entidades Hospitalares: Fornecer cadastros independentes de entidades hospitalares mantendo informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, nome, endereço, bairro, cidade, estado, CEP, e-mail e telefone; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Não
007	Cadastro de Pessoas: Manter informações em forma de registros com o código único sequencial e crescente, Nome, Tipo de Pessoa, número do CPF/CNPJ, dados de endereçamento postal CEP, Logradouro, Bairro, Cidade e UF, número do logradouro, complemento do endereço; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim
008	Cadastro de Endereçamento: Fornecer cadastros Logradouro, Bairros, Cidades e UF, mantendo informações em forma de registro; Possibilitar a manutenção dos registros (Inclusão, Alteração e Exclusão) no mesmo formulário que se realiza a consulta.			Sim
Item	Pesquisas	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
009	Requisitos Básicos: Todas os cadastros devem possibilitar as pesquisas em forma de registros, filtrando os conteúdos desejados de acordo com a necessidade, permitindo, inclusive, mesclar vários filtros em uma única consulta;			Sim
010	Possibilitar a escolha dos registros que ordenarão a listagem;			Sim
011	Possibilitar a seleção das colunas para impressão da pesquisa em relatório e exportar o conteúdo da pesquisa para arquivo em formato texto, PDF e EXCEL (.xls).			Sim
Item	ROTINAS DIÁRIAS	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
012	Cadastro de Concessões - Manter informações em forma de registros com: • Número da Sepultura; • Número da Quadra; • Descritivo da Construção; • Ano e Número do processo administrativo que gerou a concessão; • Data da Concessão; • Cemitério buscando dados no cadastro de cemitérios; • Tipo de Concessão (Perpétua ou Temporária); • Período de Concessão no caso de concessão temporária e valor da concessão;			Sim
013	Possibilitar o cadastramento de vários autorizados em forma de registro, vinculados a uma determinada concessão, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e grau de parentesco do cadastro de grau de parentesco;			Sim
014	Possibilitar adicionar arquivos digitalizados ou imagens ao registro da concessão.			Não
Item	Cadastro de Falecido	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



377

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

015	<p>Manter informações em forma de registros com: Concessão Buscando do cadastro de concessões trazendo (Nº da Sepultura e Nº da Quadra), Carneira, Concessionária e Autorizado filtrando de acordo com a concessão;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dados do falecido buscando do cadastro de pessoas; • Data de Nascimento; • Data de Sepultamento; • Data de Falecimento; • Cartório; • Data do Atestado de Óbito; • Idade; • Declarante buscando do cadastro de pessoas; • Causa Mortis possibilitando o registro de mais de uma quando houver; • Nome e CRM do médico que concedeu atestado; • Observações do Óbito; • Sexo; • Estado Civil; • Natimorto (Sim/Não); • Tempo de gestação de natimorto; • Membro; • Filiação (Nome do Pai e da Mãe); • Cútis; • Cor dos Olhos; • Cabelos; • Funerária; • Região Procedente; • Cicatriz; • Naturalidade; • Nacionalidade; • Raça; • Profissão; • Entidade que prestou assistência hospitalar. 			Sim
016	Possibilitar o cadastramento de vários parentes em forma de registro, vinculados a um determinado falecido, contendo a pessoa buscando as informações do cadastro de pessoas e o grau de parentesco do cadastro de Grau de Parentesco;			Não
017	Possibilitar vincular arquivos digitalizados ou imagens ao registro do falecido.			Sim
Item	Movimentação de Falecido	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
018	Possibilitar registrar as movimentações ocorridas com os registros de falecidos no cemitério, desde a sua inclusão até a retirada definitiva para ossário ou transladação para outro cemitério.			Sim
019	Permitir consultar todas as movimentações ocorridas com o falecido			Sim
Item	Ordem de Serviço	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



378

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

020	Possibilitar manter em forma de registro com: • Número sequencial gerado por sistema; • Ano; • Status que pode ser Aguardando Execução, Em Execução, Concluído ou Cancelado • Data abertura; • Data previsão de execução; • Observação; • Responsável pela execução que pode ser um funcionário ou um terceiro; • Cemitério; • Identificação da concessão; • Data de conclusão; • Prioridade que pode ser Baixa, Normal, Alta ou Urgente; • Identificação do falecido; • Pessoa que solicitou.			Não
021	Permitir que sejam incluídos itens de serviço na Ordem de Serviço com a identificação do serviço, quantidade e valor unitário;			Sim
022	Possibilitar o apontamento de materiais utilizados na execução da ordem de serviço com a descrição do material, quantidade e observação;			Sim
023	Emitir a Ordem de Serviço com os dados: • Número e ano; • Data e hora de abertura; • Previsão de atendimento; • Responsável; • Cemitério; • Status; • Solicitante; • Falecido; • Concessão; • Itens de serviço.			Sim
Item	Relatórios	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
024	Falecidos por Causa Mortis: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por período de falecimento e causa mortis; Possibilitar a visualização nos modelo Sintético e Analítico. O modelo Sintético deve agrupar os falecidos por Causa Mortis e totalizar por mês de Janeiro a Dezembro, inclusive possibilitar a opção de visualização por gráficos. No modelo Analítico, possibilitar visualizar os Falecidos por Causa Mortis e demais informações pertinentes ao falecido.			Não
025	Falecidos por Quadra: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por quadra inicial e quadra final, apresentando quebra por quadra; Possibilitar selecionar o cemitério e o período de falecimento;			Sim
026	Concessionário e Autorizados por Concessão: Deve filtrar registros do cadastro de falecidos por concessão, apresentando quebra por concessão contendo o Nº e Ano do processo administrativo, Quadra e Sepultura;			Não
027	Falecidos para exumação: Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, período de vencimento e permanência, apresentando os falecidos, localização, sepultura e data de vencimento da mesma.			Sim
028	Falecidos por período: Possibilitar filtrar registros do cadastro de falecidos por cemitério, mês e ano de sepultamento, apresentando os dados do falecido e do óbito, com as Causas Mortis.			Não



339

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

029	Movimento de falecidos no período: Possibilitar filtrar registros dos movimentos dos falecidos em um determinado período e por tipo de movimentação realizada.			Não
030	Relatórios de Inumações por : • Atividade Profissional; • Naturalidade; • Entidade de Assistência Hospitalar; • Região de Procedência; • Empresa Funerária; • Concessão; • Período de Sepultamento; • Idade e Sexo; • Estado Civil e Sexo; • Localização. • Causa Mortis			Sim
031	Possibilitar a emissão de forma resumida ou registro a registro.			Sim
032	Possibilitar filtrar os registros por determinado período de sepultamento.			Sim
033	Possibilitar filtrar os registros de um cemitério ou de todos.			Não
034	Para as emissões resumidas permitir selecionar impressão de um gráfico.			Não
Item	Formulários	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	Guia de Sepultamento: Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Hora do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento e as assinaturas do Concessionário/Autorizado e do Declarante contendo seus respectivos nomes;			Sim
036	Ficha do Falecido: Deve ser referente a um falecido e deve conter os seguintes campos Nº da Sequência de Sepultamento, Nome do Falecido, Nome o Cemitério, Data do Sepultamento, Quadra, Sepultura e Carneiro, Nome e CRM do Médico que emitiu o atestado de óbito, Descrição da Causa Mortis, Nome do Pai e da Mãe do Falecido, Observações registradas no cadastro de falecimento, Nome do Concessionário/Autorizado e do Declarante;			Sim
Item	6 – Administrativo	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
037	Usuários: Possuir um cadastro de usuários do sistema que devem ter uma identificação e senhas individuais para entrar no sistema, e cada usuário deve ter as seguintes permissões, no mínimo: • Cemitérios – Incluir, Alterar, Excluir; • Pessoas – Incluir, Alterar, Excluir; • Concessão – Incluir, Alterar, Excluir; • Falecido – Incluir, Alterar, Excluir, Alterar Concessão, Movimentar; • Usuários – Incluir, Alterar; • Cadastros Básicos – Incluir, Alterar, Excluir; • Ordem de Serviço – Incluir, Alterar, Excluir; • Guia de Pagamento – Visualiza, Registra, Parcelamento, Informa data de vencimento, Libera para execução, Reimprimir.			Sim
038	Permitir que em caso de perda de senha pelo usuário, o administrador possa reinicializar a senha para que o usuário informe nova senha.			Sim
039	Possibilitar que o usuário possa trocar a senha sempre que achar necessário, informando a senha atual e a nova senha.			Sim

201



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Consoline, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0555 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

370

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Item	Auditoria	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
040	Possibilitar o rastreamento de alterações efetuadas pelos usuários no sistema, com tela para consulta onde apresente os dados: Tabela do sistema; Coluna da tabela; Identificação do registro alterado; Usuário que alterou; Data e hora da alteração; Valor antes da alteração; Valor depois da alteração.			Não
Item	Integração	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
041	Permitir a integração com o sistema de gestão tributária através da emissão de guias para pagamentos de taxas pertinentes aos serviços prestados pela administração do cemitério. O sistema deve possibilitar o controle das guias pagas, autorizando a execução se a guia for baixada /ou permitir que o usuário que tiver permissão possa autorizar manualmente a execução.			Sim
042	Os dados do solicitante devem ser incluídos automaticamente quando não forem encontrados nos cadastros do sistema de gestão tributária, para possibilitar a emissão da guia.			Sim
043	Permitir a reimpressão da guia para pagamento das taxas.			Sim
Item	Operacional	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
044	Todas as funcionalidades citadas devem estar disponíveis na plataforma web e acessadas via internet pelos browser (Internet Explorer / Mozilla Firefox);			Sim
045	Todos os relatórios devem ser gerados no formato PDF – Portable Document Format.			Sim

ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS

Item	Cadastros Básicos	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Cadastro de Seguradora: Permitir o cadastro de seguradora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.			Não
002	Cadastro de Locadora de Veículos: Permitir o cadastro da Locadora, informando CNPJ, Razão Social, Endereço e Dados para Contato.			Não
003	Cadastro de Locais e Pátios: Permitir o cadastro da Locais e Pátios, informando a descrição, Endereço, Número de Vagas e Dados para Contato.			Sim
004	Documentos do Veículo: Permitir o cadastro de tipos de Documentos e Documentos associados aos veículos.			Sim
Item	Cadastros Auxiliares	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
005	Tipo de Ocorrência			Não
006	Tipo de Despesa			Não
007	Tag Pedágio			Sim
Item	Cadastro de Veículos	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
008	Permitir o gerenciamento dos veículos que compõem a frota, informando o RENAVAL, Chassi, a placa, o ano, o modelo, o fabricante, a cor, o tipo do veículo, o tipo de combustível, a unidade orçamentária a que está vinculado, os dados da locadora caso seja terceirizado.			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

009	Possuir integração parametrizável com o sistema de Patrimônio, possibilitando a importação de forma manual ou automática dos veículos no momento de sua incorporação no Patrimônio para o Módulo de Frotas.			Sim
Item	Aplicação de Infrações	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
010	Permitir o controle das multas recebidas pela frota, informando o motorista infrator, o veículo multado, número da autuação, data e hora da infração, local, tipo, pontuação, descrição da infração, data do pagamento.			Sim
Item	Apólices de Seguro	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
011	Permitir o controle das apólices dos seguros dos veículos, informando o número, data de validade, veículo, seguradora, valor segurado e valor da franquia.			Não
012	Cadastro de Documentos - Permitir o cadastro e controle do DPVAT e do licenciamento dos veículos.			Sim
013	Cadastro de Ocorrências - Permitir informar a data, o motorista, o veículo, o tipo da ocorrência, o local e um resumo do ocorrido.			Sim
014	Cadastro de Colaboradores e Motoristas - Permitir o cadastro de colaboradores, contendo no mínimo: matrícula, nome, CPF, cargo ou função, e-mail, endereço e telefone.			Sim
015	Quando o colaborador for motorista permitir também informar Número da carteira, categoria, data de emissão e data de vencimento.			Sim
Item	Controle de Reserva	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
016	Permitir controlar a reserva de veículos informando o veículo, condutor, a finalidade (manutenção, serviço ou viagem), data de início e data término.			Sim
017	As reservas deverão ser exibidas em calendário a fim de facilitar a consulta e novos cadastros.			Sim
Item	Cadastro de Viagem	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
018	Permitir cadastrar viagens, contendo no mínimo as informações: Situação, passageiros, origem, destino, assunto, data da saída e data do retorno.			Sim
019	Deverá permitir associar um ou mais veículos e os motoristas de casa veículo.			Sim
Item	Locais de Abastecimento	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
020	Permitir o cadastro de locais contendo as informações: nome, uso interno ou externo, endereço e contato.			Não
021	Para os casos de abastecimento interno permitir cadastrar as informações da bomba: descrição, fabricante, modelo, tipo do medidor e combustíveis associados a bomba.			Não
Item	Módulo Abastecimento	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
022	Gerenciar os abastecimentos realizados, informando o motorista, veículo, data do abastecimento, combustível, km anterior e km atual, valor do litro, quantidade, com cálculo automático do total.			Sim
023	Possuir integração com módulo de compras permitindo associar a autorização de fornecimento associada ao abastecimento e o empenho utilizado.			Sim
024	Possuir controle de aprovação e liberação do abastecimento.			Sim
025	Possuir integração com módulo de almoxarifado, gerando requisição de material em estoque no ato do abastecimento quando for aprovado ou concluído.			Sim
Item	Módulo Manutenção	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

026	Permitir o controle de solicitações de serviço da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários serviços			Sim
027	Permitir o controle de solicitações de material para manutenção da frota, informando o veículo, km atual, condutor, data de início, data de término, tipo (manutenção, reparo). Deverá permitir associar vários materiais.			Sim
028	Utilizar o mesmo cadastro de materiais do módulo de compras e almoxarifado.			Não
029	Possuir controle de aprovação das manutenções.			Sim
Item	Relatórios	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
030	Ficha do Veículo			Não
031	Relação de Condutores			Não
032	Solicitação de Abastecimento com demonstrativo dos últimos 3 abastecimentos.			Não
Item	Administrativo - Perfil de Acesso	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
033	Permitir a criação de perfis de acesso para os usuários, possibilitando definir a quais rotinas/funcionalidades cada usuário terá acesso dentro do sistema. Em seu cadastro é informado um nome para cada perfil, assim como realizada a vinculação das funcionalidades que farão parte deste.			Sim
034	Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o perfil.			Sim
Item	Administrativo - Grupo de Acesso	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
035	Permitir a criação de grupos de acesso para os usuários, informando um nome para o grupo e vinculando a este os perfis de acesso desejados. Possibilitando a criação de um controle que reúna vários perfis de acesso já existentes, estabelecendo uma forma de permissão mais ampla e definida, destinada a grupos de usuários que tenham acesso as mesmas determinadas rotinas.			Sim
036	Permitir a vinculação de quais usuários utilizarão o grupo.			Sim

Item	PREGÃO ELETRÔNICO	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Funcionar integrado em tempo real com o departamento de compras e licitação, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações.			Sim
002	Possuir manual on-line			Não
003	Permitir o licitante cadastrar-se na Plataforma.			Sim
004	Permitir o licitante inserir valores da proposta e anexar a proposta digitalizada.			Sim
005	Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do fabricante na inclusão das propostas.			Não
006	Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento do modelo na inclusão das propostas.			Não
007	Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento da marca na inclusão das propostas.			Sim
008	Permitir o licitante inserir os documentos para a Habilitação através do sistema de pregão eletrônico.			Sim
009	Permitir o licitante efetuar lances de menor valor ou de valores intermediários na etapa de disputa e em tempo real.			Sim
010	Vedar a identificação dos licitantes na sessão até o fim da etapa de lances.			Sim
011	Permitir definir critério de disputa Aberto ou Aberto e Fechado para o processo.			Sim



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

012	Possuir parametrização padronizada pelo sistema referente aos tempos adotados na sessão, permitindo alterações se necessário.			Sim
013	Possuir geração de chave de acesso na inclusão das Propostas para acesso e participação da sessão pelo Licitante.			Sim
014	Possuir menu detalhado e resumido para acompanhamento do Pregoeiro.			Não
015	Permitir classificação e abertura de itens em lance sem limitação de itens abertos.			Sim
016	Permitir ao pregoeiro a reabertura do item após o encerramento da etapa de lances no Modo de disputa aberto, caso não houver prorrogação automática do lance.			Sim
017	Sinalizar, em tempo real, quais os itens que o licitante logado está vencendo.			Não
018	Possuir chat para envio de mensagens entre o pregoeiro e licitantes.			Sim
019	Permitir envio de mensagem direcionada ao licitante selecionado.			Não
020	Possuir cronometragem individual nos itens para acompanhamento do tempo em lance.			Não
021	Possuir lances randômicos automáticos para o critério Aberto e Fechado com informação ao licitante de fechamento iminente do item.			Sim
022	Possuir prorrogações de lances automáticas conforme o critério adotado inicialmente.			Sim
023	Permitir que o pregoeiro tenha a opção de encerrar um ou mais lote para a fase de disputa.			Não
024	Possuir configuração de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances.			Não
025	Permitir a negociação com o licitante do melhor lance ofertado para o item.			Sim
026	Permitir julgamento de lances para itens com atendimento a LC 7/0			Sim
027	Permitir a verificação automática e concessão do benefício da LC 3/00			Sim
028	Possuir critérios de desempate por sortelo para os licitantes empatados.			Sim
029	Permitir aceitação do item.			Não
030	Permitir Habilitação dos licitantes vencedores ou todos os licitantes.			Sim
031	Permitir Inabilitação dos licitantes, repassando o item automaticamente para o licitante que esteja apto e de melhor classificação na etapa de lances.			Sim
032	Permitir ao licitante a filtragem dos itens apenas em lance ou finalizados, para melhor visualização na etapa de lances.			Não
033	Possuir tela para manifestação da intenção de recursos por parte dos licitantes.			Sim
034	Disponibilizar cronômetro para acompanhar prazo de intenção de recurso.			Não
035	Permitir definição de tempo máximo para abertura de intenção de recurso.			Não
036	Possuir tela para Registro de recursos por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.			Sim



384

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

037	Possuir tela para Registro de contrarrazões por parte dos licitantes, com possibilidade de anexar documentos comprobatórios.			Sim
038	Envio de e-mail com recursos e contrarrazões registrados para todos os licitantes participantes e pregoeiro, contendo os motivos e anexos enviados.			Sim
039	Permitir ao pregoeiro a análise dos documentos de habilitação inseridos, após o fim da etapa de lances.			Sim
040	Permitir a suspensão da sessão por questão Administrativa, Judicial ou Cautelar com informação do motivo e data e horário previsto para retorno.			Sim
041	Permitir o reinício da sessão em mesma etapa onde esta foi paralisada.			Sim
042	Disponibilizar funcionalidade que possibilite o acompanhamento dos Pregões Eletrônicos pelo público interessado.			Sim
043	Permitir a geração e disponibilização de ata para download na plataforma.			Não
044	Permitir que o pregoeiro, execute a adjudicação do processo.			Sim
045	Permitir que o pregoeiro ou a autoridade competente, execute a homologação do processo			Sim
046	Possuir integração com o módulo de Compras e Licitações de forma que os dados do pregão sejam retornados a origem sem a necessidade de redigitação das informações.			Sim

SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO				
Item	CONTROLE DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
001	Emitir relatório do documento e controlar o PCMSO da(s) unidade(s),			Sim
002	Controlar os exames ocupacionais e seus resultados;			Sim
003	Permitir e controlar a convocação de exames periódicos;			Sim
004	Registrar ASO e Requerimento de exames individuais;			Sim
005	Emitir o Relatório Analítico (Anual), conforme ASO e Requerimento de Exames cadastrados;			Sim
006	Possuir Agenda Integrada para o CONTROLE dos atendimentos previstos e realizados;			Sim
007	Registrar as doenças conforme CID 10;			Sim
008	Registrar a Anamnese Ocupacional / Ficha Médica totalmente parametrizável e flexível;			Não
009	Emitir Questionário de Anamnese respondido ou para que seja respondido.			Não
010	Inserir Documento Base Introdório do PCMSO;			Não
011	Ser Integrado com PPRA/PGR, garantindo a troca de informações de Identificações de Riscos automaticamente;			Sim
012	Permitir Cadastro de Exames e a Periodicidade;			Sim
013	Permitir cadastro de prontuário médico para gestão, seguindo os padrões do CFM – Conselho Federal de Medicina.			Sim
Item	Relatórios	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL



385

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

014	Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) completo, com riscos e exames;			Sim
015	Exames realizados por tipo e data;			Sim
016	CONTROLE de Vencimento de Exames;			Sim
017	Relatório Analítico Anual, conforme legislação;			Não
018	Relatório do PCMSO;			Sim
019	Emitir Laudo de Pessoa com Deficiência			Não
020	Permitir ao usuário ajustar os relatórios conforme sua necessidade através de ferramenta de design de relatório.			Não
Item	Controle de Absenteísmo e afastamentos	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
021	Realizar o Controle de Absenteísmo dos funcionários referenciando as causas de absenteísmo;			Sim
022	Possibilitar o Lançamento de Atestado Médico			Sim
023	Permitir registrar o absenteísmo por doença / CID 10;			Sim
024	Permitir registrar o absenteísmo a partir de uma ocorrência (acidente);			Sim
025	Realizar o Controle das Licenças médicas por motivo legal;			Não
026	Realizar o Controle de Perícia Médica			Não
027	Realizar o Controle de Readaptação e Restrição Funcional;			Sim
028	Emitir Relatório de afastamento para Perícia Médica;			Não
029	Permitir Aprovação de Atestados por período lançado;			Não
030	Permitir Triagem de Atestado Médico para aprovação			Sim
031	Consultar os Atestados lançados por período do Servidor			Sim
032	Permitir Controle de atestados lançados por Período e CID dos últimos 60 dias para afastamento previdenciário.			Sim
033	Receber Atestado Médico pelo Portal do Servidor e realizar o lançamento respectivamente.			Sim
034	Realizar o controle de Subnormalidades para gestão Interna da equipe de Medicina e realizar campanhas.			Não
035	Realizar Cadastro de Médico e Posto de Atendimento			Sim
036	Realizar Cadastro de CID 10			Sim
Item	Controle de PPRA/PGR	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
037	Emitir e controlar o PPRA/PGR de atividades executadas em conformidade com a Norma Regulamentadora 01.			Sim
038	Permitir Inserir documento base PPRA/PGR Introdutório			Não
039	Permitir realizar o mapeamento dos riscos (físico, químico, biológico, ergonômico e de acidente).			Sim
040	Criar e controlar o andamento das atividades do cronograma de PPRA/PGR;			Sim
041	Manter o histórico dos riscos dos funcionários para preenchimento do PPP			Sim
042	Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação recomendados.			Sim
043	Realizar o controle dos riscos por funcionário, com o histórico do mesmo;			Não
044	Cadastrar os riscos e agentes detalhadamente, incluindo as medições realizadas e reconhecimento dos riscos;			Sim
045	Permitir cadastrar os Riscos e Níveis de Ação Recomendados;			Não
046	Permitir o cadastro dos Grupos Homogêneos de Exposição.			Sim
047	Permitir associar os riscos através de GHE - Grupos Homogêneos de Exposição.			Sim
048	Permitir Cadastro de Agentes Nocivos;			Sim
049	Permitir cadastro de E.P.C – Equipamento de Proteção Coletiva			Não
050	Permitir o cadastro de Ambientes;			Não
051	Permitir Cadastro de Treinamentos Diversos – Normativos e Internos;			Sim
052	Permitir Cadastro de Responsáveis;			Sim



386

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

053	Permitir cadastro de Plano de Ação com seus respectivos Perigos e Riscos.			Sim
Item	Controle de Acidentes e Ocorrências	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
054	Permitir gerar relatórios dos CAT'S realizados com informações para controle de Acidentes de Trajeto (percurso/ transito/Típico);			Sim
055	Emitir a CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho			Sim
056	Permitir levantamento de dados para Cálculo de taxa de frequência (TFA) e gravidade (TGA);			Não
057	Permitir levantamento de dados para Estatística de Acidentes por setor / cargo / dia / turnos / parte do corpo / lotação;			Sim
058	Permitir a Consulta por qualquer item da ficha de acidentes;			Não
059	Permitir a consulta de endereço das vias públicas através de sistema externo e/ou o preenchimento manualmente; e no item Perfil Profissiográfico Previdenciário o subitem: Permitir o acesso com os dados administrativos do setor de RH.			Sim
Item	Controle de EPI	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
060	Controlar os EPI em poder dos funcionários e seu vencimento			Sim
061	Indicar os EPI's recomendados conforme o risco / cargo			Não
062	Emitir o recibo de Entrega para assinatura dos funcionários			Sim
063	Permitir o cadastro das especificações do EPI (com anexo de foto), inclusive com o controle de CA.			Não
064	Permitir o controle de entrega por biometria ou por senha			Sim
Item	PREVIDENCIÁRIA	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
065	Perfil Profissiográfico Previdenciário			Sim
066	Emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário, conforme IN do INSS;			Sim
067	Permitir processar e emitir em lote o PPP, minimizando o trabalho manual;			Sim
068	Integrar-se automaticamente aos seguintes módulos do PCMSO / PPRÁ/PGR com os Riscos identificados e Controle de acidentes.			Sim
Item	E-SOCIAL	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
069	Validar todos os eventos antes da geração do XML para envio a Receita Federal			Sim
070	Controlar os prazos para envio dos eventos			Sim
071	Guardar todo o histórico dos eventos enviados			Sim
072	Possuir um painel de controle de todos os eventos			Sim
073	Rastrear os eventos a qualquer momento			Não
074	Congelar as informações geradas			Não
075	Notificar caso houver alguma inconsistência de informações			Sim
076	Gerar os arquivos em XML no lay-out da Receita Federal (lay-out 2.2) para os eventos a seguir: S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho; S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador; S-2240 – Condição Ambientais de Trabalho – Fatores de Risco			Sim
077	Após a geração dos eventos no layout da Receita Federal, os arquivos no formato xml da Receita Federal o software deverá realizar os serviço de mensageria, ou seja, envio dos dados a RFB.			Sim
Item	Assistência Social			ESSENCIAL
078	Readaptação			Sim
079	Permitir Cadastro de Readaptação, permitindo vincular junto aos contratos do servidor;			Sim
080	Permitir Visualização de Históricos de Readaptação;			Sim
081	Associar Restrições ao servidor junto ao cadastro de readaptação;			Sim
082	Permitir inclusão de Arquivos - Documentos e Imagens para evidências.			Sim



387

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

083	Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a readaptação do servidor.			Sim
Item	Cessão	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
084	Permitir cadastro de servidor com as seguintes informações:			Não
085	Permitir cadastro com Tipo de Movimentação;			Sim
086	Permitir cadastro com Tipo de Pagamento;			Não
087	Permitir realizar o cadastro com inclusão de Período;			Sim
088	Permitir cadastro de informação com dados do tribunal;			Não
089	Permitir gerar relatórios gerenciáveis com informações inerentes a cessão do servidor.			Não

SISTEMA WEB DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES (BUSINESS INTELLIGENCE)		ATENDIDO	NÃO ATENDIDO	ESSENCIAL
00	1			Sim
00	2			Não
00	3			Sim
00	4			Sim
00	5			Sim
00	6			Não
00	7			Não
00	8			Não
00	9			Sim
01	0			Não
01	1			Não
01	2			Não
01	3			Sim
01	4			Sim
01	5			Sim
01	6			Sim



388

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

017	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações de licitações e fornecedores. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Não
018	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
019	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao comparativo da receita. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
020	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao demonstrativo da despesa. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
021	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada liquidada e paga. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
022	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa empenhada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
023	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a despesa fixada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
024	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita arrecadada e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
025	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e despesa realizada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
026	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a receita prevista e receita arrecadada. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
027	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo horas extras por cargo. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
028	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas ao custo com horas extras por secretaria. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
029	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de quantidade de funcionários. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Não
030	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a evolução do custo com folha de pagamento. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
031	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento (Bruto, líquido e descontos). Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			Sim
032	A solução deverá disponibilizar um painel de apoio a decisão que forneça			Não



389

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

as informações relacionadas a comparação de valores da folha de pagamento por verba. Deverá ser possível a análise e comparação de variáveis através de séries temporais;			
---	--	--	--

[Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page]



390

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO II

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
PREGÃO ELETRÔNICO 53/2024
EDITAL Nº 65/2024
Processo nº 2.356/2024

MODELO DE CREDENCIAMENTO
PROCURAÇÃO

(nome da empresa), (CNPJ n.º), com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assinar contratos, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

....., de de 2024.

Assinatura do representante legal

Nome

RG nº.....



391

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO III

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
PREGÃO ELETRÔNICO 53/2024
EDITAL Nº 65/2024
Processo nº 2.356/2024

DECLARAÇÃO

Eu,(nome)....., CPF: _____ representante legal da
firma, CNPJ _____ interessada em participar no Processo Licitatório (Pregão nº
53/2024), da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA, DECLARO, sob as penas da Lei, que, nos
termos do item 6.1.5, subitem 6.1.5.1 do Edital, que inexistente impedimento legal contra a firma
_____ para licitar ou contratar com a Administração

....., de de 2024.

Assinatura do representante legal

Nome

RG nº.....



392

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO IV

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
PREGÃO ELETRÔNICO 53/2024
EDITAL Nº 65/2024
Processo nº 2.356/2024

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO MICROEMPRESA
OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas aplicáveis, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório realizado mediante _____ (modalidade/nº) _____, bem como estando apta para exercer o direito de ser habilitada ainda que os documentos de regularidade fiscal apresentados contenham ressalvas ou restrições, declarando, no mais, ciência de que tais ressalvas ou restrições deverão ser supridas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da adjudicação do objeto, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da lei federal nº 8.666/93, que esta empresa, na presente data enquadra-se como:

- MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

..... de de 2024.

Assinatura do representante legal

Nome

RG nº.....

214



393

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO V
MODELO - Proposta
Pregão nº 53/2024
Processo nº 2.356/2024

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

Fornecedor: _____	CNPJ nº _____
Endereço: _____ nº _____	Complemento: _____ Bairro: _____
_____ Cidade: _____	Estado: _____ CEP _____
E-mail: _____	
Banco: _____ - _____	Agência: _____ - _____ Conta: _____
Telefone para contato _____	

Segue nossa proposta para fornecimento dos serviços a seguir:

LOTE 01					
Item	Material	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1.1	2.05.26.0459-0 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme Anexo I					
1.2	2.05.26.0460-4 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme Anexo I					
1.3	2.05.26.0461-2 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, conforme Anexo I					
1.4	2.05.26.0462-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, conforme Anexo I					
1.5	2.05.26.0463-9 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	UN	1		

215



Prefeitura do Município de Itatiba
 Av. Luciano Consolini, nº 600, Jardim de Lucca
 Tel: (11) 3183-0655 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
 Internet: www.itatiba.sp.gov.br

394

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, conforme Anexo I					
1.6	2.05.26.0464-7 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, conforme Anexo I					
1.7	2.05.26.0465-5 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO, conforme Anexo I					
1.8	2.05.26.0466-3 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO, conforme Anexo I					
1.9	2.05.26.0467-1 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, conforme Anexo I					
1.10	2.05.26.0468-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE GESTÃO DE MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO, conforme Anexo I					
1.11	2.05.26.0469-8 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, conforme Anexo I					
1.12	2.05.26.0470-1 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS, ESTOQUE, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, conforme Anexo I					
1.13	2.05.26.0471-0 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, conforme Anexo I					



395

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

1.14	2.05.26.0472-8 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, conforme Anexo I					
1.15	2.05.26.0473-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS, conforme Anexo I					
1.16	2.05.26.0474-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS, conforme Anexo I					
1.17	2.05.26.0475-2 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS, conforme Anexo I					
1.18	2.05.26.0476-0 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS	MESES	12		
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS, conforme Anexo I					
1.19	2.05.26.0477-9 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO, conforme Anexo I					
1.20	2.05.26.0478-7 - LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO PORTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO, conforme Anexo I					
1.21	2.05.26.0479-5 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES	UN	1		
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES, conforme Anexo I					
1.22	2.05.26.0480-9 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES	MESES	12		
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES, conforme Anexo I					
1.23	2.05.26.0481-7 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	UN	1		

217



396

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO SEÇÃO DE LICITAÇÕES

IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS, conforme Anexo I						
1.24	2.05.26.0482-5 - LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROL E DE PROCESSOS	MESES	12			
LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS, conforme Anexo I						
1.25	2.05.26.0483-3 - SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER)	MESES	12			
SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER), conforme Anexo I						
1.26	2.05.26.0490-6 - IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	UN	1			
IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL, conforme Anexo I						
1.27	2.05.26.0491-4 - LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL	MESES	12			
LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / CÂMARA MUNICIPAL, conforme Anexo I						
VALOR TOTAL DO LOTE 01 - _____						

..... de de 2024.


Assinatura do representante legal
Nome
RG nº.....



T. 397
397

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO VI

	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA Departamento de Suprimentos Av. Luciano Consoline, nº 600 - Jd. de Lucca - Itatiba/SP CNPJ: 50.122.571/0001-77 I.E.: Isento Fone/Fax: 11 3183-0655/ 3183-0699	ORDEM DE SERVIÇO N° _____				
Modalidade:						
N° RC						
Valor total (R\$)		Valor por extenso				
Fornecedor Endereço Cep Bairro Cidade Telefone CNPJ/CPF Inscrição Estadual/RG Banco Agência Conta						
Condição de pagamento: Prazo de Entrega: Local de Entrega: CEP Fonte de Recurso/Convênio Observação						
Processo	Unidade Requisitante	Nota de Empenho	Dotação/Elemento de Despesa			
Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1						
<p>Nota: NA NOTA FISCAL DEVERÁ CONSTAR A DESCRIÇÃO IDÊNTICA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNE A partir de 01/04/2011 as entregas deverão ser efetuadas mediante a emissão de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos do inciso I da cláusula 2ª do protocolo ICMS 42/2009. Deverá constar na Nota Fiscal o nº desta Autorização de Fornecimento. Após o vencimento do prazo de entrega a PMI se reserva no direito de comunicar e cancelar o serviço, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A empresa que não cumprir as obrigações assumidas, especialmente quanto aos prazos, especificações e preços, serão sujeitas as penalidades estabelecidas na legislação em vigor. Para cada pedido deverá ser feita uma Nota Fiscal.</p> <p>Autorizo o fornecimento,</p> <p>Itatiba/SP, de _____ 2017.</p> <p style="text-align: right;">_____ Departamento de Suprimentos</p>						

219



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA
SECRETARIA xxxxx
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.356/2024
Pregão Eletrônico 53/2024

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA, através da SECRETARIA DA XXXXX, representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, Prefeito Municipal, neste ato assistido por xxxxxxxx, Secretário de xxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, inscrita no CNPJ sob o nº, sediado (a), tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência;



399

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

4.2 - O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

4.3 - Para fazer frente às despesas do presente contrato, existem recursos orçamentários reservados, onerando a dotação classificada na Natureza n° _____, da Unidade Orçamentária _____, classificação funcional _____.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de variação do IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



200

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 - São obrigações do Contratante:
- 8.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 - Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



101

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- 9.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.8 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.11 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA- INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 10.1 As infrações e multas ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



102

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, devendo ser certificado nos autos pelo Gestor do Contrato.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, mediante Termo Aditivo ao Contrato.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



403

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

16.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de....., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



204

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto ao endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br o EDITAL de Licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública.

Nome da Empresa: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone () _____ FAX: () _____

E-mail: _____

Contato: _____

IMPORTANTE: ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER PREENCHIDO (DATILOGRAFADO OU DIGITADO) E ENVIADO ATRAVÉS DO E-MAIL: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br, AOS CUIDADOS DO PREGOEIRO.

A Prefeitura de Itatiba não se responsabilizará pelo **não envio** de informações, tais como: esclarecimentos, alterações do edital de data de abertura, de suspensão, de julgamento/homologação, referentes ao Edital, caso a empresa não preencha e transmita as informações acima descritas.

Fone para contato (011) 3183-0655

Pregão Eletrônico Nº 53/2024, Edital Nº 65/2024, Tipo Menor Preço por Global. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública. Os cadastros das Propostas serão recebidos até o dia **28 de junho de 2024, às 08h50min**, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br). O edital fica disponível na Seção de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br. Informações: tel.(11) 3183-0655. Maria Ângela Camargo Correa de Lima - Pregoeira.

226



Prefeitura do Município de Itatiba
Av. Luciano Consoline, nº 600, Jardim de Lucca
Tel: (11) 3183-0655 – E-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br
Internet: www.itatiba.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico: 53/2024

Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública.

DESIGNAÇÃO

Designo como Pregoeira principal, para o processo acima mencionado, a servidora **Maria Ângela Camargo Correa de Lima** e, como Pregoeira substituta a servidora **Adriana de Oliveira Schiavinatto**, e, para compor a equipe de apoio, o seguinte servidor: **Michele Viviane Fumachi**, em conformidade com a portaria 8.664 de 03 de janeiro de 2024.

Prossiga-se nos demais atos.

Itatiba/SP, 07 de junho de 2024.


JACKELINE ROBERTA BOAVA MONTE
Secretária Municipal de Governo

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

	Data	Horário
Cadastro das Propostas até:	28/06/2024	08h50min
Abertura das Propostas:	28/06/2024	09 horas
Início do Pregão (fase competitiva):	28/06/2024	09h10min





PORTARIA Nº 8.664, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

"Designa servidores como pregoeira/agente de contratação e membros da equipe de apoio, durante o exercício de 2024."

THOMÁS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Itatiba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições de seu cargo, resolve

DESIGNAR:

I - ADRIANA STOCCO, lotada junto à Secretaria de Governo, **ADRIANA DE OLIVEIRA SCHIAVINATTO**, lotada junto à Secretaria de Governo, **MARIA ÂNGELA CAMARGO CORREA DE LIMA**, lotada junto à Secretaria de Saúde, para as atividades de pregoeira/agente de contratação, durante o exercício de 2024; e,

II - ANA LAURA DOMINGOS GASPAS, lotada junto à Secretaria de Governo, **ANA PAULA SOUZA DE ARAÚJO**, lotada junto à Secretaria de Educação, **ANDREZA GAVA MACHADO**, lotada junto à Secretaria de Finanças, **ANTÔNIO ELIAS DE ALMEIDA**, lotado junto à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, **EDMIR FLORENTINO DA SILVA**, lotado junto à Secretaria de Administração, **MICHELE VIVIANE FUMACHI**, lotada junto à Secretaria de Governo, **PRISCILA DOS SANTOS FERRACINI**, lotada junto à Secretaria de Governo, **GLAYCE DA SILVA NASCIMENTO**, lotada junto à Secretaria de Governo, **ISABELLE CHAGAS LEITE**, lotada junto a Secretaria de Governo e **MARCIO AURELIO ULHANO MEGDA**, lotado junto a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, para atividade de membro de equipe de apoio, durante o exercício de 2024;



207

PREFEITURA DE ITATIBA
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

(Portaria nº 8.664/23 – fls. 02)

CUMRA-SE.

Centro Administrativo Municipal "Prefeito Ettore Consoline"
em 02 de janeiro de 2024

THOMÁS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Itatiba

Redigido e lavrado na Secretaria dos Negócios Jurídicos. Publicado no Paço Municipal, mediante afixação no local de costume, na data supra.

ANTONIO DE CARVALHO
Secretário dos Negócios Jurídicos

Quarta-feira, 03 de Janeiro de 2024



Imprensa Oficial Itatiba

Sumário

PORTARIAS

2

JANEIRO DE 2024

Diário Oficial

Edição nº 3094 - Edição
Extraordinária - Ano XXI/Ano 2024

EXPEDIENTE

Prefeito: Thomás Antonio Capeletto de Oliveira
Diagramação: Fábio Hercules;
Vice-Prefeito e Secretário de Ação Social, Trabalho e Renda: Mauro Delforno;
Presidente do Fundo Social de Solidariedade: Barbara S. Zaratini Capeletto de Oliveira;
Secretária de Educação: Sueli de Moraes Tuoni;
Secretário de Meio Ambiente e Agricultura: Alberto Hiroshi Bando;
Secretária de Finanças: Katia Cecília Baptista;
Secretário de Saúde: Renan Dias Irabi;
Secretário de Obras e Serviços Públicos: Adilson Franco Penteado;
Secretária de Governo: Jackeline R. Boava Monte;
Secretário de Segurança e Defesa do Cidadão: Luís Antonio Henrique Pereira;
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Habitação: Eduardo Samir Aoun;
Secretário de Esportes: Marcelo Cyrillo;
Secretária de Administração: Francieli Guinami dos Santos;
Secretário de Negócios Jurídicos: Antonio de Carvalho;
Secretário de Assuntos Institucionais: Flávio Adriano Monte;
Secretário de Cultura e Turismo: Luis Soares de Camargo.

A Imprensa Oficial de Itatiba é uma publicação sob a responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social e Gabinete do Prefeito, da Prefeitura do Município de Itatiba. Circula às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, podendo haver edições extras (de acordo com Lei Nº 2963/1997 e Decretos regulamentadores). Distribuição digital certificada, de acordo com a Lei Nº 5099/2018.

Demais edições do Imprensa Oficial Eletrônico de Itatiba poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://itatiba.sp.gov.br/imprensaoficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Itatiba
CNPJ: 50.121.571/0001-77
Endereço: Avenida Luciano Consolini, nº 600.
 Jardim de Lucca - Itatiba/SP
Telefone: (11) 3183-0630
Site: <https://itatiba.sp.gov.br>

PORTARIA Nº 8.664, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

“Designa servidores como pregoeira/agente de contratação e membros da equipe de apoio, durante o exercício de 2024.”

THOMÁS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Itatiba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições de seu cargo, resolve

DESIGNAR:

I - ADRIANA STOCCO, lotada junto à Secretaria de Governo, **ADRIANA DE OLIVEIRA SCHIAVINATTO**, lotada junto à Secretaria de Governo, **MARIA ÂNGELA CAMARGO CORREA DE LIMA**, lotada junto à Secretaria de Saúde, para as atividades de pregoeira/agente de contratação, durante o exercício de 2024; e,

II - ANA LAURA DOMINGOS GASPAS, lotada junto à Secretaria de Governo, **ANA PAULA SOUZA DE ARAÚJO**, lotada junto à Secretaria de Educação, **ANDREZA GAVA MACHADO**, lotada junto à Secretaria de Finanças, **ANTÔNIO ELIAS DE ALMEIDA**, lotado junto à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, **EDMIR FLORENTINO DA SILVA**, lotado junto à Secretaria de Administração, **MICHELE VIVIANE FUMACHI**, lotada junto à Secretaria de Governo, **PRISCILA DOS SANTOS FERRACINI**, lotada junto à Secretaria de Governo, **GLAYCE DA SILVA NASCIMENTO**, lotada junto à Secretaria de Governo, **ISABELLE CHAGAS LEITE**, lotada junto à Secretaria de Governo e **MARCIO AURELIO ULHANO MEGDA**, lotado junto à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, para atividade de membro de equipe de apoio, durante o exercício de 2024.

(Portaria nº 8.664/23 – fls. 02)

CUMPRASE.

Centro Administrativo Municipal “Prefeito Ettore Consoline”
em 02 de janeiro de 2024

THOMÁS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Itatiba

Redigido e lavrado na Secretaria dos Negócios Jurídicos. Publicado no Paço Municipal, mediante afixação no local de costume, na data supra.

ANTONIO DE CARVALHO
Secretário dos Negócios Jurídicos



Imprensa Oficial Itatiba

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITATIBA

Avenida Luciano Consoline, nº 600, Jardim
de Lucca - Itatiba/SP
CEP: 13253-205

(11) 3183-0630
www.itatiba.sp.gov.br/imprensaoficial

Sábado, 08 de Junho de 2024

Edição nº 3177 - Ano XXI

SUMÁRIO

ATRIBUIÇÃO DE CLASSES/AULAS	2
COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E ASSÉDIO	3
DECRETOS	4
DESPACHOS	5
ESTÁGIO REMUNERADO	7
LICITAÇÕES	8
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36
ATOS OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL	41

EXPEDIENTE

Prefeito: Thomás Antonio Capeletto de Oliveira
Diagramação: Fabio Hercules
Vice-Prefeito: Mauro Dell'orno;
Presidente do Fundo Social de Solidariedade: Barbara S. Zaretini Capeletto de Oliveira;
Secretária de Ação Social, Trabalho e Renda: Maria Rogina Suzan
Secretária de Assuntos Institucionais: Mari Carla Polizelo Giro
Secretária de Educação: Sueli de Moraes Tuon;
Secretário de Meio Ambiente e Agricultura: Heminio Geromel Júnior;
Secretária de Finanças: Katta Cecília Baptistella;
Secretário de Saúde: Renan Dias Irabi;
Secretário de Obras e Serviços Públicos: Adilson Franco Pentecosteo;
Secretária de Governo: Jacqueline R. Boava Monte;
Secretário de Segurança e Defesa do Cidadão: Luis Antonio Henrique Pereira;
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Habitação: Eduardo Samir Aoun;
Secretário de Esportes: Marcelo Cyrillo;
Secretária de Administração: Francieli Guinami dos Santos
Secretário de Negócios Jurídicos: Antonio de Carvalho;
Secretário de Cultura e Turismo: Luis Soares de Camargo.

A Imprensa Oficial de Itatiba é uma publicação sob a responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social e Gabinete do Prefeito, da Prefeitura do Município de Itatiba. Circula às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, podendo haver edições extras (de acordo com Lei Nº 2963/1997 e Decretos regulamentadores). Distribuição digital certificada, de acordo com a Lei Nº 5099/2018.

ACERVO

Demais edições da Imprensa Oficial Eletrônica de Itatiba poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://itatiba.sp.gov.br/imprensaoficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Itatiba
 CNPJ: 50.122.571/0001-77
 Endereço: Avenida Luciano Consoline, nº 600, Jardim de Lucca - Itatiba/SP
 Telefone: (11) 3183-0630

MUNICIPIO DE
ITATIBA:50122571000177

Assinado de forma digital por
MUNICIPIO DE ITATIBA:50122571000177
Dados: 2024.06.07 17:27:33 -03'00'

LICITAÇÕES

Itatiba - Edição nº 3177 - Ano XXII, 8 de Junho de 2024

Pregão Eletrônico Nº 51/2024, Edital Nº 63/2024, Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de eletroeletrônicos destinados ao Centro de Operações de Emergência da Defesa Civil, para entrega imediata. Os cadastros das Propostas serão recebidos até o dia **25 de Junho de 2024, às 08h50min**, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br). O edital fica disponível na Seção de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br. Informações: tel.(11)3183-0655. Adriana de Oliveira Schiavinatto - Pregoeira.

Pregão Eletrônico Nº 52/2024, Edital Nº 64/2024, Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição troféus e medalhas para entrega imediata. Os cadastros das Propostas serão recebidos até o dia **26 de Junho de 2024, às 8h50min**, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br). O edital fica disponível na Seção de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br. Informações: tel.(11)3183-0655. Maria Ângela Camargo Correa de Lima - Pregoeira.

Pregão Eletrônico Nº 53/2024, Edital Nº 65/2024, Tipo Menor Preço por Global. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública. Os cadastros das Propostas serão recebidos até o dia **28 de Junho de 2024, às 08h50min**, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br). O edital fica disponível na Seção de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br. Informações: tel.(11) 3183-0655. Maria Ângela Camargo Correa de Lima - Pregoeira.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO. Pregão Eletrônico Nº 44/2024, Edital Nº 54/2024, Tipo Menor Preço por Global. Objeto: Contratação de empresa especializada para ministrar treinamentos aos servidores colaboradores efetivos do Município. Os cadastros das Propostas que seriam recebidos no dia 25/06/24, serão recebidos até o dia **04 de Julho de 2024, às 08h50min**, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobbmnet.com.br). O edital fica disponível na Seção de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br. Informações: tel. (11) 3183-0655. Adriana Stocco - Pregoeira.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO. Chamamento Público nº 08/2024, Edital nº 55/2024 - Aquisição de gêneros alimentícios - pêssego e banana - da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas Organizações para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, em conformidade com o edital e anexos, disponível na Seção de Licitações, Av. Luciano Consoline, 600, Jd. de Lucca e endereço eletrônico: www.itatiba.sp.gov.br. A entrega dos envelopes que seriam recebidos até o dia 26/06/24, será recebido **até o dia 05 de Julho de 2024, às 10 horas** na Seção de Licitações, situada no mesmo endereço acima citado. Fone: (11) 3183-0655. Adriana Stocco - Agente de Contratação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.519/2023

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 45/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14-36/2024

Objeto: Contratação de serviço de alinhamento, balanceamento, cambagem e conserto de pneus.

ADJUDICO o objeto e HOMÓLOGO o procedimento da presente licitação a proponente vencedora:

OLIVEIRA & OLIVEIRA CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - BORRACHARIA IDÃO ALVES**LOTE 01**

Item 1.1 - 712 UN, CONSERTO DE PNEUS DE ONIBUS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 83,50 (oitenta e três reais e cinquenta centavos) e valor total de R\$ 59.452,00 (cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)

Item 1.2 - 560 UN, CONSERTO DE PNEUS DE MAQUINAS TERRAPLANAGEM em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) e valor total de R\$ 106.400,00 (cento e seis mil quatrocentos reais)

Item 1.3 - 53 UN, CONSERTO DE PNEUS DE TRATORES em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) e valor total de R\$ 8.745,00 (oito mil setecentos e quarenta e cinco reais)

Item 1.4 - 140 UN, CONSERTO DE PNEUS DIANTEIROS DE TRATORES E RETRO em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 83,00 (oitenta e três reais) e valor total de R\$ 11.620,00 (onze mil seiscentos e vinte reais)

Item 1.5 - 448 UN, CONSERTO DE PNEUS DE CAMINHONETES em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) e valor total de R\$ 24.640,00 (vinte e quatro mil seiscentos e quarenta reais)

Item 1.6 - 1204 UN, CONSERTO DE PNEUS DE CARROS COM OU SEM CAMERA em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) e valor total de R\$ 44.548,00 (quarenta e quatro mil quinhentos e quarenta e oito reais)

Item 1.7 - 103 UN, CONSERTO DE PNEUS DE CARRINHO DE MAO em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) e valor total de R\$ 1.081,50 (um mil oitenta e um reais e cinquenta centavos)

Item 1.8 - 95 UN, CONSERTO DE PNEUS DE MOTOS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 33,50 (trinta e três reais e cinquenta centavos) e valor total de R\$ 3.182,50 (três mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Item 1.9 - 690 UN, CONSERTO DE PNEUS DE CAMINHÕES em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e valor total de R\$ 60.375,00 (sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais)

Valor Global do LOTE 01 para 12 meses: R\$ 320.044,00 (trezentos e vinte mil quarenta e quatro reais)

LOTE 02

Item 2.1 - 714 UN, BALANCEAMENTO DE RODAS - VEÍCULOS LEVES em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) e valor total de R\$ 15.708,00 (quinze mil setecentos e oito reais)

Item 2.2 - 381 UN, BALANCEAMENTO DE RODAS - VEÍCULOS PESADOS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 110,00 (cento e dez reais) e valor total de R\$ 41.910,00 (quarenta e um mil novecentos e dez reais)

Item 2.3 - 54 UN, VULCANIZAÇÃO DE PNEU em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e valor total de R\$ 18.900,00 (dezoito mil novecentos reais)

Item 2.4 - 54 UN, VULCANIZAÇÃO DE PNEU - MÁQUINAS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) e valor total de R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil cem reais)

Item 2.5 - 322 UN, ALINHAMENTO DE DIREÇÃO - VEÍCULOS LEVES em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) e valor total de R\$ 21.252,00 (vinte e um mil duzentos e cinquenta e dois reais)

Item 2.6 - 119 UN, CANGAGEM - VEÍCULOS LEVES em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 110,00 (cento e dez reais) e valor total de R\$ 13.090,00 (treze mil noventa reais)

Item 2.7 - 392 UN, BALANCEAMENTO em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e valor total de R\$ 19.600,00 (dezenove mil seiscentos reais)

Item 2.8 - 107 UN, ALINHAMENTO DE DIREÇÃO - VEÍCULOS PESADOS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) e valor total de R\$ 20.330,00 (vinte mil trezentos e trinta reais)

Item 2.9 - 165 UN, ALINHAMENTO DE DIREÇÃO - VEÍCULOS MÉDIOS - CAMIONETAS/VANS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais) e valor total de R\$ 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais)

Item 2.10 - 112 UN, CANGAGEM - VEÍCULOS MÉDIOS - CAMIONETAS/VANS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais) e valor total de R\$ 14.896,00 (quatorze mil oitocentos e noventa e seis reais)

Item 2.11 - 316 UN, SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO DE PNEUS - VEÍCULOS PESADOS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) e valor total de R\$ 87.750,00 (oitenta e sete mil setecentos e cinquenta reais)

Valor Global do LOTE 02 para 12 meses: R\$ 303.386,00 (trezentos e três mil trezentos e oitenta e seis reais)

A Seção de Licitações para as medidas de direito, na conformidade da legislação pertinente.

Dê-se ciência na forma da lei.

Comunique-se.

Em 04 de Junho de 2024.

THOMÁS ANTÔNIO CAPELLETTO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.855/2024

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 48/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14-36/2024

Objeto: Aquisição de materiais de construção, para entrega imediata.

ADJUDICO o objeto e HOMÓLOGO o procedimento da presente licitação a proponente vencedora:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2024

Espécie: Contrato nº 120/2024 Atinente à Concorrência Pública nº 4/2024 - Processo nº 083/24. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de recapamento asfáltico, com fornecimento de materiais e mão de obra, na Rua Cirino Borelli, Bairro Della Rocha, Itapira/SP, com recursos financeiros provenientes de Contrato de Repasse nº 946734/2023/MCIDADES/CAIXA, objetivando a execução de Ações relativas a mobilidade urbana, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Itapira/SP. CONTRATADA CONSTEL CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO LTDA - Data da assinatura: 04 de Junho de 2024 - Valor R\$225.937,42 - Vigência Contratual: 06 (seis) meses.

EXTRATO DE ADITAMENTO

Espécie: TERMO DE ADITAMENTO ATINENTE AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 3/2024-REFERENTE À CHAMADA PÚBLICA Nº 9/2023- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0450/2023 OBJETO: Presta serviço de proteção social básica - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes na faixa de 06 a 17 anos, conforme os objetivos gerais e específicos constantes do Termo de Referência (Anexo I). - As partes de comum acordo resolvem aditar o Termo de Colaboração 003/24, com fundamento no Decreto Municipal nº059/2027, artigo 43, inciso I, Alínea "a", e pela Lei nº13.019/2014.- PROPONENTE: SEPIN - SERVIÇO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPIRA - Data da assinatura: 22 de Maio de 2024.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2024
Reabertura

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software para gestão do "SUAS" e da rede sócio assistencial, com serviços de conversão, implantação, treinamentos e suporte remoto, destinados a atender aos cidadãos do Município de Itapira/SP. Data de Abertura: 21 de junho de 2024, às 08 horas.

O edital estará disponível aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br.

Itapira, 6 de junho de 2024.
REGINA RAMIL MARELLA
Secretária de Promoção Social

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: APOSTILAMENTO DO TERMO DE ADITAMENTO DO TERMO DE FOMENTO Nº 16/2023 ATINENTE À DISPENSA Nº 65/2023 - PROCESSO Nº 0533/23 OBJETO: Parceria que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Itapira e a Entidade SEPIN - Serviço de Proteção à Infância e a Adolescência de Itapira, para os fins que especifica, recursos provenientes da emenda parlamentar 202315270011/2023. As partes de comum acordo resolvem ajustar o plano de trabalho, conforme Ofício nº 0296/2024, da Secretaria de Promoção Social, e o Ofício nº 030/2024, apresentado pela entidade juntamente com o Plano de Trabalho, conforme documentos anexos nos autos do Processo Licitatório nº 0533/2023. PROPONENTE: SEPIN - SERVIÇO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE ITAPIRA - Data da assinatura: 28 de Maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024

Edital Nº 65/24, Tipo Menor Preço por Global. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública. Os cadastros das Propostas serão recebidos até o dia 28/06/24, às 8h30, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.novobmmnet.com.br). O edital fica disponível na S. de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobmmnet.com.br. Informações: tel:(11) 3183-0655

MARIA ÂNGELA C.C. DE LIMA
Pregoeira

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 8/2024
Repetição

Edital nº 55/24 - Aquisição de gêneros alimentícios - péssago e banana - da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas Organizações para atendimento do PNAE, em conformidade com o edital e anexos, disponível na S. de Licitações, Av. Luciano Consoline, 600, Jd. de Lucca e endereço eletrônico: www.itatiba.sp.gov.br. A entrega dos envelopes que seriam recebidos até o dia 26/06/24, será recebido até o dia 05/07/24, às 10h na S. de Licitações, situada no mesmo endereço acima citado. Fone: (11) 3183-0655.

ADRIANA STOCCO
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024

PROCESSO Nº 4009-6/2024, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de gêneros alimentícios (carnes, frangos, peixes e derivados de leite), para o suprimento proteico dos cardápios de Educação Infantil, Creches, Escolas de Ensino Fundamental e Médio do município de Jaboticabal/SP.

HOMOLOGO todo o procedimento realizado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Homologada a adjudicação do objeto licitado, na conformidade apresentada por licitante, item e seu respectivo valor unitário, a saber: ALIMENTAR DISTRIBUIDORA DE CARNES E FRIOS LTDA: 07, R\$6,50; 14, R\$10,59; 15, R\$24,20; 17, R\$29,32. CAMPOS OLIVEIRA & GHIRALDI LTDA EPP: 04, R\$18,10; 05, R\$14,00. CENTROESTE CARNES E DERIVADOS LTDA: 01, R\$25,20; 03, R\$25,98. FRIGOBONI COMÉRCIO DE CARNES LTDA: 08, R\$17,00; 12, R\$16,51. FRUTTI MAIS COMÉRCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA: 18, R\$9,00.1. C. RISSI ALIMENTOS: 06, R\$19,49. J&A COMERCIAL DO BRASIL EIRELI: 02, R\$25,96; 09, R\$16,46. P.G.L. ALIMENTOS: 16, R\$16,10. TRADEFOOD DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA: 10, R\$23,30; 11, R\$30,70. Restou fracassado o item 13.

Jaboticabal, 6 de Junho de 2024.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2024. PROCESSO N. 061/2024

Eu Valeria Perpetuo Guimarães Henrique, Prefeita Municipal de Jaci, Autorizo a presente contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso II, do artigo 74, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com a Empresa Royalcom Estratégias de Comunicação e Produções Artísticas Ltda., CNPJ: 26.751.953/0001-00, para a apresentação artística da "Dupla Zé Vitor & Evandro", com início previsto para às 22h00 e término às 00h00 do dia seguinte, no dia 06 de julho de 2024, em comemoração ao 3º Juliano, na Praça do Santuário, Rua 26 de Dezembro s/nº. Valor total de R\$ 50.000,00 conforme recurso orçamentário com o compromisso a ser assumido informado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Jaci, 7 de junho de 2024.
VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JALES
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024

Processo nº 103/24.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, que objetiva a Aquisição de gêneros alimentícios de copa, com entrega parcelada, pelo período de 12 meses ou a entrega total do produto, conforme Termo de Referência - Anexo I, encontra-se SUSPENSA a partir desta data, para alterações no edital. Resta suspenso, inclusive, a realização da Sessão Pública, marcada para o dia 13 de junho de 2024, às 09h00, plataforma BLL www.bllcompras.org.br. Após as adequações necessárias, o Aviso de Licitação Retificado, bem como o Edital Retificado, serão republicados com uma nova data para abertura do certame.

Jales - SP, 6 de junho de 2024.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024

Processo nº 104/24.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, que objetiva a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de um (a) profissional facilitador (a) de oficinas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência - Anexo I, encontra-se SUSPENSA a partir desta data, para alterações no edital. Resta suspenso, inclusive, a realização da Sessão Pública, marcada para o dia 13 de junho de 2024, às 09h00, plataforma BLL www.bllcompras.org.br. Após as adequações necessárias, o Aviso de Licitação Retificado, bem como o Edital Retificado, serão republicados com uma nova data para abertura do certame.

Jales - SP, 7 de junho de 2024.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024

Processo nº 98/24.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, que objetiva a Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Georreferenciamento na área objeto, conforme matrícula nº 29.594, localizada na Estrada da Uva, próximo ao trevo de acesso a Rodovias Eudides de Cunha - SP 320, no Município, conforme Termo de Referência - Anexo I, por tempo determinado, encontra-se SUSPENSA a partir desta data, para alterações no edital. Resta suspenso, inclusive, a realização da Sessão Pública, marcada para o dia 17 de junho de 2024, às 09h00, plataforma BLL www.bllcompras.org.br. Após as adequações necessárias, o Aviso de Licitação Retificado, bem como o Edital Retificado, serão republicados com uma nova data para abertura do certame.

Jales - SP, 7 de junho de 2024.
LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/24

Processo Nº 6754/2024. Objeto: Implantação de registro de preços para aquisição e recarga de extintores, em atendimento a Secretaria de Administração. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BMMNET - site <https://novobmmnet.com.br>, estando a abertura da sessão agendada para o dia 20/06/2024 às 09h00min.

O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.novobmmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Informações: (11) 4619-8717.

ANA TALITA ALVES SANTANA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2024

Processo Adm. Nº 24/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO, MOBILIÁRIO HOSPITALAR E DE ESCRITÓRIO DESTINADOS À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - EMENDA FEDERAL.

Ante o exposto, na qualidade de Pregoeiro do Município de João Ramalho/SP, eu FABIANO DA SILVA DELGANTHO, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 14.133/2021, DECIDO: 1 - Reformo a decisão que declarou vencedora a proposta ofertada pelo recorrido M. CABREJA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, em relação ao item 16 (Foco refletor Ambulatorial - Iluminação LED - Mast Flexível), bem como, dos demais interessados na sequência de classificação: b) LIC 14 - Natália Aparecida de Souza; c) LIC 18 - TK Produtos; d) LIC 07 - Conkast Equipamentos Tecnológicos LTDA; e) Medcal Distribuidor de Produtos Médicos, mediante os fatos e fundamentos acima expostos; 2 - Passa a constar como novo vencedor do item 16, o recorrente MUNDO EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS LTDA, visto que a marca e modelo ofertado na proposta, atende os requisitos da Vigilância Sanitária e INMETRO; 3 - Fica mantida o início da sessão para o dia 10/06/2024, às 08:30h; ocasião em que será analisado os documentos de habilitação do recorrente/vencedor e solicitada e apresentada da proposta atualizada, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

João Ramalho-SP, 6 de junho de 2024.
FABIANO DA SILVA DELGANTHO



Pregão

Filtrar:

Título

Objeto

Ano



2024 - Pregão Eletrônico 53/2024 - Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública.

Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública.

2024 - Pregão Eletrônico 52/2024 - Aquisição troféus e medalhas para entrega imediata.

Aquisição troféus e medalhas para entrega imediata.

2024 - Pregão Eletrônico 51/2024 - Aquisição de eletroeletrônicos destinados ao Centro de Operações de Emergência da Defesa Civil, para entrega imediata.

Aquisição de eletroeletrônicos destinados ao Centro de Operações de Emergência da Defesa Civil, para entrega imediata.

2024 - Pregão Eletrônico 50/2024 - O Registro de Preço pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material esportivo.

O Registro de Preço pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material esportivo.

2024 - Pregão Eletrônico 49/2024 - O Registro de Preço pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material odontológico.

O Registro de Preço pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material odontológico.

2024 - Pregão Eletrônico 48/2024 - Contratação de serviços de supervisão, instrução e apoio para práticas esportivas em diversas modalidades.

Contratação de serviços de supervisão, instrução e apoio para práticas esportivas em diversas modalidades.

2024 - Pregão Eletrônico 47/2024 - Aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, para entrega imediata.

Aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, para entrega imediata.

2024 - Pregão Eletrônico 46/2024 - O Registro de Preço pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual fornecimento de alimentação para os Jogos Regionais e Jogos Abertos.

O Registro de Preço pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual fornecimento de alimentação para os Jogos Regionais e Jogos Abertos.

2024 - Pregão Eletrônico 45/2024 - Contratação de empresa para fornecimento de alimentação para JOGOS DA MELHOR IDADE - Final Estadual.

Contratação de empresa para fornecimento de alimentação para JOGOS DA MELHOR IDADE - Final Estadual.

2024 - Pregão Eletrônico 44/2024 - Contratação de empresa especializada para ministrar treinamentos aos servidores colaboradores efetivos do Município.

Contratação de empresa especializada para ministrar treinamentos aos servidores colaboradores efetivos do Município.

1 / 205

2024 - Pregão Eletrônico 53/2024 - Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública.

Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública.

10/06/2024 às 10h10



TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto ao endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br o EDITAL de Licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

Nome da Empresa:

CNPJ Nº

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Telefone ()

FAX: ()

E-mail:

Contato:

Importante: Este documento deverá ser preenchido (datilografado ou digitado) e enviado através do e-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br aos cuidados do Pregoeiro.

A Prefeitura de Itatiba não se responsabilizará pelo **não envio** de informações, tais como: esclarecimentos, alterações do edital de data de abertura, de suspensão, de julgamento/homologação, referentes ao Edital, caso a empresa não preencha e transmita as informações acima descritas.

Fone para contato (011) 3183-0655

Pregão Eletrônico Nº 53/2024, Edital Nº 65/2024, Tipo Menor Preço por Global. Objeto: Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública. Os cadastros das Propostas serão recebidos até o dia **de junho de 2024, às 08h50min**, na página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercado (www.novobbmnet.com.br). O edital fica disponível na Seção de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, J Lucca das 9h às 17h e sites www.itatiba.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br. Informações: tel.(11) 3183- Maria Ângela Camargo Correa de Lima - Pregoeira.

Download:

Pregão Eletrônico 53-2024 - Edital



17

- Home
- Sala de Disputa
- Edital e Processos
- Atas e Documentos
- Recursos
- Exames/Leilões
- Impugnações
- Absençados / Impedidos
- Contratações - PNEP
- CPF
- Pesquisar Editais

ADICIONAR

Editais e Processos

ORGÃO PROMOTOR

UNIDADE COMPRADORA

SITUAÇÃO

MODALIDADE

UF

NÚMERO DO PROCESSO

OBJETO

DATA INÍCIO PROPOSTA

DATA DE REALIZAÇÃO

DATA DE PUBLICAÇÃO

DATA CRIAÇÃO

ORGÃO PROMOTOR	UNIDADE COMPRADORA	UF	EDITAL	NÚMERO DO PROCESSO	OBJETO	DATA DE PUBLICAÇÃO	DATA INÍCIO PROPOSTA	DATA DE REALIZAÇÃO	MODALIDADE	SITUAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO
Prefeitura Municipal de Itatiba	Itatiba	SP	60/2024 PE.59/2024	2256/2024	Informática	10/06/2024 11/22/25	11/06/2024 06:00:00	28/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	10/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Itatiba	SP	64/2024 PE.52/2024	3720/2024	Publicidade	10/06/2024 10:24:14	11/06/2024 08:00:00	26/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	10/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Prefeitura Municipal de Itatiba	SP	63/2024 PE.51/2024	2605/2024	Setor eletrônico/ Ótica	16/06/2024 09:20:16	11/06/2024 08:00:00	25/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	10/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Prefeitura Municipal de Itatiba	SP	62/2024 PE.50/2024	3715/2024	Esportes/música	08/06/2024 11:32:21	07/06/2024 08:00:00	20/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	06/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Prefeitura Municipal de Itatiba	SP	61/2024 PE.49/2024	3254/2024	Saúde	04/06/2024 17:24:05	01/06/2024 08:00:00	03/06/2024 08:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	04/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Itatiba	SP	60/2024 PE.48/2024	3667/2024	Prestação de Serviços Especializados	04/06/2024 17:24:01	01/06/2024 08:00:00	21/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	04/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Prefeitura Municipal de Itatiba	SP	59/2024 PE.47/2024	4317/2024	Engenharia elétrica	04/06/2024 11:14:18	01/06/2024 08:00:00	21/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	04/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Itatiba	SP	54/2024 PE.44/2024	1976/2024	Prestação de Serviços Especializados	01/06/2024 15:22:38	01/06/2024 08:00:00	25/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	01/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Itatiba	SP	14/2024 PE.19/2024	1029/2024	Saúde	05/06/2024 14:50:25	04/06/2024 08:00:00	27/06/2024 09:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	03/06/2024
Prefeitura Municipal de Itatiba	Prefeitura Municipal de Itatiba	SP	57/2024 PE.46/2024	3719/2024	Alimentação	03/06/2024 14:50:00	01/06/2024 08:00:00	19/06/2024 10:00:00	Pregão (Setor público)	Publicado	03/06/2024



Home

Sala de Disputa

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Esclarecimentos

Impugnações

Apenados / Impedidos

Contratações - PNCP

ETP

Pesquisar Preços

← VISUALIZAÇÃO DO EDITAL

DADOS DO EDITAL

DADOS DO LOTE/ITEM

DOCUMENTOS - EDITAIS, ANEXOS E OUTROS

Nome do Órgão Promotor **Itatiba** CNPJ **50.122.571/0001-77**

ⓘ Essa Licitação está programada com fulcro na Lei 14.133/21, Artigo 28, I (pregão eletrônico). Sendo assim, será informada e publicada no PNCP - Plataforma Nacional de Contratações Públicas. Os procedimentos operacionais do Pregão no BBMNET segue as regras estabelecidas no DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.

MODALIDADE * **Pregão (Setor público)** UTILIZAREI VERBA FEDERAL Sim Não AMPARO LEGAL * **Lei 14.133/2021, A...**

FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OPERAÇÃO * **Contratação de Serviços Comuns** MODELO DA ATA **Selecione a Modalidade de Ata**

NÚMERO DO EDITAL * **65/2024-T** NÚMERO DO PROCESSO * **2356/2024** PREGOIEIRO/ AGENTE DE CONTRATAÇÃO * **Maria Angela Camargo C...** TELEFONE **(11) 3183...** EMAIL **licitacoes**

UNIDADE COMPRADORA * **Itatiba**

CEP **13253-201** ENDEREÇO **Avenida Luciano Consolini** NÚMERO COMPLEMENTO **Apto., Conjunto, Torre, E**

BAIRRO **Jardim Carlos Borella** CIDADE **Itatiba** ESTADO

Equipe de Apoio*

- Adriana Stocco
- Ana Paula Souza de Araújo
- Edmir Florentino da Silva
- Michele Viviane Fumachi
- Adriana de Oliveira Schlavinatto
- Andreza Gava Machado
- Glauce da Silva Nascimento
- Priscila dos Santos Ferracini
- Ana Laura Domingos Gaspar
- Antonio Elias de Almeida
- Isabelle Chagas Leite
- João Marcos Pereira Stoicov

Descrição do Objeto do Edital

DESCRIÇÃO DO OBJETO DO EDITAL *
Contratação de empresa para licenciamento de uso de so
Caracteres restantes:5041

Julgamento e Validade da Proposta

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E LANCE *

Menor Preço

VALIDADE DA PROPOSTA *

Objeto e Segmentação da Licitação

OBJETOS SEGMENTOS



Home

Sala de Disputa

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Esclarecimentos

Impugnações

Apenados / Impedidos

Contratações - PNCP

ETP

Pesquisar Preços

Data e Hora referente a:**INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ***

11/06/2024 08:00

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS *

28/06/2024 08:50

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTAS *

28/06/2024 09:00

Sala de Disputa**MODO DE DISPUTA ***

Aberto

OS LANCES DEVEM CONSIDERAR O VALOR *

Global do Lote

DESATIVAR CHAT DOS LICITANTES NAS SEGUINTE FASES * Sim Não

Selecione a fase

REDEFINIÇÃO AUTOMÁTICA DOS VALORES DOS ITENS APÓS O TÉRMINO DA LICITAÇÃO*

Não

VOLTAR



Home

Sala de Disputa

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Esclarecimentos

Impugnações

Apenados / Impedidos

Contratações - PNCP

ETP

Pesquisar Preços

← VISUALIZAÇÃO DO EDITAL

DADOS DO EDITAL

DADOS DO LOTE/ITEM

DOCUMENTOS - EDITAIS, ANEXOS E OUTROS

Configurações gerais para cadastrar os lotes e/ou itens

- Preenchimento manual
- Automático por meio de planilha/TXT

Lotes / Itens

Lote 1





Home

Sala de Disputa

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Eslarecimentos

Impugnações

Apenados / Impeditos

Contratações - PNCP

ETP

Pesquisar Preços

← VISUALIZAÇÃO DO EDITAL

DADOS DO EDITAL

DADOS DO LOTE/ITEM

DOCUMENTOS - EDITAIS, ANEXOS E OUTROS

DOCUMENTOS DO EDITAL

Adicione documentos referentes ao Edital

DOCUMENTO

TIPO DOCUMENTO

3522a293-c5d0-40ac-a1f1-5918cd9bcaf2_Pregão Eletrônico 53-2024 - Edital.pdf



Selecione o tipo do documento

ADICIONAR DOCUMENTO

Tamanho máximo para upload de 6MB

Tipos aceitos: doc, xls, pdf, docx, xlsx

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Adicione documentos complementares

DOCUMENTO

TIPO DOCUMENTO

Selecione o tipo do documento

ADICIONAR DOCUMENTO

Tamanho máximo para upload de 6MB

Tipos aceitos: doc, xls, pdf, docx, xlsx

Edital

Edital nº 65/2024-PE.53/2024/2024

Última atualização 10/06/2024

Local: Itatiba/SP **Orgão:** MUNICIPIO DE ITATIBA **Unidade compradora:** 989 - Itatiba

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 10/06/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 11/06/2024 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 28/06/2024 08:50 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 50122571000177-1-000333/2024 **Fonte:** Novo BBMNET Licitações

Objeto:

Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de gestão pública

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 2.358.733,04

Itens Arquivos Histórico

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	1	R\$ 57.000,00	R\$ 57.000,00	
2	SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SISTEMAS EM NUVEM (DATACENTER)	12	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00	
3	LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	12	R\$ 13.333,33	R\$ 159.999,96	
4	IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO E TREINAMENTO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	1	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	
5	LICENCIAMENTO DO SISTEMA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES	12	R\$ 2.233,33	R\$ 26.799,96	

Exibir 1-5 de 27 itens

Página



[< Voltar](#)





Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

AUDESP

UNIDADE DE AUDITORIA ELETRÔNICA DE SÃO PAULO

MENU

Posição de Dados Transmitidos >> Detalhe do Documento.

Dados do Pacote

Id. do Pacote: 9896019
 Usuário: ...
 Descrição do Pacote: PREGÃO ELETRÔNICO 53/2024
 Data de Abertura: 10/06/2024

Dados do Documento

Id. do Documento: **15180801**
 Tipo de Interação: Lote
 Tipo do Documento: Edital de Licitação
 Status do Documento: Documento armazenado
 Data do Status do Documento: 10/06/2024 14:10:49
 Mes/Ano de Referência: 1/2024

Erros do Documento:

Descrição	Classificação	Tag de Erro	Conteúdo da Tag
-----------	---------------	-------------	-----------------

[Voltar](#) [Cancelar](#)